

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**O MOVIMENTO SINDICAL NA ACADEMIA: O CASO DAS UNIVERSIDADES
ESTADUAIS PAULISTAS.**

Autor: TÂNIA MARIA GRANZOTTO

Orientador: PROF. DR. SALVADOR ANTONIO MIRELES SANDOVAL

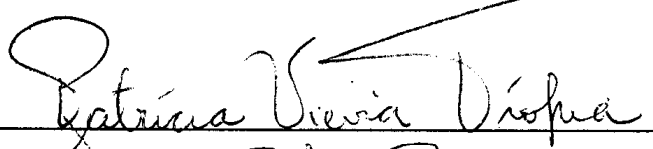
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por Tânia Maria Granzotto e aprovada pela Comissão Julgadora.

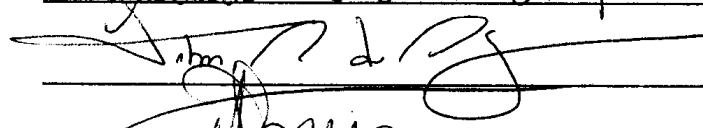
Data: 21/10/2010

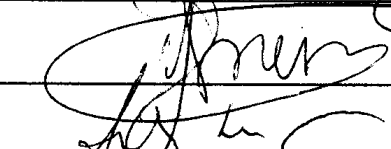
Assinatura:.....


Orientador

COMISSÃO JULGADORA:









© by Tânia Maria Granzotto, 2010.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Granzotto, Tânia Maria
G767m O movimento sindical na academia: o caso das universidades estaduais paulistas / Tânia Maria Granzotto. – Campinas, SP: [s.n.], 2010.

Orientador: Salvador Antonio Mireles Sandoval.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Universidades e faculdades. 2. Sindicalismo. 3. Ensino superior. 4. Movimento de professores. 5. Funcionário público. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

10-215/BFE

Título em inglês: The strike union in the Academy: the event of the public universities of the state of São Paulo

Keywords: Universities and colleges; Work-class union movement; College; Professors movement; Public employees

Área de concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura

Titulação: Doutora em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval (Orientador)

Profª. Drª. Aparecida Neri de Souza

Prof. Dr. José Dari Krein

Profª. Drª. Telma Regina de Paula Souza

Profª. Drª. Patrícia Vieira Trópia

Data da defesa: 21/10/2010

Programa de Pós-Graduação : Educação

e-mail: tmgranzotto@hotmail.com

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus por ter me concedido condições intelectuais para prosseguir com minha formação acadêmica e, sobretudo, terminar este doutorado, o qual conciliei com minhas atividades de trabalho aqui na UNICAMP.

Ao meu prezado orientador, Salvador Antonio Mireles Sandoval, por ter acolhido meu projeto de pesquisa e pelo constante acompanhamento na área acadêmica desde o mestrado.

À minha banca de qualificação formada pelos professores Armando Boito Jr., Aparecida Néri de Souza e José Dari Krein, pelas sugestões enriquecedoras para o aprofundamento da pesquisa.

Cabe neste momento um agradecimento também aos professores que compuseram a banca da defesa, por terem aceitado participar da avaliação desta pesquisa.

A todos os docentes e funcionários militantes das Entidades sindicais das Universidades Estaduais Paulistas, que se dispuseram a dar seus depoimentos e a disponibilizarem os arquivos das Entidades para a elaboração da pesquisa.

Aos colegas, amigos e professores do GPPE pela agradável convivência na Academia.

Aos meus familiares que sempre me deram apoio e, de alguma forma, sempre estiveram presentes e dispostos a colaborar para que eu pudesse prosseguir com minha pesquisa.

EPÍGRAFE

“Quando a cidadania política insiste em se manifestar, ela só pode ser tratada como transgressão. E se as pessoas se organizam para reivindicar concretamente os direitos (trabalho, saúde, educação), transformam-se em criminosas. Para um governo totalitário, qualquer ação que venha a tentar o restabelecimento de um espaço público de discussão e reivindicação passa a ser considerada um crime. Por isto o movimento social é visto como baderna e o ativista social como um fora da lei. Opera-se uma inversão: em vez de a lei proteger a cidadania, ela só protege aquele que renuncia na prática aos direitos de cidadão. Só está dentro da ordem aquele que adere ao consenso: aplaude ou silencia”.

Franklin Leopoldo e Silva (Docente USP)

RESUMO

Esta tese analisa os movimentos sindicais nas Universidades Estaduais Paulistas ocorridos desde o final dos anos 1970 até 2008. O objetivo da pesquisa, além do resgate histórico das paralisações e greves ocorridas, foi também o de analisar o atual processo de desmobilização das categorias de docentes e de funcionários nestas universidades. Para tanto, buscamos conhecer e compreender o sindicalismo praticado pelas Entidades Sindicais ao longo dos anos. As transformações no mundo do trabalho oriundas do neoliberalismo, o qual levou à conseqüente Reforma do Estado nos anos 1990, promoveram a implementação de ações neoliberais nas universidades públicas e no ensino superior, bem como a mudança do perfil das categorias. Esses e outros fatores vêm dificultando profundamente a mobilização coletiva, tanto da categoria dos docentes, quanto da categoria dos funcionários.

Palavras-chave: universidades, sindicalismo, ensino superior, movimento docente, funcionários públicos.

ABSTRACT

This research analyzes the strikes of the public universities of the state of São Paulo that occurred between the decade of 1970 until 2008. The objective of this study, besides the historical account of strikes and work stoppages, was also to understand how the actual process of demobilization of the categories of employees and professors started at these universities. To this, and we aimed at a deeper knowledge and understanding of the working-class union movements over the years. The transformations in the work place derived from economic neoliberalism, which took Brazil to the 1990's the Reform State , lead the implementation of neoliberal changes in the public colleges. These factors have been hampering at the collective mobilization, as much as for the professors' category, as for the employees' category.

Key-words: universities, work-class union movement, college, professors' movement, public employees.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Est. de São Paulo–Evolução do emprego formal terceirizado entre 1985 e 2005	34
Gráfico 2 – Cursos e disciplinas realizados na extensão – 1989 – 2008.....	62
Gráfico 3 – Histórico de perdas do salário real médio de um MS-3 RDIDP	193
Gráfico 4 – Docentes UNICAMP	221
Gráfico 5 - Funcionários UNICAMP	221
Gráfico 6 – Docentes USP	226
Gráfico 7 – Funcionários USP	227
Gráfico 8 – Docentes UNESP	230
Gráfico 9 – Funcionários UNESP	230
Gráfico 10 – Sindicalizados ADUNICAMP período 2003-2009.....	239
Gráficos 11 e 12 – Sindicalizados ADUNICAMP 2009.....	240
Gráfico 13 - Sindicalizados STU período 2003-2010.....	242
Gráficos 14 e 15 – Sindicalizados STU 2009	243
Gráfico 16 – Sindicalizados ADUSP período 2003-2009.....	245
Gráficos 17 e 18 - Sindicalizados ADUSP 2009.....	246
Gráfico 19 – Sindicalizados SINTUSP período 2003-2010.....	249
Gráficos 20 e 21 – Sindicalizados SINTUSP 2009.....	250
Gráfico 22 – Sindicalizados ADUNESP período 2003-2009	252
Gráficos 23 e 24 – Sindicalizados ADUNESP 2009.....	253
Gráfico 25 – Sindicalizados SINTUNESP período 2003-2009	256
Gráficos 26 e 27 – Sindicalizados SINTUNESP 2009	257
Gráfico 28 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP 1978-1984.....	285
Gráfico 29 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 1978-1984	286
Gráfico 30 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP 1985-1989.....	297
Gráfico 31 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 1985-1989	298
Gráfico 32 – Evolução do salário do MS-3 1975-1994	300
Gráfico 33 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP 1990-1994.....	304
Gráfico 34 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 1990-1994	305
Gráfico 35 - Valor real de salário e ICMS desde maio/95 (ICV – DIEESE	309

Gráfico 36 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP 1995-2000.....	316
Gráfico 37 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 1995-2000.....	317
Gráfico 38 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP 2001-2008.....	327
Gráfico 39 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 2001-2008.....	328
Gráfico 40 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 1979-2008.....	331
Quadro 1 – Greves de funcionários públicos.....	146
Quadro 2 – Carreira docente.....	188
Quadro 3 – Auxílio Alimentação UNICAMP.....	189
Quadro 4 – Auxílio alimentação USP.....	190
Quadro 5 – Auxílio alimentação UNESP.....	190

LISTA DE TABELAS

1 – Docentes UNICAMP ativos período 1997 – 2009	220
2 – Funcionários UNICAMP ativos período 1997 – 2009	220
3 – Docentes USP ativos período 1996 – 2008	226
4 – Funcionários USP ativos período 1996 – 2008	226
5 – Docentes UNESP ativos período 1997 – 2009	229
6 – Funcionários UNESP ativos período 1997 – 2009	229
7 – Sindicalizados ADUNICAMP período 2003 – 2009	239
8 – Sindicalizados STU período 2003 – 2010	242
9 – Sindicalizados ADUSP período 2003 – 2009	245
10 – Sindicalizados SINTUSP período 2003 – 2010	249
11 – Sindicalizados ADUNESP período 2003 – 2009	252
12 – Sindicalizados SINTUNESP período 2003 – 2009	256
13 – Características atuais das Entidades Sindicais do Fórum das Seis	260
14 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP período 1978 – 1984	285
15 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP período 1978 – 1984	286
16 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP período 1985 – 1989	296
17 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP período 1985 – 1989	297
18 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP período 1990 – 1994	304
19 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP período 1990 – 1994	305
20 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP período 1995 – 2000	315
21 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP período 1995 – 2000	317
22 – Paralisações na UNICAMP, USP e UNESP período 2001 – 2008	327
23 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP período 2001 – 2008	328

24 – Greves na UNICAMP, USP e UNESP 1979-2008	330
25 – Reivindicações dos movimentos por períodos políticos	339
26 - Formas de repressão aos movimentos por períodos políticos.....	345

LISTA DE SIGLAS

ABC – Região de Municípios da Grande São Paulo.

ADUNICAMP – Associação dos Docentes da UNICAMP – Seção Sindical*.

ADUSP – Associação dos Docentes da USP – Seção Sindical*.

ADUNESP – Associação dos Docentes da UNESP – Seção Sindical*.

AFIAMSPE – Associação Funcionários IAMSPE*.

AFIB – Associação dos Funcionários do Instituto Biológico*.

AFPESP – Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo.

AFUSE – Associação dos Funcionários e Servidores da Educação*.

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes em Instituições do Ensino Superior.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

APASE – Associação Paulista de Supervisores de Ensino*.

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo*.

ARCADAS – Fundação de Apoio à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ASATI – Associação dos Servidores da CATI*.

ASSOCEA – Associação dos Funcionários e Servidores Públicos do Centro Estadual da Agricultura*.

ASSOSIP – Associação dos Servidores do Instituto de Pesca*.

ASHCRP – Associação dos Servidores do HC Ribeirão Preto*.

ASHC – Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas – SP*.

ASSES – Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde*.

ASSUC – Associação dos Servidores da UNICAMP*.

ASSUCEN – Associação Servidores da SUCEN*.

ASUNESP – Associação dos Servidores da UNESP.

ASUSP – Associação Servidores da USP*.

BM – Banco Mundial.

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

BNH – Banco Nacional da Habitação.

BPC – Benefício da Prestação Continuada.

CADI – Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CDU – Comissão de Defesa da Universidade.

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP.

CEFETS –Centros Federais de Educação Tecnológica.

CET – Comissão Especial de Regimes de Trabalho.
CESIT – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
CGT – Central Geral dos Trabalhadores.
CGP – Coordenação Geral Permanente.
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
CNESF – Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais.
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CONAP – Comissão Nacional de Acompanhamento do PROUNI.
CONED – Congresso Nacional de Educação.
CONCLAT – Confederação das Classes Trabalhadoras.
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas.
CONSU – Conselho Universitário da Unicamp.
COTUCA – Colégio Técnico da UNICAMP.
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz.
CPP – Centro de Professorado Paulista*.
CRETUESP – Conselho de Representantes dos Trabalhadores nas Universidades Estaduais Paulistas.
CRUESP – Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas.
CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil.
CUT – Central Única dos Trabalhadores.
DCE – Diretório Central dos Estudantes.
DESEP – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos.
DGA – Diretoria Geral da Administração.
DGRH – Diretoria Geral de Recursos Humanos da UNICAMP.
DIEESE – Departamento Inter-Sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.
DOI – CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna.
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social.
EDUNESP – Fundação Editora da UNESP.
EUA – Estados Unidos da América.
ESUNICAMP – Estatuto do Servidor da UNICAMP.
EXTECAMP – Escola de Extensão da UNICAMP.
FACTE – Fundação de Apoio à Ciência, Tecnologia e Educação.
FCTH – Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica.
FDTE – Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia.
FAEP – Fundo de Assistência para Ensino e Pesquisa.
FAEPA – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência.
FAEPO – Fundação Araraquense de Ensino e Pesquisa em Odontologia.
FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação da USP.
FAFQ – Fundação de Apoio à Física e à Química.

FAMESP – Fundação para o Desenvolvimento Médico-Hospitalar.
FAPERP – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de São José do Rio Preto.
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FASA – Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Área da Saúde da Universidade Estadual de Campinas.
FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras.
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
FCAV – Fundação Carlos Alberto Vanzolini.
FDCT – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
FEA – Faculdade de Economia e Administração.
FEALQ - Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz.
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.
FECAMP – Fundação Economia da UNICAMP.
FEDEP – Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública.
FENABAN – Federação Nacional dos Bancos.
FEPAF – Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas Florestais.
FEPISA – Fundação de Ensino e Pesquisa de Ilha Solteira.
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
FFM – Fundação Faculdade de Medicina.
FHC – Fernando Henrique Cardoso.
FIA – Fundação Instituto de Administração.
FIERP – Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto.
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.
FIPAI - Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial.
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras.
FIPFARMA – Fundação Instituto de Pesquisas Farmacêuticas.
FMI – Fundo Monetário Internacional.
FUMVET – Fundação Medicina Veterinária.
FUNBEO – Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos.
FUNCAMP – Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP.
FUNCRAF - Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Crânio-Faciais.
FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo.
FUNDACTE – Fundação de Ciência, Tecnologia e Ensino.
FUNDACE – Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia.
FUNDEB – Fundação para o Desenvolvimento de Bauru.
FUNDECIF – Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Farmacêuticas.
FUNDECTO – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
FUNDEPE – Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão.

FUNDESPA – Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas.
FUNDHERP – Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto.
FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.
FUNDIBIO – Fundação Instituto de Biociências.
FUNEP – Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia.
FUNORP – Fundação Odontológica de Ribeirão Preto.
FUNVET – Fundação de Apoio aos Hospitais Veterinários da UNESP.
FUPAM – Fundação para a Pesquisa Ambiental.
FUSP – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.
FUVEST – Fundação Universitária para o vestibular.
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
GED – Gratificação de Estímulo à Docência.
GGBS – Grupo Gestor de Benefícios Sociais.
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial.
IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual.
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICV-DIEESE – Índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos.
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IEES – Instituições Estaduais de Ensino Superior.
IES – Instituições de Ensino Superior.
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.
IMECC – Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
IPC – Índice de Preços ao Consumidor.
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.
IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado.
MASP – Museu de Arte de São Paulo.
MEC – Ministério de Educação e Cultura.
MOASUSP – Movimento de Oposição à ASUSP.
MOHAN – Movimento dos Hansenianos.

MS – Módulo Salarial (nível salarial de docentes das Universidades Públicas Paulistas).

NEPP – Núcleo de Estudos e Políticas Públicas da UNICAMP.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

PDV – Plano de Demissão Voluntária.

PEA – População Economicamente Ativa.

PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

PED – Programa de Estágio Docente.

PIB – Produto Interno Bruto.

PID – Programa de Incentivo à Docência.

PIS-PASEP – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor.

PL – Projeto de Lei.

PM – Polícia Militar.

PND – Programa Nacional de Desestatização.

PPP – Parceria Público Privado.

PLR – Participação nos Lucros e Resultados.

PROUNI – Programa Universidade para Todos.

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa.

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

RGPS – Regime Geral da Previdência Social.

RJU – Regime Jurídico Único.

RTC – Regime de turno completo.

RTP – Regime de turno parcial.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SEAAC – Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Campinas.

SESU – Secretaria de Ensino Superior.

SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios.

SINDSEF-SP – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

SINTEPS – Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza.

SINTUNESP – Sindicato dos Trabalhadores da UNESP.

SINTUSP – Sindicato dos Trabalhadores da USP.
STU – Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP.
SUS – Sistema Único de Saúde.
TCE – Tribunal de Contas do Estado.
UDEMOM – União de Diretores de Escola do Magistério Oficial*.
UNB – Universidade Nacional de Brasília.
UNE – União Nacional dos Estudantes.
UNESP – Universidade Estadual Paulista.
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.
UNIMED – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico.
UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo.
URP – Unidade de Reposição de Preços.
URV – Unidade Real de Valor.
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais.
USP – Universidade de São Paulo.
VUNESP – Fundação para o vestibular da UNESP.
ZERBINI – Fundação Zerbini.

* Estes órgãos faziam parte do Grupo dos 19, o qual representava 34 entidades de todos os setores do funcionalismo público estadual.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
METODOLOGIA	05
CAPÍTULO I- CLASSES MÉDIAS E SINDICALISMO	11
1 Classe média e a questão da proletarização	19
CAPÍTULO II- AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	23
2.1 Globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva	23
2.2 As modalidades de precarização do trabalho	30
2.2.1 A terceirização.....	32
2.3 A implementação de ações neoliberais no setor público.....	36
2.4 A implementação de ações neoliberais nas universidades públicas.....	41
2.5 O impacto do neoliberalismo nos movimentos sindicais	63
2.6 O impacto das ações neoliberais no sindicalismo das Universidades Estaduais Paulistas	71
CAPÍTULO III- A REFORMA DO ESTADO DOS ANOS 1990	91
3.1 A Reforma Administrativa.....	98
3.2 A Reforma da Educação Superior	102
3.2.1 A Reforma da Educação Superior no governo Lula	111
3.3 A Reforma da Previdência no Governo Lula	123
3.3.1 Os antecedentes da Reforma	124
3.3.2 As mudanças introduzidas pela Reforma da Previdência	131
3.3.3 As conseqüências da Reforma da Previdência nas universidades públicas	134
CAPÍTULO IV- O MOVIMENTO SINDICAL NO SETOR PÚBLICO	139
4.1 O movimento sindical nas Universidades Públicas.....	159

CAPÍTULO V- SITUAÇÃO DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES

ESTADUAIS PAULISTAS.....	169
5.1 Novos métodos de gestão do trabalho.....	172
5.2 As especificidades da atividade docente e suas implicações no movimento sindical.....	174
5.2.1 A avaliação do trabalho docente	179
5.3 A carreira nas Universidades Estaduais Paulistas e a questão salarial.....	182
5.4 As consequências das ações neoliberais nas categorias de docentes e de funcionários e sua repercussão no sindicalismo.....	195

CAPÍTULO VI – AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS E SUAS

ENTIDADES SINDICAIS.....	211
6.1 As Universidades Estaduais Paulistas: UNICAMP, USP e UNESP.....	211
6.1.1 A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.....	216
6.1.2 A Universidade de São Paulo – USP	221
6.1.3 A Universidade Estadual Paulista – UNESP.....	227
6.2 As entidades sindicais das Universidades Estaduais Paulistas: ADUNICAMP, STU, ADUSP, SINTUSP, ADUNESP e SINTUNESP	232
6.2.1 A Associação dos Docentes da UNICAMP – Seção Sindical	236
6.2.2 O Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP	240
6.2.3 A Associação dos Docentes da USP – Seção Sindical	243
6.2.4 O Sindicato dos Trabalhadores da USP	246
6.2.5 A Associação dos Docentes da UNESP – Seção Sindical	251
6.2.6 O Sindicato dos Trabalhadores da UNESP	254
6.2.7 O Fórum das Seis Entidades.....	261

CAPÍTULO VII- A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SINDICAIS

NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS	267
7.1 As paralisações e greves e a conjuntura econômica e política do país	267
7.1.1 Período 1978 a 1984.....	269
7.1.2 Período 1985 a 1989.....	287
7.1.3 Período 1990 a 1994.....	298

7.1.4	Período 1995 a 2000.....	306
7.1.5	Período 2001 a 2008.....	318
7.2	As reivindicações dos movimentos até o presente	332
7.3	Formas de repressão aos movimentos nas universidades.....	340
7.4	As práticas sindicais nas Universidades Estaduais Paulistas	346
7.5	A influência dos partidos políticos nos movimentos nas universidades	367
7.6	O passado e o presente – características dos movimentos e o comportamento sindical das categorias	372
CONSIDERAÇÕES FINAIS		391
REFERÊNCIAS		407
PERIÓDICOS, JORNAIS E DOCUMENTOS CONSULTADOS.....		418
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....		432
ANEXO I - ENTREVISTAS		437
ANEXO II – QUESTIONÁRIO DOS ENTREVISTADOS		439
ANEXO III – ROTEIRO DE ENTREVISTAS		441
ANEXO IV – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS		443
ANEXO V – OS PRINCIPAIS DECRETOS DE SERRA.....		447
ANEXO VI – PAUTA UNIFICADA 2010		449

INTRODUÇÃO

No início da década de 1990, com o advento da globalização¹, o Brasil inseriu-se numa nova ordem econômica mundial e, paralelamente, ocorreu no país a implementação de políticas neoliberais. A partir de então, com a Reforma do Estado, o papel deste se redimensionou, ficando explícita a prática da desregulamentação estatal, o conseqüente processo de privatização de bens e serviços públicos, a flexibilização das relações de trabalho, etc.

A partir desse marco, passamos a conviver com profundas mudanças no mundo do trabalho e na sociedade como um todo, sendo que nos deparamos com questões intrínsecas ao convívio em sociedade, tais como: a proteção do Estado, o terreno dos direitos, a questão da cidadania e do Estado como promotor de políticas públicas e, entre elas, a educação.

O nosso contexto atual é de crise, tanto no Brasil, como em escala internacional, a qual é visível através do desemprego, da exclusão e acentuada desigualdade social, mudança de valores sociais, predominância do individualismo e da intensa competitividade.

Cabe salientar que o neoliberalismo² se instalou em todos os setores: no Estado, nas instituições e organizações, na política social e em todos os níveis da educação (inclusive nas universidades públicas). Assim, semeou uma nova lógica de mercado, introduzindo novos conceitos e ideários, tais como: “insumos”, “clientes”, “produtividade”, “qualidade total”, “avaliação” e tantos outros.

No âmbito político-ideológico, as transformações, ora citadas, afetaram os movimentos sindicais, tanto do setor privado quanto do setor público, os quais se depararam com novos desafios e necessitaram se adequar ao novo panorama na defesa da garantia de direitos conquistados anteriormente. É visível que as ações neoliberais foram implementadas também no setor público e no interior das universidades públicas, sendo que argumentamos que isso produziu implicações e conseqüências ao sindicalismo interno às mesmas.

Focando o olhar sobre nosso objeto de estudo, o qual se constitui na análise dos movimentos sindicais realizados nas Universidades Estaduais Paulistas, cabe informar que os

¹ O termo invadiu o discurso político e econômico cotidiano, são cheios de conotações e utilizados para manipular o imaginário social; significa mundo que está nascendo “sem fronteiras” (CHESNAIS, 1996).

² Neoliberalismo seria definido como “a liberdade e primazia do Mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo; do Estado mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos” (DRAIBE, 1993, p.88). No Brasil, o neoliberalismo teve início com a eleição de Collor, em 1989 e deslanchou no governo FHC, entre 1994 e 2002; tendo promovido o desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social (ANTUNES, 2004).

atores analisados na presente pesquisa são oriundos das diversas frações das classes médias. São eles: os docentes, os trabalhadores técnico administrativos, os profissionais de nível superior das diversas áreas, os trabalhadores com menor qualificação e os precarizados, que fazem parte do quadro funcional destas Universidades.

Este trabalho pretende configurar-se numa contribuição para as futuras pesquisas sobre o trabalho no setor público brasileiro, sendo que, ao analisarmos as greves e paralisações nas Universidades Estaduais Paulistas, poderemos descobrir fatos relevantes sobre as atividades grevistas das categorias envolvidas, os quais não se enquadram nos referenciais teóricos já estudados.

O tema se justifica devido à escassez de pesquisas sobre sindicalismo das classes médias e no setor público brasileiro. A partir dos anos 1980 surgiu uma variedade de literatura sobre o tema “movimentos sociais”, porém, as publicações sobre os movimentos grevistas, especificamente do setor público e das classes médias, tem ocorrido em menor número³, ou seja, é uma temática ainda pouco estudada.

Esta pesquisa apresenta um rico material empírico, o qual busca mapear e apontar algumas especificidades sobre as greves e paralisações na USP, UNICAMP e UNESP, no período entre 1978 a 2008, configurando-se estas práticas como uma forma de ação política e relação com o governo. O fato de resgatar a memória das greves, ou seja, de reconstruir a história, nos fornecerá elementos para podermos compreender as singularidades destes movimentos sociais, os quais diferem dos movimentos do setor privado e mesmo dos movimentos do funcionalismo público.

Ao ampliar a visibilidade desses movimentos, emerge a questão da cidadania, bem como dos direitos sociais. Quando, através das lutas, alcança-se a implementação das demandas negociadas, configura-se o processo de instauração da cidadania e dos direitos.

Procuramos articular no texto, o diálogo com os autores da literatura, nossas reflexões acadêmicas, a análise do levantamento empírico, associadas a nossa própria experiência com o movimento sindical no papel de participante das lutas na UNICAMP como profissional e aluna. Temos consciência de que, ao conhecer a história desses movimentos, poderemos nos capacitar

³ Sobre os movimentos grevistas nas universidades públicas destacamos alguns estudos, tais como os de FANTINATTI (1998/2001), GALVÃO (1995), BULHÕES (1992/1994), SOUZA (1996/1997), NAVARRO (1999), e outros.

para o exercício de novas estratégias de ação e mobilização, sendo que as mobilizações do presente, devem estar subsidiadas com as experiências das lutas anteriores.

As greves são a expressão de um momento em que através da conscientização, o trabalhador consegue recuperar sua própria identidade coletiva, ao mesmo tempo em que toma consciência de seu poder enquanto categoria social.

Outrossim, levantamos no presente estudo, algumas indagações: nas Universidades Estaduais Paulistas também vem ocorrendo a adesão ao sindicalismo propositivo? Como se apresenta a frequência e a intensidade dos movimentos grevistas na última década com a adesão à política neoliberal? Há uma homogeneidade de mobilização e práticas sindicais entre as três universidades e entre as categorias pesquisadas? A categoria docente percebe-se como uma categoria de trabalhadores assalariados?

Tais indagações e reflexões foram elaboradas no decorrer da pesquisa e da análise do levantamento empírico, bem como através da rememoração das experiências grevistas contemporâneas e outras vividas no passado, sendo que os questionamentos foram sendo construídos e articulados concomitantes com os rumos da pesquisa.

A partir disso, a pesquisa se propõe a compreender a história do processo de organização, mobilização e atuação dos docentes e funcionários da UNICAMP, USP e UNESP através da análise de algumas greves representativas dos períodos compreendidos entre 1978 a 2008. Pretendemos apontar as especificidades de alguns desses movimentos, comparar as oscilações da mobilização, bem como as diferenças de atuação entre os movimentos da categoria docente e da categoria dos trabalhadores técnico-administrativos, buscando explicitar as conseqüências e implicações das ações neoliberais para o sindicalismo nestas universidades. É importante salientar que nossa pesquisa e análise ocorre a partir da visão das lideranças das entidades sindicais, ou seja, nosso trabalho é com as lideranças do movimento sindical e a representação que essas lideranças fazem em relação aos movimentos e demais questões apresentadas.

Neste estudo partimos da hipótese de que os movimentos nas Universidades Estaduais Paulistas ocorrem à semelhança de outros movimentos de trabalhadores assalariados de classe média do setor público (ex: bancários). Apesar destes movimentos apresentarem especificidades próprias, as categorias envolvidas utilizam as greves e paralisações como instrumentos essenciais para alcançarem seus objetivos, sendo que, através destes movimentos, configura-se a transformação dos indivíduos em “sujeitos coletivos”. Porém, a organização sindical dos

docentes nas universidades pesquisadas, bem como suas formas de atuação sindical, diferem-se dos demais trabalhadores destas universidades, sendo que sua atuação seria decorrente da ideologia da meritocracia e de não reconhecerem-se como trabalhadores assalariados.

A segunda hipótese é que as políticas neoliberais implementadas no interior das universidades públicas, incentivando um crescente processo de fortalecimento do individualismo, concomitante com outros fatores do ideário neoliberal, acarretaram profundas implicações para o sindicalismo das categorias envolvidas, ou seja, o sindicalismo docente e o sindicalismo dos demais trabalhadores, configurando-se em um fator de desmobilização dessas categorias. Ou seja, a questão político-sindical de que trataremos só poderá ser explicitada a partir da apreciação das transformações oriundas da nova ordem econômica mundial que se instalou no país na última década do século passado. As ações neoliberais introduzidas nas universidades e no ensino superior também acarretaram uma transformação na base social das universidades, com a formação de um novo docente, como também um novo trabalhador técnico-administrativo e um novo estudante.

Diante disso, novos questionamentos se apresentam, tais como: em que medida as lutas de docentes e funcionários conseguem impedir ou dificultar o processo de implementação das ações neoliberais nas universidades? Quais são as consequências diretas dessas ações neoliberais para a categoria de docentes e de funcionários e para seu sindicalismo? Os dirigentes das entidades sindicais estão, de algum modo, articulando propostas e ações para barrar as práticas neoliberais nas universidades pesquisadas? Poderia haver outras formas de fazer greves sem ter que paralisar o trabalho?

Frente aos questionamentos ora levantados, procuramos articular o debate com a bibliografia dos clássicos e com os estudos já realizados sobre o tema, procurando construir a análise diante dos depoimentos das lideranças das entidades sindicais das universidades pesquisadas.

Esperamos que a pesquisa se configure numa contribuição a mais para o conhecimento das lutas sindicais do setor público no contexto das universidades públicas e, com os dados, inferências e questionamentos apontados, incite novos estudos. O estudo teve também como finalidade levantar questões sobre o tema, tanto quanto explicar alguns de seus desenvolvimentos.

1 - Metodologia.

A metodologia empregada no procedimento da pesquisa englobou cinco etapas: o levantamento e estudo da bibliografia existente sobre o tema e correlatos; a coleta dos dados documentais nas entidades; as entrevistas com as lideranças das entidades sindicais; a transcrição destas entrevistas e a análise dos dados coletados. Convém esclarecer que nosso estudo parte da análise da visão que as lideranças tem sobre o declínio do movimento sindical nas universidades.

Dessa forma, nosso estudo insere-se no âmbito da pesquisa social de natureza qualitativa, o qual procura analisar fenômenos da realidade social. O pesquisador tem uma participação também como ator no processo, ocorrendo, dessa forma, uma identidade entre sujeito e objeto de estudo (MINAYO, 2000). Essa identificação entre investigador e objeto de estudo ocorre em virtude da nossa participação durante vinte e três anos nas lutas sindicais no interior da UNICAMP.

Com o objetivo de obter a reconstituição da história das lutas, utilizamos a metodologia da história oral, a qual também constitui-se em recurso valioso, onde, utilizando as lembranças e reminiscências, ocorre a interação da memória com a história. Conforme Cunha (1998), quando o entrevistado organiza suas idéias para o relato, ele reconstrói suas experiências de forma reflexiva, desconstruindo seu processo histórico para melhor compreendê-lo.

Dessa forma, utilizamos a técnica de entrevistas semi-estruturadas para que houvesse uma livre explicitação do tema proposto, a qual priorizou a representatividade qualitativa dos entrevistados. O roteiro das entrevistas⁴ teve como base algumas questões a serem investigadas com o objetivo de desvendar alguns aspectos que se mostraram importantes à pesquisa. As mesmas foram realizadas com dirigentes e ex-dirigentes sindicais das entidades de docentes e de trabalhadores técnico-administrativos, os quais estiveram presentes, como militantes e lideranças atuantes, nas inúmeras greves e paralisações ocorridas no período pesquisado. Foram realizadas quatro entrevistas com lideranças de cada entidade sindical, totalizando 24 entrevistas. A maioria das entrevistas só foram possíveis no decorrer de 2009, devido à greve ocorrida no primeiro semestre deste ano e também à dificuldade de entrevistar algumas lideranças, sendo que várias entrevistas foram realizadas através de videoconferência.

O critério para a escolha dos entrevistados foi por indicação obtida através de contatos com as próprias entidades e seus dirigentes, sendo que o objetivo foi entrevistar os atores mais

⁴ O roteiro das entrevistas encontra-se nos anexos.

atuantes nos diversos períodos da vivência sindical buscando retratar uma amostra qualitativa no universo de docentes e demais trabalhadores, os quais são portadores de diferentes matizes político-ideológicos. Dessa forma, a análise do declínio da mobilização sindical nas universidades é feita a partir da representação das lideranças sindicais. Outrossim, foram entrevistadas as lideranças que participaram nos diversos períodos de greves e, concomitantemente, foi solicitado que as mesmas discorressem sobre a situação da trajetória do movimento sindical até os dias atuais.

Optamos pelo anonimato dos entrevistados para garantir uma entrevista mais rica, sem inibir os mesmos e para preservá-los no que diz respeito às possíveis consequências de observações críticas feitas por alguns entrevistados, e por considerar a relevância dos mesmos dentro do movimento sindical nas respectivas universidades. Também foram utilizadas as entrevistas e coleta de dados obtidos em pesquisa anterior.⁵ É importante salientar que as entrevistas foram gravadas e transcritas pelo próprio pesquisador, constituindo-se em material valioso e fidedigno.

A análise dos depoimentos nos forneceram instrumentos para poder perceber as especificidades de cada entidade sindical, bem como a questão da politização dos dirigentes e o “fazer” sindical de cada entidade. No caso dos docentes, os que atuam e militam nas entidades, diferem-se da maioria da base da sua categoria, ou seja, as lideranças do movimento docente adotam uma postura ímpar nas questões referentes a movimentos sindicais. Para desvendar alguns fatores imprescindíveis à pesquisa, construímos um roteiro tendo como base o exercício do nosso próprio questionamento, o qual foi fundamental para inferirmos as conclusões da pesquisa.

Ainda em relação aos procedimentos metodológicos de pesquisa, utilizamos também o método quantitativo com o objetivo de buscar uma complementaridade para o aprofundamento da análise das especificidades do tema, contribuindo também na criação de uma visão histórica e geral dos movimentos grevistas na UNICAMP, USP e UNESP.

Dando prosseguimento à fundamentação empírica construímos um roteiro para a coleta documental dos movimentos e, dessa forma, utilizando o nível técnico-instrumental, o trabalho fundamenta-se também na análise dos dados colhidos nos boletins, jornais e revistas das Entidades Sindicais de docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas e nos

⁵ GRANZOTTO,(2002).

documentos da imprensa catalogados pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP - CEDEM. Foi efetuada uma extensa e criteriosa coleta de dados e informações contidas nestes documentos relativa a datas e períodos das paralisações e greves ocorridas nas três universidades, a quais categorias estavam envolvidas, se ocorreu repressão policial, as reivindicações apresentadas, etc, conforme formulário que está nos anexos. Este exaustivo levantamento também ocorreu nos documentos disponíveis on-line e também nos arquivos de cada entidade sindical para a obtenção da maioria dos registros, inclusive os mais antigos. Em alguns locais, tivemos que organizar a documentação cronologicamente para poder obter os dados. Nesta pesquisa, no caso da USP e UNESP, foi realizado um levantamento documental do período de 1978 a 2008 e, no caso da UNICAMP, entre 2001 e 2008, sendo que os dados da UNICAMP referentes a 1978-2000, foram, em sua maioria, sistematizados em pesquisa anterior.⁶

As modalidades das ações coletivas nós classificamos da seguinte maneira: paralisação (geralmente um dia), greves (mais de cinco dias) e ameaça de paralisação ou greve (estado de greve ou de mobilização permanente). Esta última modalidade geralmente antecede ou precede os períodos de campanha salarial e de greves.

Assim sendo, nossa investigação foi concluída e se delineará em sete capítulos da seguinte forma:

No Capítulo I – **Classes Médias e sindicalismo**, definimos o conceito de classe média através da apreensão e releitura de alguns estudiosos sobre o tema. O sindicalismo nas universidades públicas ocorre a partir de trabalhadores de classe média, ou seja, docentes e trabalhadores técnico-administrativos, e aí se estabelece a diferença com as lutas do operariado. Questões como a proletarianização da classe média, suas formas de se organizar, a questão da meritocracia e as dificuldades de associação dessa classe com outras categorias de trabalhadores também serão abordadas.

No Capítulo II – **As transformações no mundo do trabalho**, explicitamos acerca da inserção do Brasil na globalização e neoliberalismo, mencionando também a reestruturação produtiva, a precarização do trabalho, a terceirização, etc. Abordamos a questão do neoliberalismo inserindo-se no setor público, bem como nas universidades públicas. Tecemos sobre a questão da crescente terceirização implementada nas universidades públicas, ou seja, a ofensiva do neoliberalismo e da reestruturação produtiva investindo pesado contra os

⁶ GRANZOTTO, (2002).

trabalhadores⁷ e suas entidades sindicais. Tentamos abordar, de forma geral, em que medida essas práticas neoliberais afetaram o sindicalismo no setor público e nas universidades públicas.

No Capítulo III – **A Reforma do Estado dos anos 1990**, discorremos sobre a Reforma Administrativa implementada no Brasil nos anos 1990, a Reforma do Ensino Superior, bem como a Reforma da Previdência no governo Lula⁸ e suas implicações nas universidades públicas.

No Capítulo IV- **O sindicalismo no setor público**, abordamos os movimentos do setor público a partir do final dos anos 1970, ou seja, o denominado “novo sindicalismo”, e também os movimentos desse setor na contemporaneidade. Quanto à abordagem sobre o sindicalismo nas universidades públicas, tratamos da questão dos movimentos grevistas nas Universidades de forma geral, principalmente nas universidades federais.

Capítulo V - **A situação de trabalho nas Universidades Estaduais Paulistas**, procuramos reunir dados sobre a situação de trabalho dos docentes e demais trabalhadores das universidades pesquisadas, as carreiras, regimes de contratação, avaliação, a questão salarial, as especificidades da atividade docente e suas implicações no movimento sindical, bem como as conseqüências das ações neoliberais em ambas categorias. Foi preciso dar maior destaque às especificidades da atividade docente, pois o movimento sindical dos docentes reúne características bastante diferenciadas, sendo que representa um setor profissional de trabalhadores não-manuais, deparando-se com a questão em que os patrões, representados pelos reitores, pertencem ao mesmo setor profissional. A ideologia da meritocracia, juntamente com as condições de trabalho e sua configuração no contexto político, particularizam o movimento sindical docente.

No Capítulo VI – **As Universidades Estaduais Paulistas e suas Entidades Sindicais**, apresentamos um breve histórico das três Universidades Estaduais Paulistas com algumas diferenciações e tratamos de explicitar a respeito da história das Entidades sindicais destas Universidades e das perspectivas e diferenças de atuação nos movimentos, as quais caracterizam-se como forma de ação política, pois a finalidade dessas entidades não é somente a prestação da assistência aos associados mas também e, fundamentalmente, esclarecer e proporcionar a conscientização política, a luta pela defesa dos direitos, do salário, de melhores condições de trabalho entre outras. Apresentamos também as taxas de sindicalização dos últimos anos nestas entidades e o percentual de sindicalizados no universo acadêmico.

⁷ Insere-se aqui também os docentes.

No Capítulo VII– **A trajetória dos movimentos sindicais nas Universidades Estaduais Paulistas entre 1978 e 2008**, organizamos cronologicamente e por períodos políticos as greves e paralisações ocorridas ao longo das décadas, com o levantamento quali-quantitativo das greves na UNICAMP, USP e UNESP no período entre 1978 e 2008, com a análise de algumas greves marcantes de cada período, bem como as reivindicações e a questão da repressão aos movimentos. Ainda neste capítulo, discorreremos sobre as práticas sindicais nas universidades pesquisadas, as características das greves ao longo dos anos e a influência dos partidos políticos nos movimentos.

Nas **Considerações finais**, discutimos os fatos principais revelados pela pesquisa e a constatação das hipóteses apresentadas com o objetivo de configurar-se o estudo numa importante contribuição às futuras pesquisas sobre sindicalismo e neoliberalismo no setor público, movimentos nas universidades públicas e sindicalismo das classes médias. A conclusão discute ainda uma questão que se impôs ao longo da pesquisa: haveria outras formas de fazer greve?

É pertinente informar que, ao se debruçar sobre a pesquisa, o leitor encontrará no texto, em vários momentos, repetições de algumas questões apontadas, tais como a influência das ações neoliberais nos movimentos e no comportamento das categorias, o individualismo exacerbado, etc. Porém isso decorre por nossa própria opção, pois trata-se de uma reafirmação necessária para que se destaque alguns fatores fundamentais do estudo. Outrossim, saliento que ainda poderão ser aprofundados, em pesquisas posteriores, vários matizes e desdobramentos que esta tese possa ter trazido à tona e que seria inviável um aprofundamento neste momento devido à própria complexidade do estudo.

⁸ Lula é o primeiro presidente brasileiro de origem operária e ex-sindicalista que chegou ao poder.

CAPITULO I – CLASSES MÉDIAS E SINDICALISMO.

As transformações que o sindicalismo atravessou no decorrer das décadas estão relacionadas com as mudanças na estrutura de classes na sociedade capitalista, com as transformações no mundo do trabalho e com o crescimento das classes médias e do setor de serviços ocorrido no século XX. Entender os fatores que motivaram o surgimento do sindicalismo do setor de serviços, também denominado sindicalismo das classes médias, e seu comportamento em relação ao Estado e a outros movimentos sociais, impõe-se como um questionamento.

Para a articulação deste capítulo, utilizamos como referenciais teóricos estudos⁹ referentes à conceituação de classe média, sindicalismo de classe média, trabalho intelectual e ideologia meritocrática¹⁰

De acordo com Boito Jr. (2007), o conceito de classe média possui alguma tradição no pensamento marxista, mas não foi entre os marxistas que essa idéia avançou. Os autores que desenvolveram esse conceito eram ligados à sociologia weberiana ou à sociologia da estratificação norte americana e evidenciaram as diferenças entre os trabalhadores de classe média e o operariado.

Conforme Mills (1979), os empregados que compõem a nova classe média dividem-se entre diversos níveis da sociedade formando uma pirâmide. Os grupos ocupacionais das classes médias compõem-se dos professores, os vendedores, os trabalhadores de escritório, gerentes e profissionais liberais assalariados, os quais localizam-se em todos os níveis da sociedade moderna, excetuando-se o mais alto e o mais baixo. Nesta obra, esse autor discute o surgimento do sindicalismo dos *white collar*¹¹ indagando se essa categoria poderia mobilizar-se com certa autonomia criando relações com o sindicalismo do operariado e tendo poder para mudar a sociedade na busca pelo aprofundamento da democracia.

Ainda, segundo esse autor, o sindicalismo dos *white collar* integrou o movimento trabalhista nos Estados Unidos como grupo de interesse, na retaguarda do sindicalismo do

⁹Mills (1979), Poulantzas (1975 e 1985), Braverman (1977), Lockwood (1962), Boito Jr (1991, 1992, 1994, 2007), Saes (1977 e 1984) e outros.

¹⁰ A ideologia meritocrática procura legitimar os interesses particulares dos trabalhadores não-manuais, os quais usufruem vantagens como um prêmio aos dons e méritos dos que “trabalham com a cabeça” (BOITO JR, 2007).

¹¹ White collar, cuja tradução literal é colarinho branco e, num sentido mais amplo, designa os trabalhadores burocráticos, de escritório, funcionários públicos, etc.

operariado, permeando a estrutura da sociedade americana e do Estado de um modo acomodado. Naquele país, até os anos 1950, o sindicalismo de classe média não abrangia além de 16% de filiação. As classes médias são compostas de assalariados ou de empregados que recebem salário mês e que não tem mais a possibilidade de acesso à propriedade independente, sendo que o prestígio social é uma de suas características mais importantes.

O fato de que o trabalho de um empregado de colarinho branco exija mais capacidade mental e menos esforço físico do que o do operário tem sido uma base clássica, histórica, para as pretensões de prestígio. No escritório, a tecnologia e a racionalização social diminuíram muito as diferenças técnicas entre o trabalho dos empregados e o dos operários fabris. Hoje, muitos colarinhos brancos manipulam pequenas máquinas num ritmo e em condições bastante semelhantes aos das operações de indústrias leves, embora trabalhem com roupa de passeio em vez de macacão. Entretanto, a variedade das operações e o grau de decisão autônoma são tomados como base do prestígio dos colarinhos brancos (MILLS, 1979, p.262-263).

Ainda, sobre o conceito de classe média, Poulantzas (1985), em sua obra que trata da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, denomina os assalariados como “nova pequena burguesia” e discorre sobre algumas características que diferem essa “nova pequena burguesia” da classe de operários. Essas características seriam: o trabalho improdutivo, funções de chefia, trabalho intelectual.

Em seu estudo, Saes (1977), criticou esse conceito ao referir que os trabalhadores assalariados que desenvolvem trabalho não manual diferem, tanto da classe de operários, como da pequena burguesia. “A distinção entre o “trabalho manual” e o “trabalho não-manual” criou, assim, em toda sociedade capitalista “grupos médios” e uma “consciência média”, distinta da consciência operária” (SAES, 1984, p.12). Esse autor considera que o fator de distinção predominante entre os trabalhadores assalariados não manuais e a classe operária é o apego à ideologia meritocrática. O meritocratismo, característica intrínseca aos trabalhadores que realizam trabalho intelectual, constitui a diferenciação social e econômica e é baseado nos dons e nos méritos individuais.

Conforme Saes (1977), a ideologia da hierarquização do trabalho, típica da classe média, faz com que a contradição entre trabalho manual e trabalho não manual fique reduzida a uma escala de dons e méritos. Ainda sobre essa questão,

(...) o que irá definir a situação de classe média será o apego de um coletivo determinado de trabalhadores à ideologia meritocrática, isto é, à ideologia que representa as desigualdades de classe como uma hierarquia legítima fundada nos dons e nos méritos de cada indivíduo (BOITO JR., 1994a, p.210).

No Brasil, o surgimento dessa nova classe média foi resultado de uma confluência de um processo de expansão sócio-econômica na época do *milagre econômico*, e de uma relativa proletarização da alta classe média durante a recessão do final dos anos 1970 (BOSCHI, 1986).

Em relação à organização política da nova classe média, ressalta-se o processo contínuo de crescimento na quantidade de profissionais liberais sindicalizados no período entre 1960 e 1978, o qual passou de 40.491 para 147.307. Outro fator seria o aumento do número das associações profissionais ocorrido no período. Entre os professores, funcionários públicos, médicos e engenheiros, o número de associações duplicou após 1978, sendo que estas se configuraram num fator de apoio e liderança às greves das classes médias (LARANGEIRA, 1990).

De acordo com Boito Jr. (2007), os movimentos grevistas dos trabalhadores de classe média são um fenômeno tardio se fizermos uma comparação com o sindicalismo do operariado, sendo que a ideologia da meritocracia foi uma característica desta classe que adiou sua adesão ao sindicalismo. Quando uma categoria é apegada à meritocracia, rejeita o movimento sindical, não adere ao coletivo das lutas, pois isso significaria para ele um rebaixamento social, uma identificação com a classe operária. Essa ideologia meritocrática leva o trabalhador a desejar uma melhora econômica buscando desenvolver dons e méritos individualmente, e não através do coletivo. O fator mais importante de diferenciação social é o prestígio e status assumido pelos “colarinhos brancos”.

Em seu estudo, Mills (1979) refere que a tardia sindicalização dos chamados “colarinhos brancos” e também sua atitude anti-sindical se explicaria devido ao preconceito em relação às lutas sindicais, sendo estas caracterizadas como manifestações do operariado. Devido ao fato de alguns setores da classe média não identificarem-se com a classe operária, isso fez com que diversas categorias desse setor relutassem em aceitar suas associações como sindicatos.

Partindo da mesma idéia, conforme Lockwood (1962), os trabalhadores de classe média relutaram a transformarem suas associações em sindicatos e praticarem a greve devido a pensarem o sindicalismo como um movimento tipicamente da classe operária e que a realização de greves se configuraria numa proximidade com o trabalho manual.

Concordando com esse raciocínio, podemos afirmar que essa interpretação foi confirmada no decorrer do levantamento empírico da nossa pesquisa, pois as entidades sindicais das

universidades pesquisadas, levaram um bom tempo para transformarem-se em sindicato (ou seção sindical); principalmente as entidades docentes¹².

Esse fato verificou-se também em relação à categoria bancária pois, de acordo com Canedo (1978), os bancários relutaram até a década de 1930 para chamar a associação da categoria de sindicato, o que se constitui na dificuldade em aceitar essas associações como entidades de luta.

Conforme Coelho,

A evolução do capitalismo provocou a transformação dos intelectuais, tradicionalmente identificados como profissionais liberais pequeno-burgueses, geralmente oriundos da classe média, em trabalhadores assalariados. O fenômeno da mercantilização do trabalho intelectual responde pelo surgimento do movimento sindical nos setores de classe média, inclusive na universidade (COELHO, 1996).

Segundo Trópia (1994), no início, as características do sindicalismo de classe média eram o baixo índice de sindicalização, a recusa de mobilizarem-se em sindicatos, bem como a recusa da greve como manifestação de protesto e luta.

Boito Jr (1994a, p.211) atribuiu esta rejeição ao fato dos trabalhadores não-manuais verem o sindicalismo como um recurso dos incapazes, ou seja, daqueles que usariam a força para compensar a ausência de dons e de méritos e a atividade simples e degradada que executavam. Dessa forma, a ideologia da meritocracia teria produzido “um efeito de isolamento particular: o trabalhador assalariado não se unifica enquanto tal e permanece atomizado, porque aderir à ação sindical equivaleria a admitir um rebaixamento social”.

De acordo com esse pensamento, a ideologia da meritocracia dificulta ou impede a organização coletiva desses trabalhadores, pois o apego a essa ideologia faz com que esses trabalhadores se sintam num nível superior na escala social.

Porém, nem todas as categorias de trabalhadores pertencentes à classe média são apegados à ideologia meritocrática. Conforme Boito Jr,

(...) as diferentes situações de trabalho articulam-se de modos distintos com a ideologia meritocrática. Há situações de trabalho que predisõem fortemente os trabalhadores que ocupam a apegar-se a essa ideologia, há outras que não estimulam tão intensamente o meritocratismo. Há, portanto, uma gradação, determinada pela situação econômica do setor considerado e pelo contexto histórico, no apego à ideologia meritocrática. A situação de trabalho e o meritocratismo são os dois fatores fundamentais a ser considerados na análise das relações da classe média com o sindicalismo (BOITO JR., 2007, p. 236).

¹² Sobre este dado, ver mais adiante a explicitação contida na caracterização das entidades sindicais.

Dessa forma, a situação de trabalho e a questão do meritocratism são imprescindíveis para o estudo das relações entre classe média e sindicalismo, sendo que meritocracia e sindicalismo são elementos contraditórios.

No campo da organização e da luta sindical, é a ideologia meritocrática que explica as atitudes básicas dos trabalhadores de classe média diante do sindicalismo. Num limite inferior, o trabalhador de classe média tende, dado o seu meritocratism, a rejeitar a organização e a luta sindical. Dadas determinadas condições, o trabalhador de classe média pode aderir ao sindicalismo, mas o fará sem ultrapassar o limite dado pela sua situação de classe, o que significa, concretamente, a prática de um sindicalismo marcado pelo corporativismo profissional, enquanto manifestação sindical da ideologia meritocrática (BOITO JR, 1994a, p.210).

Esse autor ressalta que a adesão ao sindicalismo não significa que ocorreu uma superação da ideologia meritocrática, ou seja, a superação de um bloqueio que separaria os trabalhadores de classe média e os do setor operário.

Conforme Nogueira (1993), o servidor público é considerado um trabalhador assalariado de classe média, mas não como trabalhador assalariado da produção e sim do setor de serviços. O sindicalismo de classe média seria assim definido:

(...) o sindicalismo de assalariados de serviços que não efetuam tarefas manuais, não operam máquinas para a realização de um produto, não estão submetidos a controles de tempo e movimento, não efetuam habitualmente tarefas repetitivas e padronizadas e recebem por mês e não por hora (RODRIGUES, 1990, p.46).

Voltando o olhar novamente para a questão da expansão do sindicalismo de classe média, esta aconteceu num panorama de declínio das taxas de sindicalização e das greves em diversos países centrais (RODRIGUES apud BOITO JR. 1994). Observamos que o movimento dos assalariados de classe média tornou-se um setor de crescente importância no cenário do movimento sindical brasileiro no decorrer dos anos 1980.

Entre 1978 e 1989, os assalariados de classe média foram responsáveis por 70% do total das jornadas perdidas no período; dentre estes assalariados, os servidores públicos foram responsáveis por 90% das jornadas perdidas e os professores de escolas e universidades foram responsáveis por 45% destas jornadas, tornando-se, assim, a categoria profissional com maior peso no movimento grevista dos assalariados de classe média. No conjunto do setor público, os professores foram responsáveis por 38% das jornadas perdidas, tornando-se, novamente, a categoria profissional com maior peso no conjunto do movimento grevista deste setor (BULHÕES, 1994, p.46).

Na conjuntura do final dos anos 1970 não somente o operariado lutava contra o regime militar e o arrocho salarial, mas somaram-se ao operariado outras categorias de trabalhadores de classe média, tais como os professores, médicos, engenheiros, funcionários públicos, etc.

Conforme Trópia (1994), a defasagem salarial, o rebaixamento das condições de trabalho e de moradia, entre outros fatores, contribuíram para a adesão de uma parcela da classe média ao movimento sindical.

É importante salientar que, apesar de nos dias atuais ainda existirem muitos docentes que não se percebem como trabalhadores, não podemos menosprezar o fato de que existe uma parcela destes que se percebe como tal, conforme segue: “A greve de 1979, talvez a primeira do ensino superior no Brasil, representou uma virada completa na mentalidade dos docentes. Foi quando se percebeu que o professor não era mais um príncipe, era um trabalhador” (ADUSP, 2007b). Ou ainda:

(...) em uma outra greve depois daquela de 79, tive a oportunidade de dizer que o professor universitário, dadas as suas condições de vida e dada a evolução da sociedade, não é mais um *gentleman* ligado às elites. Ele é muito mais um homem ligado ao trabalhador. Por isso, o comício, a manifestação, o protesto, a greve, tornam-se instrumentos legítimos desta nova etapa da sua vida (CANDIDO, 2002, p.202).

Cabe aqui ressaltarmos a importância das greves dos setores de classe média que emergiram no final dos anos 1970, as quais tiveram como característica principal algum nível de politização, pois associaram às lutas não somente as questões econômicas, mas também a aquisição de direitos políticos e sociais e pela democracia do país.

Conforme Trópia:

O rebaixamento salarial, a degradação das condições de trabalho, de moradia, de vida de uma forma geral, a ineficácia das credenciais educacionais e as dificuldades do mercado de trabalho são fatores – sobredeterminados naquela conjuntura de crise – que contribuíram para a inserção ou renovação de alguns setores médios na luta sindical (TRÓPIA, 1994, p.35-36).

É importante mencionar que o sindicalismo de classe média possui particularidades que o distinguem do sindicalismo da classe operária. Conforme Boito Jr:

O ponto crítico na relação entre o sindicalismo operário e o sindicalismo meritocrático de classe média é a defesa, pelo sindicalismo de classe média, do salário relacional, isto é, da hierarquia salarial supostamente baseada nos dons e méritos individuais (BOITO JR, 2007, p.244).

Ainda, de acordo com esse autor, a ideologia meritocrática impõe limites à organização das classes médias, promovendo um “sindicalismo meritocrático”, o qual implicaria uma não aceitação da ação sindical como forma de conquista pela igualdade social entre trabalhadores manuais e não-manuais (BOITO JR., 1992a).

O sindicalismo meritocrático possui particularidades nos métodos utilizados na luta sindical, constituindo uma prática mais branda e procurando diferenciar-se do sindicalismo da classe operária. “O piquete é uma prática corrente do sindicalismo operário e muito pouco aceito no sindicalismo de classe média” (BOITO JR, 2007, p.243). Nossa pesquisa corrobora essa questão em relação à atuação dos docentes:

Se numa assembléia da ADUNICAMP, numa hipótese muito remota, decide que vai fazer piquete, eu duvido que os professores vão sair da assembléia e vão fazer piquete, pode até decidir na assembléia, aí vai só a diretoria implementar porque o resto não vai (risos), porque nunca fez parte do... mesmo nas lutas mais importantes, mais aguerridas, nunca fez parte do ritual dos docentes essa forma de luta, o piquete, etc e tal.¹³

Ele se vê apenas como um intelectual e isso funciona, muitas vezes, como se fosse uma barreira pra se engajar e se articular com o restante do conjunto da classe trabalhadora. Isso se reflete perfeitamente bem, inclusive, nos instrumentos de ação da classe; como ocupação, greve, piquete; essas coisas todas sempre são vistas pela categoria como um tanto quanto “radical”; são vistas de forma sectária, porque a radicalidade significaria buscar as coisas pela raiz, no sentido marxista da palavra e, no entanto, ao buscar isso pela raiz, por uma questão de exigência de ofício intelectual, significaria buscar sua própria origem como trabalhador e isso causa um certo ruído e uma certa resistência.¹⁴

Porém, nossa pesquisa demonstrou também, que o piquete é aceito e implementado nos dias atuais, por uma parcela dos trabalhadores de classe média das Universidades pesquisadas:

A reação das categorias já não se dão mais como na década de 1980. Naquela década, as greves eram mais firmes, mais fortes, piquetes era uma prática comum do movimento dos trabalhadores; até início da década de 1990 também; mas de lá para cá, a gente não vê isso no cotidiano do movimento. Aqui na USP eu me sinto orgulhoso de participar dessa categoria, de ser um trabalhador da USP, porque eles executam algumas ações mais firmes, mais radicais que, em dados momentos, são necessárias. Infelizmente, eu acho que isso deveria ser exemplo para outras categorias, que não tomam esse tipo de prática; a gente não vê mais.¹⁵

Por outro lado, em sua pesquisa, Fantinatti (1998) refere que “a condição de trabalhadores assalariados não seria imediatamente percebida como tal” pelos docentes. Conforme nossa pesquisa, podemos constatar que a grande maioria dos docentes não se percebem como trabalhadores assalariados, sendo que apenas uma minoria possui essa identificação (geralmente a vanguarda do movimento sindical e uma parcela que também pratica a militância sindical). De acordo com depoimentos colhidos ao longo da pesquisa, o fato de não se reconhecerem como trabalhadores assalariados já se constitui num primeiro fator de dificuldade para a adesão aos movimentos sindicais.

¹³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

¹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

¹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

“Eu acho que a própria visão do docente como trabalhador, se sentir como um trabalhador comum é mais difícil (...) Acho que é o fato de como o docente se vê como uma categoria diferente das outras¹⁶”.

Cada categoria tem seu perfil, tem características próprias. A categoria docente tem algumas características e uma delas, em geral, os docentes não se reconhecem muito como trabalhadores, são intelectuais e isso é um complicador, ele se reconhece como uma categoria importante, se reconhece como produtor de conhecimento, mas não se reconhece como trabalhador assalariado.¹⁷

Em decorrência da divisão do trabalho que a gente vive na sociedade, uma boa parte da categoria docente não se vê como trabalhador, ela se vê apenas como se fosse “um trabalhador intelectual”. Ela na verdade se sente acima das condições reais do conjunto da classe trabalhadora porque desenvolve um trabalho de natureza intelectual. Então, você tem nesse elemento, uma espécie de barreira que coloca o conjunto dos docentes como uma categoria à parte dentro da classe trabalhadora.¹⁸

O senso comum dos professores não se entende como trabalhador (risos); se entende como docente, por isso que eu faço até uma distinção: o professor que participa das mobilizações, das greves, um professor ativo eu denomino como professor. Aquele que não participa de nada eu denomino como docente (risos); é alguém que é do outro lado, pode-se dizer que quase inimigo. Só a vanguarda se reconhece como trabalhador; é uma categoria elitizada, né? São trabalhadores, mas não se enxergam como tal.¹⁹

“A primeira dificuldade é o fato de que a maior parte não se considera trabalhador, às vezes é mais fácil mobilizar por uma questão de dignidade, quando o Maluf entrevistou na Unicamp, por exemplo, do que por questões salariais”.²⁰

A ideologia da meritocracia presente nesta categoria de trabalhadores de classe média, sua situação de trabalho específica e a conjuntura política do país e da própria Universidade, são fatores que interferem na atuação sindical adotada por essas categorias.

Porém, quando ocorre o deslocamento da meritocracia de focalizar o mérito individual para o mérito da profissão, os trabalhadores de classe média podem ser estimulados à prática da luta coletiva para a defesa não apenas do poder aquisitivo dos salários mas também a defesa da “posição relativa dos salários da profissão na hierarquia salarial” (BOITO JR, 2007, p.240-241). O autor cita o caso do sindicalismo dos professores, em que ocorre uma identificação coletiva restrita à profissão e com dificuldade à politização da luta sindical.

¹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP no ano de 2002 em pesquisa anterior.

¹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP no ano de 2002 em pesquisa anterior.

¹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

¹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

²⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

1- Classe Média e a questão da proletarização-

Em seu estudo, Poulantzas (1985) aborda os aspectos econômicos, políticos e ideológicos que diferem a “nova pequena burguesia” do proletariado. Com relação ao fator econômico, ele coloca a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, sendo isso um fator de delimitação entre o operariado e a “nova pequena burguesia”.

Existem diversos autores²¹ que sustentam a tese da proletarização dos docentes, a qual está sendo questionada. Porém, o que é visível é que a categoria docente se mantém distinta dos trabalhadores proletarizados: apesar de participarem nos movimentos sociais junto com outras classes, não abrem mão das prerrogativas de classe média e de seu status social de “intelectuais”.

Mills (1979) definiu os professores como “os proletários das profissões liberais”, sobretudo os do ensino primário e secundário. Refere ainda que essa categoria tem geralmente uma origem plebéia, com uma cultura restrita e uma imaginação limitada. Porém, cabe ressaltar que nosso foco neste estudo são os professores de nível superior.

Alguns autores, tais como Braverman (1977), teorizaram sobre uma tendência à proletarização da classe média pois, segundo ele, haveria uma identificação entre a situação de classe dos trabalhadores assalariados em escritório e os trabalhadores manuais, e além da expansão do sindicalismo de classe média ocorrido a partir dos anos 1970. Sua análise sobre as classes sociais foi realizada sob o capitalismo monopolista, sendo que a nova forma de organizar o trabalho e as novas tecnologias utilizadas no processo de produção, acarretariam o aumento da oferta de mão-de-obra e a conseqüente tendência à proletarização.

Ainda segundo Braverman (1977), no âmbito da categoria docente houve um aumento no número de trabalhadores em escritórios e uma crescente padronização e rotinização deste trabalho, com a conseqüente burocratização das tarefas realizadas através da mecanização e de operações não qualificadas. Estas características no trabalho em escritórios o aproximaria do trabalho do operariado. A parcela da classe média que mantém um grau de controle sobre o trabalho e também remuneração diferenciada em relação ao proletariado tenderia a uma fusão com os demais trabalhadores assalariados, sendo sua definição de classe média:

Esta parcela do emprego que abrange os engenheiros, técnicos, quadro científico, os níveis inferiores da supervisão e gerência, o considerável número dos empregos especializados e “liberais” ocupados em mercadejamento, administração financeira e

²¹ Ver ENGUITA (1991).

organizacional e semelhantes, fora da indústria capitalista, em hospitais, escolas, repartições públicas, etc (BRAVERMAN, 1977, p.).

Cabe citar aqui a pesquisa de Wright (1979) sobre a estrutura norte-americana de classes, a qual coloca o conceito de “situações contraditórias de classe” e segue também a visão de uma tendência à proletarização por parte da classe média assalariada. Segundo esse autor, os trabalhadores, dependendo do grau de controle sobre o seu trabalho, poderiam vivenciar posições contraditórias entre a burguesia e o proletariado, conforme afirmação abaixo:

Ainda hoje existem categorias de empregados que tem certo grau de controle imediato sobre as suas condições de trabalho, sobre o processo imediato de trabalho. No seu ambiente imediato de trabalho, mantém o processo de trabalho do artesão independente enquanto ainda empregados pelo capital como assalariados. Controlam a maneira de fazer o seu trabalho, e tem pelo menos algum controle sobre o que produzem. Bom exemplo disso é um pesquisador num laboratório ou um professor numa universidade de elite. Esse controle mínimo sobre os meios físicos de produção por empregados fora da hierarquia da autoridade constitui a situação contraditória básica entre a pequena burguesia e o proletariado (WRIGHT, 1979, p. 76).

O autor coloca os professores para exemplificar os assalariados que estariam em posições contraditórias de classe:

Professores encarregados de grandes projetos de pesquisa e que possam contratar assistentes, secretários, etc. poderiam ser considerados como ocupando uma situação contraditória entre empregados semi-autônomos e pequenos empregadores (WRIGHT, 1979, p.78).

Embora nos últimos anos, o professorado vem perdendo o domínio sobre seu próprio trabalho, Boito Jr. (1994a) sustenta que não houve uma proletarização da classe média e que o sindicalismo dessa classe possui particularidades que o diferenciam do sindicalismo do operariado, sendo que os trabalhadores de classe média pertencem a diferentes frações dessa classe com situações de trabalho muito variáveis, tais como: nível de socialização do trabalho que executam, remuneração que recebem, qualificações exigidas para cada profissão específica, complexidade desse trabalho, autonomia, ou se possui controle sobre os demais trabalhadores, etc.

Conforme Quadros (2004), que efetuou uma divisão da classe média em três níveis de renda familiar: alta classe média (acima de R\$ 5.000), média classe média (de R\$2.500 a R\$ 5.000) e baixa classe média (de R\$ 1.000 a R\$ 2.500); em seu estudo mostra que, em 1990, 15,8% caíram da alta classe média, 5,3% da média classe média e 0,5% da baixa classe média. Em 1999 caíram 8,9% da alta classe média, 7,5% da média classe média e 4% da baixa classe

média. Em 2003 caíram 14,6% da alta classe média, 6,9% da média classe média e 3,8% da baixa classe média, sendo que neste último ano a renda familiar de mais de 3,5 milhões de pessoas passou a ser inferior a R\$ 500.

Por sua vez, a classe média também foi vítima do neoliberalismo²², pois, com as medidas recessivas adotadas pelo governo na década de 1990 e os sucessivos choques inflacionários, a classe média sofreu as consequências da estagnação da economia, do desemprego e desvalorização dos salários, acarretando uma crescente queda do poder aquisitivo e, conseqüentemente, perda do status social. Para complicar a situação, infelizmente no Brasil, ainda persiste um sistema injusto de tributação, o qual onera os pobres e, principalmente, a classe média assalariada, em benefício da burguesia. Desde os anos 1990 rompeu-se o padrão de reprodução da classe média assalariada e com as políticas neoliberais de abertura comercial, terceirizações, privatizações de estatais, etc, esta classe foi diretamente afetada.

“A mobilidade e a ascensão social praticamente deixaram de existir para os grandes segmentos populacionais identificados com a classe média, com aprofundamento do processo de desaburguesamento de seu padrão de consumo” (GUERRA et al, 2006, p.34).

Conforme Castel (1998), vem se acentuando a degradação da condição salarial que se observa desde a década de 1970, sendo que a aceitação de uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia poderia custar o fim da sociedade salarial, ou seja, a engrenagem de trabalho e de proteções que com dificuldade se impôs.

O governo Lula, ao aderir ao neoliberalismo, está elevando a uma etapa superior o longo processo que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa no Brasil – a hegemonia regressiva do modelo capitalista neoliberal periférico. Grande parte daquilo que faz hoje e os apoios políticos com que pode contar são, portanto, os mesmos utilizados por FHC. Lula herdou não só o modelo econômico, mas também a sua base de sustentação política (BOITO JR, 2003b).

Também a partir dos anos 1980, com a crise da economia, recessão e o processo inflacionário e, em seguida, após os anos 1990, com a implementação de ações neoliberais (abertura comercial e financeira), os setores da classe média foram atingidos pela estagnação da economia, o crescente desemprego e a conseqüente queda dos rendimentos. Com a perda de status dessa classe e o surgimento de dificuldades no mercado de trabalho, que passou a ser movido pela competição com a crescente cobrança de qualificações, o desejo de ascensão social ficou comprometido (GUERRA et al, 2006).

Considerando-se outro estudo de Quadros (2007), o qual demonstrou que a partir do ano de 1999 ocorreu o rebaixamento econômico dos estratos superiores, ou seja, da alta classe média²³ assalariada e da média classe média; o que significaria o “encolhimento” da classe média brasileira, com um nítido rebaixamento social e econômico desta classe. O autor refere que o longo período de estagnação produtiva e econômica do país foi o responsável pelo fenômeno.

De acordo com Nogueira, que observou sobre a proletarização da classe média,

(...) as classes médias pela posição que ocupam no mercado de trabalho e pela ideologia tanto podem ser incluídas na noção de classe dominante como na de classe trabalhadora; as classes médias de forma crescente vivem um processo de proletarização que na dimensão sócio-econômica as aproxima da condição operária, passando, atualmente pelos mesmos riscos de incluírem-se em processos de subproletarização (NOGUEIRA, 1996, p.90).

Portanto, nos últimos anos, com a implementação do neoliberalismo e a redução do papel do Estado, as classes médias se deparam com a crescente diminuição de seu poder aquisitivo e de seus direitos pois, a política atual de focalização das políticas sociais e a crescente diminuição das verbas públicas faz com que as classes médias tenham seus salários achatados e, concomitantemente, necessitem cada vez mais recorrer ao mercado de serviços²⁴ para a obtenção da proteção social.

Nos dias de hoje, há que se considerar a perspectiva colocada com a adesão das ações neoliberais nas universidades de uma parcela dos docentes adotarem “saídas individuais”, ou seja, a oportunidade crescente de obterem uma maior remuneração através dos cursos pagos, bolsas de pesquisa, assessorias, etc.

²² Movimento ideológico em escala mundial; nasceu logo depois da II Guerra Mundial na Europa e América do Norte. Foi uma reação contra o Estado de bem-estar social. Ver também BOITO JR., (1999).

²³ Compõem a alta classe média assalariada: administradores, gerentes e chefes, dentistas e enfermeiros diplomados, engenheiros e arquitetos, **professores de ensino superior**, outras ocupações técnicas e científicas de nível superior (QUADROS, 2003).

²⁴ Escolas particulares, planos de saúde, previdência privada, etc.

CAPÍTULO II -AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Nas últimas décadas o mundo do trabalho tem sofrido intensas transformações as quais estão relacionadas com mudanças políticas, econômicas e ideológicas, em âmbito nacional e internacional. A compreensão desse contexto torna-se fundamental para a análise que se apresenta no momento.

2.1- Globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva.

Uma intensa reestruturação (já denominada desestruturação) produtiva²⁵, implementada nos países mais avançados durante as últimas duas décadas, fruto de uma globalização²⁶ econômica e da implantação do neoliberalismo, produziu graves conseqüências no mundo do trabalho, tais como um sistema de relações trabalhistas mais flexível e desregulamentado²⁷, sendo que esse contexto já está presente nos países da América Latina e no Brasil, desde os anos 1990. Ao contrário da tendência observada dos anos 1930 aos anos 1970, estamos nos deparando com o desemprego, a extinção de postos de trabalho formais e desassalariamento configurando-se numa contínua e crescente desestruturação do mercado de trabalho.

O neoliberalismo tem revogado as reformas que o movimento operário e popular impôs ao capitalismo. Essa ofensiva reacionária está desmontando o Estado de bem-estar na Europa ocidental e suprimindo os poucos direitos sociais existentes na América Latina. Isso está ocorrendo devido a mudanças na economia e na política em escala internacional (BOITO JR, 2007, p.261).

Por outro lado, a globalização é apresentada como um processo benéfico e necessário ao qual a sociedade tem que se adaptar. O determinante essencial da globalização é a transformação profunda do modo de organização do trabalho: as empresas multinacionais com o objetivo de obterem maior lucratividade, instalam-se em países que oferecem força de trabalho mais barata através do trabalho precarizado²⁸. Desse modo, ela marginaliza os países em desenvolvimento e, conforme o processo de globalização avança, acentua-se o processo de deterioração das condições de trabalho.

²⁵ A reestruturação produtiva desenvolveu-se de modo mais intenso no Brasil ao longo da década de 1990 (ANTUNES, 2004).

²⁶ A globalização busca universalizar os interesses de potências econômicas; ocorre o favorecimento da esfera econômica mundial e novas dimensões da divisão internacional do trabalho.

²⁷ “A desregulamentação dos direitos trabalhistas é o processo pelo qual os mesmos são derogados, perdendo a regulamentação; é um tipo de flexibilização promovida pela legislação” (SIQUEIRA NETO, 1996, p.334).

²⁸ Trabalho sob condições de ausência ou redução de direitos, de garantias e de qualidade no trabalho.

O capital é móvel e não tem qualquer ligação nacional, ele se instalará onde imperam as vantagens de mercado, mas o trabalhador é tanto nacionalmente localizado quanto relativamente estático, e deve adaptar suas expectativas políticas para enfrentar as novas pressões da competitividade internacional (HIRST e THOMPSON, 1998, p.271).

Ainda, conforme os autores acima, as forças do mercado mundial são até mesmo mais fortes do que os Estados mais poderosos, sendo que essa economia globalizada possibilita aos mercados e empresas posicionar a produção objetivando alcançar um benefício máximo e sem a intervenção do Estado. Dessa forma, o livre comércio, os mercados capitalistas a nível mundial e as empresas transnacionais abastecem os consumidores mundialmente com produtos barateados e eficientes.

A idéia-força balizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimo de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advém a tese do *Estado mínimo* e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito a estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser comprado e regido pela *férrea* lógica das leis do mercado. Na realidade, a idéia de *Estado mínimo* significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (FRIGOTTO, 1995, p.83-84).

Para ilustrar melhor a questão do neoliberalismo no nosso país, torna-se necessária a explicitação de suas origens, no exterior e no Brasil.

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra mundial, na Europa e América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação contra o Estado de bem-estar social dos anos 1970. Com a chegada da grande crise da economia, quando todo o mundo capitalista caiu em profunda recessão com baixas taxas de desenvolvimento econômico e altas taxas de inflação, as idéias neoliberais começaram a ganhar terreno (SADER, 1995).

O neoliberalismo tem como um de seus principais alvos os direitos sociais e trabalhistas. Esses são combatidos em nome de um Estado mínimo e livre mercado, o que justifica a privatização de empresas e serviços públicos, bem como as mudanças nas políticas sociais – dentre as quais os programas de previdência pública –, levando à mercantilização crescente das necessidades sociais (GALVÃO, 2007, p.171).

A primeira experiência neoliberal foi implementada no Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet, onde mesclavam-se a repressão política e a liberdade da economia. Em países mais desenvolvidos a experiência de governos neoliberais ocorreu no Reino Unido em 1979, com Margareth Thatcher; nos Estados Unidos em 1980, com Ronald Reagan e na Alemanha em 1982, com Helmut Khol. Apesar de cada uma destas experiências de governos neoliberais terem apresentado suas peculiaridades, o que foi uniforme é que os três chefes de Estado permaneceram no poder por um longo tempo e desestruturaram o “Welfare State”. No Reino Unido o

neoliberalismo foi mais radical: cortes das políticas sociais, muitas privatizações, acentuado quadro de desemprego, acirrado controle monetário e o favorecimento da liberdade dos fluxos de capitais (ABREU, 2009).

No Brasil, as ações neoliberais tiveram início nos anos 1990, a partir do governo Collor, com privatizações, abertura comercial, desregulamentação financeira e do mercado de trabalho. De acordo com Jinkings (2006), o PND²⁹ tinha como objetivo a privatização em grande escala e promoveu o início do desmonte da esfera estatal da economia do país, o qual foi criado no início do governo Collor. Conforme Boito Jr:

O neoliberalismo brasileiro é “tardio” frente aos demais países da América Latina, e embora o primeiro governo FHC tenha acelerado sua implantação, essa política está longe de ter esgotado suas possibilidades no Brasil. A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos (BOITO JR., 1999a, p.11 e 23).

A década de 1980 foi de resistência às propostas do neoliberalismo, com o avanço do sindicalismo caracterizando uma resistência organizada frente à tendência neoliberal, a qual irrompia nos demais países capitalistas. O neoliberalismo implementado no país pós anos 1990, através do governo Collor, consistiu principalmente de uma política industrial centrada na abertura comercial, intenso processo de privatizações, desregulamentação e flexibilização da mão de obra, reestruturação das políticas sociais, etc (ALVES, 1998).

Na atualidade o neoliberalismo vem sendo muito criticado por ter promovido uma acentuada desestruturação social com o aumento acelerado do desemprego e das sociedades desiguais.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma realização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, tem que se adaptar às suas normas (ANDERSON, 1998, p.22-23).

²⁹ O Programa Nacional de desestatização foi criado através da Lei nº 8031/1990 (JINKINGS, 2006).

Por outro lado, a reestruturação produtiva consiste em novas formas de organizar a produção, tais como: contratações flexíveis, ou flexibilização³⁰, terceirização, desregulamentação³¹, banco de horas³², qualificação da mão-de-obra³³, diminuição de postos de trabalho, trabalho a domicílio e outras.

O processo atual de flexibilização espúria das relações de trabalho, que ganha espaço nos anos 90 e que se desdobra em formas de contratações precárias e na maior autonomia das empresas para usar e remunerar a força de trabalho. Fruto da instabilidade que cerca as economias capitalistas, este cenário de deterioração das condições de trabalho é agravado pelas políticas econômicas implementadas ao longo da década no país, que resultam na estagnação da renda por habitante e na perda de renda para o conjunto dos trabalhadores (DIEESE, 2001, p.102).

De acordo com Leite, a reestruturação produtiva se caracteriza “pela tendência ao enxugamento das empresas por meio da externalização de partes do processo produtivo para terceiros” (LEITE, 2004, p.58). Isso nada mais é do que o processo da terceirização, do qual discutiremos mais adiante.

Conforme diversos estudos recentes, vem crescendo o número de trabalhadores sem registro em carteira e sob as novas formas de trabalho já mencionadas, ou seja, o trabalho a domicílio, o informal, o temporário, o trabalho em tempo parcial, etc. Esse panorama se configura num considerável e crescente número de trabalhadores destituídos de direitos sociais e trabalhistas, isto é, sem direito à Previdência Social, ao FGTS, férias, seguro desemprego, auxílio doença, aposentadoria, etc.

A proteção social nesse contexto foi sendo abalada e muitas conquistas obtidas pelos trabalhadores no decorrer do século XX foram perdidas. Com tudo isso, os sindicatos passaram a sofrer dificuldades³⁴ em sua atuação diante do novo contexto de instabilidade social. Nesse cenário de desregulamentação, de flexibilização da mão de obra e de desemprego globalizado, ocorre uma mudança crucial que é a baixa proteção social. Os autores Santana e Ramalho mencionam “*uma nova questão social*”, sendo que

³⁰ Tem função ideológica de fazer com que os trabalhadores aceitem a redução de direitos; idéia que pressupõe que haja menos regras perante a lei e mais regras negociadas; passar da regulamentação pelo Estado à regulação pelo mercado, numa perspectiva de redução de direitos (GALVÃO, 2007).

³¹ Termo que não obrigatoriamente significa a anulação de leis e regulamentos, mas, pelo contrário, pode significar novas leis que reconhecem juridicamente contratos diferentes e permitem a quebra de mecanismos definidos anteriormente, promovendo a perda de direitos (GALVÃO, 2007).

³² O banco de horas permite que a empresa organize a jornada de trabalho conforme suas necessidades, mesmo que não convenha ao empregado.

³³ Para essa questão ver: LEITE, M. P. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional, Novos Estudos Cebrap, julho/1996.

³⁴ Algumas dificuldades seriam a queda no número de sindicalizados e a desmobilização sindical.

(...) o trabalho, um dos eixos centrais de vertebração da ordem social moderna, ficou enfraquecido, com a chamada crise do trabalho, e a sociedade sofreu as consequências, através de problemas sociais diferenciados, no que já vem sendo designado como a nova era das desigualdades, marcada entre outras características, pela perda de institutos de proteção social, pelo aumento das taxas de pobreza global e pelo aumento das disparidades sociais, enfim, pela ampliação das margens de vulnerabilidade social e econômica (SANTANA e RAMALHO, 2003, p.13).

Porém, antes destes, Castel também associou o tema trabalho e sociedade salarial à “questão social”. Para esse autor: “ a ‘questão social’ pode ser caracterizada por uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade” (CASTEL, 1998, p.41).

O núcleo da questão social hoje seria pois, novamente a existência de “inúteis para o mundo”, de supranumerários e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (CASTEL, 1998, p.593).

Ainda, conforme Chesnais (1996), a conjuntura mundial dos anos 1990 apresenta características de uma depressão econômica longa. Atualmente o processo de precarização do trabalho ditado pelo capitalismo atinge também áreas de emprego estabilizadas há muito tempo, como é o caso do setor público.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a sociedade brasileira apresentava uma grande expectativa e tinha esperanças que ocorresse a retomada do crescimento econômico e a construção de um Estado de bem-estar social. Vejamos Santana e Ramalho:

(...) muitas certezas, consolidadas havia pelo menos cinquenta anos, em termos da importância do papel do Estado na economia e da necessidade de processos regulatórios para manter a proteção social, foram profundamente abaladas ou enfraquecidas no debate público (SANTANA e RAMALHO, 2003, p.12).

Enquanto a Constituição de 1988 enaltece os direitos sociais, as práticas neoliberais desconstruem os direitos trabalhistas adquiridos. No lugar de Seguridade Social, os neoliberais propõem o seguro social, no lugar do Estado promotor de políticas públicas, propõe-se o Estado mínimo e a privatização dos serviços públicos. Dessa forma:

A década de 1990 constituiu um período de grande expectativa para a sociedade brasileira. A promulgação da nova Constituição Nacional, no final da década anterior, foi marcada pela definição de diretrizes econômicas e sociais que carregavam grande esperança de uma retomada do crescimento econômico que favorecesse a superação do atraso da questão social. As expectativas, portanto, encontravam-se voltadas para a construção de um Estado de bem-estar social, que havia sido obstruída durante o longo período de desenvolvimento econômico vivido pelo país depois dos anos 1930 (WACQUANT, 2003, p.109).

Conforme o exposto, em relação ao mercado de trabalho, nos anos 1990 ocorreram mudanças significativas e profundas no mundo do trabalho, tanto no Brasil como

internacionalmente, ocasionando um crescente aumento da precariedade e informalidade do trabalho em inúmeros países. Desde 1980 a economia brasileira sofreu uma profunda inflexão: (...) “o país ingressou na mais grave crise desde 1900, responsável pela regressão de sua participação na economia mundial. No ano de 1999, a renda nacional foi equivalente a apenas 2,8% da renda mundial, retroagindo aos anos 80” (POCHMANN, 2000, p.127).

Os anos 1990 não foram bons para os trabalhadores em termos salariais, pois a instabilidade econômica durante essa década, teve fortes impactos sobre o mercado de trabalho com consequências negativas sobre os salários (DIEESE, 2001). Diante disso, a má distribuição de renda acentuou-se e houve uma perda do poder aquisitivo dos salários. A recuperação do salário mínimo ocorrida na segunda metade dos anos 1990 não foi capaz de compensar a fase anterior de acentuada inflação (DIEESE, 2001). Entre 1994 e 2006 o salário mínimo teve um aumento real de mais de 80%, porém seu poder de compra ainda permanece reduzido (SANTOS e GARRIDO, 2007).

Neste sentido, assiste-se, a partir de 1990, a um longo e contínuo processo de negar direitos constitucionais, em favor de reduzir a questão social aos “mais pobres dentre os pobres”. Essa travessia foi sendo construída pelas contra-reformas realizadas até 1998 e, daí em diante, pelo progressivo reforço da opção em direção aos programas focalizados de transferência de renda. Essa concepção fincou raízes no Brasil entre 1999 e 2002, impulsionada pelo acordo com o FMI (1998) (FAGNANI, 2007, p.50).

Com a implantação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, o mundo do trabalho fica mais instável e enxuto, o trabalhador sente-se inseguro e precário em vários aspectos, os rendimentos e benefícios ficam reduzidos, a jornada e a intensidade do trabalho ficam mais acentuadas e as condições de trabalho tornam-se precarizadas.

Especialmente durante o Plano Real [1994], tornam-se evidentes os indícios de um aprofundamento da desregulação das normas do trabalho, de uma flexibilização das relações de trabalho no Brasil, o que se expressa tanto pelas mudanças institucionais, como pela dinâmica dos atores sociais em um contexto marcado pela desregulação comercial e financeira, pelas inovações tecnológicas e organizacionais, pelo medíocre e instável desempenho da economia, pela crescente elevação do desemprego e pelo crescimento da precarização do trabalho (KREIN, 2003, p.281).

Nota-se um crescimento do trabalho em cooperativas, da terceirização, do trabalho sem registro, da queda da remuneração, das facilidades de demissão em virtude de alterações de medidas legais e sentenças normativas. Isso tudo acrescenta novos pontos nas discussões das negociações coletivas produzindo uma alteração no comportamento dos atores sociais no processo de negociação coletiva (KREIN, 2003).

Em 1990, 60% do trabalho era com carteira assinada; em 2002, caiu para 40%. É brutal a quantidade de pessoas que passaram a ser cidadãos de segunda classe. A queda da mobilidade social e a desestruturação do mercado de trabalho estão na base da chaga social que estamos vivenciando nos últimos anos, como a violência (...) (FAGNANI, 2005, p.7).

Estas consequências graves do neoliberalismo, sobretudo na América Latina, ou seja, a contínua ampliação da precarização social em virtude da desregulamentação das relações de trabalho e do declínio do setor industrial, são apresentadas à sociedade como o fracasso do próprio Estado para que se possa justificar as reformas. Conforme Boito Jr.:

A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a crescente condenação do Estado e das empresas públicas, como o espaço do desperdício, do burocratismo e dos privilégios, são idéias que ganharam a condição de verdadeiro 'senso comum', difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares" (BOITO JR, 1996).

Neste sentido, essa argumentação construída sobre a ineficiência e desperdício estatal tem a função de legitimar a implementação das ações neoliberais. Vejamos o que diz Frigotto:

“Ao contrário do que a ideologia neoliberal tenta passar, o capitalismo não é o fim da história ou a forma desejável e perene de relações sociais. É apenas o fim da pré-história humana, a da sociedade de classes” (FRIGOTTO, 2000, p.206). O autor está se referindo ao novo capitalismo, ou seja, o neoliberalismo não é a solução para a crise do capitalismo.

Os efeitos perversos, no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva em curso, traduzem-se em efeitos ainda mais perversos na sociedade (excludente) de mercado, em um processo em que o criador parece não mais poder controlar a criatura ou em que a criatura pode até mesmo devorar o criador (NAVARRO e NADER, 1997, p.65).

Diante deste quadro, observamos que vem ocorrendo um processo crescente de redução da inserção de parcelas da população no mercado de trabalho, inviabilizando, assim, qualquer ascensão sócio-econômica dessas parcelas através do vínculo empregatício. Esse novo modelo de economia brasileiro, ou seja, o modelo neoliberal, proporcionou um mercado de trabalho que, mesmo com a economia em crescimento, não consegue gerar um número de empregos que seja suficiente para atender a população. (...) “Pode-se dizer que estamos em pleno período de desconstrução do assalariamento, um multifacetado processo de reorganização do trabalho que afeta praticamente todos os aspectos da estrutura social” (SILVA, 2003, p.159).

Os empregos assalariados sem registro em carteira tiveram uma expansão em toda a década de 1990, porém esse aumento não compensou a perda de empregos com registro. No ano

de 2003, no Brasil, um em cada dois ocupados era assalariado, enquanto que em 1980, dois a cada três eram assalariados (POCHMANN, 2006).

Esse panorama social e econômico de desemprego e desestruturação do mercado de trabalho é extremamente adverso para a organização dos trabalhadores, acarretando limitações para as negociações e ações coletivas. A heterogeneidade ocupacional produz a não cobertura de direitos sociais e dificulta a negociação para grande parcela de trabalhadores. Conseqüentemente, as transformações no mercado de trabalho enfraquecem e fragilizam os sindicatos (KREIN, 2003).

No Brasil, frente a entidades sindicais debilitadas pela reestruturação capitalista, várias medidas foram sendo implementadas com o objetivo de tecer novas formas de trabalho de tipo precário e, dessa forma, fazer com que haja retrocessos nos direitos trabalhistas, dificultar as negociações coletivas e esgotar o papel social dos sindicatos. Foram legalizados o contrato temporário de trabalho, o qual diminui acentuadamente os encargos empresariais com a força de trabalho; o “banco de horas”, o qual permite, conforme os interesses do patrão, que a jornada de trabalho varie de 36 a 60 horas semanais; a contratação por meio de “cooperativas”, etc. Estas são algumas medidas regulamentadas ainda no governo de FHC, tecendo aos poucos um quadro neoliberal para o trabalho no Brasil (JINKINGS, 2006).

Não podemos deixar de mencionar que os processos de reestruturação do trabalho na linha neoliberal não se limitam ao setor privado, mas atingem também o setor público, como é o caso das universidades públicas que estão a cada dia mais “enxutas” e aderindo a novas formas precarizadas de contratação de pessoal e gerenciamento do trabalho, como veremos mais adiante.

2.2 - As modalidades de precarização do trabalho.

A precarização do trabalho pode ser entendida como as diversas formas de flexibilização do trabalho implementadas no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, como alternativa para driblar o crescente processo de desemprego decorrente da crise econômica. A precarização do trabalho é um conceito construído socialmente e tem como características a deterioração das condições de trabalho, o trabalho exercido em condições de ausência de direitos, inseguro e flexível. Com o advento da globalização, está ocorrendo um consenso em diversos países para a utilização de tal prática.

De acordo com Krein (2007), as formas flexíveis de contratação compreendem: terceirização, sub-contratação, cooperativas, pessoa jurídica, autônomo, parcerias, contratos por tempo determinado, estágio, contrato parcial e outras. O objetivo com as diversas formas de flexibilização, é diminuir os custos e facilitar o rompimento do contrato de trabalho sem necessidade de justificativa.

Do ponto de vista dos direitos trabalhistas e da proteção social, os contratos flexíveis apresentam algumas características distintas. Primeiramente, não prevê a questão da estabilidade nos casos de: gestante, por acidente do trabalho, doença profissional e a do dirigente sindical. Uma segunda particularidade nos casos de contratos por período pré determinado, que não é devido o aviso prévio, sendo que nas rescisões do contrato de trabalho, o patrão não está obrigado a pagar o adicional de 40% sobre o FGTS. Também o empregado não tem direito ao seguro desemprego, devido este ser para os casos de demissão por justa causa. Outra questão é que em grande parcela dos acordos coletivos, os contratados temporários não tem direito (ou recebem menos) à PLR. O usufruto das férias fica limitado. Também a aposentadoria por tempo de contribuição, na maioria dos contratos, fica difícil de ser concedida, devido a volatilidade da relação empregatícia. Devido ao trabalhador flexibilizado ter uma gama deficitária de direitos, depara-se numa situação de inferioridade no mercado de trabalho com um trabalho precarizado (KREIN, 2007).

A flexibilidade poderá abarcar algumas peculiaridades, tais como: flexibilidade numérica ou quantitativa; flexibilidade funcional e flexibilidade de procedimentos nos modos de resolução de conflitos. A flexibilidade numérica ou quantitativa é caracterizada pela facilidade das empresas em contratar e demitir trabalhadores, conforme sua necessidade de produção, com o objetivo de diminuir custos. A flexibilidade do tipo funcional possibilita o ajuste do uso da mão de obra na empresa, ou seja, ocorre uma reorganização do trabalho que implica numa reestruturação de funções (polivalência) com maior mobilidade interna. Concomitante, as empresas buscam flexibilizar o modo de remuneração e uso do tempo de trabalho através da flexibilidade da jornada de trabalho, das funções e do salário. Dessa forma, ocorre a sincronização do nível de produção conforme a demanda de trabalho, com ajustes nos horários e tipos de tarefas. Ocorre também a flutuação do salário de acordo com o nível da atividade e outros sistemas (prêmios, etc). Com isso, geralmente a empresa impõe um salário mais baixo e o

restante dos rendimentos fica sujeito ao alcance de metas estabelecidas previamente (KREIN, 2003).

São exemplos de flexibilidade funcional: banco de horas, a PLR e o conseqüente término de uma política salarial. Também ocorre o tipo de flexibilidade oriunda de alterações nos processos de solução de conflitos, cuja característica é a solução interna ou privada em prejuízo das resoluções a nível público e estatal. Isso se efetiva através das Comissões de Conciliação Prévia, não fiscalização pelo Ministério do Trabalho e a promoção da mediação e negociação privada (KREIN, 2003).

Desde a implementação da CLT, em 1943, vem ocorrendo uma crescente flexibilização da legislação trabalhista com profundas mudanças nos processos de negociação coletiva e inúmeras alterações efetuadas pelos governos desde 1994 e com vários projetos de lei em andamento no Poder Legislativo, os quais tem como objetivo suprimir os direitos trabalhistas (DIEESE, 1999).

2.2.1 - A terceirização-

A terceirização do trabalho se configura quando a atividade deixa de ser realizada pelos trabalhadores de uma determinada empresa e passa para uma outra empresa, denominada de terceira. Constitui-se nos dias de hoje, um mecanismo de gestão administrativa muito utilizado, tanto no setor privado, como também no setor público, abrangendo a esfera da produção e de serviços. O trabalhador terceirizado não tem direito à isonomia salarial e demais direitos trabalhistas perante os demais, mesmo executando as mesmas funções dentro de um mesmo setor de trabalho.

(...) a terceirização ganha força como instrumento de organização da produção e do trabalho. As empresas, em nome de maior competitividade, passam a focar suas atividades naquilo que as diferencia, transferindo para terceiros os setores fora deste “núcleo de diferenciação”. A estratégia é clara, focar em suas competências principais, economizando “energia”, reduzindo custos e, se possível, enfraquecendo a ação sindical (DIEESE, 2006, p.5-6).

O processo de avanço da terceirização no Brasil ocorreu a partir do Plano Real, década de 1990, o qual estava associado ao contexto de semi-estagnação da economia, abertura comercial e financeira do mercado nacional, introdução de novas tecnologias e baixos investimentos. Sendo assim, a terceirização constitui-se como um importante fator para minimizar os custos e definir alguns ajustes no padrão de emprego formal e, como conseqüência, aprofunda a exploração capitalista e a precarização do trabalho (POCHMANN, 2007).

Ao contrário da experiência dos países desenvolvidos, a terceirização no Brasil contém especificidades significativas. Na maior parte das vezes, a terceirização encontra-se associada ao ambiente persistente de semi-estagnação da economia nacional, de baixos investimentos, de diminuta incorporação de novas tecnologias, de abertura comercial e financeira e de desregulamentação da competição intercapitalista (POCHMANN, 2008, p.40).

O processo de implementação da terceirização também ocorre no setor público, sendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF³⁵, acarretou a expansão do processo de terceirização no setor público, a qual faz parte do ajuste fiscal imposto pelo FMI ao Brasil (KREIN, 2007).

Com o desmonte da lógica pública de administração dos recursos humanos, a terceirização da mão-de-obra como mecanismo de redução de custos foi adotada sem limites. Com isso, a terceirização ganhou crescente espaço no interior do emprego em todas as esferas do setor público brasileiro, permitindo transferir gastos da estrutura ocupacional alocados com pessoal, para a rubrica de fornecedores, muitas vezes como expressão do pagamento de salários dos trabalhadores subcontratados pelo setor privado (POCHMANN, 2008, p.59).

O aumento da terceirização no setor público está vinculado a três questões: 1) uma forma de driblar a LRF a fim de manutenção dos serviços públicos; 2) existência do pensamento que crê numa melhor eficiência do setor privado e, portanto, deverá ser imitado, não levando-se em conta as especificidades do setor público; 3) ao uso com finalidade política da força de trabalho terceirizada, ou seja, contratações e demissões objetivando os pleitos eleitorais (KREIN, 2007).

Conforme Pochmann (2007), até meados da década de 1990 ocorria o que o autor denominou “terceirização-base”, caracterizada por empresas de terceirização para serviços de vigilância, limpeza e jardinagem, a qual abrangia um grande número de trabalhadores de menor custo de trabalho. Com o Plano Real, difundiu-se o que ele denominou de “superterceirização”, a qual trata-se da subcontratação da atividade fim: supervisão, inspeção de qualidade, vendas, ocupações mais qualificadas, recursos humanos, etc.

No nosso entendimento, os principais fatores que aceleraram o processo da terceirização no Brasil a partir dos anos 1990, foram a redução dos custos de mão de obra e a desagregação dos movimentos sindicais, os quais estavam em ascensão na década de 1980.

Os trabalhadores sentiram na pele os impactos desta política: milhões de postos de trabalho foram fechados; as relações de trabalho se precarizaram, o emprego informal sobrepôs o emprego formal nos novos postos de trabalho que eram gerados, a participação dos trabalhadores na renda gerada passou de 53%, em 1994, para 43%, em 2003 (DIEESE, 2006, p.6-7).

³⁵ Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

Para termos uma idéia do aprofundamento da terceirização no estado de São Paulo no período compreendido entre 1985 a 2005, segue abaixo o gráfico da pesquisa de Pochmann (2007):

GRÁFICO 1



Fonte: POCHMANN, (2007) a partir de MTE; Guias de contribuição Sindical – CEF.

Conforme dados do IBGE, entre 1985 e 2005, os contratos terceirizados foram os que mais cresceram em relação ao total dos postos de trabalho no país, com 33,8% de postos terceirizados no setor privado (POCHMANN, 2007). O número de trabalhadores terceirizados foi multiplicado por sete vezes, passando de 60,5 mil para quase 424 mil no citado período. A rotatividade no segmento dos terceirizados foi superior a 80% em 2005 (POCHMANN, 2008).

Na Petrobrás, entre 1990 e 2001 houve uma redução de trabalhadores efetivos de 55,5 mil para 33,0 mil, ou seja, um corte de pessoal de 40%. A partir de 2003 vem crescendo a terceirização na empresa, acarretando um aumento dos acidentes de trabalho nas empresas

contratadas pela Petrobrás. Em 1995 o número de terceirizados era em torno de 29 mil e, no final de 2005 saltou para 143,7 mil trabalhadores (DIEESE, 2006, p.7).

Cabe mencionar que o trabalho temporário³⁶, ou seja, os contratos temporários de trabalho também constituem-se numa forma de terceirização. Conforme Marcelino (2008), existem várias formas de terceirização atualmente no Brasil, conforme segue:

- 1) Cooperativas de trabalhadores que prestam serviços para as empresas.
- 2) Empresas externas pertencentes a uma rede de fornecedores para uma empresa principal, constituindo uma grande cadeia de trabalho subcontratado, o qual converge para o produto final da empresa principal, sendo frequente a terceirização em cascata. Um exemplo são os fornecedores de autopeças para as grandes montadoras.
- 3) Empresas externas à contratante, as quais são subcontratadas para a execução de tarefas específicas.
- 4) Empresas de prestação de serviços internos, tais como os de manutenção, segurança, higiene e limpeza, jardinagem, etc. Essa forma de terceirização é muito frequente tanto no setor privado, quanto no setor público.
- 5) As Personalidades Jurídicas, que constituem-se em empreendimentos sem empregados, que substituem os trabalhadores formais. É constituída por um trabalhador (ou empresa interposta), sendo que os custos oriundos da força de trabalho são reduzidos.
- 6) Terceirização em cascata, a qual abrange muitas possibilidades de subcontratação por empresas que já foram subcontratadas. A subcontratação tem como objetivo a diminuição dos custos com a mão de obra, acarretando maior precarização das condições de trabalho.

Ainda, segundo Marcelino (2008), uma das principais características da terceirização constituem no fato de que os contratos de trabalho não possuem mais uma natureza trabalhista, passando a ser contratos civis ou mercantis. Devido a isso a terceirização tem o poder de redução dos custos com a força de trabalho.

Para que a terceirização seja constituída é fundamental que haja uma empresa interposta na relação de trabalho entre o trabalhador e a empresa contratante. Sendo assim, não configuram-

³⁶ Conforme Lei n. 6.019, de 03/01/1974 (MARCELINO, 2008).

se como terceirização: o trabalho à domicílio; o trabalhador autônomo; Joint ventures (empresas sócias) e, por último, os processos de fornecimento de matérias-primas e insumos de uma para outras empresas (MARCELINO, 2008).

O movimento de terceirização da mão-de-obra está impondo uma nova dinâmica no interior do mercado de trabalho brasileiro. Embora venha sendo implementada no período relativamente recente no país, seus efeitos são expressivos e de rápida generalização nos contratos de trabalho, o que permite equivaler à força de uma verdadeira reforma trabalhista e sindical. Isso porque o tipo de terceirização da mão-de-obra que se expande no país implica constituir um novo padrão de emprego para o conjunto dos trabalhadores. Em síntese, o sentido da difusão do emprego de tipo asiático, simplificado no contrato de trabalho de elevada rotatividade, contida remuneração e longa jornada de trabalho (POCHMANN apud MARCELINO, 2008, p.54-55).

No Estado de São Paulo, no período compreendido entre 1990 e 2005, o número de trabalhadores em empresas terceirizadas foi multiplicado por sete, sendo que no mesmo período, o percentual de empregos no mesmo estado cresceu 40%. Os trabalhadores terceirizados ganham, em média, metade do salário do não terceirizado. Com isso observa-se uma redução crescente do número de empregos devido às terceirizações (POCHMANN apud MARCELINO, 2008).

Ainda a esse respeito, de acordo com Boito Jr: “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) avalia que 56% da população economicamente ativa da América Latina sobrevive com empregos ou atividades informais” (BOITO JR, 1999, p.38).

Uma recente pesquisa veiculada pela mídia, demonstra que no ano 2015, o Brasil mudará da décima quinta para a quarta posição na escala dos países que se utilizam da prática da terceirização em todo o mundo. Por exemplo, na Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) de Campinas-SP, 36% dos funcionários, ou seja, 9.142 são terceirizados (Correio Popular, 19/03/2007).

A partir do exposto, podemos concluir a que nível encontra-se o processo inexorável da precarização no mundo do trabalho.

2.3 - A implementação de ações neoliberais no setor público.

Neste momento torna-se fundamental explicitarmos que o processo das transformações no mundo do trabalho não só desenvolveu-se no setor privado, mas também avançou para a esfera pública constituindo-se num processo crescente e contínuo através dos sucessivos governos.

A ênfase no privado tornou-se tão generalizada a ponto de que até a administração pública estatal tornou-se um foco de privatização devido a interesses particulares e práticas políticas,

operando-se um amplo sistema de interesses e acarretando uma crise de representação democrática encoberta por manobras confusas (ROIO, 2008).

A nova regulamentação do comércio internacional, a privatização/internacionalização das empresas estatais, a retirada de direitos sociais e a diminuição de investimentos estatais em educação, saúde, habitação, transporte e outros serviços sociais fundamentais são instrumentos de uma engenharia social que visa difundir o individualismo egoísta e o privatismo, com a ruptura dos laços sociais de solidariedade horizontal (ROIO, 2008).

Ainda no governo Collor teve início um processo de multiplicação das formas de contratação, de retirada dos direitos e de flexibilização das relações de trabalho também no setor público (LIMA et al, 2002). Com as mudanças tecnológicas, novos métodos de gerenciamento e organização começaram a ser introduzidos no setor público. Ou seja, as ações neoliberais também estão sendo implementadas neste setor.

No setor público, o arrocho salarial, já antigo, foi reforçado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a precariedade foi implantada pela Reforma Administrativa e a insegurança pelo terrorismo previdenciário das sucessivas reformas, oficiais e oficiosas, da previdência. As más condições de vida e de trabalho no setor da educação, apesar de suas especificidades, fazem parte, portanto, de uma situação geral vivida pela grande maioria dos trabalhadores brasileiros (BOITO JR, 2003c).

Em virtude dessa desregulamentação³⁷ observa-se um contínuo processo de sucateamento do setor público ocasionado pela Reforma da Administração, a implementação das terceirizações, privatizações, contratos temporários e LRF. A partir da década de 1990, com a introdução do neoliberalismo, ocorreram transformações no modo de gerenciamento e estruturação do Estado com o objetivo de ajuste do país à lógica do capital financeiro, redução das funções do Estado (Estado mínimo), etc. A implantação do “Estado mínimo” nos países centrais ocorreu de forma diferente da dos países periféricos. Naqueles países preservou-se setores da organização social. Conforme Boito Jr:

O tripé da plataforma política neoliberal, composto pelo aprofundamento da abertura da economia nacional ao capital imperialista, pela privatização de empresas e de serviços públicos e pela desregulamentação das relações de trabalho obteve aceitação junto a grande parte da população (BOITO JR, 2005b, p.146).

A política neoliberal inaugurou um amplo processo de transferência de renda e de propriedade do setor público para o setor privado. “ O modelo econômico que se desenvolve reforça então, o papel do setor privado, fortalece os grandes grupos monopolistas, amplia a

³⁷ A desregulamentação das relações de trabalho no Brasil é caracterizada pela “prática ilegal do emprego sem carteira assinada e, portanto, sem normas legais protetoras” (BOITO JR, 1999a, p.13).

internacionalização do aparelho produtivo e aumenta a pobreza das massas” (BOITO JR, 1999a, p.42).

Desde então, o país passa a buscar o ajuste fiscal que se traduz no corte dos recursos financeiros para as políticas sociais, investimentos públicos e, com isso, agrava-se os problemas sociais, o desemprego, ocorre a desestruturação das relações de trabalho, etc.

A reforma administrativa – assim como diversas outras políticas – apresenta uma dupla dimensão: estimula a adoção de técnicas e métodos utilizados na gestão privada (programas de qualidade e produtividade) e, ao mesmo tempo, abre espaço para uma maior participação privada na execução dos serviços sociais (privatização). Então, por um lado, o Estado assume a teoria gerencial, introduzindo a lógica produtivista no setor público, na busca de maior eficácia e eficiência às suas ações. E, por outro lado, além de facilitar a entrada de empresas privadas na execução do serviço público, promove um sucateamento dos seus serviços e adota políticas compensatórias para os setores mais empobrecidos da sociedade. É uma política que vai contra a lógica da Constituição de 1988, pois, ao invés de avançar no princípio da universalização das políticas sociais, caminha no sentido de focalizá-las em alguns públicos alvos (LIMA et al, 2002, p.145).

A partir dessa Reforma Administrativa, a qual explicitamos no próximo capítulo, passaram a ocorrer novas formas de contratação no setor público: concursados pelo regime da CLT, estatutários, emergenciais (contratos por três meses prorrogáveis), terceirizados, frentes de trabalho (comuns em prefeituras) e comissionados (comuns em vários órgãos) (LIMA et al, 2002).

No discurso neoliberal, o alvo da revolta é localizado apenas no Estado e na intervenção estatal na economia e o funcionalismo público é apresentado como o setor privilegiado por excelência, contra o qual deve ser mobilizada a insatisfação popular. O objetivo político real é, cortando direitos e reduzindo os serviços públicos, tocar adiante a política de ajuste fiscal, que viabiliza a remuneração do capital financeiro, e abrir novas áreas para a acumulação capitalista (BOITO JR, 2003b, p.15/16).

Os presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso também utilizaram essa estratégia ao criticarem os “privilégios” do funcionalismo público.

A Força Sindical elegeu o funcionário público e os serviços públicos como inimigos, no seu discurso e na sua prática. A central tem defendido, também, a privatização das empresas públicas e a desregulamentação dos direitos sociais (BOITO JR., 2003b, p.19/20).

Um dos aspectos mais interessantes do movimento sindical dos servidores foi a tentativa de articular as lutas e reivindicações da categoria com a defesa do serviço público. A resistência ao processo de sucateamento e de privatização do serviço público foi algo bastante presente no decorrer da década de 90 (LIMA et al, 2002, p.154).

No transcorrer da análise dos depoimentos colhidos na pesquisa percebemos que a questão da defesa do serviço público e da educação pública permanece até os dias de hoje, sendo

que a última tornou-se uma questão de princípios, a qual remonta à época do Manifesto dos Pioneiros³⁸, conforme segue:

O fato de você colocar na pauta a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, não é um discurso oportunista, isso é um princípio das Entidades, elas tem se pautado pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Qualquer medida que venha no sentido de atacar isso, pra nós mexe num princípio fundamental da nossa luta; isso vale mais pra nós do que a questão salarial, do que as outras questões.³⁹

É a única possibilidade da sociedade ter acesso a uma educação de boa qualidade e o movimento docente é um bicho estranho; ele defende salário, mas defende uma política de educação; então uma das melhores tradições desse movimento é a defesa da escola pública. Se você observar, vem lá do Florestan Fernandes, vem lá do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. É toda uma tradição que a gente continua e é exatamente aí que você cria ou não cria uma sociedade pensante. Mas tem muito professor; nomes famosos, que não tem a menor crença nisso; então cabe ao movimento reafirmar esses princípios; que são princípios que antigamente a gente chamaria de cidadania; o direito à escola pública, à saúde pública.⁴⁰

Quando você pega paralelamente a cada movimento de campanha salarial, o Fórum das Seis ou as Entidades ligadas tiveram uma participação fundamental no FEDEP e no Fórum Nacional em Defesa da Escola pública; nós da universidade que tocávamos o trabalho dentro do FEDEP. Achar que isso é pauta corporativa é uma visão de quem desconhece a militância das Entidades, o dia a dia das Entidades, a produção da área. As publicações sindicais mostram uma preocupação além da universidade, além da questão salarial; a ADUSP e ADUNESP sempre estiveram junto com a APEOESP no encaminhamento da discussão mais ampla da educação no estado de São Paulo.⁴¹

A partir de 1995, diversas instituições da sociedade, tais como a CUT, o PT, partidos comunistas, a CGT, outras centrais sindicais menores e outras forças nacionalistas, protestaram na tentativa de barrar os programas neoliberais de privatização de estatais do governo, tendo ocorrido importantes protestos nos anos de 1996 e 1997. Porém, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) seguiu privatizando tudo quanto pode (CARDOSO, 2003).

A atividade sindical dos servidores públicos tem apresentado grande resistência à pressão do governo com intenção de retirar direitos do servidor, porém, o servidor público, o qual está organizado na CUT se encontra limitado pelo corporativismo (BOITO JR., 2003b).

A política de ajuste fiscal do neoliberalismo necessita não só suprimir direitos dos servidores, como também reduzir ou mercantilizar os serviços públicos. A tática de dividir para reinar também é utilizada nessa área, onde se verifica uma certa homologia entre a posição de defesa passiva do sindicalismo dos servidores e a posição que tem assumido o movimento estudantil, quando procura defender a universidade pública. Os governos neoliberais e a grande imprensa esforçam-se para apresentar o ensino público superior gratuito como um privilégio de camadas abastadas (BOITO JR., 2003b, p.)

³⁸ O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, foi um documento elaborado em 1931 por intelectuais “reformadores”, o qual propunha uma mudança de costumes através da escola.

³⁹ Entrevista realizada com militante do STU em 01/04/2009.

⁴⁰ Entrevista realizada com militante ADUNICAMP em 06/04/2009.

⁴¹ Entrevista realizada com militante ADUNESP em 30/03/2009.

Atualmente o processo de precarização do trabalho atinge também áreas de emprego estabilizadas há muito tempo, tais como o setor público. O funcionalismo dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros), teve os contratos de trabalho flexibilizados durante o governo de FHC. A partir de 1998 os novos concursados tem um contrato de trabalho flexibilizado onde não estão previstos direitos e benefícios já conquistados, ou seja, passaram a existir contratos de trabalho diferentes numa mesma instituição (NAVARRO, 2006). Segundo Boito Jr. (2003b), empresas estatais, como a Petrobrás, o Banco do Brasil e bancos estaduais, implementaram demissões em massa nos últimos anos, através sobretudo, de programas de demissão voluntária.

Não há, no ordenamento constitucional do Brasil, sequer a possibilidade de que as tarefas que fazem parte da dinâmica administrativa do ente público sejam executadas por trabalhadores contratados por uma empresa interposta. A chamada terceirização, que nada mais é que uma colocação da força de trabalho de algumas pessoas a serviço de outras, por intermédio de um terceiro, ou seja, uma subcontratação da mão-de-obra, na esfera da Administração Pública trata-se de uma prática que fere vários preceitos constitucionais (MAIOR, 2010, p.23).

Porém, no setor público, com a Lei nº 9.801/1999 e Lei Complementar nº 96/1999 as demissões ficam regularizadas, visto que essas leis disciplinam os limites de despesas com o funcionalismo e regulamentam a demissão de servidores públicos por excesso de pessoal (KREIN, 2003).

De acordo com Krein (2007), durante os mandatos de FHC ocorreu a nítida preferência pela terceirização, ao invés da contratação por concurso público.

Os trabalhadores terceirizados representam hoje parte significativa da força de trabalho do setor público, chegando, em alguns órgãos, a superar numericamente os servidores concursados. Enquanto os órgãos públicos são cada vez mais sucateados, mais recursos são repassados à iniciativa privada. Além disso, a terceirização é utilizada para acobertar todo tipo de corrupção e irregularidade, tendo em vista a falta de transparência com que são realizadas as licitações e contratações de determinado serviço (SINDSEF, 2009).

Dentro do processo de avanço das ações neoliberais no setor público, no período entre 1997 e 2002 ocorreu uma diminuição no número de servidores do Poder Executivo, totalizando uma diminuição de 73.011 servidores na ativa. No mesmo período, os Ministérios da Saúde e da Educação totalizaram uma diminuição funcional de 58.138 servidores (ASSIS, 2006).

No período entre 1989 e 2003 o número de servidores federais do Executivo caiu de 713 mil para 460 mil. O quadro dos funcionários públicos dos três Poderes apresenta um decréscimo entre 1995 e 2003, sendo visível o fato de que o Estado brasileiro emprega pouco, se comparado

a outros países (FAGNANI, 2007). Nesse contexto de aparelho estatal “enxuto” e terceirizado, os trabalhadores se vêem obrigados a dar conta de um volume de trabalho muito maior, com consequências sérias para a saúde física e mental.

A terceirização no setor público tende a ser adotada como suposta racionalização organizacional, visando a redução de custos orçamentários tendo em vista a crise fiscal do Estado. Na verdade, à sombra dessa crise e da reorganização da máquina estatal, tendem a disseminar-se práticas de predação do fundo público por interesses privados. A terceirização propicia a fraude de direitos trabalhistas e o enriquecimento espúrio de donos de empresas de intermediação de mão-de-obra (ALVES, 2010, p.16).

Diante desse panorama, um outro aspecto que vem sendo estudado nos últimos anos é o adoecimento dos trabalhadores desse setor. As novas formas de organização do trabalho vem sobrecarregando esses trabalhadores, tanto a nível físico, ocasionando lesões osteo-musculares, como também a nível psíquico, trazendo o adoecimento mental. A intensificação e racionalização do trabalho associada às pressões da chefia, a formas de intimidação e assédio moral, às más condições de trabalho com equipamentos insuficientes e inadequados, acarretam um processo contínuo de adoecimento dos trabalhadores também na esfera pública.

O governo federal admite a relação entre adoecimento dos servidores públicos e suas condições de trabalho ao afirmar publicamente que 24,7% das aposentadorias de servidores se devem a problemas de saúde decorrentes do trabalho (JACKSON FILHO, 2004).

Embora, nos últimos anos, o processo ostensivo de privatizações de grandes empresas estatais não tenha avançado, esse processo continua de forma sutil nas três esferas de governo através da implementação das terceirizações, parcerias público privadas, contratos por tempo determinado, etc.

2.4 – A implementação de ações neoliberais nas universidades públicas.

A implementação de ações neoliberais nas universidades públicas pode ser percebida de várias formas, tais como: tratar a Educação como mercadoria e não como um direito⁴²; terceirização dos serviços (contratos de trabalho realizados através das fundações privadas e de empresas terceirizadas), flexibilidade das relações de trabalho (tanto para a categoria de funcionários, como para a categoria dos docentes), corte de verbas, parcerias público-privadas, etc. Para entendermos esse fenômeno é necessário que nos reportemos à década de 1990, onde se acentuou o processo de implantação das ações neoliberais nas universidades públicas.

⁴² Tratarei sobre essa questão no próximo capítulo, no ítem sobre a Reforma da Educação.

No que se refere às ações neoliberais no âmbito da Reforma do Estado, de acordo com Chauí (2003a), a universidade pública sofreu mudanças nos últimos anos em virtude dessa reforma. Quando ocorreu a reforma houve uma redefinição dos setores do Estado e a educação deixou de ser concebida como serviço exclusivo do Estado e passou a ser considerada como um serviço que pode ser privatizado.

Com a reforma do Estado a universidade também mudou de instituição social para organização social, o que pressupõe que passa a ser regida pelo pensamento da gestão, do planejamento, do controle e êxito, da prestação de serviços. Ainda, segundo essa autora, a universidade passou a ser regida por contratos de gestão, avaliada pela produtividade, estruturada por programas de eficácia organizacional, etc. Desta forma vem correndo a exigência de titulação, o aumento de horas/aula, a redução autoritária dos prazos para mestrados e doutorados, a imposição de relatórios de atividades, avaliação pela quantidade de artigos publicados e eventos, tais como: congressos, simpósios, etc.

O critério produtivista que vem permeando os modelos de avaliação institucional, referenciada pelo modelo da CAPES, traz, para a universidade, a lógica do mercado, ou seja, a produção científica perde o seu valor de uso e torna-se valor de troca, vide modelos de avaliação equivocados e mercadológicos (...) (GRADELLA JR., 2002, p.34).

Temos percebido uma crescente pressão exercida pela CAPES (seguida de perto por CNPq e as demais Fundações de Amparo à Pesquisa) para aumentar a quantidade de trabalho dentro da jornada de 40 horas, alicerçada, principalmente, na idéia de que os docentes deveriam ser “mais produtivos”, correspondendo à “produção” a quantidade de “produtos” docentes relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações científicas, projetos financiados, patentes, etc) (BOSI, 2009, p.30-31).

Sendo assim, constroem-se no âmbito educacional termos pertencentes ao discurso neoliberal, tais como: adequar o ensino às exigências do mercado, qualidade total, parcerias entre as universidades públicas e o setor empresarial, pesquisas voltadas para o mercado, sistema de avaliação e produtividade, etc.

Os processos de privatização do conhecimento, ou seja, o conhecimento gerado no setor público com financiamento privado limitam o livre fluxo do conhecimento, bem como ocorre uma estimulação da preferência por temas de pesquisa “rentáveis”, sendo que se avalia o trabalho acadêmico segundo critérios empresariais. Nesse universo, os efeitos sobre a autonomia universitária são geralmente limitados e condicionados pela lógica do mercado (NAIDORF, 2005).

As empresas tem como contrapartida seus interesses e toda vez que a Universidade faz isso, ela tende a abandonar os interesses comuns. Pra fazer isso ela deixa de fazer aquilo, ela deixa de considerar o interesse da sociedade. Por isso que a gente briga quanto às formas internas de privatização da Universidade, como é o caso, elas estão incrustadas dentro da Universidade. Isso é complicado porque tudo isso vem embalado com o discurso de modernidade. O ideológico é importante, nos desqualificar como “os antigos”, “que não enxergam que a coisa mudou”, estão sempre tentando colocar essa pecha. Então, nessa você leva muita gente.⁴³

Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado, impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade *pública* produz um conhecimento destinado à *apropriação privada* (CHAUI, 2003a, p.8).

Dessa forma, a ciência deixou de ter uma utilização prática, passando a configurar-se numa engrenagem do próprio capital. Isso explica as novas modalidades de financiamento para a pesquisa, a postura de submetê-la aos requisitos do capital e a mudança da universidade para organização ou entidade operacional. “Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução” (CHAUI, 2003a p.8).

Vale mencionar que a atividade no setor de serviços produz trabalho imaterial e este não é suscetível a uma racionalização técnica quando comparado com o trabalho produtivo, ou seja, que gera bens de consumo. Portanto, a produtividade da atividade desenvolvida no setor de serviços não pode ser mensurada e, devido a isso, o fator produtividade não pode ser controlado (OFFE, 1989).

Avaliar a produtividade de um professor universitário é mais complicado que medir a produtividade de um cortador de cana. As tarefas são variadas – em geral classificadas nas categorias Ensino, Pesquisa, Extensão – sem deixar de incluir a categoria Administração Universitária (BURIAN JR., 2009, p.15).

Desde a década de 1990 estamos assistindo ao desmonte da universidade pública brasileira, com a inserção destas na lógica do capital. Devido à redução das verbas para as universidades, o que ocorre é a captação de recursos financeiros junto ao setor privado e ao mercado.

O fato extremamente grave é que a educação passou a ser considerada serviço, ao mesmo nível dos serviços prestados pelas empresas comerciais. E a OMC se dá o direito de negociar medidas para eliminar os obstáculos ao livre acesso ao mercado de serviços, entre eles, evidentemente, a educação (SALMERON, 2002, p.4).

⁴³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

Dessa forma, a educação deixa de ser considerada um processo e passa a ser mercantilizada, ou seja, considerada uma mercadoria, ou mesmo um serviço que pode ser comercializado como qualquer outro. As pesquisas passam a ser realizadas conforme as demandas do mercado.

Na “nova ordem econômica internacional” que desponta, a universidade é pressionada a se especializar no seu papel tradicional de agência formadora da elite intelectual burguesa, que passa a se constituir como setor profissionalizado (técnico) do sistema econômico-político (COELHO, 1996, p.170).

O que vem predominando em âmbito mundial é um ideário tecnocrático-mercantilista, o qual privilegia o investimento em pesquisas na área tecnológica em prejuízo das pesquisas na área de ciências humanas, as quais são relegadas para um segundo plano.

Nos tempos atuais, para lembrar as expressões dominantes, não é *lucrativo* nem *rentável* optar pelos caminhos da filosofia, da história ou das ciências sociais. Embora alguns, através das ciências humanas e da filosofia, possam alcançar postos de destaque e de projeção na vida social, estas nossas vocações teóricas não tem o prestígio e a rentabilidade de outras profissões e carreiras. Os interesses do mercado freqüentemente divergem daqueles que privilegiam o desenvolvimento do espírito e do pensamento críticos (TOLEDO, 2002, p.2).

Na ótica do governo e dos organismos internacionais, as universidades de pesquisa só deveriam ser mantidas em reduzido número, para atender aos interesses do mercado através da Lei de Inovação Tecnológica. Paralelo a isso funcionariam várias outras, preferencialmente do setor privado, voltadas apenas para o ensino e com o objetivo de formar quadros em tempo reduzido. Conforme Boito Jr:

A redução dos gastos sociais acompanha espontaneamente a defesa da privatização dos serviços públicos e possui como justificativa própria a idéia de que esses serviços são apropriados, em grande parte, pelas camadas de renda média e alta em detrimento da camada mais pobre da população. Em suma, o mercado é o lugar da eficiência e da liberdade individual, enquanto o Estado é o lugar da ineficiência e do privilégio (BOITO JR, 2002, p.63).

Conforme esse autor, é importante considerarmos o caráter ideológico desse discurso. Em relação as universidades públicas também vem ocorrendo a adesão a esse ideário.

A universidade pública, que deveria prestar um serviço à sociedade no sentido de implementar um projeto social democrático, passou a promover a cultura do produtivismo, a qual privilegia a pesquisa em prejuízo às atividades de ensino e extensão. Dessa forma, ocorreu uma hierarquia nos campos do saber, ou seja, algumas áreas do saber teriam maior valor do que outras. O que está por detrás disso é a lógica do mercado, implementada através do financiamento diferenciado de pesquisa. A partir daí, a pesquisa só tem valor quando é publicada em revistas

acadêmicas de alto nível, gerando uma corrida em busca da produtividade científica e num estado de não reflexão (ADUNICAMP, 2002).

A ética produtivista não acrescentou nada à função social da Universidade. A política do *publish or perish* conduziu a uma disputa acirrada entre grupos de pesquisa, canais de publicação e a um abandono cada vez maior da graduação. Medidas que mais tarde viriam a ser adotadas, como o provão ou as gratificações (em detrimento de salários mais adequados) introduziram contradições novas no seio da Universidade pública e foram elementos de legitimação das instituições privadas de ensino. Não é, no fundo, diferente da solução encontrada pelo capitalismo globalizado, que vê a pobreza como algo que não precisa ser combatido, mas apenas deixado de lado (ADUNICAMP, 2002, p.24).

Dessa forma, os docentes ficam engendrados em seu cotidiano numa perspectiva individualista, cada vez se esforçando mais para atender as demandas do produtivismo acadêmico e não refletindo sobre a sua ética, ou sobre o seu futuro e da própria universidade.

A instituição não está comprometida com o povo, apesar de ser ele quem a financia. Nossa estrutura tributária é extremamente regressiva. Os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, tem estruturas tributárias nas quais paga mais quem ganha menos. Isso acontece porque ela é fundamentada nos impostos indiretos, diferentemente dos países desenvolvidos, dos países ricos, onde a fonte principal da arrecadação são os impostos diretos, isto é, paga quem tem. Portanto, em uma sociedade como a nossa, temos uma obrigação ainda maior de colocar o serviço público, que é financiado pela arrecadação tributária, a favor ou a serviço das maiorias.⁴⁴

Conforme Naidorf (2005), nos países latino-americanos o setor privado tem se inserido nas universidades públicas, constituindo-se numa base diversificada de financiamento e, assim, permitindo que as universidades públicas sobrevivam no atual contexto de restrição das verbas públicas. Embora essa tendência se impôs na América Latina desde meados da década de 1980, na década de 1990 ocorreu seu aprofundamento e aceleração. Com isso, surgiu uma nova cultura nas universidades públicas, que é o fortalecimento da vinculação das atividades acadêmicas com o setor produtivo.

A autora refere que na Argentina, a partir das transformações ocorridas nos últimos anos, a universidade vem sendo obrigada a competir por subsídios que em décadas anteriores eram fornecidos pelo Estado. Conforme nossa pesquisa também demonstrou, o mesmo vem ocorrendo no panorama universitário do setor público brasileiro.

Quando a Universidade começa a se gerenciar pela lógica privatista empresarial, começa a apertar seus vínculos com empresas privadas que induzem o que deve ser pesquisado ou produzido, cedendo a “pressões do mercado”, significa que a sua dimensão pública e universal está seriamente debilitada. A facilidade com que a autonomia (muito relativa) da Universidade foi comprimida com a criação da Secretaria Estadual de Ensino Superior mostra muito da regressividade privatista do nosso tempo (ROIO, 2008).

⁴⁴ Depoimento de Luis Carlos Guedes Pinto, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.136-137.

No Brasil, em 1997 o governo FHC lança um pacote de medidas que, entre outras, preconizam o corte de verbas na Saúde, na Educação, na Ciência e tecnologia, sendo que o CNPQ e a CAPES tem 12,5% de seus recursos cortados (ADUNESP, 2007). Sendo assim, com as ações neoliberais adotadas pelo Estado, essas ações, conseqüentemente, acabam sendo implementadas também em outras instituições públicas pertencentes ao aparelho de Estado, no caso, as universidades públicas.

Tomemos como exemplo o projeto de expansão das Universidades Estaduais Paulistas, o qual está sendo executado sem dotação adequada de verbas, o que vem acarretando salas de aula abarrotadas, infra-estrutura precária, falta de quadros funcionais, queda na qualidade do ensino, ausência de verbas para a pesquisa, implementação de novos cursos com um perfil distinto dos demais, cursos à distância, etc. Resta saber: quais intelectuais serão formados a partir dessas mudanças nas universidades?

No projeto de ensino à distância da UNIVESP, foram criadas cinco mil vagas na UNESP pra pedagogia, sem você discutir efetivamente o que significa cinco mil vagas à distância em pedagogia. Porque não na medicina, porque não em outras áreas? E aí fala pro sindicato que nós éramos contra porque somos ultrapassados. Mas foi aprovado cinco mil vagas na UNESP e na USP setecentas vagas; olha a diferença!⁴⁵

De acordo com Roio (2008), em 2003 foi definido pelas três universidades um programa de expansão de cursos e vagas, sendo que na UNESP isso tornou-se mais crítico, pois resolveu-se realizar uma extensa ampliação sem planejamento adequado e sem a contrapartida de recursos. Neste caso, interesses de ordem privada estariam se sobrepondo aos interesses públicos. A democracia e autonomia da instituição foram deixadas em segundo plano, em benefício de acordos políticos com setores locais e interesses individuais.

Nós entramos num processo de expansão de vagas sem o retorno financeiro, sem alterar o ICMS, nós fomos até a justiça para barrar o projeto de expansão e a criação dos campi da forma que foi colocada, de uma parceria entre UNESP, governo do Estado e a prefeitura. A prefeitura entraria com a estrutura física e a parte de manutenção, pessoal de limpeza e segurança, o governo do Estado daria uma verba que deveria ser efetiva, mas foi parcial, ela vinha como extra cota parte do ICMS e a UNESP entraria com os profissionais e tudo mais. O governo prometeu uma coisa e historicamente foi diminuindo: começou com trinta milhões, veio pra dezesseis, nove, sete, zero.⁴⁶

Esse processo de transformação da universidade pública no Brasil ocorre em virtude da implantação do modelo neoliberal, sendo que o que está posto para a universidade pública é que

⁴⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

seja uma instituição econômica rentável, que presta serviços e formadora de mão-de-obra especializada e, conforme já mencionado, de acordo com as demandas do mercado.

É um projeto mundial. Um projeto do Capital. O Banco Mundial é um financiador desse projeto. E o projeto é transformar o universitário em um operador do sistema. No primeiro mundo, nos países ricos, ele é um operador de primeira grandeza, ocupa os maiores postos, e no mundo subdesenvolvido ele é um operador auxiliar. Vai fazer um trabalho, digamos, secundário, rotineiro, já estabelecido, não vai estar na vanguarda da descoberta tecnológica, na vanguarda do pensamento filosófico, na vanguarda do pensamento econômico. Vai estar atrás, aplicando os instrumentos que já foram desenvolvidos (SAMPAIO, 2009, p.4).

Levando-se em conta que as universidades em questão são públicas, o financiamento das mesmas deve ser através de verbas públicas, ou seja, do Estado, para serem aplicados em questões de ordem pública e não poderiam ser utilizados em benefício da esfera privada, ou seja, do mercado. Porém, o que vem ocorrendo é que grande parte da pesquisa gerada nas universidades públicas, está sendo financiada por agências externas.

É por isso que queremos um aumento na dotação no Estado de São Paulo, 11,6% seriam adequados porque achamos que parte da pesquisa deve vir por verbas orçamentárias e outra parte pode vir por organismos públicos de financiamento de pesquisa, o que ocorre nos Estados Unidos, na Europa, em todos os lugares.⁴⁷

É importante observar que a mídia apóia a implementação das ações neoliberais nas universidades públicas, pois não divulga os movimentos que tem ocorrido contra esse processo e, mais ainda, reforça a postura clássica disseminada pelos governos ao longo do tempo, a qual é de desqualificação do “público”.

Conforme argumentação de outro autor, a universidade pública vem sofrendo, nos últimos anos, ameaças veladas ou mesmo abertamente, as quais compreendem: o ensino pago, a substituição apenas parcial de docentes e funcionários, o corte de verbas para a pesquisa, os ataques à FAPESP e à autonomia financeira parcial das Universidades Estaduais Paulistas, etc (CANO, 1997). O programa neoliberal pretende implementar a privatização do maior número possível de estatais ou instituições públicas, sendo que a universidade surge como uma referência para que seja alcançada a racionalização dos recursos.

A insuficiência dos recursos destinados às universidades, aliada ao desenvolvimento e enraizamento do pensamento neoliberal de necessidade de esvaziamento das funções do Estado, criaram contradições importantes no interior da comunidade universitária. A lógica da eficiência, do pragmatismo, da universidade de resultados, do enxugamento da máquina e outras manifestações “moralistas” refletem a incorporação do discurso oficial e até mesmo sua defesa. A incorporação desse discurso tem levado a uma resistência da comunidade na luta por mais verba e por melhores condições de trabalho e salários. Ao mesmo tempo, criou as condições para um aprofundamento do processo de privatização

⁴⁷ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p. 45-46.

da universidade no seu sentido mais amplo, via convênios e repasse de tecnologias para o setor privado e indústrias de ponta no relacionamento universidade/empresa (FREITAS, 1991).

A Reforma Universitária configura-se na implementação dos processos de privatização com ações produtivistas, aprofundamento da precarização das relações de trabalho, promoção de gratificações ao invés de política salarial, extinção da carreira e da isonomia, diversificação das fontes de financiamento, diferenciação das instituições, expansão das universidades, prioridade do ensino à distância, autonomia financeira das instituições públicas através da captação de recursos e a regulamentação da relação entre universidades e fundações privadas (ADUNESP, 2004).

Assim sendo, as mudanças que vem permeando a educação e transferindo-a do contexto do público para o privado, podem ser listadas como: 1) redução do financiamento público da educação de ensino superior; 2) grande expansão e incentivo da educação do setor privado com a adoção de processos de mercantilização dos serviços; 3) processo crescente de privatização interna das universidades públicas com vendas de serviços, consultorias, fundações de apoio, etc; 4) novas empresas que promovem o comércio de serviços educacionais, consórcios de instituições públicas e privadas, escolas autogestionadas, etc; 5) novos mecanismos de avaliação, coordenação, controle, administração gerencial, competição; 6) indústria de dispositivos pedagógicos extra escola, mercado de produtos escolares e serviços especializados (CAMARGO et al, 2003).

Constitui-se um exemplo de ações neoliberais na universidade a criação de programas de apoio à pesquisa que promovem o relacionamento entre empresas privadas e universidades públicas.

Como já apontado, um grande problema hoje em dia no setor público e também nas universidades públicas, acarretado pelo neoliberalismo, é o contínuo processo de não reposição dos funcionários e docentes. Vejamos como exemplo o caso das universidades públicas, onde se observa a insuficiência de docentes e funcionários. Os reitores quando são questionados, justificam que o processo de terceirização dos serviços e a flexibilização dos contratos de trabalho nas universidades públicas, traduz-se num modo de economizar recursos em algumas áreas, a fim de inserir recursos nas atividades fins. Porém, esta prática se configura numa privatização “pelas bordas”, ou seja, são recursos públicos desviados para o mercado ocasionando a exploração dos trabalhadores e a crescente precarização das relações de trabalho.

Outra questão a ser analisada é que a terceirização em alguns setores, poderá tornar-se o carro chefe para a total privatização das universidades públicas. A terceirização é um recurso utilizado nas universidades para suprir a falta de funcionários, a qual se apresenta atualmente em todas as áreas, sendo que essas contratações são viabilizadas através das fundações ditas “de apoio”, contratos com empresas externas, etc. Conforme salientou Gentilli:

A modalidade mais visível (e denunciada) de privatização educacional vincula-se à delegação da responsabilidade do financiamento estatal para entidades privadas. O Estado vai reduzindo sua participação como agente central na alocação dos recursos destinados ao financiamento dos serviços educacionais, transferindo essa responsabilidade aos próprios indivíduos, às famílias ou às empresas (GENTILLI, 1998, p.77).

Um fato importante é que na USP foram contratados 5.214 funcionários pós 1988 sem a criação de cargos e agora está ocorrendo um questionamento do Tribunal de Contas sobre esses empregos públicos. A gravidade do fato é que, para as universidades estaduais contratarem professores e funcionários é necessário que existam os cargos, sendo que somente depois de se criarem os cargos é que se pode realizar as contratações, pois isso está previsto na Constituição Federal (SINTUSP, 2009).

Tem cinco mil trabalhadores na USP que podem ser mandados embora. Eles descobriram depois de vinte anos, o que tava óbvio na Constituição do Estado, que não podia contratar do jeito que contrataram, por processo seletivo, regime CLT e com verba orçamentária. Aqui na UNICAMP aconteceu isso também, em menor proporção. Porque a justiça está considerando estes contratos nulos, porque não foi feito concurso público, tem que ter cargo que especifica a sua função. O problema é que agora esses cinco mil trabalhadores vão ter que fazer concurso público, isso depois de vinte anos de serviço. E aí o sindicato vai ter que defender uma solução para esses trabalhadores⁴⁸

Conforme Leher e Lopes (2008), os serviços de infra-estrutura das universidades públicas já estão, em grande parte terceirizados, tais como: setor de limpeza, segurança, alimentação e até mesmo a docência na graduação vem sendo realizada por docentes substitutos, colaboradores e doutorandos. A esse respeito, a análise das entrevistas demonstrou que, em relação aos funcionários das Estaduais Paulistas, a UNESP parece ser a Universidade com menor incidência de terceirização.

“A terceirização na UNESP não se fez tão presente como se fez na UNICAMP e a gente não teve uma perda de massa política como aconteceu na UNICAMP e que, pra mim hoje, é a universidade mais privatizada que a gente tem das três universidades; tem um vínculo com o mercado muito mais forte, uma adesão muito mais forte à dinâmica do neoliberalismo”⁴⁹.

⁴⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

⁴⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

Segundo Alves (2010), nos últimos anos, na USP, houve um aumento dos recursos para os contratos de prestação de serviços nas áreas de limpeza e vigilância, representando um aumento do repasse de verbas públicas para empresas privadas prestadoras de serviços. Ocorre com essa prática um típico mecanismo do Estado sob a ação do neoliberalismo: a ampliação de atividades do setor público precarizando os salários, dificultando a organização do coletivo e usurpando direitos trabalhistas.

A terceirização tem significado nas últimas décadas a ampliação do estatuto salarial precário no Brasil, com destaque para o corpo de trabalhadores públicos da USP. Mais do que nunca se explicita a condição de “proletários do Estado”. Ora, embora os trabalhadores terceirizados da USP não sejam, no sentido estrito do contrato de trabalho, funcionários públicos da Universidade de São Paulo, eles são membros do “trabalhador coletivo público” que contribui para o funcionamento da mais importante instituição de ensino e pesquisa do país. Portanto, uma parte do complexo vivo de trabalho da USP vive sob condições contratuais precárias – e talvez, sob grave situação trabalhista (ALVES, 2010, p.17).

O autor refere ainda que não é possível obter a informação sobre o número de funcionários terceirizados atualmente, configurando-se um sigilo que esconde a atual situação de precariedade salarial de uma significativa parcela de trabalhadores da USP.

Leher e Lopes (2008), referem que nas IFES os professores sem vínculo chegam a atingir mais de um quarto dos docentes da graduação, sendo que em 2005 eram aproximadamente nove mil docentes. O estudo citou ainda, como exemplo nefasto das ações neoliberais o Chile, em que apenas 30% dos professores possuem contratação estável.

Os contratos por período determinado remontam, na USP, à década de 1960, tendo sido criados através de atos administrativos do reitor Gama e Silva. Os argumentos para justificar estes contratos precários giram em torno da alegação de que, a fim de se manter o nível adequado de produção científica haveria a necessidade de tal contratação. De acordo com essa visão, os docentes deveriam estar submetidos a uma perda iminente do cargo, caso não se dedicassem ao trabalho (MACHADO, 1996).

Nessa mesma linha de pensamento, convém assinalar que um outro recurso que está sendo amplamente utilizado nas universidades públicas é a contratação de estagiários e bolsistas em substituição à contratação de funcionários e docentes, com o objetivo de pagar salários bem mais baixos e ter a isenção de encargos previdenciários, recolhimento de FGTS, etc. Desta forma, no mesmo serviço público há trabalhadores estáveis, com aposentadoria integral, com vários benefícios, e trabalhadores precarizados, sem direito a esses benefícios. Como exemplo citamos a UNESP, que nos últimos anos está contratando muitos conferencistas e substitutos, ao invés de

repor os quadros de docentes de forma adequada. Tem ocorrido também a suspensão de bolsas de pesquisa e extensão, falta de estrutura física e material e falta de funcionários para o desempenho das atividades.

No que diz respeito às relações de trabalho no âmbito das universidades, a adoção da estratégia de contratação de substitutos, com base no banco de professores-equivalentes, vai aprofundar, além do processo de precarização, o fosso entre o trabalho realizado pelo professor efetivo, com dedicação exclusiva, e o trabalho do professor substituto, cujo contrato de trabalho o limita a dar aulas”. Nas universidades federais, o número de docentes substitutos é de, aproximadamente, 30% (ANDES-SN, 2007).

Há alguns anos a ADUNESP denunciou no Ministério Público a prática da contratação de professores conferencistas, os quais permaneciam vinculados à UNESP apenas por 89⁵⁰ dias, sendo que, a partir desta denúncia posteriormente essa prática deixou de ser implementada. Porém, os contratos por tempo determinado ainda permanecem, como é o caso dos docentes que são contratados por um ou dois semestres.

A falta de docentes e os contratos precários se disseminou. Hoje nós temos na UNESP 500 docentes, ou um pouquinho mais provavelmente, substitutos contratados por um semestre. Isso em termos de qualidade de ensino é muito complicado, porque não tem nenhum comprometimento com o programa que está sendo desenvolvido. Ele vem, cai de pára-quadras para dar uma disciplina dentro de um contexto já montado. O professor não cria raízes porque ele vai sair e porque pode renovar contrato só por um semestre. Isso vem acontecendo desde 2003, 2004, quando houve o processo de expansão e a segunda Reforma da Previdência em 2003, em que muitos docentes se aposentaram e não teve reposição.⁵¹

Em relação ao enfrentamento destas contratações precárias, desde 1990 a ADUSP também vem promovendo ações em várias frentes para que a reitoria da USP reverta esse processo. Em 2006 havia na USP cerca de 20% de docentes contratados sem concurso público, os chamados “precários”, porém em 1998 esse percentual era 40%, sendo que essa redução ocorreu devido à pressão da ADUSP⁵². Posteriormente em 2008 havia ainda na USP cerca de 800 docentes contratados temporariamente e sem concurso público (ADUSP, 2008). A esse respeito vejamos o que os depoimentos referem:

Querem privatizar o trabalho docente, isto é, colocá-lo como docente horista, coisa que combatemos nas Universidades e/ou faculdades privadas. Dizia um liberal americano: ‘se a inteligência é cara, experimentem a ignorância’, creio que é isso que eles pretendem. Destruir a Universidade é dar um golpe de morte na pesquisa, é facilitar o terreno para a subalternidade tecnológica. Paulo Renato e Luiz Carlos Bresser Pereira, repetidamente, disseram que nossa Universidade é um luxo e que se pode comprar pacotes tecnológicos mais baratos na Coreia.⁵³

⁵⁰ Essa prática de contratar por 89 dias era realizada porque a partir de 90 dias cria-se o vínculo empregatício.

⁵¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵² Dados extraídos da Revista ADUSP n° 37, ago/2006.

⁵³ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.81.

Uma coisa interessante é que temos uma terceirização de professores; temos professores aqui [USP Ribeirão Preto] que dão aula na Universidade pela fundação; ele não pode inclusive ser chamado de docente, não leva o título de docente por não ser professor da USP e sim por ele ser da fundação.⁵⁴

Essa terceirização de docentes da USP revelada pela entrevista acima foi denunciada em recente publicação da ADUSP, conforme segue:

(...) docentes “não-contratados pela USP”, mas contratados e remunerados pela FIA⁵⁵, deram aulas em cursos regulares da FEA, no lugar de professores contratados pela USP. Tal ilegalidade patrocinada pela FIA foi criada e institucionalizada pelo Departamento de Administração na sua reunião de 14/12/2006. Os “docentes não-contratados pela USP” receberam a designação de “professores-bolsistas”. O esquema funcionou entre 2006 e 2008, mas há indícios de que a prática se iniciou antes mesmo da vigência do “programa”, em alguns casos sobreviveu ao seu encerramento formal, e estendeu-se à pós-graduação (POMAR, BIONDI e CARRANÇA, 2010, p.33).

Outro fato é que na última década criaram-se nas universidades públicas, incubadoras de empresas, empresas júnior, etc. Esses empreendimentos estão voltados para áreas como economia, engenharia, negócios, pesquisas de mercado, etc. Porque esses projetos não estão voltados para a pesquisa e o ensino? Nota-se um visível redirecionamento das pesquisas para o mercado com um questionamento do caráter público das universidades.

As contra-reformas originadas nos acordos de Bolonha, nas fórmulas bancomundialistas e nas proposições dos Tratados de Livre Comércio (e em nível nacional, nas Parcerias Público-Privadas – PPP) tornam a gestão nas universidades cada vez mais parecidas com a de uma empresa, esvaecendo o seu caráter de instituição da sociedade voltada para a formação humana e para a produção do conhecimento engajado na solução de problemas nacionais. A docência e a carreira acadêmica passam a ser balizadas por uma outra lógica. Como os professores são os principais agentes construtores da universidade, é possível supor que muitos docentes operam essas transformações e são por elas afetados (LEHER e LOPES, 2008, p.20).

De acordo com o professor da UNESP Antonio L. Andrade, a política de incentivo e exigência do produtivismo acadêmico:

(...) incentiva na universidade pública os fazedores de pesquisas irrelevantes, de *papers* e artigos que só servem para ranquear e que pouco contribuem para o desenvolvimento auto-sustentável da nação, da nossa ciência e tecnologia e da própria universidade (ADUNESP, 2007, p.5 e 6).

Uma interpretação insuspeita brotou do próprio Diretor de Avaliação da CAPES (2004-2008): “Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista. Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre (RIBEIRO (2006) apud BOSI, 2009, p.32).

⁵⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

Outra questão é o fato de existirem as fundações⁵⁶ privadas de apoio dentro das universidades públicas, oferecendo cursos pagos e utilizando o nome das universidades públicas⁵⁷, contratando funcionários com salários mais baixos, firmando contratos com o poder público sem licitação, etc. O propósito destas fundações é diminuir a responsabilidade do Estado no financiamento das universidades públicas, oferecer serviços para o mercado e fomentar o ideário do privado dentro das instituições públicas.

As fundações não mais são do que entes privados intermediando a relação financeira entre órgãos públicos. Além da insustentabilidade jurídica dessa relação e do desvirtuamento acadêmico, se utilizam da estrutura das universidades públicas para fechar negócios privados sem precisar passar por processos de licitação (ANDES-SN, 2008, p.2).

O fato dos recursos públicos serem insuficientes na composição das receitas das Universidades, faz com que alguns setores dessas instituições necessitem criar estratégias de captação de recursos junto a empresas, bem como oferecerem serviços ao mercado. Dessa forma, são criadas fundações de direito privado, as quais fornecem serviços ao mercado, tais como: consultorias, assessorias, cursos, etc, e todos estes serviços são cobrados. Isso vem acarretando a valorização de alguns institutos ou áreas da Academia, nem sempre devido à qualidade da sua produção acadêmica e sim como resultado da demanda externa dos seus serviços, sendo que, em contra-partida, as áreas de Ciências Humanas são deixadas à margem. Todo esse processo se configura numa privatização interna das universidades públicas, além do que ocorre um desrespeito com a questão da autonomia científica.

As fundações “de apoio” gozam de benefícios em relação às empresas privadas, como isenções fiscais, e uma parte substancial dos seus contratos é firmada com o poder público, sem licitação, para o que se valem, ainda que irregularmente, de dispositivos existentes na Lei de Licitações. O recurso da dispensa de licitação é fartamente usado, inclusive para contratação de serviços administrativos ou técnicos de rotina, que poderiam ser oferecidos por empresas através de licitação, ou executados pelos próprios funcionários da instituição pública contratante (CHRISPINIANO, 2006, p.28).

Conforme Sader (2008), os que defendem a existência dessas fundações afirmam que as universidades públicas, sem elas, teriam padecido devido às grandes restrições de orçamento. Eles argumentam também que essas fundações são mais ágeis na tarefa de estabelecerem contratos, se compararmos à burocracia presente nas universidades. O recurso orçamentário que

⁵⁵ A FIA tem receitas anuais em torno de R\$ 60 milhões de reais e conta com 55 professores, “coordenadores de projeto”, ou seja, mais da metade dos docentes do Departamento de Administração da FEA (POMAR, BIONDI e CARRANÇA, 2010).

⁵⁶ Há 111 fundações credenciadas na SESU do MEC, sendo a maioria vinculada c/ universidades federais e CEFETs (ANDES, 2008).

essas fundações captam para as universidades não é significativo: “ no caso da USP, os recursos captados por suas mais de trinta fundações não ultrapassam 4% de seu orçamento ... são fundações que se apóiam na universidade pública com fins particulares” (SADER, 2008). Esse nicho de mercado presente nas universidades públicas descaracterizam essas instituições enquanto setor público e minam seu compromisso social de prestar serviços gratuitos à sociedade.

A história tem sido pródiga em mostrar que muitos intelectuais, movidos inicialmente pela melhor das intenções críticas, não resistem aos encantamentos e privilégios que o mundo burguês põe à disposição daqueles que se distinguem no plano da cultura. Entregando os pontos, pois não podem aplacar os “sofrimentos do mundo”, muitos intelectuais passam a se dedicar inteiramente à administração de suas carreiras e aos seus interesses privados. Outros tantos, embora permaneçam críticos face aos valores dominantes, entregam-se ao exercício do ceticismo, quando não do mais estéril cinismo em matéria de engajamento social (TOLEDO, 2002, p.36).

De acordo com Teixeira (2006), as Universidades Estaduais Paulistas concentram 53⁵⁸ fundações privadas “de apoio”, sendo quatro na Unicamp, 17 na Unesp e 32 fundações na USP, faturando dezenas de milhões de reais por ano. A existência das fundações privadas dentro das universidades públicas proporciona um processo contínuo de privatização do ensino público, pois ocorre o distanciamento do interesse pelo social em benefício do atendimento das demandas do mercado. Por essas e outras razões, atualmente as fundações estão sendo muito criticadas e questionadas, pois elas consomem horas de trabalho de docentes e funcionários, além de usufruírem de espaço físico e equipamentos das universidades, não havendo geralmente o retorno desses custos. Conforme Gradella Jr. (2002, p.93),

A extensão e a prestação de serviços vem representando, na universidade pública, com incentivo institucional através das fundações, uma forma de captação de recursos e complementação salarial do docente, como uma resposta às reivindicações salariais e às críticas das condições de trabalho que são feitas aos gestores nesses últimos anos. Esta nova função da extensão e prestação de serviços insere-se no modelo neoliberal de educação, em que se flexibiliza o regime de dedicação exclusiva, coloca-se como responsabilidade do trabalhador, da sua “competência” individual, o aumento do seu ganho e da melhoria das condições de trabalho.

⁵⁷ Por exemplo, o nome USP, UNICAMP e UNESP possuem um alto poder de atração.

⁵⁸ Das 53 fundações citadas, temos conhecimento das seguintes: na **UNICAMP**: FUNCAMP, FECAMP e FASA; na **UNESP**: VUNESP, EDUNESP, FUNDUNESP, FUNDIBIO, FUNVET, FAMESP, FEPAF, FAEPO, FUNDECIF, FACTE, FUNEP, FDCT, FUNDACTE, FEPISA, FUNDEPE, FUNDEB e FAPERP (MIRANDA ,2007); na **USP**: FUNDECTO, FCAV, FIA, FIPE, FIPECAFI, FUSP, FFM, FUNDESPA, FAFE, FDTE, ARCADAS, FUPAM, FEALQ, FCTH, FIPAI, FUVEST, ZERBINI, FAEPA, FUNDHERP, FUNCRAF, FUNDACE, FIPFARMA, FAFQ, FUNORP, FUNBEO, FUMVET, FIERP, VANZOLINI.

Assim sendo, ao ser liberada a prestação de serviços pagos por parte da universidade configura-se uma privatização interna desta através da implementação dos cursos pagos, gestão irregular de verbas públicas, etc.

O Banco Mundial considera que o financiamento estatal das universidades é uma forma regressiva de distribuição de renda que favorece os grupos de renda mais alta e propõe um conjunto de reformas que está em processo de implementação, em ritmo diferenciado, em diversos países da América Latina. Entre elas, podem-se citar: cobrança de anuidades, implantação de mecanismos de avaliação do ensino e da pesquisa, associação de financiamento ao desempenho, descentralização do sistema e concessão de maior autonomia administrativa às instituições (CHAMBOULEYRON, 2001, p.17).

Conforme Brinatti e Helene (2008), as fundações privadas tem causado grandes prejuízos à universidade pública, pois ocorreu uma apropriação do espaço público pelo setor privado, em detrimento dos interesses da sociedade. Essas fundações denominadas “de apoio”, na verdade se apóiam nas universidades, pois usam o nome e prestígio dessas instituições, seu espaço físico, seus docentes, estudantes e técnicos especializados.

Ainda, de acordo com os referidos autores, no passado elas construíram uma imagem pública positiva, devido ao discurso de permitirem agilidade e eficiência que o setor público não tem em virtude da burocracia estatal. Esses autores reconhecem as dificuldades burocráticas que estão presentes no interior das universidades públicas, mas esclarecem que é preciso simplificar a burocracia ao invés de promover a criação dessas fundações privadas que instituem interesses privados, os quais entram em conflito com os interesses públicos e coletivos.

A proposta de criação das fundações de apoio às instituições estatais de ensino superior (IES) não surge com o objetivo de oferecer agilidade a uma máquina emperrada, mas sim de diminuir a responsabilidade dos governos no financiamento integral das IES e fortalecer os elementos privatistas em seu interior, sobretudo aqueles capazes de oferecer serviços mercantilizáveis, em detrimento dos serviços socialmente necessários mas sem mercado comprador (DAVIES, 2006, p.37).

Ao invés de facilitar a instalação de fundações privadas em seus espaços, as universidades públicas deveriam repeli-las. As universidades devem se dedicar ao que sabem melhor fazer: formar quadros para o país, desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas e estender à sociedade serviços indissociáveis dessas atividades, ao invés de servirem aos interesses privados representados pelas fundações. Apenas assim, as universidades públicas e seus dirigentes deixarão de ocupar as páginas policiais dos jornais e voltarão a ocupar apenas as páginas de ciência e tecnologia, de políticas públicas e dos cadernos culturais. (...) Infelizmente, as estruturas autoritárias e centralizadas das universidades tem dificultado ações que visam recuperar o espaço público ou mesmo impedir a expansão das atividades das fundações (BRINATTI e HELENE, 2008, p.A-18).

Conforme dados do Ministério Público, nas fundações privadas ocorrem as seguintes irregularidades: contratos ou convênios não relacionados com a universidade, cobrança de taxas e

cursos, desrespeito à Lei de Licitações, ausência de prestação de contas e de orçamentos detalhados, intermediação irregular em atividades que deveriam ser realizadas pelas universidades e subcontratação (ANDES-SN, 2008).

Um dos aspectos mais problemáticos dessas fundações é a cobrança de taxas e mensalidades por cursos ministrados com o nome das universidades públicas às quais são ligadas. Elas utilizam a marca, o corpo docente e a estrutura física da universidade pública. Implementam a privatização por dentro com a desculpa de que facilitam a gestão e agilizam a captação de recursos (MENEZES apud ANDES-SN, 2008, p.3).

A privatização crescente ameaça descaracterizar a formação e o exercício docente, na medida em que o professor tende a tornar-se “privatizado”, por cumplicidade com o modelo privatizante ou pela busca de saídas individualistas (MINTO, KAWASHITA e CAMARGO, 2000, p.55).

Cabe mencionar que inúmeras fundações privadas vinculadas a universidades públicas federais e estaduais obtiveram do governo federal nos últimos nove anos, cerca de R\$ 2,7 bilhões. Dentre estas fundações, a FUSP teria recebido repasses de R\$ 71,2 milhões entre 1999 e 2006 e a FUNCAMP R\$ 61,5 milhões. Estas e outras fundações poderão, em breve, serem alvos de investigações do governo federal (ANDES-SN, 2008).

A Universidade pública, gratuita, democrática, laica e socialmente referenciada deve ser sempre um espaço crítico de construção de conhecimentos para a totalidade da sociedade e de indivíduos críticos, conscientes. Ela não pode, portanto, ficar atrelada às necessidades do “mercado”, nem atrelar-se acriticamente a qualquer visão particularista – quase sempre identificadas aos movimentos populares – como freqüentemente se propala seja na mídia, seja nas falas governamentais e mesmo por setores da própria universidade (DIAS, 2008, p.26).

A título de ilustração referente a questão das fundações privadas, designadas como “de apoio”, presentes no interior das universidades públicas, tomemos como exemplo a FUNCAMP. De acordo com seu estatuto, a FUNCAMP foi instituída no ano de 1977, sendo uma entidade pública de direito privado sem fins lucrativos, localizada no campus da UNICAMP e com prazo de existência indeterminado. O objetivo da Fundação seria:

[...] proporcionar à UNICAMP, dentro de suas possibilidades, meios necessários à adequada mobilização de seus recursos humanos e materiais para o atendimento de necessidades e objetivos econômicos, sociais, pedagógicos, assistenciais, previdenciários e culturais da comunidade, colaborar na realização de pesquisas científicas, de ensino e de desenvolvimento institucional da Universidade Estadual de Campinas (FUNCAMP, 1977).

Conforme Marcelino (2008), uma entidade pública de direito privado como é a FUNCAMP pressupõe a autonomia financeira e administrativa, não se submetendo ao controle do TCE, exceto em alguns casos de convênios específicos. Mesmo sendo uma entidade de interesse público, a condição de direito privado lhe assegura poder para contratar trabalhadores

sem concurso público, bem como a não necessidade de haver licitações para a aquisição de serviços ou materiais.

Como não existe o controle por órgãos públicos, a FUNCAMP presta contas à comunidade, a princípio, somente pela publicação anual de um balanço que fica disponível em sua sede. De acordo com seu estatuto, não há controle direto da UNICAMP, através de qualquer de seus órgãos, sobre as atividades da FUNCAMP (MARCELINO, 2008, p.69).

Um conselho de curadores, uma diretoria executiva, um conselho fiscal e comissões transitórias e permanentes administram a Fundação. O conselho de curadores é um órgão normativo, deliberativo e de controle da administração, o qual é formado pelo vice-reitor (presidente nato), os pró-reitores (sendo o pró-reitor de extensão o vice-presidente nato), o superintendente do Hospital das Clínicas e todos os diretores de unidades de ensino e pesquisa da UNICAMP. O conselho de curadores é que escolhe os membros da diretoria executiva composta sempre por docentes que já ocuparam o cargo de diretor de unidade (MARCELINO, 2008).

A receita da FUNCAMP é oriunda de taxas administrativas provenientes dos convênios estabelecidos com empresas privadas e setor público. No ano de 2007 a Fundação administrava cerca de 1.000 convênios entre UNICAMP, empresas privadas, estatais e órgãos públicos (MARCELINO, 2008).

Sob sua contratação ela tem cinco mil trabalhadores, dos quais três mil setecentos e cinquenta em regime CLT (contrato por tempo indeterminado) e os demais se dividem entre autônomos, estagiários e bolsistas, incluindo os duzentos trabalhadores administrativos da fundação. Marcelo Nunes descreve que quando entrou na Funcamp em 1984, ela tinha trezentos trabalhadores contratados espalhados pela Unicamp. Em vinte e três anos, o número de trabalhadores nessa condição se multiplicou por dezessete. *O boom* de contratação de trabalhadores se deu em 1991 quando a Funcamp começou a administrar convênios na área de saúde, com recursos públicos. Somente dentro do Hospital das Clínicas no campus de Campinas, são setecentos e cinquenta trabalhadores contratados pela Funcamp⁵⁹ (MARCELINO, 2008, p.69-70).

No período compreendido entre os anos de 1987 a 2008, a UNICAMP, através da FUNCAMP, implementou um grande número de contratos CLT⁶⁰ ao invés de contratar funcionários através de concursos públicos. Tais contratações abrangem trabalhadores em todos os setores da universidade, inclusive alguns pesquisadores.

Segundo Marcelino (2008), os convênios estabelecidos pela FUNCAMP são firmados de duas formas: primeiramente, empresas privadas, docentes e pesquisadores se relacionam mutuamente para que essas empresas financiem pesquisas no interior da universidade. A

⁵⁹ Conforme entrevista concedida à autora citada, em 04 de abril de 2007.

formalidade institucional é realizada através da FUNCAMP por intermédio de contratação e remuneração de bolsistas, recursos para o pagamento de docentes envolvidos e aquisição de equipamentos. O referido modo de executar um convênio é amplamente realizado na Universidade, sobretudo nos institutos que tem pesquisa aplicada em tecnologia. Numa outra forma de convênio, os serviços públicos buscam a Fundação para atender a demanda de atendimento deficiente. Sendo assim, a Fundação realiza muitos convênios com o SUS para a contratação de funcionários e médicos para a área hospitalar e, inclusive, a contratação de docentes.

Antunes (2001) em seu estudo denomina os trabalhadores terceirizados e subcontratados como um *novo proletariado*, o qual vem se expandindo em diversas partes do mundo e também atingindo os trabalhadores com especialização. Dessa forma, o mundo do trabalho ficou fragmentado, heterogeneizado, complexificado e precarizado.

Neste sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, downsizing, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (ANTUNES, 2001, p.44).

Todos esses conceitos se encaixam perfeitamente no setor público e, especificamente também nas universidades públicas, onde atualmente os chefes são denominados como “gerentes”, há uma política de não abertura de concursos, ou mesmo a prática de contratações nas universidades no regime CLT e observa-se um “enxugamento” dos quadros semelhante ao que ocorre no setor privado.

Para se ter uma idéia do panorama de desmonte das universidades públicas, a UNESP necessitaria contratar em 2007 aproximadamente 400 docentes, sendo que nos próximos anos estão previstas as aposentadorias de 700 docentes (ADUNESP, 2007). Nestas Universidades o processo de redução de concursos públicos correspondeu a um crescimento da subcontratação, da terceirização, dos contratos por tempo determinado e outras modalidades de precarização do trabalho.

No meu modo de ver, o neoliberalismo já está implantado na universidade pública. Essas políticas, elas quebram a estrutura de universidade que a gente defende; aquela de qualidade, com referência social e tentando resolver realmente os problemas da

⁶⁰ Funcionários em exercício no ano de 2008 contratados pela FUNCAMP: 3.581; estagiários: 592; bolsistas: 706; patrulheiros: 137, totalizando 5.016 contratações. (Dados fornecidos pela FUNCAMP em 17/06/2008).

sociedade. O modelo vem sendo quebrado internamente e por saídas onde a questão do financiamento da universidade sempre está colocada como cheque.⁶¹

Para visualizarmos a abrangência da terceirização nestas universidades continuemos com o exemplo da UNICAMP, a qual verificamos que, a partir da década de 1990 o processo de terceirização avançou mais rapidamente. Nesta universidade, os setores de serviços de transporte, manutenção e meio ambiente estão, em grande parte, terceirizados e em processo contínuo de terceirização. Já encontram-se terceirizados os funcionários: restaurantes: 60%; segurança: 80%; zeladoria: 100%; portaria: 100%. Todos esses setores já foram terceirizados (contratos com empresas externas), sendo que também é considerada uma terceirização os contratados pela FUNCAMP.

A UNICAMP fez uma política de ajuste aqui desde os anos 90. Qual foi a política do Vogt? Terceirização, redução do quadro, ajuste do quadro, sendo que a USP tem vivido isso agora. Agora que eles estão tomando algumas providências pra terceirizar. Aqui na UNICAMP está muito mais terceirizado do que na UNESP e na USP. Isso aqui começou nos anos 90.⁶²

Nos últimos anos, até mesmo as contratações pela UNICAMP no regime CLT não estão ocorrendo em ritmo normal para a reposição dos cargos, pois, ao invés destas, a universidade vem substituindo as vagas por bolsistas e estagiários, que constituem mão de obra mais barata, conforme já citado.

Como exemplificado, nas últimas décadas temos assistido a diversas formas de implementação de ações neoliberais no interior das universidades públicas e outro exemplo disso são os processos de avaliação de docentes e funcionários, conforme segue:

Todos sabemos qual é a atitude de governos em relação aos servidores públicos. Na Universidade não é diferente. Em vez de prestigiar seus docentes e funcionários, assistimos a processos de avaliação originários de uma concepção produtivista do trabalho intelectual, que dá pouco ou nenhum valor ao ensino e à extensão de serviços à comunidade. Ninguém esqueceu a famigerada “lista de improdutivo”, ataque vil ao corpo docente da USP, perpetrado por Goldemberg e Cia. O objetivo desta tática é óbvio: desqualificar toda oposição, desestruturar a capacidade de reação de quem não exerce o poder. A sensação de impotência que sobrevém a muitos de nós é uma consequência desta articulação de procedimentos agressivos e totalitários (ADUSP, 1996, p.26).

A outra questão é a forma como, em determinado momento, as agências de fomento passaram a interferir naquilo que é um segmento importante da atividade acadêmica, que é a pesquisa. Estas agências passaram a ditar políticas de incentivo à pesquisa e de incentivo aos

⁶¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁶² Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

professores que trabalham com pesquisa de modo centralizado e independente da gestão das universidades. Esses fatores se relacionam porque, embora se tenha legalmente o pressuposto da autonomia da universidade, ou seja, a universidade deveria ter a autonomia de gestão, acadêmica, científica e administrativa, isso na prática não ocorre.

“Uma radical mudança no modo de trabalhar nas universidades públicas a partir da qual a questão do financiamento das pesquisas passa a ser um elemento independente do trabalho docente e muitas vezes da própria instituição” (BOSI, 2009, p.29).

Neste contexto, cada vez mais e por vários fatores, fundamentalmente ligados a políticas econômicas do governo, incentiva-se nas universidades do país todo e nas Universidades Estaduais Paulistas também, uma fragmentação do trabalho acadêmico e o individualismo das pessoas, as quais deixam de ter a perspectiva de fazer o trabalho acadêmico coletivamente num espírito de cooperação e de equipe. Sendo assim, os docentes passam a fazer o trabalho acadêmico individualmente numa postura de concorrência entre si e entre diferentes grupos de pesquisadores.

Se você não faz parte do grupo dos seletos e privilegiados, esquece. Porque eles vão controlar as revistas indexadas, eles vão controlar os critérios de seleção dos artigos, eles mesmos vão avaliar os artigos que interessam, ou não interessam de ser publicados nas revistas internacionais, eles constituem uma espécie de máfia, a verdade é isso, uma máfia que na verdade condiciona o teu futuro e a tua vida profissional. E eles vão também determinar o âmbito dos gestores do Estado, quais são os critérios pra você poder publicar; então eles tem a bola, eles tem o jogo, eles tem o juiz e eles tem o campo; e você entra lá com a cara e a coragem e aí, você vai dizer que isso não é um jogo de figurinhas marcadas? Lógico que é. Você acaba sendo consumido pelo próprio sistema, na medida em que você persegue o próprio sistema; é uma situação muito complicada.⁶³

Com efeito, conforme podemos verificar no depoimento abaixo, existe um novo núcleo nas relações sociais e profissionais dentro das universidades que vai se colocando cada vez mais forte, gerando uma contradição, pois à medida que isso vai tomando amplitude, transparece uma política que se traduz numa ofensiva contra a universidade pública muito forte.

O docente que entra [na Universidade], mais qualificado porque eu entrei na universidade como auxiliar de ensino; agora você já começa a ter um movimento contratando doutores, na maior parte dos casos; e chega a um ponto até que você hoje praticamente não existe mais auxiliar de ensino nas universidades e até mestres; hoje tem um número muito reduzido de mestres; então, houve uma forte qualificação profissional, porém houve também um forte esvaziamento político na formação desses quadros novos. E isso está relacionado com o contexto das políticas neoliberais, quais são os conteúdos dos cursos, quais são as políticas da CAPES, do que você é cobrado hoje na universidade: produtividade, qualidade e essa lógica vai permeando a cabeça,

⁶³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

tanto dos orientadores, como dos professores e também dos alunos; tanto na graduação, como na pós.⁶⁴

Tudo isso acarreta algo que é pernicioso em si, nas relações sociais em geral, mas é pernicioso, em particular, no trabalho acadêmico que é o individualismo exacerbado. Por sua vez, esse individualismo que se instala, primeiro nas relações de trabalho e profissionais na instituição, acaba se refletindo na dificuldade também de organizar os docentes para questões mais abrangentes de atuação política na sociedade e da discussão do papel que a educação e que a universidade deve ter na sociedade.

Uma outra questão é que nas universidades públicas vem ocorrendo uma prática de destinação de verbas diretamente para os pesquisadores ou grupos de pesquisa, configurando na criação de “feudos” de pesquisa dentro das universidades. Isso nada mais é do que a implantação do projeto neoliberal do governo, que é transformar o docente em microempresário, ou seja, combinar o conhecimento científico com as demandas do setor privado. A esse respeito, Mills comparou o docente a um empresário:

É consultor de grandes companhias imobiliárias, de comissões de arbitragem entre patrões e empregados, montou seu escritório de pesquisas e vende seus serviços e o prestígio de tradicional imparcialidade da universidade a que pertence (MILLS, 1979, p. 152).

De acordo com Bosi (2009), existem algumas áreas do conhecimento científico que são mais valorizadas pelo mercado do que outras, por exemplo: um médico ou agrônomo com idéias mercantilizáveis valeriam um alto preço, enquanto que os filósofos valeriam pouco.

Mas o fato é que a possibilidade de se “viabilizar” financeiramente tem tornado a docência universitária um lugar propício para a realização de negócios com o capital privado e, por seu turno, um lugar cada vez mais determinado pela lógica da competição (BOSI, 2009, p.27).

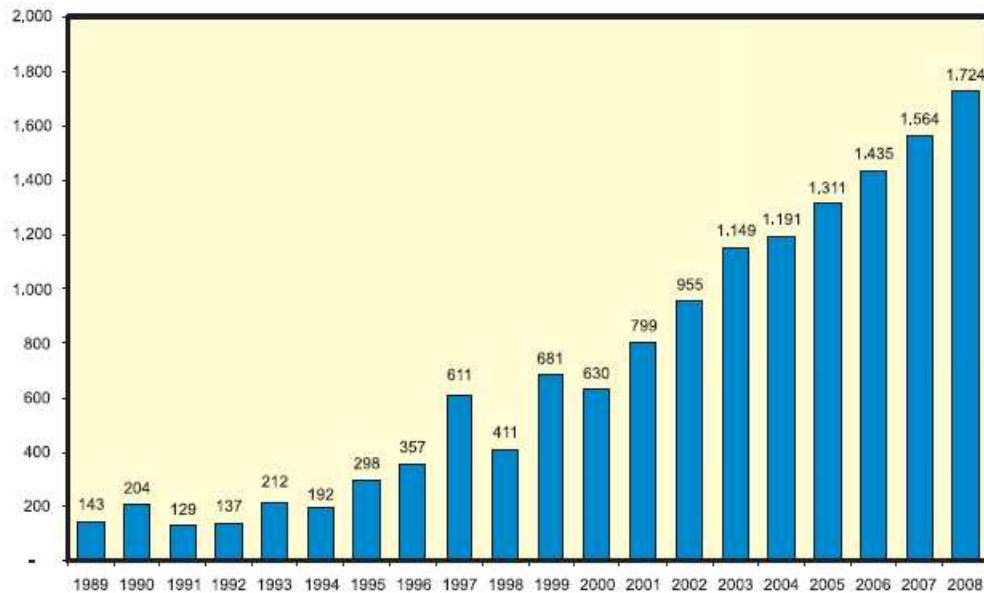
A privatização das universidades públicas tornou-se visível, principalmente, através da cobrança de mensalidade em cursos de pós graduação lato sensu, contrariando o que estabelece o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que o ensino deve ser gratuito em instituições oficiais e, devido a isso, existem atualmente vários processos na justiça contra a cobrança e ressarcimento dos cursos pagos no interior destas Universidades.

Como exemplo do exposto acima, segue abaixo a evolução considerável dos cursos pagos na UNICAMP, os quais são ministrados pela EXTECAMP num total de 87 cursos pagos em 2008 (UNICAMP, 2009).

⁶⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

GRÁFICO 2

CURSOS E DISCIPLINAS REALIZADOS NA EXTENSÃO – 1989-2008



Fonte: UNICAMP, Anuário Estatístico, 2009.

Os cursos pagos se tornaram uma “indústria caça-níqueis” altamente lucrativa que atrai clientes por meio da divulgação de propagandas em TV, jornais, rádio e internet. Seduzidos pela linguagem publicitária, esses alunos pagam caro por cursos que o Estado, por lei, deveria proporcionar. Essa mercantilização do conhecimento compromete a liberdade acadêmica ao direcionar a formatação de cursos, currículos e pesquisa para atender aos interesses do mercado em detrimento das demandas sociais (ANDES-SN, 2008, p.7).

Apesar dessas fundações afirmarem não ter como objetivo a obtenção de lucro, elas acabam atuando como empresas que buscam negócios rentáveis. Em algumas Unidades da USP, como por exemplo a FEA e a Escola Politécnica, existe uma indústria de cursos pagos contrariando a Constituição Federal, a qual determina que sejam gratuitos os cursos ministrados na rede oficial de ensino (MINTO, CORREIA e POMAR, 2008).

Diante de todo o avanço das ações neoliberais nas universidades públicas e no ensino público superior, talvez não seja mais possível reverter o quadro de destruição do público que se instalou no sistema universitário, bem como o avanço do processo de privatização e a disseminação de mecanismos de controle, avaliação e de decisão segundo os moldes privatistas. Conforme Lodi (1991):

É preciso que o sindicato recoloca a questão da luta salarial no contexto da luta pelo controle do processo do trabalho e da gestão da Universidade. No plano das relações com a sociedade é preciso lutar pela participação da Universidade num projeto de

desenvolvimento econômico, científico, cultural e tecnológico que contemple a questão da democracia, da cidadania e dos direitos sociais.

Conforme apontou Chauí (2003a), para conceber-se a universidade sob uma nova ótica é necessário exigir, em primeiro lugar, que o Estado não considere a educação através do fator do gasto público, mas sim como um financiamento social e político, o qual somente será viabilizado através da concepção de que a educação é um direito e não um privilégio ou serviço.

Ainda, de acordo com Oliveira (2009), estamos vivenciando um processo de regressão na sociedade, o qual está situado no campo dos direitos humanos e trabalhistas, sendo que o papel da universidade seria barrar esse processo de regressão com um instrumento fundamentado, primeiramente, nos direitos dos trabalhadores. Em um país profundamente desigual, a universidade teria como obrigação lutar para que o processo de regressão seja detido, promovendo assim, o avanço da sociedade.

A privatização nos moldes verificados no longo período do governo anterior só pôde se impor objetivamente a partir de uma política deliberada para desacreditar o padrão público, implementada inclusive por parte de um conjunto de docentes do próprio sistema público estatal, interessados em estabelecer plenamente a lógica privatista neste sistema, propícia à apropriação privada de seus produtos e de sua produção (MAAR, 2004, p.28).

As universidades enquanto organismos sociais críticos, de reflexão e de construção de paradigmas, deveriam colocar em prática um projeto crítico, que tenha como objetivo a emancipação e o desenvolvimento da sociedade em substituição ao projeto que está sendo implantado, o qual é fundamentado na perspectiva do capital. Para tanto, o modo atual de administração das Universidades deveria ser substituído por um sistema de núcleos democráticos de fato, e não por reitores que assumem o protagonismo de “patrões” configurando um ambiente universitário autoritário e não democrático, até porque as Universidades aglutinam e promovem (ou deveriam promover) ideários críticos ao capitalismo instituído.

2.5 - O impacto do neoliberalismo nos movimentos sindicais.

Para compreendermos o impacto das ações neoliberais no sindicalismo das Universidades é fundamental explicitarmos a influência do neoliberalismo no processo dos movimentos no interior do sindicalismo em âmbito mais geral no cenário brasileiro.

A crise dos sindicatos, no Brasil, se delineia nas últimas duas décadas, sendo que a partir da década de 1990 o sindicalismo tem ficado numa posição defensiva, pois os sindicatos não

foram capazes de criar alternativas frente às práticas neoliberais impostas no país. A estratégia da política neoliberal consiste em desmontar os direitos que os trabalhadores ainda usufruem. O neoliberalismo introduziu mudanças na atividade sindical e as entidades se vêem compelidas a repensar novas formas de organização e mobilização das categorias. Conforme Boito Jr:

São inúmeros os fatores econômicos e sociais que contribuíram para colocar o sindicalismo brasileiro na defensiva. A maioria deles está ligada, de um modo ou de outro, à aplicação da política neoliberal no Brasil. O desemprego intimida o trabalhador, e esse desemprego afetou, de modo marcante, dois dos setores mais ativos do sindicalismo brasileiro nos anos 80 – os metalúrgicos do ABC e os bancários. Hoje, no ABC, há pouco mais da metade do número de metalúrgicos que havia nos anos 80, e no setor bancário já foram suprimidos, ao longo da década de 1990, cerca de 500.000 postos de trabalho (BOITO JR, 2005a, p.285).

Uma outra questão colocada por diversos autores que corrobora para desgastar a atuação coletiva, ou seja, a desmobilização sindical, seria a queda dos regimes socialistas, bem como as concepções neoliberais, conforme segue:

Do ponto de vista político e ideológico, o fim dos regimes socialistas e o avanço das concepções liberais podem ser entendidos como mais um fator que ajuda a desgastar a legitimidade das organizações sindicais e a tornar a opinião pública mais hostil aos sindicatos (RODRIGUES, 1992).

Há outros autores que também referiram essa questão da ausência de pensamento de enfrentamento ao capital, conforme citação abaixo:

Essa crise é não somente nova, mas também mais profunda que as anteriores, uma vez que assistimos ao abandono progressivo da perspectiva de construção de um projeto hegemônico de transformação radical da sociedade pelo conjunto da classe capaz de alimentar o necessário mas não inevitável processo de transformação social para além da ordem do capital. Certamente inúmeras greves, sobretudo na década de 1990, expressaram a combatividade dos trabalhadores. Mas cada vez mais esteve ausente o caráter de recusa radical à lógica do capital, traço que marcou profundamente o movimento sindical em suas origens (SANTOS, 2006, p.451).

Esse motivo de desmobilização sindical também surgiu em nossa pesquisa, conforme apontaram os depoimentos abaixo:

Com tudo que houve de ruim no chamado socialismo desses países socialistas, que para mim não eram socialistas, que levaram à derrocada, isso ajuda essa direita, a esse pensamento, a reforçar essa idéia, esse negócio de socialismo não... Eu acho que esse é o problema maior que você tem no mundo atual para organizar os trabalhadores, é muito difícil as pessoas acreditarem num projeto socialista porque o cara tem como referencial aquilo que foi exatamente a degeneração de um projeto que eu acredito, numa sociedade que o Marx, que o Engels, que outros companheiros idealizaram e que nunca ocorreu no mundo.⁶⁵

Eu conheço vários [militantes] que desistiram. Todas as grandes utopias que eles acreditavam foram sendo derrotadas e quando isso ocorre e você não tem nenhuma outra

⁶⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

vinculação maior, seja com partido, seja com sindicato, seja com projeto editorial, etc; se você só tem a universidade, você joga tudo na possibilidade de trabalhar com a inteligência dos alunos.⁶⁶

Porém, conforme Boito Jr (2007, p.220), o panorama de acomodação entre os países do centro e os da periferia poderá sofrer um processo de deterioração, pois desde os anos 1980 os países imperialistas tem exercido uma pressão sobre os países da periferia por uma política de desindustrialização, bem como por um processo globalizado de “reconcentração financeira e tecnológica no centro do sistema. Tais pressões poderão reativar, em bases novas, a contradição de setores das burguesias nacionais periféricas, das classes médias e das massas populares com o imperialismo”. Ainda, conforme o autor, no século XXI o socialismo poderá instalar-se como um objetivo voltado para um amplo número de revoluções. Cabe ainda registrar que o autor menciona que muitos setores das classes médias situam-se num processo de degradação socioeconômica.

Por outro lado, na atualidade é comum mencionar-se o declínio da influência sindical na política nacional, bem como as dificuldades que estas instituições vem enfrentando com a implementação do neoliberalismo, o desemprego, as flexibilizações das relações de trabalho, o declínio do número de sindicalizados, etc. Sem dúvida, os sindicatos vem passando ao longo das últimas décadas por um contexto de crise.

O sindicalismo cutista passou por profundas transformações após a década de 1990, sendo que sua atuação de confronto passou para uma atuação mais propositiva, com tendência à pulverização das ações sindicais (GALVÃO, 1996).

Conforme Boito Jr (2002), essa estratégia propositiva fez com que a CUT passasse a desviar-se do combate ao neoliberalismo, passando para uma atuação mais de acomodação com a política neoliberal num contraste acentuado com sua atuação sindical por toda a década de 1980.

(...) a corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, fez a central adotar o chamado sindicalismo propositivo, que deprecia a ação sindical de massa e nutre a ilusão de que é possível, com base em propostas tecnicamente bem elaboradas, convencer o governo e os empresários da necessidade de introduzir mudanças na política econômica. O sindicalismo propositivo multiplicou os fóruns tripartites (governo, empresários e sindicatos) mas não logrou, ao longo de toda a década de 1990, apresentar resultados palpáveis para os trabalhadores (BOITO JR, 2005a, p.286-287).

⁶⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

Após as mudanças na atuação da CUT, sobretudo a partir do governo Lula, promoveu-se um processo de inúmeras desfilições de entidades sindicais, as quais perceberam o alinhamento dessa Central com o governo.

Nos anos 1990 as demandas salariais cederam lugar a uma preocupação crescente com a manutenção do emprego durante as negociações coletivas, fazendo com que as entidades sindicais mais combativas tratassem de construir alternativas negociadas para impedir o avanço do desemprego (OLIVEIRA, 2003).

De acordo com Antunes (1998, p.149), “... o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade”. O autor também menciona o fato de estar ocorrendo uma crise no mundo do trabalho, com um processo de crescente subproletarização⁶⁷ deste, o qual repercute fortemente no movimento sindical.

(...) o movimento sindical encontra-se numa crise de proporções nunca vistas, atingindo com intensidade, na década de 80, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 1980 para 1990, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de um parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil (ANTUNES, 1998, p.150).

Há autores que teorizam que, em decorrência da reestruturação produtiva, o sindicalismo estaria em processo de declínio e até de um desaparecimento (RODRIGUES, 1999).

Com tudo isso, transparece que o pacto neoliberal dos últimos governos tem por objetivo destruir o sindicalismo brasileiro, o qual já se encontra em crise desde a implementação das práticas neoliberais, as quais vem acompanhadas da destituição de direitos, trabalho precarizado, instabilidade, desemprego, etc.

A crise que atinge os sindicatos se manifesta desde logo no enorme fosso existente entre os trabalhadores “estáveis”, que permanecem no mercado de trabalho formal, e aqueles que se tornaram precarizados, terceirizados, subcontratados, *part-time*, que compreendem um segmento em expansão no interior do mundo do trabalho, em escala mundial (ANTUNES, 2004, p.82).

Segundo Sader (1995), o programa neoliberal dos últimos governos objetiva a destruição da capacidade de luta e organização do sindicalismo brasileiro, ou seja, a destruição dos movimentos sociais e das organizações sindicais e populares. Porém, em relação a essa idéia, Boito Jr. (2002a) argumenta que os governos neoliberais não demonstraram ainda o objetivo real de desmonte do *aparelho* sindical, apesar de sempre implementarem um efetivo bloqueio à luta dos trabalhadores quando essa luta contesta as ações da política neoliberal.

No setor público, as mudanças com a Reforma do Estado nas gestões pós anos 1990 objetivaram uma reconfiguração da máquina estatal frente às implementações neoliberais, ou seja, a mudança de um Estado interventor para um Estado mínimo trazendo consequências também para o sindicalismo desse setor, o qual era muito ativo na década de 1980 e que também entrou em declínio, com o Estado, agora “mínimo”, não contratando funcionários e, ao contrário, até demitindo.

Em âmbito ideológico os funcionários públicos colocaram-se numa posição defensiva, pois os governos neoliberais passaram a identificar estes funcionários como privilegiados, os “marajás”. Essa situação decorre da desindustrialização, a qual é consequência da política neoliberal, com o declínio dos direitos sociais e também dos serviços públicos (BOITO JR, 2005a).

No contexto mundial, ocorrem dois fenômenos que indicam o enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical: a queda de trabalhadores sindicalizados e o declínio do número de greves. A globalização atingiu severamente o sindicalismo, sendo que a introdução da automação e da informatização constitui-se num dos principais fatores que prejudicaram o mesmo, pois o número de trabalhadores nas empresas foi reduzido e o mercado de trabalho alterado, causando desemprego setorial e até rebaixando os níveis nacionais de ocupação (RODRIGUES, 1999). Com tudo isso os sindicatos viram-se deparados com um novo perfil de trabalhador: instável no emprego, terceirizado, de trabalho temporário, sem carteira assinada, etc.

Os sindicatos, em todo o mundo, vivem hoje uma situação muito difícil, expressada na queda do número e da proporção de trabalhadores filiados e no declínio das taxas de greves, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como atos político (RODRIGUES, 1999, p.11).

Conforme outro estudioso: “Pode-se dizer que o movimento sindical brasileiro da década de 1990 não é o mesmo dos anos 1970 e 1980. É necessário localizá-lo numa conjuntura em que passa a desempenhar um papel reconhecido de ator político importante” (RAMALHO, 1995, p.127-128).

Sobre as perspectivas futuras do sindicalismo há divergências entre os autores. Em sua obra, Rodrigues questionou se haveria sindicatos no século XXI e concluiu que o sindicalismo declinou em diversos países. A tese desse autor é que “as características gerais da sociedade pós-

⁶⁷ Entende-se por subproletarização do trabalho a incorporação do trabalho precário, ou seja, terceirizado,

industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas”. “ O destino do velho sindicalismo não é risonho porque o hábitat da sociedade pós-industrial e do mundo globalizado lhe é muito desfavorável” (RODRIGUES, 1999, p.301 e 304). O autor salienta que o panorama sindical contemporâneo sugere muito mais um declínio do que uma crise.

De acordo com Linhart:

Será que o sindicalismo não tende a desaparecer na tormenta das transformações que agitam as profundezas do mundo do trabalho? Falta de adaptação, falta de invenção de novas missões, de novas práticas, de novas ideologias, será que ele não condenou a si mesmo a desaparecer? A ser substituído por formas mais difusas de “negociação”, assumidas diretamente pelos assalariados e pelas chefias? (LINHART, 2007, p.115).

A autora citada está querendo dizer que com a reestruturação do trabalho e os novos modelos de organização deste, o sindicalismo não teria perdido seus atributos definitivamente?

Para Boito Jr. o recuo atual do sindicalismo é uma crise e um recuo temporário. “O recuo do sindicalismo é, portanto, um fenômeno internacional, mas desigual e contraditório, e parece já ter superado seu ponto mais baixo” (BOITO JR., 2003a, p.325-326).

Hoje, o sindicalismo da baixa classe média, com suas particularidades, é um setor amplo e ativo do movimento sindical em escala internacional. Portanto, toda a história do sindicalismo recomenda prudência nessa matéria. No geral, o que podemos dizer é que o trabalhador assalariado, que, como tal, trabalha para um empregador, está inserido num coletivo que realiza um trabalho socializado e usufrui de liberdade pessoal – esse trabalhador tende a se organizar para reivindicar melhores salários e condições de trabalho (BOITO JR., 2003a, p.328).

Ainda, de acordo com esse autor, atualmente a queda do sindicalismo não é irreversível, trata-se de uma crise, passível de reversão e que poderá ser superada, sendo que isso indicaria um processo de mutabilidade do movimento sindical. Concordo com esse pensamento e acredito que provavelmente os sindicatos nunca deixarão de existir, apesar das transformações que os mesmos vem apresentando e que ainda poderão apresentar num futuro próximo.

Outrossim, conforme Beynon, a globalização prejudica as ações coletivas para os trabalhadores de todos os países, “porém, isso mascara o fato de que os sindicatos já estão buscando estratégias que transcendam as fronteiras nacionais. As iniciativas são variadas” (BEYNON, 2003, p.58).

Segundo Antunes, há indícios de que:

flexibilizado, temporário, parcial, etc.

(...) adentramos também numa nova fase de mundialização das lutas sociais e das ações coletivas. Ações que são desencadeadas ora a partir dos confrontos que emergem diretamente do mundo do trabalho, como as greves que ocorrem cotidianamente em tantas partes do mundo, ora através das ações dos movimentos sociais dos desempregados, que compreendem a crescente e enorme parcela dos que se *integram* no mundo do trabalho pela forma do *desemprego*, da *desintegração*⁶⁸ (ANTUNES, 2003, p.213).

De acordo com esse autor, o século XXI se iniciaria tendo como característica as lutas sociais mundializadas.

Há que se considerar que no atual contexto permeado por ações neoliberais no universo do trabalho, com o passar dos anos a tendência é que o contingente de trabalhadores precários supere o de trabalhadores estáveis, complicando cada vez mais a questão sindical.

(...) o contexto social, político e econômico, que foi e continua sendo extremamente adverso aos trabalhadores com o aumento do desemprego e da desestruturação do mercado de trabalho, trouxe limitações para a ação coletiva dos trabalhadores e para o processo de negociação coletiva. O crescimento da heterogeneidade na estrutura ocupacional faz que grande parte dos trabalhadores não tenha acesso aos direitos sociais e à cobertura da negociação coletiva. Assim, as transformações no mercado de trabalho também enfraquecem o sindicato, que é obrigado a discutir e negociar uma pauta colocada pelas empresas. Além disso, dada a fragilização a que o sindicalismo foi submetido, uma série de iniciativas que avançam rumo à redução dos custos fixos e flexibilizam as relações de trabalho vai sendo adotada pelas empresas sem a negociação com os sindicatos, tal como está ocorrendo em importantes bancos privados (...) (KREIN, 2003, p.317-318).

Sendo a terceirização uma prática do receituário neoliberal, Alves (2010) argumenta a questão de que a terceirização possui um conteúdo político, ou seja, além de ser uma prática para reduzir custos, constitui-se principalmente em estratégia política da luta de classes, a qual procede a uma reestruturação de coletivos do trabalho proporcionando condições para o surgimento de novos tipos de “dessubjetivação de classe”. Devido a isso, a terceirização:

Surge no bojo do binômio crise-reestruturação produtiva, sendo um dos elementos impulsionadores, em sua materialidade específica, da crise do sindicalismo de classe que, devido à sua estrutura organizativa verticalizada imposta pela legislação trabalhista (sob o amparo da Justiça do Trabalho), não consegue lidar a contento com a nova materialidade do capital constituída pelas novas estratégias de subcontratação ampliada (ALVES, 2010, p.18).

Diante do exposto, há um consenso em que vários autores mencionam que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva vem prejudicando a ação dos sindicatos, também salientado por Leite:

(...) o processo de reestruturação produtiva em curso nas últimas duas décadas vem sendo acompanhado, em quase todos os países do mundo, por um significativo enfraquecimento dos sindicatos, que se expressa, na maior parte dos casos, em

⁶⁸ As palavras em itálico são grifo do autor.

dessindicalização e perda do poder de negociação das entidades sindicais (LEITE, 1997, p.10).

Por sua vez, Rodrigues (1999) argumenta que o desemprego e a baixa taxa de inflação são fatores que também prejudicam o movimento sindical.

Nesse sentido, conforme Santana e Ramalho (2003), os sindicatos deveriam atuar em questões mais abrangentes, isto é, questões sociais que afetam os trabalhadores e que clamam por interferência política, bem como lutar para que sejam implementadas políticas sociais que minimizem a exclusão social.

Indicáramos: a retomada das organizações de base, a revisão das formas organizativas e mobilizatórias, a incorporação de novos temas e demandas, a articulação em rede com outras formas de representação dos trabalhadores, a assunção do caráter transnacional de sua luta e organização – transcendendo seus limites e questões nacionais – e, por fim, o resgate da dimensão cultural em sua política – fazendo com que as entidades deixem de ser vistas apenas como máquinas de guerra na luta de classes e recuperem, no bolo dessa luta, também seu aspecto de produtoras de novas sociabilidades entre os seus membros (SANTANA e RAMALHO, 2003, p.36).

Porém estas questões deverão sempre estarem norteadas para a luta pelos interesses dos trabalhadores e abrangência a todos, empregados e desempregados.

Em um contexto que conjuga informalidade e desemprego ou, para sermos mais diretos, precarização e aumento da exclusão, em uma lógica que visa destituir os trabalhadores até mesmo de seus mais elementares direitos, como sobreviveria a máquina de organização sem que muito de suas premissas sejam alteradas, no sentido de agilizar sua capacidade de dar conta de novas questões, impedindo a corrosão de sua representatividade? (SANTANA, 1999, P.82).

Ainda, segundo esse autor, algumas alternativas propostas ao sindicalismo de alguns países centrais seriam: a instauração de uma nova cidadania nos locais de trabalho, ou seja, o envolvimento dos trabalhadores nos locais de trabalho, a incorporação dos trabalhadores em situação de exclusão e a associação com outros movimentos sociais.

No setor público diante das transformações apontadas, as condições de emprego, as relações sindicais e os movimentos também decaíram e prevalece, muitas vezes, uma idéia contrária à negociação coletiva.

A negociação, na maioria dos casos, só acontece depois que os servidores estão em greve. Assim, no setor público, a greve, em vez de ser um instrumento que se utiliza em último caso, constitui uma forma de abrir o processo de negociação (LIMA et al, 2002, p.149).

Os dados ora apresentados corroboram a concepção de que o neoliberalismo ocasionou um profundo impacto no sindicalismo, tanto do setor privado quanto do setor público em escala

nacional e internacional, estando seu poder enfraquecido, nos dias atuais, frente à perspectiva de superar a lógica capitalista.

2.6 - O impacto das ações neoliberais no sindicalismo das Universidades Estaduais Paulistas.

Ainda, em relação ao setor público, agora especificamente nas Universidades Estaduais Paulistas, o sindicalismo, tanto da categoria docente como dos demais trabalhadores, também vem sofrendo transformações na forma de promover as lutas e em relação ao montante de trabalhadores engajados nos movimentos. As entidades sindicais nos dias atuais agregam não só demandas salariais e por mais verbas para a educação pública, mas também por melhores condições de trabalho, fim das terceirizações, preservação da universidade pública, manutenção do emprego, contra as ações neoliberais nas universidades, pela democracia interna, contra as reformas no ensino superior, pela liberdade dos movimentos sindicais, permanência estudantil e muitas outras.

O movimento sindical refluí, em particular na universidade pública, de forma mais significativa a partir da segunda metade dos anos 1990, justamente com o acirramento e a acentuada estruturação da política neoliberal, da Reforma do Estado implementada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Nas universidades pesquisadas o refluxo da mobilização sindical torna-se mais visível a partir da greve do ano 2000.

O sindicalismo da categoria docente, além de ser influenciado pela ideologia meritocrática, é caracterizado pelo corporativismo profissional e isso o diferencia do sindicalismo dos demais trabalhadores, sendo que a estrutura sindical corporativa também é responsável pela fragilidade dos movimentos sindicais.

Cabe salientar que o impacto das ações neoliberais introduzidas nas universidades públicas nas últimas décadas vem produzindo conseqüências que diferem entre as categorias envolvidas, acarretando uma mudança no modo de trabalho e no perfil das categorias e promovendo uma postura de não mobilização interna para as práticas coletivas. Isso também se reflete na dificuldade em repor os cargos nas entidades sindicais dos docentes e também dos funcionários.

Não só houve chapas únicas como também enorme dificuldade em montá-las, o que é muito diferente. Nossas chapas são relativamente grandes, a diretoria tem cerca de dez membros. Na prática, apenas três ou quatro assumem, às vezes, dois – é essa minha experiência nas três diretorias das quais eu participei e sei que o mesmo ocorre em

praticamente todas. Há uma baixa participação, inclusive dos colegas da diretoria, porque muitas vezes acabam participando para fechar uma chapa e, depois, sua vida acadêmica não permite mais a sua atuação.⁶⁹

De acordo com os entrevistados, as dificuldades de mobilização da categoria dos docentes nas Universidades Estaduais Paulistas guardam uma relação, tanto com a questão de como hoje a universidade adere às políticas governamentais, quanto de como o Ministério da Educação tem conduzido as políticas de financiamento no país como um todo, que acabam tendo reflexos em todos os estados, inclusive aqui no estado de São Paulo.

Eu acho que antes a gente conseguia mobilizar não 100%, mas uma grande parte dos docentes e hoje a gente não tem conseguido mobilizar; essa é a questão objetiva, não consegue. Até nos campi que tem uma tradição de luta muito grande, como é o caso de Marília, onde eu estou hoje, se Marília não fez, ninguém faz. Aqui a gente consegue manter uma unidade dos três segmentos, com dificuldades é claro, mas busca, trabalha nessa direção; a gente tem tido muitas dificuldades para a mobilização. O fato novo, sem dúvida, são as políticas neoliberais que, até a greve de 1994, eram greves bem objetivas, que eram a questão salarial, embora sem perder de vista a questão de mais verbas para a educação. Depois de 1994 você começa a ter um refluxo da participação dos docentes nas mobilizações; pra mim 1994 foi o marco. Em 1996 eu já senti uma redução da participação docente dentro do movimento. A partir daí você vai tendo greves mais curtas, paralisações, mas aí você começa a ter um esvaziamento que vai chegar a um momento que começa a ter mais dificuldades para mobilizar prontamente do que antes. (...) Então o docente avalia: *eu vou me envolver numa greve aonde eu vou perder meu tempo, tenho meus prazos institucionais de CAPES, FAPESP, meu paper*. Então, tudo isso vai perdendo sentido, a luta maior vai esvaziando, hoje o docente não se mobiliza. (...) Enfim, eu diria que hoje está difícil, aquilo que mobilizava antes que era salário, uma luta mais geral pela universidade, principalmente pelos 11% na LDO, hoje não mobiliza mais; nem coisas diretamente relacionadas à vida individual do docente.⁷⁰

Confirmando essa questão da dificuldade em mobilizar de forma expressiva as categorias, a qual já vem de meados dos anos 1990, conforme publicação da ADUSP (1996):

É inegável que seria importante termos capacidade e organização para sustentar pressão permanente sobre o poder institucional. A participação ativa na vida política e sindical seria um passo importante nesta direção. Se, por exemplo, tivéssemos assembleias gerais massivas com regularidade, poderíamos evitar que nos fossem tomados salário e condições dignas de trabalho, ganhos na luta de docentes e funcionários. Um pouco de envolvimento de cada um no trabalho político cotidiano pode significar muito para evitar que direitos sejam perdidos e para garantir que prospere a construção da democracia social no Brasil. Além disso, se travássemos a luta de forma organizada e constante no tempo, talvez não tivéssemos que recorrer a greves tão longas, quando não fosse necessário (ADUSP, 1996).

Mais recentemente a entidade dos docentes da UNICAMP distribuiu uma carta aos professores mencionando o momento de crise do sindicalismo e conclamando a categoria para

⁶⁹ Depoimento de Luis Carlos Guedes Pinto, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.128-129.

⁷⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

concorrerem na eleição da diretoria da entidade. O prazo de inscrição das chapas havia iniciado em 24 de fevereiro e se encerraria em 16/03/2007:

Chamamos a atenção que as Associações e Sindicatos de forma geral tem atravessado momentos de crise, caracterizada, sobretudo, por assembléias esvaziadas, baixa motivação nas mobilizações e, até muitas vezes, para reivindicar questões cruciais fundamentais para a sobrevivência da Universidade sob a égide da democracia. Teremos chapas para disputar as próximas eleições da ADUNICAMP? (ADUNICAMP, 2007).

Em relação ao nível de mobilização nas entidades durante a trajetória das greves, os funcionários militantes também percebem o fato de que, nos últimos anos, vem ocorrendo uma certa dificuldade na organização da categoria dos docentes em virtude da proliferação das fundações privadas e as oportunidades que os docentes tem de obterem uma fonte de renda extra.

Infelizmente nos últimos anos a gente tem lutado muito sozinhos e com uma parcela da UNESP. A UNICAMP foi muito omissa nestes últimos anos e a UNICAMP tem uma história de luta e tradição muito importante. Professores é o grande problema nosso. Há trinta e um anos na universidade, eu vejo uma mudança radical no comportamento dos professores das três e até digo mais, nacional. O professor, esse sim tá sendo cooptado pelo sistema porque antigamente o professor da USP e isso serve também para a UNICAMP e UNESP, o professor era, antes de tudo, professor da USP, vivia do salário como professor da USP e agia como tal. Hoje em dia, grande parte dos professores da USP dão aula particular na USP, cursos pagos de extensão, usando prédio público, fundações que bancam, então há uma cooptação hoje muito forte e inclusive, uma greve atrapalha esse cara de ganhar dinheiro. A gente fez uma luta memorável no ano passado, que os alunos tiveram papel preponderante; entraram na ocupação, depois nós entramos, os professores nem se mexeram, nós derrubamos os decretos do Serra, sem a participação dos professores, com raras e honrosas exceções, mas a categoria dos professores não se moveu, pelo contrário. O pessoal da ADUSP sim, mas com métodos completamente diferentes dos nossos, puxaram uma greve e a greve refluuiu; não apoiaram a ocupação, que, na minha opinião, foi um dos fatores que derrotou os decretos (...).⁷¹

Quando indagamos sobre essa questão com a categoria dos docentes, estes confirmam esse fato da categoria docente estar desmobilizada, o fator da cooptação, conforme segue:

As categorias que tem se mobilizado com menos dificuldade, eu não diria com mais facilidade, diria com menos dificuldade, são os funcionários, por uma questão óbvia, por que os salários são mais baixos, isso facilita. Então você tem os funcionários e tem os estudantes, que deu um salto de qualidade. Então, o indivíduo, ao invés de lutar conjuntamente por uma política de salário, ele tenta pegar o jeitinho individual, tenta pegar o curso de extensão, entrar numa fundação onde ele possa ter alguma coisa; são saídas individuais. Aparentemente as pessoas não se dispõem a dedicar algo de seu tempo que, na concepção deles não levará a bons resultados, está claro? Pra militar no sindicato a gente tem que buscar tempo extra.⁷²

Você tem, sobretudo agora com o governo Lula, você tem boa parte do antigo movimento social cooptado, suas lideranças foram ocupar cargos de direção e as que ficaram estão meio atreladas ao governo. Tem uma tendência comum nas três universidades hoje, é de ter menos dificuldade de mobilizar os funcionários e estudantes,

⁷¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁷² Entrevista realizada com dirigente da ADUSP em agosto/2008.

com professor tá complicado. As formas de cooptação existem em todas as categorias.⁷³

A análise dos depoimentos anteriores demonstra que há diferenças importantes entre os interesses da categoria docente e da categoria de trabalhadores técnico-administrativos, sendo que essa diferenciação dificulta a organização conjunta destas categorias.

Nos depoimentos a respeito de qual fator é importante para que ocorra a mobilização da categoria dos funcionários surgiu a questão da injustiça, compromissos não cumpridos pela reitoria, os arrochos salariais maiores e também os ataques à universidade. Notamos que é importante que a categoria esteja bem informada para que ocorra a mobilização e a questão da informação surgiu indiretamente, conforme relatos abaixo:

A indignação com a injustiça, isso a gente tem visto. Por exemplo: uma coisa que deixa toda a nossa categoria indignada, no ano passado foi um compromisso salarial assinado, dar R\$ 200,00 para todo mundo caso a arrecadação do ICMS atingisse não sei quanto; aí atingiu muito mais e eles deram o dito pelo não dito; então essa indignação é explosiva; coisas como compromissos não cumpridos, quando você tem um momento de arrocho salarial maior, faz explodir e fatos como ocorreu o ano passado, um ataque maior à universidade; então aquela explosão que houve de funcionários e estudantes do ano passado tem a ver com o entendimento que a gente conseguiu passar para os trabalhadores de que *olha, essa universidade tá ameaçada enquanto universidade pública, o emprego nosso tá ameaçado porque eles vão querer terceirizar, o projeto do Serra é ir terceirizando até chegar na universidade particular, querem acabar com a universidade pública*. Então, esse entendimento de que a universidade tá sofrendo um ataque, também isso foi demonstrado o ano passado.⁷⁴

Ao entrevistarmos a categoria dos docentes sobre qual fator seria o mais importante para que ocorra a mobilização dessa categoria, semelhante à resposta da categoria dos funcionários, também apareceu a questão da importância da base ser informada e também a necessidade de demonstrar acordos não cumpridos pelo CRUESP. A situação de arrocho salarial não foi mencionada.

A gente tenta informar a categoria, temos nossos órgãos de informação; a primeira coisa é a informação, ela precisa estar informada do que tá acontecendo, é preciso que essa informação chegue e cause indignação nas pessoas. Só que não adianta só informar, é preciso que haja a convicção de que é possível dar mais, frente à postura dos governantes de não darem mais. No ano passado teve o compromisso dos reitores de que *“se a arrecadação der”...* e não cumpriram. Então, a gente tenta resgatar isso, a informação tem que chegar, tem que instalar-se no conjunto dos indivíduos para que cause indignação e que cause a disponibilidade à luta. Porém, é importante considerar isso no contexto que estamos vivendo, que é um momento de acúmulo de forças, de resistência, de não perder direitos. Mais importante talvez do que avançar, é não perder aquilo que já se conquistou.⁷⁵

⁷³ Entrevista realizada com dirigente da ADUSP em agosto/2008.

⁷⁴ Entrevista realizada com militante SINTUSP em 02/07/2008.

⁷⁵ Entrevista realizada com dirigente ADUSP em agosto/2008.

Em relação à influência das ações neoliberais sobre a mobilização nas universidades, conforme podemos observar nos depoimentos da categoria dos funcionários, há concordância com essa idéia, com variações de intensidade na influência dessas ações em cada universidade.

Aqui [na Unicamp] nós tivemos uma greve importante em 2000; foi a última greve que a gente conseguiu a participação [dos funcionários] da FUNCAMP. Você tem hoje 30% dos funcionários da UNICAMP que são contratados pela FUNCAMP, tem outro dissídio, tem outra relação profissional; apesar de fazer o mesmo serviço e trabalhar no mesmo local. Isso é uma questão importante, porque no caso da UNICAMP, a terceirização é uma dificuldade. Na USP eles tem um quadro operacional que é muito forte ainda. Nos anos 80 quando se começava uma greve aqui, você começava pelo restaurante e pela DGA6, que tinha seiscentos funcionários; você tinha a massa da greve. Depois você começava a fazer arrastões, aí você tinha massa crítica e você instalava a greve. Hoje você não tem mais isso, terceirizou tudo; então essa é a diferença nossa com a USP hoje e com a UNESP também.⁷⁶

Na UNICAMP essas ações influíram muito porque hoje em dia você tem metade dos funcionários da UNICAMP que estão em fundações, o pessoal do hospital... Essa coisa da terceirização, sem dúvida, é desmobilizante. Nós temos enfrentado a terceirização aqui (na USP), com muita luta e com algumas vitórias, mas temos derrotas também. Aqui quando vai começar uma greve, nós piqueteamos os restaurantes e o particular também, porque eles queriam ver se terceirizando manteriam funcionando tudo isso; mas eles estão acabando. Por exemplo, a prefeitura da USP tinha quatro mil funcionários e hoje tem quinhentos. A vigilância da USP metade tá privatizada; mas sem dúvida são fatores que, se você permite que isso avance, aí dificulta muito a luta. Apesar de que nós temos feito um trabalho com esse pessoal terceirizado, inclusive lutando para que eles ganhem o mesmo que nós, mas é muito difícil organizar esse pessoal.⁷⁷

A influência das ações neoliberais surgiu também em resposta anterior da categoria dos funcionários, quando foi mencionada a questão das fundações, dos cursos pagos, etc, como fatores que desmobilizam a categoria dos docentes e atinge também, porém em menor número, os funcionários.

Tem vários funcionários que recebem a chamada bolsa que eles falam. Nós tivemos problema na greve de 2004 e 2006, tivemos problema de funcionários que estavam em greve e foram ameaçados e falavam que, se eles não voltassem pro trabalho, iriam cortar a bolsa. E vários funcionários que não voltaram ao trabalho acabaram perdendo a bolsa e essa também é uma maneira que eles utilizam, porque tem bastante funcionário que trabalha para as fundações, fazem trabalho paralelo e isso implica muito na decisão dele; tem bastante funcionário que trabalha com complementação e muitos professores acabam utilizando isso pra ter um poder maior sobre o funcionário.⁷⁸

Em relação à análise das entrevistas da categoria dos docentes sobre a questão da influência das ações neoliberais para os movimentos sindicais destas categorias também ficou claro que incide esse fator em vários aspectos, tais como o individualismo e a flexibilização dos contratos de trabalho, conforme segue:

⁷⁶ Entrevista realizada com dirigente do STU em 01/04/2009.

⁷⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

É lógico que as ações neoliberais contribuem, você cria esse clima geral de passividade, de despolitização, ele induz as pessoas a buscar saídas individuais e essas saídas individuais interferem na própria estrutura da universidade, na flexibilização, no regime de dedicação exclusiva; atualmente cada vez mais se fala em flexibilizar o regime de trabalho. Prá nós, 12 e 24 horas são ruins, porque não fixa as pessoas aqui. Aqui na ADUSP a gente tem tido uma certa dificuldade de renovar quadros.⁷⁹

A flexibilização do RDIDP hoje ocorre nas três paulistas, você pode ter atividade concomitante remunerada, a ampliação do processo via fundações e você buscar captação de recursos via órgãos de fomento, verba do CNPQ, FAPESP, hoje em dia você tem um canal maior, de bolsa pesquisador, de outros tipos de complementação do salário e aí a campanha salarial já não passa a ser tão valorizada. Com essa prática, com esse conjunto de ações que o docente pode complementar o seu salário, fragilizando o movimento forte, onde todo mundo vai pra luta e quando a gente tem um movimento forte a gente tem ganhos importantes.⁸⁰

Com certeza, indiscutivelmente, não só tem influenciado, como isso tá destruindo a universidade. Apesar dessa desmobilização, a gente ainda continua com a esperança de conseguir tocar os corações e mentes dos nossos docentes para que eles percebam o quanto é importante a gente receber aquilo que realmente a gente merece e não aquilo que os reitores e governadores acham que a gente deve receber, diminuindo o nosso salário, degradando a nossa condição de vida.⁸¹

Agora um outro boom que a gente tem também é o engajamento dos professores no ensino à distância. Nenhuma das propostas do ensino à distância que estão sendo aprovadas no interior das universidades, ela vem sem um repasse de recursos financeiros. A tal da UNIVESP é de um salário extra pra quem prestar os serviços, então acho que todos esses fatores colaboram pra que a gente tenha dificuldade de mobilização no interior das categorias. O docente tem uma visão extremamente imediatista e nem percebe que quanto mais você tem ensino à distância, mais você enfraquece a própria razão de ser dos cursos presenciais nas universidades.⁸²

A dificuldade de mobilização que se apresenta nos últimos anos também é decorrente da dificuldade cada vez maior de se trabalhar efetivamente numa perspectiva coletiva na universidade.

As pessoas estão envolvidas nessa cultura [da individualização] e, evidentemente, não é porque alguém é professor universitário que consegue sair dessa ótica míope, que não vê que para superar as dificuldades presentes na sociedade, você necessita de alguma militância coletiva.⁸³

Esse individualismo que se instala nas categorias também é decorrente do meritocratismo e configura-se numa dificuldade para a organização coletiva, conforme Boito Jr:

Na concepção de um trabalhador apegado à ideologia meritocrática, o movimento sindical seria algo apropriado para os trabalhadores manuais, isto é, para trabalhadores que tem de compensar, recorrendo ao uso da força coletiva, a falta de dons e de méritos

⁷⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁷⁹ Entrevista realizada com dirigente ADUSP em agosto/2008.

⁸⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁸¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

⁸² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁸³ Depoimento de Roberto Teixeira Mendes, extraído de ADUNICAMP (2002).

peçoais e o trabalho simples e degradado que executam. A ideologia meritocrática produz então um efeito de isolamento particular: o assalariado de classe média não se unifica num coletivo de luta e permanece atomizado porque aderir à ação sindical seria admitir uma incapacidade pessoal e um rebaixamento social – identificação com os trabalhadores manuais. Essa é uma atitude que estigmatiza o movimento sindical, que é concebido como uma espécie de “movimento dos incompetentes (BOITO JR, 2007, p.238).

Outra questão oriunda do neoliberalismo é o contínuo processo de redução de verbas para as universidades públicas. Na visão do governo é preciso investir o mínimo no ensino superior e não tudo aquilo que seria possível com os recursos econômicos que a sociedade dispõe para formar com qualidade um determinado segmento que se pretende seja a elite da sociedade.

As IES públicas tem buscado alternativas variadas de captação de recursos como forma de complementar o orçamento do Tesouro. A prestação de serviços, a comercialização de bens e os projetos de cooperação tem sido formas bastante utilizadas por essas instituições na geração de receitas (CORBUCCI, 2004).

Portanto, no momento em que se restringe o financiamento para a universidade pública, necessariamente, pretende-se que a universidade funcione num contexto que não é universal, ou seja, na perspectiva de formar um determinado segmento da sociedade e também oferecer para a sociedade competência numa determinada área que tenha interesse econômico mais imediato. A partir daí concentra-se os recursos para financiamento de pesquisa nas agências de fomento tirando da universidade a oportunidade delas discutirem quais são, nos diferentes momentos históricos, as suas prioridades nos projetos de pesquisa, de educação e de extensão, passando a financiar projetos propostos individualmente ou por alguns grupos, a partir de decisões que são tomadas fora da universidade.

O fato da Universidade não te dar condições de pesquisa, você sempre ter que pegar por uma fundação externa, não tem o mínimo de... a própria Universidade dá os interesses do mercado; basicamente quando começa a chegar nesse ponto, a liberdade acadêmica vai pro espaço, porque a idéia que eu acho importante acabou; você é induzido, os alunos são induzidos a procurar áreas do conhecimento que dão bolsas, que dão perspectivas de conseguir mais bolsas.⁸⁴

Nas universidades públicas temos ainda a particularidade do controle externo do trabalho, apoiado no estrangulamento de recursos, o que também compromete os princípios de liberdade acadêmica e a garantia constitucional de autonomia destas instituições. O orçamento “autônomo” disponível cobre essencialmente o pagamento de salários, as despesas operacionais básicas e alguma assistência estudantil. Associado a um ambiente de pressão produtivista, esta realidade se impõe sobre os docentes, que apenas conseguem realizar seu trabalho de pesquisa e extensão através de um ciclo permanente de submissão de projetos e subsequente prestação de contas a agências financiadoras de pesquisa, ou outros organismos assemelhados ou, ainda, organismos interessados em prestação de serviços específicos.⁸⁵

⁸⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

⁸⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

O docente é cobrado hoje em seu trabalho que é muito mais em termos de produtividade; e o que você consegue trazer de benefício para a universidade, ao invés da universidade te dar as condições mínimas de trabalho, de incentivo à pesquisa, ensino e extensão; isso vai colocando o movimento sindical em segundo plano.⁸⁶

Dessa forma, conforme a pesquisa apontou, ocorre a implementação de uma política de bolsas de pesquisa, as quais são, na verdade, complementações salariais em número que é insuficiente à demanda da coletividade universitária como um todo. Com isso, acaba-se também proporcionando uma situação de isolamento das pessoas numa postura de concorrer entre si por este financiamento, instalando-se o isolamento dos grupos e dos indivíduos no fazer do trabalho acadêmico e na pesquisa em particular.

Frente a esse quadro de precarização, de terceirização, fundações de apoio, individualismo; as reitorias criam uma rede de bolsas de pesquisa, de cargos e isso cria uma solidariedade perversa. Na UNB isso foi claríssimo e nas Estaduais também, você vê as eleições para reitor, etc; essa teia de interesses que tem que explodir uma hora e às vezes explode nessas épocas de crise, quando não tem dinheiro pra todo mundo e assim por diante.⁸⁷

Esse individualismo é antagônico ao comportamento de se trabalhar coletivamente, seja no meio acadêmico, seja na organização sindical para o desenvolvimento das condições de trabalho do todo e para que a universidade cumpra um papel maior do que aqueles interesses que hoje determinam quais são as políticas de ciência e tecnologia.

Tudo isso imprime uma dificuldade muito grande que a nossa sociedade vive como um todo, ou seja, ter pessoas, organizações, instituições, preocupadas com o desenvolvimento de modo sustentado, de modo inter-relacionado e cria, na universidade em particular, uma perspectiva de trabalhar para esta ou para aquela política, para este ou aquele setor do mercado, no sentido do avanço do conhecimento científico e, com isso, cria também sérias dificuldades de organização coletiva. Toda essa desmobilização que se apresenta é um processo contínuo, não dá para estabelecer uma linha divisória clara.⁸⁸

Neste contexto fica claro que o refluxo do movimento sindical nas universidades ocorre a partir do contexto da implementação das ações neoliberais, ou seja, redução de verbas, reforma no ensino superior, etc, conforme ilustra o depoimento abaixo:

Com o recrudescimento de políticas econômicas na Universidade, que apontam para o individualismo, justamente porque não se tem proposta de política de governo pra universalizar o ensino, então o governo federal pega a mesma e pequena insuficiente massa de recursos pra fazer políticas pro ensino e pra universidade, que pareçam que ele ta dando conta da demanda, sem, no entanto, efetivamente universalizar o ensino; ele então empurra pro individualismo, prá disputa de recursos dentro desse pequeno bolo. O movimento sindical refluí, em particular na universidade, eu diria que daí refluí de forma

⁸⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁸⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

⁸⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente ADUSP em 18/03/2009.

mais significativa a partir dos anos 1990, 1995, justamente com o acirramento e a melhor estruturação desse tipo de política, ou seja, da Reforma do Estado implementada a partir do governo FHC, aonde você começa trabalhar no sentido contrário aos pressupostos que estavam colocados lá na Constituição de 1988. Então, a partir desta estruturação governamental que recrudescer e que avança no governo FHC; e avança ainda mais com todas as surpresas e contradições no governo Lula, o movimento social é duramente atacado e ele refluí e nós estamos nesse refluxo, infelizmente ao qual precisamos nos contrapor pra começar a desconstruir os determinantes políticos estruturados nas políticas conservadoras de governo, em particular a partir da eleição do Fernando Henrique Cardoso, para poder se contrapor a essa perspectiva que não contribui para o desenvolvimento da sociedade como um todo.⁸⁹

Portanto, nas universidades públicas onde é considerável e crescente o número de funcionários terceirizados e de estagiários, concomitante com a política de não abertura de concursos públicos, a ação mobilizatória fica bastante dificultada.

O último concurso grande que houve na UNICAMP para servidor técnico-administrativo foi em 1990. Daqui a dez anos estará todo mundo aposentado, se não alterar a lei novamente, ou seja, vai ser um sindicato de aposentados, a universidade vai ser gerida por terceirizados ou estagiários.⁹⁰

Eles estão terceirizando tudo, mas ainda tem bastante que não é terceirizado; nós ainda temos funcionário da manutenção predial, dos jardins, tem nas oficinas, nas livrarias, encadernação, marcenaria, temos o pessoal de almoxarifado; bom ainda tem um número aqui considerável de base, como eles chamam, operário braçal. Na Prefeitura nós temos 470 funcionários, tem uns 150 mais ou menos que trabalham na área administrativa e o restante ainda é a peãozada. Porém, nós temos muitos bolsistas e estagiários aqui, em várias áreas administrativas, muitos aqui.⁹¹

As ações neoliberais influenciam porque terceiriza a mão de obra dos servidores de menor salário: zeladoria, vigilância, então, esse pessoal que é terceirizado não pode participar de greve; começa a diminuir o quadro de funcionários efetivos da universidade e começa a diminuir o número de participantes em greve, porque quem participa mais nas assembleias é o pessoal com menor salário. A categoria vem sofrendo refluxo pela terceirização.⁹²

No caso dos docentes a organização coletiva também fica prejudicada porque também há contratos precários (professores substitutos ou contratados por tempo determinado), além de uma parcela considerável não mobilizar-se nas lutas sindicais devido aos ganhos econômicos obtidos através das agências de fomento, fundações privadas, cursos pagos, bolsas de pesquisa, etc.

As “bolsas” pagas a dirigentes de fundações privadas e participantes de projetos constituem dupla remuneração, pois muitos são contratados em regime de dedicação exclusiva. A nomenclatura “bolsa” é apenas um eufemismo utilizado na tentativa de burlar a Receita Federal e o INSS (ANDES-SN, 2008, p.10).

⁸⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

⁹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁹² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 28/07/2009.

A maior parte dos recursos auferidos por essas fundações se destina, portanto, a remunerar os docentes que organizam e oferecem cursos pagos, assessorias, projetos de consultoria e outros serviços contratados sem licitação por entes públicos federais, estaduais e municipais (MINTO, CORREIA e POMAR, 2008, p.3)

Conseqüentemente a desmobilização docente acaba influenciando também o comportamento dos funcionários, conforme segue:

A desmobilização dos docentes influencia e muito porque quando você tem os docentes participando, não é nem questão deles aderirem à greve ou não, mas participando do movimento, discutindo, apoiando; existe menos pressão pro funcionário porque o docente, não são todos, mas boa parte deles, quando eles apóiam o movimento é ótimo, quando não apóiam e são contra, aí começam a pressionar o funcionário, vem as ameaças. Então, quando eles vem pra luta, é muito forte a posição, o apoio deles dentro do movimento, parece que passa mais segurança pros funcionários e até com os estudantes também.⁹³

Sendo assim, é importante mencionar que muitas vezes a categoria docente não delibera pela greve, porém manifestam apoio ao movimento, contribuindo para a mobilização de funcionários e estudantes.

Muitos docentes dão apoio, tem vários, porque a ADUSP também trabalha pelas deliberações de assembléia e muitas vezes a gente vê que eles votam pra não entrar em greve naquele momento, mas apóiam a greve. Então, tem isso de bom, mesmo que não entrem em greve, tem sempre os que apóiam, aqueles que participam, às vezes até saem em defesa dos funcionários. Mas aqueles que não participam, que são “radicais” e contra, descem o chicote e não tem dó.⁹⁴

Voltando à questão do individualismo exacerbado presente nas universidades, o qual incita os indivíduos a não valorizarem qualquer forma de luta coletiva, vale a pena verificarmos a denúncia desse mecanismo realizada pela entidade dos docentes da USP há mais de uma década:

Esta forma de individualismo está estreitamente associada a duas concepções, que são instrumentos da alienação, da dominação e da exploração do trabalho. A primeira é que só o mercado tem significado social e histórico, não a luta pela garantia de vida digna para todos. Transforma-se “o outro” em “o concorrente”. Não há responsabilidade social pela dignidade humana, apenas a incompetência ou inadequação do “outro” a “novas formas produtivas”. A segunda é a desqualificação da noção de solidariedade, instrumento histórico de construção da liberdade social, que é necessariamente coletiva. Pretende-se, isto sim, garantir a liberdade de alguns à custa de todos (ADUSP, 1996, p.26).

Desta forma, é fato que vem ocorrendo um visível e contínuo processo de desmobilização das categorias de docentes e de servidores técnico-administrativos, as quais não estão reagindo como deveriam às novas formas de privatizações e mercantilização do ensino superior que vem sendo introduzidas nas universidades públicas.

⁹³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

Infelizmente, nos últimos anos, a gente tem lutado muito sozinho e com uma parcela da UNESP; a UNICAMP foi muito omissa nesses últimos anos e a UNICAMP tem uma história de luta e tradição muito importante. A gente sempre tomou cuidado pra não ficar lutando muito sozinho, porque senão a cacetada vem em cima. Professores é o grande problema nosso.⁹⁵

Convém registrar que apesar da mobilização sindical nas Universidades Estaduais Paulistas em particular, estarem refluindo, parece que a categoria dos funcionários está conseguindo ainda obter um certo nível de mobilização, apesar das greves e paralisações nesse setor também estarem em refluxo, conforme abaixo:

(...) hoje existe mais disposição de atender ao chamado das entidades sindicais, no campo dos funcionários, do que no campo dos professores, que estão muito mais envolvidos com atrativos, ou com as diferentes cenouras que as administrações das universidades e o governo colocam pra fomentar o individualismo e dificultar a mobilização. (...) o fato de um setor se desorganizar, dificulta e reflete na organização de outros setores. Então, nesse sentido a desmobilização dos docentes reflete no funcionários e vice-versa, no entanto, quem, no momento, se encontra mais assumindo de forma mais clara a responsabilidade de protagonizar o confronto contra a falta de democracia nas universidades, a falta de financiamento, os salários inadequados, etc, tem sido mais os funcionários, pelo menos no campo das ações públicas, das manifestações públicas, que são fundamentais nestas horas.⁹⁶

Apesar do panorama atual nas universidades pesquisadas configurar-se num processo de crescente desmobilização sindical, em momentos que a coletividade, pela dimensão de uma determinada agressão, se dá conta do quanto ela está sendo violentada na perspectiva de poder permanecer com algum grau de dignidade, de poder exercer suas atividades no campo da esfera da liberdade acadêmica, ainda se observa alguma reação. A questão da reação ocorrida frente aos decretos do governador Serra no ano de 2007, a reação à Reforma da Previdência em 2003, a recente ocupação da PM no campus da USP em 2009, são alguns exemplos de momentos de mobilização de docentes e de funcionários em função de temas políticos mais gerais.

A indignação com a injustiça, isso a gente tem visto, por exemplo, uma coisa que deixa toda a nossa categoria indignada é compromisso assinado, compromisso salarial, então, coisas como compromissos não cumpridos, fora arrochos salariais maiores; quando você tem um momento de arrocho salarial maior faz explodir; e fatos como o que ocorreu no ano passado, um ataque maior à Universidade. Então, esse entendimento de que a Universidade tá sofrendo um ataque, também isso foi demonstrado o ano passado. Nós fizemos uma das greves mais explosivas, mais combativas, que as pessoas não tinham medo de nada e foram pra briga com tudo porque sentiram essa ameaça. Então, são alguns fatores que detonam o movimento. Esse ataque à Universidade ou a indignação por falta de compromisso; uma injustiça cometida com o coletivo.⁹⁷

⁹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

⁹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

Acho que 100% de greve só a hora que falarem que vai fechar a universidade pública ou algo que vai atingir todo mundo no mesmo patamar. A gente assume que os 100% de adesão não vai acontecer, mas o que tá no sofrimento é que está aumentando essa ala do lado de lá que não quer mobilização de jeito nenhum na universidade, e talvez a gente tenha que pensar um pouco melhor sobre essa questão em termos de mobilização; e eu volto naquela estratégia de convencimento, porque não vai ser com ações mais radicais, provavelmente, que você vai ter a concepção mudada dessas pessoas.⁹⁸

Em contrapartida uma outra questão importante que concorre para a desmobilização é justamente a falta absoluta de democracia nas instituições universitárias, em particular nas Universidades Estaduais Paulistas, conforme será explicitado no capítulo VI.

Essa falta de democracia no aspecto dos movimentos sindicais torna-se visível através das perseguições políticas às entidades sindicais e seus militantes, com ameaças, punições, multas exorbitantes, demissões, criminalização dos movimentos reivindicatórios, etc.

Convém assinalar que em relação a possíveis providências por parte das entidades sindicais contra a disseminação das ações neoliberais nas três universidades, através do material pesquisado, tanto na documentação e periódicos das entidades sindicais das universidades, quanto através das entrevistas realizadas com docentes e funcionários, percebemos a resistência e as tentativas de estancamento das ações neoliberais implementadas nestas universidades pelos militantes mais ativos.

A gente tem agido contundentemente contra, eu não sei se temos usado as melhores estratégias (risos), talvez não, mas a gente tem lutado com unhas e dentes contra; temos total clareza delas, sabemos que temos que lutar contra, mas muitas vezes não conseguimos porque não temos o diálogo com aqueles que poderiam barrar parte das reformas, que são os nossos próprios colegas, que acabam implementando, acabam se rendendo ao canto do cisne pra resolver imediatamente os seus problemas financeiros, ou sei lá de que ordem. Acho que a gente não tem usado as melhores estratégias, eu acho que talvez a gente precisa pensar em novas formas, mas não sei quais.⁹⁹

Os movimentos não estão barrando as reformas, mas dificultou muito a caminhada porque já desacelerou muito o processo; no momento que lês aceleram, a gente reage e eles recuam; mas se não fosse esses movimentos, essa organização dos trabalhadores, essas greves, com certeza já teriam avançado, essas universidades já estariam até privatizadas; então você percebe que o objetivo deles é destruir o ensino público e privatizar; se não fosse esses movimentos é certeza absoluta que já teriam conseguido há muito tempo.¹⁰⁰

O movimento contra a ditadura militar conseguiu barrá-la? Que resposta daríamos a esta questão se a respondêssemos ano a ano desde o golpe militar em 1º de abril de 1964, até chegarmos ao processo constituinte de 88 e à eleição direta para presidente em 1989 que marcaram o seu fim? Assim é a dinâmica dos movimentos sociais – há momentos que se caracterizam por derrotas profundas, outros por embates que registram avanços e recuos

⁹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

ou, ainda, por vitórias bastante expressivas. Em cada um destes momentos, as lutas e mobilizações são indispensáveis para resistirmos e criarmos as condições para retomarmos posições ou conquistarmos avanços sociais. Não superamos muitas das coisas que desejaríamos. Mas bloqueamos ou revertimos muitas questões significativas. O mais importante, contudo, é que mantivemos vivas referências e idéias de que a educação pública, e a universidade pública em particular, são indispensáveis para termos uma sociedade baseada na justiça social, que se desenvolva de forma autônoma e auto-sustentada. Considero que temos tido sucesso em transmitir à sociedade que nossa luta não é algo corporativo, mas defende instituições que são referências de qualidade e cujo acesso queremos ver estendido a todos. A aliança docentes, funcionários e estudantes é fundamental neste sentido.¹⁰¹

A esse respeito, as entidades sindicais tem trabalhado de forma conjunta e tem tido a mesma preocupação de fazer as análises e as denúncias de tudo que se encontra de insuficiente, de equivocado, de autoritário, seja na relação das políticas de Estado para as universidades, seja no confronto com as administrações universitárias e com o CRUESP através do trabalho conjunto no Fórum das Seis, conforme segue:

A atuação das entidades, no que concerne ao compromisso político das direções das entidades, tem sido comum e é claro que existem circunstancialmente num momento e outro, competências diferentes em fazer as análises econômicas, estabelecer as projeções de índices inflacionários, etc e tal que num momento ou noutro, esse tipo de atividade pode estar mais concentrado nas entidades representativas dos docentes, até porque contam com especialistas, que são pessoas que tem capacidade de fazer com alguma facilidade esse tipo de análise. Em outras questões, da análise geral das condições de trabalho, de como está sendo estruturada a universidade administrativamente, aonde estão os principais gargalos de opressão e de falta de democracia, em muitos casos, as entidades que representam os funcionários tem uma fundamentação e um acúmulo dos problemas muito mais substancial do que as associações docentes. Essas coisas se equilibram e é isso que traz força ao Fórum das Seis.¹⁰²

O que a gente tenta fazer é estar sempre conversando e conscientizando as pessoas, não só os funcionários da USP, mas toda a comunidade uspiana em geral, os terceirizados, etc. A gente tem que denunciar, tentamos informar as pessoas o máximo, comprometer o máximo aqueles que estão fazendo contra o público, veja o Serra por exemplo, a gente vai tentando mostrar o que está errado; porque o nosso trabalho não pára só no CONSU; aqui nós sempre fazemos uma carta interna e externa, fazemos passeatas, entrevistas nos jornais e sempre tentando esclarecer pra comunidade o que tá acontecendo.¹⁰³

É difícil parar a máquina, mas eu vou dar o exemplo do decreto declaratório; quando o governo do estado no momento de repercussão da greve ele tem que apresentar um decreto declaratório tentando explicar que o que tava escrito não é o que ele queria, mostra que o movimento de greve conseguiu barrar o processo que tava sendo implementado, embora a gente saiba que a gente barrou em determinado aspecto e não barrou em outro. Então, a greve leva a uma tentativa de barrar isso, o nosso problema agora é que essa greve tá saindo muito mais de funcionários e estudantes e menos de docentes.¹⁰⁴

¹⁰¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

¹⁰² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

¹⁰³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

As greves vitoriosas de 2000 e 2004, a retirada da avaliação individual do regimento da USP, substituída pela avaliação institucional, o processo de regularização dos contratos precários, a aprovação pelo Conselho Universitário de ingresso na carreira docente apenas por concurso público, são exemplos de conquistas recentes da ADUSP relativas a questões específicas dos docentes. As lutas da ADUSP contra a presença das fundações privadas nas universidades públicas e contra a cobrança de cursos, com maior alcance, tem grande importância dentro e fora da USP (ADUSP, 2008).

Tendo a UNICAMP a partir de 1994 intensificado as contratações irregulares através da FUNCAMP, ou seja, sem concurso público, ainda no mesmo ano o STU denunciou esta prática ao Ministério Público do Trabalho, alegando descumprimento da Constituição de 1988. Em 1998, com a intervenção do referido Ministério, a UNICAMP faz acordo com o STU para a realização de concursos públicos, porém falta à UNICAMP cumprir o acordo, pois ainda permanece contratando sem concurso público, além de adotar a nulidade de contrato¹⁰⁵ para dispensar os funcionários anteriormente contratados através da FUNCAMP sem prover o pagamento dos direitos trabalhistas (STU, 2008).

Ainda em relação à visão dos entrevistados em relação a perceber os problemas e as repercussões das políticas neoliberais implementadas:

A UNESP, com toda a sua dispersão pelo estado inteiro, [a ADUNESP] tem às vezes uma noção muito mais adequada dos problemas, das políticas públicas do setor universitário, porque vê a repercussão ou a discrepância dessas políticas em cada uma das regiões do estado, análise que nós da USP e da UNICAMP não conseguimos fazer com a mesma propriedade. Nós da Universidade de São Paulo, temos uma facilidade muito maior de interagir na questão de políticas e da contraposição a certas políticas nos fóruns do Parlamento pela proximidade, pela interação mais fácil do que UNESP e UNICAMP. A UNICAMP é muito mais sensível a certas questões de política universitária ligadas ao campo de atuação que são mais desenvolvidos em relação à inovação tecnológica, etc e tal, interação da universidade com o parque industrial, enfim, com muitas questões específicas.¹⁰⁶

Considerando o exposto podemos dizer que as entidades que compõem o Fórum das Seis, no momento, nas questões que dizem respeito ao movimento sindical, no confronto com o governo, por direito de organização sindical, pela necessidade de mais financiamento para a educação pública, pela necessidade de valorizar o modelo de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem tido uma atuação significativa do ponto de vista político.

Porém, resta indagarmos: até que ponto e até quando essas entidades sindicais conseguirão barrar ou mesmo dificultar o processo da terceirização, da privatização interna e do processo de desmonte da universidade pública?

¹⁰⁵ Esta nulidade de contrato vem sendo questionada na Justiça do Trabalho através de ações judiciais impetradas pelos demitidos com o reconhecimento dos direitos trabalhistas pela Justiça.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

Um dado importante é que grande parte da categoria de docentes e dos funcionários não percebem ou permanecem apáticos a esse processo de transformação da universidade, a esse desmonte sutil, mesmo apesar das entidades promoverem denúncias e debates ao longo dos anos, conforme segue:

O problema é que a maior parte da base social da nossa universidade não vê problema nisso. Esta entidade [ADUNICAMP] fez vários debates sobre a questão da Reforma da Previdência, lançou a revista sobre a Reforma Universitária. Mas pra você fazer um movimento de massa, você teria que ter a base social do seu lado e aí a porca torce o rabo. Quem tem massa hoje são os estudantes e os funcionários.¹⁰⁷

Docentes são de difícil mobilização por várias razões: atividades intelectuais são difíceis de parar; há, no meio docente, pessoas que entendem que nossa categoria não deve fazer greve e deveria achar outra forma de mobilização. É óbvio que ninguém achou isso até agora; há pressões para publicar artigos especializados e, assim, ao parar os docentes entendem que estão prejudicando a eles mesmos; parar aulas significa, na prática, repô-las nas férias, o que atrapalha planos pessoais e acadêmicos, como viagens de trabalho, etc. Mobilizações massivas, participação em assembléias e coisas similares poderiam ser suficientes para viabilizar conquistas, sem a necessidade de greves. Entretanto, as mesmas dificuldades que encontramos na organização de greves, encontramos na organização dessas outras atividades.¹⁰⁸

O REUNI foi imposto da maneira mais sem vergonha possível, em Rondônia foi feito dentro de um quartel da Aeronáutica, só com os conselheiros do Conselho Universitário. Em outra Universidade, a polícia bateu nos estudantes e professores que protestava, então é difícil. Pro professor que se dane, isso não tocou no laboratório dele tá tudo muito bom; é complicado, é uma categoria difícil...¹⁰⁹

A carreira efetiva parece ter envolvido, por meio de uma ruptura ou dicotomização da (unidade) dialética prazer-sofrimento, os melhores quadros que poderiam estar liderando movimentos no âmbito sindical ou das sociedades científicas, mas estes não estão sequer se envolvendo com a produção das políticas de suas próprias instituições, fugindo dos órgãos colegiados e indo em direção às demandas do capital mediadas pelo mercado. Desta forma, o Estado põe-se na instituição e na individualidade do professor e, não sem contradições, produz a micro-física do poder, capaz de destruir um pacto institucional ou o ser social, induzindo o docente a levar-se, por si mesmo, à uma condição de sofrimento, senão adoecimento (SILVA JR e SILVA, 2009, p.60).

O que podemos inferir é que o diálogo que as entidades sindicais teriam que estar realizando com as categorias em cada universidade, infelizmente não está se conseguindo viabilizar nem mesmo em Unidades que sempre apresentaram uma tradição de luta.

Nem esse instrumento [avaliação] extremamente autoritário que foi imposto ao conjunto dos professores, inclusive com vigência a partir desse ano, nem isso conseguiu mobilizar a categoria. Então você veja a que ponto nós chegamos, nem aquilo que vai nos arrochar ainda mais, do ponto de vista do trabalho, conseguiu fazer com que os docentes fossem

¹⁰⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 26/02/2009.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

pras assembléias pra discutir, inclusive uma forma de barrar a implementação desse sistema avaliativo.¹¹⁰

Uma outra dificuldade no sindicalismo das três universidades em relação ao movimento docente é a crescente dificuldade para a substituição dos cargos nas entidades sindicais, sendo que, muitas vezes, os dirigentes se revezam para poderem manter as entidades em funcionamento. Essa é uma característica que não ocorre com a categoria dos funcionários, onde as eleições das entidades são sempre concorridas e não existe uma dificuldade no preenchimento dos quadros, com exceção do SINTUNESP.

Nós temos formalmente uma instância chamada de Conselho de Representantes que não está funcionando há, pelo menos uns seis anos. Você não pode obrigar ninguém a ser conselheiro e eram dois docentes por unidade, mas faz tempo que não tem. (...) E se você soma a possibilidade de cooptação via institucional pela reitoria, pelas chefias de departamento, etc, então, isso torna bem complicado a vida de quem, além de fazer tudo que eles fazem, ainda se dedica ao coletivo. Enfim, o que menos importa é a questão política pra ele¹¹¹.

Eu fico pensando quando se aposentar o Américo Kerr, o Chico Miraglia, o Otaviano Helene, que é a memória técnica e política do Fórum [das Seis], mas principalmente a técnica. A gente com essa falta de quadros; não conseguimos criar novos quadros e quem vai tocar isso? É um problema que a gente enfrenta.¹¹²

Eu acho que tem uma não filiação dos novos, dificuldade dos novos entenderem, porque não acreditam no trabalho do sindicato, não gostam de estar filiados ao sindicato, pois isso pode trazer ônus pro seu próprio “currículo lattes”, participar de mobilizações coletivas pode trazer ônus pro seu imaculado currículo e eu acho que você tem uma diminuição do conjunto dos professores dentro das universidades, não reposição dos quadros, inclusive na UNESP isso é um quadro assustador; e a permanência daqueles que estão por inércia.¹¹³

Convém ressaltar uma outra questão relevante em relação à essa dificuldade para formar a estrutura, ou seja, os quadros das entidades sindicais, é devido ter ocorrido uma mudança no perfil dos novos docentes em virtude da ideologia neoliberal, conforme exposto anteriormente.

Os novos já vem com a cabeça pronta; aluno, professor e funcionário novo já vem com a cabeça montada nesses últimos vinte anos; a última geração mais ou menos contestadora são os anos 70. De lá pra cá... Quer dizer, os anos 80 ainda teve, com o nascimento do PT e da CUT, ainda teve um espasmo que logo se perdeu, porque já aderiu a um projeto que não tinha nada a ver com as suas próprias bases sociais. Enfim, da metade dos anos 80 pra cá essa coisa do individualismo exacerbado vem sendo (...)¹¹⁴

Nós estamos com um outro perfil de docentes nas universidades. O docente que está entrando hoje, está dentro de um modelo de pós graduação, de produtivismo que, cada vez mais ele tem que ficar dentro de uma sala de aula olhando pro seu próprio umbigo,

¹¹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

¹¹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

¹¹² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

¹¹³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

¹¹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

cuidando da sua vida e muito menos se envolvendo em questões gerais, principalmente em questões políticas do tipo mobilização, greve; tem pessoas que arrepiam, estão entrando dentro de um formatinho de formação e não querem saber desse contexto maior, a não ser aqueles que já estudam isso na sua pós graduação e se envolvem nessa questão.¹¹⁵

(...) alguém que chega hoje com 30 e poucos anos já com doutorado na universidade, não tem histórico de participação no movimento social porque ele, supostamente, nasceu já na época da Constituinte de 1988, num país “democrático” e ele foi financiado, fez seu doutorado, sua pesquisa, já em pleno vigor dessas políticas de individualismo, com um orientador que, eventualmente, recebia sua bolsa de pesquisa do CNPq; estava preocupado com a produtividade, nos padrões estabelecidos pela CAPES, CNPq; essa pessoa entra na universidade sem nenhuma crítica a esse modelo e, eventualmente vai levar tempo dentro da universidade pra se aperceber de que podem e que existe mais diversidade neste mundo, do que aqui.¹¹⁶

Muito docente tá ficando contra a sua própria entidade. A ADUSP teve uma perda enorme de filiados porque, por mais que a ADUSP ache a gente radical demais; e a gente acha que eles podiam ser mais combativos, mas a categoria deles acha que essa direção é ultra esquerdista, ultra-radical e muita gente tava se desfilando da ADUSP. Pararam de desfiliar porque eles ganharam um processo na Justiça agora e, como o juiz só vai mandar pagar pra quem é sócio, parou a desfiliação e desfilavam por achar a ADUSP extremamente radical; muitos inclusive começaram a defender que a ADUSP não devia ter um caráter sindical, deveria ser uma entidade que devia pensar na organização acadêmica, na promoção do... Cada vez mais eles não se identificam com o trabalhador.¹¹⁷

A obstinação em formar docentes (e também não docentes) com referência nesse modelo elitista vai continuar produzindo profissionais: 1) sem compromisso com a função social da educação superior; 2) não formuladores de novos conhecimentos e tecnologias que contribuam para a solução de velhos e novos problemas; 3) apenas transmissores e ou executores acríticos de conteúdos já consignados em manuais e 4) pragmáticos com formação aligeirada, utilitarista, em lugar de formação sólida, de boa qualidade, voltada para os interesses sociais (MINTO, KAWAHITA e CAMARGO, 2000, p.56-57).

Diante desse contexto neoliberal cabe ao movimento sindical das universidades públicas, bem como aos demais trabalhadores, articularem conjuntamente novas práticas sindicais que serão objeto de novas negociações, tanto salariais como para garantia do emprego, condições de trabalho, fim das terceirizações, manutenção do ensino superior público, etc. É necessário e urgente construir novas formas de organização das categorias no sentido de unificar as lutas, como uma única forma de avançar e obter êxito nos movimentos. Conforme Boito Jr:

É preciso “ir às massas”: mudar a orientação corporativa de setores da classe operária, superar a postura também corporativa e de defesa passiva dos servidores públicos, esclarecer e organizar a luta dos setores das massas pauperizadas que estão iludidos pelo neoliberalismo e pelo novo governo (BOITO JR., 2003b, p.25).

¹¹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

¹¹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

¹¹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

De acordo com Boito Jr. (2003b), o movimento estudantil também tem se destacado na defesa da universidade pública, mas o corporativismo também é uma característica desse movimento e, portanto, torna-o limitado.

Nossa pesquisa confirma isso pois, nos últimos anos, aproximadamente a partir da greve do ano 2000, os estudantes aderiram a várias greves e paralisações nas universidades defendendo pautas específicas e lutando pela defesa do ensino público e gratuito. A atuação dessa categoria nos movimentos abrange a adesão nas paralisações, participação nas reuniões do Fórum das Seis e nas negociações com o CRUESP, adesão e promoção da prática dos piquetes e ocupações dos locais de trabalho, participação em passeatas, atos públicos e outros.

A greve contra os decretos do governador José Serra em 2007, em grande medida foi impulsionada pelos estudantes após os docentes terem colocado o problema em pauta, pois os estudantes são a massa que tem força numérica e, pelo fato de não estarem disputando o seu emprego e o seu salário, foi essa categoria universitária a responsável, em grande medida, pela recuada do governo estadual. Assim sinalizam os depoimentos abaixo:

Nessa greve os estudantes foram fundamentais e foram reprimidos, sendo que os professores, no início vieram muito às assembléias, até que houve o tal do decreto declaratório e aí os docentes acreditaram que tava tudo resolvido e foram embora. Eles exigiam o fim da Secretaria de Ensino Superior e ela tá aí.¹¹⁸

A gente sabe que 2007 foi o ano dos estudantes, com a ocupação da reitoria da USP, ocupação da reitoria da UNICAMP, depois teve a ocupação da reitoria da UNB e aí é interessante que você vê que o fator perturbador foram os estudantes, porque os professores, em geral, estavam defendendo as suas reitorias.¹¹⁹

A gente fez uma luta memorável no ano passado [2007], que os alunos tiveram papel preponderante; entraram na ocupação, depois nós entramos e os professores não se mexeram; nós derrubamos os decretos do Serra sem a participação dos professores, com raras e honrosas exceções, mas a categoria dos professores não se moveu, pelo contrário. O pessoal da ADUSP sim, mas com métodos completamente diferentes dos nossos, puxaram uma greve e a greve refluiu, não apoiaram a ocupação que, na minha opinião, foi um dos fatores que derrotou o decreto. Nós tivemos uma divergência muito grande e até hoje discutimos isso, eles nunca concordam com nossos métodos; eles acham que nós somos radicais porque a gente faz piquete e a gente sabe que, se não tiver essa radicalidade do movimento, não vai, a gente não arranca nada.¹²⁰

O depoimento anterior demonstra claramente que ocorre um embate entre a luta dos funcionários da USP e o movimento docente organizado pela ADUSP, o qual não aceita os métodos radicais dos funcionários militantes do SINTUSP.

¹¹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

¹¹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

¹²⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

Neste sentido, há alguns anos as lutas por questões salariais e mesmo as mais politizadas dentro da universidade acabam sendo sustentadas apenas por setores reduzidos dos docentes e dos funcionários e parcelas dos estudantes. Conforme ilustra o depoimento a seguir:

Quando há uma reação mesmo esvaziada do movimento organizado, mesmo que esses setores conservadores ou não comprometidos com a luta mais ampla não concordem com a luta, não se envolvam; eles também não chegam ao ponto de bater de frente com o movimento, quer dizer, não participam, mas estão pagando pra ver, porque quando há o reajuste, ninguém acha ruim. As lutas ficam cada vez mais reduzidas a um setor da universidade mais crítico e desfalcado porque a gente perde alguns quadros, não só porque se aposentaram, mas também com a ascensão do governo Lula, você tem também uma cooptação de quadros, entidades e movimentos sociais. Então, essa cooptação de movimentos sociais, de direções, Reforma da Previdência com aposentadorias; ela também faz parte desse cenário maior que vai criando essas dificuldades; então, o docente hoje não se mobiliza mais por salário.¹²¹

A questão do decreto declaratório do governo Serra no primeiro dia de mandato, que foi a última greve, quando se começou a mexer na autonomia universitária nós tivemos docentes nas ruas, assembleias de USP, UNESP e UNICAMP lotadas; coisas que a gente não tem no dia a dia de uma campanha salarial ano a ano. Então, o movimento é possível de ser resgatado, mas em alguns aspectos as saídas individuais dentro da universidade, eu acho que é um dos grandes problemas hoje da reorganização ou de uma mobilização mais efetiva da categoria docente.¹²²

Diante de tudo que foi exposto podemos inferir que a influência das políticas neoliberais nas universidades, bem como o seu impacto sobre o sindicalismo destas é muito clara. Por outro lado, conforme já explicitado nesse estudo, a grande maioria dos docentes estão numa postura acrítica e de submissão a toda essa política neoliberal que vem sendo imputada nas Universidades Públicas.

Embora a síndrome do privatismo tenha muito se propagado, não é aceitável desistir da defesa do caráter público e universalizante da produção do saber e de sua disseminação. Há que se compreender que a Universidade é apenas um pequeno, mas crucial elemento na vida do País, pois é nessa instância que, em grande medida, se produz conhecimento e se reproduz conhecimento, se qualifica para o trabalho social e para a vida pública. Se não predomina no seio da Universidade a visão de um espaço público e democrático dotado de normas, e voltado para os interesses gerais da humanidade, pouco pode ser feito. Mas se essa for a concepção geral, a luta pela autonomia e por verbas públicas deve ser um objetivo permanente, sem o que a Universidade não cumpre o seu escopo de produzir cultura, ciência, tecnologia e pesquisadores educadores (ROIO, 2008).

Neste sentido, é importante refletir que as transformações que as universidades vem sofrendo nas últimas décadas acarretam impasses ao movimento sindical interno, ou seja, as ações neoliberais inseridas na educação e nas universidades públicas impõem novas questões e a exigência de novas posturas de enfrentamento por parte das entidades sindicais e estudantis.

¹²¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

¹²² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Porém, vencer a atual fragilização da organização coletiva das categorias torna-se um grande desafio.

Outrossim, visto que a metamorfose que as universidades públicas vem sofrendo é oriunda do processo de adesão às políticas neoliberais implementadas no país a partir da década de 1990, explicitaremos essa questão no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - A REFORMA DO ESTADO DOS ANOS 1990

O setor público brasileiro abrange as esferas federal, estadual e municipal, possuindo especificidades próprias enquanto mercado de trabalho, ou seja, há diferenças de nível de rendimentos, de escolaridade, de profissões e de regimes de trabalho, quando comparamos a outros trabalhadores do setor privado. As categorias assalariadas de servidores públicos ocupam cargos nos poderes legislativo, judiciário e executivo/administração direta.

Na década de 1930, durante o Governo Vargas, as relações de trabalho institucionalizaram-se tendo sido elaborados estatutos jurídicos diferenciados aos funcionários públicos e aos trabalhadores do setor privado.

O predomínio da administração pública direta e servidores estatutários predominou até fins dos anos 1960, quando o governo passa a executar a contratação de servidores de forma mais flexível, inserindo contratos pela CLT em setores do serviço público com o argumento de que o regime estatutário e burocrático emperrava o Estado (ANASTASIA apud RIBEIRO, 2004).

Devido à informalidade do mercado de trabalho no Brasil o Estado é considerado um bom empregador, considerando-se a estabilidade no emprego, os direitos previdenciários, etc, sendo que existe uma diferenciação entre o empregador Estado e o empregador capital na forma de empreender as lutas sindicais.

No Brasil, o gasto com o funcionalismo público (federais, estaduais e municipais) no ano de 1999 foi 9,5% do PIB, sendo que nos EUA foi de 7,8%, na Alemanha de 10,4% e na Suécia, de 16,1%. Ao serem analisados 16 países desenvolvidos, obteve-se o resultado de 11,7% do PIB. O percentual do emprego total no Brasil é somente 11,5%; nos EUA 16,0%; na Alemanha 19,2% e na Suécia 37,9% (MATIJASCIC e RIBEIRO, 2003). Portanto, o setor público no Brasil não emprega um número excessivo de servidores¹²³.

De fato, ao longo da história brasileira o Estado tem sido um organismo utilizado em benefício dos políticos que estão no poder praticando o clientelismo e o patrimonialismo¹²⁴. Dessa forma, desde a época do Império a máquina estatal prestou-se a conceder benefícios para usufruto dos governantes e dos vários grupos que se instalaram no poder. Apesar da Constituição

¹²³ Conforme estudo da OIT, dentre 64 países, o Brasil está entre os seis países que tem menor número de servidores públicos, apenas 11,5% da força de trabalho total estão empregadas nas três esferas (FAGNANI, 2007).

¹²⁴ *Patrimonialismo* é o Estado colocado a serviço da classe dominante como se fosse um patrimônio particular dela e *clientelismo* é a contratação através da relação de favor (LIMA et al, 2002).

Federal de 1934 ter introduzido normas básicas para a administração dos funcionários com o ingresso através de concursos públicos e a estabilidade, ao longo dos anos posteriores, em paralelo, a prática clientelista ainda permanecia. Porém, uma característica do Estado brasileiro é o pequeno peso do funcionalismo público na PEA quando comparado com outros países. “Portanto, a crítica do empreguismo público e da montagem de uma máquina estatal pesada e inchada não tem comprovação empírica” (LIMA et al, 2002, p.143).

A Constituição de 1988 procurou estabelecer um parâmetro mais profissional para o setor público assegurando o concurso público como única forma de ingresso, a estabilidade para concursados e não concursados¹²⁵ e o princípio da isonomia. Em 1990 foi criado o RJU, o qual definia as funções como cargos (LIMA et al, 2002).

Nos anos 1990 o debate que emergiu no cenário nacional foi sobre a necessidade de se proceder a uma reforma do Estado, particularmente, uma reforma da administração pública. A mudança do Estado burocrático, o qual era tido como moroso e caro para um Estado de cunho gerencial, mais ágil e menos oneroso, surgiu como estratégia para a redução de custos e tornar mais eficiente a administração do Estado.

A mudança para a administração gerencial que significava a descentralização, controle de qualidade, flexibilização dos contratos de trabalho e a terceirização dos serviços públicos é fundamental para a transformação do Estado brasileiro, segundo seus defensores. Passa-se a enfatizar a descentralização como “democratização” do poder, a qualidade entendida como produtividade com eixo na eficiência e eficácia, e a terceirização como a introdução de novos setores públicos não-estatais, “não-governamentais”.

O discurso utilizado pelo governo centrado na incapacidade do Estado de fazer política econômica e social, ao mesmo tempo toma dimensão e ganha a mídia. Nessa perspectiva “conclama” os agentes econômicos, sociais e educacionais para disputarem no mercado a maneira como vender seus produtos. A defesa da privatização, igualmente utilizada como estratégia política permite uma inversão no papel do Estado, ou seja, o setor privado passa a ser o responsável pelos serviços sociais. Com essas estratégias encaminhadas, as reformas do Estado, abrangendo a reforma administrativa, a reforma da Previdência e a reforma da educação superior vão delineando-se.

¹²⁵ Os funcionários não concursados obtinham a estabilidade após cinco anos no serviço público.

Desta forma, os anos 1990 foram palco de uma ampla reforma do aparelho de Estado. Essa reforma envolveu a questão da delimitação do tamanho do Estado, a redefinição de papéis a nível de regulação, reforma a nível administrativo e promoção do aumento da governabilidade, ou seja, a legitimação política de intermediação de interesses.

No caso da reforma do Estado, muito debatida na época, envolvendo reforma fiscal, reforma administrativa e privatização de empresas estatais, a variante correta do ponto de vista econômico e social seria a de reorientar o Estado para permitir a recuperação da capacidade do gasto e do investimento público no campo social e da infra-estrutura. Uma reforma destinada a dar validade a uma riqueza ficticiamente acumulada equivaleria a sacrificar as frações menos protegidas da sociedade, o servidor e o patrimônio público, para preservar a riqueza e o lucro inflacionário (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 280).

Para podermos entender essa reforma torna-se imperioso tentar explicitar os fatores antecedentes que a motivaram.

A partir de 1930 e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, observou-se um período de grande desenvolvimento econômico e também social no país, o qual perdurou até os anos 1970. Com o fim do “milagre econômico”¹²⁶ o capital entrou em crise e o Estado passou a apresentar uma crescente redução do crescimento econômico, bem como crise fiscal, alta inflação e crescente desemprego. Essa crise da economia perdurou durante toda a década de 1980, teorizada como a “década perdida” em virtude de seu baixo crescimento econômico, ao ser comparada com os períodos anteriores.

De acordo com Diniz (1997), no período entre 1985-1992 implementou-se no país oito planos de estabilização econômica, os quais fracassaram sucessivamente. A questão da “ingovernabilidade” tornou-se um item prioritário na “agenda” do governo transparecendo a falta de competência deste para a solução dos problemas.

Conforme Draibe (1998), a acentuada instabilidade econômica e o fracasso dos planos de estabilização da economia se somaram a um contínuo pessimismo em relação ao Estado e seu poder de intervenção. Desse modo:

A reforma do Estado passou a integrar uma nova agenda sistêmica, cuja elaboração desencadeou-se no mesmo momento em que tinha início a implantação das novidades da Constituição. Nos anos 90, é portanto sob o signo do ajustamento econômico e das reformas institucionais que se vai armar a nova agenda de reestruturação do sistema de políticas sociais (DRAIBE, 1998, p.19).

¹²⁶ O chamado “milagre econômico” refere-se ao período entre 1968-1973, quando a economia brasileira apresentou taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, bastante elevadas, em torno de 10% ao ano” (GALVÃO, 1995, p.43).

Ao final da década de 1980 com a nova “ordem econômica mundial”, ocorreu a fragilização do Estado e seu papel passou a ser redefinido. A partir de então, ocorreu a implementação de um novo modelo econômico e uma nova concepção de Estado com a redução de encargos sociais e a adoção do Estado “mínimo”¹²⁷.

Durante os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso a imagem do funcionário público foi sendo abalada gradativamente, passando a ser veiculada pela mídia para toda a sociedade. As características do setor público passaram a ser a ineficiência, a incompetência e outras mais, além de se constituir em um fardo para o país.

Os funcionários públicos tem sido utilizados como os “bodes expiatórios” da crise do Estado brasileiro nos últimos anos, e a eles são atribuídas as maiores culpas pela deterioração das contas do governo e imputada a condição de privilegiados. A maioria esmagadora dos servidores públicos ganha mal e vem tendo seus salários reais reduzidos, dia-a-dia, em decorrência de uma política dura dos últimos governos. Esta imagem, retratada na mídia, encontra apoio de amplas parcelas da população, sem conhecer a realidade concreta do serviço público brasileiro (ROCHA apud NOGUEIRA, 1996, p.99).

Para a resolução do problema da crise fiscal e do “inchaço do Estado” o governo Collor¹²⁸ propagou a idéia de cassar os “marajás” (já em campanha presidencial). A nova “agenda” de reformas foi inaugurada no governo Collor onde foi montado um esquema de “desmontagem e quase “destruição” do aparato estatal, especialmente do governo federal” (SILVA, 1998, p.20).

Na área do setor público, o governo adotou diversas medidas: a reforma Administrativa, de fato um programa de demissões de funcionários (a meta era afastar 320 mil servidores), venda de ativos da União (como imóveis funcionais e veículos), fechamento de órgãos e empresas, além de um programa de privatização com o qual se pretendia arrecadar US\$ 1 bilhão já no ano de 1990 (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p.285).

Com a posse de Fernando Henrique Cardoso essa idéia se acentuou e, a partir daí, ocorreram demissões de servidores, extinção de órgãos públicos, arrocho salarial¹²⁹, corte de contratações, etc. Com a ampla difusão dessa idéia pela mídia toda a sociedade adquiriu uma visão negativa do serviço público.

¹²⁷ A tese do Estado “mínimo” pressupõe o mercado como melhor alocador de recursos; a redução do papel e das funções do Estado e a sua não intervenção na economia (DRAIBE, 1993).

¹²⁸ Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989 e empossado em 1990. Em 1992 sofreu impeachment e foi substituído por Itamar Franco (vice), o qual governou até 1994.

¹²⁹ O funcionalismo público federal nos últimos dez anos foi submetido a um acentuado arrocho salarial e, em consequência, entre 1995 e 2004, a relação Despesas com pessoal/Receita Corrente líquida da União declinou de 55% para 30% (FAGNANI, 2007).

O desenvolvimento de uma visão preconceituosa em relação ao servidor público faz parte do dismantelamento e diminuição da função primordial do Estado, promovidos pela política neoliberal dos últimos governos brasileiros. Responsabilidades do Estado, como saúde, educação e segurança, foram paulatinamente passando à esfera privada, com a perda de qualidade dos serviços públicos (ABREU, 2003).

A partir daí o Estado então, passa a ser mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital. De acordo com esses pressupostos passa a ocorrer a privatização de serviços públicos, o desmonte do aparelho estatal e também a crescente diminuição dos direitos trabalhistas e sociais. Concomitante a este panorama incumbe-se ao mercado o poder de regular a economia e também as políticas sociais, pois os recursos que eram destinados ao setor social passaram a financiar o pagamento da dívida externa.

Os recorrentes programas de ajustamento fiscal no Brasil não permitiram reduzir a dimensão do endividamento financeiro do setor público. Por outro lado, terminou contribuindo para o agravamento social do país. De um lado, observa-se que o avanço da riqueza financeirizada vem acompanhado do aumento do achatamento da renda do trabalho e da ampliação da quantidade de desempregados (POCHMANN, 2007, p.78).

O modelo de Estado que se adotou a partir de 1990 (ainda subordinado aos interesses externos) pressupunha a administração gerencial, o enxugamento do Estado, o corte de custos, a adoção de formas flexíveis de gestão, a descentralização de funções para Estados e Municípios, etc, na busca por uma maior eficiência econômica.

Como já mencionado, para a Reforma do Estado ser implementada utilizou-se a argumentação de uma maior eficiência, qualidade, eficácia e racionalidade dos serviços públicos, até então tidos como ineficientes. Com isso, através do discurso da “ineficiência “ do Estado buscou-se a edificação da ideologia burguesa com o incentivo à concorrência e semeando a disputa entre os trabalhadores com o propósito de ocultar o Estado como defensor da burguesia e a própria estrutura do capitalismo, o qual preconiza a exploração do trabalho pelo capital. Com esse discurso também busca-se atingir meios de diminuir os direitos dos trabalhadores com o consentimento da sociedade.

No ano de 1995 foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, o qual tinha como função a elaboração das diretrizes da reforma. O Ministério apresentou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, o qual apresentava uma nova modalidade de gestão para o serviço público a partir da redefinição do papel do Estado e a partir do objetivo de uma administração de resultados (RIBEIRO, 2004).

A Reforma do Estado tinha como características não só a privatização de bens e serviços, mas incluía também a publicização¹³⁰ e a terceirização¹³¹. Desse modo, as funções do Estado se limitariam às atividades exclusivas, ou seja, a fiscalização, cobrança de impostos e fomento. A seguir tentaremos explicitar melhor do que trata essa reforma.

A Reforma estabelece que o Estado deve corporificar-se em quatro núcleos: 1) Núcleo Estratégico: responsável pelo planejamento e formulação das políticas públicas, o qual é composto pelo Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público; 2) Atividades Exclusivas: serviços executados pelo Estado responsáveis pela regulamentação, fiscalização e fomentação; 3) Serviços Não Exclusivos: atuação do Estado em conjunto com organizações públicas não estatais e privadas; e 4) Produção de Bens e Serviços para o Mercado: atuação de empresas com atividades econômicas que visam lucro, as quais ainda se encontram no aparelho de Estado, tais como o setor de infra-estrutura (BRASIL/MARE, 1995).

Os processos básicos da Reforma do Estado constituem-se de: 1) Delimitação das funções do Estado: se refere à redução do tamanho do aparelho do Estado sobretudo referente ao funcionalismo (pessoal), através da privatização, terceirização e publicização; 2) Redução do grau de interferência do Estado: implementação de programas de desregulação para aumentar os recursos através do mercado, com a conseqüente transformação do Estado em promotor da capacidade de competição do Brasil internacionalmente; e não mais o Estado protetor da economia nacional contra a competição internacional; 3) Aumento da governança do Estado: efetivação das decisões do governo através do ajuste fiscal, o qual devolve a autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa visando uma administração pública gerencial e a separação das atividades exclusivas entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; 4) Aumento da governabilidade: significa um aumento do poder do governo através de instituições políticas que assegurem a melhor intermediação de interesses. (BRASIL/MARE, 1997).

Convém ressaltar que o primeiro item na relação de processos básicos diz respeito à desresponsabilização do Estado na questão das políticas públicas, ou seja, as alternativas de privatização, terceirização e publicização. Em seguida vem a questão da não interferência do Estado na economia dando amplos poderes ao mercado e promovendo este como melhor alocador de recursos. O terceiro passo diz respeito à introdução da administração gerencial no setor público com o argumento da promoção do ajuste fiscal e redução de custos. O quarto processo

¹³⁰ Consiste na transferência dos serviços sociais e científicos prestados pelo Estado para o setor público não estatal.

refere-se a elevação de poder do governo para aprofundar a democracia representativa e o controle social.

A proposta neoliberal de “reforma” dos serviços públicos, como se sabe, é orientada por uma idéia reguladora: a idéia de privatizar, isto é, de acentuar o primado e a superioridade da *ratio* privada sobre as deliberações coletivas. Daí suas diferentes maneiras de manifestação. Privatizar, no sentido estrito do termo, é apenas uma delas: transferir a agentes privados (empresas) a propriedade e gestão de entes públicos. Mas há outros modos de fazer valer o mandamento. Pode-se delegar a *gestão*, sem necessariamente transferir a *propriedade*. Pode-se ainda, manter na esfera estatal a gestão e a propriedade, mas providenciando reformas que façam funcionar os agentes públicos “como se” estivessem no mercado, modelando o espaço público pelos padrões do privado. Diferentes modos de descentralização e dispersão de operações – com a correspondente centralização e o insulamento dos âmbitos de definição das grandes políticas, das práticas de avaliação de desempenho, de distribuição do bolo orçamentário – são pensadas como formas de introduzir o *ethos* privado (dinâmico, purificador) do mercado no reino das funções públicas (MORAES, 2002).

O processo de privatização no Brasil teve início no governo Collor, em março de 1990, com a instituição do Programa Nacional de Desestatização. A primeira empresa estatal a ser vendida foi a Usiminas, em 1991, sendo que, até o ano de 1999, no âmbito federal foram privatizadas 115 empresas estatais além da introdução de participações minoritárias em outras. No setor industrial a maioria foi privatizada entre 1991 e 1994, incluindo as de siderurgia, fertilizantes e petroquímicas. Posteriormente, no âmbito federal, foram incluídas as empresas estatais das áreas de mineração, portos, eletricidade, ferrovias, rodovias, água e esgoto, telecomunicações e bancos. No período as privatizações¹³² foram estendidas aos estados e vários municípios (CARVALHO FILHO, 2002).

Mesmo com a privatização de parte significativa do setor produtivo estatal – responsável pela absorção de 100 bilhões de dólares e pela demissão de 500 mil trabalhadores -, seguida do contingenciamento do gasto público e da forte elevação da carga tributária (em 12 pontos percentuais do PIB), a dívida pública como proporção do PIB voltou a crescer significativamente, passando de 30%, em 1994, para 57,2%, em 2003 (POCHMANN, 2007, p.75).

Conforme pesquisa do IPEA do ano de 2007, o setor público empregava, na época, 21% dos trabalhadores formais no Brasil, sendo que os trabalhadores da administração direta, indireta e empresas estatais totalizavam dez milhões (CONCEIÇÃO, 2009).

A Reforma do Estado brasileiro implicou numa reforma administrativa através da Emenda Constitucional nº 19/98, a qual é parte integrante do complexo de reformas neoliberais e de que trataremos a seguir.

¹³¹ Processo de transferência dos serviços auxiliares e de apoio para o setor privado; Decreto 2.271 de 1997.

3.1 - A Reforma Administrativa.

Nos anos 1990 a Reforma Administrativa do Estado resultou na estagnação do emprego público devido a uma série de medidas adotadas de contratação e gerenciamento de pessoal, conforme veremos a seguir.

A implementação da Reforma Administrativa¹³³ utilizou como argumento a necessidade de modernizar os vínculos trabalhistas entre o Estado e os servidores públicos, denominados como os grandes “vilões” da crise do Estado, adotando-se mudanças na aquisição da estabilidade do emprego público e a extinção do Regime Jurídico Único¹³⁴ dos servidores públicos.

O principal objetivo da Reforma Administrativa seria o desburocratização dos modelos burocráticos da administração pública, mediante introdução de diretrizes, métodos e técnicas de administração utilizada nas instituições privadas, visando a modernização do Estado (RIBEIRO, 2004, p.21).

A flexibilização da administração pública constituía-se em:

- 1) Inclusão de mais de um regime jurídico na regulação das relações de trabalho;
- 2) O regime estatutário apenas no “núcleo burocrático do Estado”¹³⁵
- 3) Estabilidade apenas para os servidores das funções exclusivas e flexibilização das políticas de gestão de pessoal (possibilidade de demissão) para os demais servidores;
- 4) Alteração das condições de disponibilidade (extinção do cargo ou não necessidade deste), a qual permitia pagamento proporcional ao tempo de serviço;
- 5) Instituição de concursos internos até 20% das vagas dos concursos públicos;
- 6) Exigência de projeto de lei para aumento dos servidores públicos da esfera dos três poderes (AZEVEDO e ANDRADE, 1997).

Com a extinção do Regime Jurídico Único legitimou-se a contratação de servidores públicos através da CLT, lei que regulamenta os trabalhadores do setor privado. Para o ingresso no serviço público teoricamente ainda é necessário haver concurso (RJU e CLT), porém, a estabilidade no emprego passou a ser adquirida após três anos de ingresso no cargo, sendo que anteriormente eram dois anos. Tal norma é para os cargos de provimento efetivo ao passo que,

¹³² Durante a década de 1990 foram privatizadas 166 empresas estatais, sendo que a maior parcela do montante arrecadado foi destinada ao pagamento da dívida pública aos titulares do setor financeiro (POCHMANN, 2007).

¹³³ Reforma idealizada pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira durante o primeiro mandato de FHC.

¹³⁴ O Regime Jurídico Único consiste numa lei de regulação do emprego público, onde consta os direitos e deveres da relação entre o servidor público e o Estado.

¹³⁵ Compreende as atividades exclusivas do Estado: forças armadas, polícia, arrecadação de impostos, agências de regulação, fomento e controle.

para os cargos de comissão, estes não são estáveis e o servidor poderá ser exonerado a qualquer tempo. Introduziu-se ainda a avaliação periódica do servidor público por desempenho. O setor público apresenta uma série de especificidades em relação ao setor privado referente às regras de contratação, remuneração e negociações coletivas.

Com o regime CLT, ficou possibilitada a contratação de pessoal à revelia do concurso público. Para os críticos do Decreto, ele teria implicado no abandono da profissionalização no serviço público, devido ao provimento livre de cargos comissionados e à contratação de pessoal, particularmente na administração indireta, sem concurso e sem critérios transparentes (CARVALHO FILHO, 2002, p.70-71).

Em 1990 o Governo Collor anunciou um programa de privatização e demissão de milhares de funcionários, o qual, na época, 60 mil servidores foram colocados em disponibilidade pelo governo, sendo que devido à inconstitucionalidade das medidas ocorreu a reversão desse sistema de diminuição de quadros no setor público. Ao longo da década ocorreu a suspensão de concursos públicos e o Plano de Demissão Voluntária, no período 1996 a 1999, abrangendo também a esfera estadual (CARVALHO FILHO, 2002).

A reestruturação da economia com pouco investimento e lento crescimento do produto teve, por saldo líquido, a eliminação de muitos empregos celetistas e estatutários e criou fundamentalmente oportunidades de emprego sem carteira de trabalho em estabelecimentos e no serviço doméstico remunerado, além de trabalhos por conta própria (BALTAR, 2003, p.142).

A Lei Complementar Nacional de nº 101, com a designação de Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, foi publicada em 05/05/2000 no contexto das mudanças estruturais a fim de superação da crise fiscal (RIBEIRO, 2004).

Com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, intrínseca à Reforma Administrativa, houve a imposição de limites à administração do setor público quanto às despesas com pessoal. Durante o governo FHC também foram criados os Planos de Demissão Voluntária e as Avaliações de Desempenho. Foram criadas Leis, Decretos e Medidas Provisórias para, legalmente, alterar os direitos do funcionalismo público. O objetivo era aprofundar diferenças entre os servidores desse setor, flexibilizar os direitos e implementar a avaliação, semelhante à praticada no setor privado. O segundo mandato de FHC aprofundou a redução de direitos (ASSIS, 2006).

Desde o governo Collor, e principalmente sob o governo Cardoso, a administração pública tornou-se alvo das políticas neoliberais de desmonte do Estado. O corte dramático de investimento em custeio e contratação, buscando atingir um superávit primário capaz de satisfazer o FMI, prejudicou a qualidade do serviço público no país e degradou salários e condições de trabalho dos trabalhadores do setor público. Sob as políticas neoliberais, o Estado brasileiro deixou de ser indutor de políticas públicas e de

investimentos sociais, cabendo a ele apenas as atividades de regulador e fiscalizador da iniciativa privada (ALVES, 2002).

A LRF introduziu uma acentuada alteração no contexto da Administração do setor público brasileiro, sobretudo em relação a:

- 1) Limites de gasto com pessoal: fixação de limites para essa despesa em relação à receita corrente líquida para os Três Poderes e para as três esferas de governo;
- 2) Limites para o endividamento público: a contração de dívidas limitar-se-á pelo percentual em relação à receita líquida real;
- 3) Definição de metas fiscais anuais: para os três exercícios seguintes; esse “Anexo das Metas Fiscais” deverá ser incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual conterà a previsão trienal da receita, da despesa e do confronto destas, informando a estimativa dos resultados nominal e primário;
- 4) Mecanismos de compensação à renúncia fiscal: toda medida do governo que apresentar renúncia necessitará ser acompanhada de demonstrativos de compensação, seja com aplicação da arrecadação em outros setores, seja corte de despesas;
- 5) Mecanismos de compensação para despesas de caráter permanente: segundo a LRF o governante não poderá criar uma despesa contínua (prazo superior a dois anos) sem apresentar uma fonte de receita ou uma redução de outra despesa;
- 6) Mecanismo para controle das finanças públicas em anos eleitorais: impedimento por lei de contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato e proíbe o aumento das despesas com pessoal nos 180 dias que antecederem o final do mandato. Ainda sob este prazo fica vedada a criação de despesa que não possa ser liquidada até o final do mandato (RIBEIRO, 2004).

A partir da implementação da LRF ficam dificultados os reajustes salariais para os servidores, bem como a contratação de pessoal, mesmo que seja para substituir aposentados, sendo que para efetuar essas medidas, o governo terá as seguintes opções: criar um novo imposto, aumentar a alíquota de um existente, incluir uma nova classe de contribuinte em um imposto, ou efetuar algum corte de despesa obrigatória (RIBEIRO, 2004).

Cabe salientar que essa lei monitora e restringe as despesas sociais e com o setor de pessoal, porém não limita as despesas financeiras (pagamento de juros, etc). O limite imposto com as despesas de pagamento e contratação de servidores, redução de cargos, demissão de servidores não estáveis, programas de demissão voluntária implicaram num panorama perverso e

prejudicial aos trabalhadores do setor público, visto que essa lei também dificulta as negociações coletivas desse setor.

Outra questão de suma importância é que, com a perda da estabilidade a Reforma Administrativa prevê a demissão do funcionário público quando a folha de pagamentos ultrapassar 60% do orçamento e também quando o funcionário apresentar insuficiência de desempenho. Ou seja, a reforma implica na execução de métodos de gerenciamento dentro do setor público, que são utilizados no setor privado, tais como o sistema de avaliação de desempenho, pressão por produtividade e avaliação do nível da qualidade do serviço, pressão das chefias, etc. Toda essa mudança na forma de estruturação do aparelho de Estado também o torna fragilizado causando prejuízos na prestação dos serviços à sociedade (saúde, educação, previdência, etc).

Mais recentemente, os esforços governamentais para comprimir o total dos gastos com pessoal no setor público, além de indicarem mudança no papel, expressam a tentativa de compensar, em parte, a expansão de despesas públicas com encargos financeiros e demais gastos, sobretudo com a estabilidade monetária. A alternativa da demissão de funcionários públicos não estáveis pelos poderes executivos federal, estaduais e municipais, de adoção de programas de demissão voluntária, de fechamento de organismos estatais, de privatização e de aprovação da reforma administrativa aponta para uma firme intenção governamental de promover forte enxugamento do quadro de pessoal. Por conta disso, o setor público tem enfraquecido ainda mais o seu papel decisivo na geração de emprego no país (POCHMANN, 2006, p.72).

A crise do Estado na década de 1990 não é fruto da grande interferência do Estado, das despesas sociais e dos ganhos e estabilidade dos servidores como o ideário neoliberal afirmou. “Ao contrário, a crise é um elemento constituinte, estrutural, do movimento cíclico da acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço” (FRIGOTTO, 2000, p.62).

As reformas implementadas (do aparelho de Estado, Administrativa, da Previdência, Educacional, LRF, etc) tem como objetivo a desobrigação do Estado para com as políticas sociais (assistência, saúde, educação, etc) e configura-se na retirada de conquistas sociais históricas dos trabalhadores. Podemos inferir que essa ampla Reforma do Estado configura-se em um impacto negativo nas relações de trabalho do setor público nas diversas esferas de governo.

Sob o governo Cardoso, o ajuste fiscal, a privatização e a reforma administrativa contribuíram para uma modificação substancial do papel do Estado brasileiro, com a ocupação no setor público perdendo importância no mercado de trabalho. Entre 1995 e 1997, a queda do emprego público foi significativa, com menos 140.000 empregos (antes das privatizações de 1998 e 1999). Apesar disso, o setor público ainda é um importante empregador no país (ALVES, 2002).

Conforme Pochmann (2006), a partir da reforma administrativa, a qual colocou regras firmes no gasto do Estado, com maior facilidade para promover a demissões, ocorreu uma compressão do emprego formal no setor público.

Na segunda metade dos anos 90, o setor público reduziu quase 1 milhão de empregos, quando se levam em conta os postos fechados e as vagas abertas pelas aposentadorias que não foram preenchidas. Tudo isso somente para atender aos objetivos das reformas administrativas e previdenciárias, que se encaixam no requisito maior de contenção do gasto operacional, em meio à elevação do superávit primário, como norma de pagamento parcial dos juros do endividamento público (POCHMANN, 2006, p.72).

3.2 -A Reforma da Educação Superior.

No Brasil, bem como nos demais países da América Latina, com a implementação do neoliberalismo ocorreram reformas no aparelho de Estado e também na Educação, tendo sido impostas pelos organismos internacionais. Sendo assim, a formulação de políticas educacionais, não só no estado de São Paulo como em todo o país pós anos 1990, partiram de concepções ditadas pelo Banco Mundial.

Conforme o referido órgão as universidades voltadas para a pesquisa são muito onerosas e não adequadas às demandas e recursos dos países mais pobres e, portanto, ocorre o direcionamento para uma diversificação da educação superior, constituída pelas instituições de ensino e com cursos de curta duração. Ainda, de acordo com o Banco Mundial, continua o enfoque à diversificação das instituições com reduzido número de universidades de pesquisa, com universidades com cursos de quatro anos, institutos isolados e cursos de nível técnico com a duração de dois anos (World Bank apud OTRANTO, 2006).

A universidade, nessa vertente, deve restringir-se a uns poucos centros de excelência, onde se elaborariam pesquisas de ponta, conhecimento avançado e um ensino para altos Qis. O resto deve ser deixado para cursos que iriam bem pouco além de cursos de extensão (OLIVEIRA, 1991).

De acordo com Camargo et al (2003), a educação é alvo de críticas devido a não atender às demandas da sociedade e vem passando por uma transformação de sua identidade histórica, ou seja, de um direito de cidadania, passa a transformar-se em um *bem privado* ou *mercantil*. As características dessa transformação na educação consistem em: 1) redução do financiamento público, especialmente da educação superior; 2) grande expansão da educação privada e implementação da mercantilização dos serviços; 3) crescente processo de privatização interna das universidades públicas através do comércio de serviços, consultorias, fundações privadas; 4) adoção de novos modelos empresariais, os quais promovem serviços educacionais conforme as demandas do mercado; 5) uma nova forma de promover a coordenação, a avaliação e o controle,

com a administração gerencial e a promoção da competitividade, submetendo as universidades públicas aos interesses do mercado, em prejuízo da autonomia universitária.

Contra o estatal são lançadas as pechas de ineficiente, cobrador de impostos e mau prestador de serviços à população, além de burocrático, corrupto, opressor. Em favor do *privado* idealizam-se virtudes como as de espaço de liberdade individual, de criação, de imaginação e de dinamismo. Esquece-se de que “o Estado brasileiro tem sido facilmente desqualificável, porque se tornou um Estado privatizado. Um Estado que arrecada do mundo do trabalho e transfere recursos para o setor financeiro, gastando mais com o pagamento dos juros da dívida que com educação e saúde. Um Estado que paga taxas de juros estratosféricas ao capital financeiro, mas remunera pessimamente seus professores e seus trabalhadores do setor de saúde pública, aqueles mesmos que prestam serviços à massa da população. (...) Por oposição, o privado surge como pólo privilegiado (SADER apud CAMARGO et al, 2003).

A plataforma política do governo Collor (1990-1992) foi pautada no discurso da modernização, sendo que ficaria a cargo das instituições de ensino superior a formação de quadros conforme a demanda de um mercado que emergia frente a inserção do país no chamado Primeiro Mundo. Porém, a concretização desta proposta acabou sendo dificultada por questões políticas e resistência da comunidade da academia. Houve a veiculação de dois discursos no governo Collor: que a universidade deveria se aproximar do mercado, difundido pelo próprio governo e um segundo discurso, o qual foi veiculado por entidades sindicais, estudantis e de partidos de esquerda, que a intenção do governo com essa aproximação entre a universidade e o mercado seria uma estratégia para responsabilizar as instituições universitárias pelo acentuado atraso do Brasil, especialmente do setor industrial (CORBUCCI, 2002).

O Período 1993/1994 pode ser visto como um interregno, ou trégua, entre a política neoliberal, (de discurso renovador associado à ação de desmonte do Estado), engendrada pelo governo Collor, e aquela que viria a seguir, norteadas sobretudo pelo firme e consistente propósito de o Estado trazer para si as tarefas de redefinir seu papel, bem como de desenhar as políticas para o setor (CORBUCCI, 2002, p.28).

O governo de Itamar Franco através do MEC, apresentou algumas medidas no documento intitulado *Diretrizes de Ação Governamental* nas quais havia uma consonância com o discurso liberalizante do governo anterior, que basicamente consistia na ampliação da formação de recursos humanos para atender a demanda do crescimento da economia, porém referindo-se ao que foi preconizado pela Constituição Federal relativo ao combate à pobreza e ampliação da cidadania. Desta forma, a educação transparece como um “*poderoso instrumento de promoção social*” objetivando o preparo da nação para um “*novo paradigma de desenvolvimento*”. Apesar de constar nas propostas documentadas inúmeras preocupações referentes ao ensino superior do

país, a maior parte da iniciativa do governo entrou em confronto com o CFE, o qual, afirmava-se que deveria ser reestruturado e que, posteriormente foi extinto (CORBUCCI, 2002).

A política de governo nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso referente ao ensino superior beneficiou-se da extinção do CFE, abrindo caminho através do MEC e da criação do CNE, para a expansão do ensino superior privado durante toda a década de 1990. Ocorreu o incentivo à expansão de vagas de graduação nas instituições privadas de ensino sem aumento de verbas para as universidades federais (CORBUCCI, 2002).

O processo de mercantilização da educação superior ocorre a partir do momento em que a política dos organismos internacionais aponta que o montante de verbas destinadas ao ensino superior é maior que o montante destinado à educação básica. Por conseguinte, estes organismos concluem que é preciso proceder à redução das verbas para o ensino superior, o que acarreta a proliferação dos serviços educacionais privados. Outra questão que também implica nessa política de redução de verbas para o ensino superior é a avaliação instituída pelo MEC, o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão¹³⁶:

Qual foi o resultado do Provão sempre que foi feito? As Universidades públicas tiveram melhor desempenho que as particulares. Qual foi a lição que o ministro Paulo Renato tirou? Precisamos dar mais dinheiro para as particulares chegarem a um nível bom e, enquanto isso, congela o dinheiro das públicas. (...) o projeto tucano [do governo] é: implementação completa do programa do Banco Mundial. (...) que pensar uma Universidade em países periféricos é gastar dinheiro inutilmente, a pesquisa deve ser concentrada nos países que tem potencialidade para desenvolvê-la e, no fim, o que se deve fazer é uma boa escola de segundo grau, que forme gente que pelo menos saiba digitar no computador. Assim, a Universidade que interessa é aquela meramente reprodutora de quadros de nível técnico, ou seja, a rigor, uma boa escola técnica de nível médio resolve o problema.¹³⁷

O “Provão” foi implementado em 1996 e constituiu-se num fator de avaliação indireta, ou seja, as instituições seriam avaliadas de acordo com os resultados das avaliações dos alunos. O programa tinha como objetivo instrumentalizar os processos de decisão relativos à melhora da qualidade do ensino de graduação, levando-se em conta a política expansionista do ensino superior de nível privado, que seria instalada no governo Fernando Henrique Cardoso. No início houve uma rejeição a esse sistema avaliatório, tanto pelos estudantes, quanto pelas universidades porém, após alguns anos de implantação, ocorreu uma substancial alteração na aceitação, avaliada pelos índices de crescimento da realização das provas. As instituições de ensino também fazem uso dos resultados desta avaliação como estratégia de propaganda dos cursos oferecidos.

¹³⁶ O Exame Nacional de Cursos ou Provão foi instituído pela Lei nº 9131/1995.

¹³⁷ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.89.

Outra questão é que o “Provão” acaba promovendo o aumento da titulação dos quadros docentes nas universidades do país (CORBUCCI, 2002).

Posteriormente ocorreu uma concomitância de aplicação do Modelo Capes de Avaliação com a implementação do “Provão”, sendo que ambos ocorrem num panorama de redução de financiamento público federal para o ensino superior com um permanente processo de privatização e viés mercadológico desse ensino (SGUISSARDI, 2006).

O não investimento na educação superior pública tem implicado o contingenciamento de verbas, o achatamento salarial e a diminuição de docentes e funcionários. Buscar outras fontes de financiamento impõe o assédio gradual à iniciativa privada, a cobrança de taxas e serviços prestados nas instituições públicas e a extinção progressiva do ensino superior gratuito. A privatização crescente não descaracterizaria a formação e o exercício docente, na medida em que o professor – fragilizado pelo fim da dedicação exclusiva, da estabilidade, da autonomia pedagógica – tenderia a tornar-se “privatizado”, seja por cumplicidade com o modelo privatizante, seja pela busca de saídas individualistas? (MINTO, KAWASHITA e CAMARGO, 2000, p.58/59).

Segundo as diretrizes do Banco Mundial, é necessário proceder à expansão de organizações educacionais privadas e a privatização interna das universidades públicas através das fundações privadas, cobrança de mensalidades, não contratação de servidores, corte de verbas para a infra-estrutura destas universidades e implementação do ensino à distância (BM apud LIMA, 2007).

(...) Toda aquela mudança ocorrida a partir do Consenso de Washington, que na verdade é o seguinte: a educação passou a ser mercadoria, a saúde passou a ser mercadoria, então eles vieram com esse mercado. Em 1995 eu era da direção da FASUBRA, o Paulo Renato era ministro e eu fui num evento lá promovido pela *PricewaterhouseCoopers*, que era um modelo de universidade inglesa que eles queriam implantar no Brasil. Nós batemos de frente com esse projeto que era a mercantilização da educação no Brasil. E agora o ensino à distância que é o pior de todos, eles entraram nessa coisa (...) ¹³⁸

Em 1999 o “Provão” mediu um desempenho superior das universidades públicas com mais de 44% dos conceitos nos níveis A e B, contra 20% do total dos conceitos obtidos pelas universidades privadas. Os conceitos D e E também evidenciam o desempenho superior das instituições públicas: 21% frente a mais de 35% das universidades privadas (CORBUCCI, 2002).

Para a continuidade da explicitação da reforma do ensino superior no governo FHC tomaremos também a análise que Carvalho (2008) teceu acerca dos documentos elaborados nesse governo: a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹³⁹ e o Plano Nacional de

¹³⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

¹³⁹ Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 demorou cerca de 8 anos para ser sancionada (CORBUCCI, 2002).

Educação¹⁴⁰, os quais abordam a questão do financiamento, da expansão e da relação entre o público e o privado no ensino superior.

A LDB sancionada em 1996 configurou-se na principal legislação que foi implementada pelo governo, a qual teve uma demorada tramitação no Congresso Nacional e que consistia na existência conjunta entre instituições públicas e do setor privado de educação, com a permanência da gratuidade do ensino público em órgãos oficiais e a valorização do profissional da área de educação, conforme o artigo 3º (CARVALHO, 2008). Por sua vez, o artigo 9º tem como pressuposto a reafirmação das competências do Estado no que tange à legislação, normatização e avaliação do ensino superior, sobretudo do setor privado (CORBUCCI, 2002).

Em relação às instituições do setor privado houve uma diferenciação acerca da incidência de tributos (artigo 20). A Lei insere duas categorias: as privadas *stricto sensu* e as instituições sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas), sendo que as primeiras não mais se beneficiariam de recursos públicos e da renúncia fiscal e as da segunda categoria se mantiveram isentas da incidência tributária (CARVALHO, 2008).

Segundo a LDB, para ser considerada uma universidade, uma instituição necessita ter apenas 30% de mestres *ou* doutores em seu quadro docente. Diante disso, existe a possibilidade de uma universidade ser considerada legalmente como tal mesmo que não possua um único doutor em seu quadro funcional (CHRISPINIANO, 2008).

Ainda em relação à LDB, o artigo 44, o qual trata do ensino superior, aborda a diferenciação de programas e cursos com a possibilidade de implementação de cursos sequenciais e também de extensão conforme as recomendações do BM. Em relação aos recursos financeiros, o artigo 69 mantém a vinculação da receita de imposto de 25% para Estados e Municípios e 18% para a União, os quais se destinam ao ensino público. Porém, o artigo 77 veicula a alternativa de direcionamento de recursos públicos às instituições da categoria “sem fins lucrativos” (CARVALHO, 2008).

Com a aprovação da LDB o governo promoveu uma diferenciação a nível institucional: obrigatoriedade de associar ensino-pesquisa-extensão apenas para as universidades, criação dos Centros Universitários com autonomia para implementarem cursos e a legitimação de instituições de educação superior voltadas para a obtenção de lucros. Seguindo a recomendação do BM de

¹⁴⁰ Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

variação na aquisição de verbas, procede-se ao estímulo para a criação e expansão das Fundações privadas, em contrapartida à supressão do financiamento público (SGUISSARDI, 2006).

Convém mencionar que a LDB, em seu artigo 56, restringe a democracia nas universidades quando determina que os docentes ocuparão 70% dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, incluindo os que tratarem da elaboração e modificações de estatuto e regimentos, inclusive da escolha de dirigentes, sendo que conseqüentemente, a participação de estudantes e funcionários é da ordem de apenas 30% do processo eleitoral (VIEIRA, 2009).

A LDB e as demais leis sobre a educação superior explicitam o projeto adotado pelos governantes: a privatização, já sinalizada em legislações anteriores, e a negação do modelo de universidade pautado na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade. Tal projeto traduz e aprofunda diretrizes dos organismos internacionais: desresponsabilização do Estado, privatização generalizada, privilégio da racionalidade técnica, restrição da democracia, exclusão social (MINTO, KAWASHITA e CAMARGO, 2000, p.58).

A sociedade civil através do “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública” enviou ao Congresso Nacional em fevereiro de 1998 o “Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira”¹⁴¹, o qual havia sido elaborado em âmbito coletivo no decorrer dos CONEDs. Anteriormente, em dezembro de 1997, o presidente FHC havia enviado à Câmara o Plano Nacional de Educação¹⁴², o qual foi promulgado em 2001 durante seu segundo mandato (CARVALHO, 2008).

O documento elaborado pela sociedade civil implicava na construção do Sistema Nacional de Educação, o qual articularia os diferentes níveis de ensino coordenando ações prioritárias, procedendo à avaliação do processo educativo com o objetivo de alcançar um padrão único de qualidade para a educação brasileira. Constava na proposta: “garantir a todos o acesso, a permanência bem sucedida e a conclusão e estudos com sucesso na educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, em todos os níveis e modalidades educacionais”. Para tal, deveria-se ampliar os recursos para a educação a 10% do PIB. O documento também contemplava a implementação de um Plano de Carreira Única para os docentes das instituições de ensino superior federais e estaduais, bem como um Plano de Carreira e Capacitação para os servidores técnico-administrativos destas instituições (CARVALHO, 2008, p.198).

Em relação ao Plano Nacional de Educação do governo FHC, este menciona a crise da educação superior, o diminuto número de matriculados em comparação com a população e a

¹⁴¹ PL nº 4155/98.

¹⁴² O PNE cumpria o disposto na Constituição Federal (art.214) e na LDB (art.87) (CORBUCCI, 2002).

importância das universidades federais frente à redução das desigualdades na sociedade. Porém, acoplada a essa menção, está a necessidade destas universidades em promover a redução de gastos e diversificação de serviços, incluído aí a expansão de vagas e também os cursos noturnos (CARVALHO, 2008). Dentre as ações do PNE destacam-se: a ampliação de vagas em instituições públicas e privadas, garantia da autonomia universitária e diversificação do ensino superior procurando favorecer o ingresso das minorias étnicas (CORBUCCI, 2002).

Tomando-se como referência a meta estabelecida pela LDB de qualificar, até o ano de 2007, 600 mil professores atuantes na educação básica que não possuíam formação superior, implementou-se através de instituições públicas ou privadas credenciadas os cursos de educação a distância¹⁴³ para se atingir tal meta (CORBUCCI, 2002).

Durante o governo FHC instituiu-se também o Plano Nacional de Graduação¹⁴⁴, o qual era incumbida a tarefa de repensar o papel da universidade em virtude da recente conjuntura tecnológica e globalizada, com a implicação de orientação para a formação profissional, contemplando a evolução da tecnologia, reafirma que a avaliação das instituições é indispensável para se garantir a qualidade. As diretrizes instituídas pelo PNG são: oferta e expansão do ensino superior, formação de quadros para a educação de nível básico, diretrizes curriculares, avaliação do ensino de graduação, qualificação de docentes do ensino superior, educação a distância e financiamento e fomento (CORBUCCI, 2002).

Implantou-se também durante o referido governo a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público¹⁴⁵, a qual instaura as normas para que uma instituição possa qualificar-se como organização da sociedade civil de interesse público. Para ter assegurado esse estatuto a instituição deveria prover ensino gratuito. A intenção, de acordo com o governo, era de impedir a fuga de verbas fiscais que não eram recolhidas pelas instituições que se mantinham atrás da filantropia, apesar de cobrarem, por vezes, custos elevados e de serem beneficiadas de verbas advindas da União (CORBUCCI, 2002).

Cabe aqui mencionar também a instituição do Fundo de financiamento ao Estudante de Ensino Superior¹⁴⁶, o qual concedia financiamento a alunos regularmente matriculados em

¹⁴³ Através do parecer do CNE, homologado pelo Ministro da Educação através da Portaria nos termos da Lei nº 9394/1996 da LDB, Decreto nº 2494/1998 e Portaria nº 301/1998 (CORBUCCI, 2002).

¹⁴⁴ O PNG foi resultado de estudos de uma comissão instaurada após o XI Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação de abril/1998 c/ documento final aprovado no XII Fórum em maio/1999 (CORBUCCI, 2002).

¹⁴⁵ Lei nº 9790, de 23 de março de 1999 (CORBUCCI, 2002).

¹⁴⁶ Medida Provisória nº 1827 de maio/1999 e das Portarias nº 860 e 861 (CORBUCCI, 2002).

instituições de nível superior pagas que gozavam de avaliação positiva¹⁴⁷ executada pelos processos do MEC. O objetivo do programa era substituir o Programa de Crédito Educativo, devido este ter alcançado elevados patamares de inadimplência¹⁴⁸ e, em consequência, inviabilizando sua permanência. O novo programa tinha outras regras de funcionamento, as quais buscavam garantir a reciclagem dos financiamentos fornecidos com a expectativa de redução da inadimplência (CORBUCCI, 2002).

Durante todo o governo de FHC ocorreu o sucateamento da esfera pública, tendo em vista a redução do financiamento federal e também da não reposição dos quadros docentes e de servidores técnico-administrativos, concomitante com o aumento da produtividade acadêmica através da abertura de vagas noturnas, aumento de estudantes nas salas de aula e sem a contrapartida da reposição dos quadros (CARVALHO, 2008).

As despesas de capital constituem a modalidade mais afetada, no âmbito das IFES, mormente na segunda metade da década de 1990. Entre 1993 e 1998, os dispêndios sofreram redução de 67%. De um total de R\$ 181 milhões, em 1993, reduziu-se para cerca de R\$ 60 milhões, em 1998. Em 1999, observou-se ligeiro incremento de 1,5% em relação ao ano anterior. Em termos relativos, as despesas de capital realizadas em 1993 correspondiam a 3% do orçamento executado das IFES, enquanto, em 1999, esse índice havia declinado para 0,8% (CORBUCCI, 2002, p.27).

Os dados acima conduzem a inferências sobre o processo de sucateamento da estrutura física, bem como do aparelhamento tecnológico das universidades, uma vez que nem mesmo sua manutenção estaria sendo garantida. No entanto, grande parte das IFES vem recorrendo a outras estratégias de financiamento para atendimento de suas demandas através das fundações de apoio, supondo-se que, não fosse isso, a situação das IFES estaria, acentuadamente, mais precária (CORBUCCI, 2002).

Portanto, esse processo de desmonte ou de sucateamento promoveu uma privatização interna das universidades públicas através da proliferação de parcerias com o setor privado por intermédio das fundações privadas propagadas como “de apoio”, já explicitado no capítulo anterior.

Estas reformas implementadas na área educacional partiram da crise da educação pública através do discurso de ineficiência do Estado, também culpabilizado pela crise fiscal. Diversos fatores contribuíram para a implementação dessas reformas, tais como o fato dos países mais ricos afirmarem que o elevado nível de pobreza de um país poderá comprometer sua estabilidade

¹⁴⁷ A avaliação positiva implicava em não ter conceitos D ou E em três avaliações seguidas do Provão; e também não ter conceito CI em dois ou mais itens da Avaliação das Condições de Oferta de Ensino (CORBUCCI, 2002).

política, sendo que o fator “educação” poderá reduzir os níveis de pobreza e promover o desenvolvimento econômico.

As características dessa reforma educacional consistiram em:

- 1) Promoção da redução do analfabetismo;
- 2) Prioridade e ênfase na educação fundamental;
- 3) Descentralização das ações administrativas;
- 4) Incentivo às parcerias entre o setor público e o setor privado.

As propostas da reforma da Educação ditadas pelo Banco Mundial privilegiam a lógica do mercado e da racionalidade econômica, pois estas propostas são elaboradas por economistas e atreladas a uma análise econômica, ou seja, são feitas para atender as necessidades do capital (TORRES, 1996).

Durante o governo de FHC configurou-se o panorama privatizante sobre o ensino superior público com o aprofundamento da relação entre o setor público e privado, o aumento dos cursos de extensão pagos e das fundações privadas.

De acordo com Roio (2008), os Programas de Pós-Graduação expandiram-se acentuadamente após os anos 1990 com o viés privatista e em contraposição à autonomia para a pesquisa. A política estatal para a cultura, ciência e tecnologia, através de verbas públicas, direcionam a pesquisa para um ou outro rumo, porém sempre segundo os interesses do mercado. Através desses programas insere-se na Universidade o viés da eficiência, da rentabilidade, do produtivismo.

Conforme Leher e Lopes (2008), existe uma grande distância entre o conceito de universidade assegurado na Constituição Federal e toda a legislação que foi implementada posteriormente. O contexto acadêmico vem sendo transformado num espaço de intervenção do mercado através da atuação do Estado. O Plano Nacional de Educação, a LDB, os decretos regulatórios da educação superior, o processo instituído de avaliação, a redução de verbas públicas, todas as desregulamentações que fortalecem a educação como mercadoria vem transformando amplamente a educação superior no Brasil.

Nesse novo quadro político, a escola, a universidade e os trabalhadores em educação perdem importância como elementos de um projeto nacional e popular. Gasto público e educação é visto assim mesmo: como gasto. O que foi herdado do período desenvolvimentista e populista é, do ponto de vista do modelo econômico atual, uma herança inútil e dispendiosa. Os museus universitários, os laboratórios, as pesquisas, as

¹⁴⁸ Em junho de 1999 o índice de inadimplência atingiu 66% do total financiado (CORBUCCI, 2002).

bibliotecas sofisticadas – tudo isso é algo do que é preciso se livrar. O modelo capitalista neoliberal na periferia funciona a partir de fora, com tecnologia e produtos importados. Ele não necessita de tecnologia e nem de produção científica nacional. Basta uma mão-de-obra medianamente formada, o que pode ser obtido por qualquer instituição de ensino de terceiro grau – que é a denominação mais adequada para a nova safra de “universidades” (BOITO JR, 2003c).

“No neoliberalismo, a educação é tratada como negócio privado e não mais como direito, que requer política social. Por isso, ao Estado cabe delegar atividades ao mercado, resguardando a si o papel de pretensão “controlador” e “fiscalizador”. Procura-se disseminar a idéia de que todos os problemas da sociedade podem ser resolvidos pela educação escolar, mote para a aceitação social de que o mercado é o mecanismo mais “eficiente” para organizar o ensino. Estimula-se a idéia de que as instituições devem concorrer para atrair estudantes e recursos para seu funcionamento” (DIAS e MINTO, 2010, p.78).

Após uma reflexão sobre o panorama exposto é nítido perceber que os governos tem a intenção de suprimir o ensino superior público e expandir o ensino superior privado, o qual configura-se num valioso recurso para o investimento capitalista.

Dessa forma, os CONEDs constituem-se em elementos de resistência às ações neoliberais na educação numa tentativa de barrar a destruição da universidade pública e, concomitante, “definindo as grandes orientações para a construção social de um projeto democrático para a sociedade brasileira” (LEHER, 2002, p.49).

3.2.1 – A Reforma da Educação Superior no governo Lula.

Direcionando a análise para a política da Educação Superior do governo Lula, cabe informar que a reforma universitária¹⁴⁹ foi apresentada por partes: PROUNI, SINAES, Lei de Inovação Tecnológica, PPP e o ensino a distância, os quais estão embasados em propostas dos Organismos Internacionais em comum acordo com os interesses do governo. É visível observar que a política do governo tem como objetivo adequar as universidades públicas à lógica do mercado, comprometendo a sua autonomia fixada na Constituição brasileira.

A Reforma da Educação Superior do governo Lula teve início com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI¹⁵⁰, o qual foi designado para analisar a situação da educação brasileira de nível superior, bem como deveria tecer um plano de ação buscando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES. Compunham o GTI doze membros, sendo dois representantes de cada um dos seguintes órgãos: MEC, Casa Civil, Secretaria Geral da

¹⁴⁹ Essa reforma encontra-se em sua quarta versão; foi apresentada pelo Executivo como PL n° 7.200/2006, tramitando pelo Congresso Nacional acoplado aos projetos anteriores: PL n° 4.212/04 e PL n° 4.221/04 (MINTO, 2008).

Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Fazenda (OTRANTO, 2006).

O relatório final¹⁵¹ elaborado pelo GTI enfocava: ações emergenciais, autonomia universitária, financiamento e etapas para implementar a Reforma Universitária. O relatório reconhece a crise, sobretudo das IFES e a atribui à crise fiscal do Estado, bem como também menciona que a crise vem atingindo as universidades privadas, as quais estão diante da ameaça da inadimplência dos alunos, concomitante com a desconfiança dos diplomas destas universidades. A reforma aborda a necessidade de reposição dos docentes, a ampliação de vagas, a educação a distância, a autonomia universitária e o financiamento, os quais sanariam a situação de crise das IFES (OTRANTO, 2006). A autora afirma que este relatório orientou a Reforma da Educação Superior no Brasil.

Desde o governo de FHC vem ocorrendo a diversificação das fontes de financiamento do ensino superior, com a privatização interna das universidades públicas e a ampliação do ensino privado através de uma lógica mercadológica na formação profissional. Nesse aspecto, o ensino a distância assume um importante papel devido estar associado com a modernização e adequação a “nova ordem mundial”. Essa política de ensino superior a distância configurou-se inicialmente pela implementação da LDB¹⁵² (LIMA, 2007).

A autonomia universitária constitui-se também num dos princípios da reforma da educação superior do governo Lula e aparece nos documentos que embasam a citada reforma. Conforme Otranto (2006), no relatório do GTI é evidenciada uma relação entre a crise das universidades públicas e as “amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento”, mencionando que, devido a isso, a garantia imediata de autonomia para as universidades é necessária. Porém, a autonomia proposta pelo relatório é a autonomia financeira e não a autonomia da gestão financeira, mencionada pela Constituição Federal. Essa autonomia financeira refere-se a liberação da universidade para buscar recursos junto ao mercado sem os impedimentos legais. Ao Estado caberia apenas a complementação de recursos, sendo que também estaria desobrigado da manutenção financeira das universidades públicas.

¹⁵⁰ Decreto de 20/10/2003.

¹⁵¹ O relatório foi divulgado extra-oficialmente em dezembro de 2003 (OTRANTO, 2006).

¹⁵² Lei nº 9.394/96.

No mês de setembro de 2004 foi implantado o PROUNI, o qual caracteriza-se pela compra de vagas no ensino superior privado através da isenção de impostos federais. Conforme Otranto (2006), as instituições privadas que aderirem terão isenção de: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. O que não faltou foram críticas ao Programa, conforme segue:

O PROUNI do governo Lula é um equívoco. Você tinha um governo democrático eleito com um número de votos significativo, ele tinha tudo para mudar o modelo, injetar recursos para expandir o sistema público num bom nível. Você tem intocado o modelo e a intenção é beneficiar os capitalistas da educação; no fundo resulta numa política populista. É inegável que o PROUNI atende um certo nível de pessoas que não tinham educação antes, mas qual é a qualidade desse ensino? A pessoa que se sente beneficiada não tem parâmetro para questionar essa qualidade.¹⁵³

As cotas do governo Lula são um bombom em um bolo envenenado: a reforma universitária que legaliza a transferência de verbas públicas para o ensino privado, através do PROUNI, anistiando as dívidas fiscais de um setor que vem faturando dezenas de bilhões todos os anos (ARCARY, 2008, p.9).

A implantação do citado programa ocorreu de forma autoritária, pois implementou-se através de medida provisória¹⁵⁴. Esse programa aparece como uma questão de grande importância, proporcionado através do mote da democratização do ensino superior¹⁵⁵.

O PROUNI tem servido para financiar instituições privadas, muitas delas decadentes, de baixa qualidade e com vagas ociosas. Eis uma contradição inexplicável: o PROUNI é um programa do governo federal que financia a participação de estudantes em muitos cursos considerados ruins nos exames de avaliação promovidos pelo próprio governo federal. (...) Porque não financiar a expansão das universidades federais e estaduais, ao invés de financiar instituições privadas? (MEGID NETO, 2007).

A transformação da educação pública em “mercadoria” é uma maneira de mercantilizar e privatizar a educação, o que explicaria o crescente desmonte do ensino superior público ao longo dos anos.

Após a bruta destruição das universidades públicas, patrocinada particularmente pelo governo FHC, a aliança de classe conduzida pelo governo Lula retoma parcialmente o investimento nas universidades públicas. Mas isso dá-se numa perspectiva populista, olhando-as muito mais como mecanismo de ascensão social, do que como um instrumento estratégico para o desenvolvimento autônomo e sustentável de nossa sociedade. Assim, os recursos oferecidos destinam-se ao aumento de vagas, sem a devida recomposição da infra-estrutura das instituições e com uma relação docente/aluno bastante inadequada. Pior ainda, parte da oferta de recursos dá-se apenas se as

¹⁵³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

¹⁵⁴ Medida Provisória nº 213 de 10/09/2004; posteriormente Lei nº 11.096 de 13/01/2005 (CARVALHO, 2008).

¹⁵⁵ Conforme dados MEC, de 112 mil matrículas realizadas em 2005, cerca de 95 mil alunos permanecem no programa, configurando uma evasão de 15%, devido dificuldades financeiras do estudante e insatisfação c/ o curso e/ou com a instituição (CARVALHO, 2008).

universidades assumirem projetos específicos ditados pelo governo. Destaca-se em particular o ensino a distância, desenvolvido numa perspectiva de barateamento de custos, ofertando uma educação de qualidade sabidamente inferior (mas com um diploma que carregará a imagem de qualidade da correspondente universidade pública) e não para atender quem efetivamente tem limitações sérias para frequentar uma universidade.¹⁵⁶

Em relação ainda ao PROUNI, desde 2006 o MEC fornece para o aluno que estuda em período integral uma bolsa de permanência estudantil no valor de R\$ 300,00, a ser utilizada com transporte, alimentação e material escolar. Porém, apesar de importante, a iniciativa é deficitária devido abranger aproximadamente 2% do total dos alunos bolsistas (CARVALHO, 2008).

A apologia vazia da educação, sem qualquer conseqüência política prática, essa apologia visa, de um lado, encher os bolsos dos empresários do ensino, incitar os jovens a comprar um diploma como se comprassem um passaporte para o futuro, ludibriá-los com uma mercadoria falsificada, e, de outro lado, essa apologia vazia da educação serve também para desviar todos os trabalhadores da luta pela mudança do modelo econômico e social (BOITO JR, 2003c).

O SINAES¹⁵⁷ foi instituído com o objetivo de realizar o processo de avaliação do ensino superior, o qual compõe-se de avaliação das instituições de ensino superior, cursos de graduação e desempenho dos alunos. Conforme análise de Portaria¹⁵⁸ do MEC, a qual regulamenta a avaliação, constata-se que será através do SINAES que as instituições serão reconhecidas e credenciadas, bem como obterão autorização para oferecer os cursos de graduação. “O governo Lula fortalece, desta forma, os mecanismos de controle sobre as instituições de educação superior, favorecendo a regulação das ações de vários órgãos que desenvolvem as políticas públicas e privadas” (OTRANTO, 2006, p.6). De acordo com a autora, o SINAES alcança o objetivo de regulação e ajustamento do ensino superior brasileiro às exigências de avaliação contidas nos documentos dos organismos internacionais, as quais possuem acentuado perfil quantitativo e de competição entre as instituições.

A “Lei de Inovação Tecnológica”¹⁵⁹ instaura incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. De acordo com a lei as verbas de pesquisa serão repassadas para as universidades. “Isso é uma inversão completa dos fins da universidade, uma vez que em nenhum lugar do mundo a inovação é feita nas universidades, e sim nas empresas (OTRANTO, 2006, p.7).

¹⁵⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

¹⁵⁷ Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

¹⁵⁸ Portaria do MEC nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

¹⁵⁹ Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004.

Os professores passam a ser os “empreendedores” e as instalações da universidade podem ser cedidas para uso das empresas, com ônus para o Estado. As pesquisas financiadas por mecanismos previstos nesta lei, mesmo que desenvolvidas no interior das universidades, são sigilosas. Professores e alunos não podem comentar sobre elas. Isso fere a autonomia universitária como a conhecemos até hoje e como a defendemos, fundamentados no art. 207 da Constituição Federal (OTRANTO, 2006, p.7).

Outra mudança que o governo Lula promoveu foi a regulamentação da Lei das Parcerias Público-Privadas¹⁶⁰, a qual estabelece normas para licitação e contratação de parceria público-privada em praticamente toda a administração pública, direta e indireta (OTRANTO, 2006). Ou seja, concede a permissão para que ocorra o relacionamento de instituições de pesquisa e ensino superior com as fundações privadas. Cabe ressaltar que estas fundações de caráter privado desvirtuam o perfil público das universidades.

As fundações privadas, ditas de apoio, representam um grande dano (para as universidades e para as mobilizações), pois seduzem docentes e funcionários com complementações salariais que dependem do “bom andamento” de seus negócios (muitas vezes, negócios públicos, feitos à margem da legislação pública). Ao mesmo tempo, destroem o caráter público das universidades, contando na maioria das vezes com o patrocínio de governos e uma estarecedora complacência do poder judiciário. A principal associação das terceirizações na esfera pública é com o desmonte do Estado. Mas dentre outros efeitos adicionais temos a desfiguração da categoria.¹⁶¹

A comunidade científica questiona a atuação, por exemplo, da FAPESP ao financiar pesquisas nas universidades privadas, pois as mesmas, geralmente, estão empenhadas na obtenção de lucros e não possuem um comprometimento com o ensino e a pesquisa.

Alguns críticos da lei que institui a PPP viram nela potencialidades de um “golpe de estado branco”, em razão de seus efeitos possíveis sobre a ordem constitucional e sobre o funcionamento do próprio Estado brasileiro, podendo colocar em risco a soberania do nosso país, a harmonia dos poderes da República e o próprio regime democrático (JURUÁ apud OTRANTO, 2006, p.8).

O relatório do GTI do governo Lula também apresentou a proposta de educação a distância alegando que apenas com a educação presencial não ocorreria o aumento de vagas de forma ampla a curto e médio prazos. Dessa forma, apresenta a educação a distância como uma alternativa necessária. O relatório menciona uma meta de ampliação de 600 mil vagas para o ensino superior até o ano de 2007 e referindo-se à educação a distância, menciona que 500 mil estudantes serão através dela atendidos, subentendendo-se que apenas 100 mil alunos estariam nos cursos presenciais, o que acarretaria a abertura do mercado da educação a distância às empresas multinacionais (OTRANTO, 2006).

¹⁶⁰ Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

¹⁶¹ Entrevista com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

Esse é um importante ponto de pauta da ALCA e da OMC. A OMC lucra com os chamados “serviços educacionais” e os países membros, com destaque especial para os Estados Unidos, exercem pressão para a adoção de regras comerciais no campo educacional. É importante destacar que o setor de serviços é considerado o maior da economia americana e já vem recebendo atenção especial também do governo brasileiro. Atritando a educação ao setor de serviços, já que, segundo a OMC, ela deve ser vista como mercadoria, a abertura de um mercado emergente como o Brasil pode representar muito lucro. Daí o interesse do governo americano em integrar o Brasil na ALCA e na OMC (OTRANTO, 2006, p.3).

Desta forma, no ano de 2005 o governo Lula através de um decreto¹⁶² regulamentou a oferta da educação a distância no Brasil e consolidou a “universidade aberta”, a qual era um sonho do ex-ministro da Educação Cristóvam Buarque (OTRANTO, 2006).

Este Decreto, em conjunto com a Lei das Parcerias Público-Privadas, consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro, com algumas poucas restrições que podem ser facilmente superadas no decorrer do processo (OTRANTO, 2006, p.9).

A educação a distância constitui-se em mais uma estratégia de mercantilização e privatização da educação, configurando um aligeiramento da formação profissional e é explicada a partir da crescente desresponsabilização do Estado com o ensino superior público.

A questão da influência das políticas neoliberais na universidade são claríssimas, o impacto. Eu vou te dar um exemplo bem claro entre os docentes: educação à distância é hoje na nossa área de educação... que a educação sempre era um reduto crítico, mais fácil de mobilização; desde as políticas da lógica do documento do BM; claro, buscar as formas alternativas de formação em nível superior mais rápidas, mais baratas, cursos seqüenciais, educação à distância, o normal superior que é uma proposta dentro desse contexto que não pegou nas Universidades Estaduais Paulistas, mas entrou educação à distância, que hoje é uma coisa muito concreta. Os docentes hoje da UNESP participam, não por convicção nessa nova modalidade de educação, mas porque eles ganham alguma coisa. Num primeiro momento ganhavam razoavelmente muito bem prá participar de um projeto como esse, como foi o PEC Formação Universitária, depois Pedagogia Cidadã e agora na UNESP, Pedagogia Virtual com a criação de cinco mil vagas.¹⁶³

Conforme Roio (2008), a formação de educadores e pesquisadores com potencialidades de intervenção na riqueza produzida pela sociedade enquanto meta da universidade, deveria passar pela etapa da formação humana, científica e técnica, sendo que o convívio universitário seria insubstituível. “Tudo no contexto do globalismo neoliberal, do mercado, do privatismo, da economia ela mesma. Nada de cultura, de autonomia, de subjetividades coletivas”.

Segundo o ANDES-SN (2008), há cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação lato senso e graduação à distância e seqüencial em universidades públicas, a qual é feita através

¹⁶² Decreto nº 5622, de 19 de dezembro de 2005.

¹⁶³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

das fundações privadas existentes nestas instituições, contrariando o artigo 206 da Constituição Federal, o qual institui a gratuidade do ensino público em universidades públicas.

A dimensão estatal/mercantil abriu a brecha para o autofinanciamento das IFES e o complemento salarial dos docentes por meio de trabalhos extras relacionados ao trinômio ensino, pesquisa e extensão, bem como instituiu um processo de financiamento público voltado para os problemas imediatos do setor produtivo e da sociedade civil (SILVA JR. e SILVA, 2009, p.55).

O governo Lula ainda regulamentou através de Decretos¹⁶⁴, a oferta de educação profissional tecnológica de graduação e a articulação entre os ensinos médio e técnico, que prevê a possibilidade de progressão na formação e na certificação mantendo a estrutura em módulos de organização da educação profissional, a qual foi muito criticada pelos educadores. Os CEFETs foram elevados para a categoria de instituições de ensino superior e os cursos tecnológicos obtiveram o status de cursos de graduação e de pós-graduação (OTRANTO, 2006).

Em abril de 2007 o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação, que é constituído por um conjunto de decretos que dá continuidade de forma autoritária à reforma universitária já implementada anteriormente, a qual beneficia o setor privado através do PROUNI e da Lei de Inovação Tecnológica (ANDES-SN, 2007).

A educação-mercadoria é a forma de privatizar o “serviço” educação, alvo do empresariado do ensino, interessado na organização do setor como atividade comercial. Não interessa a esta nova burguesia de serviços a existência de qualquer mecanismo de controle estatal sobre o campo educacional. Suas propostas estariam, portanto, em total acordo com os pressupostos do neoliberalismo: desregulamentação estatal e livre-ação das “forças do mercado (MINTO, 2008).

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE contempla o REUNI¹⁶⁵, o qual trata-se de uma coerção com graves riscos para as universidades federais, pois as verbas não ultrapassam 10% a 20% do que é atualmente utilizado pelas universidades federais, sendo que há o propósito de uma expansão de 100% no ingresso e 200% nas matrículas. Para cumprir a meta do programa o governo também instituiu o “banco de professores equivalentes”¹⁶⁶, a fim de manter o mesmo quadro de docentes vigente hoje (ANDES-SN, 2007).

Em contrapartida, o REUNI possibilitou, desde o ano de 2003, a criação de 104 novos campi de universidades federais e, somados aos 151 já existentes, estão presentes em 235 municípios do país (MEC, 2009).

¹⁶⁴ O Decreto nº 5154 de 20/07/2004; o Decreto nº 5225 de 01/10/2004 e o Decreto nº 5254 de 01/10/2004.

¹⁶⁵ O Decreto nº 6.096 de 24/04/2007 instituiu o Programa a Planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais – REUNI.

¹⁶⁶ Trata-se da Portaria Normativa Interministerial nº 22, de 30/04/2007.

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), houve um incremento de 21.513 novas vagas na graduação presencial e a distância, ou 12,2% em relação a 2007. Como consequência, a quantidade de candidatos por vaga diminuiu nessas instituições. O Censo 2008 revelou um aumento de 10,1% no número das matrículas em graduação presencial vinculado a instituições federais (IFES) em cidades do interior (INEP, 2009).

Por outro lado, as mudanças na Educação Superior pública, tais como o PROUNI, configuram-se em políticas educacionais de caráter neoliberal, ou seja, promovem a transferência de verbas públicas concedendo isenções de impostos às faculdades do setor privado.

O PDE tornou-se um investimento para o setor privado visto que o governo poderá dar um prazo de dez anos para que as faculdades privadas saldem dívidas pendentes com a Receita Federal, sendo que o juro será da ordem de 12,5% ao ano (ANDES-SN, 2007).

Sendo assim, o marco referencial do objetivo do trabalho acadêmico que deveria ser e deve ser a necessidade da sociedade, passa a ser a proposta política do governo referenciada nos interesses econômicos do mercado.

O sistema de ensino público no Brasil vem sendo coerentemente desmontado e esse desmonte é visto com crescente naturalidade. Tudo parece se encaixar nessa era de discurso único. Se o mundo está globalizado, por que produzir tecnologia que se pode comprar mais barato? Se a medida da eficiência é dada pelo número de alunos, de teses, de dissertações, de *papers*, por que pensar em termos de uma Universidade pública e gratuita, quando é tão mais fácil (e objetivo, dizem) fazer cálculos em termos puramente quantitativos? Se o país é carente de recursos na educação fundamental, por que não tirar recursos de uma Universidade perdulária e anacrônica, que ainda professa valores como a cidadania e a formação reflexiva, conceitos superados pela inevitável globalização do capital? (ADUNICAMP, 2002, p.30).

Em relação à política de avaliação da pós-graduação, as agências de fomento impõem uma verdadeira maratona ao docente, a fim de que este possa cumprir com as exigências instituídas por estas agências. Em grande medida os projetos não são aprovados e, quando são, os cortes orçamentários acabam por inviabilizar a pesquisa, gerando um estado de acentuado cansaço e estresse. Concomitante a isso, o docente é continuamente submetido a avaliações constantes, em grande medida pelos próprios colegas sempre que: remete artigos para periódicos, apresenta projetos de pesquisa às agências de fomento, quando envia o resultado de suas pesquisas para eventos científicos, quando necessita viajar para congressos, etc. Tudo isso acarreta ter que conviver num ambiente de extrema competição, com poucos recursos para pesquisa, atender e submeter-se aos prazos, conciliar atividades da academia, insegurança em relação ao seu futuro (BITTAR, 2008). A autora propõe que a atual política de avaliação da CAPES seja repensada.

As políticas emanadas do “Estado Avaliador” devem ser discutidas e refletidas pelos docentes-pesquisadores, pois em verdade, essas políticas deixam de centralizar-se nas necessidades do homem, nesse caso, do professor da pós-graduação, para focalizarem-se nas necessidades do mercado e dos organismos internacionais, cujas orientações deixam de incorporar a identidade dos programas de pós-graduação, em particular, e da educação brasileira. A docência universitária realizada por aqueles que são, também, pesquisadores, está se desenvolvendo muito mais no sentido de legitimar o “Estado Avaliador” e as políticas emanadas para a avaliação da pós-graduação, do que propriamente na direção de uma produção qualificada e consistente. A sobrecarga de trabalho a que está submetido esse tipo de docente, raras vezes oferece momentos de realização, apesar de a universidade ser reconhecidamente o lócus do trabalho livre, autônomo e criativo (BITTAR, 2008, p.242-243).

Após a análise dos depoimentos vimos que essa questão da avaliação produtivista surgiu espontaneamente entre todos os docentes que foram entrevistados nas universidades pesquisadas denotando também uma postura de submissão da categoria em relação ao sistema instituído, o que se configura numa verdadeira despolitização.

O papel da política governamental e das administrações universitárias é: ocupe-se e cuide, explícita e especificamente da tua área de saber. É um massacre cada vez maior em termos de demanda, avaliação, projeto, etc e tal que, efetivamente, não dá espaço para que as pessoas reflitam hoje de forma abrangente sobre a sua área de saber, quanto mais sobre as questões gerais da sociedade. O docente atualmente está cada vez mais fazendo atividade acadêmica de modo acrítico e absolutamente fracionado e não universal. A sociedade mundialmente tem passado por um processo enorme de despolitização, onde existe uma liga mestra de interesses econômicos e políticos, sendo que cabe às pessoas apenas um papel executivo e não de protagonista, no sentido de que a sociedade tenha mais controle sobre o seu destino e sobre a sua forma de organização.¹⁶⁷

Dessa forma continua o processo de diminuição de verbas para o ensino superior e a implementação das políticas educacionais ditadas pelos organismos internacionais num transparente descompromisso do Estado para com as universidades públicas. Basicamente, o eixo da reforma universitária é o não financiamento das universidades públicas e a transferência de recursos públicos para o setor privado, configurando numa mercantilização da educação.

Em suma, a política para a educação superior no governo Lula tem se mostrado bastante ambígua, tanto no discurso como na práxis. No discurso presidencial, por um lado, afirma a educação superior como um bem público imbuído de função social, mas, ao mesmo tempo, justifica, constantemente, seu gasto por trazer um retorno econômico futuro à sociedade, nos moldes da lógica do investimento em capital humano, enfatizada nos documentos do BIRD (CARVALHO, 2008, p.209).

O governo Lula, seguindo as diretrizes do Banco Mundial, está promovendo um aumento considerável da privatização do ensino superior público, bem como impondo a lógica do mercado para a educação, sob a aparente democratização do ensino para as parcelas mais carentes da

¹⁶⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente ADUSP em 18/03/2009.

população por intermédio do PROUNI, fundos de financiamento estudantil, cursos seqüenciais, educação superior à distância, etc (LIMA, 2007).

A reformulação da educação superior em curso não só mantém como aprofunda o padrão dependente de educação superior historicamente vigente em nosso país. Desta forma, são realizadas reformulações que não alteram o papel histórico da universidade brasileira de transmissão e adaptação de conhecimentos, mantendo sua função de conformação dos trabalhadores à ordem burguesa. Esta reformulação aprofunda a dependência econômica, política e a heteronomia cultural, mantendo a universidade tutelada, a partir de fora, pelos países imperialistas, e de dentro pela própria burguesia brasileira, na medida em que define como função da educação superior a transplantação de conhecimentos e a adequação de “mentes e corações” ao projeto burguês de educação e de sociabilidade (LIMA, 2007, p.220-221).

Por outro lado, os governantes não investem na expansão do ensino superior público presencial e de boa qualidade, sendo que o pouco que realizaram foi sem uma garantia de recursos regulares. Dessa forma, o governo concebe a idéia que o ensino à distância é uma alternativa válida, senão a única para que se concretize uma expansão desse ensino no Estado de São Paulo (MINTO, 2008).

As mudanças na educação superior nas últimas décadas estão consubstanciadas em princípios e diretrizes enraizadas no neoconservadorismo do Estado e nos problemas da economia capitalista. É importante salientar o não reconhecimento da educação superior como direito de cidadania e a teoria de que o ensino superior é uma mercadoria que poderá ser adquirida no mercado educacional (SGUISSARDI, 2006).

Esta tese e a de que a crise da economia dos anos 1970 se deveu aos compromissos com os direitos do trabalho do Estado Providência, que sugere a redução do Estado no campo das políticas sociais, são argumentos utilizados para *recomendar-se*, por um lado, a deserção gradativa do Estado de sua responsabilidade pela manutenção e expansão desse nível de ensino e, por outro, a liberalização comercial dos serviços educacionais, como empreendimento com fins lucrativos, e incentivo ao seu empresariamento e privatização, na esteira da mercantilização do conhecimento (SGUISSARDI, 2006, p.64).

Em relação à expansão de cursos e vagas promovida nas Universidades Estaduais Paulistas, é fato que o governo não direcionou um aumento de recursos para estas universidades, conforme os entrevistados:

Na UNESP no momento em que deveria haver todas as contratações¹⁶⁸, não veio um centavo a mais dentro da cota parte do ICMS. Criou-se um outro modelo de universidade, conciso e econômico. Se você for olhar pro modelo seguido, para as definições do BM para os países do terceiro mundo é: enxugue a máquina, não contrata tantos profissionais, terceiriza e professor contrata de forma precária. Então, é contra esse modelo que algumas ações foram feitas, inclusive na justiça, para barrar esse processo: o neoliberalismo sendo implementado na universidade.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Abordaremos a questão dos quadros funcionais das universidades no capítulo V.

¹⁶⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

O quadro que se delinea atualmente é uma expansão de vagas nas três universidades paulistas sem recursos definidos, ou seja, com o mesmo percentual de financiamento definido na LDO de 1994, de 9,57% do ICMS. Por outro lado, os investimentos do país em educação continuam na faixa de 4% do PIB, não tendo o governo Lula cumprido o compromisso de suspender o veto do governo FHC aos 7% previstos no Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional (os movimentos na academia reivindicam 10% do PIB).

Uma expansão simplesmente quantitativa não preserva a qualidade, descaracteriza a verdadeira tarefa da Universidade. Os governos tem trabalhado para construir na população a imagem e a crença de que uma simples expansão quantitativa resolve os problemas educacionais. Na verdade trata-se de uma falsa universalização do saber e das possibilidades futuras em relação à alocação dos jovens no “mercado” de trabalho (DIAS, 2008, p.24).

O projeto de expansão de vagas nas universidades públicas foi realizado de forma concisa e com baixo custo nos setores de interesse do mercado, configurando-se numa política imediatista, sem os recursos necessários, visando ganhar eleitores e, sobretudo, não se considerando a produção do conhecimento na academia (PRADO JR e MENDONÇA, 2007).

Nesse cenário é que navega a Universidade pública e a UNESP. Limitada na sua capacidade e decisão de aprofundar a democracia, ampliar a autonomia e o seu caráter público, o refluxo que alcançou a vida social e política do Brasil não poderia deixar de incidir sobre a vida universitária. O congelamento nos investimentos implicou gigantesca privatização da Universidade em termos de vagas oferecidas e formas de difusão do saber, com a abertura de sem número de empresas de ensino de baixa qualidade. A Universidade assim privatizada é instrumento decisivo de difusão ideológica do privatismo contra a esfera pública. Assim pressionada, sem verbas, acusada de ineficácia e sob cerco das empresas privadas de ensino, a Universidade pública cede e se deixa privatizar ela mesma assim como permite a corrosão da sua autonomia. Os próprios profissionais que deveriam defender a Universidade como bem público e universal traem a sua missão (ROIO,2008).

Recentemente, no primeiro dia do Governo de José Serra, em 2007, foi baixado o decreto nº 51.461/07, o qual cria a Secretaria de Ensino Superior e vincula as Universidades Estaduais Paulistas a este órgão, sendo que este decreto demonstra claramente uma intervenção na autonomia científica e pedagógica nas universidades, pois a Secretaria tem como uma de suas atribuições propor diretrizes para o ensino superior em todos os níveis, conforme afirma o Fórum das Seis:

Ataca a autonomia universitária; desconhece a pesquisa básica, privilegiando a “operacional”; ignora o tripé que caracteriza as universidades – Ensino/Pesquisa/Extensão; sequer prevê o financiamento das universidades e nem sua articulação com a educação básica (Fórum das Seis, 2007).

Posteriormente, foi lançado também o decreto nº 51.471/07, o qual dispõe sobre a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta e dá providências correlatas: “Veda, por tempo indeterminado, a admissão ou contratação de pessoal no âmbito do Estado, atividades agora ainda mais centralizadas no Executivo, via Secretaria de Gestão Pública” (Fórum das Seis, 2007).

(...) Mudanças na estrutura universitária do Estado de São Paulo são implementadas por decreto; as universidades são jogadas de um lugar para outro sem qualquer análise e anuência prévia; seu órgão principal de articulação política é modificado ao sabor de interesses difusos e externos às instituições; seus Conselhos Universitários – órgãos máximos de decisão no interior das universidades – são sumariamente desconsiderados; os recursos orçamentários das três universidades são parcialmente contingenciados e elas ficam obrigadas a solicitar autorização prévia para remanejamento dos mesmos. Tudo fere profundamente a autonomia universitária garantida pela Constituição Federal (MEGID NETO, 2007).

Esses e outros decretos¹⁷⁰ posteriormente apresentados se configuram, direta e indiretamente, na adesão de ações neoliberais nas universidades públicas, pois fragmentam a educação, ameaçam a autonomia, proíbem a contratação dos quadros, não consideram o ensino, a pesquisa e a extensão, etc.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, estabelece que as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É uma conquista enorme de amplos setores da sociedade brasileira. (...) Isso permite que as Universidades possam existir sem ingerência direta na vida acadêmica das esferas política e econômica. (...) A cada momento nos deparamos com forças externas e internas à Universidade que ameaçam a autonomia, por essa razão, a autonomia precisa ser construída na prática. Eu diria que a luta pela autonomia universitária é uma luta permanente.¹⁷¹

Devido aos decretos do governador José Serra, em 25 de abril de 2007 ocorreu uma grande manifestação pública em frente a ALESP com mais de 12 mil professores¹⁷² e, também em decorrência dos decretos, as Universidades Estaduais Paulistas realizaram uma forte greve em protesto com a adesão dos docentes, funcionários e alunos. A mobilização das Universidades acarretou uma reação do governo que publicou um documento que ficou conhecido como “decreto declaratório”.

Embora a publicação do Decreto Declaratório deva ser entendida como uma vitória do movimento de greve das três universidades, o golpe se consolidou. O governo manteve aprovada uma parte dos decretos, podendo voltar à ofensiva. Além disso, não ampliou recursos na votação da LDO. Também continuou com a expansão irresponsável, sem verbas, do ensino técnico e tecnológico (PRADO JR, 2007, p.39).

¹⁷⁰ Ver a síntese dos decretos: nº 51.460/07, 51.636/07 e 51.660/07 do governador José Serra nos anexos.

¹⁷¹ Depoimento de José Roberto Zan, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.179.

¹⁷² Conforme dados ADUNICAMP (2009).

Ainda em relação ao decreto declaratório do governo José Serra:

Os decretos foram modificados, as universidades saíram do campo da atuação da Secretaria de Ensino Superior que, na verdade, hoje, nem sei efetivamente, se tem existência real e se está operando efetivamente, e isso foi um marco total. A gestão financeira das universidades continuou sendo tratada nos procedimentos operacionais do cotidiano, fora da gestão centralizada da Secretaria da Fazenda e o decreto do Serra fazia vinculação de todos os ordenamentos de despesas, etc, vinculando à Secretaria da Fazenda; e isso seria um desastre efetivamente, pras universidades; isso não ocorreu e não ocorreu porque ele teve que recuar, dada a reação que gerou na comunidade acadêmica.¹⁷³

A partir de todo o exposto podemos vislumbrar alguns fatores constituintes da Reforma da Educação superior implementada pelos governos nas últimas décadas: contingenciamento de gastos, enfoque da eficácia empresarial sobre as universidades públicas, promoção da flexibilização do trabalho nestas universidades, venda de serviços educacionais e de patentes, transferência de verbas públicas para instituições privadas, integração entre universidade e setor privado, dualidade do ensino superior, promoção do empreendedorismo docente, entre outras.

Examinando o panorama universitário brasileiro atual vemos que graças à ação dos nossos governantes a universidade pública veio sendo decenalmente congelada ao mesmo tempo em que tem sido e vem sendo permitida e estimulada a construção de uma rede privada de “ensino superior” que, salvo as raras e honrosas exceções conhecidas, não forma nem pesquisadores, nem cidadãos críticos, mas que acabou por criar um poderoso ramo da burguesia que vive dessa expansão às custas dos chamados poderes públicos e que atuam poderosamente nos organismos que definem os “marcos regulatórios” da educação. Esta é uma das chaves para a compreensão do problema. Formar indivíduos críticos significa criar as condições de uma sociedade democrática (DIAS, 2008, p.24-25).

As políticas de Educação implementadas pelo Estado irão definir a sobrevivência da Universidade pública, a qual necessita de investimento público para manutenção da infraestrutura, remuneração dos quadros e investimento para a pesquisa, sendo que se não houver essa contra-partida o mercado tomará conta da universidade, com prejuízos para toda a sociedade. Dessa forma, para enfrentamento desse contexto é necessário que haja uma organização dos setores envolvidos para que seja recuperado o papel do Estado de manutenção das políticas públicas, entre elas a de prover, a contento, a educação pública de nível superior.

3.3 - A Reforma da Previdência no Governo Lula.

A polêmica em torno da Reforma da Previdência nos remete a questionar o papel do Estado enquanto promotor de políticas públicas e suas funções para com a sociedade.

¹⁷³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

Diferentemente da reforma realizada em 1998, a qual promoveu alterações no Regime Geral da Previdência Social¹⁷⁴, o foco nesta reforma do governo do presidente Lula recaí, principalmente, sobre a aposentadoria do setor público.

De acordo com Dart (2002), nas últimas décadas os sistemas previdenciários estão sendo tema de debate em todo o mundo. No Brasil, assim como na maioria dos países, está ocorrendo um processo de envelhecimento da população. A expectativa de vida subiu de 42 anos na década de 40 para 68 anos em 1996 e, segundo dados do IBGE, em 2020 a expectativa de vida será de 76 anos. “Esta alteração da estrutura etária da população brasileira torna insustentável a manutenção do sistema previdenciário de repartição” (DART, 2002, p.2).

Ainda, conforme Gentil (2007a), o debate sobre a Previdência Social no Brasil perdurou em torno de que este é um sistema que apresenta déficits de grande amplitude. Esse déficit teria crescido rapidamente nos últimos anos devido o forte aumento da despesa, e se tornaria mais amplo de acordo com o crescente envelhecimento da população, caso alguma providência não fosse tomada. A essa questão somam-se outros fatores que causariam o desequilíbrio financeiro no sistema, a saber: o aumento do salário mínimo, aposentadorias precoces por tempo de contribuição, benefícios (considerados privilégios) para trabalhadores do setor rural, mulheres e professores, sobreposição de benefícios (aposentadoria e pensão) para um mesmo indivíduo, benefícios de valor elevado não compatíveis com a capacidade produtiva da economia e limitação do orçamento público, renúncia de receita, sonegação e evasão fiscal, e, altos custos administrativos. Tudo isso levaria a uma crise financeira na Previdência Social construindo-se, assim, um contexto de urgência para se proceder a reforma.

3.3.1 Os antecedentes da reforma.

A Previdência Social brasileira foi criada na década de 1930 com os institutos de aposentadoria e pensão, sendo que em 1966 ocorreu a criação do INPS e seus recursos foram desviados para a construção de várias obras por inúmeros governos. O artigo 194 da Constituição de 1988 refere-se ao conceito de Seguridade Social, o qual compreende as aposentadorias, pensões, auxílio doença, salário maternidade, salário família, SUS e outros garantidos pelo RGPS. Tem direito ao amparo do RGPS os trabalhadores com carteira assinada, os temporários,

¹⁷⁴ Em fins de 2006 o RGPS mantinha 24,5 milhões de aposentadorias e pensões, sendo que 14,3 milhões correspondiam aos trabalhadores urbanos; 7,3 milhões aos do setor rural e 2,9 milhões aos grupos mais vulneráveis, especialmente do BPC/LOAS (FAGNANI, 2008).

domésticos, avulsos, contribuintes individuais, bem como os segurados considerados especiais: trabalhadores rurais, índios, quilombolas que laboram na economia familiar (CONLUTAS, 2009).

Porém, vale ressaltar que no Brasil houve um desmonte da Constituição Federal de 1988 no que diz respeito à Seguridade Social. A partir de 1990 o Executivo federal passou a encaminhar propostas de emenda constitucional sempre visando alterar a Seguridade Social.

De acordo com Munhoz (2003), na segunda metade dos anos 1980 já começou-se a mencionar a questão da Previdência Social e essa questão tomou um ímpeto maior no governo Collor. Com uma política nos anos 1990 contra a Previdência, ocorreu um aumento nos pedidos de aposentadoria, tanto no setor privado quanto no público, provocando um aumento dos encargos com aposentadoria. A técnica que se utilizou foi execrar o funcionalismo em geral, as aposentadorias, a Previdência Social, etc, e, em seguida, lançar as propostas de mudanças. Eram propostas que negavam até os direitos adquiridos, os direitos garantidos na Constituição. Isso trouxe, como já foi dito, um aumento muito grande nas aposentadorias. Enquanto cresceram as despesas com a aposentadoria, usaram o argumento de que o sistema custava muito caro, etc. Foi no governo Collor e no governo de Fernando Henrique Cardoso que se construiu uma série de argumentos para mobilizar a população contra a Previdência e contra os funcionários públicos.

Foi em 1994, na gestão Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, que o reajuste dos valores dos benefícios foi desatrelado do reajuste do salário mínimo. Foi criado também o Fundo Social de Emergência, medida que possibilitou ao governo desviar 20% da arrecadação da Seguridade Social para o pagamento da dívida pública (CONLUTAS, 2009).

Portanto, em nosso país, tem sido frequentes as mudanças na Constituição, não para assegurar direitos e sim com o objetivo de restringi-los ou, até mesmo, suprimi-los. Em muitas vezes as mudanças nas regras constitucionais coletivas esbarram com os direitos adquiridos das carreiras que compõem os servidores públicos. É esse desmonte que o governo vem praticando ao longo do tempo.

O pano de fundo para a compreensão da atual questão financeira da Previdência Social é presença de dois movimentos com vetores opostos: a consolidação do sistema de proteção social conquistado pelo movimento social em 1988 coexistiu com a degradação das bases financeiras do Estado, consequências das opções macroeconômicas adotadas, sobretudo, a partir do início da década de 90 (FAGNANI, 2008, p.2).

Se realizarmos uma análise dos anos que se seguiram pós a Constituição de 1988 até nossos dias veremos que, após ela, todo o setor conservador do país se organizou e se estruturou

no sentido de desconstruir os avanços que foram construídos no caminho da democracia e da pluralidade.

Durante o governo de FHC, em 1998, houve uma primeira reforma na Previdência com a alteração na forma de cálculo do tempo de aposentadoria. O tempo de serviço foi substituído pelo tempo de contribuição, impondo a obrigação de comprovação do trabalho e da contribuição, pelos trabalhadores, quando anteriormente essa prova era dos patrões. Na seqüência, FHC instituiu o fator previdenciário¹⁷⁵, o qual afirma que a aposentadoria é concedida através da análise de três fatores: a idade, o tempo de contribuição à Previdência e a expectativa de sobrevida¹⁷⁶ do trabalhador. FHC também alterou as regras da aposentadoria especial (CONLUTAS, 2009).

O retrocesso na Reforma da Previdência em 2003 é o retrato mais pungente desse processo e dessa desconstrução, ou seja, de se desconstruir o que estava registrado na Constituição. No governo do presidente Lula, continuou-se na mesma linha de execração do funcionalismo público. Conforme Boito Jr.:

Em meados de 2003, para tocar adiante a reforma fiscal da previdência, quase toda a equipe do governo Lula passou a enfatizar a crítica aos chamados privilégios do servidor público. Seus ministros – Palocci, Gushiken, Berzoini e Guido Mantega – se revezam na crítica e na ofensa aos servidores públicos e aos aposentados em geral, apresentados à nação como trastes indesejáveis (BOITO JR, 2003b).

No processo de Reforma da Previdência deveria ter sido levado em conta que existem diferenças fundamentais entre as diversas categorias do serviço público. A cautela seria necessária para permitir que se fizessem estudos mais aprofundados e discussões mais particularizadas com as entidades de diversos segmentos, não só do funcionalismo público, mas de toda a sociedade para que todos pudessem ter participado de sua elaboração.

A Emenda Constitucional nº 40, que reformulou a Previdência Pública do Brasil, foi apresentada pelo governo em fevereiro de 2003. Desde então, as reações de incredulidade e rejeição foram imediatas e sucessivas, tanto de entidades sindicais e políticos, como de todo o conjunto do funcionalismo público estadual, federal e municipal.

¹⁷⁵ Lei nº 9.876, a qual diminui o valor do benefício conforme a idade, com prejuízo dos que iniciaram o trabalho muito jovens (CONLUTAS, 2009).

¹⁷⁶ Sobrevida seria o tempo de vida que o povo brasileiro ainda terá, conforme a estimativa do IBGE, após uma certa idade (CONLUTAS, 2009).

Essa reforma previdenciária é a mesma que o FMI prescreveu a diversos outros países e o governo teve pressa em implementá-la, porque a reforma constava do “memorando técnico de entendimentos” pactuado com o FMI como condição para a liberação de empréstimos ao Brasil.

O funcionalismo combateu essa reforma em várias frentes. O governo federal, os governos estaduais e a mídia tentaram transformar os funcionários públicos nos grandes vilões do rombo da Previdência, querendo fazer com que a opinião pública acreditasse que os funcionários públicos eram “marajás” e que os direitos adquiridos não passavam de “privilégio”. Na verdade, como já mencionado, a imagem do funcionário público vem sendo comprometida ao longo dos governos Collor e FHC, sendo que o servidor público passou a ser visto como ineficiente e oneroso. A desvalorização do servidor público está relacionada à constante redução de direitos. Em troca o funcionalismo público não ficou emudecido e todas as suas categorias lutaram unidas contra essa reforma indo mobilizadas para as ruas. Ocorreram as maiores manifestações públicas que esse governo já enfrentou, conforme será abordado mais adiante.

Segundo informação da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais, o contingente de funcionários públicos no Brasil é de apenas 4,7% da população, sendo 7,2% nos EUA, 8,6% no Reino Unido, 7,9% na Alemanha, 14,9% na Suécia, 18,8% na Dinamarca e 19,8% na Noruega.

A questão do financiamento da Previdência Social está relacionada à diminuição das fontes de financiamento, acarretadas pelas ações macroeconômicas que foram implementadas nas últimas décadas, as quais promoveram um contínuo e diminuto crescimento do PIB¹⁷⁷ e desestruturaram o mercado de trabalho. O desemprego, o trabalho informal e a diminuição dos rendimentos suprimiram o bolo sobre o qual baseiam-se as contribuições (FAGNANI, 2008).

Como se sabe, o Brasil acumula 26 anos de estagnação da economia e mais de uma década de ajustes liberalizantes. Esse quadro tem apresentado crescentes limites financeiros para a manutenção das conquistas no campo da proteção social. Faltou, portanto, avançar na construção das bases financeiras que dariam sustentação para a cidadania recém conquistada [com a Constituição de 1988]. Esse é o pano de fundo para se compreender a real questão do financiamento da seguridade social (FAGNANI, 2008, p.4).

Também, de acordo com Dart (2002, p.35), “os crescentes déficits no sistema público de Previdência são, em parte, resultado de um processo de informalização da economia. A parcela de trabalhadores autônomos é cada vez maior, bem como o número dos que optam por não

contribuir para o INSS”. Conforme Fagnani (2008), fica evidenciada uma incompatibilidade entre as ações macroeconômicas e de reforma do Estado e o esperado desenvolvimento econômico com inclusão social, os quais não foram prioridade na agenda do governo. Conforme outro estudioso que corrobora da mesma arguição:

A crise econômica é que determina as alegadas dificuldades da previdência e não o contrário. A previdência depende do crescimento econômico e do mercado de trabalho e não o contrário. Inaceitável, portanto, que o ônus da crise, agravada sob as políticas neoliberais, recaia sobre os funcionários públicos (SILVA, 2004, p.233).

Na verdade o objetivo do governo com a Reforma da Previdência é beneficiar o setor financeiro e seus fundos de pensão abrindo o país para o enorme filão da Previdência privada e dos fundos de pensão. Com isso o Estado fica desobrigado de algo básico que está na Constituição, ou seja, a garantia da aposentadoria, da assistência à saúde, da educação.

Nós estamos, na verdade, diante de uma *contra-reforma da imprevidência*, de conteúdo fiscalista, que tira dos funcionários públicos para transferir recursos para o sistema privado de previdência, dos fundos de pensão, que de fato vão lucrar muito com essa proposta. Trata-se, portanto, de uma reforma privatista e que incentivará o sistema financeiro do país, imaginando com isso alavancar o capitalismo brasileiro, *associando sistema financeiro, sindicatos e fundos de pensão*” (ANTUNES, 2004, p.148). “... Esse governo, estranhamente vertebrado por um partido de trabalhadores, de fato, não está interessado na inclusão social e não está interessado em elevar os direitos de trabalhadores à categoria máxima que a civilização democrática permite (OLIVEIRA, 2003, p. 22)

Apesar de várias manifestações coletivas, em agosto de 2003 o Congresso Nacional votou o Projeto de Reforma da Previdência, a qual foi aprovada pela Câmara Federal em 27/08/2003, tendo recebido o nome de PEC-67/03. Os cinco pontos mais prejudiciais da reforma são: a paridade, taxaço dos inativos, redução das pensões, fim da integralidade salarial e a definição de teto único para os Três Poderes (Folha do Servidor Público, outubro/2003). “Em uma das mais longas sessões de votação do Senado, mais de oito horas, o texto-base da reforma da Previdência foi aprovado por 55 votos contra 25” (Folha do Servidor Público, dez/2003).

Para justificar a necessidade de se promover a Reforma da Previdência no Brasil, o Governo e os políticos utilizaram-se da mídia para demonstrar os custos elevados da aposentadoria dos servidores públicos.

Na época, o governo federal apresentou à sociedade dados incorretos com o objetivo de penalizar os funcionários públicos com a reforma, a qual foi proposta com a alegação de três

¹⁷⁷ “Entre 1980 e 2006 a economia brasileira se manteve estagnada. A taxa média anual de crescimento do PIB foi um pouco superior a 2%, contrastando com a média superior a 7% verificada entre 1945 e 1980” (FAGNANI, 2008, p.5).

fatores falsos, ou seja, o déficit da Previdência, a ameaça de “quebra” do país e a “satanização” do funcionalismo público, como poderemos ver mais adiante.

É importante ressaltar que aproximadamente dois terços de aposentadorias e pensões concentram-se na faixa de um salário mínimo, sendo que sem esse amparo o número de indivíduos que estariam na linha de pobreza seria 11% maior, bem como alcançaria mais de 42% da população do país. Nos nossos dias mais de 80% dos indivíduos de idade avançada recebem algum benefício e, devido a isso, o percentual de pobreza entre os indivíduos com mais de 65 anos é de apenas 10%. Em contrapartida, sem os benefícios da Previdência, mais de 70% dos indivíduos de idade avançada viveriam abaixo da linha de pobreza (FAGNANI, 2008).

Ainda, conforme pesquisa realizada por Gentil (2007b), nem a Previdência e nem o sistema de Seguridade Social implementado pela Constituição Federal de 1988 são deficitários, ambos são, superavitários, sendo que os recursos estão sendo direcionados para outros fins. As receitas da Previdência tem financiado vários tipos de despesas em órgãos e ministérios, bem como encargos da União (amortização da dívida pública e juros). A autora indaga ainda, como e porque então, foi construído esse clima de crise e urgência em torno dessa questão.

A PEC-40 transformou-se em PEC-67, mantendo o objetivo de transferir 670 bilhões de dólares para o sistema financeiro até 2010.

A proposta do governo atual de reforma da Previdência é uma proposta redutora, sobretudo porque ela adota a lógica da economia de recursos, adota um viés fiscal em vez de um viés social, de proteção social. Os custos para os trabalhadores serão muito altos, serão reduzidos direitos sociais conquistados por décadas de lutas. Desfigura ainda mais a Seguridade Social que está posta na Constituição como proteção social (ALVES, 2003, p. 56-57).

A democracia se fundamenta essencialmente na soberania popular e no respeito aos direitos humanos. A Previdência vale mais do que todas as privatizações realizadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e é uma ironia que tenha sido um governo do PT aquele que jogou o destino dos trabalhadores públicos nas mãos do capital financeiro.

Em todo o mundo as conquistas sociais estão sendo desbaratadas. O Estado do Bem-Estar Social está sendo mutilado no Brasil, em países da América Latina, Europa e Estados Unidos, sem esquecer é claro a Ásia e a África. No caso do Brasil estamos assistindo a um processo de desmonte radical do projeto nacional, montado entre os anos 30-64 (IANNI, 2003, p.13).

Vale mencionar que a situação de desemprego a nível mundial é explosiva, sendo que a população que vive do trabalho é de cerca de quatro bilhões de indivíduos. No entanto, quase um terço desse montante, encontram-se em trabalhos precarizados.

Neste sentido, a desestruturação do mercado de trabalho foi impulsionada pelo baixo crescimento da economia, sendo que no Brasil as condições de trabalho sempre foram injustas, com baixos salários, alta rotatividade, etc. Com o panorama de estagnação da economia durante 26 anos, essas características se acentuaram (FAGNANI, 2008). Portanto:

A maior eficiência financeira do sistema previdenciário – que é sempre desejável – não depende de corte de benefícios, restrições de direitos ou maior tributação. A questão fundamental para dar sustentabilidade para um sistema previdenciário é o crescimento econômico, porque as variáveis mais importantes de sua equação financeira são emprego formal e a renda média do mercado de trabalho. Só essa estratégia permitirá a incorporação ao sistema de uma parte significativa da classe trabalhadora que vive de empregos informais, sem cobertura previdenciária (GENTIL, 2007b, p.27).

A informalidade no Brasil vem ampliando-se e está em torno de 60% do total de trabalhadores. Um governo de esquerda deveria atuar visando a redução da jornada de trabalho, conforme a reivindicação dos trabalhadores em todo o mundo, porém, a reforma da previdência está impondo o contrário, ou seja, a ampliação do tempo de trabalho (ANTUNES, 2004).

No período recente, a situação dos complexos previdenciários continua ocupando o centro do debate público, pois os resultados aferidos ainda são preocupantes em dois sentidos: o fiscal e o social. Os problemas atuais, em grande medida, decorrem das intensas mudanças observadas nos mercados de trabalho, cujo cenário apresenta uma taxa de desemprego elevada, alto nível de informalidade e não-contribuição à previdência, aumento das ocupações instáveis e redução do assalariamento baseado em relações de trabalho estáveis e de longa duração (MATIJASCIC, 2007, p.211/212).

Cabe aqui lembrar que, procede-se a uma busca pelo ajuste fiscal através da extinção dos gastos sociais, sendo que, ultimamente apenas as políticas sociais focalizadas estão sendo implementadas, quando deveriam implementar políticas universais. Porém, “políticas de transferência de renda são mais baratas que políticas sociais que asseguram padrões mínimos de cidadania” (FAGNANI, 2008, p.23).

O cerne da questão do financiamento da Seguridade Social é a redução do patamar de receitas, decorrente do baixo crescimento econômico e seus impactos negativos sobre o mercado de trabalho. A alternativa mais promissora é crescimento da economia que ampliaria a inclusão social digna via o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, potencializaria as fontes de financiamento da Previdência Social (FAGNANI, 2008, p.23).

A atual política econômica, a qual prioriza o controle da inflação através da prática dos juros elevados, dificultará o desenvolvimento do país, bem como, essa prática por longos períodos, acarretará num futuro próximo, um elevado número de indivíduos sem direito à Previdência, os quais necessitarão da assistência do Estado para sua manutenção (GENTIL, 2007b).

Ainda, conforme Fagnani (2008) uma questão central nesse âmbito que não está se levando em conta é: “como incluir os excluídos?”. O autor refere que nas últimas décadas, em virtude da estagnação da economia, quase a metade da PEA é constituída de trabalhadores informais e desempregados, os quais não são contribuintes e não terão uma assistência satisfatória quando idosos e, neste sentido, pensar em alternativas para uma inclusão social torna-se o desafio central.

Por outro lado, a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) de 2009 demonstra que houve um aumento do percentual de empregos formais, de 58,8% em 2008 para 59,6% em 2009 (IBGE, 2009).

3.3.2 – As mudanças introduzidas pela Reforma da Previdência¹⁷⁸.

A Reforma da Previdência implementada em 2003 através da Emenda Constitucional 41 promoveu uma alteração no modo de cálculo dos proventos da aposentadoria: o servidor, ao invés de ter sua remuneração mantida, teve sua aposentadoria calculada com base na média aritmética dos valores sobre os quais contribuiu através do vínculo com a Previdência, ou a partir de julho de 1994, sendo utilizado 80% de todo o período e com base nos maiores valores atualizados mensalmente pelo INPC (HOLANDA, 2007).

As reformas efetuadas nos complexos previdenciários de países em desenvolvimento, em geral, e na América Latina, em particular, retraíram os direitos sociais, assim como ocorreu na maioria dos países de alto desenvolvimento humano pertencentes à OCDE (MATIJASCIC, 2007, p.211).

A última modificação que foi efetuada nas regras da Previdência ocorreu em junho de 2005, através da Emenda Constitucional 47, também conhecida como “PEC Paralela”. Segue as principais mudanças implementadas: abono de permanência, o qual traz a alternativa do servidor permanecer trabalhando, mesmo após ter adquirido os requisitos para se aposentar, isto é, idade e o tempo de contribuição. Caso ele faça essa opção, receberá de volta o que desembolsaria para a contribuição previdenciária.

Os servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998, poderão aposentar-se com salários integrais, caso preencham as seguintes condições: 35 anos de contribuição, se homem e 30 anos de contribuição, se for mulher; 25 anos de trabalho no serviço público, 15 anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; idade mínima

¹⁷⁸ Explicitarei aqui apenas as mudanças que forem pertinentes ao contexto das universidades públicas.

de 60 anos para homem e 55 anos para mulher, reduzida de um ano para cada ano de contribuição que exceder o mínimo necessário. No caso dos professores de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, os requisitos serão reduzidos em cinco anos.

- A idade para a aposentadoria compulsória dos professores do ensino superior passa a ser de 70 anos.

- Para o aposentado ou pensionista do regime público, que portar doença incapacitante, a contribuição à previdência será sobre o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da Previdência Social.

- Foi revogado o dispositivo que limitava o reajuste de aposentados e pensionistas, o qual significa o retorno da paridade entre ativos e inativos.

- Os aposentados também passam a contribuir com a previdência, dependendo do nível salarial em que estão. Caso recebam além do teto do Regime Geral da Previdência Social¹⁷⁹, passarão a contribuir efetivamente.

- A regra do direito adquirido preserva os direitos de quem já dispunha das exigências para a aposentadoria até dezembro de 2003, mesmo que o servidor permaneça ainda trabalhando. Nesta situação, os proventos são integrais ou proporcionais, baseando-se no último salário, devido constar a regra de proporcionalidade de 30 anos de serviço para o homem e 25 anos para a mulher.

- Outro modo de usufruir do direito adquirido seria a aposentadoria com salário integral desde que tenha 35 anos de serviço para o homem e 30 anos para a mulher; a aposentadoria proporcional do homem aos 30 anos de serviço e da mulher aos 25 anos; e a aposentadoria por idade com salário proporcional para a mulher com 60 anos e para o homem com 65 anos.

- Em relação à aposentadoria voluntária, por idade ou por invalidez, os salários serão calculados pela média aritmética. No caso de aposentadoria por invalidez proporcional, além da média aritmética, terá também a proporcionalidade do salário em relação ao tempo de contribuição.

- No caso das pensões, ocorreu uma redução nos proventos de 30% do que exceder ao teto do RGPS (HOLANDA, 2007).

Para os servidores públicos regidos pela CLT as dificuldades na aposentadoria são maiores, sendo que, geralmente os mesmos nunca chegam a atingir nem mesmo o teto do RGPS. No caso do homem: deverá ter 53 anos e 35 de contribuição e, para a mulher: mínimo de 48 anos

¹⁷⁹ O teto do RGPS para os regidos pela CLT é de R\$ 3.416,54 (fonte: DGRH, março/2010).

e 30 anos de contribuição. Caso a aposentadoria seja concedida por idade, o homem deverá ter 65 e a mulher 60 anos, tendo que ser pago um pedágio de 20% sobre o tempo de contribuição que faltava em 16/12/1998. No regime CLT não há aposentadoria compulsória, sendo que o servidor poderá aposentar-se e continuar trabalhando normalmente na Universidade.¹⁸⁰

O fator previdenciário criou dificuldades e limites para o acesso à aposentadoria. Uma sobrevida maior, conquista dos avanços obtidos até aqui pela humanidade, passou a ser motivo de punição. Se essa regra do fator previdenciário for mantida, dentro de algum tempo os trabalhadores, tanto homens como mulheres, somente conseguirão obter o valor integral da aposentadoria após os 65 anos de idade (CONLUTAS, 2009).

Devido às mudanças, a Reforma da Previdência foi considerada insatisfatória por diversos autores¹⁸¹ em virtude de não ter alcançado êxito no equilíbrio das finanças da Previdência e por configurar-se numa profunda injustiça, pois o trabalhador que se inseriu no trabalho ainda jovem terá que contribuir por maior tempo, até poder esperar a idade mínima para se aposentar com melhor salário.

As novas regras vem representando, com efeito, a imposição de perdas aos segurados, uma vez que o eixo da reforma foi o aumento da idade média de concessão do benefício, implicando extensão do período contributivo, redução dos gastos no curto prazo pela postergação da concessão e, redução dos gastos no longo prazo pela concessão por menor período (CECHIN apud SILVA, 2004, p.192).

Em junho de 2007 o governo criou a São Paulo Previdência - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e dos Militares do Estado de São Paulo.¹⁸² Com esta Reforma da Previdência mudou-se o conceito de uma previdência solidária baseada no regime de repartição, sendo este substituído pelo regime de capitalização, o qual não se dará em benefício dos trabalhadores. Para tentar justificar a privatização negam o conceito de “previdência social”, o qual, no Brasil, é indissociável da concepção constitucional de Seguridade Social.

A primeira reforma de Lula foi marcada pelas lutas dos servidores públicos, que realizaram as primeiras mobilizações contra o governo recém eleito. Lula iniciou o desmonte do regime próprio de previdência dos servidores públicos. Sua reforma abriu caminho para a privatização da previdência, com a instituição do teto para os benefícios e a criação da previdência complementar. Lula definiu em lei que obrigatoriamente um agente financeiro deve participar da constituição desses fundos, criando um mercado gigantesco para os banqueiros explorarem (CONLUTAS, 2009).

¹⁸⁰ Dados fornecidos pela DGRH/UNICAMP, março 2010.

¹⁸¹ Ver VELLOSO, R. Balanço da situação das contas públicas. RJ: Estudo apresentado ao Fórum Nacional INAE/BNDES, maio/1999 e OLIVEIRA F. E. B. e BELTRÃO, K. I. The Brazilian Social Security System. RJ:IPEA, texto n° 775. Ver ainda ANTUNES, (2004) e TAFNER, P. e GIAMBIAGI, F. (2007).

¹⁸² Lei Complementar n° 1010 de 01/06/2007.

Recentemente foi criado o “Fórum Nacional da Previdência Social”, o qual é composto pelo governo Lula, grandes empresários e dirigentes de entidades sindicais que apóiam o governo. Esse Fórum propõe nova alteração na legislação da Previdência, dentre as quais estariam: idade mínima de 65 anos para obter a aposentadoria com 40 anos, no mínimo, de contribuição, a não diferenciação de tempo para homens e mulheres, acabar com os tempos especiais dos professores e trabalhadores rurais, diminuição das pensões, desvinculação do valor do piso da previdência do salário mínimo, aumento para 70 anos o pagamento do benefício dos necessitados (CONLUTAS, 2009).

3.3.3 – As consequências da Reforma da Previdência nas universidades públicas.

A Reforma da Previdência encaminhada pelo governo Lula recebeu desde o início de suas propostas, muitas contestações e protestos de entidades sindicais, associações e da comunidade acadêmica em geral.

Ao manipular dados e conclamar a existência de um enorme déficit na Previdência, o governo incitou os trabalhadores do setor privado e toda a sociedade a ficarem contra o funcionalismo público. As instituições universitárias brasileiras são apresentadas pelo Banco Mundial como um luxo desnecessário, sendo que a mídia dissemina essa idéia para toda a sociedade. Ao invés de combater os verdadeiros inimigos do Estado, o atual governo suprimiu direitos históricos duramente conquistados através dos anos.

No contexto que estamos vivendo, que é um momento de acúmulo de forças, de resistência, de não perder direitos, mais do que talvez de avançar é não perder aquilo que já se conquistou. Depois de muita luta a gente tá conseguindo que todo mundo seja concursado aqui. Nós temos ido à greve quando é necessário ir à greve. Você entrega uma pauta de reivindicações com antecedência e não acontece nada, é um desrespeito total.¹⁸³

No Brasil o processo de desmonte dos direitos dos trabalhadores vem ocorrendo desde os anos 1970, inclusive o fato é que isso vem ocorrendo em escala mundial. Direitos que se imaginavam que já fariam parte da civilização, que estariam consolidados e incorporados na sociedade.

Os trabalhadores esperavam que a posição do governo do PT frente a reforma da Previdência e a legislação trabalhista, fosse de outra natureza. Essa reforma da Previdência imposta pelo governo, a qual apareceu com o objetivo de resolver um problema fiscal imediato,

¹⁸³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

na verdade, visa criar negócios, transferir renda para o capital, ou seja, para o setor financeiro. Sendo assim, o peso da estabilização financeira e monetária recai sobre as camadas mais pobres da população. Esse modelo adotado pelo Brasil foi um verdadeiro desastre em outros países da América Latina, a exemplo do Chile e da Argentina, onde direitos trabalhistas foram eliminados em nome de uma “justiça social” e equilíbrio de contas públicas.

“O governo contou com o velho preconceito da classe média e incutiu muito bem esse preconceito na classe operária, nos comerciários, nos bancários, tentando mostrar sempre o funcionário público com aquela imagem do estúpido barnabé...” (CANO, 2003, p. 17).

De acordo com Chauí, ao propor a Reforma da Previdência, o governo Lula abriu um abismo que o separou de setores intelectuais e militâncias sindicais que foram importantes na construção do PT e se organizou como oposição no interior da sociedade. Essa reforma produziu um corte político entre o governo e uma base de sustentação essencial, que será de graves consequências para o futuro. “Essa reforma é um enorme equívoco do governo. Abre uma contradição entre a sua proposta afirmada de inclusão e cidadania e uma proposta efetivada de exclusão” (CHAUÍ, 2003b, p.28).

A Reforma da Previdência rompe com os princípios de justiça e inclusão social incorporados, por força de ampla mobilização social, à Constituição de 1988, que garantiu, quanto à Seguridade e à Previdência Social, o modelo público, universal, solidário e distributivo. Essa reforma aprofunda o desmonte do setor público a partir do não incentivo e consequente enfraquecimento e retração das carreiras públicas que permitem ao Estado exercer seu papel de gestor da sociedade. Estão imbutidos na reforma o projeto de privatização da Previdência, bem como a transferência de recursos da ordem de bilhões de dólares da União para o sistema financeiro nacional e internacional.

Essa reforma, através da Emenda Constitucional 20, desconstitucionalizou, cassou e restringiu direitos sociais dos trabalhadores, tanto do serviço público quanto do privado”. Nesta emenda “... está posto o seu caráter privatista (por meio da previdência complementar), a lógica de estender ao máximo o tempo de trabalho do trabalhador e a redução do benefício de aposentadoria (ALVES, 2003, p.53).

Segundo Cano (2003), o governo iniciou o debate da reforma da Previdência, alegando que o déficit da Previdência alcançava cerca de R\$ 75 bilhões, tumultuou a opinião pública e esta manifestou seu menosprezo pelos funcionários públicos, que passaram a ser os causadores do déficit público do país, sendo que a mídia reproduziu a errada informação do governo .

Com isso, a sociedade foi levada a crer, através da mídia e da propaganda política, que o Sistema Previdenciário da época estaria falido, então a urgência em se agir para evitar que não houvesse condições de se pagar as aposentadorias. Ficaram encobertas a sonegação, as fraudes e a corrupção praticadas contra a Previdência, pois milhares de empresas deixaram de pagar sua cota previdenciária e não repassaram ao INSS a quantia descontada dos trabalhadores. Isso constitui um dos maiores problemas da Previdência no Brasil, pois essas fraudes, desvios e toda essa corrupção não obtém propostas de enfrentamento. Por outro lado essas mesmas empresas são beneficiadas com a renegociação de suas dívidas em prazos dilatados e com baixos juros num momento em que o discurso do governo era sobre o déficit da Previdência. Conforme segue:

É falso que a Previdência seja deficitária. Este argumento vem sendo construído, maliciosamente, pelo governo ao apresentar as despesas da Seguridade Social, que compreende os gastos com as garantias de saúde, previdência (aposentadorias e pensões) e assistência social, como se tivessem origem exclusiva com a Previdência (MOYSÉS, 2003, p. 72).

Assim sendo, incluir as despesas da Seguridade Social como um todo no déficit da Previdência foi um artifício do governo para manipular a opinião pública, pois a Seguridade Social engloba: a saúde pública, a Assistência Social e a Previdência Social.

Percebemos através do exposto que essa reforma previdenciária gerou um profundo sentimento de luto e decepção com o governo Lula, pois toda a sociedade não esperava que um governo “de esquerda” que haviam eleito, fosse trair os trabalhadores dessa maneira, e que os interesses prioritários para o governo continuam sendo os interesses do sistema financeiro, ou seja, da burguesia.

Para as universidades públicas as repercussões estão sendo bastante nocivas pelo esvaziamento de seu quadro docente e de funcionários e a política atual de não reposição. Na verdade, um dos principais problemas enfrentados pelo servidor público é a constante diminuição no seu quadro de pessoal e, no âmbito dos docentes, também ocorre o esvaziamento gradativo e a falta de reposição dos quadros. Essa insuficiência de quadros denota uma política de diminuição crescente da esfera pública, ou seja, a implementação do Estado mínimo.

A Reforma da Previdência também foi um impacto muito pesado dentro da Universidade, porque você tirou uma geração de docentes que ainda estavam no auge da sua formação, da sua produção, tanto científica, como também pessoas boas, comprometidas com a universidade, que se vêem obrigadas a se aposentar, prá não perderem seus direitos como trabalhadores; sem saberem se iam respeitar ou não, as reformas. Então, houve esse impacto e aí você tem dois movimentos: uma contenção na

contratação de docentes e você não tem uma reposição imediata desses docentes que se aposentaram, pelo menos da UNESP eu te falo que não.¹⁸⁴

Conforme Leher e Lopes (2008), as reformas na Previdência acarretaram um acentuado volume de aposentadorias de professores das IFES durante os governos de Collor, FHC e Lula, porém não ocorreu a contrapartida de concursos, procedendo-se a um crescente processo de contratação de docentes substitutos, os quais são desprovidos de direitos trabalhistas, mal remunerados e com extensas jornadas de trabalho. Isso acarreta um prejuízo nos cursos de pós-graduação pois:

O trabalho desses professores é centrado na sala-de-aula, desvinculado da pesquisa e da extensão, assim como das decisões da instituição. As conseqüências dessa precarização atingem também os professores efetivos que ficam mais sobrecarregados em termos de comissões departamentais, orientações de monografia, mestrado e doutorado, orientação de bolsas tipo PIBIC, bancas, etc (LEHER e LOPES, 2008, p.17).

Portanto, nas universidades públicas, com o passar do tempo, os baixos salários oferecidos e a crescente deterioração das condições de trabalho vem atuando negativamente sobre a dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa. Em conseqüência desse fator e da reforma previdenciária, teve início um processo de dificuldade para repor os quadros de qualidade, o que vem aprofundando o sucateamento da universidade pública e a submissão científica e tecnológica do país.

Na lógica do ajuste fiscal, as sucessivas mudanças na legislação previdenciária do setor público induziram a aposentadoria precoce de docentes, sendo que os mais qualificados vieram reforçar os quadros das instituições privadas, formando grupos de pesquisa de pós-graduação (CARVALHO, 2008, p.202).

Desde o início da reforma, na UNICAMP ocorreu uma avalanche de solicitações de aposentadoria precoces de profissionais altamente qualificados, provocando a perda de grande contingente de pesquisadores no auge de sua produção acadêmica pois, os docentes e também os servidores que poderiam requerer a aposentadoria, para não perderem direitos, anteciparam sua aquisição. Em 2003 houve 127 aposentadorias de docentes e 130 aposentadorias de servidores. Em geral, ao longo dos anos, o número de aposentadorias vem aumentando, sendo que não há, em contra-partida, uma reposição integral dos quadros¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

¹⁸⁵ Conforme dados do Anuário estatístico UNICAMP/2009.

A Reforma da Previdência também acelerou o processo de aposentadorias na UNESP, sendo que, naquela universidade, 113 docentes se aposentaram durante o ano de 2003 e entre os funcionários foram 228.¹⁸⁶

Desde a autonomia o percentual de docentes aposentados vem crescendo significativamente. Em 1989 o percentual de docentes aposentados era: na USP 14,30%, na UNESP 6,86% e na UNICAMP era 2,43%. Em 2007 os percentuais são de: 23% na USP, 25,34% na UNESP e 19,91% na UNICAMP (PRADO JR, 2007b).

Apesar de, durante todo o ano de 2003 e 2004 a comunidade universitária, juntamente com vários setores do funcionalismo público, empenharam-se na batalha contra essa reforma, resultando num significativo grau de mobilização, os movimentos não foram suficientes para barrar ou reverter a reforma. Apesar da sua implementação e sancionamento, posteriormente ocorreu a “PEC paralela”, a qual restituiu uma parte dos direitos que foram cassados, tais como a paridade entre os salários dos aposentados e do pessoal ativo.

Porém, com a reforma previdenciária, o governador Geraldo Alckmin implementou o desconto de 5% ao funcionalismo estadual com contratos regidos pelo RJU, como forma de contribuição previdenciária, alegando o déficit da Previdência Estadual. Anteriormente já se praticava o recolhimento de 6% para o IPESP e 2% para o IAMSPE e com o novo desconto de 5% no salário, totaliza-se um desconto previdenciário de 13%.

É importante ressaltar que, a Previdência Pública é fruto do sacrifício de milhares de trabalhadores que lutaram nos últimos 150 anos. Essa reforma constituiu-se num verdadeiro atentado do governo Lula frente aos direitos da classe trabalhadora brasileira conquistados depois de anos de luta pelos direitos sociais.

Dando continuidade à nossa pesquisa, explanaremos no próximo capítulo sobre os movimentos sindicais no setor público e nas universidades públicas.

¹⁸⁶ Conforme dados do Jornal ADUNESP nº 38 de Dez/2003.

CAPÍTULO IV– O MOVIMENTO SINDICAL NO SETOR PÚBLICO

A greve constitui-se num importante instrumento de luta da classe trabalhadora, principalmente porque é capaz de construir uma situação, em que é visível que a força de trabalho é imprescindível para dar continuidade ao processo de produção e à realização de serviços. Quando é bem organizada e com elevado nível de mobilização, agrega o poder de pressionar pelo atendimento de reivindicações salariais, por melhores condições de vida e de trabalho, por transformações políticas na sociedade, etc. Dessa forma, a greve constitui uma ação importante do processo de reconquista de cidadania dos trabalhadores, de garantia e de ampliação dos seus direitos sociais e políticos. Outrossim, as greves podem ser de caráter defensivo, no caso de recuperação de direitos cassados, ou de caráter ofensivo, para reivindicação de novas conquistas, sendo que as paralisações são consideradas como greves de advertência.

Na análise de Touraine (1977), os movimentos sociais são sempre, concomitantemente, defensivos, reivindicativos, e também contestatórios, ou seja, contra-ofensivos. O autor afirma que os movimentos sociais são voltados para uma “ação crítica”, ou seja, uma batalha contra uma ordem estabelecida. Essa “ação crítica” repousaria sobre a contradição e não sobre o conflito.

Conforme Pessoa (1995), as greves no setor público tem como causa, primeiramente, o fator salarial, devido a contenção nos gastos com recursos humanos. Em seguida, surgem os conflitos provocados por diminuição dos quadros, devido às privatizações, inexistência de negociação salarial e problemas referentes às condições de trabalho.

A greve no setor público configurou-se como instrumento eficaz de organização coletiva, com os servidores assumindo a defesa e manutenção dos serviços públicos, tais como educação, saúde, etc. Essa luta é construída através de atos e manifestações públicas de grande vulto, proporcionando a denúncia do descaso dos representantes do Estado para com os interesses da sociedade. As greves no serviço público são mais frequentes porque este setor apresenta algumas características, tais como a estabilidade no emprego, regras burocráticas de classificação, carreira, dificuldade e morosidade na negociação, etc.

A pesquisa dos movimentos no setor público¹⁸⁷, no nosso caso, exige uma contextualização histórica que abarque o processo de redemocratização do país, com o nascimento do novo sindicalismo e, mais recentemente, o impacto das políticas neoliberais no

¹⁸⁷ Ver também NORONHA, (1992) e NOGUEIRA, (2005).

mundo do trabalho, com a exacerbação do fator privado em detrimento do público. Não se pode ignorar a questão da heterogeneidade e das singularidades do trabalho neste setor.

As mobilizações, paralisações e greves no setor público são de ordem econômica, porém, principalmente de ordem política. Inicialmente elas tem, geralmente, como objetivo o fator econômico e a questão salarial, porém, também agregam a “bandeira” da manutenção dos serviços públicos, ou seja, questionam o poder do Estado e sua legitimidade na sociedade. A greve configura-se no momento propício para se denunciar o descaso de governos com os serviços públicos essenciais, ao mostrar para a sociedade o estado em que esses serviços se encontram. No caso dos movimentos ocorridos na Educação a luta também é sempre pelo ensino público, gratuito, de qualidade e por mais verbas para a Educação, buscando, principalmente, levar os usuários e toda a sociedade a se solidarizarem com o movimento para somar forças a fim de defender os serviços públicos, pois muitas ações e manifestações públicas podem exercer pressão sobre governos.

De acordo com Ribeiro (2004), a primeira tentativa de articulação dos servidores públicos ocorreu em 1952, com a criação da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e a União Nacional dos Servidores Públicos, as quais foram desmontadas após o golpe de 1964.

Os movimentos que se opuseram ao golpe militar, em 1964, foram duramente reprimidos, sendo que suas lideranças sofreram perseguições, prisões e até mortes. Para tal, os militares utilizaram a legislação trabalhista vigente na época, herdada do governo Vargas e também decretos da própria ditadura (CLÍMACO, 1999).

Não caberá neste estudo abordarmos os primeiros movimentos do sindicalismo do setor público no Brasil¹⁸⁸, sendo que explicitaremos os movimentos grevistas pós 1978, onde o sindicalismo renasceu, ou seja, o surgimento do “novo sindicalismo”¹⁸⁹, concomitante com o declínio do sindicalismo corporativista.

Durante os anos 1970 e 1980 os sindicatos eram organizações submetidas ao poder do Estado, tendo um rígido controle realizado pelo Ministério do Trabalho, que intervinha em todas as suas ações. De 1978 a 1984, com a distensão do governo dos militares, os sindicatos, principalmente os do ABC paulista, retomaram gradativamente a função de defender os interesses dos trabalhadores. O movimento sindical de massa ressurgiu em 1978 ocasionando o agravamento da crise do regime militar. Após o renascimento do sindicalismo, os sindicatos

¹⁸⁸ Para o estudo do sindicalismo do setor público antes de 1978 ver: NOGUEIRA (2005).

cresceram cerca de 50% até o ano de 1989 (CARDOSO, 2003). Esses movimentos sindicais se opunham à ditadura e também à legislação trabalhista, a qual proibia as greves e a existência dos sindicatos.

A partir de 1978 os movimentos sindicais atingem o setor público configurando-se no denominado “novo sindicalismo” , rompendo com o modelo corporativo e controlado pelo Estado que predominou até 1964 (GUEDES, 1994). Nesta época, as associações tradicionais de funcionários públicos que atuavam, de longa data, com caráter assistencialista, passam a ter uma atuação sindical de fato e as diretorias “pelegas” são substituídas gradativamente pelas combativas. Conforme Souza:

A APEOESP também passou a ser dirigida, a partir de 1979, pela oposição, o que imprimiu uma postura sindical a essa associação de professores públicos. A maioria dos novos docentes tinha em comum o fato de ter participado do movimento estudantil, de estar articulada com a construção do sindicalismo de professor público, através da APEOESP, com o movimento de anistia e de luta pelas liberdades democráticas (SOUZA, 1996, p.139).

Os movimentos do setor público do final dos anos 1970 foram determinados por fatores objetivos (deterioração econômica, crise do Estado, crescimento do capitalismo e do número de servidores públicos) e também por fatores subjetivos (a luta pela redemocratização do país, reorganização sindical), que implicaram numa crescente mobilização sindical e na busca por outras identidades sociais (NOGUEIRA, 2005). Não podemos deixar de ressaltar que esses movimentos também irromperam devido às transformações econômicas, da própria sociedade e com o aumento dos assalariados de classe média. Tais movimentos tiveram como precursores e, de certa forma, como modelo, as greves do ABC.

Deste modo, o ano de 1978 foi um marco no processo de mobilização do funcionalismo público, com a transformação das antigas associações de servidores, de caráter assistencialista, para entidades de caráter sindical e de combate à ditadura militar (NOGUEIRA, 2005).

As principais reivindicações do novo movimento sindical do final dos anos 1970 são: 1) revogação da legislação repressiva e retorno a formas democráticas de governo; 2) eleições populares diretas para todos os níveis de governo; 3) participação dos representantes dos trabalhadores na gestão de fundos sociais, tais como PIS-PASEP, FGTS, BNH; 4) revogação das políticas de controle dos salários e direito às negociações coletivas; 5) direito de fazer greve e de organizar sindicatos sem a interferência do Estado, etc (ALVES apud SANT’ANA, 1993).

¹⁸⁹ Ver ANTUNES, R. O novo sindicalismo. SP, Brasil Novo, 1991.

No período que compreende o final dos anos 1970 e início dos 1990, a característica do sindicalismo no Brasil era de um grande dinamismo apresentando um longo ciclo de greves com a implantação de negociações coletivas, concedendo uma importância política aos sindicatos, os quais proporcionaram uma efetiva representação de interesses. Durante o período mencionado as reivindicações salariais estavam presentes nos conflitos, com a crescente valorização de acordos no trabalho, tanto na indústria, como no setor de serviços. A contínua elevação do poder de organização sindical proporcionou o restabelecimento das negociações coletivas (OLIVEIRA, 2003).

Nessa época observa-se também a crescente sindicalização da classe média do setor público, com movimentos associativos e de politização entre esses trabalhadores.

O sindicalismo de classe média irrompeu de maneira abrupta e massiva na cena sindical. No caso dos funcionários públicos, esse setor estava por lei proibido de organizar sindicatos oficiais. Passou a organizar um sindicalismo independente, sem imposto sindical, sem unicidade sindical, sem a intervenção da justiça do trabalho (BOITO JR., 1992b, p.25).

Os movimentos desse período eram caracterizados por uma prática sindical mais setorizada, almejando uma articulação nacional. Como estavam proibidos os sindicatos e o direito de greve no serviço público, essa prática sindical tinha um tom de ampla politização, pois estava em questão a liberdade de organização e expressão e a luta pela democracia, configurando num momento culturalmente propício à reorganização dos movimentos sindicais (GUEDES, 1994). Sendo assim, os funcionários públicos ao praticarem a greve, desobedeceram a lei anti-sindical.

Este novo sindicalismo era constituído por três elementos básicos: oposição à legislação sindical e às políticas salariais; sindicalismo anti-patronal e de oposição à ditadura militar e que almejava uma efetivação da organização de base dos trabalhadores. Os movimentos operários do ABC atuaram como vanguarda (NOGUEIRA, 2005).

Uma característica importante do sindicalismo do período citado foi o envolvimento de diversas categorias de trabalhadores da classe média nos movimentos grevistas, tais como professores, médicos, bancários, etc. Os funcionários públicos só passaram a utilizar a greve enquanto um método de obtenção de direitos, quando perceberam que os meios comumente utilizados, ou seja, pressões junto ao parlamento e ao executivo, bem como a luta jurídica, não mais proporcionavam a garantia e manutenção das conquistas antes adquiridas. Porém, ao utilizar o mecanismo da greve, procuram demonstrar que ela é diferente das demais greves de trabalhadores. Isso é demonstrado pelas justificativas da greve, quando estes trabalhadores

alegam que sua luta transcende a questão salarial, tendo uma preocupação mais ampla, como por exemplo, a luta pela escola pública (SANT'ANA, 1993). Isso pode ser constatado verificando as pautas de reivindicação destas categorias.

Todas essas mobilizações se inscrevem num movimento mais amplo da sociedade civil, que percebendo que a situação política e o processo de liberação controlada o permite, passa a reivindicar seus direitos na esfera pública. Mesmo setores sem experiências prévias de mobilização, começam a percorrer a arena pública visando a impor suas demandas. Assim, assistimos à entrada em cena de professores e funcionários públicos de várias partes do país, que trazem para a sociedade e para o Estado novas demandas, exigindo novos direitos (SANT'ANA, 1993, p.203).

Durante o início da década de 1980 aprofunda-se a crise do regime militar e o seu projeto desenvolvimentista, com uma elevada taxa de inflação (40% ao ano) e uma elevada dívida externa. É possível imaginar o ressurgimento dos movimentos sociais nesse panorama de repressão militar?

Na maior parte das vezes e, principalmente, a partir de 1964, o Estado brasileiro se utilizou das políticas salariais e do salário mínimo como instrumento de combate à inflação, redução do déficit público e contenção do consumo, e não como mecanismos de proteção da renda. Além disso, não teve uma atuação compensatória eficaz nas áreas sociais e mantém, até hoje, uma estrutura tributária que penaliza mais os pobres do que os ricos (DIEESE, 1995, p. 11).

No período entre 1978 e 1988 observa-se o caráter sindical das associações, o qual caracteriza-se pela oposição à legislação e às políticas salariais, configuração do sindicalismo anti-patronal e de oposição à ditadura militar, bem como um sindicalismo que pretendia implantar a organização de base dos trabalhadores.

Os conflitos trabalhistas e as demandas sociais reprimidas na fase mais dura do regime militar começaram a vir à tona durante a crise do “milagre brasileiro”, quando então já estava em vigor o processo de “transição conservadora”, inaugurado pelo governo Ernesto Geisel. De início, essas pressões assumiram a forma de uma resistência silenciosa, confinada aos locais de trabalho, em estágio ainda embrionário. Logo depois, ganharam dimensão coletiva e caráter de manifestação pública de massa, tornando-se rapidamente elemento central no amplo esforço mobilizatório pela redemocratização do país, que se estendeu por toda a década de oitenta (OLIVEIRA, 1994, p.499-500).

De acordo com Nogueira (2005), a partir de 1978 eclodiu a greve dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo, a qual foi organizada por um comando de greve independente da APEOESP, pois esta era contrária à greve, tendo abrangido cerca de 80% da categoria de 180 mil docentes. O movimento durou diversas semanas e conquistou a direção da entidade no ano seguinte. Surgiram diversos movimentos de professores em outros estados brasileiros.

Os professores atuaram como uma espécie de vanguarda do movimento dos servidores públicos e das classes médias em geral, lembrando muito a ação dos operários do ABC e

da Oposição Metalúrgica de São Paulo com relação ao conjunto do movimento operário e sindical (NOGUEIRA, 1996, p.73).

Essa primeira greve de professores foi deflagrada em agosto de 1978 organizada por um comando geral de greve¹⁹⁰ e paralisou as atividades por 24 dias, sendo que a reivindicação e posterior conquista foi o reajuste salarial de 20%. Ao término da greve, esse comando transformou-se na Comissão Pró-Entidade Única, a qual, no ano de 1979 e em conjunto com o funcionalismo público, deflagrou uma nova greve que durou 39 dias (RIBEIRO, 2004).

O final da década de 1970 é o marco para o início do processo de queda salarial dos professores e demais funcionários da educação, sendo que estes movimentos aproximaram as lutas do setor público e de uma categoria específica, ao conjunto dos demais trabalhadores. O que caracterizou as lutas do período foi a defesa do salário, porém, abarcando também, o fator político de contestação e enfrentamento da ditadura militar.

As greves de 1978 e 1979 inauguram um ciclo ampliando-se para outras categorias de trabalhadores, tais como os da construção civil, professores, médicos. Esse movimento sindical que surgiu em 1978 durante a crise do regime militar foi então, denominado de “novo sindicalismo”.

As primeiras greves, de 1978 e 1979, “foram marcadas pelo confronto com o aparato repressivo (da polícia, da direção da escola, do poder executivo), representam a aprendizagem na construção de uma nova sociabilidade, de ampliação dos espaços políticos e de identidades coletivas (SOUZA, 1996).

O sindicalismo dos professores da rede pública constituiu-se no então denominado “sindicalismo combativo” ou sindicalismo de “confrontação”, cujas características eram o enfrentamento do governo através da prática de prolongadas paralisações, greves e ações coletivas de rua (SOUZA, 1997). Tudo isso ocorreu em meio às perseguições do governo Maluf, o qual praticou o arrocho salarial e tentou enfraquecer a entidade dos professores.¹⁹¹

As direções da maioria dos sindicatos permaneciam atreladas à estrutura do Estado, ou seja, submetendo-se à legislação e ao regime militar com obediência e peleguismo. Era o momento propício para o surgimento de novas lutas entre os trabalhadores, os patrões e o Estado autoritário. Nesta época houve o surgimento do Partido dos Trabalhadores e, logo em seguida,

¹⁹⁰ Esse comando surgiu a partir de movimentos de oposição dentro da APEOESP e desempenharam um papel de reorientação política na entidade (RIBEIRO, 2004).

¹⁹¹ O governo Maluf descontou os dias parados e cortou o repasse das mensalidades da APEOESP (APEOESP apud RIBEIRO, 2004).

em 1983, a criação da CUT¹⁹² - Central Única dos Trabalhadores, a qual, não era reconhecida pelo Estado. A partir de então o sindicalismo no Brasil divide-se em: “novo sindicalismo”, representado pela CUT e o velho sindicalismo, representado pela CGT.

No Brasil, os anos 80 serão anos de reestruturação do movimento sindical. Serão anos de reconquista de direitos, de reconhecimento social, e de surgimento de orientações distintas àquelas dominantes no período anterior. Pela primeira vez desde os anos 30, pode-se falar da existência de um sindicalismo disposto a lutar contra a sua subordinação à estrutura corporativista herdada do Estado Novo. Pela primeira vez se conseguirá efetivar organizações intersindicais de caráter nacional mais permanentes, avançar na organização de base a nível das empresas e ampliar o espaço e os temas das negociações coletivas (ABRAMO, 1990, p.99).

Desde o final dos anos 1970 as mobilizações grevistas estavam em ascenso e eram constituídas pelos trabalhadores do ABC, bancários e também pelo funcionalismo público.

A situação de crise econômica e de transição política da ditadura à democracia no contexto brasileiro foram determinantes para despertar nos trabalhadores dos serviços públicos a busca pelas formas clássicas de associação e organização sindical e também de novas identidades de classe com os demais trabalhadores. Em torno dessa questão concorrem diversos outros fatores, mas o essencial no caso do Brasil foi a combinação da crise econômica, crise do Estado e transição política, que provocou o arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho dos funcionários públicos. Nas distintas fases da transição – da abertura controlada do regime militar (1979-1984) – da nova república (1985-1988) e da democracia constitucional após 1988 – o movimento grevista e sindical dos servidores públicos teve nítido ascenso (NOGUEIRA, 1996, p.75).

O período da abertura política, que se iniciou após 1979, não incluiu os sindicatos, os quais foram violentamente reprimidos pelos militares, sendo que estes realizaram cassações de lideranças sindicais, enquadrando lideranças na Lei de Segurança Nacional, reagiu com muita violência às greves de massas (do ABC e da capital paulista), o que proporcionou o caráter fortemente politizado desses movimentos (CARDOSO, 1999a). As greves da época acentuaram a crise da ditadura e novos setores da sociedade se mobilizaram contra o regime autoritário da ditadura militar.

As paralisações do final dos anos setenta deram início a um longo ciclo de greves e ganharam forte conotação política, apesar do relativo grau de espontaneidade das primeiras manifestações de trabalhadores. Esse ciclo não foi contínuo, nem linear. As greves oscilaram ao sabor das diferentes conjunturas e sofreram as conseqüências diretas ou indiretas do processo inflacionário, das várias políticas salariais, dos níveis de desemprego e dos sucessivos planos de estabilização (OLIVEIRA, 1994, p.500).

Entre 1980-1982 houve uma retração do movimento grevista, ocasionado pela recessão, com o aumento do desemprego, a instabilidade na transição política, etc. As greves ressurgiram

¹⁹² Apesar de sua legitimidade e poder social, a CUT não tinha poder de negociação de acordos coletivos (CARDOSO, 2003).

em 1983 atingindo também o setor público. Conforme Sader (1987), em 1983 e 1984 as greves atingiram uma dimensão imensa pelas crescentes dificuldades dos trabalhadores com a elevação do desemprego e a perda do poder aquisitivo dos salários.

Durante o decorrer da década de 1980, o Brasil foi um dos países com as maiores taxas de movimentos grevistas em todo o mundo. Houve um fortalecimento sindical ao longo dessa década, tendo sido criados diversos sindicatos oficiais, bem como associações sindicais, principalmente no setor público (NOGUEIRA, 1993).

O crescimento do sindicalismo de classe média é um fenômeno dos mais característicos dos anos 80 no campo sindical. Ora, deu-se que, por força de circunstâncias históricas, uma das frações mais numerosas e ativas da classe média, o funcionalismo público, estava excluída do sistema sindical de Estado. Os funcionários públicos converteram, então, suas associações, que tinham mais um caráter cultural e de ajuda mútua, em ativos sindicatos (BOITO JR, 1991, p.64).

No final do ano de 1982 o governo recorre ao FMI e, como consequência, durante todo o ano de 1983 ocorre a implementação de uma política de salários bastante austera e o anúncio de vários pacotes econômicos sequenciais.

Quanto à categoria de professores da rede pública,

O debate sobre o estatuto do magistério ocupa um espaço importante na mobilização dos professores entre 1978 e 1985. Trata-se de construir a possibilidade de uma carreira e assegurar para a categoria condições básicas de trabalho e dignidade profissional. Até 1985 a luta salarial passa em grande medida por esse canal. Depois disso ela se torna muito mais defensiva, assumindo o caráter de pura resistência contra a corrosão inflacionária (PERALVA, 1992, p.17-18).

Conforme os dados abaixo, podemos verificar que o ano de 1983 foi o de maior número de ocorrências grevistas no setor público, devido à inflação do período e o arrocho salarial.

QUADRO 1

GREVES/FUNCIÓNÁRIOS PÚBLICOS			
ANOS	1982	1983	1984
Nº DE GREVES	22	46	35
Nº DE GREVISTAS	73.023	507.970	443.862

Fonte: Boletim DIEESE, Relatórios dos TRTs, Imprensa (CEDI, 1986).

Em 1983, a política salarial foi o motivo dos principais movimentos grevistas ocorridos, sendo que, em junho eclodiu a greve dos petroleiros de várias estatais. Na época, ocorreram

intervenções nos sindicatos de Campinas e da Bahia e, posteriormente, a greve foi encerrada com advertências e demissões (NORONHA, 1991).

Outra greve de vulto do funcionalismo ocorrida em maio e junho de 1983, foi a greve nacional dos funcionários públicos federais, com a duração de 38 dias, a qual envolveu 240 mil trabalhadores, dos quais 35 mil no Estado de São Paulo. Esse movimento teve a adesão de setores da saúde e da educação e foi um movimento derrotado (LEITE, 1987).

Entre os anos de 1983 a 1985 ocorreu um aumento contínuo da inflação, a qual passou de 211% em 1983 para 223% em 1984, e alcançou o percentual de 235% em 1985 (LEITE, 1987).

No último governo militar, entre os anos de 1978 a 1984, o sindicalismo do setor público realizou menos greves do que o setor privado, porém, a partir de 1985, as atividades grevistas no setor público cresceram significativamente, sendo que em 1987 as greves desse setor atingiram 38,2% de todos os conflitos trabalhistas (SANDOVAL, 1994).

Em 1984, as manifestações pela redemocratização do país e pelas “Diretas Já” tiveram grande poder de visibilidade na sociedade pois, naquela época, a imprensa dava cobertura e divulgava amplamente essas manifestações. De acordo com Leite (1987), em abril de 1984 ocorreu uma greve estadual de professores de 1º e 2º graus, a qual aglutinou 180 mil pessoas. Ainda no mesmo ano, em dezembro, irrompeu a greve nacional de bancários do Banco do Brasil, em protesto contra a negativa de reajuste salarial e corte de benefícios.

A Nova República teve início num panorama muito ruim, com a incapacidade de investimento do setor público, impasse da dívida externa, recessão econômica e inflação crescente. No ano de 1986 foi implementado pelo governo o Plano Cruzado¹⁹³ e este se constituiu numa experiência única que buscava a estabilização econômica com crescimento.

Segundo Noronha (1992), apesar do respaldo da população ao plano econômico, o volume de greves foi 80% superior ao ano de 1985, com greves mais longas.

Desde 1978, as oposições sindicais e o nascente novo sindicalismo tinham em comum a luta pela liberdade e autonomia sindicais. Parte das associações de funcionários públicos, com destaque para as associações de professores da rede pública e universitários, integram esse movimento desde então. Em 1983 a CUT é criada de forma independente da legislação sindical, com base nos sindicatos oficiais e outras entidades associativas que tinham convergência nas lutas pelas liberdades democráticas, em especial a luta pela liberdade e autonomia sindicais, e por isto divergiam dos demais sindicatos atrelados à estrutura sindical (NOGUEIRA, 2005, p.118-119).

¹⁹³ “O Plano Cruzado implicava no congelamento de preços e taxa de câmbio; reforma monetária com desindexação e “tablitas” de conversão dos cruzeiros na nova moeda; congelamento de salários previamente ajustados pelo salário real médio dos últimos 6 meses, acrescidos de abono de 8% e 16% para o salário mínimo; escala móvel (gatilho salarial) caso a inflação superasse 20%; seguro desemprego” (ALMEIDA apud GALVÃO, 1995, p.24-25).

Entre os anos de 1978 a 1986, os servidores públicos e os assalariados de classe média foram responsáveis por 24,6% das paralisações no trabalho (NEPP, 1989).

O sindicalismo brasileiro chegou ao final dos anos 80 sem que tivesse ocorrido qualquer modificação significativa na estrutura sindical oficial instituída desde os anos 40, apesar da nova Constituição promulgada em 1988 estabelecer mecanismos que reduziram o poder de intervenção do Estado nos sindicatos. Em grande parte, o sindicalismo brasileiro rompeu, menos de direito e mais de fato, com diversas amarras a que estava submetido (TRINDADE, 2000, p.71).

A expansão dos movimentos dos assalariados de classe média, no Brasil, foi resultado do processo de modernização do capitalismo promovido nas últimas décadas, o qual, com a contínua monopolização da economia, acarretou uma redução do trabalho autônomo, que era por tradição realizado pelos setores médios, promovendo um aumento no assalariamento (BULHÕES, 1994).

No ano de 1987 o desemprego foi um fator de impedimento para as greves do setor privado, porém, para o funcionalismo público, foi o ano de maior número de movimentos, conforme segue:

Os servidores (federais, estaduais ou municipais) deflagraram 838 greves, o que representa não só o maior número já realizado num ano, mas a maior participação percentual no total (38,2%) desde 1978, e suas paralisações foram mais duradouras e mais abrangentes (NEPP, 1989, p.119).

No período entre 1985 e 1989 ocorreu um grande aumento das greves, sendo que esse aumento se fez presente, principalmente, no setor público. As greves da década de 1980 tiveram, como característica principal, a luta contra a super exploração do trabalho e, em particular, contra a crescente degradação salarial a que estão submetidos os trabalhadores assalariados em nosso país. Apesar das reivindicações dos trabalhadores terem natureza econômica, possuem também uma nítida dimensão política. Os anos 1980 marcaram significativas mudanças no sindicalismo brasileiro: a retomada dos movimentos sociais, o surgimento do sindicalismo rural e das centrais sindicais (ANTUNES, 1995). Já nessa época, alguns autores já citavam que os movimentos grevistas eram de resistência à destituição dos direitos dos trabalhadores.

Durante o ano de 1987, os funcionários públicos da educação atingiram o índice de 139,5% e os da saúde 70,9% de ações grevistas, índices mais elevados do que qualquer outra categoria, seja do setor público ou do privado (SANDOVAL, 1994). Em 1987, mais de 60% dos grevistas e 80% das jornadas perdidas correspondem ao setor público (NORONHA, 1991).

O grande ascenso nas greves do setor público no ano de 1987 deveu-se a alguns fatores, tais como: maior estabilidade no emprego, perda salarial mais intensa do que no setor privado, ausência de política salarial definida e o desgaste político do governo. Nessa época, a classe dominante veiculou informações sobre corrupção generalizada, “empreguismo”, “mordomias” e altos salários, numa tentativa de isolamento político dos movimentos do setor público. Somente no primeiro bimestre desse ano, o número de grevistas desse setor chegou a 290 mil trabalhadores, porém nos meses subsequentes, verificou-se uma tendência ao declínio dos movimentos grevistas (DESEP, 1988).

O acentuado crescimento das greves do funcionalismo no período representou uma ameaça à política adotada para conter o déficit público, levando o governo Sarney a responder prontamente. A greve nacional dos ferroviários e a greve do funcionalismo público estadual de São Paulo são exemplos do endurecimento nas negociações salariais. Os principais instrumentos utilizados para quebrar o vigor das greves e impor o arrocho salarial foram o prolongamento excessivo das negociações coletivas, a dura repressão à organização dos trabalhadores e a demissão generalizada de grevistas (DESEP, 1988).

Dessa forma, as greves de 1987 no setor público, caracterizadas pela não negociação, repressão violenta e morosidade para os acordos, acentuaram a crise moral da administração pública.

Durante a década de 1980 ocorreram quatro greves gerais no Brasil, mobilizando trabalhadores tanto do setor privado, quanto do setor público. Conforme Sandoval (1994), a greve geral de 1983¹⁹⁴ foi organizada pela Comissão Pró-CUT da CONCLAT. As greves gerais de 1986 e 1987 foram organizadas pela CUT e apoiadas pela CGT. No ano de 1989 a greve geral, de grande impacto¹⁹⁵, foi organizada em conjunto pela CUT e CGT, apoiada pelo PT e alguns governos municipais.

Durante a década de 1980, o ressurgimento da greve geral como importante forma de protesto por parte da classe trabalhadora pode ser entendido dentro do contexto do crescente descontentamento com a longa crise econômica de estagnação e inflação que se estendeu por toda a década, e agravada pela decrescente credibilidade no governo e nas elites econômicas (SANDOVAL, 1994, p.197).

Nesse período, em protesto contra a política do governo, a massa de assalariados dirigida pelo sindicalismo do ABC praticaram cinco greves gerais nacionais entre 1983 e 1989, com a

¹⁹⁴ Foi a primeira greve geral desde 1963, paralisou a maioria dos centros urbanos e as reivindicações eram: contra o FMI, o pagamento da dívida externa, o arrocho e a recessão, pela reforma agrária e por uma assembléia nacional constituinte soberana (CARDOSO, 1999b).

¹⁹⁵ A greve geral de 1989 atingiu cerca de 22 milhões de trabalhadores (SANDOVAL, 1994).

presença crescente de milhões de trabalhadores¹⁹⁶ (BOITO JR, 2003a). Consta que diversas categorias do funcionalismo público também participaram das greves gerais (CEDI, 1986)

Ao longo da década de 80, apesar do avanço e dinamismo de forças sociais inovadoras como as sindicais, estas não conseguiram reverter a grave crise econômico-social. Tampouco o movimento sindical apresentou conquistas salariais estáveis durante a década, ainda que tenha conseguido ganhos circunstanciais e que, frente à aceleração da inflação, seguramente impediram maiores perdas (MATTOSO, 1995, p.141/142).

No setor público, entre os anos 1978 a 1986, predominaram as greves estaduais, tendo as administrações diretas estaduais como principal segmento grevista (NORONHA, 1991).

O aumento no volume de greves do funcionalismo público deveu-se em decorrência do fracasso do Plano Cruzado¹⁹⁷ e do Plano Bresser¹⁹⁸, na busca de recuperação das perdas salariais e devido a queda do poder aquisitivo dessa classe, bem como pela disposição na mobilização e organização dos movimentos.

A crise econômica do Estado arrouchou o salários do funcionalismo público, sobretudo o da esfera federal, que tiveram o poder de compra corroído praticamente em 60%, entre os anos de 1983 e 1989 (NORONHA, 1992). O funcionalismo público federal juntamente com os de estatais constituíram a segunda maior força dentro da CUT nos fins dos anos 1980. O sindicalismo da CUT caracterizou-se como de oposição ao governo e ao capital, sendo que essa atuação de confronto fortaleceu seu poder político e sindical (CARDOSO, 2003).

Em 1988, o aumento das greves do funcionalismo público ameaçou a política do governo criada para conter o déficit público. A greve do funcionalismo público estadual de São Paulo teve as negociações salariais dificultadas por parte do governo, levando a um prolongamento excessivo das negociações coletivas, bem como repressão e demissão de funcionários grevistas (DESEP, 1988).

Após 1988, com a Constituição Federal, tem início o período da livre associação sindical, ou seja, o processo livre de organização sindical dos trabalhadores, reconhecido pelo Estado e este não mais exercendo seu controle sobre as entidades sindicais. Essa liberdade de organização

¹⁹⁶ Cinco milhões de trabalhadores pararam em 1983, dez milhões em 1987 e dezoito milhões em 1989 (NORONHA, 1992 e SANDOVAL, 1994).

¹⁹⁷ O Plano Cruzado foi aplicado em fevereiro de 1986.

¹⁹⁸ “Este plano econômico editado em 1987, pelo então ministro da Fazenda Luis Carlos Bresser Pereira contemplava: reajuste de preços e tarifas públicas; congelamento de preços e tarifas por três meses; aplicação de reajuste automático aos salários; abolição da escala móvel e estabelecimento da livre negociação salarial; pagamento dos resíduos; entre outras medidas” (GALVÃO, 1995, p.51).

sindical configurou-se num aspecto fundamental para que ocorressem as conquistas políticas, sociais e econômicas da classe trabalhadora durante o século XX.

A liberdade de organização sindical também reafirmou a fragmentação, a diversidade e a pluralidade das entidades sindicais na esfera municipal, estadual e federal; e a forma de organização do setor público é diferente da forma híbrida do sindicalismo do setor privado, sendo que, a inserção do sindicalismo desse setor na CUT configura-se numa outra dimensão para que se possa entender a dinâmica desse sindicalismo (NOGUEIRA, 2005). O Estado, desse modo, ampliou os direitos sociais e trabalhistas, promoveu o direito de sindicalização e de realizar greves ao setor público, porém não reconheceu a negociação coletiva, proporcionando a fragilização das entidades sindicais desse setor.

Embora o direito à sindicalização no serviço público, seja reconhecido pela Constituição Federal de 1988, a greve neste setor nunca foi regulamentada, conforme o artigo 37, inciso VII: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”, o que ainda não se implementou. O supremo Tribunal Federal determinou, em 2008, que o Estado deve resolver os conflitos através do mesmo instrumento que utiliza para impor os limites às greves do setor privado (ANDES-SN, 2009).

Muita controvérsia ainda divide a doutrina quanto à aplicabilidade aos servidores públicos de disposições referentes à negociação coletiva e ao direito de greve, quando tais servidores mantêm vínculo estatutário com a administração pública. Parcela significativa da doutrina e da jurisprudência ainda considera os princípios e regras que norteiam a atividade administrativa como obstáculos intransponíveis à adoção, mesmo que de forma atenuada, desses procedimentos nas relações Estado-servidor. Entre esses princípios destacam-se: o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse individual e coletivo, o princípio da legalidade, o princípio da continuidade dos serviços públicos, entre outros (PESSOA, 1995, p.12-13).

No primeiro trimestre de 1988 o funcionalismo público encarou um acentuado arrocho salarial, praticado pelo governo para controlar o déficit público, imprescindível para o acordo com o FMI. No primeiro bimestre do ano, o número de grevistas do setor público atingiu cerca de 548 mil trabalhadores, um aumento de 89% quando comparado a igual período do ano anterior. Posteriormente ocorreu um endurecimento por parte do governo nas negociações coletivas e também durante a campanha do funcionalismo contra o congelamento da URP. Conforme o DIEESE, o congelamento dos salários do funcionalismo público acarretou 40% de perdas nos meses de abril e maio (DESEP, 1988).

A greve geral do ano de 1989 ocorreu em protesto contra o Plano Verão¹⁹⁹, o qual constituía-se num novo plano do governo para a estabilização da economia e caracterizava-se pela redução de salários e medidas recessivas.

Conforme Noronha: “no final dos anos 80, o volume de greves no Brasil estava entre os mais altos do mundo, sendo que há pouco mais de uma década elas praticamente inexistiam” (NORONHA, 1994, p.323)

O início da década de 1990 coroou uma transformação no “novo sindicalismo”, ocorrendo a queda da taxa de greves devido à incapacidade de enfrentamento do panorama econômico por parte dos trabalhadores. A partir do acirramento do processo de deterioração do mercado de trabalho, o movimento sindical decresceu, quando comparamos a década de 1990 com a de 1980. “No início dos anos 90, o chamado *novo sindicalismo* apresentava feições bem diversas, comparadas àquelas com as quais nasceu” (CLÍMACO, 1999, p.84).

Se o contexto de redemocratização do final dos anos 80 favoreceu a ampliação de direitos sociais, antes que a maioria deles começasse a ser regulamentada teve início uma nova ofensiva conservadora. Se o cenário de crise econômica e de transição política, característico dos anos 80, foi propício à atividade sindical, a ponto de possibilitar avanços importantes no plano da negociação e dos direitos sociais, o desfecho do processo de redemocratização e a orientação neoliberal imprimida às políticas públicas logo se fizeram sentir também no âmbito das relações de trabalho (OLIVEIRA, 2003, P.348/349).

“A ofensiva neoliberal das últimas décadas colocou em dificuldades os trabalhadores e o sindicalismo do setor público, que é onde se concentra o sindicalismo de classe média” (BOITO JR, 2004, p.1).

A degradação do mundo do trabalho no Brasil nos anos 90 atingiu não apenas o setor privado da economia brasileira, mas também o setor público. Desde o governo Collor, e principalmente sob o governo Cardoso, a administração pública tornou-se alvo das políticas neoliberais de desmonte do Estado. O corte dramático de investimento em custeio e contratação, buscando atingir um superávit primário capaz de satisfazer o FMI, prejudicou a qualidade do serviço público no país e degradou salários e condições de trabalho dos trabalhadores do setor público. Sob as políticas neoliberais o Estado brasileiro, deixou de ser indutor de políticas públicas e de investimentos sociais, cabendo a ele apenas as atividades de regulador e fiscalizador da iniciativa privada (ALVES, 2002).

No início do ano de 1990 o que predominou, tanto no setor público, como no privado, foram reivindicações relativas a reajuste salarial e planos de cargos e salários. Em meados do mesmo ano as reivindicações do setor público eram pela defesa do emprego (DESEP, 1990).

¹⁹⁹ O Plano Verão foi aplicado em janeiro de 1989 e criou maior lucratividade para os bancos ao restringir o crédito, elevar taxas de juros, facilitar aplicações financeiras a curto prazo; tendo promovido uma rápida aceleração da inflação (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002).

Através dos movimentos, o funcionalismo público tem se confrontado com o poder do Estado, buscando a dimensão política da ação sindical, cujo resultado depende do contexto político, impondo-se desafios, pois também as reivindicações salariais exigem articulações no âmbito da política. A dupla dimensão (política e econômica) da ação sindical é uma singularidade do sindicalismo do setor público, acarretando uma resolução difícil e complexa dos conflitos e demandas do setor.

Na área produtiva há preocupação de que uma greve seja solucionada o mais rápido possível, enquanto uma greve deflagrada numa área não produtiva, quanto menor sua visibilidade social, mais essa greve durará, ultrapassando até meses. Exemplo disso são as greves de professores das universidades públicas (NORONHA, 1991).

Quando comparamos a extensão das greves do setor público com as do setor privado, podemos observar que as greves do setor público são mais extensas e isso provavelmente ocorre, no caso dos funcionários públicos, tanto devido à estabilidade no emprego, como o fato de que a resolução do conflito é mais lenta, pois o governo deixa que o movimento se desgaste com o tempo.

Nas paralisações do serviço público direto, o prejuízo é socializado. A sociedade arca com a suspensão dos serviços. Daí as greves no serviço público serem mais longas, acompanhadas de uma disputa em que servidores públicos e governo procuram responsabilizar uns aos outros pelo desgaste junto à população (GUEDES, 1994, p. 411).

Conforme Boito Jr. (2004), os trabalhadores do setor público, devido terem maior chance de movimentarem-se no local de trabalho e estabilidade no emprego, estão mais propensos à organização sindical, sendo que vários profissionais de classe média, tais como professores e médicos, organizam-se geralmente no setor público e não no setor privado.

A julgar pela duração média relativamente maior das greves do setor público, em comparação com as do setor privado, especialmente no caso das greves dos funcionários federais e estaduais, fica claro que o governo é um empregador mais intransigente nas negociações salariais que os capitalistas do setor privado, à medida que os funcionários públicos são obrigados a permanecer em greve durante períodos de tempo mais longos (SANDOVAL, 1994, p.173).

Os trabalhadores em 1990, tanto do setor privado, quanto do setor público, tiveram o maior arrocho salarial praticado desde os anos 1970, acarretando uma intensa reação de perplexidade e descrédito para com o governo, o qual se mostrava autoritário e buscava a desestruturação das entidades sindicais do país. Na época, o Plano Collor havia implementado

alterações na área de preços, salários e câmbio. Logo depois, no final de janeiro de 1991, é implementado o Plano Collor 2²⁰⁰. Conforme Boito Jr. (1994b):

Desde os primeiros dias do governo, Collor implantou uma política econômica recessiva, evidentemente desfavorável à organização e à luta sindical. Essa nova situação coincidiu, no plano institucional, com a crise final dos países de economia estatal planificada, crise que foi apresentada como a crise final do socialismo. O impacto foi ampliado pela ofensiva ideológica do neoliberalismo em escala internacional, e recém-vitorioso no Brasil com a eleição de Collor de Melo (p.26).

No decorrer do ano de 1991, o movimento sindical no setor público se fortalece, ao mesmo tempo em que o governo Collor torna-se desmoralizado e perde legitimidade, após denúncias de acentuada corrupção.

Nos anos de 1993, 1995 e 1998, o conjunto dos professores de 1º e 2º graus, realizam greves com a duração de 79, 28 e 13 dias, respectivamente, reivindicando mais verbas para a educação e por concursos públicos (RIBEIRO, 2004). Certamente, essas categorias também entraram em greve para reivindicar aumentos salariais.

Não podemos deixar de citar a grande greve dos petroleiros entre maio e junho de 1995, a qual teve a duração de 30 dias e foi fortemente reprimida pelo governo, que enviou tropas do exército nas refinarias, efetuou a demissão de 59 líderes sindicais em todo o país e não atendeu nenhuma das reivindicações da categoria (CARDOSO, 2003).

A dureza com que o governo tratou a greve dos petroleiros foi exemplar no sentido de evidenciar o objetivo de aniquilar a capacidade de organização e a disposição de luta de parte significativa do movimento sindical no país. O dano maior deste projeto político dominante reside, pois, na destruição da esperança e das organizações sindicais, populares e sociais que reagiram de modo inequívoco e contundente à sua ideologia (NAVARRO e NADER, 1997, p.67).

Os governos neoliberais tem dispensado um tratamento duro à luta sindical dos trabalhadores sempre que essa luta contesta medidas importantes da política neoliberal. No caso do governo FHC, o evento exemplar nesse sentido foi a atitude repressiva adotada diante da greve dos petroleiros em 1995, contra a qual se utilizaram, inclusive, das Forças Armadas (BOITO JR, 1999b, p.80).

Na época da greve, pretendeu-se vender a imagem de uma categoria como se fosse uma “massa de privilegiados”, tendo a greve mostrado coesão, solidariedade, força e combatividade (ANTUNES, 2004).

O projeto neoliberal erigiu como seu maior inimigo o sindicalismo combativo e reivindicativo. Sua expectativa é instaurar, mundialmente, o que chamei em outro texto de *sindicalismo de envolvimento e cooptação*, próprio do modelo toyotista, o chamado

²⁰⁰ Esse plano consistia em medidas que determinavam o congelamento de preços e salários, alteraram o critério de indexação e promoveram a reforma financeira (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002).

“sindicalismo de empresa”, aquele que pensa, labora e age *exclusivamente* para o capital²⁰¹ (ANTUNES, 2004, p.34).

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, os movimentos do funcionalismo público tiveram um aumento em todos os países da América Latina, sendo que os movimentos do operariado perderam força (MORAES, 2004).

Dos militares a Collor, de Sarney a FHC, a *política do arrocho salarial manteve-se intocada*, combinando salário degradante e degradado, um dos mais baixos da América Latina, absurdo quando se sabe que o Brasil está entre as grandes economias do mundo, além de ser a maior na América Latina (ANTUNES, 2004, p.146).

Com a implementação do neoliberalismo e da Reforma do Estado na perspectiva de se atingir o equilíbrio fiscal, teve início um processo de profundas transformações nas relações sociais, políticas e de trabalho, também no setor público. Concomitantemente, vem ocorrendo uma campanha com o objetivo de responsabilizar os funcionários desse setor por todos os problemas do Estado e, com isso, também dificultando as negociações coletivas no âmbito público.

A lógica da instabilidade e do rebaixamento salarial afetou profundamente os bancários do setor estatal, que historicamente vivenciaram uma cultura gerencial diversa da que foi imposta na década de 90. A posição paradigmática do setor bancário estatal, adquirida nas lutas sindicais de muitos anos antes da década de 80, foi desestabilizada por ações do governo federal, que afetaram profundamente o poder do sindicalismo nas estatais, alçando as negociações da FENABAN a um patamar que pertencia anteriormente às negociações do setor estatal (ANTUNES, 2001, p.228).

Segundo essa autora, a defesa pela manutenção do emprego, nos anos 1990, foi uma reivindicação de grande destaque durante as campanhas nacionais da categoria dos bancários, pois trata-se de uma categoria que apresenta uma redução contínua nas últimas décadas.

A greve nacional deflagrada pela campanha salarial de 1990 obteve adesão significativa do contingente de bancários em todo território nacional, conquistando um reajuste médio de 105% para os bancários da rede privada e bancos estaduais (ANTUNES, 2001, p.231).

Esta greve bancária durou 13 dias, sendo que os bancários do setor federal não participaram deste movimento e não obtiveram sequer a reposição das perdas salariais do ano (ANTUNES, 2001). Desde essa década, o sindicalismo vem procurando novas formas de lidar com as questões do trabalho e implementação das lutas sindicais.

No dia 10 de maio do ano 2000, os servidores públicos federais realizaram uma greve de âmbito nacional que perdurou por dois meses, cuja reivindicação era 63,68% de reajuste salarial

²⁰¹ Grifos do autor.

para reposição de perdas, protesto contra demissões e defesa do serviço público. Em 24 de maio de 2000, a Marcha em Defesa do Serviço Público, em Brasília, reuniu mais de 30 mil pessoas, sendo que a adesão à greve foi da ordem de 50% dos servidores públicos federais no país (ASSIS, 2006). Em 17 de maio de 2000, os professores de 1º e 2º graus paulistas realizaram uma grande manifestação na Av. Paulista, em São Paulo, durante uma greve de 43 dias, reivindicando, além do reajuste salarial, melhores condições de trabalho, contra a violência nas escolas e a questão das condições de ensino e aprendizagem dos alunos (RIBEIRO, 2004).

Em agosto de 2001, novamente os servidores públicos federais, vinculados ao Poder Executivo, professores e funcionários de universidades federais e servidores vinculados ao Poder Judiciário Federal e ao INSS, entraram novamente em greve por reajustes salariais, com uma adesão de 70% (ASSIS, 2006).

Durante as greves de servidores públicos federais dos anos 2000 e 2001 o governo FHC manteve os ataques aos servidores, alegando sua ineficiência e identificando-os como privilegiados; bem como utilizou o aparato militar repressivo com a desculpa de manutenção da ordem (ASSIS, 2006).

O governo de FHC reagiu a essas greves implementando um pacote antigreve que constava, além do aparato repressivo militar, o Projeto de Lei n. 6.032²⁰², o qual tinha como objetivo “regulamentar” o direito de greve, direito este previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Legalmente, o direito dos servidores públicos de organizarem-se em sindicatos foi incorporado na Constituição Federal de 1988, sendo resultado da atuação sindical ocorrida na década de 1980. O governo FHC também elaborou um Decreto que previa ser necessário uma autorização do presidente da República para o pagamento dos salários dos servidores federais, bem como uma Medida Provisória que autorizava a contratação temporária para substituição de pessoal quando a greve for maior que dez dias. Na mesma época, o governo apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que alterava o artigo 618 da CLT. Tentando impedir a votação desse projeto, a CUT organizou uma greve geral para o dia 21 de março de 2002, sendo que, após a paralisação, ele foi retirado do Senado Federal (ASSIS, 2006).

Sobre o perfil do sindicalismo brasileiro, Boito Jr refere que: “A estrutura sindical sobrevive porque sobrevive a ideologia populista e tanto essa estrutura quanto essa ideologia

²⁰² O Projeto de Lei nº 6.032 de 2002, “disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no artigo 37, inciso VII, da Constituição” (ASSIS, 2006, p.205).

continuam produzindo efeitos políticos desorganizadores sobre o movimento operário e popular no Brasil (BOITO JR, 1992b, p.3). A nosso ver, esse pensamento também se aplica nos dias de hoje.

A polêmica sobre a greve nos serviços públicos implica um componente ideológico, que confronta os servidores públicos com os demais trabalhadores do setor privado. Os governos resistem à idéia da greve no serviço público devido à fragilização política que esta proporciona ao aparelho de Estado e, sendo este o representante da hegemonia burguesa, implicaria uma ameaça ao capitalismo.

Com a greve, a neutralidade do Estado, defendida pela classe dominante e seu Estado, e absorvida por muitos trabalhadores do setor público, é negada, pois o sentido de oposição de tal instrumento de luta é explícito na própria ação grevista. Toda greve é agressiva ao capital, direta ou indiretamente e, portanto, ao Estado que o representa (ASSIS, 2006, p.211)

Contra a Reforma da Previdência, o movimento nacional do funcionalismo federal articulou uma greve a partir de 08 de julho de 2003 que durou 52 dias, tendo sido a mais unificada do serviço público. A paralisação atingiu cerca de 55% da categoria em todo o país (mais de 400 mil trabalhadores) e promoveu alterações na proposta original da PEC-40. Em 29 de agosto ocorreu a suspensão da greve (ADUNESP, 2003).

Em relação a renda dos trabalhadores, no ano de 2003 a renda per capita²⁰³ paulista era cerca de 2% menor do que no ano de 1985. Essa retração da economia gerou, não só para a população, mas para os trabalhadores do setor público em especial, um acentuado arrocho salarial, devido a crise atingir as contas estaduais (ADUSP, 2008).

Em 2004, ocorreram várias greves nos setores públicos do estado de São Paulo. No setor da Saúde teve início uma greve em 10 de maio que se estendeu até 9 de junho. Concomitante a este movimento, ocorreu uma greve de funcionários da USP e de agentes penitenciários.

Não é segredo para ninguém que, por força do ajuste no setor público brasileiro, os salários dos servidores foram enormemente comprimidos. A adesão maciça aos movimentos grevistas é, sem dúvida, reflexo dessa situação, bem como um sinal de que não se está diante de mobilizações conduzidas ao sabor de uma ou outra liderança sindical exacerbada (Diário São Paulo, 17/06/2004, p.A12).

Também nos últimos anos, os metroviários de São Paulo fizeram quatro greves, sendo a primeira em agosto de 2006, a segunda ocorreu em abril de 2007, a terceira em junho do mesmo

²⁰³ Ao longo dos anos, durante mais de vinte anos a renda per capita brasileira cresceu pifamente, cerca de 1% ao ano. No estado de São Paulo, a renda per capita, no mesmo período, permaneceu estagnada. Entre 2003 e 2005 ela cresceu cerca de 3% (ADUSP, 2008).

ano (foram 13 horas de paralisação) e a quarta em agosto de 2007. Outras paralisações no setor público vem ocorrendo: IBAMA, INSS, Ministério da Cultura, INCRA, Universidades Federais (Revista Época, 2007). Por outro lado, a mídia critica os movimentos do setor público referindo a falta de limites dos servidores e a impunidade do governo, conforme segue:

A falta de limites às greves no setor público deixa o metrô paulistano parar quatro vezes em um ano”. A greve da semana passada repete o ritual das paralisações do setor público. Os funcionários param e o governo ameaça com cortes de salário ou demissões, mas eles insistem. No final, um acordo negociado pela justiça acerta a volta ao trabalho e nenhuma punição aos grevistas. A impunidade é possibilitada pelas lacunas da legislação brasileira em relação ao direito de greve para os servidores públicos (Revista Época, 2007).

De acordo com o DIEESE, em 2007, 51% das greves ocorreram no setor público, com os funcionários e professores da rede de ensino do Rio de Janeiro, de universidades federais, funcionários da Caixa Econômica Federal e dos Correios. As greves nesse setor foram maioria e também mais longas, sendo que, dos movimentos com mais de 30 dias, 91% deles aconteceram na esfera pública. Um dos motivos desse setor realizar mais movimentos é que não há existência de data base, dificultando as negociações coletivas e não promovendo a reposição das perdas salariais. Nos últimos quatro anos, a reivindicação principal desse setor é por reajuste salarial e em 60% das greves de 2007 obteve-se vitória total ou parcial.

Analisando as greves no setor público percebemos que a ação sindical encontra um terreno mais firme nesse setor, provavelmente, em grande medida, devido à estabilidade no emprego.

Os movimentos dos funcionários públicos tem se confrontado com o poder do Estado através das greves e manifestações, similares aos movimentos dos demais trabalhadores, porém sua atuação possui uma dimensão diretamente política. Como os resultados desta luta dependem da conjuntura política, isso advém dificuldades e desafios para o sindicalismo desse setor, devido às demandas salariais exigirem articulação na esfera política. Essa dimensão econômica e ao mesmo tempo política da ação sindical, constitui uma particularidade do setor público (NOGUEIRA, 2005).

Por outro lado, convém assinalar as perdas que o neoliberalismo impôs, não só para os trabalhadores das classes médias, mas para todos os trabalhadores, tanto do setor privado, quanto do setor público. Segundo Lima (2002), as campanhas salariais devem ser intensificadas tanto entre os servidores, quanto com os trabalhadores em geral, pois a questão que

os unem estão atreladas à definição do papel do Estado e de um projeto de sociedade sobre qual é o Estado que queremos.

Na última década o sindicalismo do setor público também passou por um período de reformulação no sentido de que um grande número de organizações sindicais se desfiliam da CUT em vista de sua mudança de atuação.

4.1 - O movimento sindical nas Universidades Públicas.

A relação entre o Estado e as entidades sindicais dos docentes e servidores técnico-administrativos das Universidades públicas são de caráter dinâmico, variando no decorrer das décadas, de acordo com a conjuntura da sociedade e conforme as práticas democráticas ou autoritárias de cada governo.

Os movimentos grevistas nas universidades públicas²⁰⁴ começaram a delinear-se no final dos anos 1970, com o surgimento do “novo sindicalismo”, ou “sindicalismo autêntico”; termos que ficaram conhecidos, cuja significação seria a retomada das ações sindicais após longo período de repressão devido a ditadura militar.

Cenário de acirradas e importantes lutas estudantis desde a década de 1960, a universidade brasileira (pública e privada) foi um dos espaços privilegiados da resistência à ditadura militar e da luta pela (re)democratização da instituição e do país, nos anos setenta e oitenta. Nesse período e dentro dela, começaram a germinar as forças de organização, combate e luta que resultaram na criação do movimento dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, nacionalmente articulados em suas entidades representativas: a ANDES-SN e a FASUBRA (NAVARRO e NADER, 1997, p.68-69).

Segundo os autores citados, a ANDES-SN e a FASUBRA desempenharam um papel marcante pelo retorno à democracia e em defesa do ensino público, gratuito, de qualidade e democrático, com um posicionamento contrário à política educacional dos governos a partir do fim da ditadura militar. Essas organizações de caráter sindical possuíam um ideário classista e anti-capitalista e os movimentos que coordenaram contribuíram para a revitalização do movimento estudantil, o qual havia sido sufocado pela ditadura.

Cabe aqui informar que, antes do surgimento do “novo sindicalismo” os sindicatos eram burocratizados, praticavam o assistencialismo, bem como práticas de cooptação e controle dos trabalhadores. Anteriormente a essa época, as universidades brasileiras padeciam de um intenso controle político e ideológico, pois de 1968 a 1976, durante a ditadura militar, houve muita

²⁰⁴ O foco aqui são as universidades públicas em geral. Sobre os movimentos nas Universidades Estaduais Paulistas ver o capítulo VII.

repressão policial nas universidades com prisões, torturas, perseguições e afastamento de líderes docentes e estudantis. Dessa maneira, os movimentos foram inviabilizados devido à forte repressão do Estado. Com o Ato Institucional número 5 e através do decreto lei número 477 de 1969, ficaram proibidas as atividades políticas de protesto nas universidades brasileiras (NEPP, 1985).

Após o golpe militar iniciou-se um longo período de caça aos dirigentes sindicais e populares com centenas de prisões. Nos primeiros seis anos o Ministério do Trabalho interveio mais de 760 vezes nos sindicatos, cassando dirigentes e impondo interventores (MATTOSO, 1995, p.129).

No final da década de 1970 ocorreram manifestações em todo o país pelo fim da ditadura e a retomada da democracia, sendo que, em 1979 os professores de primeiro e segundo graus e docentes de universidades da rede pública, além de outras categorias profissionais, iniciaram as greves no setor público, configurando-se num dos principais grupos grevistas de assalariados de classe média.

O movimento docente vinha, desde 1977, constituindo-se como uma categoria de trabalhadores em luta por liberdades democráticas. Essa era a sua principal característica. Isso não significa que não se verificassem no interior das universidades outros níveis de problemas com os quais o movimento se defrontava (MAIA e MENEZES, 1998, p.97).

Conforme Kruppa (1994), através da militância sindical das greves de 1978 e 1979 houve uma mudança de consciência da categoria docente propiciando o reconhecimento de sua situação de trabalhador e a conquista consistiu na aproximação entre as entidades de docentes e os demais sindicatos. Nesse sentido, romper com o corporativismo é colocar na luta da categoria, questões que transcendem a própria categoria.

Em relação à questão do docente do ensino superior reconhecer-se como trabalhador, na nossa avaliação, esse reconhecimento não é generalizado na categoria, ou seja, apenas uma parcela dos docentes reconhecem-se como trabalhadores assalariados.

O processo de criação das associações de docentes e de funcionários das universidades públicas ocorreu concomitante ao processo de democratização da sociedade e também das universidades.

No final da década de 70, os docentes se perguntavam como resistir àquela maré brutal imposta pela ditadura expressa, entre outros, pelos assassinatos de Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo e de Manoel Fiel Filho, operário militante da Pastoral Operária. Não tínhamos condições democráticas na sociedade, nem nas universidades. Às questões democráticas se somou a necessidade da democratização da própria universidade. A questão era: Como unificar essas lutas? (...) Apesar de proibidos constitucionalmente de nos sindicalizar por sermos trabalhadores do público (

ou como o poder gosta de nos chamar: servidores públicos) agíamos como sindicato e obrigamos os governos a reconhecer nossa organização. Éramos ilegais (diante da ditadura), mas tínhamos legitimidade na categoria e na população. (...) As associações dos servidores públicos foram se formando naquele momento, a partir da concentração de sua base social como, por exemplo, os trabalhadores das Universidades, dos órgãos da saúde, da educação de 1º e 2º graus. Sabíamos que tínhamos que fazer o enfrentamento com as políticas governamentais, embora isso aparecesse, no início, como luta por uma carreira nacional e por melhores condições salariais (DIAS, 2007, p.69-70).

O primeiro Encontro Nacional de Associações Docentes (ENAD) ocorreu no ano de 1979 na USP e em 1981 foi fundada a ANDES durante um Congresso na cidade de Campinas-SP, onde havia militantes de vários partidos políticos: PCB, PC do B, PT e outros.

ANDES e CUT nasceram defendendo a liberdade e autonomia sindicais, a extinção do imposto sindical e da unicidade sindical imposta pelo Estado. Apesar da identidade de posições a ANDES não se filiou imediatamente à CUT porque o processo na base docente não estava ainda maduro, e temos que dizer, porque muitos professores não se consideravam parte da classe trabalhadora (ZAGO, 2007, p.83).

Durante toda a década de 1980 os movimentos nas universidades públicas se intensificaram devido aos diversos planos econômicos que se sucederam e também devido a luta pela reposição salarial num contínuo processo inflacionário. “O ano de 1980 é marco na construção do movimento nacional e de consolidação das associações docentes no cenário de rearticulação dos movimentos sociais no Brasil” (MAIA e MENEZES, 1998, p. 549). “O movimento docente realiza a primeira greve nacional em 1980” (ANDES, jun/2008). Essa greve durou 26 dias, envolvendo professores de 19 universidades autárquicas e 07 escolas isoladas (ANDES-SN, 2006).

A década de oitenta, portanto, está marcada pela luta, pelo combate e pelo confronto mais aberto, pois a ditadura militar já dava sinais de estar chegando ao seu final. A classe média sai às ruas por melhores salários, os conflitos no campo pela posse da terra aumentam, o número de trabalhadores sindicalizados cresce, as comissões de fábricas aparecem, a Central Única dos Trabalhadores é criada, a retomada de ações grevistas passam a ser uma constante na vida da nação e milhares de trabalhadores fazem da política uma atividade inerente à sua condição de classe, dando radicalidade às reivindicações (NODARI, SAUL e RAMPINELLI, 1996, p.11).

No âmbito das lutas das categorias universitárias, cabe mencionar a criação da FASUBRA em dezembro de 1978 que, desde 1991, foi transformada em sindicato nacional. Essa entidade representa os servidores técnico administrativos nas universidades brasileiras.

Nos anos de 1981 e 1982, os professores de universidades autárquicas e escolas isoladas, realizaram novos movimentos de greve com paralisação de 20 dias e 32 dias, respectivamente (ANDES-SN, 2006).

“Lutando contra salários aviltantes, contra a destruição dos serviços públicos, contra a sonegação de impostos e a falta de democracia nas relações entre o Estado e a sociedade, representamos um pólo de luta organizada e socialmente significativa, contra a política de privatização dos ganhos e socialização das perdas, que continua a caracterizar o modo como o poder institucional e a classe dominante tratam as questões sociais no Brasil (ADUSP, 1996, p.25).

Em maio de 1984 o ANDES-SN organizou uma greve de âmbito nacional nas universidades federais, a qual durou 84 dias. A adesão à greve ocorreu em 27 instituições autárquicas, paralisando 35 mil docentes e 60 mil servidores, sendo que as reivindicações²⁰⁵ não foram atendidas pelo governo (CEDI, 1986). “O governo permaneceu intransigente em relação aos salários e, em fins de julho, após 84 dias, a maioria das universidades suspenderia a greve” (MAIA e MENEZES, 1998, p.559). A bandeira das greves do período também era pela democratização interna das universidades.

Enchemos a Esplanada dos Ministérios, enfrentamos a repressão policial. Foi uma greve que sensibilizou muito a opinião pública. Quanto menos o governo nos atendia, mais a população ficava do nosso lado, principalmente as entidades da sociedade civil e o Congresso Nacional. Foi a primeira greve dos professores universitários julgada ilegal (FERES, 1997).

Outro movimento grevista ocorreu no ano de 1985, de significativa extensão e com duração de 45 dias, envolvendo professores de 16 universidades públicas e fundações (ANDES-SN, 2006).

De acordo com Maia e Menezes (1998), em 1984 as universidades brasileiras se juntaram à sociedade durante a campanha pelas “Diretas já” e todos saíram às ruas exigindo o fim do Colégio Eleitoral. Em 1986, no período de implantação do Plano Cruzado observa-se a redução dos protestos e mobilizações; porém quando o plano fracassou, o movimento docente e sindical ressurgiu, sendo que em 1987 as greves explodem no setor público.

Poder-se-ia dizer, grosso modo, que os movimentos universitários de estudantes, professores e funcionários tiveram um papel significativo, nas décadas de setenta e oitenta, no processo de redemocratização da sociedade e das instituições de ensino superior, salientando-se a sua atuação específica no campo da política educacional em que, em diferentes níveis e graus – que traduzem as suas singularidades e seu poder de força – foram baluartes da defesa do ensino público e gratuito e da preservação das instituições de ensino superior públicas, crescentemente desmontadas e desacreditadas pela política governamental privatizante (NAVARRO e NADER, 1997, p.73).

Para se somar ao registro das ocorrências de greves, vale informar que professores de 45 Universidades federais, incluindo autarquias e fundações, permaneceram em greve por 44 dias no ano de 1987 (ANDES-SN, 2006).

²⁰⁵ As reivindicações eram por salários dignos e em defesa da universidade pública e gratuita.

Após a Constituição Federal de 1988, o ANDES-SN passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, o qual sempre se preocupou em vincular suas lutas com as de outras categorias de trabalhadores²⁰⁶. Recentemente, o ANDES-SN possuía mais de 72 mil sindicalizados de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e particulares, possuindo 110 seções sindicais distribuídas em todo o território nacional. Durante o 26º Congresso do ANDES-SN, realizado em março de 2007, ele filiou-se à CONLUTAS²⁰⁷. A entidade tem a característica de ser uma organização autônoma em relação a partidos políticos, sendo constituído por uma diretoria, diretorias regionais e seções sindicais (ANDES-SN, 2008).

Segundo Ridenti (1995), a atuação do ANDES-SN extrapola o conjunto das reivindicações docentes intrínsecas às universidades, pois tem uma atuação em vários momentos da política brasileira, como por exemplo a luta pelo término da ditadura e pela redemocratização do país, a campanha das “Diretas Já”, o impeachment do presidente Collor e outros.

No panorama contemporâneo, o ANDES-SN vem lutando contra o processo de mercantilização do conhecimento, as reformas neoliberais, a precarização do trabalho, etc.

É responsabilidade das lideranças dos movimentos sociais inseridas no esforço de reação à lógica do capital propiciar a desconstrução da racionalidade hoje operante nos diferentes e múltiplos locais de trabalho e nos espaços sociais orgânicos, visando à desocultação (conscientizadora) do real. No caso dos movimentos universitários, papel crucial neste sentido cabe ao movimento docente, na sua especificidade de um “sindicalismo de intelectuais”, duplamente responsável pela formação crítica dos que fazem a comunidade universitária, ou seja, na atuação acadêmico-administrativa e na ação sindical. Este desafio está presente na própria concretude do *mundo do trabalho universitário*, também ele impactado pelos efeitos da reestruturação produtiva (NAVARRO e NADER, 1997, p.71).

Na continuidade da descrição dos movimentos nas universidades públicas, em setembro de 1991 ocorreu uma das mais longas greves nas universidades federais, a qual durou 107 dias. Os ganhos salariais conquistados por essa greve variaram de 82,16% a 135% (COELHO, 1996). A greve envolveu professores e técnico-administrativos de 45 IFES, sendo que, na pauta de reivindicações, constava uma reposição de 144,38% (ANDES-SN, 2006).

Esta greve pode ser considerada um momento de inflexão na crise da universidade brasileira. As universidades públicas estão agora organizadas e integradas não apenas pelo fato de dependerem jurídica e financeiramente do Estado, mas sobretudo porque existe uma consciência coletiva organizada dos professores universitários (e também dos

²⁰⁶ O ANDES-SN havia se filiado à CUT em 1989 e, devido essa Central, ao longo dos anos, ter passado de uma postura de contestação, para uma atuação propositiva, ou seja, de não confronto, o ANDES-SN desfilou-se dela em 2005 (ZAGO, 2007).

²⁰⁷ Trata-se de uma central sindical e popular que abrange todos os trabalhadores: empregados e desempregados, aposentados, informais, terceirizados, precarizados, movimentos sociais diversos: de bairros, de ocupação de terra, de moradia, da juventude, de mulheres, negros, indígenas, homossexuais e transexuais (ZAGO, 2007).

servidores técnico-administrativos) que obriga as autoridades administrativas a buscar soluções negociadas para os conflitos (COELHO, 1996).

Nos anos de 1993 e 1994 novamente ocorreram novos movimentos de greve nas universidades federais, com a duração de 31 dias e 50 dias, respectivamente (ANDES-SN, 2006).

Enquanto isso, no plano internacional, em 1995 a França se deparou com uma grande greve que paralisou seus serviços públicos, a qual obteve amplo apoio da sociedade. Nesta época, também ocorreram greves no setor público em toda a Europa ocidental, sendo que os movimentos eram contra o sucateamento dos serviços públicos, a desregulamentação das relações de trabalho, contra o desemprego, bem como contra a desobrigação do Estado com a saúde, a educação e a justiça (ADUSP, 1996).

Em março de 1998, após três anos sem reajuste salarial, cinquenta universidades federais aderiram à greve deflagrada pelo ANDES-SN, a qual perdurou por todo o semestre do ano letivo. Ao invés de reajustar salários, o governo criou o PID (Programa de Incentivo à Docência), o qual consistia em bolsas para docentes que ministrassem um maior número de aulas (FANTINATTI, 1998). Segundo o ANDES-SN (2006), essa greve teve a duração de 104 dias e envolveu professores e técnico-administrativos de 51 IFES, os quais contaram com o apoio dos estudantes. A principal reivindicação era um reajuste de 48,65%, sendo que a luta era também pela recomposição dos quadros de docentes das IFES. Apesar do movimento prolongado e da greve de fome realizada por 14 docentes, não obtiveram nenhuma conquista referente aos itens da pauta, sendo que o governo substituiu o PID pela GED, a qual tinha as mesmas características (ANDES-SN, 2006).

No campo estritamente sindical, professores e funcionários vêm sofrendo revezes que se consubstanciam nas crescentes perdas salariais e na visível redução do poder de fogo das greves que vêm realizando, cada vez mais problemáticas em sua deflagração, condução e término. O balanço feito, sem dúvida insatisfatório, não coloca um quadro animador, em termos de perspectivas imediatas, principalmente aquelas orientadas para o combate à racionalidade capitalista (NAVARRO e NADER, 1997, p.73-74).

Em relação às categorias de funcionários nas universidades públicas, observamos que o setor é muito heterogêneo, ou seja, existem diferenças no nível sócio-cultural, econômico, nível de escolaridade, diversidade de profissões, etc. Portanto, é necessário destacarmos as especificidades dos movimentos grevistas nas universidades, caracterizando o posicionamento ideológico do sindicalismo dos docentes e o praticado pelos demais trabalhadores universitários, bem como o posicionamento destas categorias na classe média.

O movimento sindical docente encontrou resistência não tanto por reivindicar benefícios corporativos (melhores salários, carreira docente, etc), mas principalmente por contrapor-se à privatização da universidade e ao alinhamento das instituições de ensino superior à “modernização conservadora” da sociedade brasileira (COELHO, 1996).

Conforme já exposto, nos últimos anos vem crescendo acentuadamente nas universidades públicas a contratação de estagiários, a terceirização de serviços, a contratação de funcionários e pesquisadores por tempo determinado, através das fundações de apoio privadas e, com isso, ocorre também a queda da remuneração salarial, o risco das demissões, a pressão e o rebaixamento das condições de trabalho, etc. Essa nova configuração das relações de trabalho nas universidades públicas acarreta alterações no comportamento sindical com visível desmobilização das categorias profissionais. Desta forma, o sindicalismo nas universidades públicas fica fragilizado e dependente de novas alternativas que possam confrontar esse novo panorama.

A luta em defesa da Universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade é sem dúvida uma necessidade, mas certamente seria mais eficaz se houvesse uma compreensão mais generalizada de que esse objetivo é apenas o início do caminho em busca de uma nova Universidade que seja popular no seu conteúdo e no seu escopo. Esse movimento, no entanto, em cada um de seus momentos, exige a aliança entre a intelectualidade proletarizada (não tanto pelas condições de vida, mas pela subsunção ao capital) e outros setores sociais interessados no resgate da soberania nacional e na construção de uma ordem social alternativa (ROIO, 2002, p.16).

No mês de maio de 2000 eclodiu uma greve, a qual durou 87 dias, envolvendo 31 universidades federais, com a adesão de funcionários, docentes e o apoio dos estudantes. A reivindicação era de um reajuste de 64%, pois estavam sem reajuste salarial há cinco anos (ANDES-SN, 2006). O fato dos salários não terem sido reajustados durante longo período, demonstra a omissão do Estado e o desrespeito com as categorias atuantes na educação pública no âmbito federal, o que reafirma a tese do processo de desmonte da educação pública no Brasil.

Você acena para uma questão que é verdadeira: a questão salarial puxa grandes movimentações, mas nem sempre. Depois de uma boa conquista salarial, você não tem, no ano seguinte, o mesmo movimento. O que de fato ocorre é que, no dia-a-dia, as pessoas não buscam intervir nem sindical nem politicamente, é como se dissessem: ‘o meu saber poderá salvar o país’ e, portanto, isso é o que importa para eles. Perdeu-se a noção da cidadania, da democracia, da política e instaurou-se o salve-se-quem-puder. Reconstruir essa dimensão da política se dá, curiosamente, quando o conjunto dos docentes se sente indignado. A recente greve das federais mostrou isso. Os cortes de salários, as trapaças legislativas por parte do executivo (o facistóide pacote de novembro), o desrespeito às decisões dos tribunais fortaleceram enormemente a greve. Isso tem sido uma constante histórica.²⁰⁸

²⁰⁸ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.80.

Em setembro de 2001 os funcionários e docentes das Universidades Federais paralisaram suas atividades, acompanhados por outros setores do funcionalismo público: da previdência, do judiciário e outros que estavam sem reajuste salarial há sete anos (STU, 2002b).

Nossa greve foi a maior que a FASUBRA desenvolveu contra a política do governo para o ensino público superior. Ela demoliu as propostas do governo federal, impôs uma derrota à sua visão de não conceder reposição salarial há sete anos. FHC teve que voltar atrás; recuar na sua tentativa de mudar a estrutura das relações de trabalho e de acabar com o Regime Jurídico Único (RJU) nas federais.²⁰⁹

Essa greve das universidades federais durou 96 dias de paralisação e atingiu 52 instituições de ensino em todo o país, tendo ganho visibilidade nacional e até internacional. Os salários dos trabalhadores foram suspensos pelo governo federal, porém o movimento respondeu com força indo às ruas, fechando estradas e mostrando sua indignação à sociedade (STU, 2002b).

Os movimentos nas universidades públicas possuem características e fatores privilegiados para interferirem no processo da racionalidade hegemônica, como instrumentos esclarecedores da situação, a partir do momento que reafirmem, na prática, sua amplitude classista e seu caráter democrático interno. Para que isso ocorra, é necessário superar as limitações intra e inter-movimentos que os enfraquecem (NAVARRO e NADER, 1997).

A greve no serviço público e na universidade tem uma característica; ela não é como a greve do metroviário, que pára e dá um prejuízo de milhões em um dia, ou dos bancários, ou dos motoristas de ônibus. A nossa greve geralmente é longa, se arrasta e ela acaba tendo um papel mais político, de pressão, do que econômico; ela não cria uma situação de perda econômica muito grande e, por isso, elas tem duas características: são longas e são mais radicalizadas.²¹⁰

Vale ressaltar que as entidades sindicais das universidades públicas, percebendo a mudança de atuação da CUT, procederam, em sua maioria, à desfiliação dessa Central, conforme a fala de um entrevistado abaixo:

Com a ascensão do governo Lula, você tem também uma cooptação de quadros, entidades e movimentos sociais, que vai trazer um fato novo e pra mim a questão da CUT é uma demarcação, a traição da CUT, a adesão às reformas neoliberais é inaceitável; tanto que a gente começa um movimento forte dentro do movimento docente do ensino superior, de rompimento com a CUT e a gente consegue isso, que o ANDES-SN, que é um dos principais sindicatos que a CUT tinha, porque é um sindicato com uma base de mais de 80 mil docentes, forte, organizado, com dinheiro; e a contribuição à CUT é uma questão a ser considerada.²¹¹

Retomando a questão da mobilização, salientamos que a desmobilização sindical no setor público, bem como nas universidades públicas, deve ser pensada a partir da introdução de ações

²⁰⁹ Depoimento de Cristiano Zenaide de Paiva, da FASUBRA, extraído de STU, 2002b, p.15.

²¹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

neoliberais nos diversos setores do país, inclusive nas universidades públicas e no ensino superior público, impondo-se a necessidade de enfrentamento dessa questão, a partir da elaboração de novas estratégias de atuação por parte das Entidades sindicais. Conforme um militante docente:

O desafio é resistir ao aprofundamento da privatização do ensino superior, através do ProUni, da Reforma Universitária proposta pelo governo Lula, da insuficiência de verbas, da lei das patentes, da inovação tecnológica e do ensino à distância. E continuar a luta contra as fundações, ditas de apoio, que privatizam a universidade por dentro através da cobrança dos cursos, da terceirização, da precarização e da mercantilização do trabalho docente (ZAGO, 2007, p.94).

Nesse processo de luta contra a implementação de ações neoliberais nas universidades públicas, seria de extrema importância que as entidades sindicais iniciassem um processo de conscientização, tanto da comunidade interna, quanto da população em geral, para que fique visível essa transformação da universidade que ora está em curso.

Os servidores deverão transformar o direito de greve em um instrumento de luta e de democracia, ligando seu exercício com a discussão permanente com a população, inclusive no esclarecimento das falhas concernentes ao próprio papel do Estado (SIQUEIRA NETO, 1991, p.67).

Conforme BOITO JR (2003c), os trabalhadores em educação devem lutar pelo estabelecimento de um novo contexto educacional, que seja laico, democrático, público e gratuito, onde os profissionais sejam realmente valorizados, buscando uma unificação do seu próprio movimento, com a superação de particularidades, responsáveis pela divisão do movimento sindical, implementando uma organização ampliada.

“Por que não começarmos a pensar em uma grande federação nacional da educação, que reúna o setor público e o privado, e os professores com os demais trabalhadores em educação? Os trabalhadores em educação devem, ao mesmo tempo, procurar unificar a sua luta com a luta dos demais trabalhadores contra o modelo capitalista neoliberal periférico” (BOITO JR, 2003c).

Nesse sentido, o sindicalismo intrínseco às Universidades deveria buscar estratégias de enfrentamento das ações neoliberais implementadas pelos governos, a fim de que a organização coletiva dos trabalhadores seja recuperada e se possa novamente implementar um cenário de movimentos amplos e abrangentes, a exemplo dos movimentos ocorridos em décadas anteriores.

Para que possamos compreender as especificidades dos movimentos nesta área explicitaremos no próximo capítulo sobre o universo de trabalho das categorias em questão.

²¹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

CAPÍTULO V – A SITUAÇÃO DE TRABALHO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS.

A análise sobre a situação de trabalho das categorias que fazem parte das Universidades pesquisadas, torna-se importante para a compreensão de seus interesses e reivindicações presentes na trajetória dos movimentos organizados pelas mesmas, nas diversas conjunturas da academia e em âmbito nacional.

Nas Universidades Estaduais Paulistas os docentes e demais funcionários são servidores públicos do Estado de São Paulo, sendo que seus salários são oriundos da quota destinada a estas universidades a qual, atualmente, tem o percentual de 9,57% do ICMS do Estado, índice fixado pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

O funcionário público que trabalha nas universidades também é vítima da imagem negativa que os governos construíram ao longo dos anos e isso aparece sempre nos momentos de paralisações e de greves. Tal imagem poderia ser assim ilustrada:

A imagem do funcionário público a serviço da população foi sendo desmontada ao longo dos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. O governo FHC bombardeou o país com campanhas de mídia atribuindo todos os problemas ao serviço público. O trabalhador do serviço público passou a ser visto como ineficiente, oneroso, um fardo para o Brasil (ABREU, 2003, p.91)

A categoria de funcionários das universidades pesquisadas é muito ampla abarcando diversas profissões, níveis salariais, situação de contrato de trabalho (se é RJU ou CLT) e tarefas diversificadas, segundo cada função. O controle de frequência para os funcionários também é diversificado em cada universidade e mesmo nos diversos setores, dentro de uma mesma instituição, sendo adotados para tal controle o ponto manual e o ponto eletrônico.

De acordo com as entrevistas realizadas durante a pesquisa, uma grande parcela destes funcionários possuem as características de um individualismo da pequena burguesia, sendo que, a busca pela ascensão social através do seu trabalho e da progressão da carreira, são fatores muito evidentes. Posteriormente veremos que isto constitui uma dificuldade para essa parcela da categoria dos funcionários aderir aos movimentos sindicais.

A categoria de funcionários técnico-administrativos é muito heterogênea, então você tem desde o pessoal da limpeza, que agora a maioria é terceirizada, até os chefes, o pessoal diretor, que tem muito poder e que nunca se mobiliza e, normalmente, tem uma visão política um pouco mais conservadora.²¹²

²¹² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

Por outro lado, às vezes a postura “dura” e inadequada de um chefe, seja docente ou funcionário, poderá levar o funcionário que é subordinado, a aderir aos movimentos, numa atitude de contestação frente a essas chefias.

A repressão e o poder dos chefes é arbitrário, é colocado quem muitas vezes não tem competência e aí trata de dominar. Em vez de ser na base do diálogo e da colaboração, ele bota o tacão. Isso é muito comum e muitas vezes as pessoas vão à greve, apesar do medo, numa oportunidade vão à greve exatamente pra dar o troco à esse chefe. Quer dizer, não é o objetivo da greve, o objetivo é salarial; no caso o cara é motivado a ir à greve pra dar o desconto.²¹³

Quando eu iniciei a minha militância, foi por uma pressão muito grande aqui dentro da USP da diretoria da Unidade, que cedeu o comando para uma pessoa que pra nós foi um terror. A pressão foi tão grande que chegou a ponto de que teve colegas que até hoje tomam medicamento de tarja preta, psicotrópico, por causa do assédio moral e ficaram afastados muitos meses. A nossa saída era entrar na luta e aí eu fui entrando em contato com os companheiros do sindicato e iniciamos na militância.²¹⁴

Os processos utilizados para contratação dos docentes e funcionários nestas universidades não ocorrem somente mediante concurso público, sendo que, existem várias modalidades de contrato de trabalho: os concursados regime estatutário (RJU), os concursados ou não, regidos pela CLT, os contratos terceirizados (através das fundações e empresas terceirizadas), os estagiários, os bolsistas, os aprimorandos e os patrulheiros. Além da apreciação do curriculum, dos títulos, da entrevista, o processo de seleção poderá englobar aspectos subjetivos, tais como: as afinidades teóricas (no caso dos docentes), a indicação, linha de pesquisa, etc.

Na UNICAMP, os funcionários que ingressaram até 31 de dezembro de 1984, podiam optar pelo regime de trabalho, ou seja, se queriam o RJU ou CLT, sendo que a partir do ano de 1985 todos os servidores passaram a ser contratados, mesmo através de concursos, somente no regime CLT; exceto a categoria docente que continuou a ser contratada no RJU.²¹⁵

Essa contratação de funcionários públicos através do regime CLT vincula esses servidores ao RGPS, submetendo-os às mesmas regras do setor privado, com a conseqüente redução do salário na época da aposentadoria, fazendo com que inúmeros servidores sejam impulsionados a adquirirem uma previdência complementar (SILVA, 2004). Dessa forma, os trabalhadores são confrontados desempenhando o mesmo trabalho, porém em condições salariais e sob regras trabalhistas não isonômicas.

²¹³ Entrevista realizada em 2002 com ex-dirigente da ADUNICAMP.

²¹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 22/09/2009.

²¹⁵ Conforme informação da DGRH/UNICAMP, março/2010.

Neste sentido, a terceirização proporcionou um ambiente de trabalho de segmentação e desigualdade no interior das universidades pesquisadas, ocorrendo, portanto, uma reprodução das desigualdades sociais e trabalhistas dos trabalhadores externos a elas.

A contratação de docentes na UNICAMP vem ocorrendo através de processo seletivo ou por concurso público para os níveis MS3 (doutor), MS5 (Livre-docente associado) ou MS6 (titular). Podem ocorrer também contratos por tempo determinado através da solicitação das Unidades e aprovação, conforme resolução GR 48/2003.²¹⁶ Geralmente o docente é contratado em RTP com doze horas semanais e, mediante solicitação da Unidade e processos de avaliação, posteriormente poderá passar para RTC, vinte e quatro horas semanais e RDIDP, quarenta horas semanais.

O ingresso de docentes na USP ocorre por processo seletivo ou concurso público para o cargo inicial de Professor Doutor e requer candidatos com doutorado. O contrato de trabalho poderá ser por prazo determinado podendo ser renovado a critério de cada Unidade. A condição de efetividade do professor é obtida após a aprovação em concurso público para ingresso na carreira docente. Os regimes de trabalho poderão ser: RTP, RTC ou RDIDP (12, 24 e 40 horas semanais, respectivamente). Atualmente a USP vem contratando preferencialmente professores com doutorado em RDIDP, sendo que os professores colaboradores e pesquisadores recebem remuneração. Os funcionários da USP são contratados por concurso público em regime CLT com período de experiência de noventa dias e após por prazo indeterminado (USP, 2009).

Na UNESP a contratação de docentes é realizada através de concursos para: professor titular, professor Assistente (CLT), ou ainda professor substituto ou bolsista (CLT). Os funcionários técnico-administrativos também são contratados no regime CLT e através de concurso. Foi instituída a Comissão de Contratação Docente, a qual tem atribuições de definição de critérios e análise das propostas de contratações (UNESP, 2009).

Nas Universidades Estaduais Paulistas, os docentes e funcionários contratados pelo RJU gozam de alguns direitos, tais como: estabilidade no emprego, aposentadoria integral, licença prêmio, etc, porém não tem direito ao FGTS. Os contratados pelas Universidades no regime CLT possuem estabilidade após cinco anos, tem direito ao FGTS e a aposentadoria é pelo INSS. Com a Constituição Federal de 1988 foi fixado para os funcionários públicos o direito a receber o 13º salário.

²¹⁶ Conforme informação da DGRH/UNICAMP, março/2010.

5.1 - Novos métodos de gestão do trabalho.

Nas Universidades pesquisadas, nos últimos anos, vem sendo implementados novos métodos de gerenciamento do trabalho e nas relações de trabalho, na busca de uma racionalização de custos e modernização, à exemplo do que ocorreu em empresas do setor privado. Nesse sentido foram implantados programas do tipo “qualidade total”, “planejamento estratégico”, “gestão de pessoas por competências” e outros, proporcionando uma universidade mais “enxuta” e, conseqüentemente, uma relação de trabalho mais injusta.

Nesse novo processo de trabalho, além do novo contexto gerencial, vem ocorrendo uma crescente terceirização dos setores, contratos flexíveis de funcionários e docentes, contratação de estagiários em substituição aos quadros efetivos, não reposição dos funcionários que se aposentam, etc. A gestão de pessoas por competências é um modelo competitivo e de segmentação, configurando-se numa estratégia de fragmentação do trabalho e também do próprio trabalhador.

Hoje a UNICAMP triplicou o tamanho, aumentou a produtividade 200%, mas o corpo de funcionários diminuiu. As áreas operacionais foram terceirizadas, não porque fica mais barato para a Universidade, é para quebrar a unidade de classe, da categoria seguramente. Na realidade o professor faz um monte de coisas, preenche relatórios, em alguns lugares ele preenche até a lista de notas e de presença; praticamente ele faz o trabalho quase todo. O IMECC tinha quatro departamentos com dois funcionários cada, tinha quatro secretarias. Agora tem uma secretaria para todos os departamentos com menos número de pessoas. Em professores também diminuiu muito; se tirar os aposentados, o número é menor para uma carga de trabalho maior.²¹⁷

Neste sentido é importante ressaltar que as universidades pesquisadas não vem repondo os quadros docentes no mesmo ritmo do crescimento destas universidades, ou seja, o número de cursos e de alunos de graduação e de pós graduação aumentam e, concomitantemente, ocorreu uma diminuição dos docentes. Grande parte das vagas não foram repostas, como por exemplo, na UNICAMP, devido aos docentes aposentados serem, em sua maioria, estatutários, e estes continuaram na folha de pagamento pela inexistência de um sistema previdenciário próprio. Nesta universidade, o número de docentes aposentados pelo regime estatutário é acima de 1/3 do número de docentes na ativa.

Para se ter uma idéia da não reposição dos quadros, na UNICAMP entre 1989 a 2000, o número de alunos de graduação e pós-graduação aumentou cerca de 60%, e os de extensão, cerca

²¹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

de 400%, sendo que, no período, o número de docentes caiu cerca de 15%²¹⁸, e isso foi antes da Reforma da Previdência do governo Lula, a qual desencadeou muitas aposentadorias.

Semelhante redução de quadros também ocorreu na USP, a qual, na década de 1990 sofreu uma redução de 932 docentes, dos quais 115 pertenciam a FFLCH. Esse quadro desencadeou uma crise na FFLCH, sendo que seus estudantes deflagraram uma greve no ano de 2002 reivindicando a contratação de 259 docentes (AGUIAR, OLIVEIRA e COGGIOLA, 2002).

Na UNESP a expansão de vagas e de cursos que ocorreu a partir de 2001, não teve uma contrapartida no orçamento por parte da Assembléia Legislativa. O saldo da expansão foi a criação de sete novas unidades, chamadas de “diferenciadas” e a criação de vários novos cursos nas antigas unidades, como por exemplo em Marília, que passou de cinco cursos para nove (ADUNESP, 2007). “Essa expansão agressiva trouxe e traz conseqüências sérias e todas as conquistas só ocorreram após muita luta. Cada construção de prédio ou contratação de professores corresponde a uma greve ou a uma intensa mobilização”.²¹⁹

Essa situação ocorre devido à ausência de uma política de contratações nas universidades, ocasionando uma não reposição dos quadros e um conseqüente enxugamento de postos de trabalho, o que vem se configurando em verdadeiro tormento para docentes e funcionários, os quais, muitas vezes, necessitam desempenhar uma função que não lhe compete.

Ao mesmo tempo, os funcionários e docentes contratados pelas fundações privadas e demais terceirizados, embora executem o mesmo tipo de trabalho e no mesmo local, não recebem salários e não possuem todos os benefícios²²⁰ que os demais, que são contratados pela Universidade. Nos últimos anos, devido a ações impetradas pelas Entidades Sindicais de docentes e funcionários no Ministério Público do Trabalho, referente às contratações sem concurso público, vem ocorrendo demissões, concomitante com o não pagamento de direitos devidos.

Outro dado importante é que os funcionários contratados pelas fundações e outros terceirizados, não possuem Plano de Carreira, como os demais funcionários. Em relação a avaliação de funcionários, esta é realizada anualmente pelos próprios colegas de trabalho e pelas chefias. Dessa forma, o processo avaliatório é suscetível a críticas.

As avaliações de rendimentos no trabalho, relatórios de atividades, não podem ser feitas pelos próprios pares. Não são julgamentos isentos, podem, em muitos casos, ter uma

²¹⁸ De acordo com dados extraídos de ADUNICAMP, 2002, p.56.

²¹⁹ Depoimento da Profª Maria Valéria extraído de ADUNESP, 2007, p.12.

²²⁰ Benefícios seriam os direitos do trabalhador, tais como o aviso prévio, FGTS, indenizações, férias, etc.

distorção na interpretação. São avaliações muitas vezes feitas por um amigo ou por um inimigo (OLIVEIRA JR., 2009, p.68).

Diante das transformações na forma de gerenciamento do trabalho implementadas, não podemos deixar de ressaltar, que tal estratégia proporcionou uma precarização e queda da qualidade do trabalho nestas Universidades, bem como uma desarticulação do movimento sindical das categorias de forma generalizada.

5.2 - As especificidades da atividade docente e suas implicações no movimento sindical.

Ao adentrarmos no universo sobre as especificidades da atividade docente, há que se considerar os estudos de Braverman (1977), Mills (1979), Poulantzas (1975 e 1985), Wright (1979), Boito Jr (1991, 1992, 1994, 2007) e outros, conforme discorrido no primeiro capítulo desta tese.

De acordo com Basbaum (1982), com o avanço das sociedades ocorreu uma nova divisão do trabalho: de um lado o trabalho manual e de outro lado o trabalho intelectual. A partir daí teve início uma nova categoria de homens que desempenhavam algo específico: os intelectuais. Estes seriam indivíduos que, devido aos seus dotes de inteligência e conhecimentos, trabalhariam menos com as mãos, do que com o cérebro, com tarefas específicas. O autor cita como exemplo, os professores.

Segundo Poulantzas (1975), essa divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual refere-se ao conjunto da “nova pequena burguesia” em suas relações com o operariado. Essa fração de classe seria constituída pelos empregados em escritórios, supervisores, técnicos, funcionários públicos, etc.

“São poucos os estudos que tem penetrado o interior do mundo dos docentes e lidado com suas idiossincrasias, com suas incongruências e contingências, com as condições concretas em que esse trabalho se verifica” (COSTA, 1995, p.17). O trabalho docente possui ambivalências e controvérsias; é um trabalho predominantemente intelectual e, como tal, não se adéqua ao processo de trabalho regido pelo capitalismo e pelo mercado.

O trabalho intelectual é uma tensão. Não é uma coisa que você pode programar como se programa uma produção de meia. Estão abastardando o ensino universitário, estão abastardando a vida intelectual. A vida intelectual é um compromisso, e a universidade só teve peso quando ela respeitou esse compromisso. De modo que essa é a reação que nós temos que fazer hoje, nós temos que lutar pela dignidade do ensino universitário (SAMPAIO, 2009).

Ainda a respeito da especificidade do trabalho docente:

O trabalho do docente universitário tem uma natureza diferenciada em relação ao produto, pois a sua objetivação se expressa através das idéias, do pensamento, da produção intelectual, de uma produção não material e a atividade que a constitui se dirige a resultados que, também, não são materiais ou que, ao serem consumidos, simplesmente desaparecem (GRADELLA JR., 2002, p.13).

Kruppa (1994), ao analisar os movimentos dos professores estaduais de São Paulo refere que:

Embora o reconhecimento do professor como trabalhador fosse problemático, forçar esse reconhecimento obrigou aos militantes de base um tratamento mais constante da questão no interior das escolas e assembléias. Construir o significado do professor – trabalhador implicava em dizer, ainda que genericamente, como se compunha a sociedade e quem se beneficiava das políticas desenvolvidas pelo Estado. A filiação à CUT foi possível pelo enfrentamento desse problema, que tinha um tom polêmico, do conflito e não do consenso (KRUPPA, 1994, p. 188).

Os docentes são trabalhadores assalariados porque vendem sua força de trabalho e não possuem nem controlam os meios de produção. O trabalho docente tem se caracterizado através da história, como uma profissão de classe média, porém, a identificação desta categoria com a ideologia meritocrática, bem como o fato desta categoria estar num nível mais elevado em relação às demais profissões, dificultam sua identificação como classe de trabalhadores assalariados, principalmente os docentes do ensino superior. Dessa forma, ao não possuírem essa percepção de trabalhador, o engajamento nos movimentos conjuntos fica dificultado.

Eu acho que um dos grandes problemas que a gente tem em relação à categoria de docentes é que apesar da gente ter uma perspectiva política interessante, uma discussão interna interessante da universidade, a militância do movimento docente, ela tem uma especificidade: os docentes não se vêem como trabalhadores, então, ao não se verem como trabalhadores, as vezes a gente acaba ficando em lutas muito internas, muito específicas internamente²²¹.

A grande maioria dos docentes de uma forma geral, eles não se sentem muito trabalhadores não, eles se sentem uma categoria meio diferenciada; então isso é um sentimento que a maioria dos docentes tem. O pessoal que não está ligado ao movimento não faz essa análise, não faz essa discussão, acham que professor e pesquisador não é um trabalhador como outro qualquer.²²²

De acordo com Kruppa, mesmo entre os professores do ensino básico, essa visão de trabalhador é dificultada.

Para os professores o enfrentamento de sua condição de trabalhador não foi e não é tranquilo. Embora isso aconteça em grande parte pela visão equivocada que a categoria fazia e faz do seu papel, atribuindo-se um status superior aos demais trabalhadores... para o professor a construção do seu significado profissional é complexa (KRUPPA, 1994, p.195).

²²¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

²²² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

Hoje vivemos a visão ideologicamente dominante do fim das classes que rebate no interior do nosso sindicato com a concepção de que não somos trabalhadores. Independente da opinião singular de cada um, o fenômeno objetivo é o da subsunção real do trabalho (inclusive e especialmente o do trabalho intelectual) ao Capital (DIAS, 2007, p.81).

Segundo Gradella Jr. (2002, p.91), “ a produção de conhecimento científico é a materialização do trabalho docente, pois através da pesquisa é que se encontra a possibilidade de superação da atividade meramente mecânica”.

Diante dessa questão da existência de uma especificidade que distingue o docente como categoria profissional, impõe-se algumas indagações: Como os sindicatos docentes trabalham a questão desse conceito, dessa especificidade e subjetividade da profissão docente?

Em relação à rotina do exercício profissional docente, ela não é a mesma dos demais assalariados do setor público, ou mesmo dos demais funcionários das universidades. Devido à universidade realizar o ensino, a pesquisa e a extensão, a atividade docente é fundamentalmente intelectual e permeada por especificidades, e o controle sobre o cumprimento da jornada de trabalho destes profissionais, não ocorre de forma similar a dos demais servidores.

Conforme Fantinatti:

Pelas características específicas do trabalho intelectual, a remuneração não está ligada diretamente ao cumprimento de jornada fixa de trabalho, nem é pensada em termos de horas-extras. Os regimes de trabalho em universidades onde há pesquisa, procuram contemplar, em tese, uma remuneração pelo tempo de dedicação indicado no contrato de trabalho do docente junto à Universidade, independente do número de horas efetivamente gastas em trabalhos relacionados a ela (FANTINATTI, 1998, p.47).

Porém, a autonomia que o docente geralmente possui sobre seu trabalho é relativa, pois nos últimos anos, com as pesquisas sendo viabilizadas para atender as demandas do mercado, a autonomia, muitas vezes, acaba não se concretizando no universo do trabalho acadêmico. Essa autonomia acaba se limitando ao cumprimento de sua jornada de trabalho (inclusive podendo trabalhar à distância), sobre os horários de aulas, sobre qual critério avaliará seus alunos, geralmente com menos pressões de chefias, etc; porém, essa autonomia ainda é um fator de valorização e de certo status para o docente.

Portanto, em relação à autonomia para a execução de pesquisas conforme a necessidade social, ou relevância do tema, podemos afirmar que, nos últimos anos, os docentes das Universidades Estaduais Paulistas vem perdendo tal autonomia pois, conforme já apontado, cada vez mais, as pesquisas vem sendo guiadas pelo mercado. Neste sentido, a autonomia docente apresenta-se idealizada.

A reforma do Estado possibilitou procedimentos estatais/mercantis, tais como os fundos setoriais, incubadoras de empresas, parques tecnológicos e ações caritativas como a agricultura familiar, a pedagogia da terra, a escola de gestores, dentre outros que afetaram, sem mediações, a universidade estatal pública e o trabalho do professor (SILVA JR. e SILVA, 2009, p.43).

Devido às características do trabalho docente já mencionadas, o qual contempla um panorama de prazos, metas e compromissos a cumprir; geralmente a própria categoria impõe-se questionamentos sobre uma decisão a tomar na iminência de uma paralisação ou greve. Mesmo porque, os movimentos grevistas de docentes e na universidade como um todo, são sempre polêmicos, gerando muita controvérsia na sociedade. Dessa forma, as greves e paralisações nas universidades são objeto de discussão no interior das entidades sindicais docentes, sendo que a categoria sempre debate sobre a possibilidade de outras formas de obter as reivindicações e não realizar greves.

Quando você faz essa pergunta vem na cabeça os colegas falando: “*nós precisamos arrumar outras formas, greve já tá fora de moda*”. Eles falam. Toda vez que a gente tá preparando uma greve vem esse tipo de coisa: “*greve a gente não quer fazer, porque greve não adianta nada, não fazemos parte do setor produtivo*”. Nós temos ido à greve, quando é necessário ir à greve. Você entrega uma pauta de reivindicações com antecedência e não acontece nada, é um desrespeito total.²²³

A vivência do docente num contexto sindical se configura nos termos da ideologia meritocrática, ou seja, por serem portadores dessa ideologia, situam-se no âmbito do sindicalismo de classe média. Essa vivência sindical do docente ocorreria mais no contexto das universidades federais, conforme o depoimento abaixo:

Porque ele [docente] acha que, ao longo do tempo, talento e mérito vão lhe dar destaque. Os professores universitários, mesmo alguns bem politizados, vivem muito fortemente o mito da ciência. Isso é uma coisa que os afasta das assembléias, mas eles poderiam trabalhar mais intensamente nos grupos de trabalho. Nós trazemos gente para pensar a previdência social, a ciência e tecnologia, a questão agrária, porque eles são capazes de juntar seus talentos a um assunto prático. É uma coisa que conseguimos muito em nível nacional, embora mais nas Universidades Federais que nas estaduais. Nas federais, eles se consideram mais trabalhadores que nas estaduais paulistas. Nestas últimas, eles se consideram candidatos ao prêmio Nobel.²²⁴

Escolaridade não significa consciência política, se fosse isso nós seríamos o supra sumo da consciência política e não é bem assim, você sabe disso. O que estou querendo dizer é que, mesmo a categoria de professor universitário, não tem a consciência política a ponto de ter uma postura diferente do conjunto da sociedade.²²⁵

²²³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto de 2008.

²²⁴ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.85.

²²⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

É importante destacar que, como a grande maioria dos docentes não se percebem como trabalhadores assalariados e, como tal, ao aderirem aos movimentos, não utilizam algumas ações típicas dos trabalhadores nas manifestações e greves, tais como piquetes, ocupações, bloqueios, etc.

Não faz parte do universo dos docentes [os piquetes], essas não são as ferramentas de luta que o movimento docente elege como sendo as suas prioridades de trabalho, como sendo as suas prioridades de luta política. Por isso as publicações acabam tendo um peso grande, ou seja, o debate intelectual talvez seja a maior ferramenta que o conjunto dos docentes tem na politização dos seus movimentos de greve.²²⁶

É que, no caso dos professores, a gente vê isso pelos óculos da classe média; é o atentado contra o direito de ir e vir, são os princípios democráticos da democracia burguesa, são os atentados contra os direitos individuais e coisa e tal. Mas quando você extrapola o direito individual e “ferra” com as pessoas, aí ninguém lembra dos direitos individuais, ninguém lembra do direito de ir e vir, o diabo a quatro, então, pra isso vale, para aquilo não?²²⁷

Porém, uma parcela dos docentes, ou seja, a vanguarda do movimento docente, apesar de não implementá-las, não rejeita este tipo de ação afirmando que essas ações devem ser discutidas em assembléias e implementadas sob alguns cuidados.

Eu não acho que isso seja uma questão tão alheia ao conjunto dos docentes; o que ela se coloca é quando se faz e como se faz e aí é essa coisa da conversa. Muitas vezes você não pode tomar essas atitudes extemporaneamente a partir de um único grupo. Se você vai fazer piquete e bloqueio de prédios, essas coisas precisam ser conversadas adequadamente, tem que saber se essa é a estratégia correta e como que a gente vai fazer. Não é essa ferramenta que a gente trabalha, mas ela não é uma coisa que nunca tenha sido feita, ela já foi feita e em determinadas circunstâncias elas talvez tenham que ser necessárias²²⁸.

Diante da análise das entrevistas com as lideranças sindicais, podemos perceber que vem ocorrendo uma mudança de concepção do docente dentro da universidade, sendo que em relação aos docentes que estão ingressando nos últimos anos, nota-se uma resistência a movimentos de greve, de mobilizações, sendo estes substituídos pelas saídas individuais para complementação salarial e uma postura de não pensar e não agir no âmbito coletivo.

²²⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

²²⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

²²⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

5.2.1 - A avaliação do trabalho docente.

Os sistemas de avaliação do trabalho executado pela categoria docente tem sofrido transformações ao longo dos anos. Na década de 1990 a avaliação do trabalho era realizada pelos próprios colegas, de acordo com critérios de cada departamento da Universidade, com regras definidas e que não feriam a autonomia docente.

As demandas reais do trabalho do docente universitário, tais como: a exigência de titulação, relatórios de atividades, avaliação dos alunos, avaliação departamental, etc., centradas mais no cumprimento dos prazos e da exigência da burocracia reduzem, em muito, o tempo dedicado à produção do conhecimento (GRADELLA JR., 2002, p.34).

As avaliações do trabalho docente realizadas externamente sempre foram vistas de modo cauteloso e apreensivo pelos docentes. Quando da divulgação de uma “lista dos improdutivos”²²⁹ da USP veiculada pela mídia, ocorreu em resposta uma forte reação da comunidade universitária, com notas de repúdio de entidades sindicais de docentes em solidariedade aos colegas de profissão. A referida lista continha distorções e informações equivocadas referindo-se, sobretudo, à quantidade de publicações dos docentes.

Sempre houve uma dificuldade nos processos de avaliação do trabalho docente, quanto à questão da produtividade, ou seja, procura-se colocar a ênfase no fator quantitativo das pesquisas, sendo que, geralmente, mede-se a quantidade das teses defendidas, o número de papers e publicações, o número de orientandos, etc.

Nos últimos anos vem ocorrendo uma transformação na avaliação dos docentes nas universidades públicas, tendo sido adotado o critério produtivista mais acentuado, ou seja, a imposição do aumento das horas-aula, relatórios de atividade, aumento de publicações e de participação em eventos científicos, etc. Conforme depoimentos abaixo:

Eu acho que houve uma profunda transformação na universidade; hoje o professor, ele é sugado, ele tem que escrever não sei quantos artigos, tem que publicar não sei onde, tem um monte de tarefas administrativas (...) Tem o cara que é pesquisador A da CAPES, então eles tem prêmio de produtividade ²³⁰.

A política governamental e das administrações universitárias é o seguinte: ocupe-se e cuide explícita e especificamente da especificidade da tua área de saber. É um massacre cada vez maior em termos de demanda, avaliação, projeto, etc. e tal que efetivamente não dá espaço para que as pessoas reflitam hoje de forma abrangente sobre a sua área de saber, quanto mais sobre as questões gerais da sociedade. Eu vou fazer aqui um desabafo: chega a ser desconcertante o raquitismo de intelectual e de reflexão de pessoas nos diferentes setores da universidade. São capazes de falar com profundidade sobre a particularidade, mas não são capazes de fazer as conexões da importância da sua

²²⁹ Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 1988.

²³⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

atividade num campo do saber maior, ou relacionar como é que está se dando o trabalho acadêmico com as demandas sociais, ou o que tá ocorrendo no mundo.²³¹

A questão das formas de avaliação nas Universidades Estaduais Paulistas diferem entre si, com a avaliação individual ou institucional, porém basicamente, a ênfase é dada no fator de aumento da exigência quantitativa da produção acadêmica, ou seja, os docentes estão cada vez mais sobrecarregados com a obrigatoriedade em aumentar suas publicações, seus orientandos, suas pesquisas, horas-aula, etc.

(...) vejo as pessoas jovens entrando na Universidade movidas pela produtividade, pelo ter de fazer, ter de publicar, ter de ir para o exterior, etc., reduzindo a vida universitária a esses aspectos. Isso é comprar a idéia quantitativa, da produtividade a todo preço. Os alunos estão sendo estimulados desde o começo a ir para os congressos, a publicar, a repetir em escala reduzida o que fazemos. Entre os docentes, há uma enorme preocupação em mudar de nível com rapidez. Antes tínhamos a vida inteira para fazer toda a carreira universitária. Hoje todo mundo quer ser titular rapidamente.²³²

Conforme o fator produtividade tem uma influência na vida dos docentes, tem início uma série de distorções. A primeira é que não se publica um texto para este ser apreciado e sim para melhorar o currículo do autor. Nesse sentido, ocorre a publicação inclusive de textos plagiados, de artigos superficiais, textos com pequenas alterações, publicações grupais, etc (BURIAN JR., 2009).

Infelizmente, mesmo com todas as distorções, a contagem de artigos como critério único para medir a qualidade de um docente ou pesquisador continua muito popular. E pior, entre os jovens aparece quase como uma lei divina. O futuro da Universidade depende de nós, depende das bancas de concurso que forem formadas (BURIAN JR., 2009, p.19, 25).

Nas Universidades públicas o trabalho docente é medido e classificado segundo critérios quantitativos. A valorização dos artigos acadêmico-científicos é concedida, segundo o periódico que foi publicado, ou seja, se estiver indexado em periódicos internacionais ou pelo “Qualis” da CAPES.

Nesse “vale quanto pesa”, o próprio docente é “valorizado” pela inserção na pós-graduação, pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, por “bolsa produtividade em pesquisa” que consegue supostamente por méritos próprios (BOSI, 2009, p.33).

Conforme esse autor, tal sistema faz com que ocorra uma diferenciação entre os docentes, ou seja, a conformação de uma suposta “elite” acadêmica, a qual é definida através de uma elevada produção acadêmica. Essa pressão pela produtividade, antes restrita à pós-graduação, tem

²³¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

²³² Depoimento de Tânia Maria Alkmim, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.141-142.

invadido também o ensino de graduação, influenciando os estudantes, os quais também são pressionados para que sejam produtivos a qualquer preço.

Vale ressaltar que, no panorama exposto, a pressão, a sobrecarga de tarefas, juntamente com a competitividade e o individualismo no trabalho, constituem-se numa ofensiva de caráter neoliberal e, conseqüentemente, ocorre uma desintegração do coletivo do trabalho.

Na USP a avaliação docente, antes implementada individualmente, passou a ser realizada institucionalmente pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho, porém com uma acentuada cobrança de produtividade.

O enfoque que se tem imprimido aos processos de avaliação aqui na USP, e na Unicamp também, ao contrário de estimular e construir a reflexão coletiva sobre o trabalho que realizamos, sobre seus objetivos e sua relação com as necessidades da sociedade, tem promovido uma corrida frenética para obter resultados no curto prazo, para angariar recursos para os projetos de pesquisa, e dissociar cada vez mais as atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão (ADUSP, 12/04/2002).

Seria de bom senso, que um processo de avaliação do trabalho docente, se necessário, deva ter como base a discussão nos departamentos, a fim de buscar suas metas, prioridades e projetos no ambiente onde se realiza de fato o trabalho acadêmico. Não seria razoável supor que o atual reitor não tenha consciência dos efeitos da avaliação, nos moldes propostos pela CERT, sobre a qualidade do trabalho acadêmico. Se assim é, cabe perguntar qual seria o interesse e a intenção desta reitoria em promover, não só este modelo de avaliação, como também fazê-lo de forma tão arrogante e autoritária. Quando nos defrontamos com diversos casos de docentes com engajamento institucional, com trabalhos e projetos na área de ensino, pesquisa e extensão, que gozam de reconhecimento institucional, sendo ameaçados pela CERT, ou submetidos a mudanças de regime de trabalho para RTC ou RTP, fica claro que a avaliação promovida pela reitoria busca reduzir o quadro docente em tempo integral, independentemente de seu “desempenho” (ADUSP, 26/05/2000).

Na UNICAMP a avaliação dos docentes é realizada individualmente pela CADI, através de um relatório de atividades que o docente entrega a cada três anos, onde ele será avaliado e definido num parecer de relatório satisfatório ou não. Porém, essa forma de realizar a avaliação do docente pode facilitar a ocorrência de injustiças, conforme segue:

Em lugar de uma avaliação individual que fica parecendo uma punição, poderia haver a avaliação do conjunto do departamento. Esses órgãos [CADI] individualizam as situações e, portanto, criam constrangimento, possibilidade de manipulação. Um exemplo fácil: se sou presidente da CADI e não gosto de fulano, é muito fácil prejudicá-lo porque, já sabendo quem são os conselheiros mais exigentes, basta escolher na mão de quem colocar o seu relatório, basta escolher quem vai dar o parecer. Seria um acerto de contas no qual você só não pega o fulano se não quiser.²³³

Se você tiver o relatório reprovado, a CADI, num primeiro momento, já pode recomendar ao Conselho Universitário a rebaixar você e já teve casos, mais que um caso na UNICAMP de professores que eram RDIDP e passaram para RTC ou para RTP, por

²³³ Depoimento de Tânia Maria Alkmim, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.143.

causa da questão do desempenho, porque o contrato que você faz na UNICAMP é RTP e o RTC e o RDIDP são concessões mediante pedido e assim por diante, que você pode manter ou perder. Na UNICAMP mais de 80% dos professores são RDIDP mas, de uma hora para outra, se você não tiver seu relatório aprovado, você pode perder. É mais um mecanismo de pressão.²³⁴

A avaliação docente na UNESP é realizada conforme as normas da Comissão Permanente de Avaliação e também foi criticada pelos entrevistados:

A ADUNESP central veio aqui a semana passada e discutiu a avaliação docente, que foi aprovada em um dos órgãos colegiados e que vai mexer no seguinte: cada docente no seu relatório anual vai ser avaliado pelo outro docente que está do lado da sala, como uma forma de quantificação, quer dizer, você vai tentar transformar um trabalho qualitativo em algo quantitativo em termos de numeração, dar uma pontuação de zero a trinta. (...) Dentro da normatização tem uma pontuação de desempenho mínima e se a pessoa não atingir essa pontuação, podem rebaixar o regime de trabalho.²³⁵

5.3 - A carreira nas Universidades Estaduais Paulistas e a questão salarial.

Conforme Schwartzman (1979), uma das características mais importantes de uma comunidade científica é a questão concreta dos intelectuais desenvolverem suas carreiras enquanto profissionais da ciência. O padrão de carreira dos cientistas brasileiros tinha como características, poder estar inserido em uma instituição de pesquisa de boa qualidade e a possibilidade de aperfeiçoamento no exterior.

Nas Universidades Estaduais Paulistas, a carreira docente é formada por enquadramentos que variam de acordo com a titulação do docente, sendo que, de acordo com esse enquadramento, tem-se definido seu salário: o MS-1 (Bacharelado); MS-2 (Mestrado); MS-3 (Doutorado); MS-4 (Livre Docência); MS-5 (Adjunto) e MS-6 (Titular)²³⁶.

É importante informar que não são todos os professores MS-5 que ascendem para docentes titulares (MS-6), devido a um limite da quantia de cargos e também aos fatores que foram adotados para a ascensão na carreira. Em virtude disto, a atual carreira docente é concebida como pouco estimulante aos docentes, devido aos seus mecanismos de progressão (ADUNICAMP, 2009).

A reforma do estatuto da USP ocorrida em 1988 extinguiu os níveis de MS1, MS2, MS4 e professor- adjunto. A universidade tem apenas cerca de 20% dos docentes como professores titulares, quando esse percentual deveria ser bem maior. Isso não ocorre devido à estrutura centralizadora de poder da Universidade (ADUSP, 2009). Em março deste ano o CRUESP

²³⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

²³⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

²³⁶ Atualmente as universidades públicas abrem concursos para docentes com a exigência do título de doutor.

efetuou uma reestruturação na carreira docente nas três Universidades, extinguindo-se o nível MS4.

A gestão heterônoma da carreira e do trabalho do professor, assim como das instituições universitárias, fundamenta-se, sobretudo, pelo “consenso” do modelo produtivista que, sob o manto do acadêmico, insidiosamente penetra e subordina, de forma tão sutil quanto vigorosa, o institucionalmente prescrito (SILVA JR. e SILVA, 2009, p.52).

Em relação à carreira dos funcionários técnico-administrativos nestas Universidades, ela é composta pelos grupos: básico, técnico e superior, os quais são agrupados conforme a escolaridade e sua natureza. Os grupos dividem-se em níveis, de acordo com o grau de complexidade de cada função, sendo que a progressão funcional poderá ocorrer através de processo de avaliação, ou aprovação em processo seletivo para funções mais complexas, no caso, com alteração do contrato de trabalho.

Mais especificamente, quanto à carreira dos funcionários da USP, de acordo com o SINTUSP, eles não possuem uma carreira efetiva que possa promover a progressão funcional:

Na USP não existe carreira; o que tá colocado hoje, desde 2004 é uma proposta de cargos e salários, que não pode ser denominada de carreira porque ela não é transparente e não abre perspectiva de ascensão. Desde 2004 não existe carreira aqui na Universidade. A carreira de 1988 foi conquistada através de greve e nós sabemos que nos dias de hoje, no primeiro semestre desse ano a gente conseguiu barrar a implementação total de um projeto que eles denominavam de carreira: “Sistema de Gestão de pessoas por competência”, que eles falavam que isso seria uma carreira e nós conseguimos barrar a implementação total desse processo.²³⁷

Conforme informação das três entidades sindicais dos funcionários, não há uma carreira justa e eficiente em nenhuma das três universidades, pois os critérios de progressão não são transparentes e adequados e, sobretudo, não ocorre de acordo com o mérito profissional. “Por mais esforço que tenha havido, os funcionários das três universidades estão numa encruzilhada porque hoje não há carreira em nenhuma delas”.²³⁸

Mesmo com os problemas de carreira dos funcionários da USP e da UNESP, os da UNICAMP estão em situação ainda pior. Além de todas as indefinições de praticamente cinco anos de discussão em torno da elaboração de um plano de carreira, onde tudo ficou parado e a maioria não ganhou nada, um exemplo da diferença está nas tabelas salariais. Entre os salários de uma mesma função há diferenças que chegam a 20% com relação à USP. Isso quer dizer que um técnico na UNICAMP, por exemplo, está lotado na tabela num patamar inicial bem mais abaixo do que o mesmo profissional na USP (STU, 2003, p.38).

Em relação à categoria docente, é importante mencionar que o perfil do professor passou por uma transformação nos últimos dez anos, com uma tendência crescente de cobrança de uma

²³⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

maior formação e titulação para que ocorra o ingresso nas universidades. No caso das públicas, geralmente exige-se o doutorado concluído, somente contratando-se mestres quando da ausência de doutores por ocasião dos concursos.

Conforme Fantinatti (1998), existem muitas semelhanças entre o universo de trabalho dos docentes das universidades federais e o dos docentes das estaduais paulistas, porém nas últimas, o nível na carreira e os títulos estão relacionados.

Essa vinculação é um dos aspectos marcantes da situação de trabalho e repercute de modo decisivo na auto-imagem dos pesquisadores, permitindo dizer que esse fator reforça a rigidez das relações entre os docentes de diversos níveis de carreira, demarcando fortemente uma hierarquia, que se impõe por ser supervalorizada formalmente (FANTINATTI, 1998, p.58).

Ainda, segundo essa autora, em todos os setores a universidade está demarcada pelo poder e pela autoridade oriundos do saber hierarquizado, ou seja, pelo enquadramento da carreira, sendo que o poder do docente diminui, conforme o seu nível na carreira.

Nas Universidades Estaduais Paulistas, a evolução na carreira era um processo lento, através do acúmulo de experiência e de trabalho. Já, nos dias de hoje, os docentes procuram fazer um currículo rapidamente e, para obterem a titulação, surgem exigências, tais como a necessidade de publicação em revistas indexadas, ingresso com a titulação de doutor, etc.

Nós tínhamos acordado reuniões periódicas para discussão de isonomia nas três universidades. Tudo que acontece de negativo em uma, passa a acontecer nas outras, mas, eventualmente o que acontece de positivo em uma, não acontece nas outras. Por exemplo, o aumento diferenciado. O exemplo melhor é o da carreira. Ela começou na UNICAMP, começou em doutor e isso se estendeu para as outras. Isso é ruim. É importante a carreira começar antes para que a universidade invista na carreira. Antes você entrava, agora você não entra. Na renovação de quadros você precisa colocar jovens. A questão dos prazos de pós, cada unidade é diferenciada. Acelerar a coisa é esdrúxulo. O cara pode começar a dar aula sem ter experiência, induz o teórico, o dar aula.²³⁹

Para o preenchimento dos quadros dirigentes nas universidades pesquisadas, existem critérios formais para ocupar funções administrativas como, por exemplo, cargos de diretor, pró-reitor e reitor. Essa exigência de titulação varia conforme a universidade. No caso da UNICAMP, para os docentes que aspiram a tornarem-se reitores, é necessário ser professor titular e para ocupar os cargos de diretor e de pró reitor, faz-se necessário ter o título de doutor.

As qualificações, os títulos acadêmicos e o envolvimento com pesquisas científicas conferem um certo “status social” aos docentes, principalmente os das universidades públicas,

²³⁸ Depoimento de Neli do SINTUSP, extraído de STU, 2003, p.38.

²³⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

devido aos prêmios obtidos, obras científicas, etc. Existe uma valorização do mérito da profissão acadêmica socialmente referenciado, o que revela uma importância em relação ao “status social”. Dessa forma, os docentes das universidades públicas, possuem um prestígio social, independentemente de sua situação econômica.

As Universidades Estaduais Paulistas são universidades com importância reconhecida de âmbito nacional e internacional, sendo que a categoria dos docentes possuem algumas vantagens, as quais incluem-se a possibilidade de residência no exterior, o “status social” de pertencer ao quadro docente destas universidades, possibilidade de prestar assessorias externas, facilidade em ministrar cursos em faculdades particulares, etc. Por todas essas questões, muitos doutores se propõem a ingressar nestas universidades como “professores colaboradores” ou mesmo pesquisadores, nos diversos grupos de pesquisa..

Também um fato muito comum é o docente procurar saídas individuais para complementação salarial, ou seja, obter renda através dos cursos pagos, assessorias, bolsas de pesquisa, etc., conforme depoimento abaixo:

Eu acho que o trabalho tem que ser valorizado sempre, mas por exemplo, os cursos pagos, venda de produtos, venda de mão-de-obra via o logotipo da universidade... porque se eu sou um professor na UNIP, eu tenho uma certa valorização, se eu sou um professor na UNESP, USP ou UNICAMP, é óbvio que você consegue vender o produto, a marca com muito mais facilidade.²⁴⁰

De acordo com Fantinatti (1998), alguns dos atributos necessários aos docentes seriam: a originalidade (exigida nas teses e publicações), a criatividade (necessária às descobertas científicas), a liderança (para a coordenação dos grupos de estudos), a paciência (longo tempo para leituras e estudos), dedicação e auto-disciplina (envolvimento em pesquisas e estudos mesmo em finais de semana).

É importante salientar que a carreira configura-se em fator de desmobilização sindical, ou seja, ela é individualizante, não só para a categoria docente, como também para os demais assalariados de classe média; portanto, trata-se aqui de um efeito dissolvente da carreira no sindicalismo de classe média. As administrações utilizam a carreira e os cargos de chefia como um poder sobre a aspiração do trabalhador de classe média pela ascensão individual. Na sociedade contemporânea, o trabalhador nas Universidades tem um efeito duplicado da questão da individualização devido a carreira. Conforme nossa pesquisa apontou, a carreira constitui-se em fator de desarticulação do coletivo para as categorias:

As pessoas não vêem a ação coletiva como algo que vai lhe dar um resultado imediato, elas vão procurar as próprias situações de carreira, com isso elas vão procurar estudar e se aperfeiçoar para poder resolver o seu problema. Essa é uma tendência forte também, cada um tentando resolver o seu problema.²⁴¹

Em 1995 uma manobra divisionista das reitorias, reajustando diferenciadamente as gratificações de mérito de docentes e reestruturando a carreira dos funcionários às vésperas da data-base, desarticulou a campanha salarial. De imediato, a grande derrota foi a perda de uma política de reajustes salariais (FÓRUM DAS SEIS, 1996, p.1)

A política divisionista do CRUESP se repetiu recentemente, em abril de 2010, com a reestruturação da carreira docente, a qual contemplou um aumento da ordem de 6% somente para esta categoria, em prejuízo da organização coletiva do Fórum das Seis.

A individualização que ocorre, concomitante com a busca pela valorização da carreira de cada um, configuram-se num novo contexto de problemas que os assalariados enfrentam com a modernização nas relações de trabalho, destacando-se a questão de uma competitividade exacerbada.

Articulada em torno da necessidade de contar com as competências individuais e com a capacidade de adaptação dos assalariados – dentro de uma organização de trabalho em que a prescrição dá lugar aos objetivos fixados para cada um e o controle dá lugar à responsabilidade -, a modernização enuncia um novo código social. Os assalariados, agora gerenciados como indivíduos, de acordo com suas qualidades pessoais e específicas, encontrariam no trabalho novos modos de comunicação (. .) (LINHART, 2007, p.235).

Um outro fator que se soma à questão do afastamento do sindicalismo, é que os militantes das entidades sindicais de docentes e de funcionários são estigmatizados pelas chefias e pelas administrações das universidades, sendo que acabam encontrando dificuldades para progredir na carreira e, portanto, esta questão também constitui-se em um entrave para a organização coletiva.

O que a reitoria faz? Toda vez que nós vamos discutir alguma coisa, ela aparece com: *nós vamos fazer uma mudança na carreira*. E cria alguma coisa, uma expectativa de que você vai ganhar uma referência, alguma coisa. Então, toda época de data-base, da campanha salarial, que é o momento que a gente luta, tanto pelas questões salariais, mas também pelas políticas, aí a reitoria fala: *agora nós vamos fazer a avaliação da carreira e você pode receber uma referência, duas ou três*. E aí tem muita gente que diz: *agora eu tenho uma chance*. Isso faz com que os trabalhadores briguem uns contra os outros, porque os critérios que são criados, critérios subjetivos de avaliação, de mérito, de tudo, levam a um choque. Eu conheço pessoas que eram amigos há vinte ou trinta anos e se tornaram adversários, para não falar inimigos.²⁴²

Em relação ao reajuste salarial dos servidores das três universidades, a data base para a negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP é em maio, sendo que o cálculo do reajuste é de

²⁴⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

²⁴¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

²⁴² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

acordo com o índice FIPE e não sobre o índice do DIEESE. No caso dos trabalhadores terceirizados, a data base não é na mesma época e estes funcionários não recebem o mesmo índice de reajuste. No caso da UNICAMP, a data base de reajuste para os trabalhadores contratados pela FUNCAMP é em agosto e o índice de reajuste é fixado de forma independente.

O que nós construímos foi uma aproximação do movimento dos funcionários com o dos docentes, que chama até hoje Fórum das Seis Entidades, que a partir de 1991 fez o acordo da data base como maio; isso foi uma conquista importante do nosso movimento, ter conquistado a data base, ou seja, é o período onde todo ano você tem o reconhecimento por parte do CRUESP que vai ser negociada a reposição salarial. Então, isso tem um acordo assinado em 1991 entre as entidades e o CRUESP.²⁴³

No caso dos docentes, há diferentes níveis salariais, conforme o enquadramento na carreira e o regime de trabalho, que poderá ser: RDIDP, RTC e RTP. O regime RDIDP exigia que o docente se dedicasse em tempo integral na universidade e fixava uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo que este regime foi flexibilizado nos últimos anos, possibilitando ao docente, exercer outras atividades de trabalho em paralelo. Os outros dois regimes não exigem contratos exclusivos com as universidades, os quais possuem jornadas de 20 e 12 horas semanais, respectivamente.

A isonomia salarial entre as três universidades, ocorre apenas sobre o salário-base dos docentes (sem gratificações). Há também ocasiões em que os reitores concedem abonos salariais apenas para uma determinada universidade ou categoria e as demais não são contempladas. Conforme o depoimento abaixo, são muitas as diferenças entre as três universidades:

A questão da isonomia é na prática uma mistificação: ela é, na prática, uma ficção. A isonomia só trata de salário-base. Ela não existe, por exemplo, na forma de contratação. Na USP e na UNESP, o docente é contratado por 40 horas (RDIDP), aqui [na UNICAMP] como 24 horas (RTC) e o docente que após um estágio consegue as 40 horas pode perdê-las caso seus relatórios trienais não sejam aceitos. Relatórios que na USP, após um certo tempo, deixam de ser exigidos. As gratificações são totalmente diferentes, as incorporações são diferentes, a forma de atenção é diferente, a valorização é diferente (ADUNICAMP, 2007, p.54).

Segue abaixo o quadro da reestruturação da carreira docente, com seus respectivos níveis, sendo que os valores são iguais nas três universidades.²⁴⁴

²⁴³ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em pesquisa anterior (GRANZOTTO, 2002).

QUADRO 2- CARREIRA DOCENTE

Função	Nível	Valor (RDIDP)
Auxiliar de Ensino	MS1	3.435,23
Assistente	MS2	5.081,70
Professor Doutor	MS3	7.107,77
Professor Associado	MS5	8.473,88
Professor Titular	MS6	10.216,96

Fonte: Comunicado CRUESP nº 01/2010.

Vários docentes das universidades pesquisadas, mesmo sob o regime RDIDP mantêm atividades de trabalho em paralelo dentro, ou fora das universidades, o que contraria o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, que nos últimos anos acabou sendo flexibilizado.²⁴⁵

Nas Universidades Estaduais Paulistas a luta salarial ocorre anualmente através das negociações entre o Fórum das Seis e o CRUESP, nos períodos de data base e indiretamente, através das pressões das Entidades sindicais realizadas junto à ALESP em períodos de votação orçamentária. Além da remuneração salarial, os docentes e demais trabalhadores da universidade recebem quinquênios, os quais consistem em um acréscimo de 5% no salário a cada cinco anos no emprego.

O docente também poderá receber bolsas de auxílio à pesquisa, tais como a da Capes e do CNPq, as quais são concedidas e monitoradas pelos citados órgãos, de acordo com processos de avaliação dos mesmos, bem como também poderão receber bolsas de pesquisa referentes a convênios com empresas privadas e também gratificações, tal como a GED das Universidades Federais.²⁴⁶

Nas Universidades pesquisadas os docentes e demais trabalhadores recebem um auxílio alimentação mensalmente, o qual foi instituído em épocas distintas e com valores diferentes em cada uma das Universidades, conforme explicitado no quadro abaixo. Esse auxílio não se incorpora aos vencimentos ou salários.

²⁴⁴ Devido aos quadros de carreiras dos funcionários técnico-administrativos, com seus respectivos salários, serem muito extensos, não caberia expô-los neste estudo. Essa informação está disponível nos sites de cada instituição.

²⁴⁵ Conforme deliberação CONSU- 02/2001, que trata do exercício concomitante de funções do RDIDP.

QUADRO 3
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/UNICAMP

Nº servidores	Valor do auxílio
300	R\$ 400,00
400	R\$ 230,00
500	R\$ 230,00
5.514 ²⁴⁷	R\$ 120,00

Fonte: DGRH/UNICAMP (maio/2010).

Na UNICAMP o auxílio alimentação²⁴⁸ vem sendo pago no dia dez de cada mês a um total de 6.414 servidores da Universidade com jornada semanal plena desde setembro de 2008, portanto, é um auxílio concedido recentemente e que não abrange todos os docentes e demais trabalhadores. A concessão do auxílio é dada em ordem decrescente, ou seja, os servidores que estão numa referência menor na carreira, receberão os valores mais altos, os quais não se incorporam aos salários dos mesmos. Conforme o orçamento anual da Universidade, o CONSU determinará os recursos que serão utilizados para implementar o referido auxílio.

É importante salientar que esse auxílio foi concedido em cada Universidade, após muita luta e de acordo com as negociações travadas pelas entidades sindicais dos funcionários com o CRUESP. As entidades dos docentes nunca reivindicaram esse auxílio e, portanto, não fazem questão de recebê-lo.

Nunca o movimento docente pediu isso, nós queremos salário; na aposentadoria isso desaparece. Professor aqui não ganha nada de auxílio alimentação, aqui só auxílio aborrecimento; da UNESP também não. Não deveria ter pra ninguém; deveria ter salário correto. O salário mínimo do DIEESE é por volta de R\$ 2.075,00 e tem gente que ganha R\$ 1.000,00, ou seja, se dobrar o salário ainda está abaixo do salário mínimo do DIEESE.²⁴⁹

Na USP o auxílio alimentação para os trabalhadores foi instituído há uma década, em junho do ano 2000, sendo que tem direito ao benefício os servidores técnico-administrativos enquadrados na carreira USP e o valor é definido também conforme o enquadramento salarial dos mesmos. Segue abaixo os valores atuais do auxílio na USP que estão sendo pagos desde 01/05/2009 no quarto dia útil de cada mês. Nota-se que os valores pagos pela USP são bem

²⁴⁶ Gratificação de Estímulo à Docência.

²⁴⁷ Com a inclusão de 300 funcionários aposentados.

²⁴⁸ Conforme deliberações do CONSU de 05/08/2008 e 04/08/2009.

maiores do que os valores pagos pela UNICAMP e UNESP, além de serem pagos para a totalidade dos trabalhadores.

QUADRO 4
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO USP

R\$ 400,00	Para os servidores com salário base inferior a R\$ 6.580,95
R\$ 300,00	Para os servidores c/ salário base igual ou superior a R\$ 6.580,95

Fonte: USP, (2010).

Nada se conquista se não tiver o mínimo de mobilização, se os funcionários não mostrarem que estão dispostos a arrancar da administração da universidade, aquilo que estão reivindicando, nunca foi diferente. Por exemplo, o nosso auxílio alimentação que hoje é de R\$ 400,00, quando começou aqui, faz tanto tempo que eu não recorro o ano; começou com R\$45,00; nós tivemos uma discussão com a categoria porque nós reivindicávamos o valor de um salário mínimo e que fosse estendido a todos, porque esse valor não era para todos e não era o valor que a gente queria e aí foram discussões e no final nós aprovamos que iríamos aceitar e que depois a gente iria brigar para ampliar para todos e chegasse num valor satisfatório. Na UNESP já existia esse auxílio de R\$82,00; com certeza o deles hoje não é de R\$400,00; com certeza não continua sendo para todos e o nosso é pra todos. Os professores fizeram uma assembléia e recusaram, então eles não tem esse benefício.²⁵⁰

E, para finalizar a explicitação sobre este auxílio, segue abaixo o quadro com os valores na UNESP, o qual é extensivo também aos docentes.

QUADRO 5
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO UNESP

Valor teto salarial	Valor benefício
R\$ 1.223,00	R\$ 300,00
R\$ 1.835,00	R\$ 300,00
R\$ 2.446,00	R\$ 300,00
R\$ 3.058,00	R\$ 300,00
R\$ 3.669,00	R\$ 264,00
R\$ 4.281,00	R\$ 258,00
R\$ 4.892,00	R\$ 252,00
R\$ 5.504,00	R\$ 246,00
R\$ 6.116,00	R\$ 240,00

Fonte: SINTUNESP, dados fornecidos em julho/2010.

²⁴⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

Uma outra fonte de remuneração para docentes e demais trabalhadores é a gratificação salarial por exercer alguma função administrativa (de supervisão, direção ou coordenação), sendo que, após um período, a gratificação poderá ser incorporada ao salário-base e permanecerá mesmo após ter cessado o exercício da função. Os valores das gratificações variam entre as três universidades. Ao desempenhar tais funções administrativas, o docente, ou o funcionário, ocupará cargos de poder (interno ao setor a que pertence) e de decisão sobre o trabalho e projetos realizados por outros professores e pelos demais funcionários.

Um grande número de docentes e de funcionários ocupam cargos administrativos de chefia, de direção e coordenação nos diversos institutos, departamentos, núcleos e demais setores existentes nestas universidades, as quais são administradas por Reitorias, compostas pelo Reitor e pelos pró-Reitores, os quais, por sua vez, são docentes da própria universidade. Neste caso em que o docente ocupa o cargo de Reitor, seu poder, juntamente com os demais reitores, é soberano para discutir reajustes salariais, sendo que ocorre a diluição da figura do empregador, a qual passou a ser representada pelos Reitores do CRUESP após o decreto da autonomia universitária.

Dessa forma, os órgãos colegiados tem uma parcela pequena do poder efetivo nas universidades. A partir de 1968 houve uma centralização de decisões nas reitorias como órgãos executivos centrais. “Na verdade, as decisões principais nas universidades vem permanecendo no âmbito de um número “seleto” de pessoas, em todos os casos um governo de poucas pessoas” (CARVALHO apud PAOLI, 1985, p.27).

Devemos atentar para o fato de que há também um paradoxo ao se analisar a postura enquanto reitor: apesar de ter sido eleito pela comunidade universitária, o reitor é nomeado pelo governador e, talvez seja devido à isso que sua atuação é mais de defesa do governo e não de defesa da universidade e de seus docentes e servidores.

Por ser nomeado pelo governador, entende a si próprio mais como um representante do governo do Estado e do Ministério da Educação do que como um representante da comunidade universitária. A clivagem ficou bem clara, de um lado, as associações, os DCEs e os sindicatos e, do outro, as reitorias, cumprindo esse papel.²⁵¹

Uma crítica que muitos docentes fazem é que uma vez no cargo, o reitor assume o discurso do Estado, embora muitos venham do movimento docente. Os novos reitores assumem a tarefa de zelar pelo dinheiro público, sem socializar com a comunidade a gestão dos recursos financeiros.²⁵²

²⁵⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

²⁵¹ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.43.

²⁵² Depoimento de Helena Costa Lopes de Freitas, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.123.

Os cargos mais altos de chefias são cobiçados pelos funcionários, os quais tem um interesse muito grande pela progressão na carreira, sendo que esta passa a atuar, conforme já apontado, como elemento de individualização, se sobrepondo aos interesses solidários e coletivos da categoria. Sendo assim, passa a ocorrer uma atuação competitiva entre os funcionários na busca pelo alcance de progressão na carreira e o conseqüente aumento no salário. As expectativas de ascensão social caracterizam um comportamento típico de assalariados de classe média, fator este que os dirigentes das Universidades utilizam para inviabilizar a organização coletiva.

Hoje a USP joga com muita coisinha, com sistemas de progressão na carreira do trabalhador que não é uma verdadeira carreira e coloca uma disputa entre funcionários; uma coisa que chega a ser injusta porque muitas pessoas acabam não sendo contempladas e isso acaba jogando uns funcionários contra outros. Acaba iludindo os funcionários com premiações, com avaliação de desempenho e essa avaliação é levada como uma forma de vingança até, de chefe contra funcionário e isso tudo faz com que a categoria acabe se dividindo, porque ela acaba se iludindo.²⁵³

Voltando à questão da situação sócio-econômica, nas últimas décadas, tem-se observado uma mobilidade da classe docente como uma cascata, isto é, devido ao aviltamento dos baixos salários, concomitante com a queda salarial de toda a classe média.

A condição de trabalhador assalariado faz emergir uma nova situação para o trabalhador intelectual, a preocupação com a sua sobrevivência física, com o emprego, com o salário, com a organização sindical. Esta nova situação o coloca, lado a lado, com o proletariado, compreendido aqui como aquele que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, e o distancia do trabalhador intelectual, pequeno burguês, com relativa autonomia (LOWY apud GRADELLA JR., 2002, p.33).

Entre os anos de 2006 a 2008, a arrecadação do ICMS cresceu 30,4% acima dos salários. Caso 80% desse montante tivessem sido direcionados para pagamento dos salários, os mesmos estariam, nos dias atuais, com um poder aquisitivo na ordem de 21% superior ao atual (FÓRUM DAS SEIS, 2009).

Conforme informação dos entrevistados em relação à questão salarial:

(...) A hora que você chega mais próximo da aposentadoria, você sabe que o seu salário base, aquele que você tem que lutar pela valorização do seu trabalho, tá ficando cada vez mais atrás, você tá perdendo com a inflação, muitas vezes. Um dado que nós estamos discutindo hoje, por exemplo, se a gente pegar a época da autonomia universitária nas três paulistas em 1989, a defasagem salarial até a data de hoje tá em torno de 45%. Então é quase 50% do que se tinha naquela época em termos de percentual de valorização do nosso trabalho. (...) São Paulo sempre foi referência em termos salariais e hoje nós estamos perdendo pro Piauí, Bahia; são estados onde tem uma arrecadação muito menor.²⁵⁴

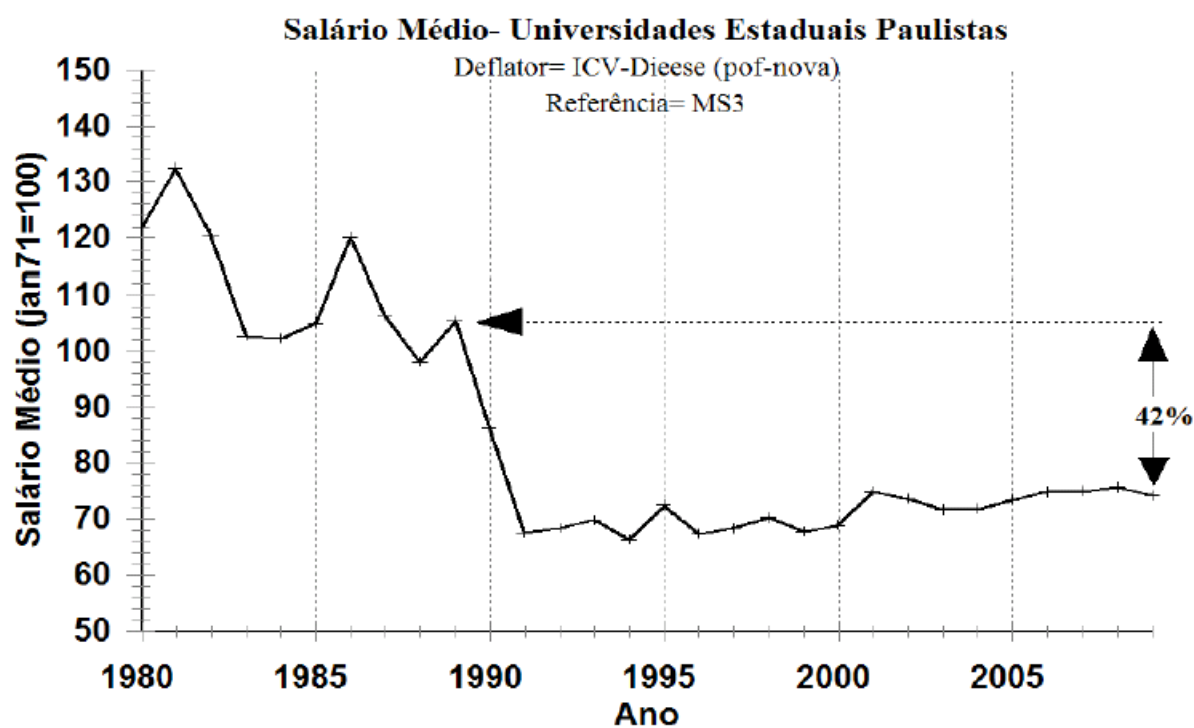
²⁵³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

²⁵⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Por não existir nas universidades uma política salarial instituída, os reajustes salariais ocorrem geralmente após movimentos de paralisação e de greves coordenados pelo Fórum das Seis. Para termos uma idéia da defasagem salarial nas universidades, segue o gráfico abaixo para ilustração, com o exemplo da categoria docente.

GRÁFICO 3

Histórico de perdas do salário real médio de um MS-3 RDIDP (80-maio/2009)



Fonte: Fórum das Seis, 2009.

Conforme estudo do Fórum das Seis (2009), este gráfico evidencia que a defasagem salarial durante a campanha da data base em 2009, comparado aos salários de 1989 estava em 42%²⁵⁵. É importante observar que algumas greves marcantes ocorridas nos anos de 1988, 1994, 1996 e 2000, coincidiram com períodos de menores índices salariais. A média salarial do ano de

²⁵⁵ Para obter-se esse índice, considerou-se uma inflação de 5,7% entre maio/2008 a abril/2009 (março e abril de 2009 estimou-se 0,32%), conforme Fórum das Seis (2009).

1989 foi a maior dos últimos vinte anos. Esse índice foi comentado pelos entrevistados, conforme segue:

(...) esses 42% que nós perdemos aí nesses últimos anos, de 1989 até agora, a gente estaria talvez sem ter essa necessidade de buscar outras atividades fora, mas tem muitos [docentes] que fazem isso, que implica numa situação de que ele acaba pessoalmente resolvendo a situação pra ele, mas coletivamente se perde porque ele deixa de participar das nossas assembléias e vai atrás de outros meios aí, não só através de outros empregos externos à UNICAMP, inclusive por meio de bolsas, de financiamento de projetos e pesquisas que amenizam essa dificuldade que a gente tem de recompor o salário como a gente realmente mereceria estar recebendo, no momento.²⁵⁶

Com o surgimento, no universo docente, das contratações temporárias, configura-se dois panoramas distintos de trabalho, ou seja, a situação do docente com uma carreira estável e a do docente que vivencia uma contratação “precária”, da mesma maneira que ocorre com a categoria dos funcionários, com diversas implicações:

O processo de terceirização amplia, no âmbito do setor público, a espoliação salarial, na medida em que não respeita o princípio da isonomia salarial, que determina que a trabalho igual corresponde salário igual. Um auxiliar de serviços gerais contratado como celetista pela USP recebe R\$ 1.067,00, salário superior ao dobro do que ganha um terceirizado (ALVES, 2010, p.18).

Você tem muitos problemas com o processo de terceirização, além da precarização do trabalho, você tem pessoas trabalhando dentro da universidade sem direitos trabalhistas, porque você contrata uma terceirizada que contrata uma outra terceirizada, que é aquele cara lá que aceita qualquer tipo de trabalho, sem nenhum direito, sem férias, sem FGTS. Então veja, um modelo de estrutura que seria a universidade valorizando o trabalhador desde o mais simples até o titular da universidade, está se usando de um artifício aonde tem um grupo de pessoas terceirizadas sendo exploradas. Então, é algo muito sério.²⁵⁷

De acordo com a análise do material empírico, transparece o fato de que o professor universitário perdeu parte do status social que detinha na década de 1970, o que torna-se óbvio quando refletimos sobre a flexibilização de seu trabalho, a defasagem salarial, a pressão pela produtividade, etc.

O status do professor universitário das Estaduais eu penso que já foi muito melhor; hoje se questiona que, quem está na universidade pública está acomodado, só que, se for pegar os índices de produtividade, embora eu não goste muito dessa palavra, a parte da formação em termos de pós graduação, a quantidade de alunos que saem das três universidades paulistas e estão com acesso ao mercado de trabalho em postos interessantes, de ser referência pros outros estados do Brasil em nível internacional; esse status ainda prevalece porque nós estamos dentro das maiores universidades do Brasil, que estão em destaque em relação às universidades federais, mas nós temos uma mídia muito desfavorável às universidades públicas.²⁵⁸

²⁵⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

²⁵⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

²⁵⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Porém, mesmo apesar destas questões, devido ao peso político-ideológico e meritocrático da atividade docente, sua posição hierárquica na universidade permanece, dificultando uma possível identificação com outras categorias de trabalhadores.

Conforme Leher e Lopes (2008), a intensificação do trabalho docente, bem como a redefinição das atribuições em relação a sua forma e conteúdo, a divisão gerada pela crescente flexibilização nas formas de contratação, configuram-se num subterfúgio para desarticular a carreira docente e também o projeto de universidade baseado no tripé pesquisa, ensino e extensão.

Nesse contexto de relações de trabalho flexibilizadas, de defasagem salarial, intensificação do trabalho, etc, as entidades entendem que é necessário que as administrações das Universidades adotem políticas que proporcionem a valorização do trabalho docente e dos demais trabalhadores, com condições de trabalho, planos de carreira e remuneração satisfatórios, através de uma estrutura acadêmica mais democrática, a fim de que a Universidade tenha um viés mais voltado para as pesquisas que possam atender as demandas da comunidade externa e do país como um todo.

5.4 - As consequências das ações neoliberais nas categorias de docentes e de funcionários nas universidades e sua repercussão no sindicalismo.

Um outro aspecto a se destacar é tomar conhecimento de quais são as implicações das ações neoliberais sobre a categoria docente e dos funcionários. O ideário neoliberal sutilmente induz as pessoas ao individualismo, à competitividade e à busca pelo contínuo aperfeiçoamento intelectual e profissional. “A nova ordem impõe novos controles, em vez de simplesmente abolir as regras do passado – mas também esses novos controles são difíceis de entender. O novo capitalismo é um sistema de poder muitas vezes ilegível” (SENNETT, 2001, p.10).

Esse autor refere que o novo capitalismo causa um impacto sobre o caráter dos indivíduos, sendo que é difícil distinguirmos em nós os valores, pois a sociedade atual é muito imediatista e tudo acontece num curto período de tempo. As virtudes que são características do caráter, ou seja, lealdade, comprometimento, confiança, cooperação, estão desaparecendo no mundo contemporâneo e, neste contexto, não ocorre o desenvolvimento do caráter.

Vivemos em grupo o tempo todo. O outro está sempre presente em nossas vidas. Não somos uma ilha. Precisamos do conhecimento e desenvolvimento individuais, cada um consigo mesmo, mas também precisamos do re-conhecimento, e o reconhecimento vem do outro, do grupo com o qual vivemos e convivemos. Vivenciamos todo o tempo estas

inter-relações emocionais grupais, estas trocas afetivas nos diversos grupos em que vivemos (OLIVEIRA JR., 2009, p.64).

Cabe aqui explicitar também o estudo de Dejours (1991), o qual menciona que a organização do trabalho tem o poder de exercer sobre o indivíduo um determinado efeito, o qual causa um impacto no aparelho psíquico. Quando o trabalhador é submetido a determinadas condições de trabalho, poderá ser acometido de um sofrimento psíquico, o qual emerge quando o trabalhador não consegue fazer com que seu trabalho transcorra de acordo com suas necessidades fisiológicas e desejos psicológicos. Um exemplo atual referente à esta questão é o ritmo intenso de trabalho a que o docente da universidade pública, hoje em dia, está inserido, tendo que atender a inúmeras cobranças de publicações, artigos, papers, etc.

Esse *publish or perish* vem determinando também um mundo concorrencial (introdução do mercado na ciência e na Universidade) que tem levado a um nível de *stress* elevado no corpo dos docentes. Docentes expostos à esta cultura consideram hoje que os dias em que deveriam descansar são dias perdidos. Rompem-se relações familiares. Este adoecimento dos docentes vem criando uma cultura patogênica onde o prazer da descoberta é substituído pela necessidade de publicar. Criou-se assim um gradiente onde todos se colocam contra todos (ADUNICAMP, 2009, p.3).

O produtivismo acadêmico é como uma droga. Dá-nos prazer, porém nos mata, ou melhor, tende a destruir o que nos é mais caro: nossa autenticidade, ética e saúde. (...) os pesquisadores estão em sua grande maioria preocupados isoladamente com seus grupos de pesquisa em obter mais recursos, mais orientandos, mais publicações, maior participação em seminários internacionais, desenvolvendo-se um sentimento de pertença que transcende a instituição em que trabalham. O sentimento de pertença e o envolvimento destes professores estão ligados aos grupos nacional e internacionalmente organizados, e ao mercado. A universidade torna-se apenas sua base para a realização do *produtivismo acadêmico* (...) (SILVA JR. e SILVA, 2009, p. 55).

Nos últimos anos, estamos vivendo um individualismo exacerbado e quanto mais as instituições cobram “competências” e “qualificação”, mais intenso se torna o nível de degradação do trabalho (ANTUNES, 2005).

Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente – por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que *diretamente* repressivos, estes preservados somente para os momentos estritamente necessários – sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista (ANTUNES, 1998, p.67).

Conforme a análise das entrevistas, o individualismo na atualidade decorre da enorme capacidade que o sistema capitalista tem de incutir que os indivíduos são os responsáveis por eles próprios e isso vem desde o liberalismo de Adam Smith, com vários mecanismos de atuação, no sentido de promover a frustração do coletivo.

Veja a televisão que fala pra você: você pode ter esse iate, você pode ter essa mulher bonita, mas você sabe que não pode, você participa simbolicamente, mas não participa

materialmente. Mas é tão forte essa propaganda que você deseja isso e o coletivo não vai te dar aquela mulher bonita e nem aquele iate. Nós somos todos irmãos em Cristo e iguais perante a lei, mas somos inimigos um do outro; é cada um por si e todo mundo contra todo mundo, vença quem puder e, se você perde, prova que você é um fracassado. Não existe desemprego, dizia a Dona Ruth Cardoso, existem os “inempregáveis”, aqueles que não podem ser empregados e, no entanto, tem pós doutorandos que não conseguem emprego.²⁵⁹

Há que se considerar que ocorreu uma grande perda para o docente, em relação a essa lógica da individualização que traz conseqüências brutais no âmbito do trabalho, tais como quadros de stress, doenças psiquiátricas, afastamentos, etc. Dessa forma criou-se uma lógica no interior das universidades em que todo mundo tem que se ajustar e buscar saídas individuais.

Nos últimos anos, a degradação nos ambientes de trabalho tem levado diversos funcionários e docentes, nas universidades pesquisadas, a buscarem suas entidades representativas para denunciar um fato denominado como “assédio moral”. Conforme cartilha publicada pelo ANDES-SN (2008):

O assédio moral pode ser definido como a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho (ANDES-SN, 2008, p.5)

Portanto, nessa situação ocorre uma degradação das condições de trabalho, proveniente das atitudes e condutas inadequadas das chefias, acarretando aos trabalhadores problemas emocionais, tais como o complexo de inferioridade, a culpa, perda da auto-estima, etc, que também torna visível a baixa qualificação profissional de muitos servidores que exercem cargos de chefia, diretoria e supervisão, bem como os que atuam na administração das Universidades.

Conforme Oliveira Jr. (2009), chefias que possuem atitudes apoiadoras e transparentes, que adotam regras justas, que promovem o diálogo com os membros do grupo de trabalho, que possuem amor à verdade, que tem a coragem de explicitar os conflitos para que sejam elaborados e debatidos, com postura democrática, passam a estimular a criatividade, bem como a produtividade na instituição. Por outro lado, ambientes de trabalho onde reina a falsidade, o bode

²⁵⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

expiatório; produzem um clima ruim e doentio²⁶⁰, onde passa a imperar o medo e a desconfiança. Nesses ambientes as regras não são claras e existem as minorias privilegiadas.

Coordenadores ou chefes manipuladores, que ocultam informações em benefício próprio ou de alguns, que assediam moralmente seus subordinados, perseguindo alguns e protegendo outros, são também atitudes que denunciam ambientes doentes e improdutivos. A manutenção no poder do mesmo grupo, a falta de alternância no poder, o surgimento de vícios e corrupção também são sinais de um grupo doente. Um grupo de trabalho com estas características doentias gera em seus membros doenças que se manifestam das mais diversas formas como: pedidos de afastamento do trabalho por motivo de doença, demissões, aposentadorias precoces, doenças psicossomáticas, suicídios, professores traindo as esposas com alunos, readaptações funcionais, desmotivação para o trabalho, etc (OLIVEIRA JR., 2009, p.67).

Nas Universidades em questão, existem inúmeros exemplos destes grupos no trabalho, que se beneficiam da instituição em benefício próprio e de outrem. São chefias despreparadas, muitas vezes sem formação universitária e sem perfil de liderança, as quais ocupam cargos devido terem feito “campanha” para este ou aquele reitor, ou através da prática do nepotismo, muito comum nas instituições públicas.

As ações neoliberais implementadas nas universidades, com remuneração vinculada à participação nessas atividades, empurra as pessoas ao individualismo e para uma postura acrítica na universidade:

Se ele [o docente], fica crítico e ele está tendo dificuldade financeira ele, eventualmente, não será convidado amanhã a participar de uma dessas atividades, que são todas remuneradas por projetos específicos, na perspectiva neoliberal; contrariando a outra premissa de que todo mundo tem que ganhar um salário compatível com a responsabilidade da atividade que exerce e no interesse público; e não ser remunerado individualmente por essa ou por aquela atividade. Isso acirra o individualismo, reforça a necessidade da pessoa se colocar acrítica diante do chamamento que a administração lhe está fazendo e, portanto, compromete a mobilização. Mas eles [reitoria] vem com essa estória: *não fique crítico, se mantenha acrítico, nós estamos te chamando pra uma atividade na fundação, pra um projeto, pro ensino à distância, isso e aquilo; você vai ser pago especificamente pra essa atividade...* E, portanto, isso desmotiva, desmobiliza e cria uma dependência financeira que vai na contra-mão da reflexão crítica.²⁶¹

Com isso o governo se apropria da capacidade crítica de pessoas notáveis nas diferentes áreas do saber acadêmico, ou seja, da própria universidade como um todo, configurando tal fato num processo de cooptação, conforme depoimento abaixo:

Porque hoje justamente o que não se quer é que a universidade tenha protagonismo em termos de capacidade de análise crítica, global, intelectual e de intervenção na sociedade. Está todo mundo ocupado em fazer alguma tarefinha específica, contra uma remuneração específica; isso não vai funcionar, destrói a universidade, não contribui pra

²⁶⁰ “Doenças mentais e psicossomáticas são uma das principais causas de afastamento do trabalho. O sofrimento mental pode manifestar-se também no corpo. As doenças psicossomáticas são hoje uma realidade inquestionável” (OLIVEIRA JR., 2009, p.67).

²⁶¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

sociedade, enfim, nós estamos abrindo mão, efetivamente, do papel que cabe à universidade na sociedade através desse tipo de política: neoliberal, mesquinha, centrada, direcionada... O projeto específico e o pagamento específico dentro da universidade, é intrinsecamente contrário com o papel da universidade e com a função do professor; e é isso que tem se expandido no nosso sistema de ensino e nas nossas universidades e é por essa clareza e convencimento que a gente luta contra tudo isso.²⁶²

A alienação e perda de autonomia sobre o trabalho docente é apontada por Schwartzman:

“(...) os esforços de orientar a pesquisa científica por critérios de rentabilidade social e econômica levam, frequentemente, à insatisfação e alienação da comunidade científica em relação aos que buscam decidir sobre seus trabalhos; e, muitas vezes, à criação de grandes investimentos em pesquisas tecnológicas redundantes em fracasso ou a eles condenadas. (...) A tomada de consciência, por parte da comunidade científica, de suas responsabilidades sociais mais amplas pode suprir as deficiências óbvias de uma política científica de *laissez-faire*, baseada em critérios exclusivos de qualidade; mas pode, também, redundar em uma perda progressiva do interesse dos cientistas pelas suas pesquisas, em detrimento de temas de política científica mais ampla, e a conseqüente perda de qualidade” (SCHWARTZMAN, 1979, p.303).

Em relação às dificuldades para a mobilização das categorias; na entrevista com as lideranças da categoria dos trabalhadores técnico-administrativos, surgiu a questão do individualismo, bem como da dificuldade das pessoas aceitarem uma sociedade socialista, ou seja, uma outra alternativa em substituição ao capitalismo. A inculcação da ideologia da mídia (novelas), que passa para a população a visão de uma sociedade de classes, a utilização de estratégias por parte das reitorias e a questão da cooptação, também foram fatores que surgiram como dificuldades para as lutas. Vejamos alguns trechos das entrevistas para ilustração:

Hoje a gente tem um apelo muito forte da mídia, um apelo muito forte ao individualismo, a cada um por si, em todos os cantos, a mídia faz isso, as igrejas fazem isto, esse monte de igreja que prolifera aí, você tem que se apegar a Deus e lutar por si. Eu acho que este é um problema geral e nós combatemos isso com a nossa história de luta, a própria história dos trabalhadores da USP tem um antídoto a essa coisa, mas não dá prá dizer que nós não sejamos atingidos por isto.²⁶³

E com tudo que houve de ruim no chamado socialismo desses países socialistas, que para mim não eram socialistas, que levaram a derrocada, isso ajuda essa direita, a esse pensamento, a reforçar essa idéia: *esse negócio de socialismo não*. É muito difícil as pessoas acreditarem num projeto socialista porque o cara tem como referencial aquilo que foi exatamente a degeneração de um projeto que eu acredito, numa sociedade que o Marx, que o Engels, que outros companheiros idealizaram e que nunca ocorreu no mundo; mas fizeram coisas em nome do comunismo, do socialismo, absurdas (...)²⁶⁴

Nesse sentido é importante ressaltar que o fim dos regimes socialistas abriram caminho para a idéia generalizada, ou um pensamento único, de que o capitalismo e a liberdade de mercado são a única opção de enfrentamento dos problemas que permeiam o mundo

²⁶² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

²⁶³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

contemporâneo, ou seja, os problemas de trabalho, saúde, educação, etc. Essa questão surgiu nas entrevistas realizadas:

Com o predomínio nos últimos anos do chamado pensamento único, toda idéia de coletivo, de saída conjunta, desapareceu. Nós temos instaurado no mundo um pensamento de tipo individualista que recusa qualquer coisa que não seja a saída individual e tem aqueles que jogaram muito na vida social, perderam, e perderam o tesão de fazer política. É o fato de o coletivo não ter mais significado.²⁶⁵

Conforme Toledo (2002), no contexto do capitalismo contemporâneo, os intelectuais críticos saíram da cena pública, em decorrência da derrota do socialismo e também por uma crença no fim das utopias sociais.

Com o triunfo momentâneo do capitalismo em todo o mundo, muitos intelectuais, aqui e no exterior, repudiaram convicções passadas e adotaram alegremente a religião do mercado; outros, na melhor das hipóteses, passam a admitir a democracia, na sua limitação burguesa, como a única forma civilizatória possível no mundo contemporâneo. Outros intelectuais, embora permaneçam críticos, simplesmente, abandonam qualquer perspectiva de transformação da ordem vigente, em nome de um “realismo político” (...) (TOLEDO, 2002, p.30)

De acordo com Teixeira (1998), sendo o neoliberalismo uma teoria contraditória, esse fato poderia ser o bastante para ocorrer uma rejeição, porém as ações neoliberais perduram e exercem uma influência acentuada, tanto sobre os conservadores, quanto sobre a ala da esquerda, pois existe uma ausência de esperança e uma descrença para com o Estado interventor.

Assim, o grande vazio produzido pelo fim do chamado *socialismo real* e a *crise do modelo social-democrático de produção* abrem espaço para aqueles que propõem a liberdade de mercado como a única alternativa para enfrentar os problemas atuais de emprego, seguridade, saúde, educação, saneamento, transporte, etc (TEIXEIRA, 1998, p.235).

A crise atual do sindicalismo transcorre num contexto em que o capitalismo se globalizou e se apresenta mais profunda que as anteriores, devido à inexistência de um projeto hegemônico de transformação social para além do capitalismo. Outrossim, a flexibilização das relações de trabalho também deve ser considerada como fator da crise do sindicalismo nas últimas décadas (SANTOS, 2006).

A flexibilização do trabalho tem agido, efetivamente, como um freio para a ação sindical. De um lado, na medida em que, na maioria dos casos, tem conduzido as empresas a trabalhar com o mínimo necessário de trabalhadores, o que se reflete diretamente em uma elevação da curva de desemprego, e, em contrapartida, de outro, ao permitir a utilização de trabalhadores precarizados, quebra a coluna do movimento sindical ali onde ele anteriormente encontrava sua fonte de resistência, a força de trabalho estável (SANTOS, 2006, p.454).

²⁶⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2009.

²⁶⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

Conforme nossa pesquisa apontou, somente uma parcela dos docentes e dos trabalhadores nas universidades, no atual contexto, aderem à luta coletiva, pois os interesses pessoais opõem-se aos interesses das entidades:

(...) os cursos de especialização são todos pagos, até cursos de extensão que antes eram gratuitos começa a pegar, mas a coisa vai mais forte na especialização, porque o docente recebe em dinheiro uma parte dessa cobrança de mensalidade; uma parte vai pra universidade, outra parte para o departamento e outra parte para o docente; tanto que a ANDES-SN, a ADUSP e a ADUNESP (não sei se a ADUNICAMP também), tem ações no Ministério Público de denúncia das fundações e de cursos pagos em nível de especialização. Uma hora isso aí vai ter um julgamento, vai ter um desfecho, mas há anos essa ação corre.²⁶⁶

Na análise dos depoimentos das lideranças da categoria de docentes, novamente apareceu a questão do individualismo, sendo que, referiu-se a questão de estarmos vivenciando atualmente, um contexto de políticas neoliberais e isso traz para as categorias algumas características, tais como: passividade, despolitização e desagregação social:

As pessoas não acreditam que possa mudar por vários motivos, você tem desde os ingênuos, que entram no engodo dos governantes, até o cara que discorda disso, mas você tem um período que parece tudo igual. Você tem a desagregação social, que leva as pessoas a buscar soluções individuais; você tem um ambiente ideológico que passa pro conjunto da sociedade que é inexorável e não tem muito o que fazer, quer dizer, isso é importante porque explica a dificuldade que a gente tem de mobilizar. Escolaridade não significa consciência política; se fosse isso nós seríamos o supra sumo da consciência política e não é bem assim, você sabe disso. Mesmo a categoria de professor universitário não tem a consciência política a ponto de ter uma postura diferente do conjunto da sociedade, então o indivíduo, ao invés de lutar conjuntamente por uma política de salário, ele tenta pegar o jeitinho individual, tenta pegar o curso de extensão, entrar em uma fundação onde ele possa ter alguma coisa; são saídas individuais, as pessoas não se dispõem a dedicar algo de seu tempo que, na concepção deles, não levará a bons resultados, eu acho que a gente tá vivendo um momento de resistências.²⁶⁷

O individualismo oriundo do ideário neoliberal, se configura num outro desafio a ser enfrentado, já que as pessoas, cada vez mais o introjetam. De acordo com Feres:

(...) o pior do neoliberalismo não é nem a política econômica, mas a cultura individualista que cria, de competitividade. Esta cultura entra não só na cabeça, mas no coração das pessoas. E para reverter esse processo é preciso discutir outros pressupostos, outro tipo de cultura, o que significa um projeto coletivo. Porque não podemos criar a cultura da solidariedade no lugar da cultura da competitividade? Hoje o desafio é recuperar o coletivo, a utopia, não como uma coisa impossível, mas com a idéia da revolução processual (FERES, 1997, p.84).

O surgimento do individualismo delinea o perfil do novo trabalhador, o qual deverá ser autônomo, flexível, competitivo, criativo, agressivo, qualificado e empregável. Todos esses

²⁶⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

²⁶⁷ Entrevista realizada com dirigente da ADUSP em agosto/2008.

fatores o preparam para as demandas do mercado, o qual busca a excelência e saúde intacta. Estar apto remete a imprimir a responsabilidade dos trabalhadores pela sua qualificação, bem como a sua culpa pelo desemprego, pela miséria, desvirtuando a realidade e implicando aos mesmos um sofrimento vicioso (ANDES-SN, 2008).

Há uma mudança na identidade do trabalho docente, ou ainda, intensificação, extensão e precarização que implicam conflitos identitários dos professores e sofrimento psíquico. No âmbito objetivo das relações sociais, a mais-valia se esconde sob a ilusão de uma sociedade de vendedores de trabalho materializado, ou ainda, na pretensa autonomia do trabalho imaterial superqualificado dos professores pesquisadores (SILVA JR. e SILVA, 2009, p.42 e 50).

A temática da individualização das situações de trabalho e do modo de tratar os assalariados foi estudado por Linhart e se encaixa perfeitamente no contexto atual das nossas universidades.

Essa individualização se inscreve em um quadro geral de esgarçamento das grandes categorias coletivas que estruturam o mundo do trabalho: explosão e diversificação das formas de emprego, do tempo de trabalho, dos horários, das remunerações, evolução da negociação coletiva que passa do plano nacional e interprofissional para o plano da empresa. Mas é um aspecto bem particular que transforma a relação de cada qual com sua empresa, com sua chefia, com seus colegas e com seu trabalho, assim como a vivência desse trabalho. Com o aumento da individualização, estamos diante de uma inovação maior, cujo impacto poderoso não cessa de se impor de múltiplas formas (LINHART, 2007, p.226).

Outros estudos recentes²⁶⁸ vem demonstrando os malefícios causados aos docentes pelas ações do neoliberalismo implementadas nas universidades. A Reforma do Ensino Superior introduziu o ideário neoliberal de pensar a educação, trazendo implicações importantes nas relações de trabalho dos docentes e também produzindo impactos psicológicos nestes trabalhadores. A nova forma de pensar a educação a partir de conceitos economicistas tais como: eficiência, competitividade, produtividade, capacidade gerencial, eficácia, processos, prazos, etc; produz uma nova ideologia e a educação passa a ser considerada uma mercadoria.

Conforme Leher e Lopes (2008), a lógica do capital vem transformando o docente-pesquisador em empreiteiro, ao moldar as pesquisas a determinados padrões, inclusive com a restrição dos temas. Os critérios que possam prover valor acadêmico são baseados em fatores produtivistas, tais como as bolsas de produtividade, o sistema Qualis, etc. A lógica utilizada para avaliar as publicações apresenta rígidos critérios de seleção, bem como apenas determinadas áreas do conhecimento são valorizadas. Dessa forma, ocorre uma limitação do alcance da problemática científica.

É de se indagar se não está havendo um processo de expropriação do saber do docente universitário por meio da ação do Estado e da crescente subordinação do trabalho ao capital. Quando o capital se sobrepõe ao trabalho livre por meio de constrangimentos diretos e indiretos – o financiamento, o valor simbólico do que foi produzido, os suportes que farão os estudos circularem, a inclusão do professor no sistema de produtividade científica, etc. – está evidente que a universidade está se afastando da função social que fez da universidade latino-americana uma instituição relevante para seus povos (LEHER e LOPES, 2008, p.22-23).

Os autores referem ainda que, essa lógica destrutiva, a qual converte os docentes em empreendedores, bem como as universidades em organizações terciárias, não é alavancada apenas por iniciativas externas à universidade, pois importantes setores estão comungando o pensamento de que não é possível mudar a trajetória da mercantilização da educação e, sendo assim, procuram apenas atenuar o processo e ir adequando-se ao empreendedorismo (LEHER e LOPES, 2008).

Forçoso é reconhecer que os acadêmicos – da mesma forma que os demais intelectuais fora da universidade -, tem posições políticas e ideológicas que correspondem àquelas assumidas pelas diferentes classes sociais constitutivas da sociedade brasileira. Muitos intelectuais e acadêmicos, na medida em que são beneficiários da estrutura de classes e dos privilégios existentes, tem posto seus talentos e inteligências a serviço da reprodução da ordem capitalista, seja como técnicos e pesquisadores, seja, inclusive, como ideólogos legitimadores das profundas desigualdades existentes (TOLEDO, 2002, p.26).

O perigo principal seria a perda da capacidade crítica dos pesquisadores e o distanciamento do interesse social, em proveito das simples necessidades do mercado. A entrada do recurso privado ameaça a autonomia do pesquisador. “É direcionar o que você vai fazer, não do ponto de vista acadêmico, social, da nação, mas de negócios”, analisa o professor, para quem é difícil sair imune das gordas ofertas que as fundações propiciam. “Você chega a ter complementações – nós avaliamos e, até agora, não foi contestado – no caso da FIA, da ordem de R\$ 300 mil ao ano. São complementações polpudas. É um dinheiro muito grande, que dá total direcionamento. Você faz o que o mercado quer”, fustiga (KERR apud TEIXEIRA, 2006, p.44-45).

No decorrer deste estudo pudemos constatar que as ações neoliberais implementadas nas universidades públicas e na Educação Superior, afetaram o comportamento dos docentes, pois não se levou em conta as especificidades da profissão, acarretando consequências diversas em larga escala.

De acordo com a professora Sueli G. Mendonça,

(...) a lógica produtivista e individualista, semeada fortemente pela ideologia neoliberal, está por trás dos problemas vivenciados nas subseções e na Adunesp como um todo, criando barreiras para a formação de novos dirigentes (ADUNESP, 2007, p.24).

²⁶⁸ Ver BIANCHETTI e MACHADO (2006).

Ainda, segundo a referida, o principal problema atualmente vivenciado pelos sindicatos, é a ausência de novas lideranças sindicais, comprovando que o ideário neoliberal influenciou o comportamento dos docentes, também no aspecto da luta coletiva.

Tem esse tipo de situação: *poxa, eu vou passar dois anos atrasando minha vida acadêmica, tendo que viajar pra São Paulo...* Isso tem criado uma dificuldade da gente ter quadros com disponibilidade de participação, isso principalmente pra ADUNESP Central; a seção sindical que fica em São Paulo é mais difícil da gente conseguir. Pras regionais em alguns campi também tem dificuldade porque é a mesma estrutura da Central. Tem que abrir espaço pros mais novos e os mais novos estão entrando naquela concepção de não ir pro coletivo e sim pro individual; nas últimas eleições nós tivemos grandes problemas.²⁶⁹

Você tem de tudo na categoria; provavelmente alguns devem nos achar muito esquerdistas, outros devem nos achar pelêgos, se nos comparar com o SINTUSP. Não tem tido disputa nas eleições das associações docentes e aqui na ADUSP a gente tem tido uma certa dificuldade de renovar quadros; e você vê também determinadas forças políticas incrustadas no aparelho.²⁷⁰

De acordo com Vazquez (2001), deve-se implementar uma política de formação de dirigentes que permita a capacitação da direção e da base para poder enfrentar os desafios da ação sindical.

Os docentes e demais servidores das universidades públicas, concomitante com o risco da perda do emprego (no caso dos contratados por tempo determinado e terceirizados), ou do rebaixamento na carreira, vem sofrendo um processo gradativo de perda de direitos, tais como a estabilidade, a aposentadoria integral, a constante perda do poder aquisitivo dos salários, a intensificação²⁷¹ do trabalho, a pressão para produzir cada vez mais, etc. Tudo isso também predispõe as categorias, a não participarem de ações coletivas.

Você vê que os caras não tem tempo pra nada. Eu conheço professores no meu Instituto que não lêem um jornal, não lêem uma revista; só lê artigos da área dele pra poder publicar. Então, é um cara que não tem vida social; tem vários docentes que não tem uma vida social normal, porque entra nesse ritmo de publicação, então isso é um fator que, com certeza, influi na participação no movimento de tipo sindical.²⁷²

A nossa situação vai piorando e como tem poucos quadros, hoje você teria que visitar 23 campi; quem tem tempo sem afastamento sindical total para fazer isso? Se você se afasta sindicalmente, você se queima dentro do departamento, ou dentro de seu setor de serviço, porque as cobranças, a falta de funcionários, a falta de docentes, nem permite passar pela cabeça. Eu já fui afastada por dois mandatos; nisso minha vida acadêmica parou quatro anos, só que as cobranças naquela época eram outras; hoje você nem pensa. As pessoas tem afastamento parcial, dando aula pra manter o vínculo, pela própria

²⁶⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

²⁷⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

²⁷¹ Na ADUNICAMP existe inclusive o “Programa de orientação e apoio a docentes com conflitos no ambiente de trabalho na UNICAMP”, o qual é coordenado por um médico psiquiatra.

²⁷² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

situação de precariedade de falta de professores que a gente vivenciou nos últimos anos, seis ou sete anos mais intensamente. Hoje nós estamos ruim das pernas e os funcionários tem mais chance de dar uma resposta melhor.²⁷³

A Universidade se depara hoje com um novo perfil de docente em função do neoliberalismo, ou seja, ocorreu uma mudança na base social da universidade. Há uma especialização muito precoce dos novos cientistas e uma perda de referência política do que vem a ser especificamente o seu trabalho e seus compromissos no interior da Universidade.

Sendo assim o neoliberalismo se expressa, sobretudo, por essa precocidade de formação teórica e política, com uma necessidade muito intensa de conclusão do doutorado muito jovem, com o incentivo muito forte ao “produtivismo pelo produtivismo”. Isso acarreta a permanência cada vez maior do docente ficar isolado em seu próprio gabinete, fazendo suas próprias coisas, produzindo seus papers, preocupados em publicar seus artigos nas revistas qualificadas, perdendo a dimensão, em certa medida, do que vem a ser especificamente o “social”. A mudança ocorrida na base social da universidade engloba também os funcionários e os estudantes, embora em grau menor.

A lógica mercantil permanece [no atual governo] e mais, o trabalho do professor sofre uma intensificação, em especial na educação superior, em face do lugar estratégico das universidades que ocupam na atualização de seu pacto social e no processo de produção de conhecimento-mercadoria, isto é, aquele que agrega maior valor aos produtos consumidos no mercado interno ou para exportação. Tal quadro parece induzir pesquisas voltadas para intervenção imediata, deixando para um lugar secundário as pesquisas de natureza diagnóstica levada a cabo pelos intelectuais mais críticos da academia (SILVA JR., 2008, p.156).

A competição é naturalizada, tornando-se a regra. A escassez de recursos para pesquisa (e para o trabalho docente em geral) também é naturalizada, e se transforma em realidade que avaliza a “competência” dos que conseguem acessar tais recursos. E o resultado dessa dinâmica traz conseqüências comuns ao mundo do trabalho, tais como o estresse, o estado permanente de cansaço, a depressão e até o suicídio. Assim, o sentimento de desapontamento com a carreira universitária tende a ser constante e não algo residual (BOSI, 2009, p. 34-35).

Essa exigência de produtividade a nível acentuado sobrecarrega o docente, rebaixando a qualidade das atividades didáticas, de pesquisa, de extensão e administrativas. Essa intensa pressão exercida sobre os docentes, foi detectada amplamente nos depoimentos e até comparada às linhas de produção da indústria:

Um dos fatores da desmobilização com certeza é a pressão pela produtividade, porque isso, você vê que os docentes não pensam em outra coisa; quem convive no seu instituto, na sua faculdade ou no dia a dia, sabe a pressão, inclusive que os próprios docentes se colocam a partir de pressões da universidade, da CAPES, do CNPQ, das agências de

²⁷³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

fomento, para poder aprovar um projeto. Você tem que ter um certo nível de produção e é só medido por número de artigos publicados e assim por diante, então, o pessoal só fala nisso e só quer fazer isso.²⁷⁴

Mesmo que o docente não tenha medo ele não tem tempo, a carga de trabalho aumentou também, exigem produção científica, mil e um relatórios a serem preenchidos, orientação, carga administrativa, aumentou o número de aulas e o tamanho das classes, etc. Então, existe uma intensificação do trabalho docente e o docente não tem tempo de lidar com tudo isso.²⁷⁵

Existe uma cobrança absurda de produtividade do ponto de vista acadêmico que passa a exigir que o docente seja uma máquina de produção. Como a pesquisa na área de humanas tem outro ritmo, outra lógica, não tem resultados inovadores imediatos a todo tempo; tem pesquisa que leva dois a três anos pra chegar a algumas conclusões mais efetivas e eles querem tudo “qualis A mais A” e as nossas pesquisas... Quem trabalha na Educação vê as dificuldades do ensino e aprendizagem, onde nós vamos botar “qualis A” nesse tipo de conhecimento? Quem está interessado? Então, é um absurdo e essa lógica começa a impregnar e a gente é avaliado a partir disso, os programas de pós-graduação estão sofrendo isso, pode ver a área de humanas, é a mais prejudicada, ou seja, não consegue manter.²⁷⁶

Na universidade hoje você tem alguns mecanismos de forma de produção que tem semelhanças e um certo isomorfismo com a produção que você tem no setor de produção de bens de consumo por exemplo. É uma lógica de produtividade instituída que altera a subjetividade do trabalhador na academia. Por exemplo, a lei de patentes; quando você transforma parte desse conhecimento em propriedade de alguém, a quem beneficia? A propriedade privada não é a condição determinante da condição de alienação do trabalhador, frente a propriedade do patrão, aos meios de produção? E o que isso representa pra nós enquanto acadêmicos, enquanto cientistas?²⁷⁷

A precarização do trabalho docente na universidade ocorre através desses múltiplos fatores, ou seja, o controle e pressão para a produtividade, os sistemas de avaliação instituídos, as formas flexíveis de contratação e outros. Tudo isso acarreta conseqüências, tais como a sobrecarga de trabalho, pressão psicológica e ideológica, o que vem ocasionando problemas de saúde nos docentes, em relação a sua saúde física e mental. Essa pressão e sobrecarga de trabalho evoluem para uma tensão e competição permanente no ambiente de trabalho, acarretadas pela ofensiva do ideário neoliberal.²⁷⁸

Essa precarização do trabalho docente foi estudada na Argentina, onde também vem ocorrendo uma intensificação do trabalho com uma conseqüente dificuldade na organização coletiva:

²⁷⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

²⁷⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

²⁷⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

²⁷⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

²⁷⁸ Conclusão semelhante a pesquisa de Piton (2004), também apontou, referente estudo sobre os docentes da educação básica do Paraná.

Na Argentina, a precarização do trabalho docente se deve em grande medida à sobrecarga de trabalho a que são submetidos. A extensão e a intensificação do trabalho dificultam o intercâmbio e limitam a organização coletiva dos trabalhadores docentes em torno de interesses comuns. As estratégias utilizadas pelos docentes argentinos e brasileiros no cotidiano de seu trabalho para responder às múltiplas exigências que lhe são dirigidas e para enfrentar as tensões delas decorrentes apresentam traços de reprodução da lógica do capital, contra a qual eles acreditam se opor (OLIVEIRA e MELO, 2010, p.76).

Uma outra questão que merece destaque proveniente das ações neoliberais, é que a universidade hoje não vem contribuindo para formar cidadãos democráticos, ou seja, não há um equacionamento entre proporcionar a formação técnica e profissional com a formação para a cidadania, conforme a análise dos depoimentos apontou.

Toda essa situação se complexifica ao, posteriormente, somar-se a busca pelas saídas individuais através das fundações privadas, prestação de serviços externos de assessoria e bolsas pesquisa, inviabilizando o docente de situar-se nas questões coletivas, não só do ponto de vista da sociedade e da universidade em que está inserido, mas sobretudo, às questões da categoria e do seu coletivo.

A sensação que se tem é que o salário do docente hoje é muito mais um complemento do que a fonte principal de renda. Então hoje, uma das nossas grandes questões é a perda de referência política do trabalho do próprio professor. (...) Essa perspectiva neoliberal no campo do trabalho, faz com que ele não se enxergue fazendo parte de um coletivo e aí as questões mais amplas de pensar a democracia na universidade, a democracia na sociedade, respeito aos direitos sociais e políticos, a minha indignação com a pobreza, a minha indignação com as desigualdades sociais; então todas essas questões se perdem, porque você acaba achando saídas individuais pra resolver os seus problemas de ordem material, não se preocupando tanto em pensar do ponto de vista da percepção mais ampla: que sociedade é essa? O que que eu faço aqui? Qual é o meu engajamento político? Que responsabilidade eu tenho sobre os alunos que eu formo e como essas questões podem ser pensadas no interior de uma organização mais coletiva.²⁷⁹

Um outro aspecto é que, com o avanço das contratações flexíveis tanto de funcionários, quanto também de docentes, transparece o fator de insegurança no mercado de trabalho, sendo que os indivíduos não conseguem ter uma visão a longo prazo, perdendo, com isso, a perspectiva de uma trajetória de vida (SENNET, 2001). Conseqüentemente, isso dificulta a mobilização coletiva, pois o indivíduo passa a se sentir inseguro e diante de uma situação instável, preferindo buscar saídas individuais. As citações abaixo são um exemplo do que vem ocorrendo nas Universidades públicas pós anos 1990:

As ações neoliberais tem influenciado e com certeza influenciou muito, praticamente acabou com a categoria, virou uma categoria de aposentados, porque não repõe, só

²⁷⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

terceiriza; concursos hoje em dia são raros, acho que concurso grande depois de 1990 não teve²⁸⁰.

Não é possível que a gente conviva no interior da Universidade com os salários sendo aviltados via terceirizações; é inadmissível que a gente tenha funcionários desenvolvendo trabalhos internos na Universidade que ganham salários tão baixos e que a gente ainda permita que parte do nosso recurso financeiro, vá para enriquecer pessoas que exploram as outras a olhos vistos dentro da própria universidade. A gente tem tentado fazer essa discussão interna junto aos nossos órgãos colegiados e o SINTUNESP tem batido pesado nessa questão.²⁸¹

Conforme Machado (1996), a situação de docentes contratados precariamente predispõe a um ambiente onde é exercido um controle de uns sobre os outros, podendo haver a manipulação das condições de trabalho do outro, ou seja, ditar o que e em que tempo o docente precário deverá realizar uma atividade. Com isso, ocorre a concentração de poder nas mãos de poucos, gerando um clima de tensão, medo, insegurança e passividade.

Chegam à ADUSP, com freqüência muito maior do que desejaríamos, as reclamações de colegas submetidos a situações constrangedoras, avaliados por atributos não-acadêmicos e obrigados a assumir posições de submissão na política interna do departamento. Raramente, porém, os docentes que enfrentam situações como estas estão em condições de reagir. A própria reação poderia ser mal vista e poderia resultar em perda definitiva da possibilidade de compor soluções que permitam a continuidade do contrato (MACHADO, 1996, p.30).

Ainda em relação à terceirização praticada nas universidades pesquisadas, quando os funcionários são contratados pelas fundações privadas destas universidades, caracteriza-se uma terceirização camuflada, ou seja, ela não é percebida claramente como uma terceirização. Nesse sentido o funcionário não tem muita consciência de estar inserido num trabalho precarizado, não tendo os mesmos direitos trabalhistas, inclusive salário, que os demais funcionários; apesar de exercerem as mesmas funções e estarem num mesmo ambiente de trabalho. Apesar disso, estes trabalhadores não se sentem motivados a aderir às lutas grevistas, pois sua data base de reajuste não é a mesma dos demais e este sabe que não tem a mesma estabilidade no emprego, que os demais concursados, além do que, o não reconhecer-se como um funcionário terceirizado não o motiva à busca de mudança de situação.

Cabe salientar que a terceirização traz conseqüências nas relações de trabalho, comprometendo a subjetividade dos trabalhadores e dificultando, ou mesmo impossibilitando a sua organização sindical.

Você não dá conta de criar, no conjunto da categoria dos terceirizados, a identificação com o trabalho da universidade e com a própria categoria, então, é óbvio que todas essas

²⁸⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

²⁸¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

questões da precarização do trabalho, ela acaba influenciando e muito na mobilização do conjunto dos trabalhadores. É óbvio que esses funcionários das fundações não tem a mesma identidade que tem os funcionários efetivos e eles estão ali muito mais pra prestar um serviço localizado do que pra conhecer e saber a dinâmica do funcionamento da universidade como um todo; fica realmente um prestador de serviço e como tal, não tem o vínculo que deveria ter com a universidade e não tem o sentimento de pertencimento em relação a essa instituição, não tem identidade construída; a identidade dele é com a empresa e não com a própria universidade.²⁸²

Convém mencionar que no panorama atual das Universidades, ao se proceder a uma prática de não reposição dos quadros, ocorre uma intensificação do trabalho nestas universidades.

Se durante as mesmas oito horas a intensidade do trabalho duplicar, quer dizer, se a pessoa executar o dobro das operações, dentro dos mesmos limites extremos, o tempo de trabalho dispendido duplica também; a jornada passa a corresponder a duas das anteriores, ou seja, em oito horas de relógio a pessoa executa o equivalente a dezesseis horas do trabalho anterior. O mesmo se passa com o trabalho qualificado, que equivale a vários trabalhos elementares; durante uma dada jornada o tempo de trabalho real aumenta na mesma proporção em que o trabalho se tornar mais qualificado (BERNARDO, 2000, p.63).

Segundo Marcelino (2008), em 1994 o STU entrou com uma ação de representação pública junto à Procuradoria Regional do Trabalho, na tentativa de denunciar o processo da terceirização via contratos pela FUNCAMP, sendo que essa medida tem acarretado demissões, inclusive sem o pagamento de aviso prévio, multas rescisórias, FGTS e sem poderem obter o seguro desemprego, devido os contratos terem sido declarados nulos.²⁸³

Após quase dez anos de decisão judicial e do início das demissões pela Funcamp, o processo ainda se arrasta e mobiliza a comunidade universitária, ou, ao menos, parte dela. Se por um lado nos parece uma vitória do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp o reconhecimento de que há terceirização dentro da universidade e que ela deve ser barrada, por outro, há um número expressivo de trabalhadores da Funcamp, muitos deles com dez ou quinze anos de serviços prestados, que ainda correm o risco de serem demitidos sem ter seus direitos trabalhistas garantidos (MARCELINO, 2008, p.75).

A FUNCAMP ainda permanece contratando mão-de-obra terceirizada para a UNICAMP e, no caso de contratos realizados pela Fundação através de convênios específicos, caracteriza-se uma rede de subcontratações, a qual é mais difícil de ser identificada.

O fato é que dentro ou fora do serviço público, a terceirização é hoje um processo que ganha cada vez mais espaço nas definições dos rumos do mercado de trabalho no Brasil. A terceirização reflete, na realidade brasileira, dois dos mais importantes movimentos da reestruturação do capital no sentido de recompor as taxas de lucro e o domínio sobre os trabalhadores: a) ela amplia a exploração do trabalho através da quebra de antigas conquistas, da redução salarial e da arquitetura de uma nova regulamentação regressiva dessas relações; e b) por pulverizar os trabalhadores em muitas categorias, dificulta a sua organização enquanto classe. O êxito da terceirização para os objetivos do capital

²⁸² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

²⁸³ Recentemente, em abril/2010 a FUNCAMP demitiu 600 funcionários alegando “nulidade de contrato”.

tornam-na um instrumento poderoso e, no contexto atual, imprescindível para a lucratividade das empresas e para a administração pública (MARCELINO, 2008, p.310).

Diante do exposto é visível que, em decorrência das ações neoliberais implementadas nas universidades públicas, as categorias de docentes e de funcionários não tem conseguido preservar o controle do próprio processo de trabalho, bem como o papel que a universidade deveria desempenhar, o que vem acarretando sérias conseqüências, não só para a comunidade acadêmica, mas também para toda a sociedade. Neste sentido as universidades públicas vivenciam um momento de intensificação do seu sucateamento, pois com o avanço neoliberal transformando a esfera do trabalho, a exploração insere-se no setor de serviços em prejuízo do trabalho humano.

O atual processo de mudanças no âmbito do trabalho que estão em curso nas universidades públicas segue um caminho semelhante ao de outras instituições, tanto do setor público, como do setor privado, ou seja, inicialmente são terceirizadas as atividades de apoio, tais como os setores de vigilância, limpeza, restaurantes, manutenção, etc, concomitante com uma mudança na política de gestão administrativa nestas universidades.

CAPÍTULO VI - AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS E SUAS ENTIDADES SINDICAIS.

Para a composição deste capítulo, explicitamos alguns dados sobre as universidades pesquisadas e suas respectivas entidades sindicais de docentes e de funcionários, bem como sobre o Fórum das Seis Entidades.

6.1 - As Universidades Estaduais Paulistas: UNICAMP, USP e UNESP.

A existência das universidades no Brasil é um fenômeno do século XX. A partir de 1808 havia no Brasil poucas faculdades e somente em 1934, com a criação da USP, é que passamos a ter instituições universitárias abarcando e integrando diferentes áreas do conhecimento. De acordo com o CRUESP, por volta de 1920 existiam 78 universidades espalhadas pelos Estados Unidos e 20 universidades na América Latina, portanto no Brasil, o surgimento das universidades foi tardio. Todavia, esse fato não foi empecilho para que no país fosse constituído um sistema universitário público, o qual tornou-se um dos principais fatores do desenvolvimento nacional a partir de 1940.

Devido a esse sistema de ensino superior público, desde os anos 1970, o Brasil está entre os raros países que tem seis mil novos doutores a cada ano. Apesar do pouco investimento no ensino universitário público, alcançamos um desenvolvimento tecnológico que vem contribuindo com o PIB nacional em várias frentes.

Em nosso país, a Universidade deve cumprir um papel fundamental para a sociedade, ou seja, promover a pesquisa básica ligada às necessidades de saúde, alimentação e moradia do povo brasileiro; criar as bases para a geração e adaptação de tecnologia para o desenvolvimento da economia; debater a cultura do país e gestão da sociedade em seus diferentes níveis; refletir criticamente sobre si mesma e sobre a organização da sociedade nos marcos de um regime de liberdades, democrático e pluralista (ADUNESP, ADUNICAMP e ADUSP, 1979).

As Universidades Estaduais Paulistas são responsáveis por mais de 50% de toda pesquisa realizada no país, sendo que a UNICAMP é atualmente²⁸⁴, a maior detentora de patentes. Nos últimos anos, as vagas de graduação, pós-graduação e cursos de extensão nas três universidades,

²⁸⁴ Jornal UNICAMP 2009.

expandiram-se expressivamente; em contrapartida, ocorreu uma significativa redução de docentes e de funcionários, conforme veremos adiante.

O objetivo da Universidade pública no sentido mais estrito só pode ser o de desenvolver e promover um progresso intelectual de massas, ou seja, para o público, e promover a cultura, a ciência e tecnologia como bem comum da humanidade, como saber e conhecimento universais (ROIO, 2008).

Ao longo dos anos, as Universidades Estaduais Paulistas se depararam com inúmeros governos e diferentes estruturas burocráticas, dentre estas a extinta Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo à atual Secretaria de Ensino Superior, sendo as Universidades submetidas à fiscalização pelo Tribunal de Contas do Estado, prestando informações sobre os gastos e investimentos, mensalmente ao SIAFEM desde 1997 e diariamente desde 2007.

Uma questão importante a mencionar que transpareceu na análise dos depoimentos é que, em plena vigência do século XXI ainda ocorre a ausência de democracia nas instituições universitárias, as quais possuem estruturas hierarquizadas, onde se confunde mérito acadêmico com capacidade administrativa, configurando um panorama de opressão e de despolitização, o qual inibe os indivíduos no sentido de se organizarem coletivamente. Conforme Toledo:

Se no período da ditadura militar existia uma forte coalizão no meio docente em relação à necessidade da redemocratização do país e de algumas reformas sociais, atualmente as divergências entre os docentes são cada vez mais acentuadas e discrepantes. A intelectualidade e o meio acadêmico também refletem as divisões e contradições existentes no plano da sociedade. Se a democracia é um *valor* e tem um caráter consensual entre nós, certamente a resposta à questão *Qual democracia?* Tem dividido a comunidade acadêmica (TOLEDO, 2002 p.10).

No contexto da USP as relações dentro da universidade precisam ser repensadas em âmbito coletivo e não através do viés restritivo da estrutura de poder que existe hoje, a qual define o perfil do Conselho Universitário (MACHADO, 2009).

A esse respeito, conforme Biondi: “A universidade é vítima da concentração de poderes nas mãos de burocratas que se revezam nos principais postos de comando. A falta de renovação asfixia a democracia e gera imobilismo (BIONDI, 2005, p.27) Em nossa análise, isso se aplica também à UNESP e UNICAMP, embora em grau um pouco menor.

A maneira como as universidades estão estruturadas e funcionam, restringem o exercício da democracia no seu interior e tornam seus dirigentes muito submissos ao governante de plantão, quando não, correias de transmissão dos interesses do governo ao invés de representantes da instituição diante do Executivo. Pode-se dizer que, em geral, sequer predominam os valores republicanos nas universidades. Apesar disso, as entidades que

compõem o Fórum das Seis tentam fazer o melhor que podem para intervir nessa situação, sendo às vezes bem sucedidas, outras vezes nem tanto.²⁸⁵

Nesse sentido, conforme análise das entrevistas, convém assinalar que o docente, hoje em dia, está cada vez mais realizando a atividade acadêmica de modo acrítico, fracionado e não universal. A sociedade, mundialmente e também as universidades, tem passado por um processo de despolitização onde existe um direcionamento para interesses econômicos e políticos, sendo que cabe às pessoas apenas um papel executivo e não de protagonista.

As reitorias, pelo próprio jeito de como a gestão não é democrática, as eleições não são democráticas; elas criam uma rede de interesses que, de uma certa maneira, paralisa os docentes. A teia de relações, de interesses, de “*me ajuda que eu te ajudo*”, é um câncer. (...) reitor é mais difícil derrubar do que presidente da república (risos), porque não tem a figura do impeachment de reitor, certo? Pode ver no estatuto, é quatro anos de mandato e acabou.²⁸⁶

Esta situação nas Universidades contrasta com um contexto oposto, ou seja, a Academia deveria contemplar um espaço para o debate, a disputa democrática de idéias, a prática do respeito e aceitação das diferenças, para que os conflitos no interior da mesma, pudessem ser superados através do diálogo.

Por outro lado, a título de ilustração sobre a abrangência do ensino superior público, é interessante verificar como essa prática é diferenciada em outros países:

Eu me lembro que me chamou muito a atenção em 1995, quando eu fazia um pós doutorado na Austrália que, na época, 95% do ensino superior no país era público. Neste país hoje [Brasil], a gente chegou a vergonhosa cifra que 18% do ensino superior é público; no estado de São Paulo 8% das vagas; e a gente tem a ilusão de que a gente vai se desenvolver nessas condições, triste realidade e, na época, conversando lá com algumas pessoas: *como é que 95% do ensino é público e tem tão pouca demanda pra ensino privado? A resposta do reitor lá: “É simples professor, o ensino público aqui tem qualidade”*. Então, as pessoas vão pro ensino público, vai pro ensino privado quem quer se manter excluído do conjunto da sociedade, vai pro ensino privado a elite política, econômica e tal, que quer se diferenciar da sociedade porque não quer se misturar. Ninguém vai pro ensino privado por necessidade, por falta de opção do ensino público; é essa a diferença de perspectiva. E Austrália é um país capitalista, etc e tal, mas eles sabem que ensino é crítico pro desenvolvimento da sociedade como um todo e investem nisso.²⁸⁷

É do conhecimento de todos que os países desenvolvidos obtiveram tal status em decorrência do elevado grau de investimento que realizaram no ensino superior e em pesquisa tecnológica na esfera pública.

²⁸⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 02/09/2009.

²⁸⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente ADUNICAMP em 25/03/2009.

²⁸⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

Ainda em relação à falta de democracia nas nossas universidades, conforme denúncia recente da ADUSP:

A Universidade de São Paulo tem desrespeitado, há anos, no seu cotidiano e nas suas instâncias de decisão, o Artigo 206 da Constituição Federal que define o princípio da gestão democrática do ensino público. O desrespeito fica evidenciado pela ausência de diálogo sempre que deliberações de Conselhos de Departamentos, Congregações e do Conselho Universitário acontecem sem a devida participação de alunos, docentes e funcionários. Nos últimos meses testemunhamos algumas dessas deliberações que, no lugar do diálogo, impõem de maneira autoritária suas decisões, gerando conflitos e desgastes desnecessários entre as partes envolvidas: demissão política de um dirigente sindical, o ingresso da USP na UNIVESP, a reforma estatutária da carreira, as mudanças no exame vestibular, entre outras. As três últimas, aliás, foram tomadas sem razões acadêmicas que as sustentem.²⁸⁸

Em comparação com a UNICAMP e UNESP, a situação não difere muito, conforme os depoimentos a seguir:

Se você olhar como acontecem as reuniões do Conselho Universitário na UNICAMP, que teoricamente se você olhar no papel, talvez seria a mais democrática delas, porque tem um processo de consulta mais amplo pra eleição do reitor, os diretores são também indicados através de processo de consulta. Aqui, a partir de MS3 pode ser chefe de departamento, coordenador de curso de graduação e de pós-graduação, pode ser pró-reitor. No papel, a UNICAMP parece ser mais democrática; o único que tem a limitação é o reitor, que tem que ser MS6, mas do jeito que são feitas as discussões no Conselho e a concentração de poder de decisão, de verbas; a coisa não é tão democrática assim. O fato de você ter um esquema de eleição, isso não garante a democracia se ela não for praticada. Todo processo de decisão importante, passa por um processo de discussão muito rápido, onde só passa nesses órgãos e aí as congregações, na realidade, são repetições do Conselho Universitário dentro da Unidade. Todos os vícios que tem no Conselho Universitário, também tem nas congregações. Então as coisas também são mal discutidas, muitas coisas são aprovadas, muitas vezes sem ninguém ver direito o que aconteceu, coisa que foi dada pra homologação que não se consegue ver o processo, o tempo que é disponibilizado e ninguém vê, com exceção de uma ou duas pessoas, a grande maioria, ninguém vê a pauta ali na hora da reunião. São duas horas e começa a circular um monte de documentos, dificilmente tem alguém que pega e olha todos os documentos no dia anterior ou dois dias antes. E o que não é destacado é aprovado e dá pra chamar isso de democracia? Não dá porque não tem discussão e muita coisa é aprovada desse jeito.²⁸⁹

Nós temos hoje ações pela democracia interna na universidade que, se você não democratiza e coloca o debate maior, você vai só pela cúpula e quando você elege uma pessoa nos colegiados, depois que está no cargo, essa pessoa representa ela mesma, não volta pra base pra discutir. Tem algumas coisas que é preciso alterar em termos de democracia interna, ou seja, tem algumas formas de ação que a gente precisa melhorar bastante. Por exemplo: nós temos uma ação na discussão do Conselho Universitário de peso 70, 15, 15 entre docentes, funcionários e alunos. Os alunos podem escolher o presidente da república, mas não podem votar na chefia de departamento em igualdade de condições.²⁹⁰

²⁸⁸ Conforme Informativo ADUSP nº 285 de 10/06/2009.

²⁸⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009

²⁹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Porém, a queixa das entidades sindicais sobre a falta de democracia nas universidades vem ocorrendo há anos, conforme uma publicação de 1996:

Fica evidente que não podemos continuar com dirigentes que são, na melhor das hipóteses, representantes do governo na Universidade. É imperioso que os dirigentes universitários tenham compromisso com a defesa das condições de vida e trabalho do corpo da Universidade. É necessário democratizar o exercício do poder na Universidade, para evitar aberrações como as que temos assistido nos últimos anos. Pelo menos acordos e palavra públicos precisam ser respeitados. As entidades vem há muito lutando pela democratização da estrutura de poder na Universidade. Na USP o problema é particularmente grave, já que seu estatuto é consideravelmente mais autoritário e retrógrado que o das outras estaduais. Sem democracia, a autonomia da Universidade é simplesmente a autonomia da administração de plantão de fazer o que bem entende. Não lutamos anos a fio para que oligarquias controlem a Universidade pública a seu bel-prazer, nem vamos sustentar este tipo de autoritarismo e irresponsabilidade (ADUSP, 1996, p.29-30).

Diante do exposto é de uma frontal contradição tudo isso ocorrer no seio da Universidade, conforme ilustrou Chauí (1999, p.7): “Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade, como instituição social, tornou-se inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber”.

Porém, são muitos os fatores que podem interferir na possibilidade de alterações de contexto na universidade, dentre os quais pode-se destacar: o clima institucional vivido, o momento político-econômico do país, os níveis de pressão da sociedade, o controle do exercício docente, o mecanismo interno de poder, a legitimidade de lideranças, a escala de satisfação de docentes e servidores, a articulação dos alunos, ou seja, um amplo espectro de questões que num complexo de relações, predis põem a certos comportamentos e não outros. O docente, na estrutura acadêmica de poder, representa a maior força (CUNHA, 1998).

O professor tem sido o principal ator das decisões universitárias (...) Entendê-lo como sujeito histórico, revelador de um contexto social e engajado conscientemente ou não em um projeto político, parece ser de fundamental importância quando se pretende alterar a lógica universitária e, conseqüentemente, caminhar rumo a novos patamares, tentando construir um novo horizonte (...) (CUNHA, 1998, p.33-34).

Outrossim, conforme já anunciado e como poderá ser observado, nas universidades pesquisadas, contrapondo-se ao aumento de vagas, a proporção de funcionários e docentes efetivos vem diminuindo gradativamente, em virtude das aposentadorias²⁹¹, óbitos e da não contratação de novos quadros efetivos, o que é explicado em decorrência do avanço das políticas neoliberais do governo. Esse panorama não seria precursor de um processo de desmonte das

²⁹¹ As vagas dos servidores do RJU (estatutários) que se aposentam, geralmente não são repostas devido estes servidores continuarem na folha de pagamento das universidades.

Universidades Estaduais Paulistas, a exemplo do que vem ocorrendo com as Universidades federais?

É importante ressaltar que a diminuição do número de docentes e funcionários, quer seja através da não reposição dos quadros, quer seja através da terceirização de serviços, ou mesmo à transformação do perfil docente, implica em uma redução de base das entidades sindicais, contribuindo para uma maior fragilização das mesmas.

6.1.1 - A Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

A UNICAMP foi criada por decreto-lei no ano de 1962, sendo que a Faculdade de Medicina iniciou seu funcionamento em 1963, nas dependências da Maternidade de Campinas. Porém, ela foi inaugurada oficialmente em 1966 com o objetivo de suprir as demandas tecnológicas da época, ou seja, a demanda pela formação técnica, industrial e de uma mão de obra especializada e qualificada, sendo que, suas diretrizes estavam alinhadas com o projeto de desenvolvimento econômico do país (UNICAMP, 1996).

As motivações políticas que fundamentaram a criação da UNICAMP, estão relacionadas com o desenvolvimento tecnológico da época, o qual tinha como objetivo adequar o país às demandas da indústria, o que determinou um perfil de vinculação à área tecnológica, com estrutura de caráter conservador.

A UNICAMP desde logo se envolveu com pesquisa cuja demanda era apresentada pelas grandes empresas estatais do capitalismo do Estado brasileiro, o que gerou um perfil que se espalhou em todas as áreas científicas e culturais, fazendo dessa Universidade um conjunto relativamente harmônico (ROIO, 2008).

Mesmo tendo sido criada oficialmente na época da ditadura militar, a UNICAMP possuía uma relativa autonomia institucional, devido ao seu reitor, Zeferino Vaz²⁹², ter prestígio perante as autoridades daquela época, pois o referido apoiou o golpe militar e foi interventor na Universidade de Brasília (MENEGUEL, 1994).

Com uma política paternalista e autoritária, Zeferino Vaz conduzia a universidade sem a intenção de institucionalizá-la, contratando os docentes sem concurso, sendo as decisões tomadas informalmente, configurando-se numa universidade cerceada (ADUNICAMP, 2002).

Conforme nossa pesquisa, no final da década de 1980 houve grande mobilização de estudantes na Universidade, com ocupações e a exigência de condições de assistência estudantil

²⁹² Zeferino Vaz foi o terceiro reitor e ficou no cargo por doze anos, de 1965 a 1978.

para os alunos carentes. A partir de então, como resultado, teve início a construção da Moradia para seus estudantes.

No início da década de 1980 a UNICAMP passava por uma crise institucional, a qual foi devido a dois fatores: a queda dos recursos para a pesquisa e a morte de Zeferino Vaz, seu idealizador. Em outubro de 1981, 17 candidatos a reitor realizavam debates com a comunidade universitária, sendo que, a eleição indicou Paulo Freire como o primeiro colocado.

Porém, em outubro de 1981, o governador do Estado Paulo Maluf decretou uma intervenção na Universidade, destituiu cinco conselheiros do Conselho Diretor e nomeou outros de sua confiança. Essa intervenção gerou um intenso movimento de resistência por parte dos docentes, funcionários e alunos. Nesta época, foram exonerados oito diretores de unidades e demitidos quatorze funcionários, os quais eram membros da ASSUC (CURIEL, 1997). Essa intervenção teve repercussão internacional e foi bastante veiculada pela mídia na época.

A reação da comunidade universitária contra essa intervenção, se constituiu num “estado de mobilização permanente”, o qual durou cerca de seis meses, quando José Aristodemo Pinotti²⁹³ assumiu a reitoria, em abril de 1982.

Durante todo o período de mobilização, a reivindicação era pelo retorno dos diretores exonerados, readmissão dos funcionários demitidos e pela saída dos interventores, os quais eram professores de outras universidades que foram chamados pelo governo Maluf. Durante todo o período de intervenção, os docentes, funcionários e alunos “ocuparam” todo o campus, com o objetivo de impedir a entrada dos interventores nomeados por Maluf e a invasão da universidade pelos militares (GRANZOTTO, 2002).

Conforme depoimento de um docente: “Lacramos todas as salas, fechamos a Universidade para os interventores não entrarem” (FERNANDES apud ADUNICAMP, 1991, p.54).

Mas não bastava apenas repudiar, quase que festivamente, os interventores. Era preciso organizar a resistência. Decretar greve? Contra esta posição dos funcionários e estudantes, a ADUNICAMP propôs, e ganhou, o “estado de mobilização permanente”, para prosseguir normalmente as atividades. Mutirões foram organizados para manter em funcionamento os setores infra-estruturais: restaurante, administração, etc. Os esforços concentraram-se basicamente nos trabalhos da resistência, coordenada pela Comissão de Defesa da Universidade (CDU) (ADUNICAMP, 1991, p.58).

²⁹³ José Aristodemo Pinotti era um dos últimos colocados na consulta para escolha do reitor, mas foi o escolhido por Maluf após a negociação com um grupo de docentes da UNICAMP.

Durante esse período de “estado de mobilização permanente”, a ADUNICAMP ficou dividida, pois uma parte de docentes da entidade sugeria o Pinotti para a reitoria e outra parte era contrária à essa idéia.

O Prof. Pinotti chegou à reitoria através de uma manobra muito astuta dos grupos internos... a intervenção foi uma tentativa de manter a direção da Universidade nas mãos de grupos bastante conservadores, de direita mesmo, ligados ao Maluf e o nome Pinotti surgiu como uma saída conciliatória.²⁹⁴

Nesta época ocorreu uma “solução negociada”, a qual foi efetivada, com o apoio de uma parte dos dirigentes do movimento docente, através de uma manobra do Conselho Diretor, cujos membros indicaram o nome de Pinotti para o primeiro da lista sêxtupla, para posterior apreciação pelo governador do Estado (ADUNICAMP, 2002).

Apesar da universidade possuir um Conselho Diretor, ainda permanecia com um estatuto precário e, portanto, se fazia necessário iniciar o processo de institucionalização. O modelo copiado da USP, consistia em congregações formadas exclusivamente por docentes titulares, os quais eram os únicos com permissão para candidatarem-se a diretores de unidade. Ocorreu então uma alteração que viabilizou o acesso às congregações e diretorias de unidade a quem possuísse o título de doutor. Dessa forma, as congregações puderam ser compostas em todas as unidades e no final da gestão de Pinotti, a institucionalização havia sido concluída (ADUNICAMP, 2002).

Voltando à caracterização da UNICAMP, ela é uma autarquia do Estado de São Paulo possuindo autonomia instituída pela Constituição de 1988 e sua verba orçamentária anual é oriunda do Governo Estadual, através da arrecadação do ICMS, porém, também recebe verbas de instituições de fomento à pesquisa, como a FAPESP e CNPQ.

O processo de eleição ao cargo de reitor, realiza-se através de uma consulta à comunidade da UNICAMP a cada quatro anos, sendo que o peso do voto docente é 60%, de funcionários é 20% e dos estudantes também é 20%. Em seguida, segue uma lista com o resultado da consulta para o governador do Estado indicar qual candidato deverá ocupar o cargo. Portanto, trata-se de um processo de eleição não paritário, ou seja, uma eleição indireta, ao invés de uma eleição mais democrática.

A Universidade é constituída por dez faculdades e dez institutos no campus de Campinas, uma faculdade em Piracicaba, um Centro Superior de Educação Tecnológica em Limeira, um

²⁹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente ASSUC em 2002.

Centro de Pesquisas Químicas em Paulínia e dois colégios técnicos, sendo uma unidade em Campinas e a outra em Limeira.

O vestibular nacional da UNICAMP é um dos mais concorridos do país, sendo que no ano de 2006/2007 houveram 46.944 inscritos. A Universidade adotou o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social²⁹⁵, um modelo alternativo ao sistema de cotas (UNICAMP, 2007).

A UNICAMP é uma das mais importantes universidades em pesquisas do Brasil, sendo responsável por 15% de toda produção científica realizada no país. Atualmente ela mantém o “status” de maior produtora de patentes de pesquisa do Brasil, superando outras instituições de renome.

Cabe aqui informar que, entre os anos de 1989 e 2001 ocorreu uma diminuição de, aproximadamente, cinco mil trabalhadores concursados na UNICAMP (STU, 2001, p.19).

Na UNICAMP, no ano de 2008²⁹⁶, o número de funcionários estatutários, ou seja, regime ESUNICAMP era de 2.294; CLT: 1.914; comissionados: 12; FUNCAMP: 3.581; bolsistas: 706, estagiários: 592 e patrulheiros: 137. É pertinente informar que os estagiários, em sua grande maioria, realizam atividades díspares de sua formação universitária, o que pode confirmar uma substituição de mão de obra do quadro funcional.

Ainda, conforme dados oficiais de 2008, o número de docentes era de 1.717 (MS), 356 (não-MS), totalizando 2.082.²⁹⁷ Deste total, 2.040 docentes são regime ESUNICAMP, 32 são regime CLT e 10 são comissionados.

É importante ressaltar que apesar do aumento dos cursos²⁹⁸ e de toda a sua excelência, na UNICAMP o número de docentes caiu aproximadamente 10% e, em paralelo, existia, na época, 459 PEDs, dos quais 55 na categoria A, os quais tem atribuições de ensino iguais as dos docentes. Havia também 172 professores colaboradores voluntários²⁹⁹ que, na grande maioria, ministram disciplinas na pós-graduação, os quais estão ocupando o lugar dos docentes. “A docência está sendo parcialmente terceirizada” (ADUNICAMP, 2009). Sem dúvida esses dados merecem ser

²⁹⁵ O Programa prevê que estudantes que tenham cursado todo o ensino médio no sistema público, receberão 30 pontos a mais na nota final da segunda fase do vestibular. Candidatos pretos, pardos ou indígenas na condição citada, receberão além dos 30 pontos, mais dez pontos adicionais.

²⁹⁶ Dados fornecidos pela FUNCAMP em 22/06/2008 e pela DGRH em julho/2008, não estão incluídos os residentes do HC.

²⁹⁷ Dados DGRH julho/2008.

²⁹⁸ O nº de cursos na graduação aumentou 61%, o nº de vagas 75%, sendo que na pós-graduação o aumento de cursos foi de 117% (ADUNICAMP, 2009).

²⁹⁹ Número de 2008, conforme ADUNICAMP (2009). Na UNICAMP os professores colaboradores não recebem salários, porém podem receber bolsas de pesquisa.

destacados e requerem uma ação mais incisiva da comunidade acadêmica no sentido de serem tomadas providências para a sua reversão.

Seguem abaixo as tabelas com os dados oficiais do número de docentes e de funcionários da UNICAMP:

TABELA 1

DOCENTES UNICAMP ATIVOS PERÍODO 1997 - 2009

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
2237	2206	2174	2146	2086	2125	2041	2105	2114	2125	2103	2069	2070

Fonte: Anuário Estatístico da UNICAMP 2007, 2009 e 2010.

TABELA 2

FUNCIONÁRIOS UNICAMP ATIVOS PERÍODO 1997 - 2009

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
8329	8199	7932	7483	7602	7737	7623	7835	7838	7817	7797	7841	7808

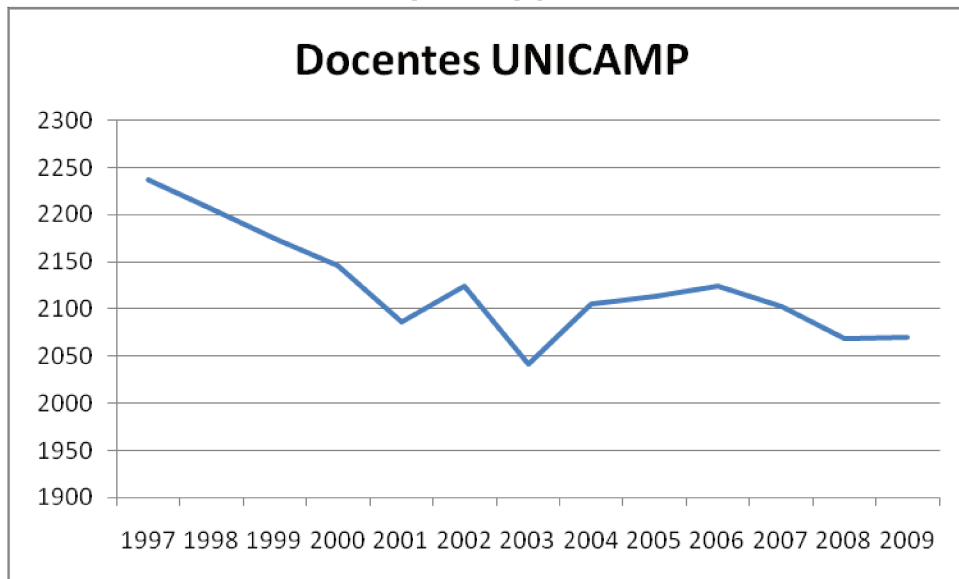
Fonte: Anuário Estatístico da UNICAMP 2007, 2009 e 2010.

Analisando as tabelas acima, podemos inferir que, no geral, vem ocorrendo um decréscimo ao longo dos anos no número de docentes e de servidores³⁰⁰ na UNICAMP, o que comprova a questão da não renovação dos quadros. Essa insuficiência de docentes e funcionários indica a adesão a uma política de “Estado mínimo”.

Para uma melhor visualização do processo de diminuição dos quadros na UNICAMP, segue abaixo os gráficos 4 e 5:

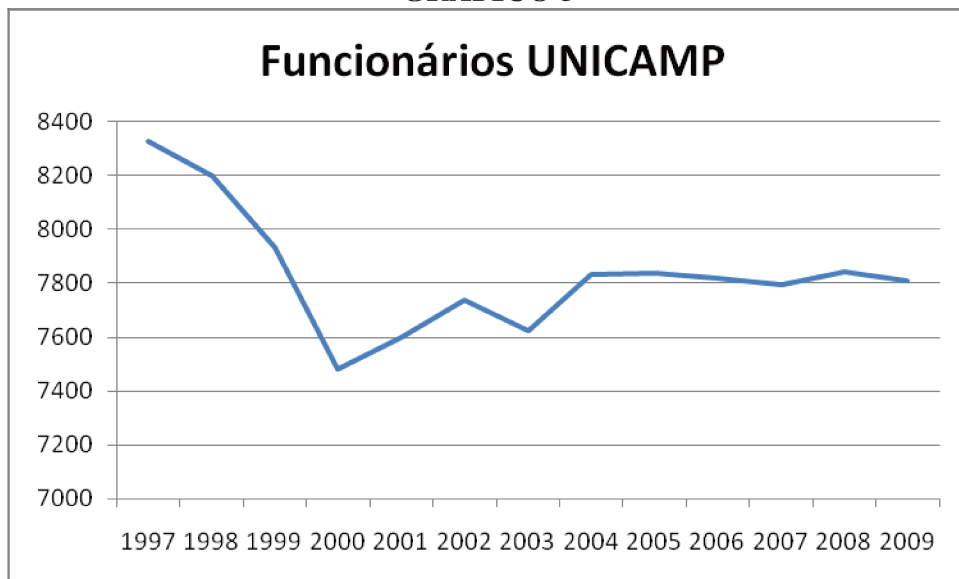
³⁰⁰ O aumento do número de servidores ocorreu, em sua maioria, na área da saúde.

GRÁFICO 4



Fonte: Anuário Estatístico da UNICAMP 2007, 2009 e 2010.

GRÁFICO 5



Fonte: Anuário Estatístico da UNICAMP 2007, 2009 e 2010.

6.1.2 - A Universidade de São Paulo – USP.

A Universidade de São Paulo foi criada através do decreto estadual nº 6.283, de 25/01/1934, num contexto de importantes mudanças sociais, políticas e culturais. Conforme Schwartzman: “nasceu da efervescência cultural e ideológica da década de 20” (1979, p.191). “(...) Pois realmente na encruzilhada encontrava-se, na época, a educação em São Paulo, e o

caminho em que nos lançamos foi o de reformas radicais, da base à cúpula, com a renovação do ensino superior e a criação de uma universidade, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (AZEVEDO apud SCHWARTZMAN, 1979, p.191).

Para a instalação da Faculdade de Filosofia, houve a necessidade de se contratar professores do exterior pois:

“Para muitas matérias não havia, no país, mestres altamente especializados e em condições, portanto, de inaugurar cursos novos e de alto nível e com as técnicas de pesquisa para assegurar uma contribuição constante aos progressos científicos. Não se tratava apenas de professores que pudessem dar cursos de alta qualidade, mas capazes, por seu espírito e suas técnicas de pesquisa, de concorrer para o progresso das ciências, a cujo ensino teriam de dedicar-se. Tínhamos, por isso, de recorrer a professores estrangeiros” (AZEVEDO apud SCHWARTZMAN, 1979, p.208).

A USP é a maior universidade do país, sendo a terceira da América Latina e está entre as primeiras com universidades das, aproximadamente, seis mil universidades existentes em todo o mundo, com ampla projeção nacional e internacional. Quando de sua criação, o objetivo era o de promover a pesquisa e o avanço da ciência, na perspectiva de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão (USP, 2008).

A USP fora fundada em 1934 com o fito de formar quadros técnico-científicos e intelectuais em condições de reproduzir a ordem social, como professores, juristas ou administradores da coisa pública. O vínculo de origem com as classes dirigentes agro-industriais do estado de São Paulo sempre foram patentes e aqui está a sua glória e o seu limite (ROIO, 2008).

Por volta de 1962 a USP constituía-se numa confederação de unidades independentes e antagônicas sob o domínio das denominadas “Grandes Escolas”, as quais eram ligadas às profissões de maior prestígio, a saber: Faculdade de Direito, Escola Politécnica e Faculdade de Medicina. Na época, o reitor Ulhôa Cintra tinha como intenção construir uma nova concepção de Universidade, através de um planejamento global com o incentivo à pesquisa e a construção da Cidade Universitária (ADUSP, 2004).

Em paralelo a essas idéias, tomava amplitude a crítica ao sistema da cátedra³⁰¹, ao mesmo tempo em que crescia a atividade estudantil que tinha como pressuposto a reforma da estrutura da Universidade. Porém, havia um núcleo de professores conservadores contrários à reforma na defesa dos privilégios da cátedra, os quais eram garantidos pela estrutura da época.

A USP quando foi criada servia aos interesses da aristocracia brasileira, das classes dominantes, família Mesquita & Cia Ltda e ela veio pra consolidar um modelo, ela tem

³⁰¹ O artigo 33 da Lei nº 5540/1968 extinguiu a cátedra ou cadeira da organização do ensino superior no país (PAOLI, 1985).

uma representação de ser a mãe das universidades, então ela é uma espécie de modelo a ser seguido, ou se busca “imitá-la.”³⁰²

Na seqüência irrompe o golpe de 1964, o qual repercutiu sobre o poder vigente na Universidade, com a repressão policial dentro da mesma e nenhuma resistência por parte da reitoria, pelo contrário, o então reitor Gama e Silva criou uma comissão de docentes de sua confiança para investigar atividades “subversivas” na Universidade (ADUSP, 2004).

A forma violenta pela qual foram realizadas prisões de professores e alunos, a invasão e a depredação da Faculdade de Filosofia configuravam claramente a intenção de intimidar antes que investigar e não sofreram o mais leve reparo por parte do reitor. Deste modo, a ação repressiva externa pode agir livremente na Universidade e criar uma atmosfera de temor generalizado provocada pelos atos de violência e pela ameaça permanente de prisões e detenções arbitrárias (ADUSP, 2004, p.12-13).

A partir de 1964 teve início um processo de intenso controle ideológico sobre os docentes desta Universidade, acarretando demissões, aposentadorias forçadas, seqüestros, torturas, desativação de órgãos estudantis, mortes e prisões³⁰³.

Ainda na vigência da ditadura militar nos anos 1968, um de seus prédios foi incendiado, num ato de punição do governo autoritário frente aos movimentos de docentes e estudantes contrários ao panorama da época (USP, 2008).

A reforma universitária decretada pelo governo militar em 1968 teve como característica atos de contenção política e mudanças na organização das universidades. Para impossibilitar os movimentos de docentes, alunos e da sociedade em geral, foi decretado o Ato Institucional número 5, conhecido como AI-5 e através do decreto de lei 477, de 1969, ficaram proibidas as ações políticas de contestação nas Universidades brasileiras (NEPP, 1985). Somado à proibição de manifestações, havia também punições para a comunidade universitária, conforme segue:

Art. 1º

I – Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos;

II – Se se tratar de aluno, com pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.³⁰⁴

³⁰² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

³⁰³ Segundo o Comitê Brasileiro de Anistia, há 24 pessoas consideradas desaparecidas ou mortas, as quais eram alunos e professores da USP (ADUSP, 2004).

³⁰⁴ Trecho extraído de SANFELICE, (1986, p.235).

Através do ato, não somente o controle ideológico ficou institucionalizado nas universidades, como também o controle político, com a perseguição política de inúmeros docentes, praticadas, muitas vezes, através da delação dos próprios colegas (ADUSP, 2004).

Com esse ato, não apenas cientistas de renome eram impedidos de trabalhar nas Universidades e institutos de pesquisa estatais, mas se decretava inclusive o fim de sua carreira científica, uma vez que a possibilidade de realizar pesquisas fora de instituições direta ou indiretamente subvencionadas pelo Estado é muito restrita no Brasil. Desse modo, forçou-se a emigração de um grande número de cientistas brasileiros (ADUSP, 2004, p.62).

Porém, após várias décadas do final dos difíceis anos de repressão, ainda permanece a sombra do autoritarismo no interior da Universidade, conforme segue:

Superado o controle ditatorial sobre a universidade, é indispensável varrermos a herança autoritária que permanece regulando a vida da Universidade de São Paulo, onde os avanços democráticos firmados na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda não conseguiram chegar (ADUSP, 2004, p.7).

O processo para sucessão de reitor na USP foi definido pelo Estatuto de 1988 e ocorre da seguinte forma: só poderão candidatar-se para o cargo os professores titulares, em seguida, o colégio eleitoral reúne, em primeiro turno, o Conselho Universitário³⁰⁵, os conselhos centrais e as congregações, sendo que estas são excluídas no segundo turno. Após esse processo é montada uma lista tríplice e enviada ao governador. O índice de participação de docentes no colégio eleitoral é de 88% no primeiro turno e 85% no segundo turno. Tais percentuais desrespeitam o que foi fixado pela LDB: o índice de 70% de votos de docentes em processo eleitoral para escolha do reitor (ADUSP, 2009).

Os reitores da USP são eleitos através de colegiado desde o início da instituição. A eleição é arcaica e antidemocrática, um fator de concentração de poder nas mãos de uma casta de professores titulares. O Conselho Universitário é constituído em sua maioria por professores titulares (USP, 2009). Desta forma aparece, a cada nova greve, o questionamento sobre a legitimidade do reitor.

“O Estatuto da USP votado em 1988 reflete a manobra das oligarquias que controlavam o poder na USP, aliadas aos interesses de uma tecnocracia emergente, para manter autocrático o exercício do poder na USP” (MIRAGLIA, 2009).

Porém, não é apenas o processo de nomeação de reitor que não é democrático, conforme Miraglia (2009), os diretores de Unidades são indicados pelo reitor a partir de uma lista tríplice

³⁰⁵ O Conselho Universitário é o órgão supremo de deliberação das Universidades.

elaborada pelas congregações das Unidades. A capacidade de decisão de departamentos acerca de questões acadêmicas foi reduzida, sendo que foram criadas instâncias centrais de arbítrio, como por exemplo a CERT, cujos membros são indicados pelo reitor.

Paulatinamente instalaram-se o regime de terror e a administração industrial do trabalho acadêmico. A docência foi desprestigiada, o RDIDP desfigurado, e a privatização do bem público, seja através das fundações, seja através de outros meios, foi incentivada (MIRAGLIA, 2009).

Em termos de estrutura física, atualmente a Universidade de São Paulo é constituída por 40 unidades de ensino e pesquisa em sete campi universitários: em São Paulo, Ribeirão Preto, Bauru, Piracicaba, São Carlos, Pirassununga e Lorena. Em São Paulo há quatro unidades de ensino da USP que estão fora do campus universitário, possuindo também algumas bases científicas e quatro museus (USP, 2008).

A USP está classificada como a melhor universidade da América Latina e é responsável pela formação do maior número de mestres e doutores do mundo, bem como pela metade de toda produção científica do estado de São Paulo e mais de 28% da produção científica brasileira.

A USP tem uma massa crítica muito interessante e as coisas que acontecem na USP tem uma repercussão em nível estadual e nacional. Muitas vezes, poucas coisas que acontecem na USP dão mais repercussão do que muitas coisas feitas, por exemplo, no interior da UNESP.³⁰⁶

Porém, com a falta de uma política de contratação adequada ao aumento de vagas, a USP tem passado por momentos de crise devido à insuficiência de docentes, sobretudo na área de ciências humanas.

A FFLCH perdeu na última década mais de 120 docentes, tendo aumentado em três mil (de 10.300 para mais de 13 mil) o número de seus alunos. Isto gerou uma situação insuportável nas condições de ensino (salas superlotadas, disciplinas que não são oferecidas, dificultando o fim dos estudos dos alunos) e também na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade, devido à sobrecarga de trabalho dos docentes. A FFLCH, por outro lado, é só a ponta avançada de uma situação geral da USP, que perdeu quase mil docentes na última década, tendo seu efetivo discente crescido em mais de 16 mil alunos no mesmo período (AGUIAR, OLIVEIRA e COGGIOLA, 2002, p.1).

Segue abaixo as tabelas com o número de docentes e funcionários da USP:

³⁰⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

TABELA 3**DOCENTES USP ATIVOS PERÍODO 1996 - 2008**

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
4953	4852	4705	4728	4694	4755	4884	4953	5078	5222	5358	5434	5638

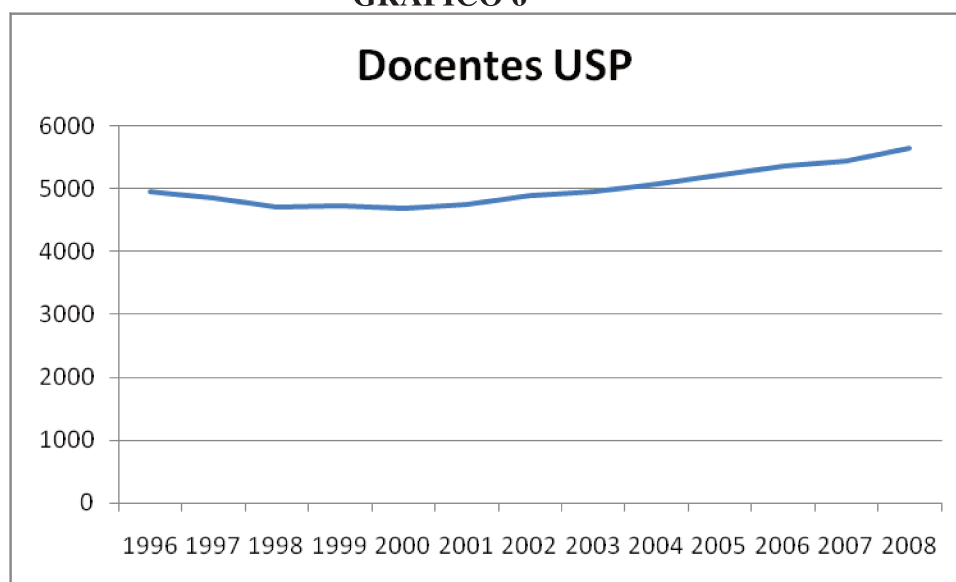
Fonte: Anuário Estatístico. Dados fornecidos pela USP em julho/2010. Elaboração própria.

TABELA 4**FUNCIONÁRIOS USP ATIVOS PERÍODO 1996 - 2008**

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
14729	14699	14659	14186	14184	14589	14952	14905	15008	15295	15409	15221	15438

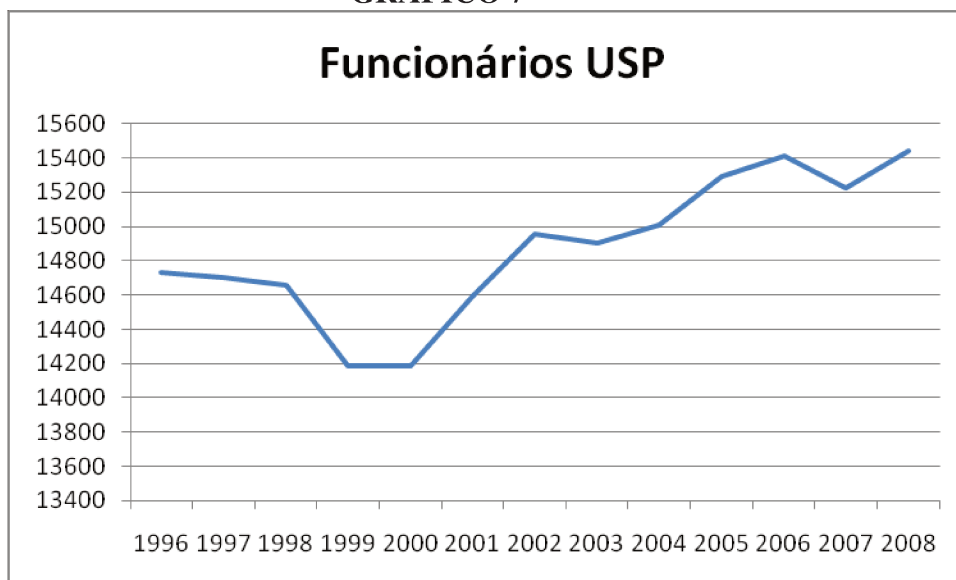
Fonte: Anuário Estatístico. Dados fornecidos pela USP em julho/2010 (não informaram os dados de 2009).
Elaboração própria.

Em contraste com o que vem ocorrendo na UNICAMP, verificamos que na USP os quadros funcionais de docentes e servidores não decresceram, apresentando uma elevação das contratações. Porém, nos últimos anos, em virtude de ter ocorrido um aumento na oferta de novos cursos e vagas, esse aumento nos quadros funcionais apresenta-se ainda insuficiente. Conforme demonstrado nas tabelas, segue abaixo os gráficos 6 e 7 para uma melhor visualização:

GRÁFICO 6

Fonte: Anuário Estatístico. Dados fornecidos pela USP em julho/2010. Elaboração própria.

GRÁFICO 7



Fonte: Anuário Estatístico. Dados fornecidos pela USP em julho/2010. Elaboração própria.

6.1.3 - A Universidade Estadual Paulista – UNESP.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” foi criada em 1976, resultante da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, os quais eram unidades de ensino universitário situadas no interior paulista. Essas unidades haviam sido criadas no final dos anos 1950 e início da década de 1960, sendo que os docentes daquelas unidades também sofreram devido ao clima de terror promovido pela ditadura.

Conforme Fantinatti (1998), a fim de promover o enquadramento no modelo de universidade então definido pela Reforma Universitária de 1968, houve o processo de junção das faculdades isoladas que já existiam para a constituição da UNESP. O processo ocorreu de modo autoritário e contrariando interesses de grande parcela dos docentes, estudantes e funcionários.

A ADUNESP nasceu junto com a própria Universidade, como resistência à forma arbitrária com que a UNESP foi criada. O que existia até então eram os antigos institutos isolados de ensino superior no estado de São Paulo. A UNESP foi criada da forma mais arbitrária possível, promovendo extinção de cursos e transferência sumária de professores de uma faculdade para outra, o que envolvia transferência de cidade.³⁰⁷

³⁰⁷ Depoimento de Lúcia Helena Lodi, ex-diretora da ADUNESP (ADUNICAMP, abr/1992).

Com a Lei 952 de 30/01/1976, a UNESP passou a ser uma autarquia, submetida ao governo do Estado, sendo a única universidade presente em quase todo o território do Estado de São Paulo.³⁰⁸

Mais complicado era a situação da UNESP, entidade universitária que surgiu da congregação de diversos institutos e faculdades espalhadas pelo estado, surgidas em momentos diferentes e em conjunturas diferentes. De modo geral, os objetivos desses pólos dispersos era o de formar quadros para as emergentes burguesias locais. As dificuldades de se formar quadros próprios de professores e pesquisadores fez da UNESP espécie de campo de estágio para outras Universidades, um ponto de passagem, um organismo periférico (ROIO, 2008).

O processo de sucessão do reitor era realizado de forma paritária até 1997. Após essa época vem ocorrendo uma consulta à comunidade com a categoria dos docentes com peso de 70%; para os funcionários 30% e estudantes também o peso é de 30%. Novamente, a exemplo da USP e UNICAMP, o processo de escolha de reitor na UNESP também não é de caráter democrático.

A UNESP possui 32 unidades, sendo que 7 unidades, denominadas inicialmente de “diferenciadas”, passaram a ser denominados “campi experimentais” e foram criadas em 2003. Ela possui ainda 3 colégios técnicos. Sua estrutura multicampi a faz presente em 23 cidades do Estado de São Paulo: São Paulo, São Vicente, Registro, Itapeva, Sorocaba, São José dos Campos, Guaratinguetá, Ourinhos, Botucatu, Rio Claro, Bauru, Araraquara, Marília, Assis, Tupã, Jaboticabal, São José do Rio Preto, Franca, Ilha Solteira, Araçatuba, Dracena, Presidente Prudente e Rosana. A reitoria da UNESP está localizada na cidade de São Paulo (UNESP, 2009).

Nos campi experimentais não existe uma estrutura de discussão e de deliberação como nos campi tradicionais, como por exemplo as congregações e colegiados, configurando um contexto autoritário.

Nessas Unidades Experimentais, um dos principais problemas hoje identificados, é a ausência de democracia interna e o poder quase imperial dos Coordenadores locais, que são indicados pelo reitor, estes administram essas Unidades com mão de ferro (ANDRADE, 2008, p.59).

Segundo dados da reitoria da UNESP, em 2008 havia 2.568 docentes efetivos, 185 em regime autárquico (ou estatutário), 605 contratados pela CLT e 351 contratados como professores substitutos por tempo determinado (CLT).

³⁰⁸ Em 1975 os institutos isolados reuniam cerca de 11.000 alunos, 1.617 docentes e 2.685 funcionários (ADUNESP, 1996, p.7).

No que se refere aos funcionários técnico-administrativos, informaram que 6.611 eram contratados no regime autárquico e 260 contratados pela CLT, totalizando 6.871 funcionários³⁰⁹. Sobre a questão da terceirização, fomos informados de que apenas os funcionários das portarias e da limpeza (da reitoria e de todas as unidades) são terceirizados, sendo que não nos foram fornecidos esses dados em números. É interessante ressaltar que na UNESP, a maioria dos docentes foram contratados pela CLT e os técnicos administrativos pelo regime estatutário, em contraste com a UNICAMP, onde a totalidade dos docentes são CLE e a maioria dos funcionários CLT.

TABELA 5

DOCENTES UNESP ATIVOS PERÍODO 1997 - 2009												
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
3306	3286	3171	3141	3124	3201	3186	3216	3354	3507	3554	3425	3625

Fonte: Anuários Estatísticos UNESP e Coordenadoria de RH da UNESP.

TABELA 6

FUNCIONÁRIOS UNESP ATIVOS PERÍODO 1997 - 2009												
1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
7787	7440	7243	7156	7135	7114	6952	6927	6837	6843	6984	6880	7138

Fonte: Anuários Estatísticos UNESP e Coordenadoria de RH da UNESP.

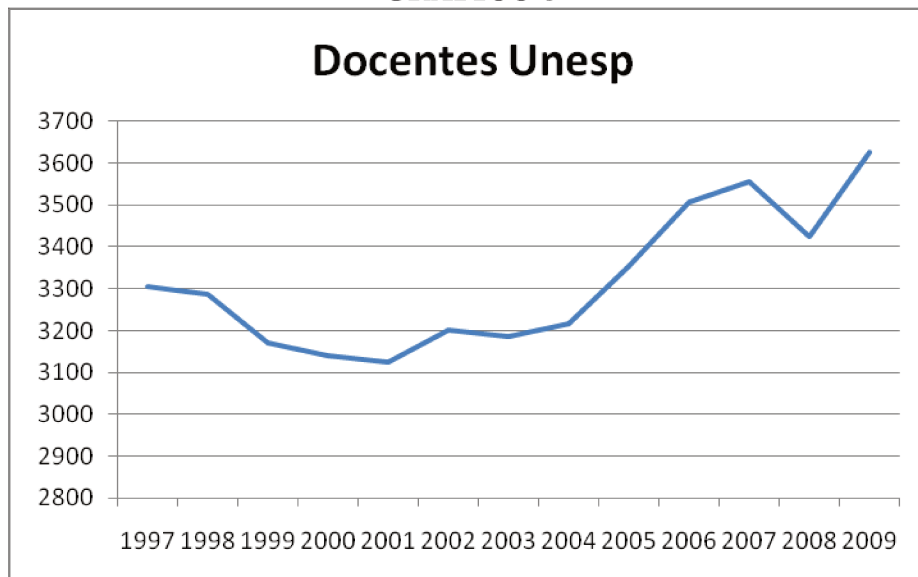
Conforme as tabelas acima demonstram, até o ano de 2008, também ocorria na UNESP uma não reposição dos quadros de docentes e de funcionários, mesmo apesar do projeto expansionista de novos cursos. Os docentes e técnico-administrativos substitutos estão incluídos nos dados de 2009. O aumento nos quadros funcionais ainda é insuficiente devido à expansão da Universidade.

A UNESP hoje, convive, semestralmente, com mais de 500 docentes substitutos, somadas à ausência de servidores técnico-administrativos em número adequado para atender a demanda dos cursos. Entre 2002 e 2003 crescemos cerca de 32,5% (ANDRADE, 2008, p.59).

³⁰⁹ Dados fornecidos pela reitoria da UNESP em junho/2008.

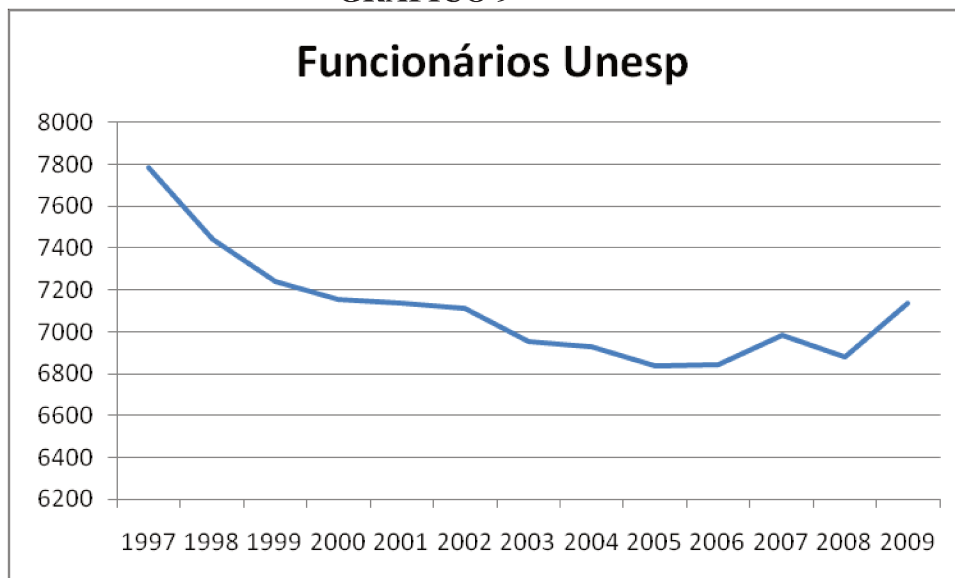
Para uma melhor visualização dos valores citados nas tabelas acima referentes aos quadros funcionais da UNESP, segue abaixo os gráficos 8 e 9:

GRÁFICO 8



Fonte: Anuários Estatísticos UNESP e Coordenadoria de RH da UNESP.

GRÁFICO 9



Fonte: Anuários Estatísticos UNESP e Coordenadoria de RH da UNESP.

Cabe neste momento informar que, segundo nossa pesquisa apontou, existem algumas diferenças importantes entre as três Universidades pesquisadas, sendo que estas diferenças

imprimem um perfil diferenciado entre os docentes e faz com que o modo de vivenciar o contexto político e das lutas, em cada Universidade, fique também diferenciado.

Não cabe aqui, neste momento, aprofundar as raízes históricas de cada uma destas instituições para explicitar a diferenciação de suas origens, porém, algumas características histórico-sociais, em cada Universidade, poderiam ser resumidamente explicitadas do seguinte modo: a UNICAMP fundada no modelo de formação tecnológica para atender as demandas sociais e econômicas do período. A fundação da USP sob o prisma da formação das elites dirigentes do país, formação da intelectualidade e, a criação da UNESP, seria para atender as demandas de grupos de poder localizados em várias regiões do estado de São Paulo. É importante frisar que somente a USP foi criada sob o regime de cátedras, o que provavelmente contribuiu para a acentuada concentração de poder em torno dos professores titulares, a qual permanece até os dias atuais.

Conforme os depoimentos dos dirigentes demonstraram, cada universidade tem o seu perfil e, conseqüentemente, essa questão interfere no comportamento sindical e na postura docente:

São raízes muito diferentes. Na USP, aquela coisa de ceticismo, dos grandes sábios, das fundações, etc; atuam mais fortemente. Muitos professores da UNICAMP e da USP, os mais relevantes em termos de produção, eles acham que vão resolver o problema do Brasil. (...) Acontece que o peso conservador no professorado da USP é muito maior do que o da UNESP.³¹⁰

Na USP você tem um perfil de formação da elite para a formação das classes dominantes, formação do intelectual, do administrador do Estado, a formação da *inteligência*. Então você tem uma história na USP que tem um modelo, que tem uma estrutura de poder, que tem uma forma de organização e que tem um conjunto de professores que se entende como, digamos assim, acima dos outros (risos). A UNICAMP nasce como sendo a menina dos olhos do modelo tecnicista implantado pelo regime militar, também imitando um pouco o que foi a USP; trazem intelectuais, pesquisadores, trazem cabeças do mundo inteiro e botam lá dentro da UNICAMP. Ela é voltada aos interesses das necessidades de desenvolvimento tecnológico. A UNESP já nasce de forma diferente, ela não só busca a massificação e ampliação da rede, mas também de atender os interesses dos grupos políticos locais. Então você tem os interesses locais convergindo com o interesse central do governo do Estado ao atendimento dessas necessidades, desses grupos de poder local. O patrimonialismo na UNESP é muito forte, sempre foi.³¹¹

É importante mencionar que a UNESP, conforme os depoimentos apontaram, congrega realidades locais específicas e ocorre uma dificuldade de integração destas Unidades.

³¹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

³¹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

Cada Unidade da UNESP tem uma realidade própria, isso é uma característica própria da UNESP, tem uma diversidade nas maneiras de organizar o campus, do ponto de vista de suas relações internas e várias Unidades são voltadas para elas próprias, não tem contato com as outras Unidades, não há uma integração, é uma questão geográfica. Na UNESP, em várias Unidades, a gente percebia uma forte presença da maçonaria; eram bem conservadores, era a direita da direita.³¹²

Conforme MENEGHEL (1994), uma diferenciação entre as três Universidades é que, na época do regime militar, não houve na UNICAMP a interferência de militares nas atividades acadêmicas e das entidades que representavam os docentes, funcionários e estudantes, se mantendo esta Universidade, à parte da repressão, contrastando com outras Universidades e Faculdades do país. Também não houve, na época, corte de verbas no seu orçamento, prática que atingia outros órgãos de ensino e pesquisa em todo o país. Esse fato demonstra que a UNICAMP funcionava com uma relativa autonomia, enquanto instituição regida, na época, sob um governo ditatorial, o qual limitava outras Universidades brasileiras no aspecto político, financeiro, administrativo e acadêmico. A autora refere que a personalidade de Zeferino Vaz contribuiu para esse cenário e explica essa aparente contradição. Em relação à sua organização, ela foi inspirada no modelo norte-americano de Universidade tecnocrática, sendo que não era seu objetivo formar as elites culturais, nem tampouco os dirigentes da nação:

“A Unicamp foi, portanto, organizada em consonância com os princípios que caracterizam a Universidade tecnocrática (racionalidade, eficiência, produtividade, economia), devendo ser vista como uma empresa que dá lucro pois estava voltada para o desenvolvimento industrial do país (na formação de mão-de-obra especializada, de uma política de ciência e tecnologia), servindo ao modelo de crescimento econômico adotado pelo Estado” (MENEGHEL, 1994, p.149).

A título de diferenciação, cabe mencionar que a USP foi criada, em relação ao seu aspecto institucional, segundo o modelo francês, a qual tinha como *célula mater* a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (SCHWARTZMAN, 1979).

6.2 - As Entidades Sindicais das Universidades Estaduais Paulistas: ADUNICAMP, STU, ADUSP, SINTUSP, ADUNESP e SINTUNESP.

O contexto social, econômico e político nos dias de hoje, tanto no Brasil, como em muitos países, apresenta-se excludente para a maioria da população trabalhadora, em virtude das transformações no mundo do trabalho com o advento do neoliberalismo. Todo esse contexto trouxe dificuldades e limitações para as lutas grevistas, fazendo com que os sindicatos fiquem

³¹² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

fragilizados e tendo que implementar novas estratégias de ação para tentar conter as ações neoliberais.

A ofensiva contra os direitos sociais é um fenômeno internacional e logrou suprimir direitos dos trabalhadores em todos os continentes. Foi a resistência operária e popular à tentativa de desmontagem do Estado de bem-estar que impôs limites às pretensões do neoliberalismo (BOITO JR, 1999, p.36).

A finalidade das entidades sindicais é representar os interesses dos trabalhadores e, entre estes, impedir que os salários fiquem abaixo de um mínimo necessário para a manutenção e sobrevivência do trabalhador e de sua família, pois os sindicatos são órgãos reconhecidos e sua atuação deve ser de regulamentação e fiscalização dos salários (ANTUNES, 1980). Dessa forma, as entidades sindicais de docentes e funcionários das universidades pesquisadas, tem um papel fundamental na defesa e manutenção dos direitos das categorias, sendo consideradas organismos imprescindíveis para que ocorram as implementações, tanto a nível salarial, como em relação a outros aspectos da situação de trabalho e outras questões.

No início da retomada dos movimentos grevistas, no final da década de 1970, no contexto mais amplo da sociedade, surgiram também os primeiros movimentos nas Universidades Estaduais Paulistas.

A reunião das ADs [Associações de Docentes], em julho de 1978, foi o catalisador que deu início a uma reação em cadeia, no sentido da revitalização política do trabalho das Associações e do crescimento do movimento docente, par e passo com o crescimento da luta de resistência democrática contra o autoritarismo [...] É a época que registra o surgimento irrefreável de um sindicalismo renovado, democrático, de massas, que conquista, no combate direto, sua autonomia e sua liberdade, a despeito da legislação repressiva, da intervenção nos sindicatos e da prisão das lideranças sindicais que comandam assembléias e manifestações públicas, mobilizando milhares de operários (MACIEL, 1991, p.71).

Conforme já exposto, até a promulgação do decreto da autonomia universitária, as lutas ocorriam diretamente com o governo do Estado de São Paulo, em conjunto com várias categorias do funcionalismo público estadual. Com a instituição da autonomia, as negociações salariais passaram a ser realizadas através do Fórum das Seis Entidades e o CRUESP.

A busca pela democratização interna das universidades e da própria sociedade, bem como a resistência à ditadura e suas práticas terroristas foram fatores primordiais para a criação das entidades associativas e que, posteriormente, tornaram-se entidades sindicais.

As entidades sindicais das Universidades Estaduais Paulistas estabeleceram-se, conforme as especificidades de cada universidade, bem como, de cada categoria de trabalhadores, em diferentes momentos e com graus diferentes de atuação no decorrer das décadas, visando a defesa

dos interesses de cada categoria. Estas entidades consolidadas como órgãos de representação, devem desempenhar tal papel e, ao mesmo tempo, manter uma relação político-ideológica com diferentes partidos políticos que compreendem, desde os pequenos grupos revolucionários de esquerda, até partidos de direita, os quais estão presentes nestas universidades.

De um modo geral, as entidades não atuam apenas na defesa dos interesses corporativos dos seus representados, mas seu campo de ação envolve aspectos da vida universitária como um todo, as políticas educacionais de um modo geral e a luta sindical ao lado de entidades representativas do conjunto dos trabalhadores.³¹³

A criação das entidades sindicais de docentes e de funcionários foi fundamental para o estabelecimento da democracia no país, bem como do desenvolvimento das universidades em questão, pois sempre desempenharam um papel mais amplo de defesa de grandes temas nacionais, bem como de construção e manutenção de um ensino superior público e de qualidade.

Um dado importante é que os sindicatos, ou seja, as seções sindicais dos docentes das universidades, possuem uma singularidade única frente aos demais sindicatos de outras categorias: uma parcela dos sindicalizados está na administração da universidade e, muitas vezes, ocupando cargos no próprio governo. Isso se configura em fator de desmobilização para os movimentos coletivos.

Você tem, sobretudo agora, o governo Lula, você tem boa parte do antigo movimento social cooptado, suas lideranças foram ocupar cargos de direção e as que ficaram estão meio atreladas ao governo. A diretoria da UNE tem mostrado isso e a CUT também.³¹⁴

Nós perdemos muito em ter hoje um sindicalista presidente da República e não conseguindo atingir todas as expectativas que foram colocadas, gera uma desconfiança, você começa a questionar o movimento sindical brasileiro e aí, você, enquanto sindicato dentro das Universidades, passa por essa questão. Grande parte dos sindicatos das Universidades defendiam o Lula quando entrou em 2002. Chegou o PT no governo federal ou na administração municipal, levou gente séria de dentro da Universidade pra essa questão partidária. Eu acho que hoje tem coisas mascaradas acontecendo e isso dificulta você fazer uma ação que era mais fácil quando era ditadura. Hoje, se você falar que o governo Lula é neoliberal, tem alguns que: “*oh, o Lula é de frente popular*”. Mas, de frente popular como? O que tá sendo implementado pelo governo federal tá na cartilha do neoliberalismo; é só dar uma lida no Banco Mundial e ver o que tá sendo colocado em prática no Brasil. Agora, as pessoas de esquerda lá atrás, elas não são convencidas com facilidade. Então, eu acho que hoje tá muito disseminado isso e tá mais difícil de enfrentar, porque os ataques vem de diferentes lados, inclusive dos nossos ex-companheiros.³¹⁵

Cabe aqui ressaltar que diversas lideranças do movimento sindical destas universidades, tiveram a experiência de uma militância anterior em movimentos revolucionários do período da

³¹³ Depoimento de José Roberto Zan, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.178.

³¹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

³¹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

ditadura militar, ou movimentos estudantil e sindical, fazendo jus ao importante papel confrontacionista desempenhado por estas entidades ao longo dos anos. Estas características históricas e político-ideológicas destes dirigentes sindicais, combinadas a um contexto político que, em diferentes momentos, favoreceu a ação coletiva, contribuíram sobremaneira para a configuração de um sindicalismo, não apenas de caráter corporativo, mas também um sindicalismo classista e combativo em outras questões, tanto do interesse da própria universidade, como de toda a sociedade.

Eu fui do PRC, participei na ditadura numa perspectiva do socialismo e milito até hoje; participei também de movimentos populares, foi uma época muito dura, mataram alguns amigos e naquela época eu acreditava na luta armada. Entrei em 1977 na USP, meu contrato saiu em 1978, logo depois que entrei, iniciou alguma coisa de movimento sindical no Brasil contra a ditadura militar e nós aqui começamos a organizar um movimento na clandestinidade. Naquela época era proibido até se reunir em prédio público e fazer greve dava de seis meses a dois anos de cadeia pela Lei de Segurança Nacional. Era complicado ter uma militância, principalmente no serviço público, foi um período muito duro, mas a gente conseguiu reunir algumas pessoas.³¹⁶

A gente vivia os estertores da ditadura militar e havia uma ansiedade, uma expectativa, um impulso muito grande de vários setores na sociedade, de retomar as lutas sociais; dentre elas o movimento sindical e aqui na UNICAMP eclodiu um movimento em diversas partes, não havia uma liderança; existia um movimento coletivo bastante intenso que, no caso dos funcionários, visava ganhar as eleições da ASSUC, conduzido numa outra direção, porque antes a ASSUC era simplesmente um grêmio associativo que não tinha nenhuma inserção no movimento sindical, na vida da Universidade. Então, só em 1979, coincidindo com a luta pela abertura democrática no país, é que o movimento eclodiu na UNICAMP e havia um grande número de pessoas, porque era um período de grande ebulição política no país e na Universidade. Da UNICAMP saíram várias lideranças que ajudaram muito a reconstruir o movimento sindical do funcionalismo público estadual.³¹⁷

O contexto de desmobilização sindical que se apresenta nestas universidades nos últimos anos, não ocorre somente devido à implementação das ações neoliberais, mas também devido a uma mudança de perfil das bases de ambas as categorias em questão, fato que não deixa de ser proveniente do ideário neoliberal.

Porém, mesmo com o clima atual de pouca mobilização, não devemos esquecer que, no futuro, poderão ocorrer novas reincidências de grandes movimentos, nos momentos de campanhas salariais, ou, quem sabe, a exemplo do que ocorreu anteriormente, por questões políticas ou ditas de “indignação” e ameaça à manutenção da Universidade pública.

As Universidades em geral, tem se direcionado muito mais para um produtivismo fordista, do que constituindo-se no necessário espaço de reflexão crítica, que estimule a criatividade e a cooperação para o desenvolvimento dos diferentes saberes, em sintonia

³¹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

³¹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ASSUC em 2002.

com a maioria da sociedade. Mas é o próprio enfrentamento destes constrangimentos desmobilizantes, que pode levar a termos um aumento de participação e a ruptura com este modelo de universidade incapaz de contribuir decisivamente para que o país torne-se uma nação livre, soberana e fundada na justiça social.³¹⁸

Talvez hoje nós tenhamos um corpo docente mais difícil de entrar em mobilização, mas eu acredito que, da mesma forma que nós temos dificuldade de dirigente batendo no fundo do poço, se começarem a atacar muito o modelo de universidade, como fizeram na gestão Serra, as pessoas reagem e talvez a gente tenha conquistas ainda usando o instrumento de greve.³¹⁹

Cabe aqui ressaltar que a criação do Fórum das Seis, configurou-se num divisor de águas para os movimentos nestas universidades, pois este órgão vem atuando, não somente nas questões salariais, mas também vem produzindo um conhecimento que vai além da luta política, tanto na direção de questões mais amplas, como também questões mais pontuais de conhecimento técnico, para poder negociar com o CRUESP e o governo. É importante salientar que as lutas grevistas coordenadas pelo Fórum, tem manifestado um poder de pressão permanente sobre as reitorias e também sobre o governo ao longo das décadas.

6.2.1 – A Associação dos Docentes da UNICAMP – Seção Sindical.

A ADUNICAMP foi fundada em 12/05/1977 durante uma assembléia com 370 docentes, a qual aprovou o estatuto da entidade, sendo que, naquela ocasião, a universidade contava com cerca de 900 docentes (ADUNICAMP, 1991). Sua fundação coincidiu com o início do período de revitalização e reorganização da sociedade, a qual, a partir de então, passaria a dar visibilidade à sua oposição à ditadura militar.

Eu lembro que nesta época a pergunta que se fazia era: “O que é que a gente pode fazer para resistir à ditadura?” Os partidos políticos eram uma coisa que muito pouca gente acreditava. Então, a idéia: como nós não podíamos ser sindicalizados – isso era proibido porque a gente era funcionário público, a idéia foi criar uma associação que também teria fins do tipo sindical, mas que enfim seria fundamentalmente uma associação de combate democrático à ditadura.³²⁰

Era o clima geral, nós fomos contagiados pelo clima do país, pelo clima na Universidade, pela opressão e aí fundamos a Associação. Quando trocou a direção da ASSUC em 1979, o funcionário público não podia fazer greve; nós acolhemos nas assembléias nossas os funcionários técnico-administrativos, na realidade esse foi um fenômeno que ocorreu basicamente na UNICAMP. Porque quando a gente fez a greve em 79 a gente fazia assembléias conjuntas.³²¹

³¹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

³¹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

³²⁰ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, primeiro vice-presidente da ADUNICAMP (ADUNICAMP, 1991).

³²¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em pesquisa anterior (2002).

Era uma tarefa da entidade atuar como um sindicato, através da defesa dos direitos trabalhistas dos docentes e, concomitantemente, como sendo uma entidade preocupada com a democracia, havia o intuito de união e apoio a outras entidades semelhantes (ADUNICAMP, 2002).

Um fato interessante é que, durante o primeiro movimento realizado pelos docentes das universidades paulistas, o primeiro presidente da entidade, Rubem Alves, renunciou ao cargo porque não concordava que os docentes, considerados por ele como privilegiados, participassem de greves.

A ADUNICAMP transformou-se em seção sindical do ANDES-SN apenas em dezembro/2006, o qual era filiado à CUT e atualmente é filiado à CONLUTAS desde março de 2007. É uma sindicalização um tanto quanto tardia, se comparada à sindicalização da ADUSP e da ADUNESP, as quais tornaram-se seções sindicais do ANDES-SN em 1991. Sobre essa questão da transformação da ADUNICAMP em seção sindical:

Foi uma decisão política... entendemos e praticamos o sindicalismo como uma forma democrática de participação dos docentes e como possibilidade de intervenção na questão nacional... O que tem nos inquietado é essa dificuldade da relação entre militância e academia, é o futuro da própria entidade (ADUNICAMP, 2007).

Eu acho que é um pouco de preconceito; sindicato é coisa de trabalhador e apesar dos professores, muitas vezes fazerem greve e utilizarem métodos da classe trabalhadora, eles não se consideram trabalhadores igual os outros. Como sindicato é coisa de trabalhador, eles preferem associação. É uma questão, primeiro de existir um pouco mais essa questão de se sentir trabalhador; sindicato é coisa de trabalhador, eu sou intelectual, eu sou pesquisador; e muitos deles, inclusive, não fazem greve porque acham que isso é coisa de trabalhador. Claro que todos se aproveitam da greve dos outros, então o nível de parasitismo aqui é enorme; o cara que fica arrotando sabedoria, trabalham durante as greves e quando vem os 25% ele não recusa não, certo? Mas ele se sente mal de usar os métodos dos trabalhadores, os métodos dos trabalhadores é fazer greve, paralisação das atividades, entendeu?³²²

Porém, antes da transformação da entidade em seção sindical do ANDES-SN, houve um longo processo de discussões em torno dessa mudança, ou seja, de associação de docentes autônoma, para uma seção sindical, ou sindicato de docentes.

Já houve um debate sobre tornar a Associação em sindicato e, na votação, a proposta perdeu. A maioria dos professores sempre foi contra a Associação tornar-se sindicato, porque acha que ela tem de discutir as questões institucionais. O sindicato enxerga isso segundo uma ótica diferente, muito potente, que dirige a reflexão para um determinado campo da relação, mas se afasta da visão ampla institucional.³²³

³²² Entrevista realizada em 2002 com ex-dirigente da ADUNICAMP.

³²³ Depoimento de Roberto Teixeira Mendes, extraído de ADUNICAMP, 2002, p. 113.

Entrando um pouco na questão da sindicalização, os docentes universitários tem dificuldade de se ver como sindicalizados, trabalhadores como quaisquer outros. Achem que, por seu trabalho intelectual, não pertencem a essa categoria de trabalhador puro e simples.³²⁴

O sindicalismo de tipo meritocrático gera efeitos contraditórios, ou seja, essa característica levaria os docentes a terem preferência por uma entidade associativa e não um sindicato, o que os aproximaria do sindicalismo do operariado. Dessa forma, os docentes rejeitariam a transformação para sindicato devido à identificação com o proletariado. Ao mesmo tempo, uma tendência ao legalismo os impulsionaria contrariamente, a um sindicalismo do tipo oficial e tutelado pelo Estado. Essa poderia ser a explicação para a posição adotada pela categoria, de indefinição no sentido de qual modelo adotar (FANTINATTI, 1998).

Porém, de acordo com a vanguarda do movimento docente na ADUNICAMP, essa “demora” na transformação da associação para uma seção sindical, ocorreu devido à questões burocráticas:

Tem o problema do estatuto, o estatuto exigia um quórum muito elevado, então teve que mudar o estatuto, para se aprovar a seção sindical. Aqui ainda existe a associação e para o ANDES-SN o que vale é a seção sindical; agora tudo vai ter que passar pela seção sindical, a gente vai entrar num processo de extinção das associações.³²⁵

Essa foi uma discussão que sempre teve no seio do movimento na UNICAMP, mas um impecilho importante era o estatuto antigo da ADUNICAMP, que exigia, pra qualquer mudança estatutária, um quorum muito elevado. Chegou a ter uma votação pra mudança para seção sindical do ANDES-SN, mas não foi atingido o quorum. Todos que participaram da discussão eram a favor, mas não se atingiu o quorum; isso a gente só conseguiu há três anos atrás; não porque os docentes não eram a favor de virar seção sindical. Tinha uma parcela que achava que tinha que continuar como associação, mas era minoritária. As outras entidades tinham uma restrição de quorum menor, na realidade, aqui, mais de 70% dos associados tinham que participar da votação, um quorum muito elevado.³²⁶

A mensalidade dos sindicalizados é de 1% do salário, sendo que a entidade oferece alguns convênios, tais como: serviços jurídicos, convênio médico e odontológico e descontos em vários estabelecimentos comerciais e de outros profissionais. A sede está situada na UNICAMP, é ampla e possui restaurante, auditório, biblioteca e um cine-clube.

Os docentes que fazem parte das diretorias da Entidade, geralmente poderão ser afastados de suas atividades acadêmicas para que possam desempenhar o papel de dirigentes da entidade em tempo integral, porém muitos continuam com os compromissos da docência e da pesquisa.

³²⁴ Depoimento de Helena Costa Lopes de Freitas, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.122-123.

³²⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

³²⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

Podem filiar-se à entidade somente os docentes da UNICAMP³²⁷, sendo que, dos 2.140 docentes, 658 são aposentados. A explicação para o alto índice de sindicalizados é o fato da entidade proporcionar vários benefícios em termos de convênio médico, odontológico, jurídico, com o comércio, etc. Segue abaixo as taxas de sindicalização da entidade.

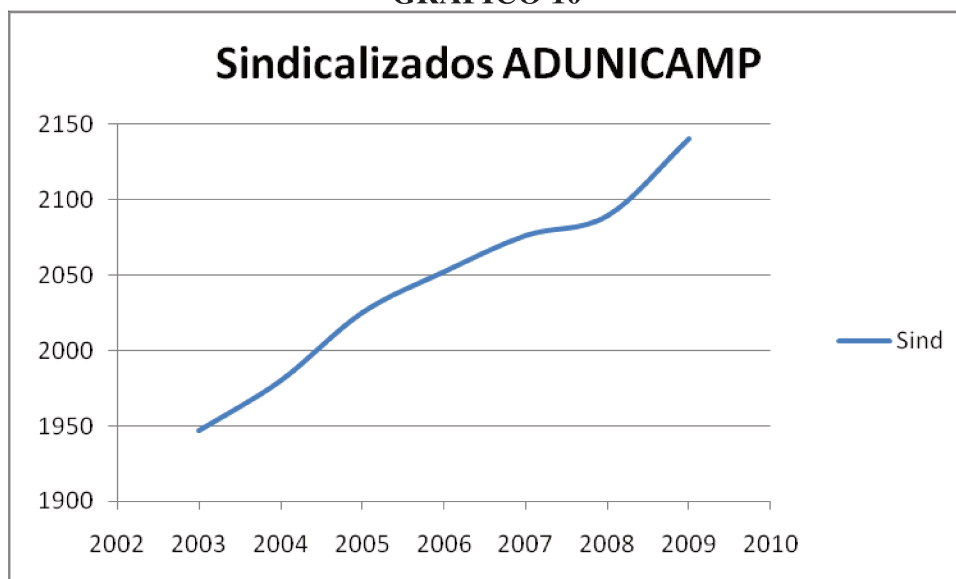
TABELA 7

SINDICALIZADOS ADUNICAMP PERÍODO 2003 - 2009

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1947	1980	2025	2052	2076	2089	2140

Fonte: ADUNICAMP (mês de referência: dezembro). Dados de outubro/2009.

GRÁFICO 10



Fonte: ADUNICAMP (mês de referência: dezembro). Dados de outubro/2009.

Conforme a tabela 7 e o gráfico 10, podemos observar que tem ocorrido um aumento no número de sindicalizados, apesar da não reposição dos quadros da universidade. Outro dado é que, de acordo com os depoimentos, muitos docentes são associados devido ao plano de saúde da UNIMED, o qual é negociado pela entidade há várias décadas. Segue nos gráficos abaixo os percentuais de docentes sindicalizados da entidade.

³²⁷ Inclui-se os docentes do COTUCA, COTIL, FOP e demais unidades.

GRÁFICO 11

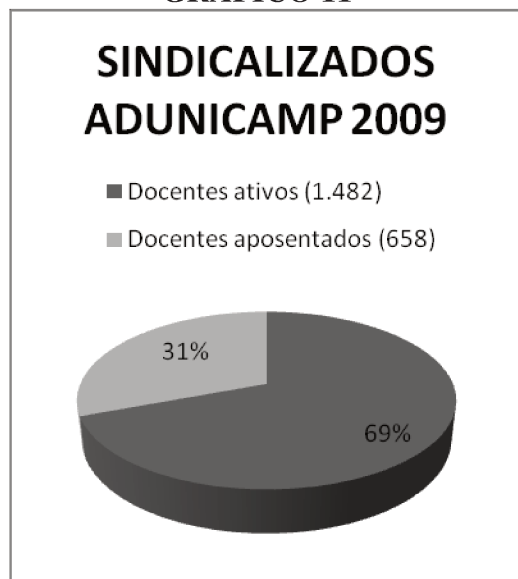
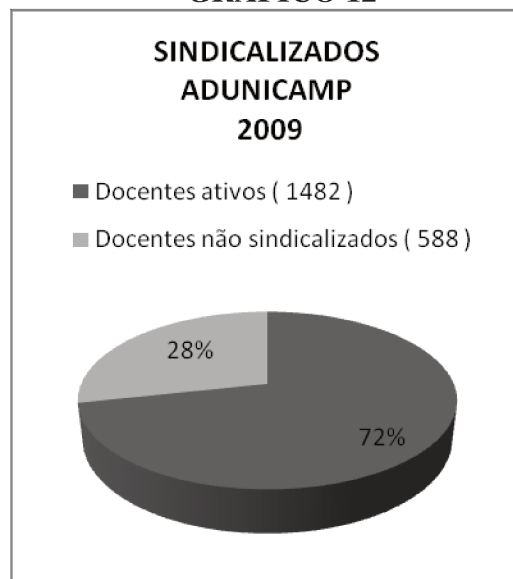


GRÁFICO 12



Como podemos observar nos gráficos 11 e 12, a entidade possui um número significativo de docentes sindicalizados que estão aposentados. A taxa de sindicalização em relação ao número de docentes da Universidade é elevada, quando comparamos com as demais entidades, provavelmente devido aos serviços que são oferecidos e, principalmente pelo convênio da UNIMED.

6.2.2 - O Sindicato dos Trabalhadores da UNICAMP.

O STU era inicialmente denominado ASSUC, sendo que esta foi fundada em 23/09/1967 e sua finalidade era proporcionar a união da classe, a defesa dos direitos e dos interesses dos associados, bem como a assistência a estes e suas famílias. Essa associação, na época tinha como objetivo a promoção do bem estar físico, espiritual e social dos associados e assim permaneceu até 1979, quando passou por mudanças em sua diretoria. A partir de então, iniciaram-se as atividades de defesa e luta pelos interesses dos funcionários (STU, 2001), ou seja, a partir dessa época, a entidade passou a ser de caráter sindical. A ASSUC transformou-se formalmente em sindicato durante o I Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP, realizado entre os dias 21 a 23/06/1991.

Em 1991 a gente já convocou o Congresso dos Trabalhadores pra fundação do sindicato. Em março de 1990 nós tomamos a ASSUC e já estávamos em ponto de bala pra fazer greve, tanto é que o Magno do SINTUSP veio aqui convencer a gente a não entrar em greve, porque em maio seria a proposta deles de pegar pra data base, junto com os docentes; mas não teve jeito, fizemos greve sozinhos em março e tomamos uma cacetada

do Vogt porque ele mandou descontar o ponto. Foi uma verdadeira guerra, aí depois as outras universidades entraram também e meio que salvou a gente.³²⁸

O sindicato se apresenta como uma instituição independente em relação à reitoria da Universidade, possuindo uma diretoria colegiada, eleita com proporcionalidade direta na base, possuindo também um Conselho de Representantes superior a sua diretoria.

No IX Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP, realizado em treze de fevereiro de 2008, foi aprovada a desfiliação da CUT e a filiação à CTB, cuja central foi fundada com a saída da Corrente Sindical Classista da CUT, ocorrida em dezembro de 2007. O STU é também uma entidade filiada à FASUBRA, procurando sindicalizar todas as categorias de trabalhadores: funcionários concursados, terceirizados, contratados pela FUNCAMP e docentes. Atualmente³²⁹ o STU está com 4.645 sindicalizados, dentre os quais há funcionários, docentes e funcionários terceirizados pela FUNCAMP. A mensalidade dos sindicalizados do STU é de 1% do salário bruto, a qual constitui toda a sua arrecadação.

Os trabalhadores contratados pela FUNCAMP são oficialmente representados pelo SEAAC, o qual é filiado à Força Sindical.

De acordo com Marcelino (2008), a qual analisou a relação entre o SEAAC e o STU, em sua pesquisa, a autora demonstrou que a relação entre estes sindicatos é muito conflituosa, com acusações mútuas entre ambos, sendo que o SEAAC colocou que o maior obstáculo para sua atuação junto aos trabalhadores da FUNCAMP é o STU. A pesquisa também mostrou que há o descrédito dos trabalhadores contratados pela FUNCAMP para com a organização sindical, tanto do SEAAC, quanto em relação ao STU e que, este último não faz o que propaga no discurso, ou seja, a representação “de fato” dos trabalhadores contratados pela FUNCAMP.

Por sua vez, a postura do STU é sempre contra as terceirizações, sendo que, continuamente tem que lidar com a implementação de novos “funcionários” contratados em situação precária: os reeducandos³³⁰ (presidiários), bolsistas-trabalho (trabalho realizado por alunos), estagiários, patrulheiros, funcionários contratados por empresas externas, contratados por tempo determinado através da FUNCAMP, etc.

³²⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

³²⁹ Dados fornecidos pelo STU em maio/2009.

³³⁰ Os reeducandos eram presidiários que executavam trabalhos braçais dentro da UNICAMP.

Ao contrário da USP e UNESP, na UNICAMP não existe uma associação de funcionários com caráter assistencial, porém há o GGBS, órgão criado pela reitoria que atua na área de benefícios sociais para os servidores. Conforme Hilferding (1985, p.330):

Quanto mais fortes os sindicatos, tanto maior o esforço dos empresários em manter seus operários longe deles. Os patrões substituem as instituições sindicais de ajuda pelas suas próprias e exploram conscientemente o antagonismo entre o interesse pessoal e o de classe.

Dessa forma, no início dos anos 1990, quando o STU tinha uma atuação bastante combativa, a reitoria criou o SAS, que posteriormente foi denominado DAB e agora GGBS; o qual tem como diretor, desde a época de sua criação, um ex-dirigente da antiga ASSUC.

Segue abaixo a tabela com as taxas de sindicalização do STU:

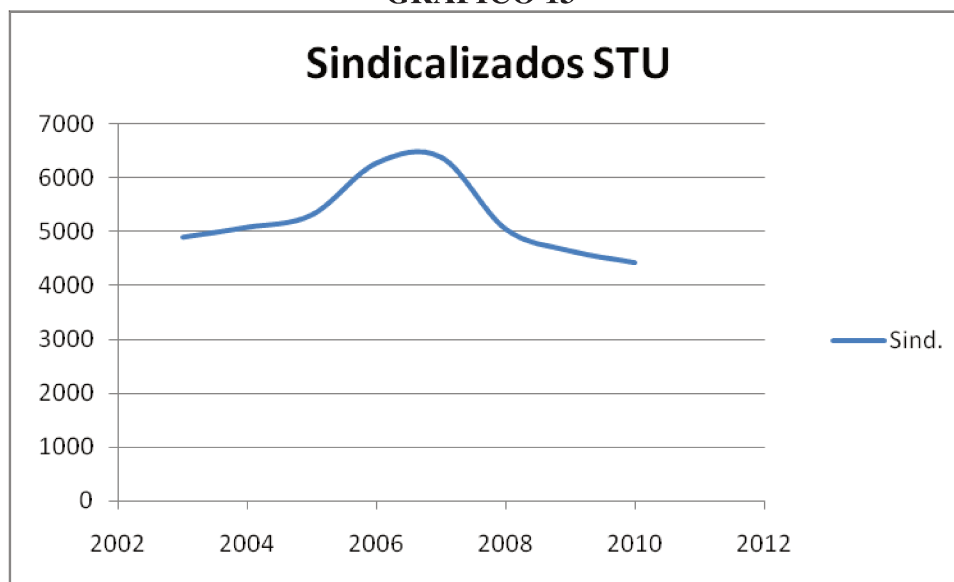
TABELA 8

SINDICALIZADOS STU PERÍODO 2003 – 2010

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
4900	5085	5317	6282	6390	5051	4645	4427

Fonte: Dados fornecidos pelo STU (maio/2009 e maio/2010). Elaboração própria.

GRÁFICO 13



Fonte: Dados fornecidos pelo STU (maio/2009 e maio/2010). Elaboração própria.

A tabela 8 e o gráfico 13 demonstram que até o ano de 2007 houve um aumento no número de sindicalizados do STU e, após esse ano, o número de sindicalizados vem decrescendo significativamente. Segue abaixo os gráficos com os percentuais de sindicalização da entidade.

GRÁFICO 14

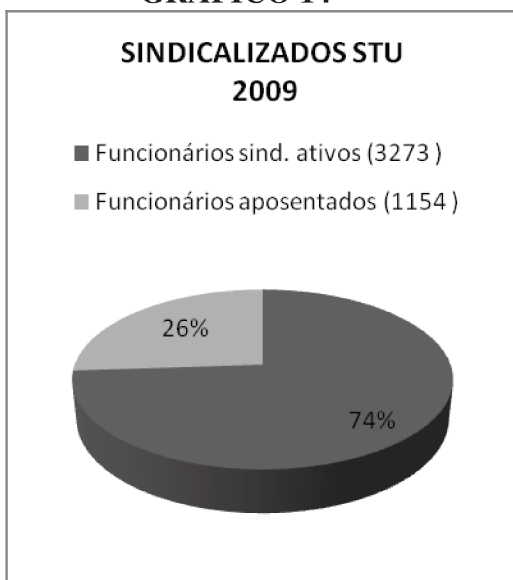
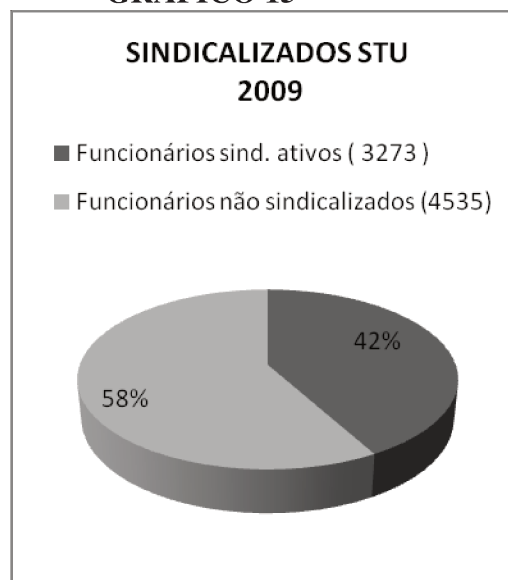


GRÁFICO 15



Conforme o gráfico 14, observamos que o número de sindicalizados da entidade que estão aposentados é pequeno, se considerarmos que o sindicato também oferece vários serviços e convênio médico, ou seja, apenas 26%. O gráfico 15 demonstra que a taxa de trabalhadores sindicalizados é elevada, ou seja, 42% e isso é quase a metade do total dos trabalhadores técnico-administrativos da universidade.

6.2.3 – A Associação dos Docentes da USP – Seção Sindical.

A ADUSP foi fundada em outubro de 1976 com o propósito de substituir a Associação dos Auxiliares de Ensino, a qual foi criada em 1956 com o objetivo de defender os interesses dos professores não catedráticos (ADUSP, 2008). Existia uma distinção entre os auxiliares de ensino e os catedráticos, os quais exerciam o poder na universidade (ADUNICAMP, 2002).

O início da entidade ficou marcado pelo embate com a ditadura militar, na busca pela redemocratização do país e pela autonomia das Universidades Estaduais Paulistas (ADUSP, 2007). [A ADUSP] “surgiu após um incidente que marcou época: o falecimento do Herzog³³¹ nas dependências do DOI-CODI. Foi então, uma tentativa dentro da Universidade de São Paulo de se organizar para combater o regime ditatorial da época”.³³²

³³¹ Vladimir Herzog, morto em 1975, em São Paulo, pelo regime militar, era jornalista e docente da ECA/USP.

³³² Depoimento de Marco Antonio Brinatti, ex-dirigente da ADUSP (ADUNICAMP, abr/1992).

A Entidade transformou-se em seção sindical do ANDES-SN a partir de seu congresso de sindicalização ocorrido entre 24 a 25/08/1990, de sua assembléia geral permanente em 19/09/1990 e de seu plebiscito de 23, 24 e 25/10/1990 (ADUSP, 2009). Dessa forma, a entidade exerce, formalmente, a representação sindical dos docentes da USP.

Desde sua fundação, a ADUSP vem atuando de forma autônoma, crítica e democrática, organizando-se frente às questões impostas no âmbito da comunidade universitária e também em questões da sociedade em geral. Suas lutas, na universidade, são por melhores condições de vida e de trabalho, com a defesa dos salários e a luta constante por mais verbas para a educação pública e de qualidade. A entidade atua na sociedade articulando-se com os movimentos sociais organizados em defesa de direitos trabalhistas, ao acesso à saúde e educação com qualidade, os quais, são direitos de cidadania e dever do Estado. Tem por finalidade precípua a união da categoria, a defesa dos seus direitos e interesses e a assistência aos associados.

Conforme o estatuto da entidade, os órgãos deliberativos da ADUSP em ordem hierárquica são: assembléia geral, a qual é o órgão soberano; o Conselho de Representantes e, em seguida, a diretoria. O Conselho de Representantes é constituído por, no mínimo, representantes de cinco Unidades da USP, sendo que cada Unidade tem um representante eleito, a cada dois anos, com seu suplente, em votação secreta pelos associados pertencentes à mesma unidade. As reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os associados.

A diretoria é o órgão deliberativo e executivo da ADUSP sendo composta de: presidente; 1º vice-presidente; 2º vice-presidente; 1º secretário; 2º secretário; 1º tesoureiro; 2º tesoureiro e diretores regionais. A diretoria é eleita por votação direta e secreta dos associados no mês de maio de cada ano ímpar, com um mandato de dois anos, com início e término no mês de junho de cada ano ímpar (ADUSP, 2009).

O avanço neoliberal na década de 1990 obrigou a entidade a combater em novas frentes e a buscar uma estruturação para que fossem superados os novos desafios e o próprio “corporativismo” (ADUSP, 2007).

Uma das lutas mais significativas da ADUSP nos últimos dez anos, foi contra os contratos precários de docentes. Neste aspecto, a ADUSP conquistou uma grande vitória, porém ainda são 20% os docentes que estão nesta situação. Diante disso, impõe-se uma luta contínua contra o modelo privatista na educação brasileira (ADUSP, 2007).

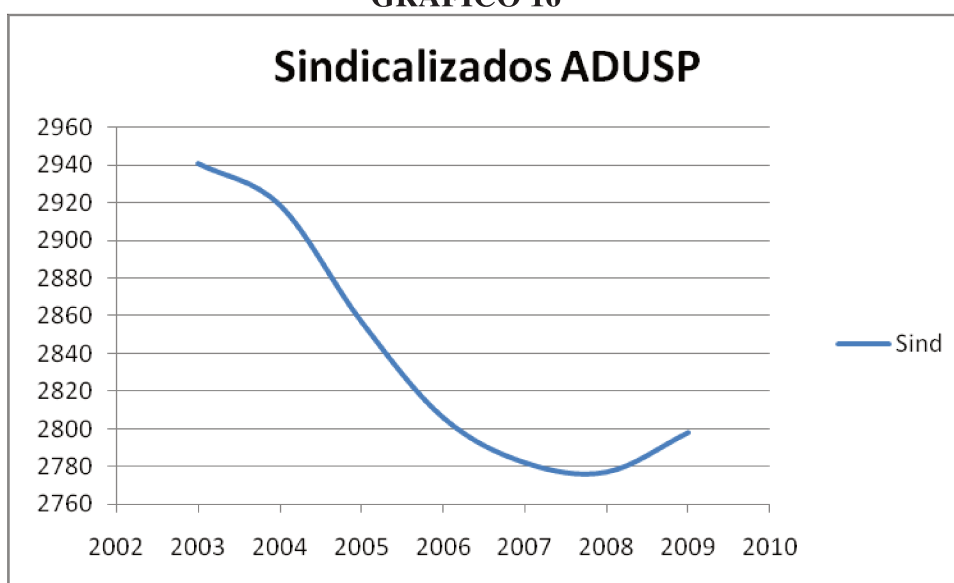
Conforme registrado no estatuto, podem filiar-se à Associação somente os docentes da USP. Segundo a ADUSP³³³, o número de sindicalizados durante os últimos anos segue abaixo:

TABELA 9
SINDICALIZADOS ADUSP PERÍODO 2003 – 2009

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
2941	2919	2857	2806	2782	2777	2798

Fonte: Dados fornecidos pela ADUSP em novembro/2009. Elaboração própria.

GRÁFICO 16



Fonte: Dados fornecidos pela ADUSP em novembro/2009. Elaboração própria.

Conforme a tabela 9 e o gráfico 16 demonstram, podemos verificar que ocorreu um decréscimo no número de sindicalizados da ADUSP até o ano de 2008 e após isso a taxa de sindicalização ascendeu. Segue abaixo os gráficos com os percentuais de docentes sindicalizados da entidade.

³³³ Dados ADUSP julho/2008. O nº de sindicalizados período 2003 a 2007 é referente a dezembro de cada ano.

GRÁFICO 17

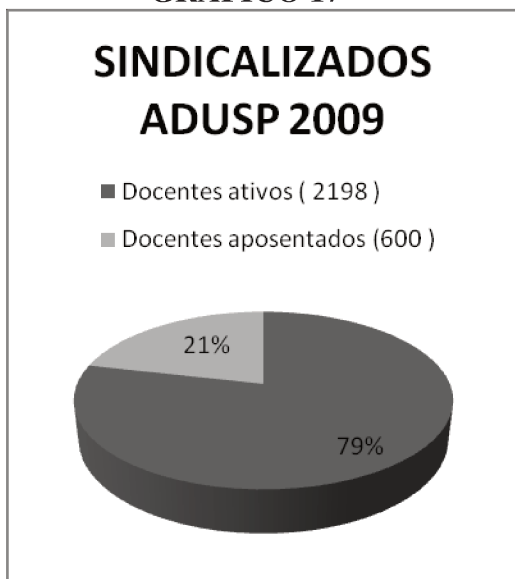
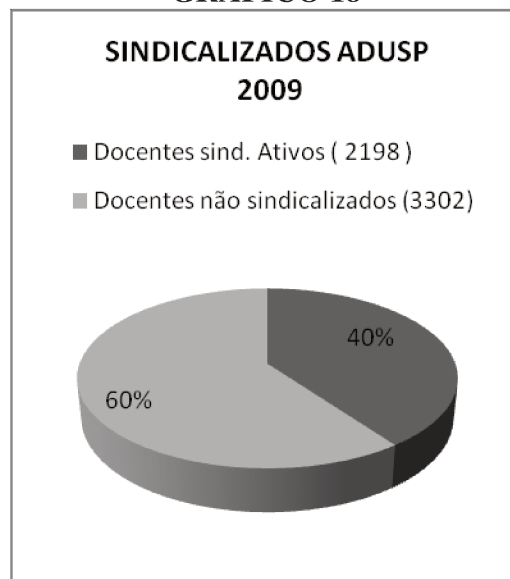


GRÁFICO 18



Ao vislumbrarmos o gráfico 17, notamos que a taxa de docentes sindicalizados que estão aposentados é pequena, em comparação com a ADUNICAMP, por exemplo. Por outro lado, o gráfico 18 mostra que a taxa de sindicalização dos docentes ativos é elevada, principalmente se considerarmos que a entidade não oferece nenhum tipo de venda de serviços ou convênio médico aos associados. Para se ter uma idéia comparativa, a média de sindicalização no Brasil é de 17%³³⁴, portanto, a taxa de sindicalização da ADUSP está bem acima da média.

Conforme Pessoa (2002), a densidade sindical pode ser considerada como medida do poder dos sindicatos, porém, a sindicalização não necessariamente indicaria uma propensão para as ações grevistas, ela mede a representatividade sindical da categoria e o poder do sindicato. Conforme o autor, a queda no número de sindicalizados vem sendo inferida como um indicador de crise sindical.

6.2.4 – O Sindicato dos Trabalhadores da USP.

O SINTUSP nasceu durante um grande movimento de funcionários ocorrido em 1979, o qual iniciou semi clandestino³³⁵ em 1978, durante a ditadura militar. Na época havia a Lei de Segurança Nacional, a qual previa punição com prisão de até seis anos, aos funcionários públicos que fizessem greve ou mobilizações. Antes, porém, havia a ASUSP, denominada como “empresa

³³⁴ Conforme Luiz Marinho, (Agência Brasil, 2003 apud MARCELINO, 2008).

de agiotagem e outros negócios”, a qual servia para dar assistência aos funcionários (SINTUSP, 2008). Em novembro de 1979 o Movimento de Oposição à ASUSP, MOASUSP, venceu as eleições e tomou posse, conforme segue:

No primeiro dia de greve [1979] na USP nós resolvemos tomar o sindicato. Numa assembléia na FAU da USP com três mil pessoas no vão livre, foi deliberado que se isso aqui chamava associação dos funcionários da USP, ela iria ser tomada pelos funcionários. Chamamos um chaveiro, a diretoria fugiu, trancaram com cadeado e aí abrimos essa sede e ocupamos isso aqui e eu digo que aí nasce o sindicato verdadeiro; a eleição se dá nesse mesmo ano. Essa greve foi em abril, nós conseguimos fazer eleição em novembro, depois de termos recuado daqui porque quando acabou a greve, eles chamaram a polícia e acabaram tirando a gente daqui.³³⁶

Porém, conforme a fala dos entrevistados, o processo de transformar a atuação da ASUSP para uma ação mais combativa, não foi uma tarefa fácil e está sempre à prova:

Aí, nós forçamos a ter eleição porque não tinha, isso passava de um pra outro. Para ter acesso ao estatuto da ASUSP nós ficamos três ou quatro meses, pusemos advogado, fizemos o diabo porque eles não davam o estatuto; tava previsto eleição e eles nunca fizeram eleição, então era um estatuto que eles nunca cumpriram e por isso que eles não queriam que a gente visse. Quando o estatuto chegou na mão do advogado, porque foi pedido através de um mandato, aí nós exigimos a eleição e aí a chapa deles aqui era de extrema direita, chamava “Ordem e progresso na ASUSP”, parecia propaganda do Collor porque era verde e amarelo, era igualzinha. A partir daí, no caso da nossa entidade aqui, nunca mais esse setor combativo dos funcionários perdeu a eleição; claro que as pessoas mudaram, mas muita gente sempre combativa, que foi gerando outras gerações de militantes e aí sempre concorreu com uma pelegada também; a pelegada ta sempre tentando transformar isso aqui de novo no que era: uma entidade assistencialista, essa coisa toda.³³⁷

Com a Constituição de 1988, a qual permitiu a sindicalização do funcionalismo público, mais especificamente em 28/10/1988, durante a greve de 57 dias, numa assembléia com 1000 funcionários, a ASUSP se transformou no primeiro sindicato de servidores públicos do país: o SINTUSP (SINTUSP, 2008).

De acordo com o estatuto da entidade, constitui finalidade do SINTUSP: “Lutar pela conquista dos direitos trabalhistas visando melhorias nas condições de vida e trabalho de seus representados; promover formação sindical e política; estimular e fortalecer as organizações de base dos trabalhadores; atuar na luta mais global da classe trabalhadora, na perspectiva de realização de seus objetivos históricos, na construção de uma nova sociedade sem explorados e exploradores, e na implantação da verdadeira democracia”. “ O SINTUSP é o único instrumento

³³⁵ O início da organização do SINTUSP nasceu em 1978 com a reunião de vários trabalhadores embaixo de uma árvore, devido a ASUSP ser pelega (conforme entrevista com militante SINTUSP em 02/07/2008).

³³⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

³³⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

de defesa dos trabalhadores (técnico-administrativos) da Universidade de São Paulo, contra as perseguições, injustiças e não cumprimento dos direitos trabalhistas” (SINTUSP, 2008).

A Entidade é constituída pelas seguintes instâncias: Congresso, Assembléia geral da categoria, Assembléia geral de associados, Conselho diretor de base e Diretoria colegiada plena. As assembleias gerais da entidade são soberanas em suas resoluções e constituem o órgão máximo de deliberação do sindicato.

O Conselho diretor de base é constituído por diretores de base de cada Unidade da Universidade, eleitos pelo voto direto e secreto dos sindicalizados que pertencem a mesma Unidade e da Diretoria Colegiada plena, sendo que o mandato é de três anos.

A Diretoria Colegiada plena é composta por, no mínimo dezoito e, no máximo, vinte e quatro membros pertencentes à chapa eleita com maioria dos votos a cada três anos, sendo que os diretores podem reeleger-se por apenas mais um mandato subsequente ao mandato atual. Esta diretoria é composta pelas seguintes secretarias: Administração, Finanças, Sindical, Imprensa e Divulgação, Formação, Cultura e Esportes, Aposentados, Políticas Sociais e Anti-racistas. Cada uma das secretarias tem um coordenador escolhido pela direção colegiada, exceto a Secretaria Sindical, a qual é coordenada por dois diretores.

O SINTUSP também tem o Conselho Fiscal, que é o órgão fiscalizador das finanças da entidade, e o Conselho de Ética, o qual é o órgão consultivo que zela pela ética entre os trabalhadores, sendo que ambos são compostos por sete membros sindicalizados, eleitos em assembleia especial para esta finalidade (SINTUSP, 2009).

Ainda, conforme dados do estatuto, podem sindicalizar-se à entidade, tanto funcionários e docentes da USP, como também funcionários terceirizados, sendo que a mensalidade é de 1% do salário bruto do trabalhador. É uma entidade filiada à FASUBRA e à CONLUTAS.

Devido à entidade ter atuado sempre em defesa também dos terceirizados, nos últimos anos a Justiça vem dificultando essa defesa, conforme o depoimento abaixo:

Essa luta está nos custando muito caro e um juiz recentemente deu uma sentença em que, cada vez que o nosso sindicato defender o interesse desses trabalhadores, nós pagamos cinco mil reais por dia de multa, por cada dia que for constatada uma ação em defesa desses trabalhadores. Então, essa sentença é uma espada sobre a nossa cabeça. Pela luta dos terceirizados nós estamos correndo o risco de ter nosso sindicato colocado na ilegalidade. É uma luta muito difícil, mas nós não vamos desistir não.³³⁸

Segue abaixo a tabela com o número dos sindicalizados do SINTUSP:

³³⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 21/09/2009.

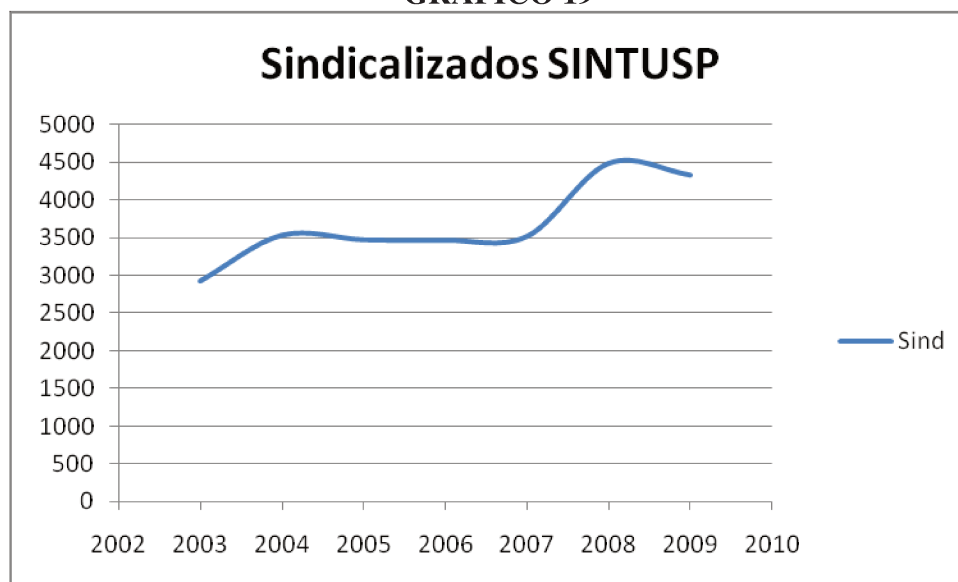
TABELA 10

SINDICALIZADOS SINTUSP PERÍODO 2003 – 2010

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
2925	3532	3473	3467	3517	4484	4328	4309

Fonte: Dados fornecidos pelo SINTUSP em março/2010. Elaboração própria.

GRÁFICO 19



Fonte: Dados fornecidos pelo SINTUSP em março/2010. Elaboração própria.

Ao analisarmos a tabela 10 e o gráfico 19, notamos que ocorreu oscilações nos números de sindicalizados do SINTUSP com altos e baixos, porém, a partir de 2007 o número de sindicalizados vem decrescendo continuamente, provavelmente em decorrência do decréscimo no número de funcionários. Segue abaixo os gráficos com os percentuais de sindicalizados da entidade.

GRÁFICO 20

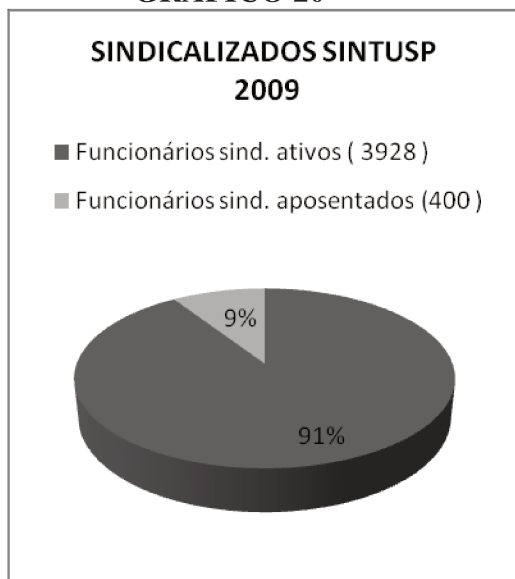
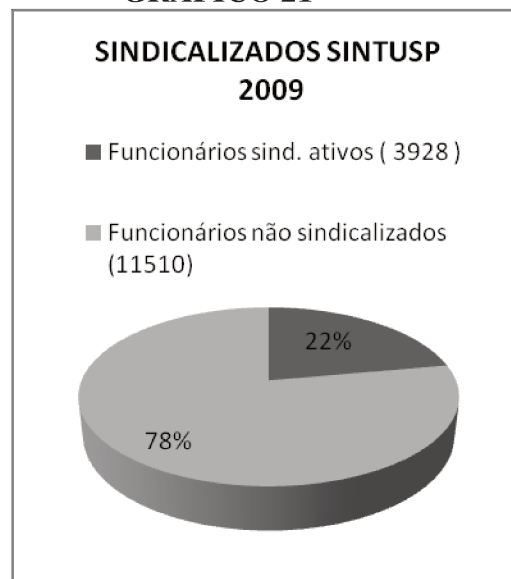


GRÁFICO 21



Ao observarmos o gráfico 20, notamos que o número de sindicalizados que estão aposentados é bem pequeno, se comparado com as outras entidades. A taxa de sindicalização que visualizamos no gráfico 21 também é bem pequena, situa-se um pouco acima da média brasileira de 17%, porém trata-se de um sindicato que não oferece venda de serviços ou de convênios médicos. É interessante observar que apesar do percentual de sindicalização ser abaixo do STU, o sindicato tem maior poder de mobilização.

Um dado importante é que muitos docentes filiam-se às entidades dos trabalhadores técnico-administrativos, porém esse número não nos foi fornecido. Conforme depoimento abaixo:

Nós temos no SINTUSP bastante professores que são filiados, inclusive em Ribeirão Preto; tem professores renomados que são filiados no SINTUSP que nos alegra muito, até porque eles tem um respeito por nós, eles sempre concordam com todas as idéias nossas e sabem a seriedade do trabalho do SINTUSP e a maneira de como ele é conduzido e isso é a fala deles. Aqueles que se filiaram conosco é pelo estilo com que a gente trabalha, eles tem uma consciência política, uma filiação política.³³⁹

Outra característica do SINTUSP que vale a pena ressaltar é que, nos últimos anos, a diretoria tem buscado uma articulação com outros movimentos sociais externos à Academia, tais como os “sem Universidade”, “sem teto”, MST e outros movimentos populares, conforme depoimentos descritos ao longo da pesquisa.

³³⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

A esse respeito, Saes (1984), refere que essa aliança com outros movimentos não significaria uma integração, embora possa haver uma orientação política semelhante.

Sua condição média e sua consciência não operária não afastam a possibilidade de estabelecimento de alianças políticas com a classe operária; mas, “aliança” não equivale, em nenhum caso, a “fusão” ou a “integração”. Esta defasagem nem sempre se traduz por uma diferença de orientação política: certos sindicatos médios adotaram freqüentemente orientações políticas semelhantes às dos sindicatos operários (SAES, 1984, p.14 e 15).

6.2.5 – A Associação dos Docentes da UNESP – Seção Sindical.

A ADUNESP foi fundada em 05/06/1976, durante uma assembléia geral realizada no campus de Araraquara-SP.³⁴⁰ A entidade agrega 11 Subseções Sindicais nas seguintes cidades: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Jaboticabal, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto; sendo que sua sede é em São Paulo.

Tem a ADUNESP-seção sindical que é a geral e nós temos as sub-seções sindicais em cada campus e aí cada campus tem sua diretoria porque tem tudo a ver com a história da própria Universidade, que é uma incorporação dos Institutos isolados; então já existiam as associações docentes em cada local, na maioria deles, e aí houve todo um processo de transformação dessas associações docentes em sindicatos, no caso uma sub-seção sindical da ADUNESP, já que a ADUNESP é uma seção sindical do ANDES-SN.³⁴¹

De acordo com o estatuto de fundação,

A Adunesp tem por objetivos fundamentais: a) Coordenar, representar e defender os interesses dos docentes da UNESP; b) Promover a participação efetiva dos docentes da UNESP nas decisões relativas à estruturação e ao funcionamento da universidade e outros (ADUNESP, 1976).

A ADUNESP teve um início árduo devido não ser reconhecida por parte do primeiro reitor da UNESP e do Conselho Estadual de Educação:

No final de 1976, o Conselho Estadual de Educação recusa-se a protocolar a documentação que comprova a existência da ADUNESP. O não reconhecimento legal da Associação pouco influencia seu início e as primeiras batalhas já se apresentam: luta pela democratização da UNESP, defesa dos direitos da categoria e discussão do modelo de universidade que se queria para o país (ADUNESP, 1996, p.8).

Durante os primeiros doze anos, a ADUNESP funcionou sem uma estrutura física. O funcionamento da sede em São Paulo teve início em 1988, com material cedido pela reitoria. A situação da entidade só melhorou em 1994, com a implantação da mensalidade de 1% e repasse das regionais (ADUNESP, 1996).

Por conta dos enfrentamentos com o primeiro reitor, você foi obrigado a criar a organização mais coletiva, então a ADUNESP, na verdade, nasce juntamente com a UNESP como uma necessidade real dos trabalhadores dessas Unidades de enfrentar a intervenção do Estado e participar da Universidade como um todo. Tanto é que uma boa

³⁴⁰ A ADUNESP foi registrada oficialmente no 1º Cartório de Araraquara em 14/10/1976 (ADUNESP, 1996).

³⁴¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

parte da reação do movimento dos docentes naquele período, se deu em função das mudanças que queriam ver instituídas pelo reitor, indicado pelo governador na época, que era de remanejar professores, de fechar cursos, de extinguir Unidades da UNESP e isso acabou provocando uma reação muito forte. Caravanas foram organizadas no estado inteiro e a mobilização dos professores em torno dessa resistência acabou desembocando de fato na criação da ADUNESP Central, articulada como se fosse uma grande federação e pequenas seções sindicais em cada uma das Unidades da UNESP.³⁴²

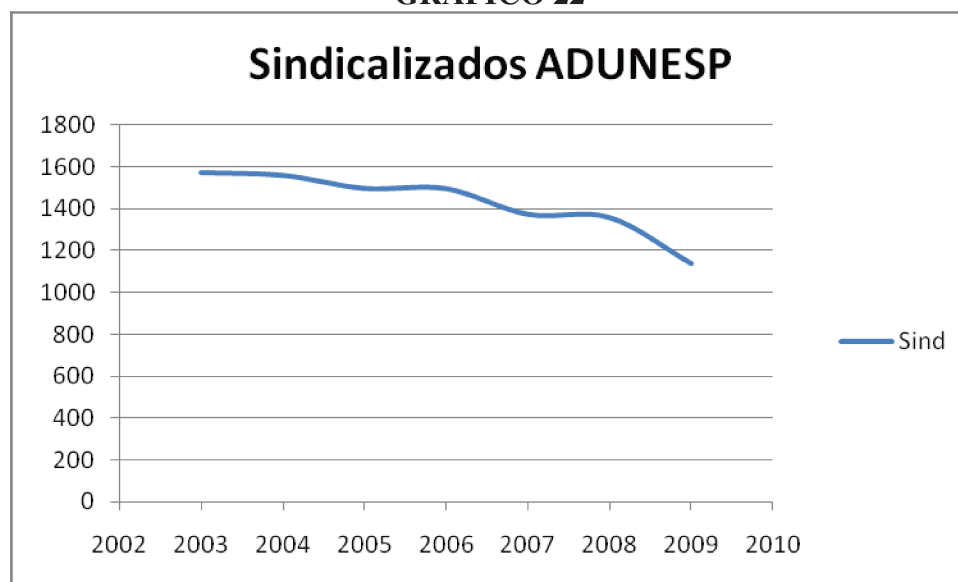
A ADUNESP transformou-se em Seção Sindical do ANDES-SN em 1991, através de um plebiscito realizado em todas as regionais, sendo que isto significou uma nova concepção de sindicato, pois até então, a entidade possuía uma forte idéia de federalismo (ADUNESP, 2007). Podem sindicalizar-se na entidade apenas a categoria docente. A tabela com o número de sindicalizados da ADUNESP segue abaixo:

TABELA 11
SINDICALIZADOS ADUNESP PERÍODO 2003 – 2009

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1570	1557	1495	1494	1372	1357	1139

Fonte: Dados fornecidos pela ADUNESP em setembro/2009. Elaboração própria.

GRÁFICO 22



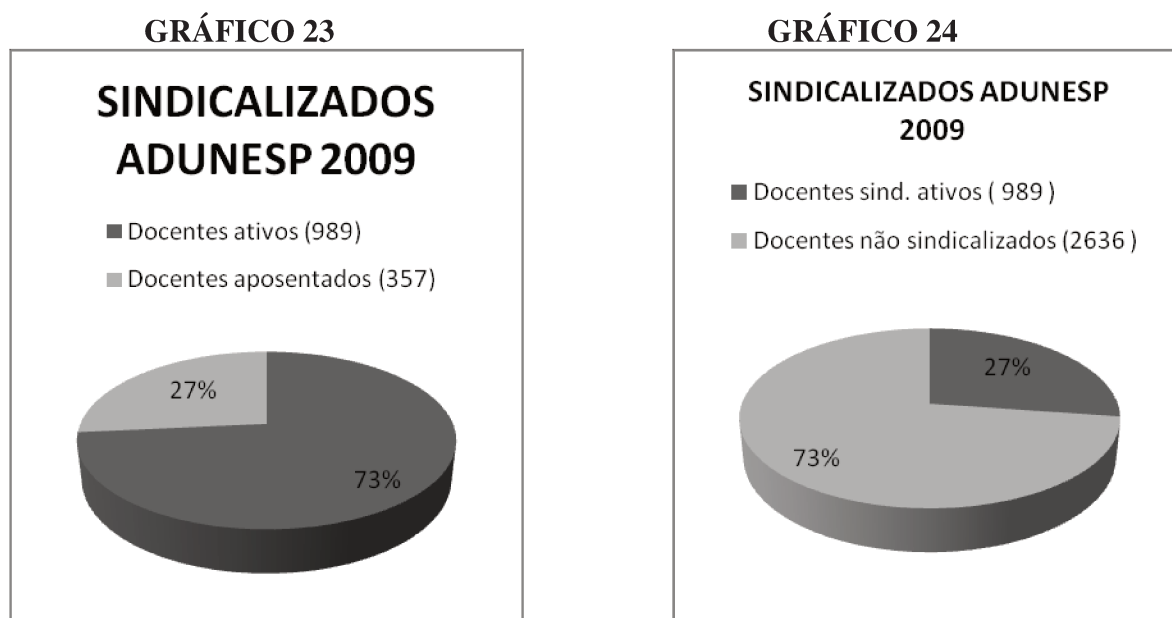
Fonte: Dados fornecidos pela ADUNESP em setembro/2009. Elaboração própria.

³⁴² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

Nota-se, conforme a tabela 11 e o gráfico 22, uma crescente diminuição do número de sindicalizados a partir do ano de 2003. A redução no número de sindicalizados das entidades sindicais pesquisadas poderia ser explicada devido à diminuição de docentes efetivos, sendo que, os docentes recém contratados filiam-se em menor número devido à uma mudança no perfil dos mesmos. Uma outra questão é que vem aumentando o número de docentes sindicalizados aposentados, conforme segue:

Hoje nós temos um dado interessante, tem aumentado proporcionalmente o número de aposentados que continua dentro do sindicato filiado, por todas as reformas que estão acontecendo, paridade no salário, etc; nós temos um aumento dos aposentados buscando o sindicato, se mantendo dentro da organização para manter o direito dele que foi conquistado anteriormente e temos uma queda do número dos que estão entrando na universidade pra defender os seus direitos.³⁴³

Segue abaixo os gráficos com os percentuais de sindicalização da entidade.



Ao analisarmos os gráficos 23 e 24, observamos que, coincidentemente os percentuais são os mesmos. O número de docentes que estão sindicalizados na entidade é bem pequeno, porém devemos levar em conta que essa entidade sindical também não oferece nenhum tipo de serviço ou de convênios aos associados.

6.2.6 - O Sindicato dos Trabalhadores da UNESP.

O SINTUNESP foi fundado durante assembléia geral dos servidores da UNESP, realizada durante um congresso na cidade de Jaboticabal-SP, em 09/09/1989, com a presença de servidores de todos os campus. De acordo com seu estatuto:

(...) o SINTUNESP tem por finalidade fundamental representar judicial e extrajudicial os servidores técnico-administrativos da UNESP ... no que se refere aos seus interesses de trabalho, individual ou coletivamente (SINTUNESP, 1989, p.1).

Antes da fundação do SINTUNESP havia antigas associações de funcionários locais, as quais eram entidades representativas e cumpriam uma função assistencial, tais como a manutenção de convênios, festividades, eventos esportivos, etc. De acordo com nossa pesquisa, pudemos constatar que tais associações ainda existem em todos os campus da UNESP e realizam, além dos convênios, uma parceria com o SINTUNESP na questão de representação dos trabalhadores junto aos órgãos colegiados da Universidade e, ocasionalmente, fornece algum auxílio aos funcionários em períodos de greves.

Conforme os relatos orais, houve resistência em proceder à transformação das associações em sindicato e, devido a isso, o sindicato foi fundado à parte e as associações continuaram a desempenhar o papel assistencial.

Quando veio a possibilidade de sindicalização, no final de 1989, é que a gente começou esse movimento de organização das unidades. Algumas associações eram bastante resistentes à transformação. Formamos um grupo para ver quem tava a fim de fundar um sindicato. Tinha que ser uma coisa unificada para a universidade toda porque essa coisa de você ter organizações locais, pra questões amplas, questões mais políticas, de organização da categoria, de reivindicações salariais, etc., isso não vale pra nada. A proposta inicial que permanece até hoje é o sindicato representando o conjunto de todas as unidades da universidade, com escritório central pra estar próximo da administração e as suas representações locais em cada campi. Em algumas unidades foi possível fundir isso com a associação, mas poucas; a opção foi ficar a representação do sindicato e as antigas associações. A fundação foi todo um processo de mobilização, de chamar as pessoas de cada campi, fazer reuniões em campi diferentes. A gente constituiu um grupo e organizou seminários e esse grupo fundou o SINTUNESP em Jaboticabal-SP, eu fui fundadora e tesoureira da primeira diretoria.³⁴⁴

“Além de melhores salários e condições de trabalho, o SINTUNESP considera fundamental trilhar com os servidores a luta por uma universidade democrática, acessível aos filhos dos trabalhadores e voltada aos interesses da comunidade” (SINTUNESP, 2007).

A Entidade possui sua sede na cidade de São Paulo e sub-sedes em Botucatu, Araçatuba e Bauru. Ela é administrada por uma Diretoria Colegiada, a qual é composta pelas seguintes

³⁴³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

³⁴⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

coordenadorias: 1) Política; 2) Administrativa; 3) Finanças; 4) Imprensa e Comunicação; 5) Jurídica; 6) Formação e Cultura; 7) Saúde e Meio Ambiente; 8) Aposentados. Para cada uma há um titular e um suplente. As sub-sedes tem como função auxiliar os trabalhos da diretoria colegiada, com a colaboração dos diretores de base e tem como finalidade a descentralização e a aproximação do sindicato aos locais de trabalho.

A eleição da Diretoria Colegiada e do Conselho Diretor ocorre em todas as unidades da UNESP, através de um trabalho de organização dos representantes (diretores de base), com a sede central e as sub-sedes. Consta em estatuto da entidade a existência de diretores de base, os quais tem como função organizar a categoria, ou seja, é o vínculo entre os trabalhadores e o sindicato. Todas as unidades da UNESP tem direito a eleger diretores e estas possuem, no mínimo, um diretor de base por unidade, sendo que, a cada cem associados, haverá um representante (diretor de base) e um suplente.

Os diretores de base constituem importante ferramenta de mobilização da categoria, pois são eles que repassam informações, preparam assembléias e reuniões, discutem os problemas de cada unidade com a sede e tomam decisões, que serão posteriormente implementadas pela Diretoria Colegiada.

O SINTUNESP possui também um Conselho Fiscal, composto por três membros titulares e três suplentes, com mandato de dois anos, tendo como função examinar os gastos da entidade (SINTUNESP, 2007). A entidade é filiada à FASUBRA e à CTB. Devido ao estatuto da entidade não podem filiar-se à entidade: os funcionários contratados pelas fundações, os terceirizados e os docentes, sendo que este fato configura-se num neocorporativismo.

A esse respeito Antunes (2004), refere que busca-se preservar os interesses dos trabalhadores estáveis vinculados ao sindicato e, em contrapartida, há uma desconsideração pelos demais trabalhadores que executam o trabalho terceirizado. O autor refere ainda, que os sindicatos necessitam buscar novas modalidades de estruturação, as quais devem incorporar diferentes setores pertencentes ao contexto da classe trabalhadora.

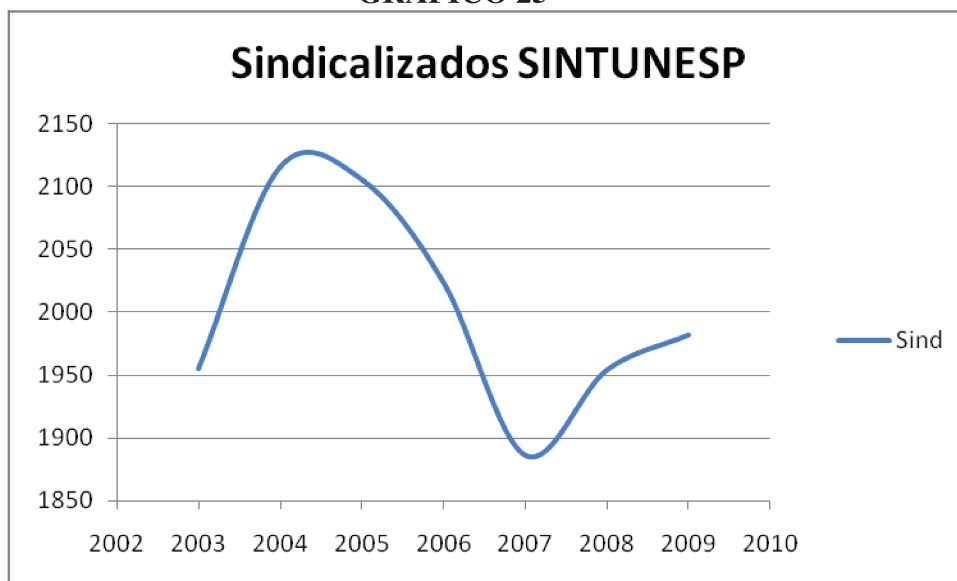
No SINTUNESP, três diretores poderão ser liberados do local de trabalho para exercer função sindical durante o período de dois anos; porém, a eleição na entidade é realizada a cada três anos. Segue abaixo a tabela com o número de sindicalizados:

TABELA 12

SINDICALIZADOS SINTUNESP PERÍODO 2003 – 2009						
2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
1955	2116	2106	2024	1886	1954	1982

Fonte: Dados fornecidos pelo SINTUNESP em setembro/2009. Elaboração própria.

GRÁFICO 25



Fonte: Dados fornecidos pelo SINTUNESP em setembro/2009. Elaboração própria.

Conforme demonstrado na tabela 12 e no gráfico 25, observa-se uma crescente redução no número de sindicalizados da entidade entre 2004 a 2007 e, a partir daí, ocorre uma recuperação no número de sindicalizados. Isso pode ser explicado devido à expansão da UNESP, com a contratação de novos funcionários ou mesmo em decorrência do processo de politização da base. Segue abaixo as taxas de sindicalização da entidade.

GRÁFICO 26

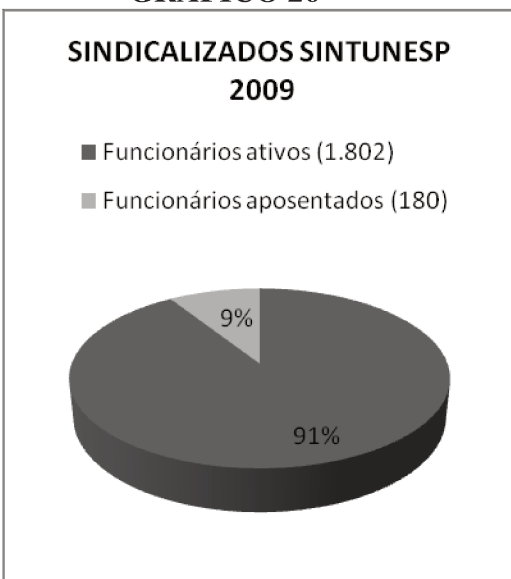
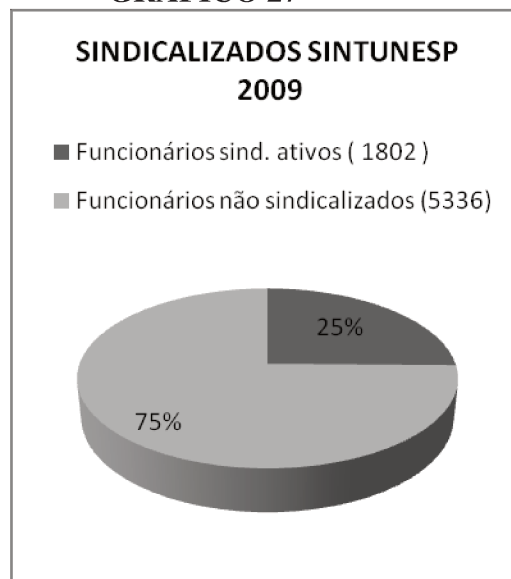


GRÁFICO 27



Conforme os gráficos 26 e 27, notamos que a taxa de funcionários sindicalizados aposentados e a de sindicalização de ativos da entidade são similares aos dados do SINTUSP, sendo as menores entre todas as entidades do Fórum das Seis. Por outro lado, o SINTUNESP também não oferece nenhum tipo de serviço aos sindicalizados e em todas as unidades da UNESP existem as associações de funcionários que fornecem diversos benefícios aos associados.

Para a continuidade da explanação sobre as Entidades Sindicais, é importante mencionar algumas diferenças entre as mesmas, as quais ficaram evidenciadas na análise dos depoimentos dos dirigentes, conforme segue.

A ADUSP, além das questões salariais, ela está muito articulada com as questões educacionais, tanto que foram os primeiros a entrar no FEDEP; eles gostam muito de fazer contas, analisam o orçamento do Estado, etc; eles tem muito disso e prestam um bom serviço. Nós [UNICAMP] e a UNESP temos uma vocação mais sindical, nós estamos acompanhando isso também, mas, por exemplo, tanto a ADUNICAMP quanto a ADUNESP estão na CONLUTAS; formalmente a ADUSP está porque somos seções sindicais do ANDES-SN, mas não participa da CONLUTAS. A direção tem um peso e cada um de nós, de alguma maneira, reflete a sua base social. Por exemplo, eu gostaria que isso aqui fosse muito mais avançado do que é, mas a base social dessa Universidade não me autoriza. A diferença maior é que a ADUNICAMP e ADUNESP tem uma presença mais forte da questão sindical na sua direção. Esse é um elemento de diferenciação e a gente trabalha dentro do ANDES-SN praticamente na mesma linha, as três direções estão na mesma tendência sindical no ANDES-SN.³⁴⁵

³⁴⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

O fato de que na USP há um grande número de fundações privadas, isto faz com que haja um distanciamento da base docente, já que a ADUSP vem pegando pesado contra essas fundações.

No caso da USP, lá tem várias fundações, então o docente recebe pelos contratos que ele faz, pelas consultorias; e se ele é presidente de uma fundação, há comentários de alguns docentes lá que chegam a receber sessenta mil reais por mês. Então, como você vai esperar que um docente desse vai se mobilizar, vai vir pra uma assembléia pra reivindicar salário? Ainda mais que o movimento docente organizado no sindicato, tem uma posição contrária às ações das fundações, a esse tipo de atividade. Então, esse é mais um fator que distancia o docente do movimento.³⁴⁶

Um outro fator de diferenciação entre as entidades é que algumas, tais como a ADUNICAMP e o STU fornecem alguns benefícios e convênios aos associados e as demais não. A esse respeito, vale a pena perscrutarmos as entrevistas:

O corpo docente das Universidades está sobrecarregado de atividades didáticas, de pesquisa, extensão e administrativas. Pessoas sentem-se sob pressão, principalmente para publicar e temem que greves e paralisações possam prejudicá-las. Além disso, há pessoas que não gostam de atividade sindical. Há visões conservadoras. Há, ainda, complementações salariais que vem de fundações ou outras fontes. Apesar disso, a ADUSP tem conseguido alguma mobilização e a taxa de associados é grande se considerarmos que a associação é voluntária e, além das campanhas salariais, não há “venda” de serviços.³⁴⁷

Nós somos contrários à venda de serviços; é lógico que a categoria pressiona muito, porque isso passou a ser comum no movimento sindical. Uma entidade sindical não tem que privilegiar ou priorizar esse tipo de situação. Como eu vou brigar por saúde pública, se eu tenho um convênio médico? Nós somos contra o mercado de serviço de saúde, nós somos contra o mercado do serviço de educação; seria incoerente eu brigar por uma saúde pública de qualidade e fazer um convênio médico; seria incoerente de nossa parte, não tem lógica isso. A gente vê muito sindicato com esse tipo de serviço, que, inclusive, traz muitos associados e aí, a pessoa não vai pro sindicato entendendo que aquilo é uma ferramenta que possa trazer pra ele uma conquista, ele vai pro sindicato pra ter um benefício, um convênio, etc.³⁴⁸

É pertinente também mencionar a questão das diferenças de atuação³⁴⁹ de cada entidade, sendo estas oriundas das diferenças entre as categorias em relação ao perfil social e econômico dos sindicalizados. Cada categoria responde a decisões de greve ou de atos públicos de forma diferente no interior de cada Universidade, algumas aderindo a estratégias mais radicais e outras não. Conforme a análise das entrevistas, podemos inferir que os docentes são mais resistentes a entrarem em greve, preferindo protelar sua adesão aos movimentos.

³⁴⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

³⁴⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 06/03/2009.

³⁴⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

³⁴⁹ Voltarei a explicitar mais atentamente a questão da atuação das entidades no próximo capítulo.

A unificação se dá pela reivindicação salarial. Há diferenças de atuação devidas à maneira como cada categoria responde a indicações de greve. Algumas categorias, como os docentes, são dificilmente mobilizáveis para essas coisas. Creio que a última e única vez que ocorreu alguma coisa parecida com piquete docente ou mesmo panfletagem nas salas de aula de professores que não aderiam, de forma significativa, foi em 1978. Devo lembrar que piquetes são permitidos por lei para trabalhadores celetistas e, portanto, na ausência de lei específica, esse direito deve ser estendido aos funcionários públicos.³⁵⁰

Pra entrar em greve, a não ser em momentos muito marcantes, problemas muito grandes e tal, a assembléia de docentes, em geral, primeiro tentam... dificilmente entram em greve antes de uma ou duas reuniões com o CRUESP, no caso de negociação salarial, antes que o CRUESP mostre intransigência e tal; nunca saem de greve, primeiro querem ouvir os caras: *“eu não vou dar”*. Foi o caso, por exemplo na greve de 2004, a assembléia só foi decidir pela greve depois do terceiro ou quarto zero.³⁵¹

Outra questão que difere entre as entidades é o fato de que, em algumas, o estatuto não permite que a mesma diretoria permaneça por mais que dois mandatos.

Nós mudamos nosso estatuto em 2004; nós colocamos o limite na questão de quantas vezes a pessoa pode estar sendo diretor do sindicato, ou seja, não é mais permitido que uma pessoa possa estar na direção do sindicato mais do que dois mandatos seguidos. É um erro que uma pessoa possa continuar eternamente como diretor de um sindicato. Isso é uma prática comum em vários sindicatos, infelizmente. Outro aspecto é que o diretor do sindicato tem que manter a sua relação de trabalho, tem que ter o vínculo direto com a sua base.³⁵²

Há o fato do SINTUNESP não aceitar em seu quadro de sindicalizados os funcionários terceirizados e os docentes, mas apenas os funcionários da UNESP, ao contrário do STU e do SINTUSP, onde há sindicalizados docentes e terceirizados.

Conforme depoimentos dos dirigentes, os docentes da UNESP tendem a ter uma visão mais clara quanto ao fato de serem trabalhadores assalariados, ou seja, vêem-se mais como tal.

Das três associações docentes das Estaduais Paulistas a ADUNESP era a única que tinha filiação direta à CUT estadual. Por isso que eu te digo que dentro da base da ADUNESP é onde estava a visão mais de trabalhador docente, do que se comparado à USP e UNICAMP. Nós participamos do movimento de rompimento com a CUT e foi a ADUNESP que apresentou a proposta no Congresso da ANDES-SN, de rompimento com a CUT, que a gente veio a aprovar no Congresso de Curitiba.³⁵³

Segue abaixo a tabela com dados referentes a vários aspectos em cada entidade sindical na atualidade:

³⁵⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 06/03/2009.

³⁵¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

³⁵² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

³⁵³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

TABELA 13**CARACTERÍSTICAS ATUAIS DAS ENTIDADES SINDICAIS DO FÓRUM DAS SEIS**

Ações	Adusp	Sintusp	Adunicamp	STU	Adunesp	Sintunesp
Assembléias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Piquetes	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Bloqueio portão	Não	Sim	Não	Não	Sim*	Sim
Arrastões	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
Comando greve	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Sindic. aberta	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Assemb. conjuntas	Não	Sim	Não	Não	Sim*	Sim*
Publicação revistas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Reuniões diretoria	Semanal	Semanal	Semanal	Semanal	Bimensal	Quinzenal
Conselho repres.	Sim	Sim	Sim**	Sim	Sim	Sim
Oferta serviços	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Env. Outros mov.	Não	Sim	Não	Não	Sim*	Não

Fonte: Diretorias das entidades sindicais. Elaboração própria.

*Em algumas Unidades.

** Em processo de reativação.

Como podemos observar na tabela acima, a entidade que mais se diferencia das demais nas práticas sindicais é o SINTUSP, o qual ainda implementa ações que eram também realizadas por outras entidades no passado, tais como: piquetes, bloqueios, arrastões, etc. Em relação às assembléias, nos locais em que estas ocorrem de forma conjunta entre as categorias, os votos são computados separadamente por categoria. No que se refere à sindicalização aberta, esta inclui terceirizados e membros da categoria docente.

6.2.7 – O Fórum das Seis Entidades.

Um fator relevante na questão dos movimentos universitários das Universidades Estaduais Paulistas, foi a obtenção da autonomia universitária³⁵⁴, ocorrida em 1989 e fruto de uma longa greve realizada pelas três universidades no ano de 1988.

A autonomia concedida às universidades em pauta, consiste no repasse de verbas sobre a arrecadação do ICMS, cujo índice atualmente é de 9,57%. Porém, o índice de repasse para cada universidade é variável. De acordo com Romano (1999), as Universidades Estaduais Paulistas sofreram, através dos governos de Quéricia e Fleury, muitos cortes de verbas, sendo estas retidas na Secretaria da Fazenda e os reitores não foram à justiça para reavê-las, com o temor de ocorrerem retaliações. Durante o governo Covas, normas tais como a “Lei Kandir”³⁵⁵ e outras reduziram acentuadamente os recursos financeiros para os campi das universidades, mesmo com a vinculação, configurando uma autonomia financeira que não é uma autonomia de fato.

Antes da autonomia, as negociações salariais e por mais verbas para as universidades eram realizadas diretamente com o governo estadual, em conjunto com os demais setores do funcionalismo público, tendo sido criado o “Grupo dos 19”, o qual era constituído por associações sindicais de várias categorias do setor público.

Após o decreto da autonomia universitária, em 1989, foi criado o CRUESP³⁵⁶, o qual passou a ser o organismo formalmente instituído para as negociações salariais com as entidades sindicais das respectivas universidades. Posteriormente, em 1991 constituiu-se o Fórum das Seis Entidades³⁵⁷, o qual é constituído pelas entidades sindicais de docentes e pelas entidades sindicais dos funcionários das três universidades, sendo que tal medida proporcionou a unificação das lutas de docentes e funcionários.

O grande mérito de organização sindical que teve nesse processo foi a organização do Fórum das Seis, essa foi a resposta mais positiva do ponto de vista dos trabalhadores, frente à forma como cada setor se organizou. O Fórum das Seis veio suprir aquilo que deveria ser um sindicato único dos trabalhadores docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas, que na época de constituição se debateu muito; se ia

³⁵⁴ Através do Decreto nº 29.598/1989.

³⁵⁵ Trata-se da Lei Complementar nº 87 de 13/09/1996, a qual isenta do tributo do ICMS os produtos e serviços destinados à exportação.

³⁵⁶ O CRUESP é composto pelos reitores da USP, UNICAMP e UNESP e pelos secretários de Estado, de Ensino Superior, da Educação e de Desenvolvimento, sendo a presidência exercida por um dos reitores, cujo mandato é de um ano em sistema de rodízio (ADUSP, 2007).

³⁵⁷ Este Fórum é constituído pelos representantes das associações e sindicatos de docentes, funcionários e alunos das três Universidades Estaduais Paulistas e Centro Paula Souza: ADUSP, SINTUSP, ADUNICAMP, STU, ADUNESP, SINTUNESP, SINTEPS e Diretórios Estudantis.

criar um sindicato dos trabalhadores, ou de docentes, ou só de funcionários, enfim, prevaleceu manter-se a tradição, a gente não conseguiu dar essa superação de unir, no mesmo sindicato, docentes e funcionários das universidades públicas. Mas a gente não conseguiu e acabou prevalecendo esse tipo de organização. Então, o Fórum das Seis veio no sentido de articulação daquilo que deveria ser um sindicato maior.³⁵⁸

Porém, essa união entre docentes e funcionários não ocorreu desde o início. De acordo com Galvão (1995), antes da criação do Fórum das Seis, docentes e funcionários reuniam-se com o CRUESP separadamente, pois havia uma resistência dos docentes em negociar em conjunto com os funcionários. Devido a isso, os sindicatos de funcionários das respectivas universidades, constituíram o CRETUESP, a fim de negociarem em conjunto com o CRUESP.

Após um período de aproximadamente dois anos, realizou-se uma discussão sobre a necessidade da unificação das duas categorias (docentes e funcionários) e, só então, é que foi criado o Fórum das Seis Entidades. Posteriormente também passou a fazer parte do Fórum o SINTEPS³⁵⁹, o qual é constituído pelos trabalhadores do Centro Paula Souza, órgão, na época, vinculado à UNESP. É importante salientar que, após a constituição do Fórum das Seis houve a decisão de todas as entidades participantes deste organismo, de não realizarem negociações em separado com as reitorias e sim, negociações conjuntas entre o CRUESP e o Fórum.

Com base na atuação do Fórum, poderíamos descrevê-lo, devido a sua forma de organização e uma atuação, como um espaço democrático, paritário, que procura unificar a luta na Defesa da Universidade Pública, de qualidade, laica e referendada socialmente. Obviamente, o Fórum mantém a aproximação com os servidores públicos de uma forma geral, em especial com os ligados à educação, bem como participa das lutas comuns em defesa de mais recursos para os serviços públicos e por melhores condições de trabalho e de vida (PRADO JR e MENDONÇA, 2007a, p.60-61).

Dessa forma, o Fórum foi criado com o objetivo prioritário de organizar os docentes e os funcionários das três universidades paulistas e o Centro Paula Souza, representados pelas respectivas entidades sindicais, para a defesa do ensino público e gratuito. A maior conquista do Fórum das Seis foi a efetivação da unificação dos movimentos das categorias de trabalhadores das Universidades Estaduais Paulistas, sempre objetivando também criar alianças com o movimento estudantil. Toda essa organização e os inúmeros movimentos ao longo do tempo, proporcionaram a obtenção do aumento dos recursos públicos para as universidades e melhores condições salariais e de trabalho (ADUNICAMP, 2007). Após o decreto da autonomia

³⁵⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

³⁵⁹ O SINTEPS não será analisado porque, do ponto de vista da organização política, bem como do encaminhamento da luta política junto à sua categoria, não consegue fazer esse diálogo a partir da discussão do Fórum, ou seja, as lutas ficam mais localizadas e o decreto de criação do CRUESP, o qual refere que os reajustes seriam determinados pelos reajustes dados às universidades, nunca se fez cumprir.

universitária, as associações sindicais das Universidades Estaduais Paulistas organizadas no Fórum das Seis, se destacaram do restante do funcionalismo público.

O Fórum tem um acúmulo no que diz respeito a orçamento do Estado, análise, proposições, etc; muito interessante, como uma contribuição que vai além da questão corporativa, de salários. Teve que compreender como vem dinheiro pra universidade, acompanhar planilhas de ICMS, o que é nível de comprometimento de folha de pagamento, o que é razoável gastar com custeio, investimento, e o que não é; o que se deve gastar com pessoal. Então, tem toda uma discussão, enquanto sindicato ele produz conhecimentos que vão além da luta política, tanto na direção de questões mais amplas; direitos da sociedade, dos trabalhadores, como também questões pontuais de conhecimento técnico.³⁶⁰

Em todos os movimentos coordenados pelo Fórum, as entidades implementam o que foi aprovado em suas instâncias deliberativas de base, ou seja, mesmo que haja um indicativo do Fórum, é necessário que esse indicativo seja aprovado junto às categorias. A variação do tempo de permanência das categorias em greve irá depender do grau de vulnerabilidade de cada uma das partes envolvidas na negociação em cada universidade. Por exemplo, na UNESP, leva-se um tempo maior para tirar as decisões de assembleias devido à pulverização das Unidades e, conseqüentemente, a organização fica mais comprometida.

O problema da UNESP é que ela é dividida em vinte, trinta cidades; então, isso também diminui a possibilidade de articulação política, de fazer greve, etc. Em alguns campi da UNESP, por exemplo, Marília sempre sai de greve; Assis saiu de greve contra a vontade do Fórum das Seis, que achava que era preciso articular um pouco mais a luta. Então, varia muito; os fatores se compõem de maneira diferente no momento de mobilização ou no momento de desmobilização.³⁶¹

O fato das entidades de funcionários possuírem uma forma diferenciada de atuação e serem participantes da FASUBRA³⁶²; e as entidades dos docentes serem participantes do ANDES-SN, não consistiu em impedimento para que ocorresse o amadurecimento político, o qual permitiu a organização de movimentos conjuntos e, de certo modo, unificados.

As análises dos depoimentos indicam que o relacionamento entre as entidades do Fórum das Seis é bastante complexo e exige bastante “jogo de cintura”, pois o Fórum só delibera por consenso e quando não se chega a um consenso nas discussões, agenda-se nova reunião com as entidades.

³⁶⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

³⁶¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

³⁶² Fundada em 19/12/1978 sob a denominação: Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras. “Pauta suas ações na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, mais justa, igualitária e inclusiva e na defesa da educação pública, de qualidade, socialmente comprometida, concretizada cotidianamente, em conjunto com outras Entidades e movimentos sociais, bem como na construção da Universidade Cidadã para os trabalhadores” (FASUBRA, 2009).

O Fórum funciona com o esquema de consenso, por isso que às vezes é muito difícil, é penoso; a reunião do Fórum às vezes é penosa...normalmente vão duas pessoas por entidade, então, do ponto de vista do poder de argumentação, pode-se dizer que tem uma força paritária distribuída na mesa, mas, se não tiver consenso, vai marcar outro dia, ou vai passar a noite discutindo, então, as decisões são por consenso. É difícil, é penoso, mas é um processo que o Fórum, desde a sua fundação, trabalha desse jeito e tem funcionado; não é indolor, mas tem funcionado.³⁶³

O Fórum é uma tentativa, você não tem noção; uma enorme tentativa hercúlea de tentar encaminhar as coisas via consenso; então, há um trabalho enorme de convencimento no conjunto das categorias, para que as posições públicas do Fórum sejam posições retiradas de uma enorme negociação. Às vezes tem reuniões que duram nove horas, é um trabalho desgastante de tentar construir um consenso e que nem sempre se consegue fazer. Então, essa idéia de unificação e de autonomia que se tenta construir dentro do Fórum, não é uma tarefa simples, porque você mantém a autonomia das entidades via suas assembléias de base e, ao mesmo tempo, você tenta tirar diretrizes que são comuns para o encaminhamento do movimento nas três universidades.³⁶⁴

Dessa forma, conforme os relatos orais, podemos inferir que o Fórum congrega as diversas entidades e tenta unificar as lutas, mas sem interferir na independência de cada um dos movimentos, ou seja, essa situação carrega em seu bojo determinadas contradições: um consenso contraposto à autonomia das entidades; direções políticas que possam determinar a radicalidade dos movimentos, etc. Em síntese, seria tentativas de unificação a partir da diversidade, sendo que unificar coisas tão diversas traz problemas, dificuldade no encaminhamento de decisões, etc.

As análises dos dados obtidos neste estudo indicam que, em diversos momentos de negociação durante campanhas salariais, quando, por exemplo, o SINTUSP estava fazendo o piquete e era importante ser retirado o piquete para poder avançar a negociação com o CRUESP, por diversas vezes o Fórum fez a recomendação para as assembléias do SINTUSP retirarem o piquete. Algumas vezes o Fórum foi atendido, outras vezes não, sendo que isso acarreta, muitas vezes, o impedimento da reabertura de negociação por parte do CRUESP. Porém, trata-se de sempre ser uma recomendação, o Fórum nunca impõe nada para as entidades, pois cada uma tem a sua independência de atuação. Outra questão a ser mencionada, é a credibilidade que o Fórum das Seis conquistou ao longo dos anos.

Quando o fórum indica, isso é uma coisa muito importante, a credibilidade política do Fórum. O Fórum tem uma credibilidade política muito grande, apesar ainda de toda essa crise que a gente tá passando. Havia momentos inquestionáveis, eu me lembro de um debate, que a gente reivindicava 30% de reajuste e a discussão era: cabe ou não cabe; acho que foi na greve de 1994, que teve até um debate na Folha de São Paulo entre o Fórum e o CRUESP, pra fazer essa discussão. A greve estava forte e não cedia porque os reitores falavam que não tinha dinheiro e a gente falava que tinha e, sorte que depois os nossos dados estavam corretos. Além de que já tinha o reconhecimento político e tinha o

³⁶³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

³⁶⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

reconhecimento técnico, das avaliações técnicas do Fórum, porque aí o CRUESP ficava desacreditado, porque sempre falava que a arrecadação era baixa. O acúmulo técnico que se tem no Fórum de analisar ICMS, orçamento, etc, é muito grande. Então, essa unidade do Fórum, essa força do Fórum, porque se o Fórum falar que dá ... Mas agora isso não tem bastado pra mobilizar o pessoal.³⁶⁵

O Fórum é um espaço complexo, difícil, mas é um espaço importante, o de apresentar propostas mais consensuais, onde não se vota nada, é tudo por consenso e isso é um avanço. Reunião do Fórum é ranger de dentes; o Fórum são nove entidades: as seis entidades das Universidades, o Centro Paula Souza, o DCE da USP e o DCE da UNICAMP (a UNESP não tem DCE).³⁶⁶

Assim, podemos inferir que a construção do Fórum das Seis revelou-se como uma estratégia de luta potencialmente eficiente, pois, nas inúmeras lutas unificadas e coordenadas pelo Fórum, obteve-se vitórias significativas, as quais não teriam certamente ocorrido sem a mobilização conjunta de docentes e funcionários das três Universidades e, a partir da greve de 2000, também com a participação dos estudantes.

³⁶⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

³⁶⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

CAPÍTULO VII - A TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SINDICAIS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS.

Este capítulo analisa os movimentos grevistas ocorridos nas Universidades Estaduais Paulistas, organizados em diferentes períodos políticos e, dentre estes movimentos, analisa algumas das greves mais importantes, procurando demonstrar suas características, motivações e desdobramentos. O capítulo ainda compreenderá considerações sobre as diferenças nas atuações das entidades sindicais, a influência dos partidos políticos, bem como as características dos movimentos e o comportamento sindical das categorias nas diferentes épocas.

Dessa forma, a explanação do presente capítulo consistirá no resgate dos movimentos ocorridos nas Universidades Estaduais Paulistas, efetuado através de um pormenorizado levantamento nos boletins e periódicos das Entidades Sindicais das referidas universidades, bem como notícias retiradas de jornais da época e depoimentos dos dirigentes e ex-dirigentes das entidades sindicais.

7.1 - As paralisações e greves e a conjuntura econômica e política do país.

Neste momento procuramos recuperar os momentos mais significativos da história do sindicalismo nas universidades pesquisadas, procurando desvendar as motivações, os discursos sindicais e a prática política das entidades envolvidas. Nesse contexto, destaca-se o período de articulação estadual dos movimentos, que ocorreram principalmente até a autonomia das Universidades Estaduais Paulistas, bem como a dinâmica interna de cada Universidade para a determinação da intensidade dos movimentos.

As situações de confronto entre as entidades sindicais e o governo são caracterizadas por um amplo dinamismo e sofrem variações conforme a conjuntura interna nas universidades e também conforme a conjuntura do país, o qual poderá estar sob um regime ditatorial ou democrático.

Desde os primeiros movimentos grevistas nas Universidades Estaduais Paulistas ocorridos a partir de 1978 até o final de 2008, ocorreram aproximadamente³⁶⁷ 125 movimentos de docentes

³⁶⁷ Os números de paralisações e greves são aproximados, uma vez que foram computados somente os movimentos registrados em boletins e jornais que estavam disponíveis para a pesquisa, nas sedes das entidades sindicais e nos sites das entidades. A coleta de dados foi realizada em 2007 e 2008.

e funcionários, caracterizados por paralisações curtas (um a cinco dias), totalizando 97 eventos, até greves de longa duração (de cinco até 70 dias), totalizando 28 movimentos.

Para a descrição dos movimentos grevistas, achamos por bem organizá-los por períodos políticos, uma vez que os mesmos apresentam características distintas e sofreram a influência da conjuntura político-ideológica e econômica do país, conforme anteriormente mencionado.

Tomaremos para análise uma importante greve de cada período político compreendido entre os anos de 1978 a 2008. Nossa análise tomará como abrangência a amplitude da greve, as pautas de reivindicação, como ocorreu a adesão das categorias pesquisadas, os tipos de ações e estratégias a serem utilizadas pelas entidades sindicais no decorrer das negociações com o governo ou, posteriormente, o CRUESP, a repressão e violência contra as categorias, os ganhos das greves e outras questões.

No decorrer da nossa análise pudemos perceber que o sindicalismo nas Universidades pesquisadas expõe limites e uma grande dificuldade de mobilização nos dias atuais, em contraste com os movimentos anteriores, nos quais haviam passeatas e assembléias repletas, características dos movimentos do final dos anos 1970 e da década de 1980. Porém, notamos que esse processo de desmobilização não foi estanque, mas constituiu-se num contínuo e crescente decréscimo no número de participantes nas lutas, ao longo dos anos.

O primeiro período compreende os anos de 1978 a 1984, o qual abrange a ditadura militar, a forte crise econômica que atingiu seu ápice em 1983 e as lutas pela redemocratização do país. O segundo período, de 1985 a 1989 é a fase do advento da Nova República, com nova crise econômica afetando o emprego e os salários dos trabalhadores e com o aumento das greves, sobretudo no setor público. O terceiro período, de 1990 a 1994 é o período caracterizado pela hiper-inflação, com o início da implementação do neoliberalismo, a Reforma do Estado, o sucateamento do ensino público e o descenso do movimento sindical. O quarto período, o qual compreende de 1995 a 2000 é o da instituição do Plano Real de estabilização da economia e o avanço do neoliberalismo, com FHC implementando diversas privatizações. O quinto e último período, de 2001 a 2008 caracteriza-se pela continuidade das ações neoliberais com o governo Lula, as novas Reformas de Estado e o contínuo processo de desmobilização sindical.

7.1.1 - Período 1978 a 1984-

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando o regime militar estava em processo de deterioração, irrompeu um processo de luta na sociedade pelo fim da ditadura, culminando com a retomada dos movimentos sindicais, iniciada pelos trabalhadores operários do ABC e, em seguida, pelos trabalhadores assalariados de classe média (bancários, comerciários, professores, profissionais da saúde, etc).

Conforme Sader:

(...) não seria possível deixar de mencionar o papel das greves de massa que eclodiram em 1978 e que, estendendo-se até 1980, conseguiram na prática anular a legislação do “arrocho salarial”, ignorar a lei anti-greve, impor uma nova utilização dos sindicatos. Além disso, no bojo dessas ondas grevistas, emergiram à superfície pública uma pluralidade de formas de organização popular – nos bairros, fábricas, empresas públicas, campos – que constituíram novos atores políticos que não puderam mais ser ignorados. Com isso, retiraram toda a legitimidade de um regime que insistia em ignorá-los (SADER, 1986, p.24).

No primeiro período, compreendido entre 1978 a 1984, ainda sob a ditadura militar, o país assistiu a retomada dos movimentos sociais e lutas grevistas, os quais tinham como objetivo a redemocratização do país. Concomitantemente, tiveram início neste período, os movimentos grevistas na USP, UNICAMP e UNESP, inspirados pelas greves do ABC e por alguns setores do funcionalismo público. Como características do período, aprofundava-se a crise do “milagre econômico”, com arrocho salarial acentuado e recessão econômica. O panorama social nas universidades seguia pelo mesmo caminho, ou seja, salários arrochados e clima de insatisfação pelo modelo autoritário em questão, inclusive, o autoritarismo infiltrava-se na própria universidade, com os reitores sendo nomeados pelos generais e docentes concursados que tinham suas contratações barradas devido a questões ideológicas.

O primeiro movimento nas Universidades Estaduais Paulistas, ocorreu com a paralisação de um dia dos docentes da UNICAMP, USP³⁶⁸ e UNESP em 12 de maio de 1978, por reajuste salarial.

No começo de 1978, a oposição da APEOESP já estava fazendo a primeira greve junto com o ABC, a primeira de funcionários e professores na ditadura militar e nós também estávamos preocupados, a inflação começava a aumentar, queríamos também reajuste salarial e fizemos um dia de greve. Infelizmente, o presidente de nossa Associação, Rubem Alves, pediu demissão e nunca soubemos direito as causas, mas aparentemente foi por discordar da greve. Ele, provavelmente, achava que professor universitário não deveria fazer greve³⁶⁹.

³⁶⁸ Consta nos documentos da ADUSP que os docentes estiveram em greve em 1977 com reivindicação de reposição salarial de 25%. Não foi citado a data e nem a duração do movimento.

³⁶⁹ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.37.

Posteriormente, em 29 de março de 1979, docentes e funcionários das três universidades realizaram nova paralisação por reajuste salarial.

Entre o ano de 1975 e 1980 a participação das verbas destinadas a universidades públicas no orçamento estadual, declinou de 5,10% para 3,68% do total das despesas, proporcionando uma deterioração dos salários dos docentes e dos funcionários, com o aumento do custo de vida. Ocorreu com isso que o poder aquisitivo dos salários dos docentes e funcionários ficou acentuadamente reduzido e a redução salarial do período do final da década de 1970 para o início da década de 1980, foi da ordem de 30% (ADUSP, ADUNESP e ADUNICAMP, nov/1979).

Todo mundo lembra da importância que teve o expurgo da inflação que o Delfim Neto fez a partir de 1974. A busca dessas perdas e o crescimento da inflação foi um mote para a retomada das lutas e, posteriormente, das greves, que vieram já nesse período combinadas com uma força política muito grande, que era o combate à ditadura militar e a luta pelas liberdades democráticas (Revista Plural apud NODARI, SAUL e RAMPINELLI, 1996, p.101).

Análise de uma greve na ditadura – 1979.

As causas da greve e seu desenvolvimento.

A primeira greve na ditadura, com a duração de quarenta e um dias, ocorreu em 17 de abril de 1979, coordenada pela CGP, paralisando docentes e funcionários das três universidades e diversos setores do funcionalismo público estadual³⁷⁰, tais como: saúde, professores de 1º e 2º graus, agricultura e outros. Conforme já mencionado, ela foi deflagrada devido à uma acentuada queda salarial das categorias do funcionalismo, durante o declínio do período conhecido como do “milagre” econômico brasileiro.

No caso do funcionalismo público, a tendência geral à redução do nível salarial e a modernização dos procedimentos se manifesta de uma forma específica e contraditória. De um lado, a pressão salarial, no que concerne ao funcionalismo estadual e municipal, foi agravada pela política tributária da União, que canalizou para o Governo Federal uma parcela cada vez maior da arrecadação pública. Estados e Municípios, dirigidos por governantes imunes e, portanto, irresponsáveis diante do eleitorado e imunes à sua pressão, vendo seus recursos desviados pelo governo central, do qual dependia seu cargo, desenvolveram, para o funcionalismo, uma política de reajustes anuais inferiores à taxa inflacionária – inferiores, freqüentemente, aos próprios índices fixados pela política salarial do Ministério do Trabalho. Provocaram, com isso, a compressão geral dos salários como fórmula fácil para obter o equilíbrio orçamentário ou para desviar recursos para outras despesas (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.02).

³⁷⁰ Nesta época os movimentos eram constituídos por um grupo denominado “Grupo dos 13” ou CGP, o qual reunia as lideranças dos principais segmentos do funcionalismo público estadual.

O contexto político que transparecia para o funcionalismo na época, era de corrupção, a qual era necessário enfrentar com todas as forças:

Somente dentro dessa orientação política mesquinha é que se pode entender uma das faces da ação do governo: a ênfase no achatamento dos salários do funcionalismo, na inflexibilidade do orçamento, a evidente subestimação das receitas e superestimação das despesas, o alarde em torno dos cortes de orçamento absolutamente desproporcionais ao reajuste previsto para o funcionalismo. Tudo isso associado à espantosa multiplicação dos gastos com contratações irregulares para cargos e funções altamente remuneradas, não deixa a menor dúvida: trata-se de carrear o máximo de recursos possíveis para saldar compromissos da mais baixa politicagem (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.10).

Outros fatores importantes que facilitaram a mobilização naquela época, é que em 1979, o Decreto nº 477 havia sido anulado, sendo que, este decreto, previa punições a docentes, funcionários e estudantes, caso fizessem protestos e manifestações; e também houve a questão do anseio pela re-democratização do país.

Essa CGP que envolvia a maior parte dos setores do funcionalismo foi quem puxou e organizou toda a greve de 1979, que foi uma greve fantástica, nós paramos quase 400 mil servidores do estado inteiro durante um mês e foi muito puxada principalmente por nós da USP, pessoal do HC, turma do Hospital do Servidor e essa oposição da APEOESP veio junto; essa greve foi o início de tudo.³⁷¹

Outra característica deste movimento é que ele está intrinsecamente associado à figura do então governador do Estado, Paulo Salim Maluf, o qual era um político corrupto, autoritário, anti-popular e tinha sido nomeado através de eleição indireta. Dessa forma, houve uma forte reação de repúdio à sua nomeação para governador e, este contexto de ditadura e do “malufismo” impulsionou as lutas grevistas nas universidades e também junto ao funcionalismo público, ficando evidente a questão da conjuntura política estar associada às lutas sindicais, destacado no depoimento referente à necessidade de combater o “malufismo”:

Em 79, como era o Maluf que tinha acabado de tomar posse, se formou uma grande frente antimalufista. E aí se juntou todo o funcionalismo público, desde a “extrema-esquerda” até um certo grau da direita mais civilizada antimalufista. (...) Então, nós tínhamos reuniões de coordenação da greve com 100, 120 pessoas; era o caos. Mas, como todo mundo era contra o Maluf, dava para unificar minimamente.³⁷²

Esse movimento antimalufista foi articulado dentro do conjunto do funcionalismo público, conforme aparece em texto da época localizado no arquivo da ADUSP:

É urgente, portanto, isolar o governo Maluf antes que reforce irremediavelmente sua base de apoio e amplie alianças. É urgente formar a mais ampla união cívica de todos os setores da sociedade não diretamente interessados no que ele representa e fazer pagar a estes últimos o mais alto preço político por sua manutenção. O que está em jogo não é mais apenas a sobrevivência de uma camada de assalariados, nem a dignidade da função

³⁷¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

³⁷² Depoimento de José Benedito Schneider in: (ADUNICAMP, 1991, p.27).

pública, nem mesmo o direito de greve: está em jogo o futuro da democracia neste país e a liberdade de cada um (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.14).

Outros autores também fizeram referência a essa questão conforme segue:

No contexto da ditadura militar, é preciso destacar, em particular no Estado de São Paulo, o “malufismo” como fato político que teria impulsionado setores do funcionalismo público estadual à mobilizarem-se na luta democrática travada por demais assalariados e pelas melhorias salariais” (FANTINATTI, 1998, p.124).

As greves dessa época entravam em confronto com a política econômica da ditadura e tinham uma postura anti-regime militar e anti-governo, diferenciando-se, devido a essas características, do sindicalismo que era vigente até aquele momento. O regime militar não tinha condições de impedir a realização dos movimentos grevistas devido serem greves de muita força e amplitude (BOITO JR, 1991).

A ditadura não encontra mais na repressão pura e simples um freio suficiente ao impulso do movimento operário. Fazendo greve onde não é permitido fazer greve, construindo comandos de greve e comissões de fábrica, montando piquetes, quando a estrutura sindical corporativa vigente proíbe a livre e independente organização dos trabalhadores, respondendo à repressão e à intervenção da ditadura com uma ampliação e um acirramento da mobilização. A cada greve, a cada manifestação, os trabalhadores deixam mais claro que seu movimento se dirige contra a ditadura militar e coloca a questão da sua manutenção. Nenhuma tentativa do regime de se reformar ou mudar de face, mantendo no entanto o essencial de seu aparato repressivo e de suas instituições (acenos de “abertura”, projeto de reforma partidária, projeto de “anistia”) tem conseguido estancar ou sequer enfraquecer o ascenso do movimento de massas. É a própria existência do regime que é questionada, dia após dia mais claramente, pelo combate dos trabalhadores (ADUSP, 1979).

A greve de 1979 foi única no sentido de que houve a possibilidade de unificar várias visões da universidade, dos direitos sociais e trabalhistas, os quais se opunham às visões da ditadura. Portanto, na greve de 1979 os grandes embates eram: 1º) a ditadura militar; 2º) a articulação com o funcionalismo público em nível estadual; 3º) a necessidade de se pensar um fórum que debatesse, não só a questão dos serviços públicos e a sua qualidade, mas sobretudo 4º) a questão da democracia a nível externo e interno.

Convém assinalar também que, um outro fator motivador dessa greve do funcionalismo público foi a visível deterioração dos setores da saúde, educação e da agricultura, conforme textos daquela época:

O que se nota, tanto na educação quanto na saúde, é o mesmo quadro lamentável. A deterioração dos serviços prestados gratuitamente à população e a prosperidade de empresas particulares, uns e outras funcionando às custas de uma mão-de-obra extremamente mal paga. Sem a explicitação dessa situação é impossível entender as condições em que se gerou o movimento grevista em São Paulo. Resultado de toda uma orientação da política federal, essas condições são gerais para todo o Brasil e explicam a multiplicação de greves de médicos, residentes e professores que vêm ocorrendo em

diferentes Estados. Análise semelhante poderia ser feita em relação ao setor agrícola, no qual se testemunhou, nos últimos anos, a destruição de toda uma experiência pioneira de escolas agrícolas, institutos de pesquisas e centros de prestação de serviços. Aqui, também, a privatização dos serviços públicos e a cooptação da tecno-burocracia estão no cerne do problema (DURHAM e ABUQUERQUE, 1979, p.06).

Entre 1975 e 1980, a participação das verbas destinadas a Universidades Públicas no orçamento estadual declinou de 5,10% para 3,68% do total das despesas. Os salários do corpo docente e dos funcionários se deterioraram em relação ao aumento crescente do custo de vida e, particularmente, em relação às remunerações que poderiam obter no setor privado (ADUNESP, ADUNICAMP e ADUSP, 1979).

Conforme Durhan e Albuquerque (1979), diversas associações, entre elas de moradores, mães, de professores, de fábricas, de comunidades eclesiais de base, etc, passaram a atuar com a participação efetiva das bases nas decisões dos movimentos, ou seja, novas formas associativas.

Nas antigas associações e sindicatos, a direção freqüentemente perde o controle da instituição em favor de “oposições” surgidas da base, que utilizam, com maior ou menos êxito, a arma da participação democrática contra manobras continuístas ou golpistas de dirigentes ultrapassados (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.07).

A atuação das entidades sindicais-

A CGP era composta por categorias heterogêneas e muito variadas quanto a amplitude, mobilização e experiência de ação coletiva, com pouca flexibilidade para a negociação e diminuta margem de manobra, o qual discutia tática e estratégia em reuniões públicas. O comando de greve era pautado pela inexperiência política, impulsionado pela pressão da base, o qual se propôs a enfrentar o governo, sem preocupar-se com alianças e apoios externos (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979).

Constituiu um comando de certo modo desconjuntado, preso a delegações estritas das assembléias que representava. Apesar disso, cumpriu a tarefa inaudita de comandar uma greve do funcionalismo absolutamente inédita e surpreendente, tanto pela extensão, quanto pela duração, além de promover quatro manifestações públicas de grande envergadura. A única fórmula capaz de sintetizar a natureza do movimento é a de que consiste na anti-burocracia em ação (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.8).

Nesta primeira greve, ocorreu uma atuação mais unitária entre as três universidades porque a luta era mais geral e em conjunto com o funcionalismo, ou seja, a greve de 1979 coincide com o final da ditadura, o qual é o primeiro grande movimento unificador numa época em que a UNESP era ainda, faculdades isoladas, porém todas ligadas ao poder público. Ainda em relação à questão de unificação, durante essa greve ocorreram assembléias conjuntas na UNICAMP, entre docentes e funcionários, inclusive com comandos de greve conjuntos.

A ADUNICAMP tinha convocado uma assembléia que decretou a greve de 79 e que estava reunida ali no prédio do Ciclo Básico. Dali a pouco, chegaram centenas, quase

mil funcionários, mais funcionários que professores e o pátio do Básico ficou lotado. Evidentemente, não iríamos usar a desculpa burocrática de que ‘isto aqui é uma assembléia de professores’ – não era nossa concepção – e as assembléias a partir daí ficaram conjuntas, de professores e funcionários. Isso foi um detalhe diferente porque, na USP, por exemplo, as assembléias de professores e funcionários eram separadas. Aqui, na greve de 1979, a assembléia foi conjunta e a greve também, porque eles não tinham associação, ela [a ASSUC] estava na mão da reitoria. (...) Paulo Renato assumiu no final de 1979 e houve, nas gestões seguintes [da ADUNICAMP], um esforço de desmonte dessa ligação de professores e funcionários, que viemos a recuperar só mais recentemente. (...) o pessoal ligado a Paulo Renato fez o desmonte da unidade entre trabalhador técnico-administrativo e trabalhador docente.³⁷³

Conforme discurso das lideranças sindicais, constatamos que a partir dessa greve é que o movimento do funcionalismo em geral se articulou e as diretorias das entidades foram substituídas por diretorias mais combativas.

Essa greve foi o deslanchar de todo esse movimento que, a partir daí, passou a se organizar melhor. A maioria das entidades do funcionalismo não tinham direções sindicais combativas, eram parecidas com a ASUSP, a não ser o caso do HC, que tinham ligação com partidos comunistas e tal. Foi a partir dessa greve que as oposições se formaram e que acabaram tomando as entidades dessa pelegada. Na UNICAMP também, todos nós éramos associações ajudadas pelas reitorias; que eram para vender coisas, usar o aparelho para isso. A partir dessa greve tudo mudou, inclusive no primeiro dia da greve da USP, nós resolvemos tomar o sindicato.³⁷⁴

Em 79 as associações que havia na UNESP era uma coisa eminentemente corporativa, eu diria, não tinha nada de sindical. Nessa oportunidade a gente tinha um pouco de ajuda da ASSUC e do SINTUSP, porque eles já tinham um pouco mais de organização e então a gente chamava eles para ajudarem a mobilizar. Em 1988 não precisou disso, fluiu bem. Depois teve a formação do CRUESP e aí os trabalhos tinham que ser um pouco mais integrados mesmo, no Fórum das Seis.³⁷⁵

Através da análise documental das entidades, podemos inferir que a atuação dos docentes das três universidades deu-se numa prática conjunta com os demais setores do funcionalismo público, com a utilização de piquetes e outros métodos considerados radicais.

Tanto pela sua duração como pela disposição de luta demonstrada por tão amplos setores do funcionalismo público, e mais ainda pela nossa completa identificação com os objetivos e métodos das demais categorias, esta greve é um marco na história das lutas dos professores da USP. A formação de piquetes em todos os locais de trabalho, o caráter massivo das assembléias de grevistas, a força das manifestações de rua (concentração no Palácio dos Bandeirantes, na Faculdade de Medicina, passeata pela Educação e Saúde), as formas de organização da greve, com a criação de comandos nos diversos setores, demonstraram que os funcionários públicos não mais aceitam o arrocho salarial, as péssimas condições de trabalho e a repressão ao seu direito de reivindicar e de se organizar livremente (ADUSP, 1979).

³⁷³ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.38-39.

³⁷⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

³⁷⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

A unificação entre o sindicalismo meritocrático, ou seja, dos professores universitários, com os demais setores do funcionalismo público e com o operariado, se corporificou nessa greve e os próprios professores indagaram se havia, por parte destes, uma consciência a respeito dessa unificação.

Nós entramos nessa luta juntos e determinados a ganhar. Na nossa associação independente, a ADUSP, pelo método da mobilização das bases e do controle do movimento do movimento pelas assembléias, nós demonstramos que também não aceitamos os 15 anos de arrocho aos quais fomos submetidos, que também recusamos a liquidação do ensino público e da pesquisa, que também somos trabalhadores e que com eles estamos dispostos a lutar, com os mesmos métodos e pelos mesmos objetivos. Não é por acaso que foi durante esta greve que, pela primeira vez, os professores da USP se colocaram praticamente no mesmo terreno que os trabalhadores, ao participarem da concentração do 1º de maio em São Bernardo. Não há mais como negá-lo: tivessem ou não plena consciência disto, os professores da USP, ao se lançarem, pela greve, em defesa de suas reivindicações, estavam se inscrevendo no movimento geral dos trabalhadores deste país contra as condições de vida e trabalho, contra a repressão e o arrocho impostos à população por 15 anos de ditadura (ADUSP, 1979).

Naquela época a categoria tomou nas mãos o negócio. Na greve de 79 a ASSUC era contra a greve, era o grupo que fundou a ASSUC; funcionários entraram em greve, mas dirigidos pela ADUNICAMP, junto com os docentes. Era professores, saúde, era todos os setores... o que dava a tônica era o movimento do funcionalismo, não havia diferença no movimento das universidades porque era tudo em conjunto.³⁷⁶

No que se refere à abrangência, é muito difícil quantificar a rigor o número de grevistas nas três universidades, porém nos documentos pesquisados há registros de que a adesão dos docentes foi de 100% e a adesão de funcionários 95%, portanto, uma elevada adesão das categorias.

A repressão e violência ao movimento-

Cabe salientar que foi também um movimento fortemente reprimido pela polícia militar, com deslocamento de tropas de choque, bombas de gás, imposição de depoimentos no DOPS, etc. O autoritarismo e a repressão violenta dessa época tinham um efeito de intensificação e unificação dos movimentos, já que tratava-se de combater um “inimigo” em comum.

Contrariando as leis do regime militar, varrendo os pelêgos como Sólton Borges e o CPP, afastando os burocratas e conquistando a direção da APEOESP no decorrer da greve, resistindo às ameaças de repressão, às intimidações do governador e de seus secretários, o funcionalismo paulista se colocou, durante 29 dias, ao lado dos trabalhadores, em confronto aberto contra a ditadura e as suas instituições; seus planos de arrocho e de liquidação dos serviços públicos (ADUSP, 1979).

Conforme nossa pesquisa apontou, ocorreu repressão também por parte das administrações das Universidades:

³⁷⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 12/03/2009.

Em nenhum momento as intimidações aos grevistas, as punições aos diretores do ensino médio, as convocações para depoimento no DOPS conseguiram nos desmobilizar. Ao contrário, a resposta do movimento a estas tentativas de reprimir a greve não se fez esperar: a passeata até a reitoria para exigir o fim das pressões, as reuniões conjuntas de professores e funcionários em diversas unidades para rejeitar os “relatórios de frequência”, a recusa de retirar o piquete da reitoria são uma prova (ADUSP, 1979).

Ficou evidente que o aparelho repressivo da ditadura, bem como sua recusa em negociar com os grevistas, não foram suficientes para barrar os movimentos reivindicatórios, nem para forçar uma política salarial de arrocho imposta pelo regime militar. Conforme a ADUSP (s/data), o Conselho Universitário aprovou, por unanimidade, uma moção pela reintegração automática de professores que foram punidos com base nos atos institucionais.

É importante destacar que, quando as categorias realizam os atos públicos, as passeatas, elas estão demonstrando os motivos da greve e, com isso, solicitando o apoio da sociedade, pois o movimento tem necessidade de que a população o apóie, para que não ocorra o isolamento e o desgaste deste. Devido a isso sempre procuram relacionar a greve com questões mais amplas de magnitude social, para que a sociedade se solidarize com o movimento e, com isso, obtenha-se a instalação de uma ameaça ao governo de perda de prestígio político. Através dessa politização das questões sociais, uma tendência que emerge é a possibilidade do governo atender as reivindicações, para que não ocorra seu desgaste político perante a sociedade.

Dessa forma, em 1979 o movimento grevista expandiu-se em todo o país, sendo que foram registradas 20 milhões de jornadas perdidas (NEPP apud BULHÕES, 1994). As categorias de docentes e funcionários das universidades pesquisadas tiveram uma participação massiva nesta greve, de acordo com as lideranças sindicais das entidades e análise documental. “Na USP a greve abrange professores, funcionários e alunos, apresentando um índice de paralisação em torno de 95% já no primeiro dia” (SANT’ANA, 1993, p.205). Um ato em frente ao Palácio do Governo ocorreu com mais de 15 mil funcionários (ADUSP, s/data).

Mais de duzentos mil servidores, que incluem desde faxineiros e atendentes de hospital até médicos e professores universitários, ficaram paralisados por mais de um mês, num movimento de surpreendente unidade, solidariedade e resistência. Tudo isso “é tanto mais surpreendente” porquanto se reconhece a imensa heterogeneidade, a inexistência de uma organização sólida e a absoluta inexperiência e despreparo do funcionalismo em geral para movimentos desse tipo, sem mencionar a tradição de imobilismo e conformismo que se convencionou atribuir a esse setor. Uma comoção social dessa natureza não pode, obviamente, ser explicada como simples resultado da ação de minorias, mas deve ser referida às condições sócio-econômicas e políticas que a tornaram inevitável (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.01)

A onda grevista iniciada em maio de 1978 no ABC, ampliada e acelerada este ano com a entrada em greve de mais de um milhão de trabalhadores dos mais diversos setores

(motoristas, lixeiros, professores, funcionários públicos, jornalistas), veio mudar completamente as relações entre os trabalhadores e a ditadura, pondo em cheque os seus planos, questionando suas leis, aguçando sua crise, exigindo sua queda (ADUSP, 1979).

O movimento grevista eclodiu na primeira semana de abril, sendo que na terceira semana a greve intensificou-se rapidamente, alcançando proporções inesperadas. A partir daí o movimento se mobilizava para tentar uma negociação com o Executivo, porém, o governo protelou e boicotou todas as tentativas de um acordo. Por outro lado, as ações visando uma negociação se depararam com a intransigência do governo e identificada como uma manobra política, a qual esteve presente durante todo o tempo (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p11).

(...) O governador, simultaneamente, convocava os representantes do funcionalismo para negociar, declarava à opinião pública que não concedia aumento nenhum e acionava a polícia contra os negociadores por ele convidados. A mesma intransigência e as mesmas manobras bloquearam, sucessivamente, a atuação da Comissão de Justiça e Paz, da Assembléia Legislativa e da OAB (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.11-12).

Ainda, de acordo com as autoras citadas, em nenhum momento ocorreu uma tentativa de conciliação, sendo que o governo nunca se dispôs a discutir com seriedade a situação do funcionalismo, que incluía a deterioração das condições de trabalho em prática no setor público. As manobras executadas pelo governo deixaram vir à tona a intenção de derrotar politicamente o movimento grevista, por isso realizou a tática de provocar e, ao mesmo tempo manter o impasse, protelando uma solução, forjando um clima de intranqüilidade e revolta (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979).

O prejuízo causado à população e aos próprios grevistas pela greve jamais passou pelas cogitações manifestas do governo, que não teve, frise-se uma vez mais, pressa alguma em encaminhar qualquer solução. Ao contrário, a postura do governador e do seu secretariado foi a de minimizar a extensão do movimento paredista e, mesmo, a de alardear a normalidade da situação, sob o pretexto de que os grevistas garantiam os serviços considerados vitais, ou de que as aulas não dadas seriam integralmente repostas. Levando os funcionários ao desespero por meio da protelação de qualquer expectativa de solução e da afirmação reiterada de que não haveria aumento, Maluf não deixou a menor dúvida de que viu, nesse movimento, a oportunidade de testar suas forças e revelar-se como alternativa de direita (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979, p.12).

A pauta de reivindicações e os ganhos obtidos na greve-

A reivindicação conjunta de todo o funcionalismo era 70% de reajuste, mais Cr\$ 2 mil de abono, o qual tinha como objetivo reduzir a distância entre os maiores salários e os menores. Constavam também como reivindicações: mais verbas para a educação, pelo ensino público e gratuito, pelo direito de greve e em protesto pela cassação de docentes. Este movimento grevista

foi a primeira manifestação a reunir docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas com o restante do funcionalismo público estadual. Conforme Sant’Ana, o movimento tinha como objetivo compensar a inflação sofrida em 1978, bem como a diminuição do salário real ocorrida nos últimos anos. O que facilitou a mobilização foi o fato do governo conceder reajustes salariais semestrais apenas aos trabalhadores do setor privado.

Diante do recrudescimento inflacionário, diversas categorias de trabalhadores vinham se mobilizando e conquistando reajustes salariais significativos. O funcionalismo público foi mantido fora do reajuste semestral de salários. Além do fato da extensão dessa medida significar gastos ao governo, o funcionalismo não era considerado como um setor com possibilidades de enfrentamento à política salarial definida (MAIA e MENEZES, 1998, p.101).

Esta greve teve ampla cobertura pela mídia, noticiando sua abrangência, superior a 400 mil trabalhadores³⁷⁷. Apesar da grande mobilização e repercussão na sociedade, o resultado foi parcial, pois o então governador Paulo Salim Maluf concedeu apenas um abono no valor de Cr\$ 2 mil, o que, para os funcionários com menor remuneração, significou muito. Para os servidores com maior remuneração, inclusive para os docentes, o movimento deixou um gosto de derrota, sendo que isso dividiu o funcionalismo, com uma ala satisfeita e outra se sentindo derrotada. Conforme a CGP:

Em 1979 saímos da campanha salarial com um abono que em dezembro sofreu um acréscimo de 20%, totalizando Cr\$ 2.400,00. Para quase metade da categoria que recebia os salários mais baixos, isto significou um reajuste igual ou maior do que o índice de inflação da época; para o restante, isto significou a continuidade da redução nos salários como já vinha ocorrendo nos anos anteriores. (...) o governo conseguiu dividir a categoria; isto aliado ao cansaço provocado por um mês de greve e mesmo a erros na condução do processo que fez com o movimento que se iniciara forte e corajoso, terminasse parcialmente derrotado (CGP, 1981, p.7).

Porém, essa greve foi produtiva sob outros aspectos, conforme apontou um ex-dirigente da ADUNICAMP:

O saldo político do movimento foi bastante positivo. Foram realizadas grandes assembléias, organizadas juntamente com os funcionários. Todos começavam a se conhecer. A unificação da luta salarial entre professores e funcionários foi um fato extremamente importante.³⁷⁸

Na nossa avaliação, um importante ganho da greve foi também todo o processo de organização sindical de vários setores do funcionalismo público que se desenvolveu após esse movimento, pois o aprendizado político obtido foi determinante.

³⁷⁷ Conforme noticiado: “A greve do funcionalismo público, deflagrada em abril deste ano, conseguiu a adesão de mais de quatrocentos mil servidores do Estado”... (Jornal Correio Popular, 29/07/1979).

³⁷⁸ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 1997.

Mesmo após a suspensão da greve, o governo insistiu em manter o clima de intranquilidade, recusando-se a cumprir promessas de negociação, protelando o encaminhamento do abono de Cr\$ 2 mil fixos, perseguindo³⁷⁹ as autoridades subordinadas que estiveram ausentes durante o movimento (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979).

Quanto ao processo de unificação das lutas conjuntas com o funcionalismo público, um dos principais problemas que surgiram foram as disparidades existentes entre as diversas entidades sindicais, as quais apresentavam diferentes níveis de organização e experiências. Participavam da Campanha Salarial Unificada, 44 entidades de funcionários públicos que também faziam parte da CGP (SANT'ANA, 1993).

Essa greve terminou aparentemente derrotada, porém promoveu uma visibilidade política na sociedade como um todo muito grande, a qual poderia desgastar a imagem do governo e prejudicá-lo, posteriormente na questão eleitoral.

Se a gente olha um gráfico qualquer de reajuste salarial, a gente vai ver que o pico salarial imediatamente depois de 1979 é consequência da greve. A greve terminou supostamente com uma derrota, mas a força política que ela acumulou e a consciência que ela levou pra sociedade de que os salários dos funcionários públicos como um todo, nas universidades em particular, estava absolutamente defasado, teve que ter uma resposta política pra que o mesmo desgaste não permanecesse e não trouxesse consequências eleitorais desastrosas no momento seguinte.³⁸⁰

Na USP essa greve promoveu um intenso debate interno, bem como a reflexão sobre o significado político e social do movimento grevista. Com a intenção de promover novas formas de mobilização das categorias, a ADUSP promoveu, na época, a divulgação de vários trabalhos elaborados na Universidade sobre a questão da greve e a reivindicação salarial. Alguns autores avaliaram que o movimento não foi vitorioso:

Apesar de sua evidente força numérica, apesar da determinação dos grevistas, apesar das reiteradas manifestações de massas, apesar de apoiada na mobilização crescente dos trabalhadores, nossa greve não foi vitoriosa e não conseguimos arrancar do governo as nossas reivindicações. Se uma greve tão ampla e combativa como a nossa não é interrompida pelas manobras repressivas do governo, se ela se encerra com uma passeata de vinte mil pessoas pelas ruas de São Paulo, e se ainda assim ela não nos leva à vitória, devemos procurar, no seio do próprio movimento, as causas do insucesso. Devemos deixar claras as responsabilidades das correntes e posições que, pela orientação que procuraram dar à greve, levaram o movimento a um impasse (ADUSP, 1979).

No documento acima citado, os autores referiram que faltou à greve do funcionalismo a organização democrática do movimento, a qual seria assegurada através de assembléias gerais

³⁷⁹ Maluf exonerou um renomado médico e o substituiu por um militar na direção do Hospital do Servidor Estadual, visando com isso destruir o serviço previdenciário do Estado (DURHAM e ALBUQUERQUE, 1979).

³⁸⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

unificadas, ou seja, somente com a concentração de todos os funcionários públicos para deliberar sobre a greve é que seria afirmada a mobilização.

Somente com a constituição de um comando geral de greve, a partir dos comandos locais e setoriais, estaria expressa a unidade da greve; e somente com o controle da assembléia geral sobre os representantes estaria garantida a democracia. Não conseguimos realizar a unidade, romper o isolamento entre os setores, romper nosso isolamento com a população. Aqui na USP, não conseguimos manter um contato com os estudantes. As assembléias conjuntas com os funcionários não se realizaram. Mas a responsabilidade não cabe à heterogeneidade do funcionalismo, à especificidade de cada setor: não havia divergência de interesses entre os grevistas. A responsabilidade é política e cabe em primeiro lugar à Cogepe³⁸¹. A Cogepe foi, e continuará sendo um freio à unidade e à luta dos funcionários públicos. Sua permanência significa a permanência de um aparelho imposto aos servidores de cima para baixo (ADUSP, 1979).

Após o término da greve restava ao movimento reverter os danos e perseguições praticados pela ditadura no contexto das universidades, principalmente na USP:

O primeiro desafio que a ADUSP deverá enfrentar, a luta pela reintegração à comunidade universitária de todos os professores cassados e aposentados, coloca todos estes problemas: contra a farsa do projeto de “anistia” do governo, devemos exigir a volta de todos os nossos colegas, a retomada da luta que eles levaram e que acarretou a sua punição (ADUSP, 1979).

Mesmo após essa greve as Universidades Estaduais Paulistas sofreram um descaso por parte do governo estadual com a redução de verbas, não contratação de docentes, etc, conforme ficou evidenciado em um manifesto redigido pelas entidades docentes, na época, para a população:

A UNESP, USP e UNICAMP sofrem neste momento uma crise profunda. Não estiveram imunes ao processo generalizado de perda de qualidade e desvirtuamento do ensino, nem deixaram de ser afetadas pelos efeitos negativos do regime autoritário dos últimos quinze anos. Procedeu-se ao corte substancial de verbas já consignadas na peça orçamentária de 1979 para as três Universidades. O poder aquisitivo dos salários dos professores e funcionários foi drasticamente reduzido. Proibiu-se também a contratação direta de professores e funcionários. A proposta orçamentária do Executivo paulista, referente a 1980, reduz fortemente o montante absoluto de recursos destinados à UNESP, UNICAMP e USP, demonstrando claramente que o governo procurará prolongar o ciclo do arrocho salarial já agudizado em 1979, perseverando na política de não expansão do ensino superior público e gratuito (ADUNESP, ADUNICAMP e ADUSP, 1979).

Em novembro de 1979 as entidades de docentes das três Universidades Estaduais Paulistas denunciaram publicamente na imprensa escrita a situação de calamidade em que as

³⁸¹ A Cogepe foi construída no início da campanha salarial unificada do funcionalismo público, a partir de uma proposta da Associação dos Servidores do H.C.; foi construída de cima para baixo, sem a verdadeira mobilização das bases e foi encarregada de redigir a carta de reivindicações ao Maluf. Posteriormente transformou-se em Coordenação Geral Permanente – CGP.

Universidades em questão estavam inseridas, na tentativa de buscar a solidariedade da população, conforme o trecho a seguir pontua:

Neste momento em que a sobrevivência das Universidades Estaduais de São Paulo – enquanto instituições de ensino, pesquisa e de prestação de serviços à comunidade – está seriamente comprometida, a luta por sua preservação extrapola os quadros acadêmicos, o de seus funcionários e o de seus alunos, para transformar-se em reivindicação de toda a sociedade civil (ADUNESP, ADUNICAMP e ADUSP, nov/1979).

Voltando ao panorama geral, o aumento do número de greves dos trabalhadores assalariados de classe média e o fortalecimento e ampliação do número de entidades associativas e sindicais no período da abertura política, foi resultado de um contínuo processo de exclusão econômica dessa classe (BOSCHI, 1986).

A política de salários dos trabalhadores nas universidades públicas, bem como dos demais trabalhadores durante os anos 1980, sofreu grande influência da crise da economia brasileira daquela década e também devido aos diversos planos econômicos implementados, na tentativa de contenção do processo inflacionário.

Mesmo quando o arrocho salarial não fazia parte da concepção do plano, ele acabou ocorrendo pelo fato de as medidas adotadas terem sido ineficazes no combate à inflação. Na medida em que as receitas para a estabilização, em geral, pressupunham expurgos nos índices de preços, mudanças bruscas na política salarial e rompimento de contratos, a cada plano fracassado a renda dos trabalhadores se recompôs em um patamar mais baixo (DIEESE, 1995, p.23)

Durante esse período inflacionário em que havia uma contenção momentânea da inflação, ocorreu um processo de corrosão dos salários, visto que a grande maioria dos trabalhadores não dispunha de alternativas de proteção e manutenção da renda.

Em 1980 o governo mudou de tática e com estardalhaço anunciou o “aumento” de 56,25%, quando a inflação no período tinha sido da ordem de 83%. Uma perda de 27%, mas muita gente achou que no ano anterior tinha sido pior e com medo de partir para a luta engoliu o que veio. O resultado foi sentido já a partir de outubro quando o reajuste já havia sido engolido pela inflação (CGP, 1981, p.7).

A partir de 1981 o país entrou numa profunda crise com recessão, desemprego e inflação crescente, devido aos organismos internacionais terem pressionado o governo a adotar políticas restritivas para a geração de saldos e pagamento da dívida externa (CARDOSO, 1999b). Na época ocorreram manifestações populares contra a política econômica em todo o país.

Os servidores das universidades públicas vinham enfrentando a corrosão gradativa de seus salários, os quais sempre eram reajustados anualmente com índices abaixo da inflação. Sendo assim, as assembleias enfatizaram a necessidade de implantação do reajuste semestral para o funcionalismo público, a exemplo de outras categorias de trabalhadores.

Em 17 de outubro de 1981 o governador Paulo Maluf decretou uma intervenção na UNICAMP, a qual teve repercussão internacional e cujo objetivo era barrar o processo de democratização da Universidade. Na ocasião foram exonerados oito diretores de institutos e demitidos quatorze funcionários. Essa intervenção duraria seis meses e durante esse período docentes, funcionários e alunos realizaram uma “greve de ocupação” em todo o campus na tentativa de impedir a invasão pelos militares e pelos interventores, sendo que as assembleias aglutinavam cerca de 4 mil pessoas.

Os interventores eram recebidos com vaias, cartazes, cortejos e piadas. Uns tinham que passar por corredores poloneses em cujo trajeto ouviam certamente algo bem diferente do que lhes tinha sido antecipado por quem os convidara. Alguns desistiram de ocupar seus cargos, outros apenas vieram para cumprir a formalidade da posse e não mais apareceram. O protesto congregou [inclusive] docentes de todas as tendências ideológicas. Uniu-os o fato de serem professores desrespeitados por um Estado que intervinha em um debate interno para impor uma decisão arbitrária (ADUNICAMP, 2002).

Nessa época foi criada a Comissão de Defesa da Universidade com representantes de docentes, funcionários e alunos. Dia 19 de outubro os funcionários, docentes e alunos iniciaram uma greve por três dias e em seguida decretaram o “estado de mobilização permanente” que duraria cerca de seis meses. Conforme segue: “Lacramos todas as salas, fechamos a Universidade para os interventores não entrarem³⁸²”. No dia 21 de outubro foi realizada uma passeata no centro de Campinas com mais de três mil pessoas, na busca pela solidariedade e apoio da população contra a intervenção.

[Nenhum] estudante ou professor entrou em sala de aula, assim como a maioria dos funcionários também não entraram em suas repartições, a não ser para bater o ponto.(...) Uma parte de professores e estudantes usaram tarjas negras em sinal de luto. As paredes dos prédios logo foram cobertas de faixas com palavras de ordem e repúdio à demissão dos funcionários e exoneração dos professores (CORREIO POPULAR, 20/10/1981 apud ADUNICAMP, 1991, p.54).

O golpe malufista tumultuou profundamente a UNICAMP, sendo que a truculência do governo ao ferir a dignidade e os direitos das pessoas, foi um fator determinante para a mobilização e aglutinação das categorias universitárias.

Após seis meses desse “estado de mobilização permanente”, com a ocupação da universidade, uma ala dos docentes fez um acordo com o governo e o nome do Pinotti foi indicado para a lista de candidatos a reitor, finalizando o período conhecido como “greve da intervenção”.

³⁸² Depoimento de Jurandir F. R. Fernandes (ADUNICAMP, 1991).

Foi um processo semi-surrecional aqui na UNICAMP, onde a mobilização é plena, vigorosa, você não consegue distinguir quem é vanguarda, quem é massa. Você vai conversar gerações depois e as pessoas se lembram e falam: “*eu estava lá*” e se orgulham de ter estado lá, se orgulham de, naquela época, ter feito parte daquele movimento, porque foi um movimento onde havia um negócio justo, a pessoa se sentia fazendo justiça com as próprias mãos, era uma bandeira... todas as autoridades estavam no ostracismo.³⁸³

O movimento estava começando a perder sua força, pois o governo Maluf não se preocupava com a Universidade, com a qualidade do ensino, sendo a sua única preocupação a popularidade em termos de voto. O movimento era resistente e você via isso nas assembléias que no começo contava com 3.000 participantes. Todavia com o passar do tempo os docentes e os servidores técnico-administrativos estavam se cansando. Os antigos diretores não voltaram às direções, mas os interventores também não puderam assumir devido à força do movimento. Maluf não indicaria ninguém da lista da comunidade porque isso para ele seria uma derrota, logo a saída Pinotti foi a possível.³⁸⁴

Em outra pesquisa (Granzotto, 2002) e também no decorrer desta pesquisa, ficou claro que a categoria docente ainda “amarga” essa negociação do “acordo Pinotti”, conforme a fala dos entrevistados:

Essa mediação virou fruto prá muita gente, as pessoas esquecem; mas é importante retomar quem foi intermediário nos acordos naquela época, o que estão fazendo hoje... quem são os beneficiários desse momento em que havia um conflito e o acordo foi feito em nome da Universidade, sem que a Universidade estivesse disposta exatamente àquele tipo de acordo. Seria importante que as pessoas soubessem quem são e onde estão hoje, aqui na Universidade.³⁸⁵

O famoso 70, 15, 15 da eleição pra reitor foi um conchavão entre o Pinotti e o presidente da ADUNICAMP, o Renato Atílio Jorge. O Pinotti era o 12º da lista. Na sexta-feira antes do carnaval, a polícia ocupou Barão Geraldo, eles conseguiram botar 100 professores e uns 200 funcionários e o Conselho Universitário já tinha feito conchavo com Maluf e indicou o Pinotti, que depois indicou o Paulo Renato.³⁸⁶

As características do período são o resgate da função primordial dos sindicatos de defesa dos salários e a construção da estratégia de greve como mecanismo de reconquista da cidadania política. A política salarial de 1983 reduziu os salários reais sendo que as perdas salariais entre 1979 e 1984 foram muito acentuadas em 1983, principalmente a partir do segundo semestre (NORONHA, 1991).

No panorama nacional, a partir de 1983, ocorreu uma nova onda de lutas sociais com um forte protesto da população desempregada, a qual praticou, além de muitas manifestações públicas, inúmeros saques no comércio de alimentação. Nesta época os movimentos foram

³⁸³ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 12/03/2009.

³⁸⁴ Depoimento de Renato Atílio Jorge, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.66.

³⁸⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em pesquisa anterior (2002).

³⁸⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

contra a política do governo e os pacotes econômicos, os quais, subordinados aos ditames do FMI, voltaram a arrochar os salários. O governo impôs os decretos contra a classe assalariada, porém alguns setores do operariado conquistaram, com as greves, reajustes acima do percentual estabelecido (SADER, 1986). Neste período, para os assalariados de classe média, ocorria o arrocho salarial com a corrida inflacionária sendo que a inflação passou de 211% em 1983 para 223% em 1984, atingindo 235% em 1985 (LEITE, 1987).

Em 1984 as greves, tanto nas universidades, quanto a nível nacional, continuaram em processo crescente e acumularam também a campanha nacional pelas eleições “diretas já”³⁸⁷ para a presidência da República, numa clara e oportuna manifestação de afirmação da cidadania.

A massividade das manifestações pelas diretas corroe definitivamente as bases do regime militar e retirou de seus homens todo poder de iniciativa. Com isso podemos dizer que, nesse sentido, as lutas dos trabalhadores alteraram o rumo da transição. Mas não o fizeram diretamente e segundo os seus desígnios (SADER, 1986, p.25).

A crise econômica perdurou por toda a década de 1980 e os movimentos contestatórios e grevistas, reprimidos anteriormente, pretendiam manter o poder de compra dos salários.

De acordo com os documentos pesquisados nas entidades de docentes e funcionários, ocorreu no período em questão, inúmeras paralisações de docentes e funcionários, conforme ilustra a tabela a seguir:

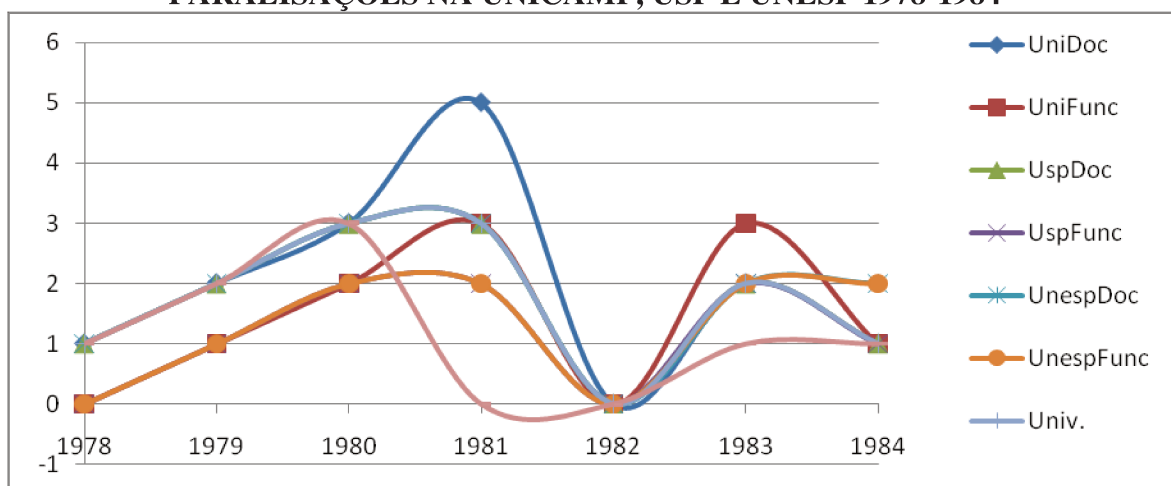
TABELA 14

NÚMERO DE PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1978 - 1984

Período	UNICAMP		USP		UNESP		Paralisações conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1978 a 1984								
1978	1	-	1	-	1	-	1	1
1979	2	1	2	1	2	1	2	2
1980	3	2	3	2	3	2	3	3
1981	5	3	3	2	3	2	3	-
1982	1	-	1	-	1	-	-	1
1983	2	3	2	2	2	2	2	1
1984	2	2	2	2	3	2	1	1
Total	16	11	14	9	15	9	12	9

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 28
PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1978-1984



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Conforme a tabela 14 e o gráfico acima, podemos verificar que os anos de 1980 e 1981 foram os anos de maior mobilização da categoria dos docentes das três universidades e em 1981

³⁸⁷ Em São Paulo, no dia 16/04/1984, 2 milhões de pessoas exigem em uma só voz: "Diretas já" (ADUNICAMP, 1991, p.110).

de funcionários da UNICAMP. Não encontramos registro de paralisações de funcionários no ano de 1982. A UNICAMP foi a universidade com o maior número de paralisações do período em questão, seguida pela UNESP e USP.

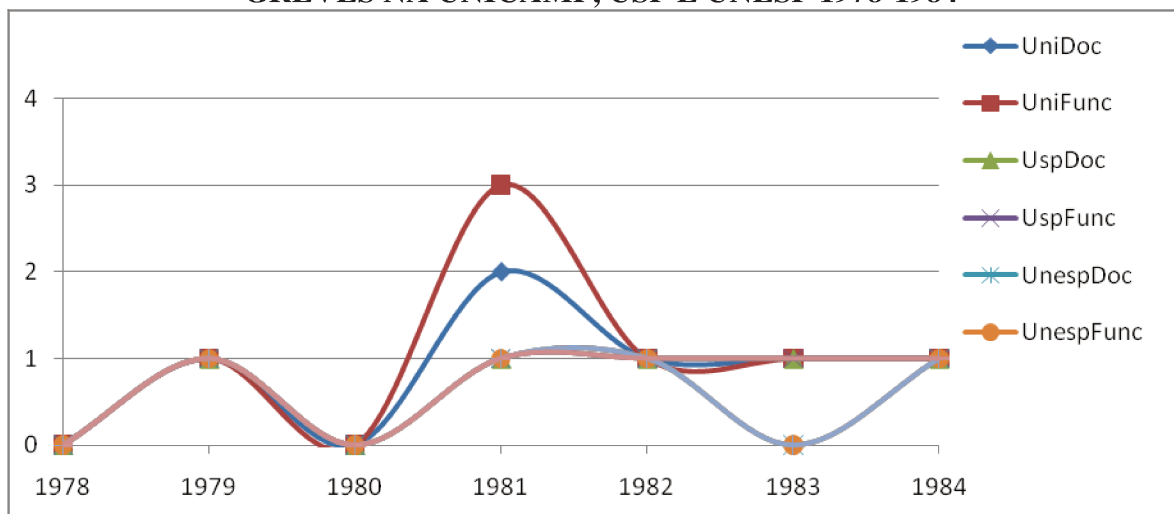
O número de greves realizadas pelas categorias, no período, segue abaixo:

TABELA 15

NÚMERO DE GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1978 – 1984								
Período	UNICAMP		USP		UNESP		Greves conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1978 a 1984								
1978	-	-	-	-	-	-	-	-
1979	1	1	1	1	1	1	1	1
1980	-	-	-	-	-	-	-	-
1981	2	3	1	1	1	1	1	1
1982	1	1	1	1	1	1	1	1
1983	1	1	1	1	-	-	-	1
1984	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	6	7	5	5	4	4	4	5

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 29
GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1978-1984



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Em relação ao número de greves, de acordo com a tabela 15 e o gráfico 29, a UNICAMP novamente registrou mais movimentos no ano de 1981, porém no ano de 1983, o qual apresentou uma forte recessão econômica, apenas na USP e na UNICAMP as categorias utilizaram a ação grevista. A greve ocorrida em 1984 teve a duração de 25 dias. Não há registro de nenhum movimento grevista no ano de 1978 e 1980.

No período em questão a média de dias parados em cada universidade e categoria foi a seguinte: UNICAMP 21,5 e 20,5 para docentes e funcionários respectivamente. USP: 23,2 para ambas categorias e UNESP: 24,7 para ambas categorias.

Nas Universidades, o período é caracterizado por uma atuação reivindicativa salarial, pelas liberdades democráticas e contra a ditadura e governo estadual. Foi um período em que a UNICAMP apresentou um alto grau de politização e mobilização, que se deu em virtude da fase de institucionalização da Universidade e também devido à intervenção do governador Paulo Maluf. O “estado de mobilização permanente” em 1981 foi contabilizado como greve pois foram as categorias de docentes, funcionários e alunos que comandaram a universidade, conforme depoimento abaixo:

Na intervenção do Maluf a Universidade foi gerida pela comunidade; não tinha reitor, não tinha diretor, não tinha nada; eram três categorias: alunos, professores e funcionários. Quem falava éramos nós, era o comando de greve (Reginaldo Bispo Pereira apud GRANZOTTO, 2002, p.58).

Mas não bastava apenas repudiar, quase que festivamente, os interventores. Era preciso organizar a resistência. Decretar greve? Contra esta posição dos funcionários e estudantes, a ADUNICAMP propôs, e ganhou, o “estado de mobilização permanente”, para prosseguir normalmente as atividades. Mutirões foram organizados para manter em funcionamento os setores infra-estruturais: restaurante, administração, etc. Os esforços concentraram-se basicamente nos trabalhos de resistência, coordenada pela Comissão de Defesa da Universidade (CDU) (ADUNICAMP, 1991, p.58)

7.1.2 - Período de 1985 a 1989-

O segundo período se inicia no ano de 1985 e perdura até 1989 e é o período que ficou conhecido como da Nova República, tendo ocorrido em 1988 a promulgação da Constituição Federal, com importantes conquistas sociais.

É importante destacar que neste período ocorreu a evasão de muitos docentes, conforme foi notificado em documento da época:

As universidades estaduais paulistas estão seriamente ameaçadas pela evasão de seus professores. Considerando que estas são as responsáveis pela maior parte da pesquisa e formação de profissionais qualificados, configura-se uma situação extremamente grave,

capaz de por em risco a capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico do país (ADUNICAMP, 1985).

No ano de 1986 foi implantado no país o Plano Cruzado, tendo-se observado a redução dos protestos e mobilizações. Quando o plano fracassou, o movimento docente e sindical ressurgiu, sendo que em 1987 as greves explodem no setor público (MAIA e MENEZES, 1998).

“A inflação explosiva e as tentativas frustradas de domá-la baseadas na contenção dos salários foram combustíveis poderosos num ambiente bastante favorável à ação de massa. Para dizer de outro modo: domar a inflação foi uma das razões de Estado nos anos 1980. Nesse ambiente, greves e protestos contra planos econômicos politizaram-se imediatamente como movimentos contra o governo” (CARDOSO, 2003).

Vale ressaltar que a greve geral de 12 de dezembro de 1986³⁸⁸, a qual mobilizou diversas categorias funcionais, configurou-se num momento de grande insatisfação popular em relação à política econômica adotada na época, resultando na implantação do Plano Cruzado II³⁸⁹. O governo Sarney, na tentativa de impedir a greve geral, colocou as Forças Armadas para impedir o movimento, mas, com a grande mobilização popular, o governo viu-se obrigado a convocar os sindicatos para negociar o Pacto Social.

De acordo com Noronha (1991), no final de 1986 o gatilho salarial foi acionado pela primeira vez e, no ano seguinte, ocorreram várias propostas para extinguir ou alterar esse mecanismo.

No primeiro semestre de 1987 ocorreu a ameaça de extinção do gatilho salarial e isso revoltou os trabalhadores das universidades, que iniciaram uma crescente mobilização, juntamente com o funcionalismo público. Em abril de 1987, cerca de 25 mil pessoas realizaram uma concentração em frente o Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, a fim de reivindicar o gatilho salarial, o qual foi sancionado por lei pelo governo Montoro e, cuja lei, o governo Quéricia não cumpriu (ADUNICAMP, 2007).

Em maio de 1987 as universidades estaduais paulistas entraram em greve reivindicando o pagamento do gatilho salarial em conjunto com o funcionalismo público, tendo sido uma greve com ampla abrangência. Conforme Boito Jr. (1994b):

“O período foi marcado pelas greves gerais nacionais contra os sucessivos pacotes econômicos do governo, bem como por ações unificadas no sindicalismo dos

³⁸⁸ A adesão à greve geral foi de aproximadamente 10 milhões de trabalhadores, segundo o SNI; 9 milhões de acordo com a mídia e 25 milhões segundo a CUT (Noronha, 1991).

³⁸⁹ O Plano Cruzado II foi implantado em dezembro de 1986 e promoveu a deterioração da balança comercial e rolagem das dívidas interna e externa (ADUNICAMP, 1986). Conhecido como Plano Bresser, extinguiu o gatilho salarial, instalando a livre negociação de salário.

funcionários públicos, como a greve geral do funcionalismo público do Estado de São Paulo pelo pagamento do gatilho salarial em 1987” (p.25).

De acordo com esse autor, a tendência dominante no período foi a unificação do movimento sindical contra a política de salários implementada pelo governo, a qual era pertencente a uma atuação política desenvolvimentista de tipo excludente.

“Na época as greves [na Unicamp] eram dirigidas mais pela oposição [do STU] porque o Miguel era uma liderança e havia mobilização; teve greve em 1986, 1987, 1988, 1989 e a ASSUC não conseguia impedir, ela ia... e no fim acabava dando apoio. A grande liderança da época era o Clóvis Garcia, o Miguel era trabalhador de obras. Tinha greve vaca brava que o Clóvis peitava as chefias e mandava parar. Hoje diminuiu bastante, tem só a parte administrativa”.³⁹⁰

Em 18/11/1987 os docentes e funcionários das três universidades, juntamente com o funcionalismo público estadual realizaram outra greve, agora com a duração de sete dias, reivindicando um reajuste de 86,44%. Na época a negociação era realizada entre o governo estadual e o “Grupo dos 19”³⁹¹, o qual representava 34 entidades de todos os setores do funcionalismo público estadual. Em 24 de agosto do mesmo ano o “Grupo dos 19” organizou uma grande manifestação intitulada “Dia Nacional de Luta do Funcionalismo”, a qual reivindicava o pagamento da URP³⁹², reposição das perdas salariais de 1987 e 1988 e pelo melhor salário do governo Quéricia, ou seja, de janeiro/1987.

O Plano Cruzado, na época, funcionou como um acordo entre o governo e a população, sendo que os partidos e líderes políticos sindicais haviam sido excluídos. Como política de estabilização de preços, o fôlego do Plano Bresser foi curto. Conforme Noronha:

Desde o final de 1987 e claramente a partir de 1988, com o aumento das taxas inflacionárias, o conflito distributivo assumiu maiores dimensões e as políticas econômicas e tentativas de “pacto” pareciam apenas esperar, precocemente, o fim do Governo Sarney. (...) Em 1987 o número de greves atingiu seu recorde (2.188), bem como o de jornadas não trabalhadas (132 milhões). (...) os servidores estaduais foram os principais grupos grevistas em 1987, cujas 277 paralisações implicaram a perda de quase 60 milhões de jornadas (NORONHA, 1991, p.116,117, 119).

No ano de 1988 a ADUSP redigiu uma proposta para o governo Quéricia, a qual foi endossada por várias entidades do funcionalismo público, que implicava em reajustes mensais de salários, de acordo com uma fórmula que englobava as variações do ICMS e índice do custo de vida (ADUSP, 2008).

³⁹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

³⁹¹ O Grupo dos 19 era composto pelas seguintes entidades: ASSES, AFIB, ASSOCEA, ASSOSIP, ASSUC, ADUSP, ADUNICAMP, ASHCRP, ASHC, AFIAMSPE, ASSUCEN, APASE, CPP, UDEMO, AFUSE, APEOESP, ASATI, ASUSP, ADUNESP (dados extraídos do Relatório da reunião da ADUSP ocorrida em 21/07/1987).

É importante ressaltar que todas as greves realizadas até a Constituição de 1988 foram greves ilegais, já que o funcionalismo público não tinha, até então, o direito por lei de realizar greves. A greve de 1988 das Universidades Estaduais Paulistas, conhecida como a greve da autonomia, será analisada na seqüência.

Análise da “greve da autonomia” – 1988.

As causas da greve e suas características.

Cabe agora discorrermos sobre os antecedentes que motivaram essa greve. Em 1987, com a extinção do gatilho salarial, o governo criou a Unidade de Referência de Preços, a qual era um indexador automático de salários, sendo assim, o salário seria calculado em URPs, convertidas em cruzado novo na data do pagamento. Porém, como esse indexador não foi objeto de lei estadual, o governo não queria estendê-lo ao funcionalismo público estadual e, com isso, a mobilização das categorias teve início em junho de 1988 (ADUNICAMP, 2002).

Foi assim que ocorreu uma das mais longas greves de docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas, conhecida como a “greve da autonomia”, a qual teve início em 14 de setembro de 1988 abrangendo também diversos setores do funcionalismo público. Consta nos documentos pesquisados que a paralisação durou setenta dias, com exceção dos docentes da USP, que permaneceram em greve de 21/09 a 16/11/1988.

Essa greve traz o embate muito forte com o governo truculento de Orestes Quécia, uma idéia de se pensar a luta mais coletivamente, com o funcionalismo público, os resquícios da ditadura militar ainda, porém com os ares da democracia muito fortemente colocada na sociedade.

A greve teve um impacto político muito acentuado e durante essa greve, em dezembro de 1988, teve início uma campanha denominada “S.O.S. Universidade”, a qual obteve grande repercussão na mídia, pois tratava-se de realizar atos públicos a fim de defender a universidade pública e evitar o seu sucateamento e a sua privatização.

O sentimento de indignação move muito as pessoas. Movimentos como o SOS Universidade sempre foram muito ricos aqui dentro, são momentos nos quais, em 24 horas, consolida-se uma luta que, às vezes, você leva vinte anos para construir. Um momento que condensa a experiência social muito fortemente.³⁹³

³⁹² A URP reajustava os salários com o Plano Bresser e era provisória, prevendo a livre negociação salarial.

³⁹³ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.84.

Essa greve, como a de 1979, também foi uma greve com mobilização e participação homogênea entre as três universidades, a qual acabou redundando posteriormente, no decreto³⁹⁴ da autonomia de gestão administrativa e financeira, com o repasse de 8,54% da arrecadação do ICMS do estado, o que propiciou a implementação de políticas que, em grande medida, contribuíram muito para o desenvolvimento das três universidades. Porém, na época o repasse de percentual era insuficiente para a manutenção das universidades, conforme citações abaixo:

“O Quércia pra se livrar da gente, decretou a autonomia com um orçamento que não dava pra pagar o salário no mês seguinte”.³⁹⁵

Paulo Renato [o reitor] estava viajando e, depois de um certo tempo de greve, veio e tentou desmontá-la, convocando uma reunião de professores, para tentar mostrar que ela estava atrapalhando. Não teve jeito e, novamente, ele negociou com Quércia a chamada autonomia da Universidade. Negociou baixo porque o percentual de ICMS era insuficiente e isso ficou um pouco mascarado pela inflação, durante algum tempo, mas era insuficiente.³⁹⁶

Ele [Paulo Renato] estava visitando Bolonha e nós estávamos em uma greve pesada aqui. Sua equipe o alertou de que a coisa estava pesada e ele, ainda em Bolonha, convocou uma reunião com todos os professores. E o que aconteceu? Tínhamos feito, de manhã, uma assembléia com 300 pessoas. Quando ele chegou, não sabia o que ia acontecer, foi lá, falou, passou um monte de transparências e a claque que levou não ousou bater palmas, diante do silêncio. Bastaram duas falas. Duas falas e ele saiu com o rabo entre as pernas porque, simplesmente, tinha feito uma das maiores assembléias da gente. De manhã, havia 300 e, de tarde, 650.³⁹⁷

Dessa forma o governo concedeu a autonomia às universidades como uma jogada de mestre, ou seja, como uma estratégia para desmantelar, não só a articulação mais geral do funcionalismo público, mas levar para as universidades a responsabilidade de gestão dos recursos financeiros, impondo uma situação inusitada e nova.

“Anteriormente havia maior mobilidade nas negociações com a possibilidade de repasse de verbas. Agora, com a vinculação da verba ao ICMS, o Estado se desobriga em relação às demandas das universidades. É necessário ter uma margem de manobra para negociação”.³⁹⁸

³⁹⁴ LDO 1989 – decreto nº 29.598/89 define 8,4% da arrecadação do ICMS. Na LDO de 1991 houve ampliação para 9% e na LDO de 1994 a ampliação foi para 9,57% perdurando até nossos dias. A reivindicação histórica do Fórum das Seis é pelo percentual de 11,6% do ICMS.

³⁹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

³⁹⁶ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.42.

³⁹⁷ Depoimento de Edmundo Fernandes Dias, extraído de ADUNICAMP, 2002, p. 84.

³⁹⁸ Depoimento de Helena de Freitas extraído de ADUNICAMP, 1997, p.18).

A atuação das entidades sindicais e a repressão ao movimento.

A organização da greve nas três universidades, era feita através de um trabalho organizativo nos locais de trabalho, através dos “representantes de base”, configurando um sindicalismo enraizado nas bases, sendo comandada a greve pelo “Grupo dos 19” do funcionalismo público.

Ocorreram muitas manifestações e passeatas das categorias em conjunto com o funcionalismo público durante todo o período de greve, inclusive o lançamento da campanha SOS Universidade ocorrido em 18 de outubro.

Depois de um mês de movimento, aproximadamente 600 pessoas – a maioria docentes e funcionários das três Universidades estaduais paulistas – participaram do lançamento da campanha “SOS Universidade”, que ocorreu no Centro de Convenções da USP (ADUNICAMP, 1997, p.17).

Em outros anos a conjuntura facilitou, na greve de 1988 por exemplo, naquele momento nós tínhamos uma contestação maior pelos trabalhadores; não era só aqui em São Paulo, era no Brasil, nós tínhamos uma discussão que acontecia entre os trabalhadores que era impulsionada por vários setores da sociedade, que inclusive resultou na Constituição de 1988; então temos toda uma questão política que permeia, num dado momento, o movimento sindical.³⁹⁹

Devido ter ocorrido muitas manifestações unificadas com o funcionalismo público, durante um ato de protesto, que aconteceria diante do Palácio dos Bandeirantes, o movimento foi duramente reprimido pela PM (em 27 de outubro). O governador Orestes Quécia colocou a tropa de choque da Polícia Militar para agredir os manifestantes com cavalos e bombas de gás, deixando um funcionário da USP em coma e ferindo outros⁴⁰⁰. Para justificar a violência através da cavalaria, o governo alegou que os manifestantes teriam agredido os cavalos (ADUNICAMP, 2002).

Eu participei dessa greve de 1988, participei das manifestações que aconteceram no Palácio dos Bandeirantes, onde a gente enfrentou a polícia, onde você tinha uma participação docente significativa. Eu me lembro que foi uma luta muito clara por questão salarial, mas também em defesa da universidade. Tudo isso estava acoplado ao momento histórico que a gente vivia, participação da luta democrática mais geral e esse contexto maior influenciou as universidades, em especial a UNESP, que viveu seu processo de democratização. Aqui a gente teve uma luta muito intensa na questão da construção do novo estatuto da UNESP, eleição direta pra reitor, novas experiências institucionais que foram fruto dessa luta, desse momento histórico.⁴⁰¹

A repressão violenta, com a agressão de funcionários, professores e docentes, durante manifestações ocorridas em São Paulo, foi a resposta mais contundente dada pelo governo Quécia, num primeiro momento, à campanha SOS Universidade. A proteção

³⁹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

⁴⁰⁰ A manifestação ocorreu dia 27/10/88 em frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

⁴⁰¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

das negociações por parte do governo e a aproximação do final do semestre letivo provocaram um desgaste na greve, que foi suspensa em 22 de novembro (ADUNICAMP, 1997, p.17).

O mecanismo de repressão utilizado pelo governo também foi a intransigência nas negociações com o objetivo de desgastar o movimento, conforme segue:

A posição dura e intransigente do governo Quéricia em relação às reivindicações do funcionalismo é anterior a esta campanha salarial. Nesta campanha tal posição se fez notar “nas negociações” anteriores à greve, bem como em todos os acontecimentos que se seguiram e que envolveram a greve das Universidades. O governo, na verdade, não negociou com o movimento mesmo quando foi indicado um “negociador” oficial na figura do Secretário de Ciência e Tecnologia (ADUNESP, 1988, p.2).

No que se refere à abrangência, consta nos documentos da USP que a adesão nessa greve atingiu 90% da Universidade, incluindo funcionários e docentes (USP, 2004).

A respeito da dimensão política da greve, cabe ressaltar que o Ato Público “SOS Universidade”, aglutinou cerca de 12.000 manifestantes e, acredita-se que foi devido à greve, que o governo decretaria, mais tarde, a autonomia universitária. A característica fundamental dessa greve é que ela se constituiu num movimento contra o desmonte das Universidades públicas paulistas praticado pelo governo do estado de São Paulo.

A USP, a UNICAMP e a UNESP, através de atos públicos denominados “SOS Universidade”, articulados por suas entidades representativas de docentes, funcionários e estudantes, conseguiram articular um amplo movimento envolvendo os diferentes segmentos da sociedade civil, na defesa de um patrimônio construído historicamente e ameaçado pela insensibilidade e clientelismo de um governo estadual descomprometido com a educação e o ensino públicos (FREITAS, 1991).

A pauta de reivindicações e os ganhos obtidos na greve-

As reivindicações constavam de: 85% de reajuste salarial, pagamento da URP em novembro e dezembro, reposição das perdas salariais, e a formação de uma comissão partidária para discutir a política salarial a partir de janeiro de 1989. Ao final do movimento obteve-se 80% de reajuste, mais 15% de reajuste em novembro e mais 15% de reajuste em dezembro. O governo também propõe comissões para o funcionalismo e para as universidades em separado para a discussão da política salarial, numa clara intenção de divisão da organização do funcionalismo público. Porém, as reivindicações desse movimento não se limitaram somente à reposição salarial:

O atual quadro de dificuldades exige empenho redobrado. A nossa luta não se restringe a uma questão de ordem salarial. É muito mais uma forma de resistência à política de sucateamento dos recursos públicos e à destruição da Universidade. A soberania nacional e a nossa independência econômica, cultural e tecnológica estão intimamente

ligadas ao desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso país. E nesse contexto as Universidades Estaduais Paulistas ocupam posição relevante. Daí a nossa responsabilidade pela defesa intransigente desse que é o maior patrimônio cultural e científico da Nação (ADUNESP, 1988, p.1).

Configurou-se numa importante conquista dessa greve, a substituição dos reajustes trimestrais pelos mensais, que naquela ocasião já eram um direito da classe trabalhadora. Houve o delineamento de uma proposta de política salarial para os reajustes mensais na comissão paritária de negociação entre o governo e o funcionalismo, a qual definiria os reajustes mensais de acordo com o índice acumulado de inflação, bem como do aumento acumulado do ICMS, possibilitando uma recomposição do salário quando a arrecadação melhorasse. As possíveis perdas e outras reivindicações seriam negociadas na data-base (ADUSP, 1991). O reajuste salarial acumulado no período entre outubro de 1988 a janeiro de 1989 foi de 280%, contra uma inflação da ordem de 170%, sendo que o salário de janeiro de 1989 constituiu-se em referência para os anos seguintes (FÓRUM DAS SEIS, 1996, p.1).

Se olharmos do ponto de vista das reivindicações, fica claro o aspecto corporativista de ganhos salariais, porém, essa é uma característica que se justifica devido às perdas salariais impostas a essas categorias. Porém, cabe salientar que, em relação às três universidades, somada a essa questão dos salários defasados, a greve também possui uma dimensão política, devido ao caráter de luta contra o sucateamento da universidade pública e pela tentativa de se obter mecanismos de administração universitária com alguma autonomia.

Em fevereiro de 1989 foi publicado o decreto nº 29.598, que concedeu a Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Paulistas, sendo que, nessa época, as questões salariais passaram a ser negociadas entre o CRUESP e as associações de docentes.

Durante os anos de autoritarismo foi grande a ingerência e centralização do Estado nas questões administrativas, políticas e acadêmicas da Universidade, traduzidas em limitações para a gestão financeira autônoma, com prejuízos e inconveniências graves para o ensino e a pesquisa; em danosas barreiras interpostas à autodeterminação política e acadêmica, com incessante clima de tensão. Daí ter se travado, no interior da Universidade uma luta sem tréguas contra todos os imperativos que estrangulam a autonomia universitária, culminando com a conquista do preceito constitucional desta autonomia (VIEITEZ e LODI, 1991).

A concessão da autonomia universitária permitiu que as Universidades Estaduais Paulistas usufruíssem de um contexto diferenciado, se comparado aos demais setores do funcionalismo público, os quais permaneceram por vários períodos sem reajustes salariais.

Ainda em relação à autonomia, o governo Quéricia praticou um golpe contra a Universidade, pois concedeu um percentual diminuto e conseguiu desligar os movimentos universitários, que “puxavam” as campanhas salariais, do conjunto do funcionalismo público.

O governo Quéricia, reconhecendo a força e liderança das universidades no movimento e pretendendo isolar as associações de docentes das três universidades estaduais paulistas das demais entidades do funcionalismo público editou, em fevereiro de 1989, o decreto-lei que deu autonomia de gestão financeira às universidades estaduais, com repasse de 8,4% da cota parte estadual do ICMS para as três universidades: USP, UNESP e UNICAMP (ADUSP, 2008).

De fato, o percentual fixado na época para o custeio e pagamento de salários das três universidades, era menor do que o governo repassava até então. Um outro dado relevante é que o decreto de autonomia das três Universidades Paulistas ainda não foi regulamentado como lei estadual, há uma razoável consolidação apenas de ordem política, porém não de forma constitucional.

Um dos fatos que presenciei nos três anos em que estive como reitor é que se tenta, de uma maneira titânica, constitucionalizar os 9,57% do ICMS a que fazem jus as Universidades paulistas para sua manutenção financeira e não se consegue essa constitucionalização. E isso é explorado continuamente pelas forças políticas mais atrasadas do Estado, que dizem que as Universidades gastam demais e precisariam, ao contrário, ter sua autonomia reduzida, bem como suas verbas e liberdade de ação. É absolutamente indispensável que a Universidade seja autônoma. A autonomia das Universidades é uma experiência mundial e nos poucos exemplos existentes no Brasil, que são as Universidades públicas paulistas, deram frutos muito positivos.⁴⁰²

De acordo com Chauí (2003a), para que se tenha autonomia com caráter público e democrático, é necessário ocorrer o debate dos orçamentos por toda a comunidade universitária, conforme o modelo do orçamento participativo. Ela só será real se a universidade recuperar o poder e empenho quanto a definir suas próprias opções e prioridades de pesquisa, ao invés de submeter-se às demandas das agências de fomento.

A autonomia deve ser pensada, como autodeterminação das políticas acadêmicas, dos projetos e metas das instituições universitárias e da autônoma condução administrativa, financeira e patrimonial. A autonomia é entendida em três sentidos principais: a) como autonomia institucional ou de políticas acadêmicas (autonomia em relação aos governos); b) como autonomia intelectual (em relação a credos religiosos, partidos políticos, ideologia estatal, imposições empresariais e financeiras); c) como autonomia da gestão financeira (CHAUI, 2003a, p.12).

Em março de 1989, os docentes das três universidades em conjunto com o funcionalismo público estadual paralisaram as atividades aderindo à greve geral cuja reivindicação era: contra o Plano Verão, pela recuperação das perdas salariais, pelo real congelamento de preços, contra a

⁴⁰² Depoimento de Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, extraído de ADUNICAMP, 2002, p. 102.

recessão e o desemprego e o não pagamento da dívida externa. Os resultados do movimento foram: nova política salarial do governo federal com reajuste mensal de salário, com reposição a cada três meses de acordo com a data base de cada categoria. Conforme Noronha:

A década de 80 foi marcada pela estagnação do crescimento econômico, afetando particularmente a produção industrial, pela instabilidade das políticas econômicas e das regras de correção salarial, e pela utilização de mecanismos de controle da inflação que redundaram na queda do poder aquisitivo dos salários (NORONHA, 1991, p.124).

Em termos de salário anual médio, um novo arrocho de cerca de 30% foi imposto às categorias das três universidades, entre o final da década de 80 e início da década de 90 (ADUSP, s/data).

Um importante aspecto da década de 1980 referente à atividade grevista, tanto externa, quanto interna às universidades, é o contínuo crescimento dos movimentos ao longo dos anos e este crescimento pode ser relacionado com a intensa inflação do período, o qual se configurou num elemento determinante da mobilização. Por sua vez, os inúmeros sindicatos que eram dirigidos por “pelêgos”, foram se transformando e suas lideranças substituídas por sindicalistas ativos.

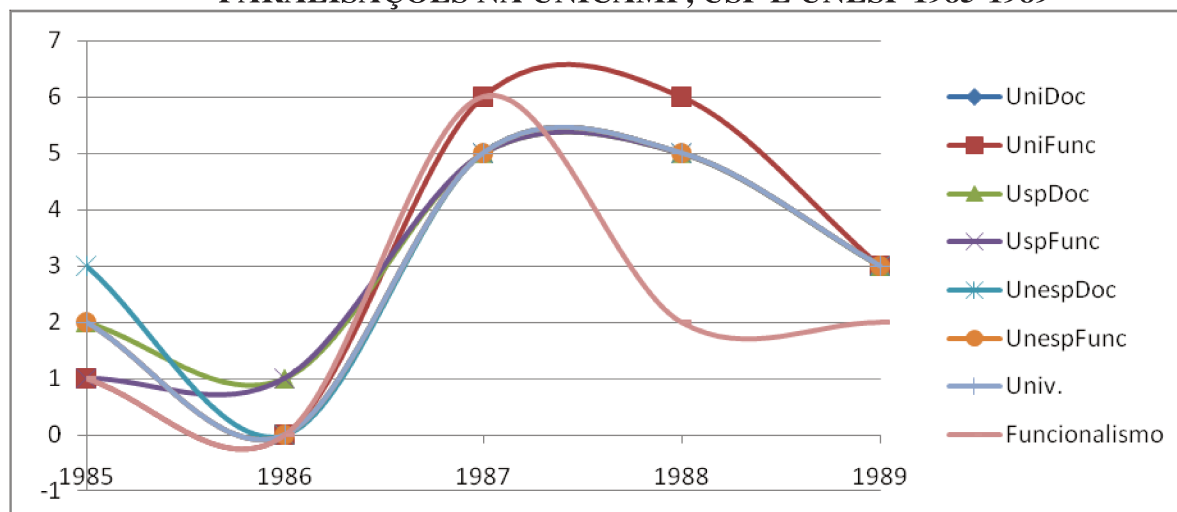
De acordo com documentos pesquisados nas entidades de docentes e funcionários, ocorreu no período em questão inúmeras paralisações de docentes e funcionários, conforme ilustram a tabela e o gráfico abaixo:

TABELA 16
NÚMERO DE PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1985- 1989

Período	UNICAMP		USP		UNESP		Paralisações conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1985 a 1989								
1985	2	1	2	1	3	2	2	1
1986	-	-	1	1	-	-	-	-
1987	5	6	5	5	5	5	5	6
1988	5	6	5	5	5	5	5	2
1989	3	3	3	3	3	3	3	2
Total	15	16	16	15	16	15	15	11

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 30
PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1985-1989



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Analisando a tabela 16 e o gráfico 30, vemos que os números de paralisações mostram um contraste em 1987 e 1988 com os demais anos do período nas três universidades. No período em questão, as paralisações nas três universidades foram em maior número, quando comparamos com o período anterior. Ocorreram também vários movimentos em conjunto com o funcionalismo público.

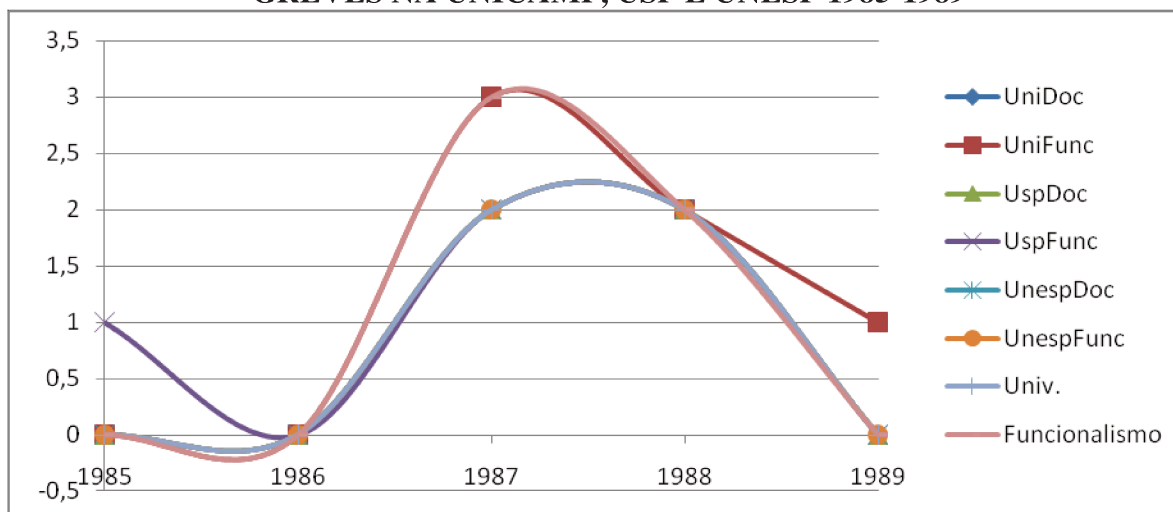
Quanto ao número de greves realizadas pelas categorias no período, segue abaixo:

TABELA 17
NÚMERO DE GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1985 - 1989

Período	UNICAMP		USP		UNESP		Greves conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1985 a 1989								
1985	-	-	-	1	-	-	-	-
1986	-	-	-	-	-	-	-	-
1987	2	3	2	2	2	2	2	3
1988	2	2	2	2	2	2	2	2
1989	-	1	-	-	-	-	-	-
Total	4	6	4	5	4	4	4	5

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 31
GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1985-1989



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Em relação ao número de greves, conforme a tabela 17 e o gráfico 31, o período registra poucos eventos, sendo que no ano de 1985 só ocorreu greve entre os funcionários da USP e em 1989 entre os funcionários da UNICAMP. No ano de 1986 não há registro de movimento grevista.

No período em questão, a média de dias parados em cada universidade e categoria foi a seguinte: docentes da UNICAMP e USP: 26,2, docentes e funcionários da UNESP: 24,5, funcionários da UNICAMP e USP: 19,8 e 25 respectivamente.

Vale lembrar que neste período ocorreu o advento da Nova República; a atuação reivindicativa teve a marca da luta contra a ingerência do governo estadual nos assuntos da Universidade, em favor da autonomia universitária e contra o sucateamento do ensino público. As características do período que influíram nos movimentos foi o acentuado arrocho salarial e a articulação com o funcionalismo público, a qual desencadeou a autonomia universitária, mecanismo utilizado pelo governo para desarticular o movimento unificado com todo o funcionalismo público.

7.1.3 - Período de 1990 a 1994-

O terceiro período compreende os anos de 1990 a 1994 e é caracterizado pela hiperinflação, adesão ao neoliberalismo e pelas Reformas de Estado. Paralelo a isso o início da década

de 1990 foi um período de grande expectativa social devido, pouco antes, ter sido promulgada a Constituição de 1988.

Conforme Alves (2002), a década neoliberal teve início com uma profunda recessão, pois entre fevereiro de 1990 e 1992, a economia brasileira foi atingida pelos fracassados Planos Collor I e II, que introduziram o país numa grave recessão, com o PIB marcando uma queda acumulada de quase 10% no período.

Na esfera política, a incapacidade do governo em estabilizar a economia fez com que perdesse o apoio de importantes frações da burguesia, sendo que, com inúmeras denúncias de corrupção, o impedimento em governar o país ocorreu em outubro de 1992 (ALVES, 2002).

Depois de muitas discussões, no ano de 1991 se consolida o Fórum das Seis Entidades, o qual passa a negociar com o CRUESP. Como o decreto da autonomia universitária, estabeleceu um percentual que era insuficiente, pois o valor era menor do que a verba destinada às universidades antes da autonomia, após um processo de lutas para aumentar esse repasse, em 1991 o percentual passou para 9% e em 1994, após uma longa greve, o percentual passou para 9,57, permanecendo este índice até hoje. O objetivo do Fórum das Seis é que este recurso seja reajustado para 11% da arrecadação do ICMS e, continuamente, as greves e paralisações associam essa solicitação nas pautas.

No ano de 1994, apesar do Plano Real ter controlado a inflação, a distribuição da renda nacional continuou estancada (ALVES, 2002). A greve de 1994 das universidades pesquisadas será analisada a seguir.

A greve de 1994 no período de hiperinflação.

As causas da greve e sua repressão.

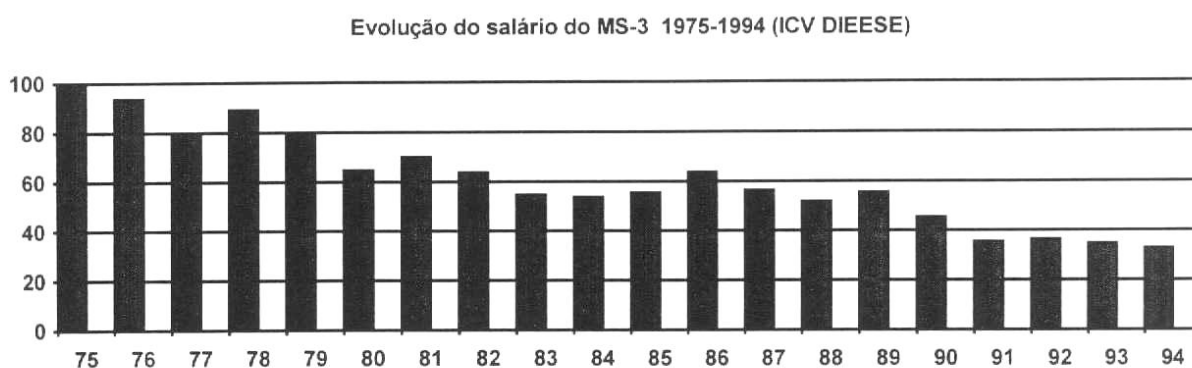
O ano de 1994 traria mudanças na conjuntura política e econômica do país, pois era um ano eleitoral e tinha início a implantação do Plano Real, através da conversão dos salários e demais preços em URVs.

Em março de 1994, a equipe econômica promoveu a conversão dos salários pela média e a criação de uma nova unidade de conta, a URV (a “unidade real de valor”, ajustada diariamente de acordo com uma média de três índices de preços), para onde convergiram salários (de forma compulsória, os salários foram convertidos pela média dos últimos quatro meses), preços, contratos e também a taxa de câmbio (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p.364-365).

Durante a campanha salarial de 1994, o Fórum das Seis demonstrou que o salário nas universidades paulistas estava muito defasado e que, no decorrer de duas décadas, o salário de um professor na referência MS-3 no citado ano, era equivalente a um valor menor que a metade do salário de 1975.

Conforme o gráfico abaixo, elaborado com base nos índices do ICV-DIEESE, o qual foi divulgado em boletim da época, pode ser verificado o declínio salarial e que o ano de 1994 apresenta a maior queda no nível de salário.

GRÁFICO 32



Fonte: Boletim Adusp - Maio/1994

Com a influência da conjuntura econômica e política, novamente as Universidades Estaduais Paulistas realizaram outra greve de longa duração (37 dias). Essa greve teve início com os funcionários e docentes da UNESP em 11 de maio de 1994. A UNICAMP e a USP aderiram em 16 de maio, perdurando o movimento até 21 de junho, sendo que houve a adesão do HC/UNICAMP à greve em 09 de junho. Tudo isso configurou um movimento de compassos diferentes entre as três universidades, ou seja, não houve uma mobilização homogênea entre as universidades durante a greve. Essa greve se mesclou com a greve dos professores e funcionários da rede estadual de educação, que teve início em 10 de maio.

Durante a Campanha Salarial de 1994, ocorreu um debate na Folha de São Paulo entre representantes do CRUESP e o Fórum das Seis. O debate foi caracterizado pela argumentação das entidades de que o CRUESP não poderia acatar estimativas erradas da Secretaria da Fazenda em relação à evolução do ICMS, o que acarretaria o comprometimento do funcionamento das universidades e os salários das categorias. As entidades forneceram publicamente a estimativa

para o mês de junho daquele ano, aproximadamente 25% maior em relação aos números que o CRUESP defendia; sendo que, posteriormente, os fatos demonstraram que as entidades haviam acertado na estimativa. A diferença do cálculo foi paga aos docentes e funcionários das três Universidades em julho/1994 em forma de abono. As categorias tiveram a partir de novembro/1994 o maior salário real dos últimos anos (ADUSP, 1996).

Logo após o decreto da autonomia, o Fórum das Seis começa a se dedicar a um estudo técnico, um acompanhamento técnico dessa discussão do ICMS; quanto era necessário para o funcionamento adequado das universidades; então, começa a nossa luta pelos 11% contra os 8,4% do decreto do Quércio. Tudo isso vai dando um embasamento técnico e político, ou seja, de conteúdo técnico que vai alimentando o movimento e mostrando que, se não obtiver os 11%, a gente nunca vai ter a nossa defasagem salarial atendida frente à realidade econômica que se tem estado e, ao mesmo tempo, politizando o movimento.⁴⁰³

Durante essa greve, a posição do CRUESP foi bastante dura, com o encerramento das negociações, diversas recusas em retomar a negociação, execução de listas dos grevistas com ordens de dar falta aos servidores em greve, ordens de suspensões e também de demissões (GUTIERREZ e DAL RI, 1995). Na UNICAMP ocorreram doze demissões de funcionários e duas demissões de docentes, as quais posteriormente foram revertidas devido à insistência das entidades. “A ADUNICAMP participou da Comissão Paritária, negociando o fim das punições, que acabaram sendo suspensas. Os punidos voltaram ao trabalho em 15 de julho” (ADUNICAMP, 1997).

Na greve de 1994 o Martins demitiu o Ângelo, a Beth e nós conseguimos readmissão, numa negociação dura, em greve até altas horas; eu que tava na negociação. De madrugada o Martins falou: *tá bom, tá todo mundo readmitido!* Inclusive porque ele sofreu algumas derrotas, porque a gente ocupou o restaurante e fotografou e ele foi lá pra cima e subiu em cima da mesa do restaurante e falou: *o meu compromisso é comigo mesmo!* E fez um discurso e a gente levou pro processo no Ministério do Trabalho e o juiz falou: *mas quem é esse cara em cima da mesa?* Nós falamos: *esse é o reitor* (risos). Naquela época foi divertido, ele foi pro meio da assembléia e a passeata saiu correndo atrás dele, porque ele negociou em separado com os enfermeiros dando reajuste pra acabar com a greve.⁴⁰⁴

Na UNICAMP depois dessa greve houve o desconto nos salários de uma parcela dos funcionários, mas que depois conseguiu-se reverter ou proceder ao pagamento.

Nessa greve o Martins descontou os salários e a FASUBRA pagou o salário de alguns setores que a gente não conseguiu reverter, porque a gente negociou a questão do fundo de greve da FASUBRA pra pagar o salário do pessoal que o Vogt antes também descontava, então não teve o efeito de esvaziamento da greve porque a gente falava que ia pagar. Na maioria dos institutos a gente conseguiu reverter, não descontar o ponto,

⁴⁰³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁰⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

mas teve alguns companheiros de obras, que aí descontou o ponto e a gente repôs, viemos com o cheque da FASUBRA pra pagar os descontos aqui.⁴⁰⁵

Durante a greve, em 15 de junho, ocorreu o II Ato Público SOS Universidade, com centenas de pessoas, cujo objetivo era obter a reabertura de negociações. “Um ato público no Ginásio da Universidade reuniu aproximadamente 4000 manifestantes” (ADUNICAMP, 1997, p.17).

Conforme os documentos das entidades sindicais, a adesão à greve foi: na USP 90% de docentes e 50% de funcionários; na UNICAMP 80% de docentes e 70% de funcionários e na UNESP 100% de docentes e 60% de funcionários. Durante essa greve a reitoria da USP foi invadida por docentes e funcionários durante três dias. Houve também a ocupação do restaurante do HC/ UNICAMP em 10 de junho.

Em 1994 é um marco, porque houve uma participação docente muito forte na greve de 94 na UNESP, principalmente quando todos os campi da UNESP, num dado momento da greve, pararam. Até São José dos Campos, porque é uma faculdade de odontologia isolada, sem organização de base sindical dos docentes; e chegou um ponto que: “*todo mundo parou, só nós que não*”. Então eles entraram.⁴⁰⁶

A pauta de reivindicações e os ganhos obtidos na greve.

A reivindicação do movimento era um reajuste salarial de 37% em URV e reposição mensal integral da inflação, tendo o percentual de reajuste posteriormente sido rebaixado para 27%. Também constava da pauta o aumento na LDO, do percentual do ICMS para 11%, o qual era de 9% na época.

Em 1994 foi uma greve forte que, desde a autonomia, nos anos de 1990, 1991, 1992; a gente vai sistematicamente à Assembléia Legislativa em momentos de greve, com comissões das três universidades, perambulando nos gabinetes dos deputados e, em momentos sem greve, vai uma representação do Fórum das Seis, principalmente o pessoal que fica mais em São Paulo, pra poder fazer esse trabalho político junto aos partidos e deputados na Assembléia. Então, a gente tinha essa luta, esse envolvimento dessa base docente, dessa base dos trabalhadores nesse momento se educando, se mobilizando por salário; mas saber que prá ter salário, também tinha que buscar mais dinheiro na LDO. Aí começamos a compreender.⁴⁰⁷

Os resultados do movimento foram: abono de 18% em julho, reajuste salarial de 8% em URV e aumento para 9,57% do repasse do ICMS para as universidades⁴⁰⁸. Constava na LDO de

⁴⁰⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁴⁰⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁰⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁰⁸ Fonte: Boletim Fórum das Seis – Histórico de reajuste salarial desde 1990.

1994 a implantação de uma política salarial após o Plano Real, a qual não foi cumprida totalmente pelo CRUESP (ADUSP, 1996).

O movimento grevista em 1994 foi bastante reprimido na UNICAMP pela reitoria e administração da universidade e também pelo CRUESP, o qual encerrou a negociação para acabar com o movimento. A década de 1990 mostra um ataque acentuado aos serviços públicos e nas universidades públicas, com uma política de desmonte iniciada no governo Collor e que perdurou no governo de FHC, com arrocho salarial, flexibilização e terceirização nas relações de trabalho.

A redução salarial ocorrida entre o final da década de 1970 e início da década de 1980 foi conseqüência, tanto do descaso governamental para com as universidades, como da falência do programa econômico da ditadura. Nesse período a redução salarial foi da ordem de 30%. Após alguns anos de uma sucessão de pequenas perdas, ainda em termos de salário anual médio, um novo arrocho de cerca de 30% foi-nos imposto entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. O ano de 1994 iniciou-se com um padrão salarial extremamente baixo. As dificuldades de negociação com o CRUESP não permitiram uma recomposição significativa dos salários, apesar da greve de 37 dias, o que fez com que o poder aquisitivo de 1994 estivesse cerca de 15% baixo do de 1993 (ADUSP, 1994).

Conforme a análise dos depoimentos, inferimos que a aprendizagem que a greve proporcionou para o Fórum das Seis, enquanto articulação da dinâmica interna da greve, foi bastante acentuada.

De acordo com documentos pesquisados nas entidades de docentes e funcionários, ocorreu no período em questão inúmeras paralisações de docentes e funcionários, como ilustra os dados abaixo:

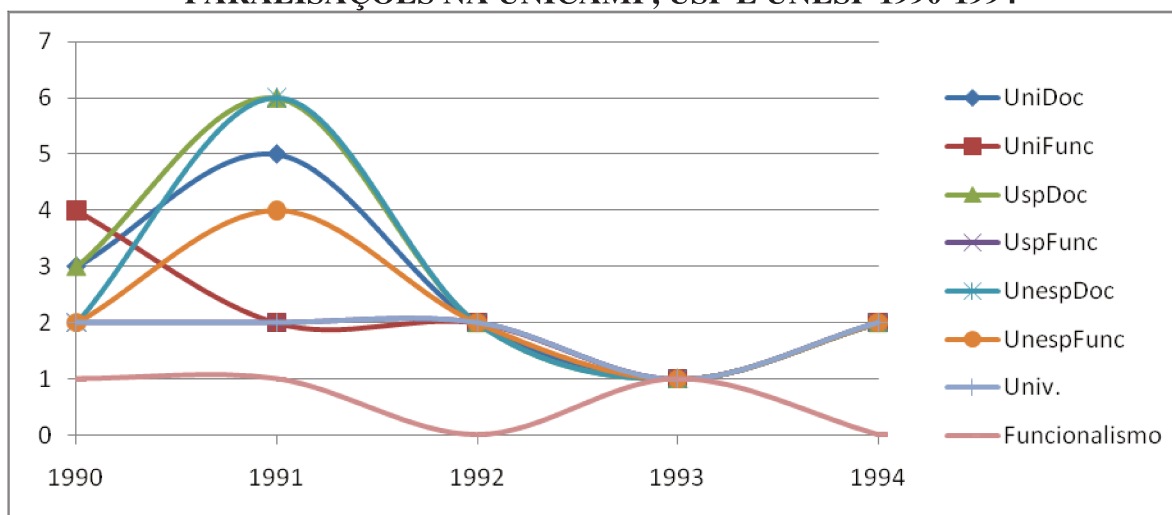
TABELA 18

NÚMERO DE PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1990 - 1994

Período 1990 a 1994	UNICAMP		USP		UNESP		Paralisações conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1990	3	4	3	2	2	2	2	1
1991	5	2	6	2	6	4	2	1
1992	2	2	2	2	2	2	2	-
1993	1	1	1	1	1	1	1	1
1994	2	2	2	2	2	2	2	-
Total	13	11	14	9	13	11	09	3

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 33
PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1990-1994



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Conforme a tabela 18 e o gráfico 33 demonstram, o biênio 1990-1991 registrou o maior número de paralisações nas três universidades, com uma maior mobilização dos docentes. É interessante observar que, mesmo após o decreto da autonomia universitária, as categorias ainda realizaram movimentos em conjunto com o funcionalismo estadual. O número de greves realizadas pelas categorias, no período, segue abaixo:

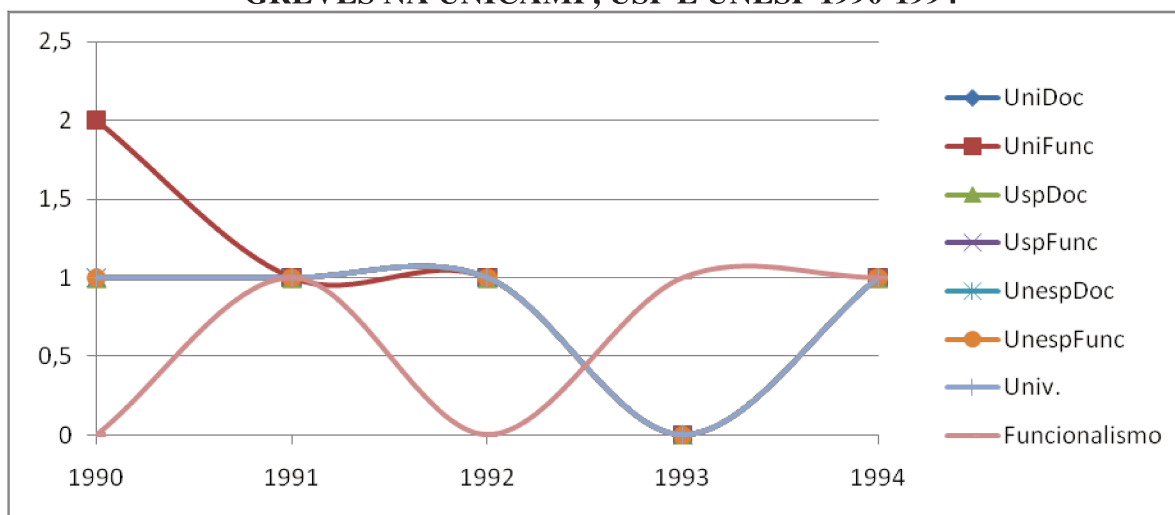
TABELA 19

NÚMERO DE GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1990 - 1994

Período 1990 a 1994	UNICAMP		USP		UNESP		Greves conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1990	1	2	1	1	1	1	1	-
1991	1	1	1	1	1	1	1	1
1992	1	1	1	1	1	1	1	-
1993	-	-	-	-	-	-	-	1
1994	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	4	5	4	4	4	4	4	3

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 34
GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1990-1994



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Analisando a tabela 19 e o gráfico 34 vemos que, em relação aos movimentos de greves nas universidades, o período 1990-1994 registra poucos eventos em decorrência da conjuntura econômica do país, sendo que em 1993 não ocorreram movimentos grevistas nas três universidades, porém ocorreu um movimento grevista apenas do funcionalismo. Novamente é importante observar que ocorreu uma greve conjunta com o funcionalismo estadual em 1991 e 1994.

No período em questão, a média de dias parados em cada universidade e categoria foi a seguinte: docentes e funcionários da UNICAMP: 23,6, docentes e funcionários da USP e UNESP: 19,5.

O período é delimitado pelo início das ações neoliberais nas Universidades; com a autonomia universitária o alvo das reivindicações deixa de ser o governador e passa a ser o CRUESP. As características do período que influíram nos movimentos foi a hiper-inflação e os sucessivos planos econômicos. Na UNESP ocorreu uma forte mobilização no período devido ao processo de encampação dos campi, o qual teve início a partir de 1990.

Nós sofremos muitos problemas aqui com o processo de encampação porque ele veio por cima, do governo em relação à comunidade de Bauru e quando se instalou a UNESP aqui nós tínhamos problemas de concurso público, de infra-estrutura e tudo isso gerou várias assembléias de docentes. (...) o engajamento destas pessoas tentando fazer a defesa da universidade pública, da escola, isso foi um fator positivo.⁴⁰⁹

Apesar de ter ocorrido uma mobilização mais acentuada na UNESP neste período, não foram encontrados nos documentos pesquisados, um maior número de greves, ou seja, a mobilização das categorias ocorreu sem a utilização do instrumento da greve.

7.1.4 - Período de 1995 a 2000.

O quarto período, entre 1995 e 2000 é caracterizado pela maior investida neoliberal, com privatizações, arrocho salarial, desemprego, etc.

De acordo com o DIEESE (1999), a partir de 1995, com a extinção da política salarial, até o ano de 1997, foi cada vez menor o número de categorias de trabalhadores que obtiveram reajuste salarial de acordo com o INPC-IBGE. Além disso, desde 1995 o país tem vivido momentos de melhora econômica com retrocessos, isto é, com momentos recessivos.

Os anos de 1995 e 1996 foi um período que o ICMS deu uma queda, tava num processo de queda grande e houve corte de recursos para as universidades. Na Faculdade de Ciências que eu faço parte aqui em Bauru, a orientação da reitoria era para fazer uma fundação para tentar captar recursos pra manter a faculdade naquilo que estava faltando do repasse de ICMS. Aí nós fizemos um movimento e não criamos a fundação na época e hoje, nós conseguimos nos manter sem ter ido pra fundação.⁴¹⁰

Durante a campanha salarial de 1995, apenas os funcionários das três universidades entraram em greve, com uma imobilidade da categoria dos docentes, a qual transparece nos boletins daquela época:

⁴⁰⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴¹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

As associações docentes presentes avaliam que, no momento, há uma dificuldade muito grande de mobilização dos docentes, principalmente predisposição para uma greve. Fatores como: flexibilização do RDIDP propiciando uma outra fonte de renda, aparente estabilidade da economia, aliada a uma expectativa em relação aos governo federal e estadual e a idéia de que não há perspectiva na Universidade, geram uma apatia e descomprometimento do docente com as questões mais gerais, referentes à Universidade e à sociedade. Diante disso, o caminho apontado foi o de acumular forças para um momento posterior, construindo a partir de agora as condições necessárias para uma campanha salarial mais eficaz atuando também nos Órgãos Colegiados e cerrando fileiras na luta da LDO (ADUNESP, 1995, p.01).

Conforme o exposto acima, é importante destacar que, já nesta época, as complementações salariais dos docentes já se constituíam em fator de desmobilização coletiva.

Durante a campanha salarial de 1996, docentes e funcionários das três universidades paulistas entraram em greve em 27 de maio e permaneceram em greve por aproximadamente 23 dias.⁴¹¹ A reivindicação era por reajuste salarial de 56% e pela retirada de emenda da LDO, a qual propunha o pagamento de mensalidades nas universidades públicas, de autoria do Deputado Vaz de Lima. Durante essa greve o reitor da UNICAMP demitiu vários servidores grevistas, demissões que posteriormente foram revertidas. Houve perseguições a funcionários e descontos dos dias parados na USP e UNICAMP, que posteriormente, também foram revertidos. A conquista do movimento foi obtida com um reajuste de 7,63% e obteve-se também a retirada da emenda pelo próprio deputado.

Em 1996 a gente teve uma greve forte, mas era a questão dos estudantes, porque o deputado Vaz de Lima era o presidente da Assembléia Legislativa e ele propôs a cobrança de mensalidade, porque sempre volta essa proposta via deputados. Foi isso que desencadeou o movimento de 96, que foi muito bonito, eu tava na diretoria da Central e houve uma forte mobilização com passeatas na Assembléia Legislativa, mas aí eu já senti uma redução da participação docente dentro do movimento.⁴¹²

A respeito do depoimento acima, que menciona uma redução da mobilização docente, vale a pena ler um trecho de boletim publica na época:

Perplexos, os docentes foram aos poucos se engajando no movimento grevista, embora com extrema relutância e demonstrando sempre um certo distanciamento, expresso de um modo diferenciado em cada Regional e em cada Universidade. Na UNESP, assembléias cheias de docentes encetavam longas e repetitivas discussões sobre a validade da greve como forma de luta e a necessidade de formas “alternativas”, argumentos levantados tanto pelos oportunistas “flexibilizados” – com complementação salarial garantida, quanto pelos éticos individualistas – cuja amplitude de trabalho valoriza apenas a sua preciosa pesquisa individual. Diante do famigerado índice entretanto, as assembléias, surpreendendo muitas lideranças locais, acabavam por capitular à boa e vetusta paralisação das atividades – ao menos “até o dia seguinte” (ADUNESP, 1996, p.1).

⁴¹¹ A greve estava mais forte na UNESP, com a paralisação até 25/06 em Bauru e 22/06 em Botucatu. Na USP, os funcionários retornaram ao trabalho em 17/06 e na UNICAMP e demais campi da UNESP em 13/06.

⁴¹² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

Após essa greve o reitor da UNESP que, na época era o presidente do CRUESP, concedeu um abono que variou de 5% a 27,6%, abrangendo 81% dos funcionários da UNESP (FORUM DAS SEIS, 1996).

Em 27 de maio de 1997 os docentes da UNICAMP paralisam as atividades até 13 de junho devido o CRUESP ter agido de forma evasiva frente a pauta de reivindicações (ADUNICAMP, 2007).

Para algumas categorias de trabalhadores, apesar da crise, o Plano Real proporcionou ganhos reais de remuneração entre 1995 e 1997 e o sucesso do plano foi responsável pela vitória de FHC sobre Lula da Silva (CARDOSO, 2003). No final de 1997 ocorreu a retração da economia com aumento do desemprego, o que contribuiu para inviabilizar os movimentos grevistas nos dois anos seguintes.

Cabe aqui ressaltar que, sempre ocorre a tentativa de dividir as categorias por parte do CRUESP e, durante a campanha salarial de 1997 foi proposto pelo reitor da UNICAMP, um aumento diferenciado para docentes e funcionários, 10% e 8%, respectivamente, quebrando o princípio da isonomia salarial, a qual não era quebrada desde 1990 (STU, 21/05/1997).

A década de 1990, iniciada por intensa recessão devido a implantação do Plano Collor I, foi marcada por acentuadas variações na economia, a qual alternou período de recessão, recuperação e estagnação; tendo sido considerada como a década de menor crescimento econômico da história do país no século XX.

Análise de uma greve em tempos neoliberais –2000.

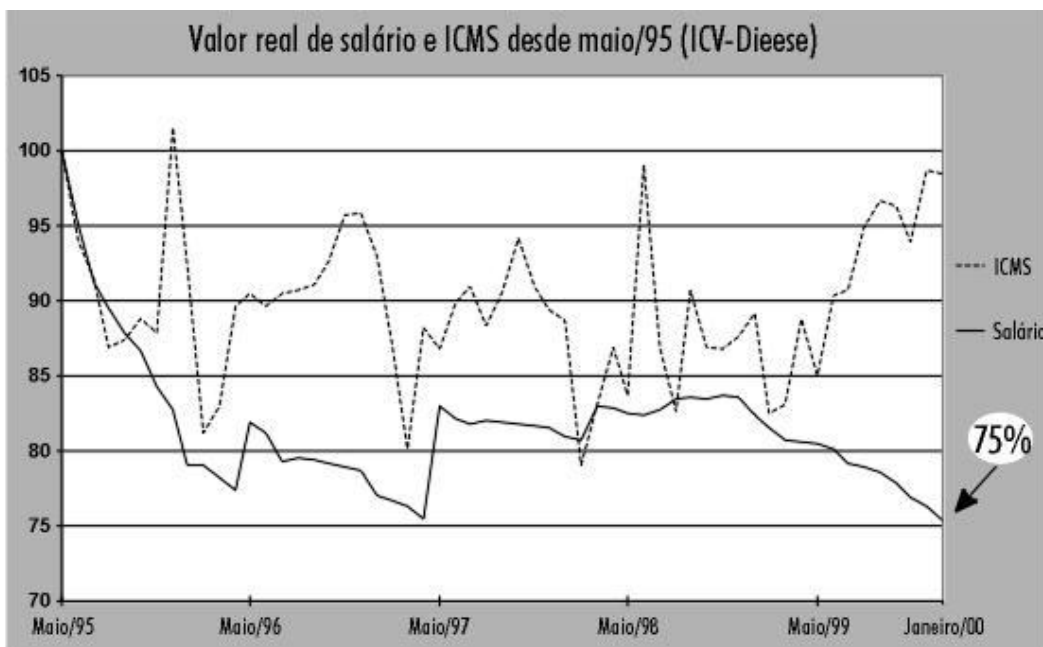
As causas da greve e suas características.

No final do ano de 1999, devido às perdas salariais e ao crescimento do ICMS, o Fórum das Seis constatou condições favoráveis para um reajuste ainda naquele ano, com o objetivo de recuperar os salários dos servidores das três Universidades e do Centro Paula Souza. O CRUESP, em resposta ao Fórum, alegou que era necessário observar melhor a arrecadação do ICMS, sendo necessário esperar a aprovação do orçamento para o ano 2000 pelos Conselhos Universitários. Com isso, o CRUESP remeteu a discussão para fevereiro de 2000 (WOISKI, BARBOSA e MENDONÇA, 2002).

O ano 2000 teve início com uma crescente mobilização de diversos setores do funcionalismo público, após um refluxo dos movimentos grevistas nos anos anteriores.

A maior mobilização desde a greve de 1988, teve início no dia 03 de abril de 2000, durante reunião entre o CRUESP e o Fórum das Seis na Secretaria de Ciência e Tecnologia. O Fórum propõe os dias 13/04 e 19/04 para negociação com o CRUESP e este aceita. A reivindicação era de 25% de reajuste salarial, porque havia a necessidade de correção dos salários devido à inflação e o momento era de grande arrecadação de ICMS, conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 35



Só para ter uma idéia, seria necessário um reajuste de 33,33% para recompor o poder aquisitivo de maio de 95!

Fonte: Boletim ADUSP 28/02/2000.

Com acentuada mobilização das categorias, a campanha salarial do ano 2000 é lançada no auditório da História da FFLCH da USP com uma passeata de docentes, servidores e com o apoio do DCE, até a reitoria da USP, onde foi entregue a pauta de reivindicações, com mais de mil pessoas na manifestação (ADUSP, Jun/2000). Os estudantes também entraram em greve, sendo que, pela primeira vez teceram uma pauta própria de reivindicações.

A última campanha salarial dos docentes e funcionários teve uma característica particular. Pela primeira vez, com pauta própria, os estudantes também fizeram greve. Contudo, as reivindicações próprias dos segmentos universitários tinham um caráter comum: todos lutavam contra o sucateamento da Universidade. (...) O objetivo comum

permitiu a articulação entre os segmentos e explicitou a necessidade de juntar forças para enfrentar o esfacelamento da nossa Universidade (ADUNICAMP, 2000).

Com a mobilização construída, os docentes, funcionários e estudantes das três universidades realizaram uma greve a partir de 26 de abril, que durou 53 dias⁴¹³, em conjunto com o funcionalismo. A questão fundamental dessa greve em relação à sua força e manutenção foi devido o Fórum das Seis ter obtido a informação de que havia folga orçamentária para promover a recomposição salarial e, com a insensibilidade dos reitores, configurou-se um panorama muito grande de indignação das categorias. Para se ter uma idéia da situação, as universidades estavam com o menor comprometimento com a folha de pagamento dos últimos dez anos, ou seja, 73,8%.

O grande segredo dessa greve foi duas coisas: primeiro a gente fez um acompanhamento do crescimento da arrecadação, a gente tinha os dados, percebemos que tava subindo e que ia subir mais e, essa unidade com funcionários e o apoio dos estudantes, principalmente das direções, porque a UNE não se envolveu. Aqui os companheiros dos DCEs da USP, da UNESP e da UNICAMP, da FAPESP, na realidade, nos ajudaram bastante. Eles [CRUESP] não deram e aí nós fomos mostrando pra categoria que tinha dinheiro, tinha dinheiro e eles seguindo a orientação do governo do Estado, que não era pra dar mais do que 7%, apesar deles terem autonomia; e foi até que, quando eles perceberam tinha uma greve instalada. Aí tentaram desativar a greve dando o abono, antecipando o reajuste, mas aí não adiantava mais, porque o pessoal já tava no movimento e a quantidade de dinheiro tava aumentando e foi aumentando até aquela negociação, a única negociação séria que teve depois de muita resistência do Professor Hermano.⁴¹⁴

A atuação das entidades sindicais-

Em relação à realização de assembleias, na UNICAMP durante essa greve, houve vários momentos de unificação entre os docentes e funcionários.

Aqui nós soldamos uma greve de professores e funcionários, com as entidades trabalhando conjuntamente – é bom que se diga que não é natural, pois o natural é a dispersão e a separação. Houve um esforço, uma compreensão das direções, das mais diversas tendências, de nuances e um entendimento das direções quanto à fundamental unidade entre professores e funcionários do ponto de vista sindical, e com os estudantes do ponto de vista político, para defender o ensino público gratuito, a Universidade de qualidade e assim por diante. (...) O ano de 2000 mostrou um belíssimo exemplo de luta conjunta e, embora evidentemente difícil, pois cada categoria tinha suas idiossincrasias, houve um esforço das direções para que a luta fosse conjunta e teve sucesso.⁴¹⁵

Um fator interessante ao analisarmos a questão da desmobilização sindical, no caso dos docentes da UNICAMP, na greve de 2000 não houve a formação efetiva do comando de greve e isso transparece quando analisamos o depoimento abaixo:

⁴¹³ A UNICAMP entrou em greve um dia antes; na USP e UNESP foram 52 dias de greve.

⁴¹⁴ Entrevista realizada anteriormente com ex-dirigente da ADUNICAMP em 2002.

⁴¹⁵ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.39 e 43.

A greve de 2000 foi uma grande greve, com assembléias significativas, mas houve pouca presença no comando de greve, o que é uma característica nova. No passado, havia assembléias grandes, mas quem dirigia o cotidiano das greves e das mobilizações era o comando de greve, porque vinha gente que não tinha nenhum vínculo formal com a entidade, a não ser de associado e alguns até nem associados eram. Realmente, houve as assembléias, mas *quem conduzia a greve era a diretoria e não o comando de greve, porque o pessoal não vinha para as reuniões do comando.* (...) a Universidade envelhece, os professores mais antigos se aposentam, ficam cansados, ficam doentes, não tem tanto vigor como tinham antes, de atravessar noites, de vir de madrugada distribuir boletins, de ir para São Paulo, de viajar, e os professores mais jovens são pressionados por essa demanda de subir na carreira, de fazer relatórios de atividades, etc.⁴¹⁶

(...) tínhamos assembléias absolutamente lotadas, tanto que nossos auditórios não comportavam a quantidade de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, enfrentávamos dificuldades em conseguir participação no comando de greve e nas diversas atividades que tínhamos de fazer fora das assembléias. Foi uma greve muito forte e os docentes deram o apoio político decisivo, contudo, não tivemos uma grande colaboração no trabalho diário.⁴¹⁷

Em 05 de maio teve início na USP uma prática que teria continuidade durante as demais greves realizadas, a qual foi denominada de “*Aula na Greve*”⁴¹⁸ e contou com a participação de 400 pessoas, a grande maioria de estudantes, sendo que o tema central foi a questão da deterioração da USP. No dia anterior os alunos da FEA da USP realizaram uma assembléia com 749 pessoas e decidiram pelo “apoio à greve, sem adesão” (ADUSP, 2002).

A gente sempre aqui busca fazer um trabalho conjunto, cada categoria faz a sua plenária pra tomar as suas decisões, mas a gente sempre canaliza pra trabalhar em conjunto. A gente sempre faz *aula na greve*; são aulas fantásticas e a gente explora os professores porque eles dão aulas fantásticas e aqui no interior a dinâmica é um pouco diferente de São Paulo, então tem essa confraternização maior, essa troca de conhecimentos. Os docentes participam muito com a gente em relação a essas atividades e é muito bom, a nossa greve aqui, eu posso dizer que é uma aula de cultura, ao contrário do que as pessoas pensam, que a gente fica quebrando ou fazendo anarquia, baderna.⁴¹⁹

Os servidores e docentes das três universidades em conjunto com trabalhadores do setor público estadual, no dia 31 de maio retornam às ruas em passeata na Avenida Paulista e Brigadeiro Luis Antonio, até a Assembléia Legislativa; por reajuste salarial (ADUSP, 2002).

A repressão e violência ao movimento-

Durante uma manifestação pacífica do Fórum das Seis e estudantes no dia 13 de abril na Secretaria de Ciência e Tecnologia, durante negociação com o CRUESP, a PM, inesperadamente e de forma truculenta, lança bombas de gás e disparos para o ar, causando ferimentos em várias

⁴¹⁶ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.45.

⁴¹⁷ Depoimento de Francisco de Assis Machado Reis, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.192.

⁴¹⁸ Essa primeira aula foi ministrada por dez docentes do ICB. Em 15 de maio ocorreu aula ministrada por Antonio Cândido sobre Cidadania e movimentos populares (ADUSP, 2002).

pessoas, na tentativa de impedir a manifestação. Com o fato, a negociação não ocorre e os reitores não manifestam nenhuma reação. Ainda durante este dia e no interior do prédio, os policiais algemam dois sindicalistas (ADUSP, jun/2000).

A mobilização alcançada deu-se muito mais pelos equívocos, pelas incompetências – por exemplo, do CRUESP – no encaminhamento da negociação durante a mobilização, do que propriamente pela capacidade de mobilização do movimento. Na reunião que houve em São Paulo, na Secretaria de Ciência e Tecnologia – quando o então secretário José Aníbal Peres de Pontes chamou a polícia -, houve um enfrentamento dos policiais com os manifestantes que levou à agressão dos presentes pelo Movimento. Isso trouxe para a assembléia docente gente que nem sabia onde era a ADUNICAMP, motivado por um gesto de um secretário de Ciência e Tecnologia e não pelo movimento. Não sei se teríamos tido a mobilização que tivemos se não tivesse ocorrido aquele episódio....⁴²⁰

A ADUSP repudiou a prática da reitoria da USP de intimidação dos participantes que estiveram nas paralisações dias 05 e 13 de abril, as quais foram manifestações em defesa da Universidade pública durante a campanha salarial: “Vários colegas, chefes de departamento e diretores de instituto estão sendo pressionados pela reitoria a entregar listas nominais de funcionários que participaram das paralisações” (ADUSP, 2002, p.106). Essa prática das administrações de solicitarem aos diversos setores e unidades universitárias listas de participantes dos movimentos, é muito comum nas três universidades durante as campanhas salariais e durante as greves.

Em maio daquele ano a reitoria da USP consegue uma liminar na justiça que fixa multas diárias de 10 mil reais por prédio bloqueado, com o objetivo de “quebrar” financeiramente o SINTUSP. Ainda em 17 de maio os funcionários aprovam em assembléia a extensão dos piquetes na reitoria da USP (ADUSP, 2002). Em 09 de junho a assembléia do SINTUSP aprovou a transformação do piquete em frente a reitoria, em vigília permanente (ADUNESP, 2000).

Aqui em Ribeirão eles chamam a polícia, tentam prender o carro de som, ameaçam prender a gente, quando panfletamos nos portões, mas não chegou ao patamar que chegou o SINTUSP em São Paulo, com multas de hum mil reais diários, aqui não tivemos isso.⁴²¹

É importante lembrar que em 18 de maio realizou-se uma grande manifestação em conjunto com o funcionalismo público, em repúdio ao arrocho salarial e as políticas de educação e saúde do governo Covas:

Trabalhadores do setor público estadual e federal, e estudantes, são violentamente agredidos pela Polícia Militar do governo Covas na Avenida Paulista, diante do Masp. Cavalaria, cães e tropa de choque são usados para bloquear e dissolver a passeata que

⁴¹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁴²⁰ Depoimento de Lino Castellani Filho, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.171-172.

⁴²¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

pretendia seguir até a Assembléia Legislativa. Os manifestantes, em número estimado em 50 mil, voltam pela Paulista em passeata e descem a Consolação até a Praça da República (ADUSP, 2002, p.110).

No campus da USP, em 12 de junho ocorreu nova violência por parte da PM: dois alunos tiveram uma arma apontada para eles, outros levaram golpes de cassetete e outro foi agarrado pelo pescoço, sendo que um sargento informou que eles estavam autorizados pelo reitor (ADUNESP, 2000).

Pra que serve a justiça? Você vai lá e demora muito tempo pra considerar uma greve legal. Pra mandar prender um trabalhador é rapidíssimo, pra mandar desalojar uma família que tá ocupando uma terra pra plantar ou pra morar é rápido. Numa greve dessa aparece o papel repressivo do Estado, que manda punir; é uma coisa normal que você às vezes tem que fazer uma manifestação, você ocupa a rua, a rua é do povo... Na avenida Paulista os caras mandaram a tropa de choque, jogaram bomba nos professores, deixaram um cara cego lá, na greve de 2000; a mídia abafa.⁴²²

A manutenção e abrangência da greve.

Na negociação com o CRUESP dia 09 de maio na UNESP de Rio Claro, os reitores propuseram reajuste de 3,75% para janeiro/2001 e no dia posterior foram realizadas assembleias nas três universidades para avaliação da proposta. As assembleias votaram pela manutenção da greve e rejeição da proposta do CRUESP, sendo que: “a adesão da Faculdade de Saúde Pública reforça a greve na USP. A UNESP informa agora a paralisação de 100% e a UNICAMP mantém a greve”. Em 12 de maio o Fórum das Seis comunica o CRUESP sobre as decisões das assembleias e solicitou nova reunião. “A indignação fortalece a greve, que chega à terceira semana com o fôlego renovado e o apoio de uma dezena de congregações [da USP]”. Em 17 de maio a greve torna-se massiva na Escola Politécnica da USP e os estudantes desocupam a reitoria da USP, a qual haviam ocupado no dia anterior. Em 22 de maio o campus da USP-Piracicaba adere à greve. Em 23 de maio haveria uma reunião técnica com o Fórum das Seis e, pela primeira vez na história das negociações, o CRUESP faz uma tentativa de determinar o número de docentes e funcionários das entidades na reunião e, diante da recusa do Fórum em aceitar a imposição, há um recuo do CRUESP (ADUSP, 2002, p.109).

Ainda, durante a greve, no dia 18 de maio, ocorreu outra manifestação, na av. Paulista, em São Paulo, que reuniu 50 mil pessoas, com violência policial e no dia 25 de maio, o ato realizado em frente ao Palácio dos Bandeirantes reuniu cerca de 90 mil pessoas.

⁴²² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em pesquisa anterior (2002).

A luta conjunta de todos os segmentos das três universidades contra a crescente destruição destas, promoveu nesta época a construção do Fórum em Defesa da Universidade Pública, o qual se propôs a ser um órgão de articulação de forças com o objetivo de discutir temas relacionados à universidade pública comprometida com um projeto socialmente justo (ADUNICAMP, out/2000).

Em 27 de maio, após nova reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP, este oferece mais 4,25% sobre o salário de março, porém retira a incorporação do abono em janeiro do próximo ano (ADUSP, 2002). Posteriormente novas assembleias são realizadas para avaliar a proposta e é decidido a continuidade da greve nas três universidades devido a proposta do CRUESP ter sido considerada como insuficiente. Conforme a análise dos depoimentos, nota-se que na greve de 2000, a UNICAMP foi uma vanguarda e houve relatos de que, pela primeira vez, ocorreu um comando de greve unificado entre docentes e funcionários do Hospital de Clínicas da UNICAMP, para dirigir a greve naquele setor.

No que se refere a abrangência da greve, os documentos das entidades sindicais revelaram que a adesão na UNESP era de 100% e na USP e UNICAMP de 90%.

A pauta de reivindicações e os ganhos obtidos na greve.

As reivindicações constavam de: 25% de reajuste salarial com isonomia entre as três universidades, política salarial para recuperação de perdas e contra a política do governo. As reivindicações das várias categorias universitárias tinham um caráter de unificação, o qual era a luta contra o sucateamento da universidade pública.

Os resultados obtidos com o movimento foram: 11,25% + 6,7% (em out./00) + 4,9% (em jan/01). Vale a pena mencionar que houve desconto nos salários de docentes e funcionários da USP, que depois foram revertidos, porém: “O fator que deu força à greve das universidades públicas paulistas em 2000 foi sem dúvida a intransigência dos reitores em proceder a uma política de reposição de perdas salariais, em havendo sabidamente os recursos necessários” (FERREIRA, 2002, p.205).

Com o movimento, as categorias obtiveram ganhos reais nos salários, sendo que a arrecadação do ICMS superou as expectativas do CRUESP, do governo estadual e do próprio Fórum das Seis. Com os reajustes aplicados houve a reposição da inflação, a recuperação parcial das perdas salariais de anos anteriores e a definição de uma política salarial, a qual foi aplicada no decorrer do ano.

Nós conseguimos aquela fórmula que repassava parte do aumento da arrecadação pros nossos salários e nesse ano de 2000 todas, aliás todas as nossas previsões não se confirmaram, elas foram superadas; nós fomos até conservadores na nossa previsão, a arrecadação superou até a nossa previsão e a dos reitores nem se fala.⁴²³

Era uma greve que teve muita adesão e talvez a mais vitoriosa do ponto de vista econômico, porque com aquela fórmula o salário do pessoal aumentou bastante. Aquela negociação foi em São José dos Campos, começou às cinco da tarde e terminou às cinco da manhã. Acordado estávamos eu, o Zago e o Hermano; o resto tava tudo morto (risos). O Hermano tinha divergências, o Chico Miraglia tava acordado também e acabamos fechando o acordo. Às nove horas da manhã eu defendi o fim da greve.⁴²⁴

De acordo com documentos pesquisados nas entidades de docentes e funcionários, ocorreu no período em questão inúmeras paralisações de docentes e funcionários, conforme ilustra a tabela abaixo:

TABELA 20
NÚMERO DE PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1995- 2000

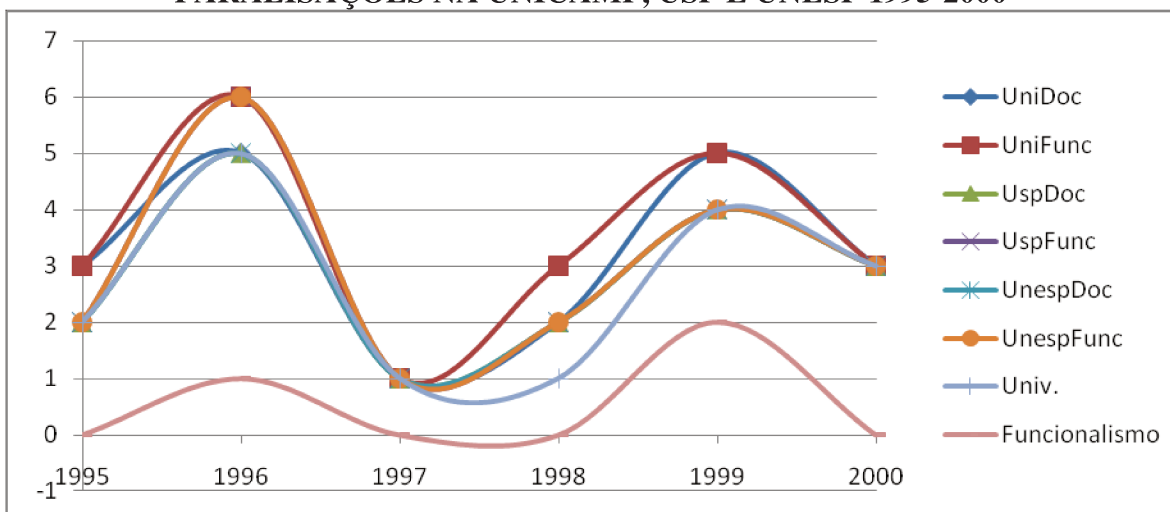
Período	UNICAMP		USP		UNESP		Paralisações conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1995 a 2000								
1995	3	3	2	2	2	2	2	-
1996	5	6	5	6	5	6	5	1
1997	1	1	1	1	1	1	1	-
1998	2	3	2	2	2	2	1	-
1999	5	5	4	4	4	4	4	2
2000	3	3	3	3	3	3	3	-
Total	19	21	17	18	17	18	16	3

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

⁴²³ Entrevista realizada anteriormente com ex-dirigente da ADUNICAMP em 2002.

⁴²⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

GRÁFICO 36
PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 1995-2000



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Conforme a tabela 20 e o gráfico 36, em 1996 e 1999 ocorreu um maior número de paralisações nas universidades. É interessante notar que, em alguns anos do período, as categorias de funcionários realizaram mais paralisações do que os docentes, ao contrário de períodos anteriores, em que a mobilização docente foi superior. No período, ocorreram novamente movimentos em conjunto com o funcionalismo estadual nos anos de 1996 e 1999. É visível no gráfico 36 que a ocorrência de paralisações do funcionalismo público ficou bem abaixo. O número de greves realizadas pelas categorias no período em questão demonstramos a seguir:

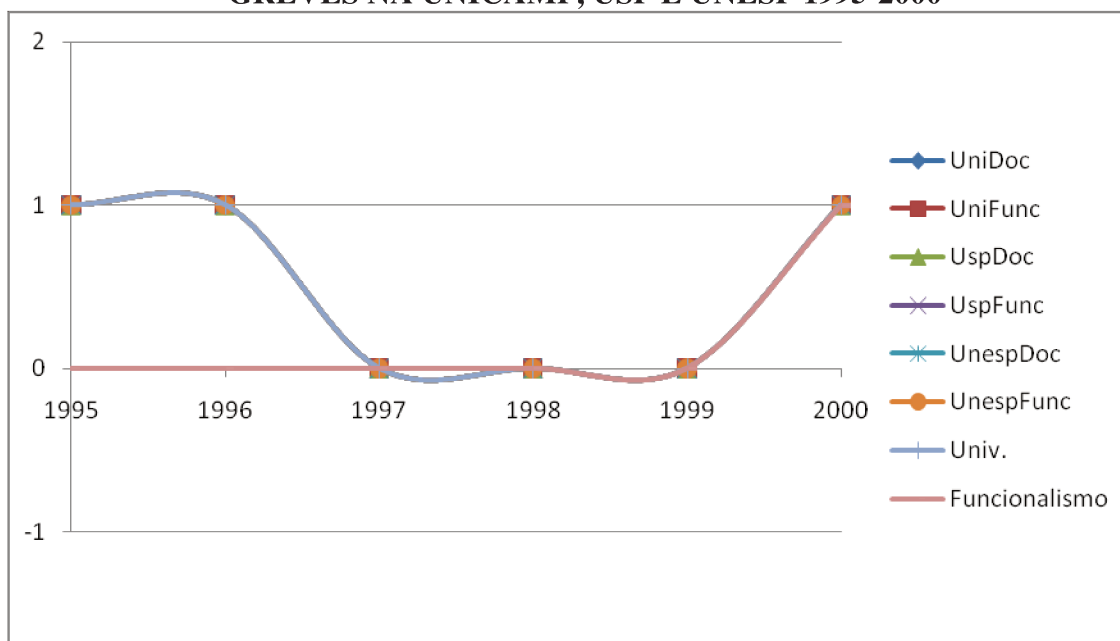
TABELA 21

NÚMERO DE GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1995- 2000

Período 1995 a 2000	UNICAMP		USP		UNESP		Greves conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1995	1	1	1	1	1	1	1	-
1996	1	1	1	1	1	1	1	-
1997	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	3	3	3	3	3	3	3	1

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 37
GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1995-2000



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Os números de eventos grevistas no período mostram um contraste com os períodos anteriores, sendo que nos anos de 1997, 1998 e 1999 não há registro de greves como instrumento de luta. Nesta época, o governo utilizou a falência do Plano Real para argumentar que não havia

recursos financeiros. Novamente chamamos a atenção para a ocorrência de uma greve em conjunto com outras categorias de servidores públicos no ano de 2000. Dessa forma, a partir de 1989, houve um descenso na mobilização grevista nas universidades, retomando-se a greve como instrumento de luta no final do período, em 2000.

No período em questão, a média de dias parados em cada universidade e categoria foi a seguinte: docentes da UNICAMP, USP e UNESP: 25,0 e os respectivos funcionários: 27,3.

Em relação à conjuntura econômica, as características do período foram a recessão, o desemprego, as terceirizações, etc., com as universidades apresentando pouca margem para o reajuste dos salários.

7.1.5 Período de 2001 a 2008.

O quinto e último período, compreende o ano 2001 até 2008 e é constituído pela continuidade das ações neoliberais e Reformas de Estado, com o presidente Lula. As características do período são uma razoável estabilidade econômica com prioridade para o pagamento da dívida externa e o aprofundamento da flexibilização e terceirização do trabalho.

Por sua vez, o setor público era penalizado com a escassez de recursos financeiros e com a promoção de seu sucateamento, incluindo nesse universo as universidades públicas.

Em 10 de junho de 2002 eclodiu uma greve de docentes e funcionários da USP e UNESP, a qual durou oito dias, sendo que a reivindicação era por reajuste salarial de 16% e pela contratação de docentes e funcionários. Os funcionários da UNESP de Botucatu e Presidente Prudente entraram na greve antes, em 06 de junho. Em 13 de junho foi realizada uma passeata que percorreu da reitoria da UNESP até a ALESP em conjunto com outras entidades do funcionalismo público. Nesta greve, a questão da contratação de docentes e funcionários, a expansão de vagas, assistência estudantil e a solicitação de reajuste não estão desarticulados, sendo essa discussão política e o CRUESP não querendo atender. A mobilização na UNESP configurou-se numa forma de resistência contra a política que vinha sendo implementada naquela universidade. Com a greve o CRUESP elevou a proposta de reajuste salarial de 6,48% para 8%, propondo nova negociação para outubro daquele ano.

Durante todo o ano de 2002 as manifestações e paralisações na UNESP continuaram na tentativa de barrar o processo de expansão irresponsável que havia sido implementado. Em 29 de

agosto tropas de choque da PM reprimiram mais de 400 manifestantes durante uma reunião do Conselho Universitário, na cidade de Araçatuba (ADUNESP, agosto/2002).

A campanha salarial das Universidades Estaduais Paulistas do ano de 2003 tinha como reivindicação um reajuste de 25%, tendo ocorrido paralisações em 10 de abril e 15 de maio; neste último dia a paralisação atingiu vários setores do funcionalismo público, em defesa dos salários e da Previdência pública. O reajuste salarial para as universidades foi de 14,45% retroativamente sobre o salário de abril (STU, 2003).

O funcionalismo público atravessou todo o ano de 2003 lutando contra a Reforma da Previdência e enfrentando uma campanha do governo federal, com o apoio da mídia, contra os direitos adquiridos dos funcionários públicos. O discurso do governo transformava os direitos dos trabalhadores em privilégios e culpava o funcionalismo público pelo rombo financeiro.

Sendo assim, no decorrer de todo o ano de 2003, travou-se uma luta em escala nacional com diversas entidades do funcionalismo tais como: AFPEP, CONAP, ANDES-SN, FORUM DAS SEIS, CNESF e outras tantas mobilizando-se e articulando suas paralisações, greves, atos de protestos, passeatas em Brasília, debates, etc; para tentar lutar pela manutenção de direitos ameaçados frente à Reforma da Previdência.

Nas Universidades Estaduais Paulistas, as entidades de docentes e funcionários realizaram várias discussões, ciclos de debates e palestras com suas comunidades, culminando com muita mobilização, paralisações e articulação com outros setores do funcionalismo fora dos muros das universidades.

No mês de junho de 2003 foram realizadas muitas ações, inclusive a “marcha à Brasília”. A grande paralisação ocorreu em 08 de julho de 2003, quando os funcionários públicos paralisaram suas atividades a nível nacional, realizaram passeatas e debates sobre a reforma da Previdência. Em São Paulo, houve o enterro simbólico da PEC-40, onde o funcionalismo público protestou durante todo o dia em vários locais da capital.

Foi realizado também um ato contra a Reforma da Previdência em 10/06/2003 na USP. Durante o Ato foi lido o “Manifesto de alarme contra a proposta do governo de Reforma da Previdência”, o qual exigiu a retirada da PEC-40 do Congresso Nacional. Este ato no campus da USP reuniu docentes, funcionários e alunos das três universidades públicas paulistas.

Do próprio ato partiu a caravana de ônibus com destino a Brasília, levando docentes, trabalhadores e alunos da UNICAMP, UNESP e USP que iriam engrossar a manifestação contra a Reforma da Previdência que ocorreria no dia 11 de junho. Esta manifestação teve a participação de mais de 30 mil pessoas. O número em si é

expressivo, mas se nos lembrarmos que ela ocorreu sem o apoio da CUT e da cúpula do PT assume outra dimensão (MOYSÉS, 2003, p. 45).

Em continuidade aos protestos contra a Reforma da Previdência, ainda no mês de agosto de 2003 ocorreu uma greve de 21 dias realizada pelos docentes e funcionários das três universidades, em conjunto com o funcionalismo público, também contra o confisco de 5% nos salários. As três universidades entraram em greve em datas diferentes, a saber: dia 06 de agosto os docentes da UNICAMP e funcionários da UNESP, dia 11 de agosto os funcionários da USP, dia 14 os funcionários da UNICAMP e docentes da USP e dia 18 os docentes da UNESP. Esta greve teve caráter eminentemente político, ao contrário da maioria das greves anteriores, as quais associavam a reivindicação salarial e engrossou a movimentação do funcionalismo, ao somar-se aos movimentos do setor federal, que se iniciaram no primeiro semestre do ano.

Na greve da reforma da Previdência nós fizemos em conjunto com outros seguimentos, com outras categorias, não simplesmente aqui da ADUSP. Nós tivemos momentos em que os professores aqui na USP tiveram uma ação até mais firme do que os funcionários, até porque, num primeiro momento, essas reformas estavam mais relacionadas àqueles trabalhadores com regime autárquico que, no caso, são os professores aqui na USP. A gente sabe que nas reformas neoliberais você tem que fazer um trabalho de conscientização dos trabalhadores para que eles entendam o que tá acontecendo e para que eles se predisponham a reagir.⁴²⁵

Nós tivemos uma greve em 2003 na Reforma da Previdência porque aí mexeu com todo mundo, quer dizer, todo mundo seria prejudicado com aquela perspectiva e se não tivesse a PEC Paralela, se a reforma fosse feita do jeito que tava colocada, muitas pessoas estariam em prejuízo e aí eu lembro que foi a categoria docente que estimulou a greve; lembrando que historicamente era muito mais fácil mobilizar lá em 1978 contra o processo de ditadura, na década de 1980 contra os governos, porque naquela época nós nos mobilizávamos aqui junto com o funcionalismo público de uma maneira geral.⁴²⁶

O descrédito das categorias com o novo governo transparece nos diversos documentos das entidades sindicais, conforme abaixo:

A greve embora não tenha vitórias imediatas, cumpriu papel importante na resistência à implantação da política do FMI assumida pelo governo Lula, de perda de direitos sociais dos trabalhadores. Os servidores públicos foram os primeiros a fazer a greve contra o governo Lula e também os primeiros a desmascarar a sua retórica de mudanças de rumo do país, a favor dos trabalhadores. O que vivenciamos no “diálogo” com esse governo foram: a perseguição às lideranças sindicais, com seguranças acompanhando-as a cada passo no Congresso; espancamento de militantes nos porões do Congresso; tropa de choque da Polícia Militar nos atos realizados em Brasília; total ausência de negociação na greve; ameaça de corte e de salário dos grevistas, etc. Esses fatos se encaixariam muito bem nos governos da Ditadura Militar, Collor, FHC, mas do Lula, tivemos que ver para crer (ADUNESP, 2003).

⁴²⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

⁴²⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Apesar do movimento contra essa reforma ter sido forte e abrangente, não foi suficiente para impedir sua implementação. Vale mencionar que essa luta implementada pelas categorias das universidades pesquisadas e também por outros setores do funcionalismo público, não se configura em uma luta corporativista.

É muito importante afirmar que lutar contra a reforma da previdência não é uma ação corporativista. Desmontar a dimensão pública (*res publica*) do Estado, desmontar a educação, a previdência, a saúde, a escola e a universidade públicas *afeta diretamente a população assalariada pobre que não pode pagar pelos serviços privatizados*. Por isso lutam hoje também os trabalhadores na França, na Áustria, na Espanha, na Itália, em todas as partes onde políticas controladas pelo FMI estão sendo impostas e querem destruir os serviços públicos (ANTUNES, 2004, p. 149-150).

Voltando a tecer a trajetória das lutas, em abril de 2004 durante a campanha salarial, os docentes e funcionários das três universidades paulistas realizaram outra grande greve, em conjunto com os estudantes, não só por reajustes salariais, mas também por mais verbas para a educação superior pública, a qual será analisada a seguir.

Análise de uma greve na democracia social – 2004.

As causas da greve e suas características-

Durante a campanha salarial de 2004, no mês de abril, após negociações com o CRUESP e o Fórum das Seis tendo recebido três zeros de reajuste, os docentes e funcionários das Universidades Estaduais Paulistas realizaram uma longa greve de 68 dias; a mais longa desde a conquista da autonomia financeira de 1989.

Após dois zeros na mesa de negociação, vários campi da UNESP saíram na frente e entraram em greve dias 11⁴²⁷, 17 e 19 de maio. Houve paralisação nas três universidades dia 20 de maio e nesta data os demais campi da UNESP também aderiram à greve. No dia 26 de maio a USP e UNICAMP aderiram à greve (com baixa adesão dos docentes da UNICAMP). Dia 05 de julho os funcionários da UNICAMP suspenderam a greve e, após uma pressão do Fórum das Seis, retornaram a ela somente em 26 de julho.

Tanto essa greve, como a de 1994 foram greves muito díspares entre as três universidades durante o movimento de greve, com descompassos de maior mobilização ou refluxo entre elas, sendo que isso foi determinado, provavelmente por diferenças na relação momentânea das administrações das universidades com a coletividade e também com as direções sindicais. Momentos onde, circunstancialmente um determinado reitor numa universidade, contava com certo apoio ou com maior proximidade com a categoria dos funcionários ou dos docentes, ou

mesmo com o compromisso de um programa mínimo quando da eleição dele; entre as direções dos sindicatos dos funcionários ou dos docentes e isso, provavelmente, determinou essa não similaridade de mobilização entre as três universidades.

Convém ressaltar que uma característica importante desse movimento é a questão do confronto diante da implementação da expansão universitária na UNESP, sem a contra-partida da estrutura para tal, bem como a rigidez do CRUESP em não fornecer o mínimo de reajuste nos salários, pois no total foram seis zeros na mesa de negociação.

Um dos fatores determinantes à adesão em bloco à greve na UNESP foi, sem dúvida, a situação crítica da Universidade resultante da política irresponsável da Reitoria. A expansão desenfreada de novos cursos – tanto nas Unidades Diferenciadas como nos campi regulares – desencadeou sérios problemas, agravando outros já existentes, como a falta de professores e funcionários, de assistência estudantil (bolsas, moradia, restaurante universitário), infra-estrutura, entre outros. A principal constatação dos trabalhadores da Universidade é que trabalhamos mais em condições precárias e ganhamos menos.⁴²⁸

A atuação das entidades sindicais-

As realidades de cada uma destas instituições e as limitações, facilidades e dificuldades de atuação sindical que existem nos sindicatos de professores e sindicatos de funcionários da UNESP, USP e UNICAMP; elas são muito diferenciadas e, por isso, é muito difícil esta análise.

No caso desta greve, foi o CRUESP que, esperando que o movimento se desgastasse com o tempo, não reabria as negociações. Vale ressaltar que, durante o transcorrer dessa greve, o Fórum das Seis recebeu do CRUESP, ao todo, sete zeros na mesa de negociação e isso causou grande indignação das categorias, como podemos constatar pelas transcrições a seguir:

A intransigência do CRUESP e a insatisfação de docentes e funcionários nas três universidades após dois zeros na mesa de negociação, aceleraram a deflagração da greve” (ADUNESP, 2004). “Após quatro zeros consecutivos e da promessa do quinto, aprovou-se em assembléia a continuidade da greve por tempo indeterminado (STU, 2004).

Na greve de 2004 nós recebemos sete zeros seguidos do CRUESP em termos de reajuste salarial e a gente mostrava claramente que tinha verba, que tinha dinheiro, que a expansão de vagas não foi criada pela gente, que a gente questionava a expansão de vagas, porque era a desculpa que eles davam e aí chegou o momento que era o seguinte: ou a gente fecha e começa a por um peso maior na greve nas três universidades; ou eles não vão nos ouvir na mesa de negociação. E aí foi aquela ocupação que os estudantes fizeram. Nós tínhamos deliberado aquele dia que os estudantes ocuparam o prédio pra negociar esses sete zeros, que o Fórum das Seis não sairia da mesa de negociação enquanto não tivesse uma proposta.⁴²⁹

⁴²⁷ Docentes, funcionários e alunos de Ilha Solteira.

⁴²⁸ Conforme dados do Boletim ADUNESP/SINTUNESP de 30/07/2004.

⁴²⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Em 25 de junho ocorreu um ato unificado do funcionalismo público do estado em frente ao Palácio dos Bandeirantes em São Paulo, com mais de seis mil manifestantes, que foi reprimido pela tropa de choque da PM (ADUNICAMP, 2007).

Durante o processo de votação da LDO em 13/07/2004, o forte aparato policial foi colocado para barrar a manifestação dos estudantes e de integrantes do Fórum das Seis:

Em protesto a esta situação, estudantes desarmados e desprotegidos, mas indignados saltaram por entre os policiais no plenário de uso exclusivo dos Deputados para expressar a discordância com a política expressa na LDO aprovada. Ocorreu uma brutal reação dos policiais, com violência contra os estudantes e funcionários da Assembléia Legislativa. A reação desproporcional da polícia militar utilizando gás pimenta afetou a todas as pessoas presentes no local e imediações. (...) alguns parlamentares agrediram fisicamente estudantes que não representavam quaisquer ameaças (ADUNESP, 2004).

A manutenção e abrangência da greve-

Conforme nossa pesquisa demonstrou, a greve foi realizada de forma mais extensa nos campi da UNESP, pois naquele período, aquela universidade estava sofrendo uma expansão irresponsável, sem verbas, praticando a contratação de docentes conferencistas e substitutos, sendo que o orçamento de 2004, que foi votado pelo Conselho Universitário, não estava sendo cumprido.⁴³⁰

A greve é forte em toda a UNESP. Com exceção da reitoria e das Unidades Diferenciadas, nos demais campi estão em greve docentes e funcionários e, em alguns, os três segmentos. O movimento de greve na UNESP não está dissociado do movimento que cresce no seio da UNESP contra a falta de democracia e de transparência da atual gestão da reitoria, principalmente no que diz respeito à execução financeira (ADUNESP, 2004).

Durante essa greve, com a configuração da luta por mais verbas para as universidades e Centro Paula Souza, havia a necessidade de pressionar a ALESP na votação da LDO. Sendo assim, houve passeata na Assembléia Legislativa dias 03 e 16 de junho com manifestação de 4.000 pessoas pelo aumento de verbas na LDO. Dia 30/06 também ocorreu uma audiência pública na ALESP.

Conseguimos entupir de gente os gabinetes dos deputados, cobrando seu compromisso com a educação pública, solicitando que assinasse uma carta compromisso. Diversas visitas do movimento, repetidas vezes, foram calando nas cabeças de assessores e deputados (ADUNESP, 2004).

Ainda, na continuidade dessa mobilização, no dia 25 de junho foi realizado um ato em frente o Palácio dos Bandeirantes em conjunto com o funcionalismo público, com mais de 6.000

⁴³⁰ Conforme dados do Boletim da ADUNESP de 18/03/2004.

pessoas e o governo recebeu uma comissão do funcionalismo público, na qual havia vários representantes do Fórum das Seis.

Todos os esforços foram realizados pelos trabalhadores e estudantes no sentido de sensibilizar o governo e os deputados para a necessidade de financiar a educação: duas passeatas com cerca de 4.000 pessoas cada, na Assembléia Legislativa; uma no Palácio dos Bandeirantes com cerca de 2.000 pessoas; audiências com o Governador e Secretário de Ciência e Tecnologia; audiências Públicas na Assembléia Legislativa; reuniões com os líderes de Partidos (ADUNESP, 2004).

Em relação à morosidade nas negociações, conforme Siqueira Neto:

Algumas greves – apesar até mesmo de seu relativo sucesso – tem-se constituído em verdadeiro martírio para os trabalhadores e direções envolvidas que, invariavelmente, ficam imobilizados com a inoperância governamental que joga ostensivamente no desgaste do movimento com o passar do tempo. Concretamente, existem situações em que os trabalhadores não estão efetivamente causando nenhum prejuízo de qualquer natureza aos governantes que, para piorar a situação, conseguem vender a imagem dos servidores públicos como “marajás” da República (SIQUEIRA NETO, 1991, p.67).

A greve nas três universidades foi suspensa dia 02 de agosto de 2004, sendo que no campus da UNESP de Marília, nesta data ocorreu uma assembléia conjunta de docentes e funcionários que decidiu estender a greve até dia 08 de agosto, cabendo esclarecer que este campus entrou em greve em 19 de maio (FÓRUM DAS SEIS, 02/08/2004).

No que se refere à abrangência dessa greve, conforme os documentos pesquisados temos: na UNESP 80% de adesão e na UNICAMP 60%, para docentes e funcionários; na USP houve adesão de 50% de docentes e 70% de funcionários.

A pauta de reivindicações e os ganhos obtidos na greve-

A reivindicação era de: reajuste salarial de 16%, aumento de verbas na LDO para as universidades de 11,6% e de 2,1% para o CEETEPS, auxílio alimentação, defesa do ensino público, política salarial para recomposição das perdas e reajuste de 72,22% para os trabalhadores do Centro Paula Souza. A perda salarial acumulada para as categorias das três universidades era da ordem de 49%. O movimento lutou também contra a Reforma Universitária.

O índice de 16% foi um índice político, que garantiria a mobilização de docentes e funcionários para a data-base e buscava recuperar as perdas inflacionárias. Quem participou desde o início do movimento sabe que o Fórum das Seis e a ADUNESP sempre deixaram claro que tínhamos duas frentes de combate: recompor nossas perdas inflacionárias junto ao CRUESP e buscar mais recursos para o financiamento público das Universidades Paulistas junto à Assembléia Legislativa. A lição política maior do movimento de 2004 é a reafirmação da greve como instrumento legítimo de luta, capaz de arrancar conquistas em cenários extremamente adversos a ganhos reais para os trabalhadores (ADUNESP/SINTUNESP, 2004).

Portanto, a reivindicação de reajuste sendo política, a luta estava centrada na mobilização por mais verbas para as Universidades, uma vez que há vários anos as mesmas vinham sofrendo com o orçamento deficitário.

Os resultados do movimento foram: reajuste salarial de 7,06% (2% em agosto retroativo a maio + 2,14% em agosto + 2,76% em jan/05). A inflação registrada pelo ICV-DIEESE era de 4,37%.

Outro ganho fundamental foi a aproximação política da ADUNESP, SINTUNESP e o segmento estudantil expressa em ações e assembleias conjuntas, mostrando a maturidade e articulação dos três segmentos tão necessária para o enfrentamento da difícil conjuntura.⁴³¹

Convém lembrar que o maior ganho em decorrência da greve foi de ordem política, devido o movimento ter sido vitorioso sobre a intransigência do CRUESP, o qual estava acatando a política do governo estadual de sucateamento e mercantilização das universidades públicas paulistas. O eixo da greve foi salarial, porém o fator político também se fez presente através da falta de democratização nas universidades, defesa da universidade e do ensino público, expansão sem verbas, etc.

O que podemos concluir com a análise deste movimento é que essa greve constituiu-se num instrumento legítimo de luta, o qual, devido à unidade política articulada no Fórum das Seis, conseguiu-se obter conquistas para as categorias envolvidas, num panorama de difícil e morosa negociação, visto que o CRUESP demonstrou uma inflexibilidade acentuada durante todo o período da greve. Portanto, o saldo deste movimento foi a questão de se ter produzido um impacto político-ideológico bastante significativo, além do ganho econômico, o qual não teria ocorrido não fosse essa luta.

As lutas durante o ano de 2005 tiveram, basicamente, o objetivo de pressionar a ALESP por mais verbas para a educação, conforme segue:

E voltamos à ALESP em 2005. Mais gente, mais pressão nas bases eleitorais, com outdoors, cartazes e faixas em todo o estado. A ALESP transformada em Casa do Povo” de fato. Vigílias, passeatas resistiram à repressão policial, que ressuscitara bombas e cassetetes e impedia o acesso à ALESP. Manifestantes feridos e detidos. O parecer do relator novamente elevou a cota-parte da educação em todos os níveis e das universidades, fixando 1% do ICMS para o Paula Souza. Relatório aprovado na Comissão de Orçamento e Finanças, restava o plenário. Após sessões marcadas e desmarcadas, golpes e contragolpes – e muitas bombas e cassetetes – no dia 7 de julho, vencemos! Iniciava-se o prazo para a manifestação do governador. No último dia, o governo Alckmin vetou a LDO, cassando nossa conquista (MOYSÉS, 2008, p.40-41).

⁴³¹ Boletim ADUNESP/SINTUNESP n° 02/04.

Dessa forma, em 26 de agosto de 2005 teve início na USP e UNESP uma greve de protesto contra o veto do governador Alckmin na LDO, que previa um aumento do repasse para as universidades de 9,57% para 10% do ICMS. Essa greve teve a duração de aproximadamente trinta dias, sendo que na UNICAMP foram realizadas apenas manifestações e paralisações, em sua maioria de funcionários.

O ano de 2005 se encerra com a constatação de que a intensidade na mobilização dos movimentos nas três universidades, principalmente na UNICAMP, vem diminuindo gradativamente, conforme descrito em boletim: “É em nossa universidade que a mobilização tem sido menor que nas demais, tanto entre docentes como entre funcionários” (ADUNICAMP, 2005).

No início do ano de 2007, após a publicação dos decretos do governador José Serra (os quais já foram abordados no capítulo III, item 3.2.1 desta pesquisa), ocorreu uma forte greve nas três universidades paulistas com a duração de aproximadamente trinta dias. O fato que iniciou a greve foi uma ocupação da reitoria da USP por 400 estudantes no dia três de maio sendo que os funcionários da USP aderiram à ocupação e entraram em greve em 16 de maio. Posteriormente a UNICAMP e a UNESP também entraram em greve. Os docentes das três universidades tiveram um papel secundário, pois foram os últimos a aderir à greve (23 de maio) e os primeiros a saírem dela, em 11 de junho.

Essa greve foi realizada durante o período de negociação do reajuste salarial sendo que o reajuste concedido na época foi de 3,37%, índice referente à inflação medida pela FIPE.

Para finalizar o período em pauta vale comentar que ocorreu uma greve em 25/02/2008 de docentes e funcionários apenas no campus da USP em Lorena, a qual teve a duração de doze dias e o motivo foi a reivindicação de incorporação de 90 professores e 200 funcionários ao quadro de pessoal da USP. A Escola de Engenharia de Lorena havia sido incorporada à USP em 2006 e as categorias estavam sendo prejudicadas devido não terem direito à política salarial e aos benefícios concedidos ao quadro funcional da USP. O movimento foi vitorioso e em 07 de março a greve foi suspensa após a reivindicação ter sido atendida pela reitoria.

De acordo com documentos pesquisados nas entidades de docentes e funcionários, ocorreu no período em questão inúmeras paralisações de docentes e funcionários, conforme ilustra a tabela abaixo:

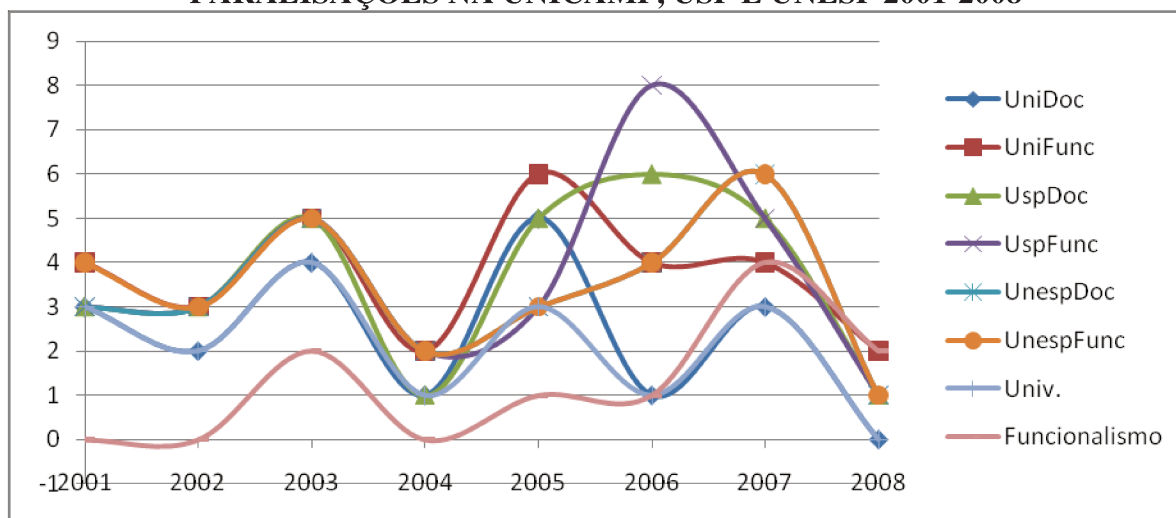
TABELA 22

NÚMERO DE PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 2001 - 2008

Período	UNICAMP		USP		UNESP		Paralisações conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
2001 a 2008								
2001	3	4	3	3	3	4	3	-
2002	2	3	3	3	3	3	2	-
2003	4	5	5	5	5	5	4	2
2004	1	2	1	2	2	2	1	-
2005	5	6	5	3	3	3	3	1
2006	1	4	6	8	4	4	1	1
2007	3	4	5	5	6	6	3	4
2008	-	2	1	1	1	1	-	2
Total	19	30	29	30	27	28	17	10

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 38
PARALISAÇÕES NA UNICAMP, USP E UNESP 2001-2008



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Conforme a tabela 22 e o gráfico 38 demonstram, a mobilização dos funcionários nas três universidades continua em ascenso e a mobilização docente em descenso, provavelmente devido às complementações salariais destes. Novamente ocorreram alguns movimentos em conjunto com

o funcionalismo público em 2003 devido à reforma previdenciária e também no ano de 2005. O número de greves realizadas nas universidades pelas categorias no período, segue abaixo:

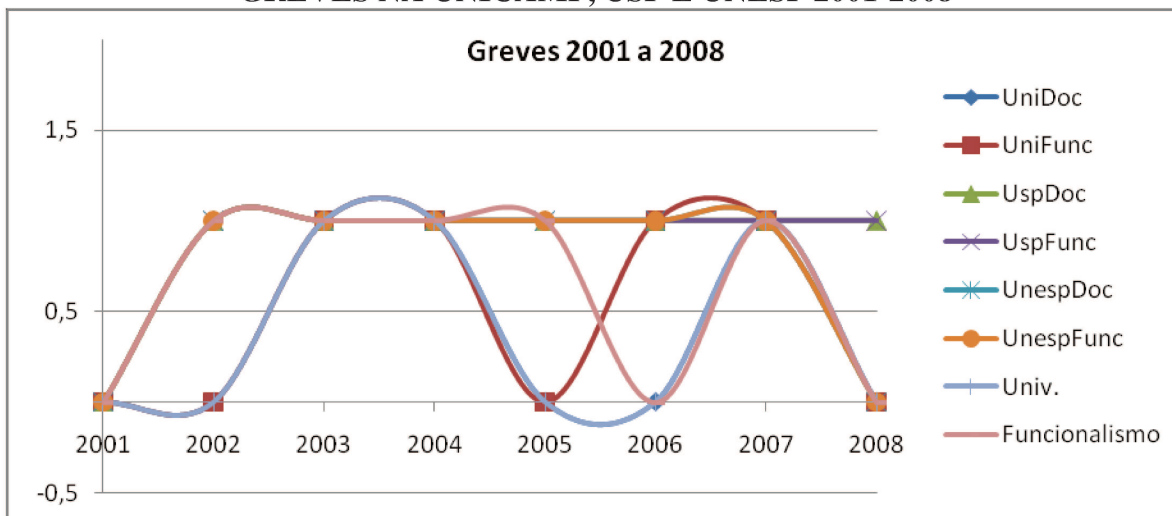
TABELA 23

NÚMERO DE GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 2001 - 2008

Período	UNICAMP		USP		UNESP		Greves conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
2001 a 2008								
2001	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	-	-	1	1	1	1	-	1
2003	1	1	1	1	1	1	1	1
2004	1	1	1	1	1	1	1	1
2005	-	-	1	1	1	1	-	1
2006	-	1	1	1	1	1	-	-
2007	1	1	1	1	1	1	1	1
2008	-	-	1	1	-	-	-	-
Total	3	4	7	7	6	6	3	5

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

GRÁFICO 39
GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 2001-2008



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

Os dados apresentados na tabela 23 e gráfico 39 mostram que ocorreu uma inversão na UNICAMP quando analisamos os períodos anteriores em que havia uma maior mobilização nesta universidade, comparada com a USP e UNESP. É interessante observar que em 2002, 2005 e 2008 apenas a USP e a UNESP utilizaram a greve como ferramenta de luta. Em relação aos movimentos em conjunto com o funcionalismo público, neste período houve um maior número de eventos grevistas desse setor em comparação com os períodos 1990-1994 e 1995-2000.

No período em questão a média de dias parados em cada universidade e categoria foi a seguinte: docentes UNICAMP: 31, funcionários UNICAMP: 26, docentes e funcionários USP: 25, docentes e funcionários da UNESP: 29.

As características conjunturais que destacamos para o período entre 2001 e 2008 foram a flexibilização das relações de trabalho, a Reforma da Previdência e a ascensão de um governo que se auto-declarava como de frente popular e de esquerda. Todo esse contexto influenciou a eclosão dos movimentos.

Para visualizarmos melhor os movimentos grevistas realizados nas Universidades Estaduais Paulistas no período entre 1979 a 2008, elaboramos a tabela a seguir:

TABELA 24

NÚMERO DE GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1979 - 2008

Períodos 1979 a 2008	UNICAMP		USP		UNESP		Greves conjuntas	
	Docente	Func.	Docente	Func.	Docente	Func.	Univ.	Funcionalismo
1979	1	1	1	1	1	1	1	1
1980	-	-	-	-	-	-	-	-
1981	2	3	1	1	1	1	1	1
1982	1	1	1	1	1	1	1	1
1983	1	1	1	1	-	-	-	1
1984	1	1	1	1	1	1	1	1
1985	-	-	-	1	-	-	-	-
1986	-	-	-	-	-	-	-	-
1987	2	3	2	2	2	2	2	3
1988	2	2	2	2	2	2	2	2
1989	-	1	-	-	-	-	-	-
1990	1	2	1	1	1	1	1	-
1991	1	1	1	1	1	1	1	1
1992	1	1	1	1	1	1	1	-
1993	-	-	-	-	-	-	-	1
1994	1	1	1	1	1	1	1	1
1995	1	1	1	1	1	1	1	-
1996	1	1	1	1	1	1	1	-
1997	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	1	1	1	1	1	1	1	1
2001	-	-	-	-	-	-	-	-
2002	-	-	1	1	1	1	-	1
2003	1	1	1	1	1	1	1	1
2004	1	1	1	1	1	1	1	1
2005	-	-	1	1	1	1	-	1
2006	-	1	1	1	1	1	-	-
2007	1	1	1	1	1	1	1	1
2008	-	-	1	1	-	-	-	-
Total	20	25	23	24	21	21	18	19

Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

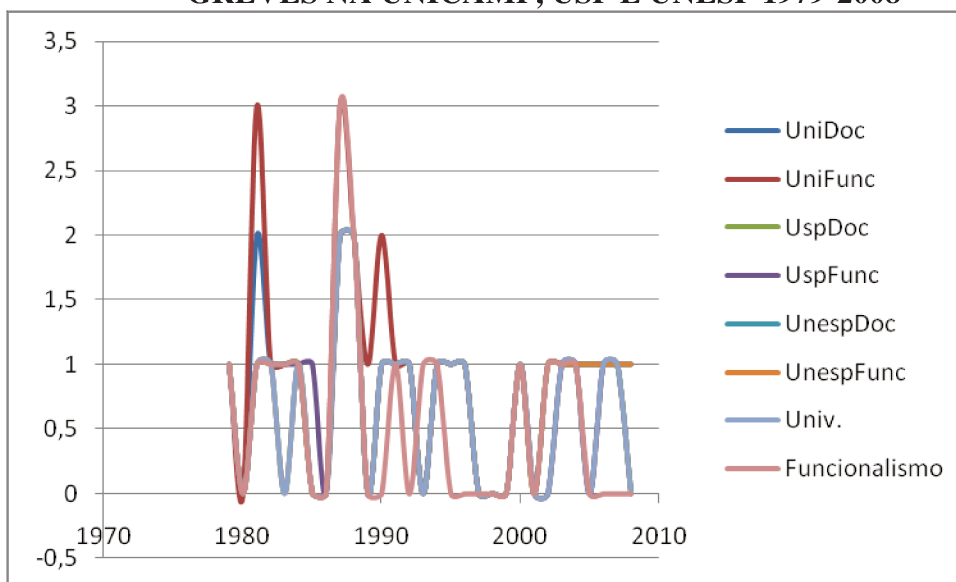
Convém esclarecer que no período entre 1979 a 2008, do total de greves das categorias de docentes e funcionários, 19 greves foram realizadas em conjunto com outros setores do funcionalismo público. Exceto os anos em que as greves foram inviabilizadas, a análise dos movimentos demonstra que estes decresceram ao longo dos anos, não tanto pela frequência de eventos, mas pela abrangência e intensidade dos movimentos. A conjuntura econômica do país explica a ausência de greves em determinados anos, visto que os movimentos foram inviabilizados por não haver perspectiva de obtenção de reajustes. Nos anos de 1985 e 1986 não ocorreram greves (exceto dos trabalhadores da USP) provavelmente devido ao final da ditadura e

a instalação da Nova República e, portanto, havia a expectativa de um novo governo. Também não ocorreram greves em 1997, 1998, 1999 e 2001, pois as instituições alegaram ausência de recursos financeiros.

É importante salientar que para manter algum poder aquisitivo dos salários das categorias das universidades pesquisadas, foram necessários e imprescindíveis movimentos intensos de paralisações e greves ao longo das décadas.

Para uma melhor visualização das oscilações e tendências dos movimentos sindicais nas universidades pesquisadas ao longo das décadas, segue o gráfico abaixo:

GRÁFICO 40
GREVES NA UNICAMP, USP E UNESP 1979-2008



Fonte: Boletins das Entidades Sindicais e Fórum das Seis. Elaboração própria.

A análise do gráfico 40 demonstra que havia uma maior mobilização grevista nas universidades durante a década de 1980 e, posteriormente, os movimentos sindicais declinaram, inclusive os do funcionalismo público.

Com relação à capacidade de mobilização, ao conseguirem reivindicar suas pautas através das paralisações e greves, os militantes adquirem visibilidade e mostram que tem dignidade e identidade própria, confrontando com o autoritarismo do CRUESP e governo estadual.

Porém, torna-se imperioso destacarmos que as entidades de docentes e funcionários das três universidades, ao longo dos anos, vem atuando e debatendo também sobre questões mais

amplas da sociedade, tais como: campanha pela anistia, contra a ditadura, Campanha pelas Eleições Diretas, pela Constituinte, contra o pagamento da dívida externa, pela Reforma Agrária, impeachment de Collor, Reforma da Previdência, contra os decretos do Governador Serra e tantos outros.

7.2 As reivindicações dos movimentos até o presente.

Ao longo dos anos, as reivindicações salariais giravam em torno da correção dos salários pela inflação dos períodos, porém, ao analisarmos os reajustes salariais concedidos a cada campanha salarial, podemos verificar que estes reajustes não recuperaram as perdas ocorridas no período entre 1978 a 2008. Convém lembrar que, de acordo com o Fórum das Seis, a perda salarial entre 1989 e 2009 é da ordem de 42%, ou seja, é quase a metade do salário das categorias, conforme o gráfico apresentado no capítulo V, (tópico 5.3). Porém, os movimentos impediram que a defasagem salarial fosse maior, ou seja, se não fossem os movimentos grevistas os salários nas universidades estariam muito mais defasados.

Ainda que o poder aquisitivo de nossos salários esteja muito distante de seus melhores patamares históricos, é inquestionável o papel determinante que nossa ação articulada tem desempenhado para resistir às continuadas tentativas de nos impor um rebaixamento salarial ainda maior e, ao mesmo tempo, sustentar uma luta pela recuperação das perdas acumuladas. É inegável também o esforço que temos desenvolvido por um maior percentual de recursos orçamentários para as universidades e para a educação em geral (KERR, 1996, p.30).

Por outro lado, a natureza das reivindicações dos movimentos em busca de conquistas econômicas e políticas, são aspectos importantes para a nossa análise, ou seja, nossa análise deve contemplar todos os fatores que contribuíram para a motivação dos movimentos.

Outro ponto importante é que após o CRUESP fornecer o reajuste salarial, geralmente os reitores não querem mais discutir o restante da pauta unificada e nem as pautas específicas de cada universidade e categoria.

Ao analisarmos os tipos de reivindicações dos eventos grevistas nas universidades, ficou claro que as categorias também se mobilizaram por questões apenas políticas, como ficou demonstrado nas greves contra a intervenção do governo Maluf na UNICAMP, as greves conjuntas contra a Reforma da Previdência e a greve de 2007 contra os decretos do governo Serra. Recentemente (2009), a USP realizou uma greve devido à ocupação do campus da USP de São Paulo pela PM.

Então uma coisa que vai marcar as greves nas universidades, na minha visão, é a questão salarial acoplada à questão da luta em defesa da universidade; a questão imediata com a questão estratégica. Eu acho que a força, o mérito, às vezes melhor sucedida, às vezes nem tanto, da nossa luta geral sempre foi essa; de unir a questão imediata, porque sem ela você não mobiliza; e a questão imediata para trabalhador é salário; e em alguns momentos a questão estratégica ganhou um espaço dentro da mobilização, maior que o próprio salário.⁴³²

Um fator importante é que o movimento nunca pensou só em salário; a questão do salário é crucial porque a gente tem a famosa data base, mas o Fórum das Seis, desde a sua concepção tem a ação sindical de defender a universidade pública, ir pra Assembléia Legislativa falar com deputados, fazer a organização do movimento, defender os princípios de universidade, conversar com os reitores, discutir melhores condições de trabalho, etc.⁴³³

Com a intenção de compreender as reivindicações que unificariam as categorias, a reivindicação salarial não necessariamente demonstrou ser um fator unificador, podendo ocorrer divergência entre as categorias até se obter um consenso:

No momento da discussão, 3% significa uma coisa pro salário de um docente, e para o salário mais baixo de um funcionário, significa outra coisa totalmente diferente. É por isso que, nos últimos anos, estava se pedindo um percentual fixo em relação à inflação e mais uma parcela fixa que dava um reajuste diferenciado, tentando diminuir o maior do menor salário. Esse é um debate que, inclusive nessa campanha salarial, voltou à discussão. O salário é uma coisa que unifica, mas a defesa da universidade, a defesa do emprego, a defesa da qualidade do ensino e do sistema educacional contra as terceirizações, contra todas as ações neoliberais, isso tem muito mais peso hoje, em termos da unificação das categorias.⁴³⁴

Nesse sentido, inferimos que a questão salarial é central na pauta de reivindicação, porém, o que mais unifica os três segmentos, são as questões em torno da luta contra o neoliberalismo e a política de privatização da universidade pública.

Observamos que as pautas de reivindicação apresentadas pelo Fórum das Seis a partir da autonomia universitária, mantiveram uma certa similitude, porém com a participação dos estudantes no Fórum, reivindicações específicas dessa categoria também passaram a constar nas pautas, durante as campanhas salariais. A tônica do Fórum seria então, uma tentativa de unificação a partir da diversidade, não só das pautas, as quais contemplam os interesses diversos, mas também de atuação, ideologia e posições políticas diferentes das categorias que pertencem a ele. Além da pauta unificada entre as três universidades elaborada pelo Fórum das Seis, havia também as pautas específicas.

Em cada momento, tanto pra funcionário, quanto pra docente, você tinha as pautas específicas e muita coisa ia pra campanha salarial, ia pro momento de mobilização e a

⁴³² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴³³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴³⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

gente até brincava: *olha, é a campanha salarial que tem que estar em primeiro lugar.* Mas havia modificações que estavam acontecendo nas três universidades, como por exemplo, em 1995 na UNESP, havia uma campanha para se ter uma assembléia universitária pra se discutir modelo de universidade, discutir pra onde vai a universidade. A USP em determinados momentos nesse período, tinha uma vinculação direta com a Assembléia Legislativa, com Lei de Diretrizes Orçamentárias e com isso, muitas vezes, o salário ficava em segundo plano, porque havia a necessidade de ampliação do percentual de ICMS para manter as universidades.⁴³⁵

Até aproximadamente o ano de 1994, as reivindicações giravam muito em torno da questão salarial, incluindo a defesa da universidade pública e de mais verbas para a educação, sempre na busca de aumento do percentual destinado às Universidades. A partir dessa época, as entidades se preocuparam em fazer uma pauta mais ampla, com temas que pudessem ser discutidos conjuntamente nas três universidades e com o CRUESP, inclusive assistência e permanência estudantil. Dessa forma, os movimentos por demanda salarial, os quais são intrínsecos ao contexto capitalista, se contrapõem aos movimentos especificamente de natureza política.

“No início dos anos 80, os movimentos reivindicatórios dos professores não se restringiam apenas a conquistas de melhorias salariais. Os debates incluíam também a questão de verbas para a Universidade” (ADUNICAMP, 1997, p.14).

A questão de constar sempre nas pautas a “defesa do ensino público” e o “aumento de verbas para a educação” poderá ser interpretada por alguns estudiosos do tema, como uma reivindicação corporativa de aumento de salário, travestida do interesse geral da sociedade. De fato, uma grande parcela da categoria docente não luta por esses ideais, conforme afirmou Toledo:

Entre os acadêmicos, a bandeira democrática da defesa da universidade *pública, gratuita, laica e universalista*, por exemplo, não tem sido empunhada por todos. As greves recentes nas universidades públicas revelam, de forma eloqüente, que nem todos lutam abertamente por esses ideais. Avessos aos movimentos de sua categoria, muitos acadêmicos – embora beneficiados pelos resultados obtidos pelos movimentos docentes (p.ex.; reajuste salarial) – adotam posturas individualistas, apenas se comprometendo com suas carreiras profissionais e interesses privados. Buscando ascensão social, defendem, por exemplo, a flexibilização do tempo integral e advogam, em troca de melhores salários, as chamadas “parcerias” com as empresas privadas. A Universidade, para muitos acadêmicos, é uma instituição como tantas outras, estando despojada de qualquer projeto e natureza crítica em relação à ordem econômico-social do capitalismo (TOLEDO, 2002, p.26-27).

⁴³⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Porém, após a análise dos depoimentos, entendemos que essa “bandeira” faz parte da própria especificidade da atuação sindical nas Universidades, ou seja, para ter melhores condições de trabalho e de salários, não se pode oferecer um serviço de baixa qualidade. Além do mais, a vanguarda do movimento sindical nestas universidades acredita firmemente nestes ideais, do contrário não se empenhariam nos movimentos em prejuízo de suas próprias carreiras:

A gente dizia no ANDES-SN que uma das poucas categorias que briga pela qualidade do serviço que oferece quando está no momento de greve, são os professores, porque a gente diz assim: *ninguém faz greve para que o seu produto oferecido seja melhor, mas nós, professores, fazemos greve pela qualidade dos serviços que a gente presta, pela qualidade do ensino.*⁴³⁶

O fato de você colocar na pauta a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, ela não é um discurso oportunista, só pra você ganhar o apoio da população. Ela é um princípio das entidades, se você acompanhar a história das entidades, elas tem se pautado pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Qualquer medida que venha no sentido de atacar isso, pra nós mexe num princípio fundamental da nossa luta; isso vale mais pra nós do que a questão salarial, do que as outras questões. Defender a universidade pública, a instituição pública, o papel da universidade pública é uma questão de princípio, então por isso tem essa reafirmação. Pra defender a universidade pública, a questão da valorização dos recursos humanos é determinante; por isso que a luta por salário está sempre conectada com a defesa da universidade pública, porque você pode ter o público sucateado.⁴³⁷

Essa defesa do ensino público sempre está nas pautas porque o maior ataque que o governo tem feito nos últimos anos é contra a educação; quando ele começa terceirizar, precarizar o nosso trabalho, o ensino praticamente vai pro lixo. Então, o maior ataque que a gente percebe é em cima da educação e nós temos que ter uma luta reversa, manter o ensino funcionando bem, porque se nós perdermos agora, aí não tem mais saída, então, essa bandeira, é de fato porque o principal objetivo governamental é atacar as universidades públicas.⁴³⁸

Em sua pesquisa Fantinatti (1998) refere que os docentes tem relutância em assumir abertamente a sua luta salarial e, portanto, sempre associam nas pautas de reivindicação a valorização e defesa do ensino público. Nós concordamos com essa idéia apenas parcialmente, porque a nossa interpretação deste fato é que as Entidades e o Fórum das Seis como um todo, buscam constantemente reafirmar a necessidade desta defesa e também de mais verbas para a educação em suas campanhas salariais anuais, para que se mantenham os níveis da qualidade do ensino e também devido aos constantes ataques ao ensino público. Conforme nossa pesquisa:

A gente reivindica oferecer o nosso trabalho, o nosso produto, da melhor forma possível, ou seja, o próprio ANDES-SN diz: o padeiro não briga pela qualidade do pão que ele oferece, mas nós brigamos pela qualidade do serviço que a gente oferece” (...) Tem a ver também com as questões mais amplas de democracia, que a gente entende como sendo

⁴³⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁴³⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁴³⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

uma sociedade mais “justa” e está no lastro dos direitos sociais porque a defesa do ensino público de qualidade está dentro da geração dos direitos humanos, que vem no bojo dos direitos pós revolução socialista.⁴³⁹

Historicamente o Fórum das Seis defende um modelo de ensino público no estado de São Paulo e esse modelo passa desde o ensino pré-escolar, porque ações vinculadas só na universidade, elas não vão dar conta de resolver o problema educacional no estado de São Paulo. Então, na nossa pauta nós buscamos em vários anos consecutivos, uma ação dentro da ALESP, porque um dos aspectos que nós temos consciência e estamos tentando evitar é que o processo de desmonte que foi feito na escola pública, não chegue à universidade pública. A gente defende um modelo de ensino, um modelo educacional no estado e é por isso que ele tá na nossa pauta de reivindicação sempre.⁴⁴⁰

Pra gente é importante que o ensino seja de responsabilidade do Estado e que seja um ensino de qualidade e não um ensino que hoje a gente tem aí, um ensino mercantilista, porque a grande maioria das particulares tem como objetivo o lucro. Então, pra gente é fundamental o ensino público porque o ensino é um direito do cidadão, portanto, deve ser provido pelo Estado e ele está sempre sob ataque e está sempre em evidência. Ao longo de muitos governos você sempre vê medidas e medidas pra facilitar o ensino mercantil, em detrimento do ensino público. Agora, várias empresas internacionais estão entrando no ensino universitário brasileiro, se associam com escolas brasileiras, comprando ações das escolas. Semana passada mesmo, tinha uma rede aí que vendeu 40% para uma empresa internacional de ensino.⁴⁴¹

Talvez a concepção da importância da defesa da universidade pública não seja compartilhada pela grande maioria dos docentes, porém uma significativa parcela destes, incluindo-se aí as lideranças do movimento docente nestas universidades, acreditam e possuem essa concepção. Conforme as entrevistas demonstraram, essa questão da defesa da universidade pública tem uma variação, conforme o nível de visão política das lideranças que estão envolvidas nos movimentos e das pessoas que fazem parte enquanto categorias.

Tem um bando de gente e que, inclusive, tava na direção daquela época que isso é uma coisa importante sim, acho que até mais que salário. O nosso grupo que começou, que fundou o Fórum das Seis tinha um comprometimento político-ideológico muito forte; então discursos como esse, da qualidade da educação, sempre fizeram parte, é uma questão de postura, de visão de mundo e a gente colocava isso em pauta, mas não significava que havia uma hegemonia de visão da categoria, pelo contrário, tinha muita gente que era sindicalizada, que vinha fazer greve, mas que achava a gente um bando de tonto, tudo comunista mesmo.⁴⁴²

Desde 1994 tem um projeto de lei tramitando que os estudantes tem que pagar a universidade pública no estado de São Paulo. Esse projeto de lei a gente derrubou na década de 1990, mas é da cabeça do PSDB, por exemplo, que a universidade pública, por atender pessoas de uma classe social um pouco maior, eles deveriam pagar a universidade pública e aí jogando por terra toda a concepção que é dever do Estado garantir a educação pública pra população. Então, todas essas questões [o setor privado

⁴³⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁴⁴⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁴¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

⁴⁴² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

inserido nas universidades], eu não tenho dúvida que se elas forem cada vez mais ampliando, a gente vai chegar num momento que esse modelo vai ser colocado em cheque. Não porque nós não defendemos, mas é porque já estará tudo privatizado, então, não tem que ter financiamento do Estado para manter as três universidades.⁴⁴³

Na análise que realizamos sobre as greves mais marcantes, ficaram evidentes os ganhos obtidos, não somente em relação ao atendimento das reivindicações, mas em relação ao ganho político e em relação ao nível de relacionamento entre as categorias de docentes e de funcionários, articulados no Fórum das Seis. Através da análise dos depoimentos inferimos que as maiores conquistas ocorreram nos momentos de maior intensidade nos movimentos, bem como de uma boa organização no interior do Fórum das Seis e também com a adesão dos estudantes.

Em diferentes momentos tivemos maior ou menor mobilização em cada segmento ou universidade. Entretanto, as maiores conquistas que alcançamos, imediatas ou subseqüentes a uma mobilização, sempre ocorreram quando o movimento foi intenso e bem articulado nas três universidades. O movimento estudantil é uma força muito importante em nossas mobilizações, particularmente porque trás uma energia intensa e preocupada em manter, com grande determinação e altruísmo, as bandeiras mais gerais do movimento.⁴⁴⁴

Cabe salientar que as greves promoveram acentuada pressão política sobre o governo e também sobre o CRUESP nos diversos momentos, com manifestações de uma resistência das categorias ao projeto neoliberal implementado nas três universidades pois, o que está por trás da rigidez e morosidade nas negociações sugere, na realidade, uma intenção do governo de desmantelamento das universidades públicas para após proceder à sua privatização.

Um fator que marca a maioria das greves nas Universidades pesquisadas é a questão salarial acoplada à questão da luta em defesa da universidade, ou seja, a questão imediata associada à questão estratégica.

No caso das Universidades Estaduais Paulistas, mesmo que apenas para manter o poder aquisitivo dos salários de docentes e funcionários, foram necessárias mobilizações intensas e, freqüentemente, greves. Reposições salariais, como a conquistada em 2000, só foram possíveis após intenso movimento de greve (ADUSP, 2008, p.4).

Somado a essas greves ocorreram os movimentos essencialmente por razões políticas, ou seja, sem a questão salarial se fazendo presente. Transparece a necessidade de se fazer um diálogo externo, de mostrar a importância das universidades públicas, de se trabalhar a perspectiva do patrimônio, o qual é incomensurável, do ponto de vista do fator histórico e cultural das universidades.

⁴⁴³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Constatamos na pesquisa que em muitos movimentos não se obteve as reivindicações almejadas, porém esses movimentos, ainda assim, configuraram-se como forma de pressão sobre o governo e CRUESP. É importante ressaltar que nos últimos anos vem sendo acrescida na pauta de reivindicações do Fórum das Seis a questão da descriminalização dos movimentos, conforme segue:

Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sociais, revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra as entidades representativas e ativistas do movimento sindical e estudantil que lutam em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.⁴⁴⁵

As conquistas mais significativas dos movimentos, além da recuperação parcial das perdas salariais, foi o recuo do avanço das ações neoliberais em diversos momentos e a manutenção da universidade pública e gratuita. Dessa forma, para termos uma idéia das reivindicações dos inúmeros movimentos de greves e paralisações realizados nas universidades pesquisadas, segue abaixo a tabela com os dados:

⁴⁴⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

⁴⁴⁵ Trecho extraído da Pauta Unificada 2009 do Fórum das Seis.

TABELA 25**REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS POR PERÍODOS POLÍTICOS**

TIPOS DE REIVINDICAÇÕES	1978- 1984	1985- 1989	1990- 1994	1995- 2000	2001- 2008
Reajuste salarial, política salarial	23	12	20	21	20
Aumento de verbas p/ a educação e universidades	5	4	5	3	12
Defesa dos serviços públicos e da universidade pública	6	4	6	7	8
Reivindicações políticas internas às universidades	4	5	4	5	6
Por autonomia e democracia nas universidades	6	4	4	2	3
Protesto contra demissões, punições e perseguições	5	6	1	2	7
Pelas contratações por concurso público	2	1	1	1	8
Situação funcional (plano de carreira, estabilidade)	4	4	3	1	5
Políticas de bem-estar (auxílio alimentação, transporte)	1	1	2	1	7
Condições de trabalho (redução jornada, segurança)	2	2	-	-	5
Por reabertura de negociação	1	1	1	3	4
Contra os planos econômicos, medidas do governo	5	10	6	3	5
Pelo direito de fazer greve	2	1	-	2	4
Pela manutenção do gatilho salarial mensal, URP	1	9	-	-	-
Contra as ações neoliberais	-	-	1	4	12

Fonte: Boletins da ADUSP, ADUNICAMP, ADUNESP, STU, SINTUSP e SINTUNESP. Elaboração própria.

As informações da tabela acima nos permitem inferir que, apesar da maioria dos movimentos terem ocorrido por reivindicação salarial, em grande parte destes também havia reivindicações políticas associadas, destacando-se também a defesa do ensino público e gratuito. Um ponto importante a destacar é que as lutas sempre ocorreram também com o objetivo de obter a democracia interna nas universidades, ou seja, uma universidade com instâncias de decisão paritárias e a participação da sociedade e de representantes dos trabalhadores. A partir do terceiro período as demandas ampliaram-se com os protestos contra as ações neoliberais introduzidas nas universidades e as perseguições aos grevistas.

Os dados apresentados na tabela 25 demonstram que, ao longo das décadas, a relação entre as categorias e o Estado não melhorou, ou seja, os trabalhadores nas universidades ainda necessitam utilizar a ferramenta da greve para o atendimento de suas demandas. Neste sentido as reivindicações classificam-se em: propositivas, defensivas e de contestação ou confronto, apresentando o caráter econômico, social e político-ideológico.

7.3 Formas de repressão aos movimentos nas universidades.

Durante o período de ditadura militar, os governos buscavam apresentar à população a visão de que aqueles que eram contrários ao governo, seriam criminosos e não ativistas políticos. Buscava-se demonstrar que os indivíduos que faziam oposição ao governo praticavam roubos e crimes do mesmo modo que ladrões e assassinos. Cartazes com fotos desses indivíduos eram distribuídos, na tentativa de incutir à população a idéia da necessidade de que fossem denunciados para que a polícia pudesse aprisionar criminosos e não opositores políticos (SILVA, 2002). A respeito da reação violenta do governo estadual durante uma manifestação de servidores públicos das Universidades paulistas em São Paulo, na greve de maio de 2000, o autor refere que:

Os procedimentos do governo FHC e de Mário Covas [governador], reproduzem as práticas da ditadura tanto no que se refere às ações concretas de repressão quanto na tática de manipulação da opinião pública. O governo joga tudo na despolitização do país, e vem sendo promovida com afincos desde o início do primeiro mandato de FHC. A quebra do espaço público, o enfraquecimento das instituições em que a discussão política tradicionalmente se exerceu, como as universidades públicas e os sindicatos, a inércia da sociedade civil, a pouca efetividade das oposições, a pressão e a cooptação exercidas intensivamente, tudo isso atua como forças contrárias à reorganização da cidadania. E tudo isso faz com que a palavra *política*, quando significa as ações pelas quais a sociedade se mobiliza para discutir a realidade social e reivindicar direitos, apareça com carga negativa (SILVA, 2002, p.138).

Em relação aos meios de repressão exercidos nas universidades que lembram o período da ditadura militar, vale a pena ver o depoimento abaixo:

Na ditadura a gente sabia com quem brigava; tem algumas pessoas internamente que a gente achava que estava junto com a gente; por exemplo, um ex-reitor da UNESP fez uma declaração dizendo que ele era contra solicitar mais verba pra universidade pública e foi na Assembléia Legislativa fazer um discurso contrário. Hoje nós temos pessoas, não vou chamar de ditador, mas com ranço das práticas que se fazia anteriormente contra aqueles que levantam a voz e vai defender o público, vai defender o coletivo. Porque eles estão hibernados e, de repente, em algum movimento de greve, aparece um que quer punir, que quer fazer sindicância, que quer tirar o direito de você se organizar no trabalho. E isso tem aumentado, ultimamente até o governo federal está pensando em

fazer lei e greve, lei de regulamentação, coisa que na democracia a gente imaginava que nunca alguém iria questionar esse direito.⁴⁴⁶

A postura dos reitores diante das negociações com as categorias tem sido, ao longo dos anos, uma postura autoritária e ocorreu o estabelecimento de uma relação como a de patrão e empregado, conforme os depoimentos abaixo:

O papel que os reitores cumprem de patrão dentro da negociação, ou seja, eles não agem como representantes da comunidade, que são eleitos para governar, mas eles estão ali para representar o Poder Executivo e fazer caixa pra universidade. Em nenhum momento até hoje você encontrou um reitor que falasse: *“vocês tem razão, vamos juntos lá na Assembléia Legislativa buscar mais recursos para as universidades”*. Às vezes vão em momentos díspares, não querem ir junto com a gente; um ou outro vai junto, mas depois logo quer se diferenciar da gente pra não se comprometer. Eles falam assim: *“nós temos as nossas formas de luta e vocês a de vocês”*. Então, eles não são docentes como nós somos, eles são os dirigentes que estão ligados ao Poder Executivo.⁴⁴⁷

Os reitores acabam assumindo uma relação de status administrativo na Universidade e que se descola do resto das questões mais amplas da própria Universidade e da categoria da qual ele faz parte; então, é engraçado porque eles agem como se fossem efetivamente patrões nas relações patrão e empregado. Muitas vezes eles assumem um discurso que fica fora de lugar; falando coisas e fazendo coisas que você diz é inacreditável que essa pessoa saiu do lugar de onde a gente conhece. A gente não teve na UNESP grandes lideranças da ADUNESP assumindo a reitoria da Universidade, como aconteceu na Unicamp por exemplo, mas tivemos pessoas que sempre estiveram associadas às associações de docentes, participando das mobilizações nas suas respectivas Unidades e que indo pra UNESP esquece completamente a sua trajetória histórica, então é um fator muito interessante a forma como eles lidam.⁴⁴⁸

Segundo a análise dos depoimentos da nossa pesquisa, foi possível constatar que nos últimos anos v uma maior dificuldade nas negociações de data-base com uma ausência de diálogo e morosidade no agendamento de reuniões de negociação entre o CRUESP e Fórum das Seis promovida pelo CRUESP, caracterizando-se numa estratégia indireta de repressão aos movimentos.

Há tentativas constantes de tentar desqualificar o Fórum das Seis. Devido à paridade no tratamento entre as categorias, há dificuldade de unificar a ação e a política, o índice que vai defender, mas isso é um avanço democrático, não dá pra voltar a tempos atrás onde se discutia separadamente as categorias dentro da universidade.⁴⁴⁹

Antes marcava-se um teto nas reuniões, mas a reunião continuava além desse teto até fechar a discussão. Hoje marca-se um teto e, se não terminou, marca-se uma nova reunião; aí acaba ficando um clima pesado, porque esse ano, a gente agendou algumas reuniões e elas não aconteceram. Nos últimos anos, deu o teto eles querem acabar a reunião e pronto. Na greve de 2000 a negociação terminou as cinco horas da manhã. Isso é um exemplo claro de como era as reuniões; ia noite adentro, era mais caloroso. A partir

⁴⁴⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁴⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁴⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁴⁴⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

de 2004 a coisa começou a ... houve um certo desrespeito em alguns momentos por parte do CRUESP e aí eles também analisam, eles fazem pesquisa de como está o movimento e, se a gente não tem mobilização forte, eles aproveitam da situação.⁴⁵⁰

Ultimamente tem ocorrido também, uma criminalização dos movimentos sociais na Universidade, como na campanha de data-base de 2009, em que ocorreu a solicitação, por parte da administração da USP, da Polícia Militar no campus do Butantã, com a finalidade de repressão do movimento grevista que havia sido deflagrado no mês de maio, através do indicativo do Fórum das Seis. Essas dificuldades de negociação entre o Fórum das Seis e o CRUESP, assim como as perseguições aos movimentos sindicais, ocorrem para desorganizar o movimento sindical interno, bem como podem ser consequência da crescente e visível desmobilização das categorias.

Eles [o CRUESP] não cumpriram com o que tava escrito no comunicado, não fizeram nada; na última reunião de novembro o CRUESP falou: “*vocês tinham razão, mas nós não vamos dar*”. E aí não muda nada porque você não tem força, não tem mobilização.⁴⁵¹

Apesar do direito de greve ser constitucional, apesar de falarem que nós estamos numa democracia, que democracia é essa que você vê ações contrárias a esse processo democrático? O inimigo hoje é tão grande quanto na época da ditadura, só que ele se camufla, ele se torna imperceptível e aí quando você se dá conta é através dessas ações: pega um ali, demite um aqui, muitas astronômicas e isso aí é prá eliminar a entidade sindical.⁴⁵²

Convém ressaltar que, concomitante a esse processo crescente de criminalização dos movimentos sindicais nas universidades, vem ocorrendo também um processo de ataque e perseguições às diretorias das entidades, juntamente com uma postura de desrespeito por parte do CRUESP nos períodos de campanha salarial. Exemplos disto são as recentes perseguições e ameaças a docentes da UNESP de Registro-SP, a ocupação pela PM do campus da USP em São Paulo, bem como a demissão de um dirigente do SINTUSP; todos esses fatos ocorridos em 2009⁴⁵³.

A perseguição e ameaça de morte que nós tivemos na UNESP de três docentes por discutir democracia num dos campi que foram criados; isso não gerou indignação em ninguém e é uma coisa séria; quando você chega nesse nível... Tá tão em moda a terceirização, me parece que eles terceirizam pra quem tá na frente do sindicato fazer toda e qualquer mobilização e defender; o docente acha que não tem que sair mais e ter a movimentação, a participar do debate. Então, essa idéia de terceirizar o movimento é muito complicado e por mais que o sindicato apresente, fale que vai ter consequência

⁴⁵⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 28/07/2009.

⁴⁵¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁵² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

⁴⁵³ Conforme Boletim do Fórum das Seis de março/2009.

alguns projetos do governo, somente quando o cara começa a sentir no dia a dia dele é que ele vai voltar lá e dizer: *mas vocês não fizeram nada?*⁴⁵⁴

No campus da USP em Pirassununga há denúncias de mapeamento de funcionários grevistas, ameaças de corte de ponto e chantagens a funcionários. Portanto, existe uma clara determinação do governo e da Universidade de acabar com os movimentos sindicais e estudantis, pois diversos funcionários estão sofrendo processos administrativos e estudantes também (ALARCON, 2009).

A demissão de trabalhador em gozo de estabilidade sindical exige, por lei, a precedente realização de inquérito judicial. A USP ignorou essa determinação e simplesmente nega a estabilidade, afirmando que “jamais autorizou, e nem poderia, qualquer eleição no sindicato”, como se tivesse o poder de tutelar a organização sindical dos funcionários (ALARCON, 2009, p.20).

Esse contexto porém, é mais grave se comparado à postura que sempre ocorreu, de exercer uma certa pressão sobre o movimento, conforme o depoimento: “As reitorias fazem as pressões usuais: ameaças de demissão, desconto salarial e buscam desacreditar o movimento. Tem sempre a célebre argumentação que estão reajustando os salários, o máximo possível”.⁴⁵⁵

O nível de repressão exercido pelas reitorias nas diferentes épocas variou bastante nas três universidades, conforme os depoimentos:

“Nas greves que teve em 1990 tinha muita repressão por parte da reitoria [da Unicamp] e o Vogt fez a portaria 176⁴⁵⁶, que era insubordinação, então criou uma série de mecanismos de intimidação”.⁴⁵⁷

É o que a gente chama de uma ditadura branda que vai no dia a dia e talvez em algumas posturas de chefes, de pessoas que chegam a cargos políticos dentro da universidade. Quem consegue galgar na universidade... a hora que o governo assume, chama todo mundo pra secretariar e quem vai pro secretariado não é alguém que é apartidário, é alguém que tá muito bem vinculado ao partido.⁴⁵⁸

O fato de ocorrer o piquete não quer dizer que não haja consciência política. Em muitas Unidades o piquete acontece porque a pressão das chefias é muito grande, então o funcionário quer fazer greve, mas sabe que não vai conseguir suportar a pressão porque as chefias, muitas vezes, telefonam prá casa dos funcionários, mandam bilhete, e-mail, pressionando para que eles voltem a trabalhar. Como a pressão é grande, o piquete passa a ser um instrumento que é legítimo da categoria de fazer frente a esse tipo de situação.⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁵⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 19/03/2009.

⁴⁵⁶ A Portaria GR – 176, de 10/09/1990 fixa normas para aplicação de penalidades aos servidores técnico-administrativos da UNICAMP.

⁴⁵⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁴⁵⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁵⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

Outrossim, a repressão aos movimentos não é praticada apenas pelo governo, reitorias e administrações nestas universidades, mas também ocorre uma repressão direta através das chefias, conforme evidenciaram os depoimentos:

Nós já tivemos um pessoal antigo que já tomou muito esfrega, já sofremos muitas humilhações, etc. Em São Paulo é uma perseguição pior do que nos campi do interior, a maneira com que as pessoas são tratadas, há uma frieza, o clima lá é muito mais tenso. Eu participei de várias negociações com a reitoria e tem professor lá que é muito mal educado com a gente, que grita e quer se impor à base do berro, então imagina como esses professores são no dia a dia com os seus subordinados, que são funcionários; tem muita pressão.⁴⁶⁰

Nós ainda sofremos muitas perseguições com ameaças e isso é um grande fator que amedronta os funcionários. Ocorrem ameaças do tipo: *se você for pra greve, na próxima avaliação eu vou te pegar e aí você vai perder ponto*, e muitos nessa hora tem dificuldade de levantar e dizer um basta, de reagir em relação a tudo isso que ocorre e, em consequência dessas coisas, a gente vê a dificuldade dentro da organização dos funcionários.⁴⁶¹

Esse conflito dos funcionários mais subordinados e seus superiores, os tais chefes, isso é uma coisa bem pesada porque essa relação sempre foi bastante autoritária; o chefe dos campi da UNESP eram padrões públicos, aquela coisa de punir. É uma cultura que vem com a universidade desde sempre e para você romper isso é difícil. Por exemplo, o diretor, tudo que ele quer é continuar no posto que possa subir mais, então ele tem uma preocupação de manutenção do poder e ele exercia esse poder com os subordinados de uma forma bastante autoritária; então, esse perfil era um que a gente tinha que lidar. Eu cheguei a presenciar explicitamente ameaças do tipo: *“se você não fizer tal coisa...”* Na base da chantagem, não tinha a ver com serviço e eu presenciei chefes usando isso pra intimidar, pra pessoa não aderir à greve, pra obedecer de cabeça baixa; exercício de poder mesmo.⁴⁶²

Na categoria docente nós temos uma divergência da ala supra direita até a ala de ultra esquerda e aí você tem um posicionamento político dentro da universidade que tem uns que tem a concepção que nunca vão fazer greve na vida. Tem funcionários que são vinculados a esse tipo de professor, que são cobrados de não participar de nenhum movimento; tem corte de dia e tirar os direitos; tem muita gente da base dos funcionários que não participa por esses motivos.⁴⁶³

De acordo com Pessoa (1995), existe uma dificuldade em impor sanções a um grande número de grevistas, uma vez que existem os laços de solidariedade nas categorias e da possibilidade de aprofundar ainda mais o conflito instalado. Devido a isso, geralmente ocorre a opção de punir somente os dirigentes sindicais e a imposição de multas aos sindicatos. O autor refere ainda que a detecção de responsabilidades durante o movimento de greve no setor público, não deve caracterizar-se em uma ação contrária ao direito, tais como perseguições “policialescas” de tipo político-ideológico com o propósito de intimidação dos militantes.

⁴⁶⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁴⁶¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁴⁶² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

De fato, nas universidades pesquisadas verificamos que os reitores frequentemente determinam que sejam providenciadas listas de grevistas, como um recurso para desmobilizar os servidores durante os movimentos.

Analisando as tentativas de repressão aos movimentos nas Universidades pesquisadas, por parte do CRUESP e governo estadual, conforme a tabela abaixo, observa-se que, na grande maioria das vezes, as formas mais comuns de repressão são as ameaças de corte salarial e a convocação do policiamento ostensivo, como forma de intimidar os movimentos. Posteriormente efetua-se o bloqueio de vias públicas, as perseguições e punições, as agressões e dispersamentos e as demissões/prisões.

TABELA 26

REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS POR PERÍODOS POLÍTICOS

FORMAS DE REPRESSÃO	1978-1984	1985-1989	1990-1994	1995-2000	2001-2008
Agressões, espancamentos e dispersão de grevistas	3	3	2	5	8
Plantão da PM nos locais de manifestações	9	6	7	10	12
Impedimento de manifestações, passeatas, etc	6	3	3	5	8
Demissões de grevistas	22	2	15	6	3
Perseguições à grevistas (suspensão, processos, etc)	4	3	13	4	8
Ameaças e/ou corte de ponto (listas de grevistas)	4	2	15	6	10
Endurecimento da negociação	5	3	4	4	9
Depoimentos no DOPS, prisões	2	1	-	1	1
Plantão da PM nos campus universitários	1	1	1	-	4
Multas aos sindicatos	-	-	1	3	4
Sem mencionar*	10	8	7	6	-

Fonte: Boletins da ADUSP, ADUNICAMP, ADUNESP, STU, SINTUSP e SINTUNESP. Elaboração própria.

*Muitos documentos não mencionaram ocorrências.

Esse conjunto de dados permitem inferir que nos últimos anos vem ocorrendo um maior número de ações de intimidação e repressão aos movimentos grevistas nas universidades, sobretudo com um maior endurecimento nas negociações, intimidação policial e perseguição aos

⁴⁶³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

grevistas. Dessa forma, ao analisarmos essa questão aparece o papel repressivo do Estado, representado nas universidades pelo CRUESP, que manda punir os servidores durante as manifestações nos espaços públicos e no interior das próprias universidades.

Os dados apresentados na tabela acima demonstram que ocorreu um aumento nas agressões, impedimento de manifestações, plantões da PM nos locais de manifestação, endurecimento da negociação e multas aos sindicatos, o que vem a comprovar a atitude de criminalização dos movimentos. É interessante observar que as multas sindicais não apareceram nos dois primeiros períodos.

7.4 – As práticas sindicais nas Universidades Estaduais Paulistas.

Pretende-se neste momento analisar como ocorre a articulação da militância política e sindical das categorias pesquisadas, bem como suas estratégias de atuação e o seu discurso em cada Universidade. Uma das singularidades dos movimentos nas Universidades reside nos padrões de organização e mobilização, bem como aos diferentes métodos de luta e contestação que os trabalhadores imprimem aos movimentos.

A análise das entrevistas com as lideranças revelam experiências de lutas organizadas pelas categorias, as quais foram motivadas por momentos de conflitos, sentimentos de indignação, necessidade de preservação do salário e de direitos adquiridos, etc. Os componentes da luta variam e articulam-se de maneira diferente no momento de mobilização, ou no momento de desmobilização, sendo que há momentos em que uma Universidade necessita articular melhor a luta para que possa entrar numa greve.

Em relação às práticas sindicais na UNESP, podemos inferir que existe uma dificuldade de mobilização, tanto de docentes, quanto de funcionários, oriunda da questão da estrutura da Universidade, a qual é espalhada por diversas cidades. Com isso, a dificuldade de articulação tanto das assembléias, como de informação, passa a comprometer a mobilização, a qual, muitas vezes é articulada em conjunto com outras entidades da universidade. Também transparece uma certa relação de dependência dos funcionários em relação aos docentes para aderir aos movimentos, conforme ilustram os depoimentos das lideranças explicitados abaixo:

As associações continuaram paralelamente ao sindicato e em determinada circunstância o SINTUNESP teve muita dificuldade de penetrar nas categorias logo no início. Hoje essa questão é um pouco mais tranqüila, mas a gente não consegue hoje aqui mobilizar as categorias se a gente não tiver as duas entidades juntas. A gente só consegue pensar em mobilização, se a gente dialogar com o presidente da ASUNESP e com o delegado sindical daqui, porque todas as discussões políticas que a gente faz aqui, a gente faz em

conjunto. Quando se chama uma assembléia da categoria dos funcionários, se chama em nome das duas entidades: SINTUNESP e ASUNESP, porque de uma certa forma, pelo fato de ter uma articulação mais assistencial da ASUNESP, ela acaba tendo um lastro no conjunto dos funcionários muito mais forte do que tem o SINTUNESP; porque este acaba ficando muito isolado por ficar na mão de uma única pessoa e a ASUNESP tem aqui e em outros locais, com uma diretoria que promove várias atividades, então isso dá para ela uma “legitimidade”, um diálogo com o conjunto dos funcionários que muitas vezes o delegado sindical não tem. O que acaba acontecendo é que a gente não consegue fazer as coisas, se a gente não tiver a junção das duas entidades; e o presidente aqui da ASUNESP participa dos órgãos colegiados centrais, no Conselho Universitário e ele acaba tendo uma liderança política bastante considerada (risos). Acho que foi uma saída encontrada.⁴⁶⁴

Obviamente em termos de disparar um movimento a gente demora mais tempo, quer dizer, você marca uma assembléia na USP, por menos representativa que esteja, a informação roda com muito mais facilidade. No nosso caso, você sabe que em cada lugar você tem uma história de realização de assembléia num determinado dia da semana, aí você fica dependendo da informação chegar na central pra distribuir pros outros campi. Eu penso que nós temos um time de mobilização pra colocar o bloco na rua, como a gente chama, diferente de UNICAMP que é mais concentrada e de USP. Então, você tem uma dificuldade de disparar o processo num mesmo time na UNESP por ter essa pulverização, tem lugares que vão entrando em momentos diferentes na mobilização e isso é um problema, porque enquanto um já está há vinte dias, ou já fizeram algumas paralisações, o outro tá chegando agora e aí o pique de um pra greve já tá na fase de desmobilização do outro; você tem que trabalhar com essas questões. Tem o problema também da sincronização entre funcionários e docentes. Então, na UNESP tem uma dificuldade um pouco maior, é mais complexo você fazer movimento.⁴⁶⁵

Qual é o problema dos funcionários? Eles ficam muito colados ao movimento docente porque não tem aquela segurança política, pelo menos na UNESP isso fica mais claro; é difícil uma greve de funcionários que saia na frente na UNESP. Por isso que essa articulação ADUNESP/SINTUNESP sempre foi muito importante, porque a gente vê a fragilidade, porque, como a gente é espalhado pelo interior, todo mundo se conhece nas faculdades e sabe das pressões, sabe onde é possível avançar, etc. A entidade que mais mobiliza hoje é o SINTUSP, porque eles conseguem ainda mobilizar; tá ligado a uma direção política muito clara do sindicato, que possui uma cultura política importante, de confiar na diretoria, ter independência, que sem luta não vem nada, o que eu acho que é correto.⁴⁶⁶

Uma dificuldade é que os movimentos na UNESP pra ganhar corpo e ficar uma coisa de peso político maior, é bom que ele seja em conjunto com o movimento docente, porque o movimento docente tem maior força política. Porque, quem manda na universidade? São os docentes, o fato é que a universidade é gerida por docentes e funcionários são considerados a terceira categoria da universidade, ou seja, meio que a ralé na hierarquia. Bancar os movimentos sem os docentes, nós fizemos isso sim algumas vezes, mas é difícil. Os docentes sempre são auto-suficientes; os funcionários é que dependem, em grande medida, da organização docente porque eles tem maior força política. Agora, o docente não depende de ninguém, caminha sozinho. Existe uma rixa entre docente e funcionário; o docente é sempre superior, é sempre mais arrogante e funcionário fica quietinho e obedece e “já ganha muito pra fazer o que faz; tem uns que ganham sem

⁴⁶⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁴⁶⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁶⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

fazer nada”. É isso que os docentes falam. Em parte é verdade, mas não dá pra generalizar.⁴⁶⁷

As maiores dificuldades dentro da UNESP é a pulverização de vários campus ao longo do Estado; são poucos diretores liberados e a gente não consegue estar em todos os campus. Também muita gente vai pela questão imediatista, não se mobiliza, ou porque tem um cargo, tem gratificações; então, as pessoas não se mobilizam por medo de perder a função de chefia. Geralmente quem se mobiliza são as funções menores dentro da Universidade, essas funções são as que mais participam das mobilizações.⁴⁶⁸

Nos vários campus da UNESP, o fato das associações de funcionários não terem se transformado em sindicato, demonstra que pode ter ocorrido, no passado, uma certa dificuldade, por parte dos funcionários, de se pensar mais politicamente, bem como a questão do preconceito em ser sindicalista, conforme mencionado em entrevista:

As associações de funcionários já existentes eram extremamente resistentes à qualquer transformação em sindicato, não queriam nem ouvir falar. A resistência é até hoje e eu acho que é a coisa do preconceito; quem faz sindicalismo é subversivo, tá contra a ordem vigente, enfim, a UNESP, ela tem a sua característica de “interiorização”, conservadorismo, tradição e a coisa do assistencial é muito forte; eles adoram uma associação que tem uma chácara para fazer um churrasco no final de semana; muito melhor que ficar batendo de frente com o “patrão”.⁴⁶⁹

Em relação às dificuldades de mobilização na UNICAMP, um dos dirigentes do STU atribuiu a questão à mudança do perfil da categoria de funcionários e às ações neoliberais.

As maiores dificuldades talvez esteja no perfil que a categoria adquiriu pelos processos que tiveram de carreira, de estruturação. O perfil da categoria hoje é essencialmente de classe média, ela perdeu muito do caráter proletário maior que ela tinha nos anos 1980. As outras dificuldades são inerentes ao movimento sindical, que passa por dificuldades pra mobilizar os trabalhadores e o período do neoliberalismo levou com que a questão da discussão coletiva ficasse secundarizada; então, as pessoas não vêem, em sua maioria, a ação coletiva como uma coisa que vai lhe dar um resultado imediato. Então, essas duas coisas combinadas, tem relação com essa visão neoliberal individualista e repercute no processo de mobilização.⁴⁷⁰

Também identificamos na pesquisa que ocorre diferenciação na forma de agir das reitorias em cada universidade para interceder no sindicalismo dos funcionários. Diante disso, verificamos que na UNESP a reitoria não atua diretamente devido ao distanciamento, pois a reitoria está localizada em São Paulo e os campus são pulverizados. Na USP a atuação das reitorias é na forma de uma repressão mais direta com multas ao sindicato, suspensões, demissões, desconto salarial, etc. Apenas na UNICAMP a reitoria sempre busca a estratégia de promover a disputa

⁴⁶⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

⁴⁶⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 28/07/2009.

⁴⁶⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

⁴⁷⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

pelo aparelho sindical. Provavelmente isso ocorra com frequência na UNICAMP devido ao fato de que a ASSUC foi fundada por membros da reitoria. Outro ponto de atuação das reitorias é a cooptação de dirigentes sindicais ou de militantes, sendo que essa prática é realizada nas três universidades.

Aqui na UNICAMP, diferente da USP e da UNESP, a reitoria disputa diretamente os espaços dos funcionários; eles organizam grupos e articulam para poder fazer a disputa do pensamento, da idéia, do apoio aos funcionários. Essa é uma situação específica aqui da UNICAMP; na USP e na UNESP não tem isso, as reitorias normalmente agem como reitorias que tratam os sindicatos às vezes combatendo, às vezes negociando; mas aqui tem uma interferência direta, a reitoria põe a mão na organização e tenta...isso historicamente, desde a fundação da ASSUC.⁴⁷¹

Cabe aqui mencionar que surgiram algumas questões a serem consideradas: de onde vem esse aprendizado da luta coletiva? Quais são as características sócio-políticas das categorias?

Diante das entrevistas, ao verificarmos o tempo de militância dos dirigentes das entidades docentes, observamos que a totalidade dos entrevistados, vem atuando em movimentos sociais desde longa data, apresentando um acentuado nível de politização e um longo período de militância nas entidades sindicais. A maioria dos entrevistados teve uma militância anterior no movimento estudantil. Conforme algumas declarações: “Na metade da década de 70 eu comecei a participar da reconstrução da APEOESP; nós conseguimos nos organizar e tirar os pelêgos que estavam lá; a militância começa daí e não pára mais”.⁴⁷² “Participei no movimento estudantil de 1972 a 1977. Depois militei na APEOESP entre 1975 e 1980”.⁴⁷³ “Desde 1964 acompanhei o movimento de resistência à ditadura militar, particularmente aquele associado ao movimento estudantil, pois eu morava no campus da USP. Participei também dos movimentos organizados pela juventude metodista”.⁴⁷⁴

Eu já militava antes, a minha adesão aos movimentos sociais começa com a adesão ao movimento estudantil nos anos 1976 e 1977 na UNICAMP e depois começou a minha aproximação com o movimento sindical, que estava em ascensão naquele momento, inclusive por conta das greves, naquela fase de reorganização do movimento estudantil.⁴⁷⁵

Eu militava na época do movimento estudantil, época da ditadura, início do processo de abertura democrática. Eu fui presidente do Diretório Acadêmico dos estudantes em Rio

⁴⁷¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁴⁷² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

⁴⁷³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 19/03/2009.

⁴⁷⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

⁴⁷⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

Claro, em 1976. Na época, eu não era vinculado a nenhum partido político e a nenhuma corrente política.⁴⁷⁶

No movimento estudantil; meu início de participação foi na época do “Fora Collor”, no colegial e foi um primeiro engajamento em termos de política. Naquele momento o movimento estudantil, de maneira geral, também estava indo às ruas. Isso começou na cidade de Ibitinga, onde eu estudava”. Durante a graduação, por questões pessoais e trabalhar pra me manter fora da cidade, eu não me envolvi tanto na época da universidade, mas foi só chegar na UNESP em Bauru... despertou em mim o interesse de voltar a participar dos debates, das discussões.⁴⁷⁷

No início da década de 80, os partidos estavam se reorganizando, eu passei a militar no movimento racial e estudantil na UNESP e passei a militar também pelas questões mais amplas do país, em particular a redemocratização da sociedade, movimento pelas Diretas Já e da organização do PT em Marília; minha militância vem anterior ao movimento docente. Eu me filiei na ADUNESP logo que entrei como docente e já participando da diretoria do sindicato e, desde então, não parei mais.⁴⁷⁸

Eu tenho um passado de militância no movimento estudantil na universidade; participei do congresso de reconstrução da UNE em Salvador, enfrentamos todo aquele momento de ditadura, a polícia parando os ônibus, os cachorros entrando dentro para achar drogas, enfim, jogando prego na estrada pros ônibus não chegarem... Tudo que aconteceu nessa viagem e no próprio congresso da UNE influenciou muito na minha formação, na minha disposição pra luta. (...) eu fui me engajando no movimento estudantil até me organizar no Partido Convergência Socialista.⁴⁷⁹

Dessa forma, as primeiras lideranças do movimento docente tiveram origem no movimento estudantil, o qual demonstra, em sua trajetória, um caminho inverso, ou seja, organiza-se através das ações do movimento docente, sendo que, líderes do movimento estudantil tornaram-se posteriormente docentes e passaram a atuar nos movimentos (NAVARRO e NADER, 1997).

Constatamos que situação semelhante ocorreu com os dirigentes das entidades sindicais dos funcionários: “Eu venho de uma história anterior à UNICAMP, eu sou comunista anterior à UNICAMP, eu fundei o MOHAN nacional. Eu sempre fui militante, era militante na região do ABC e participava de movimento popular⁴⁸⁰

Eu entrei na USP em 1978, mas eu já era militante na época da ditadura militar, eu até participei de uma organização clandestina na época, eu fui do PCR – Partido Comunista Revolucionário, participei também de movimentos populares, militei no movimento contra a carestia e diversos outros movimentos, ajudei na construção da oposição da organização dos metalúrgicos de São Paulo, apesar de não ser metalúrgico.⁴⁸¹

⁴⁷⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

⁴⁷⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁷⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁴⁷⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁸⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁴⁸¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

Eu sempre fui de esquerda e petista no interior do Estado, entrei nas greves dos bancários; a maior greve em 1985: 500 mil bancários parados, eu trabalhava no Comind aqui, então, já tinha uma militância bancária. Vim pra UNICAMP em 1986 e já tinha greve aqui; eu já fui pro comando de greve no IA com poucos meses de admitido porque aqui, na década de 80, o movimento sindical tinha uma efervescência, tinha grandes movimentos.⁴⁸²

A gente militava mais no ANDES-SN que já era sindicato desde a Constituição de 1988, mas eu milito no movimento desde a minha época de movimento estudantil em 1977; eu participei do Congresso de reabertura da UNE em 1979, na Bahia; depois vim no Congresso de Piracicaba que foi em 1980. Aqui na UNICAMP nas várias greves como militante de base e como representante do Conselho de Representantes.⁴⁸³

Portanto, o que se verifica através desse conjunto de depoimentos acima, é que a maioria dos dirigentes das entidades de funcionários, ou mesmo quase a sua totalidade, anteriormente à vivência sindical na academia, também estavam engajados em movimentos sociais diversos.

Em relação às práticas sindicais utilizadas durante os períodos de campanha salarial, paralisações e realização de greves, elas diferem entre as três universidades e mesmo entre as entidades sindicais de docentes e funcionários, no período pesquisado. Cada entidade tem o seu procedimento, porém em alguns aspectos elas se assemelham, como, por exemplo a escolha do comando de greve que, geralmente, é composto em assembléia.

Na ADUSP o comando é escolhido em assembléia e, em geral, é constituído de representantes de unidades e membros da diretoria. Cada entidade decide suas formas de luta nos sés fóruns democráticos. Nesse sentido a realização de piquetes e bloqueios é decisão soberana de alguma assembléia. Não cabe a uma entidade decidir como as outras devem agir. Certas formas de luta são aceitas em um setor e não em outro. O Fórum das Seis usualmente discute as atuações de cada entidade numa luta conjunta, mas o que pode fazer é, internamente, apresentar reflexões sobre a conveniência ou não de alguma atitude. As entidades sempre tem ações diferentes, mas isso quase sempre ajuda, pois a pressão sobre as reitorias se manifesta de forma diferente e com efeitos diferentes. É sempre bom lembrar que os adversários adoram fomentar divisões no movimento.⁴⁸⁴

No caso da UNESP os comandos de greve tem muito a ver com a representação de cada campi. Aqui entre o STU e o SINTUSP tinha bastante similaridade, mas em função desse perfil que eu expliquei, os nossos comandos de greve não são comandos mais, pelo menos nas últimas mobilizações, que tem a capacidade de objetivamente conduzir a greve, mas são comandos que influenciam na posição, na definição da opinião política. Não é um comando daquela militância que constrói a greve, não se insere na organização da greve. Isso tem a ver com a perspectiva, o comando de greve tem a ver muito com militância organizada, com militância partidária, com militância que tem convicções ideológicas e que estão envolvidas ideologicamente com a causa; isso fragilizou bastante aqui na Universidade. As pessoas que participam hoje não tem experiência e não tem representatividade suficiente pra esse tipo de militância, que é uma militância mais

⁴⁸² Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁴⁸³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

⁴⁸⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 19/03/2009.

forjada dos anos 80, dos anos 90, ou aquela que veio da ditadura. O SINTUSP ainda preserva isso porque eles tem uma vanguarda.⁴⁸⁵

O comando de greve é constituído pela própria diretoria do sindicato e nos últimos doze anos ou mais, o Conselho Diretor do sindicato também integra o comando de greve, que são representantes eleitos nas Unidades e mais as pessoas eleitas antes ou durante a greve. Nós achamos que, no momento de greve, nós temos que integrar todas as pessoas que estão assumindo a militância, independente deles serem ou não formalmente do sindicato, da diretoria ou do conselho. Desde 79 que foi a primeira greve, quem dirige o movimento é o comando de greve, inclusive a diretoria do sindicato deixa de existir enquanto diretoria durante a greve; ela se integra no comando, passa a ser parte desse comando, que é quem dirige o sindicato e a luta dos trabalhadores durante o período de greve.⁴⁸⁶

Uma dificuldade é que o comando de greve na UNESP, cada campi tem o seu e tem uma peculiaridade: você não tem como fazer uma regra geral pra todos os locais; aqui é diferente da USP, que é diferente da UNICAMP, então, cada greve tem sua história, o comando que se pensava anteriormente não tem como manter, uma comissão de ética mantendo a mesma lógica, ela é meio mutante, dependendo das pessoas que fazem parte e dependendo do contexto que está sendo vivido.⁴⁸⁷

No movimento docente é comum ser constituída apenas uma “comissão de mobilização”, que no mais das vezes agrega diretoria, conselho de representantes e membros eleitos ou indicados em assembleias gerais da categoria. Os funcionários e estudantes são mais contundentes no que se refere à utilização de piquetes ou outras formas de constranger os que resistem para entrar em mobilização. Também são mais suscetíveis ao uso de ocupações, além de proporem assembleias deliberativas de toda a comunidade universitária, proposta esta que quase sempre encontra resistência por parte dos professores, talvez até por receio de serem minoritários no cômputo numérico de qualquer eventual deliberação.⁴⁸⁸

É importante mencionar que a realização de assembleias é uma estratégia imprescindível para a atuação e deliberação dos movimentos nas três universidades, sendo esta soberana sobre todas as outras instâncias, inclusive sobre os indicativos do Fórum das Seis.

Cada campi tem a sua dinâmica própria de fazer assembleia. Em Marília a gente chega a fazer momentos de assembleia separada e depois juntamos pra tirar deliberações conjuntas, às vezes fazemos tudo separado, então depende um pouco da dinâmica da greve. Na USP acaba acontecendo a mesma coisa porque é difícil você ter assembleia unificada com as três categorias ou com as duas categorias lá. Ela é muito mais pra ratificar coisas que já foram tiradas nas assembleias de cada categoria, então também tem uma dinâmica muito específica.⁴⁸⁹

As assembleias são fundamentais, só que a gente tem que lidar com os *times* diferentes de cada categoria. O fato de você ter assembleias, elas são mais soberanas do que o Fórum, porque o Fórum é uma coordenação e ela recomenda, do ponto de vista da unificação. É claro que a unificação seria muito mais interessante, mas se fosse uma

⁴⁸⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁴⁸⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 21/09/2009.

⁴⁸⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁴⁸⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 02/09/2009.

⁴⁸⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

unificação de cima pra baixo, a gente estaria tirando o oxigênio das nossas próprias assembleias; se o Fórum decidisse tudo, não precisaria existir as assembleias.⁴⁹⁰

Quando o Fórum das Seis divulga o indicativo de entrar em greve não necessariamente todas as categorias, nas três universidades irão iniciar a paralisação no mesmo dia. Isso dependerá do grau de mobilização de cada categoria, em cada uma das unidades, nas três universidades.

No que se refere à decisão de deliberação de greves e paralisações, de acordo com as lideranças entrevistadas, os funcionários tem se mostrado mais dispostos a deliberar pela paralisação das atividades.

As direções dos funcionários tem uma maior clareza, eles não divagam tanto como os docentes. A gente ao fazer greve repõe os dias, repõe as aulas, mas os funcionários são cobrados objetivamente, levam falta, às vezes descontam os dias e é uma luta pra reverter, aquela coisa toda. Então, a hora que dá o passo tem que pensar bem; então, esse acúmulo político os funcionários tem, mas eu acho que hoje eles também estão enfraquecidos, nesse sentido do enfraquecimento da luta dos docentes; porque, a força do Fórum era o que? A unidade.⁴⁹¹

Algumas entidades sindicais das Universidades pesquisadas, caracterizam a atuação do SINTUSP como sendo mais radical⁴⁹², conforme depoimento: “A gente faz piquete, faz arrastão de sair nas unidades todas... Isso nasceu em 79 e até hoje não pára. Os caras vem falar: *Ah, vocês são muito radicais, vocês vem fazer piquete*⁴⁹³”.

O piquete é utilizado praticamente em todas as greves na USP, com o objetivo de ter assegurada uma maior adesão ao movimento, pois nesta situação, os trabalhadores indecisos ou que não se mobilizaram, são persuadidos a aderirem à greve. Provavelmente devido à utilização dessa estratégia, o SINTUSP é a entidade sindical atualmente que vem conseguindo uma maior adesão aos movimentos.

Quem tem a maior mobilização hoje indiscutivelmente, é o SINTUSP; é claro que gravita em torno da diretoria do SINTUSP um grupo de liderança sindical da melhor qualidade, mas também muito radicalizado; eles vão fazendo as coisas e depois quem tem que pagar a conta é o coletivo, mas sem dúvida nenhuma, é a categoria que mais consegue fazer a mobilização, que tem mais lastro social.⁴⁹⁴

O piquete tem a ver com essa história, tem uma massa proletária [na USP] que consegue puxar a mobilização; eles tem uma relação quando fazem greve, com setores do movimento social que eles puxam para ajudar na mobilização; de movimento sem teto, movimento sem terra, que agregam na mobilização deles e tem uma relação com o sindicato muito estreita e isso também cria um caldo pra ajudar na mobilização. Então,

⁴⁹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁴⁹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁴⁹² Entende-se como radical, formas de ações coletivas em que são utilizados os piquetes, bloqueios de prédios e vias públicas, arrastões, ocupações, etc.

⁴⁹³ Entrevista realizada com militante SINTUSP em 02/07/2008.

⁴⁹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

you have this mass that pulls the strike, this other part that I'm talking about are supports, it's not what determines, what determines is this mass itself. It creates the space for mobilization, you have enough people to be able to do these strikes that they do, that's what the people were doing at UNICAMP in the 1980s.⁴⁹⁵

Since 2000 that I'm here and I always had a strike, in 1978 I also had, in all the strikes here that I remember was with a strike. There are some units where the strike is indispensable, like the University campus where, even though all the employees vote in favor of the strike, it's necessary to have a strike because there are external units, external companies that work inside. Because any occurrence inside of any unit during the strike will be blamed on SINTUSP.⁴⁹⁶

However, as demonstrated by the interviews with the leaders, this radical action is manifested due to the attitude of indifference and persecution of the administrations of the universities, or rather, a lack of disposition for dialogue and negotiation and also to the political persecutions practiced, primarily, by the rectorates of USP. It is clear that, parallel to this question, it is important to mention the existence of a determined political-ideological attitude of the directions.

Aqui é assim: a gente não entra no primeiro dia e faz piquete na reitoria, mas depois de uma semana: *não vou negociar, não quero nem saber*; piqueteia a reitoria e a radicalização vai aumentando como forma de... e a vida mostrou pra nós que só assim que a gente conquista, na base da radicalidade e aí eles ameaçam cortar o ponto, vai fazer o sindicato pagar dez mil por dia por cada prédio picateado, chama a Justiça e a gente resiste, é uma queda de braço.⁴⁹⁷

What has led to this more radical form of action is a conception that we have of it, unfortunately, without a combative struggle of truth, we do not win a position, inclusive authoritarian, of the rectorates. We always had a very offensive action, so the rectorates, then our action also combative ends up being a response to it. Our radicalism seeks to be at the height of the attacks that we have suffered and we intend to continue like this, despite the criticisms from those who are conservatives and think that we are too radical.⁴⁹⁸

Automatically you radicalize because you know that you can't dialogue with certain sectors, so you end up radicalizing. In Unidade Lá [São Paulo], they say that they want to stop, but they're being threatened by it and that, so they go there and do the strike; but the strike is done with the own employees of the local and some of the union members go to close and don't enter anyone, they themselves decided not to enter. So, there are many locals that they go there because the pressure is very strong.⁴⁹⁹

In SINTUSP there is an attack on the union direction and this makes you have to have a reaction to this type of attack. It ends up being an appeal because you send a worker even though it is a person who has been there for many years, the Brandão should have

⁴⁹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁴⁹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 22/09/2009.

⁴⁹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁴⁹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 21/09/2009.

⁴⁹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

mais de vinte anos de USP. A conscientização política que a vanguarda tem, a maioria da base não tem.⁵⁰⁰

Apesar da categoria dos docentes e dos demais trabalhadores universitários serem de classe média, esses seguimentos são diferenciados em termos de extração social, nível sócio-econômico, político-cultural e intelectual, afiliações partidárias, vivências em movimentos sociais anteriores e isso influencia na atuação sindical, pois, uma das características é que a grande maioria da categoria docente, geralmente não faz piquete, não faz arrastão, ocupações, bloqueios de prédios, etc;

(...) eles [os docentes], nunca concordam com nossos métodos, eles acham que nós somos radicais porque a gente faz piquete, faz arrastão de sair nas unidades todas. Isso nasceu em 79 e até hoje não para, a gente sabe que se não tiver essa radicalidade do movimento não vai, a gente não arranca nada. Nós fazíamos piquete até na época da ditadura militar, não vamos fazer agora? Os caras colocavam cavalaria para dissolver os piquetes, com bombas de gás, com tudo, com cacete...⁵⁰¹

O SINTUSP era sempre mais arrojado, gostava de um pouco mais de briga e em toda reunião eles faziam auto-crítica mas, passava isso, faziam tudo de novo; eles quase queriam fazer uma luta armada, entendeu? Via SINTUSP espera-se derrubar o neoliberalismo, é isso. Então, o reitor é o patrão que precisa ser degolado e a universidade é uma organização capitalista e por aí.⁵⁰²

Na visão das lideranças, para a categoria docente, de base meritocrática, esse tipo de estratégia está muito distante. As estratégias utilizadas por essa categoria seriam outras, tais como realizar debates, publicações, denúncias na mídia, etc. Desta forma, nas Universidades essa posição da categoria docente se confronta com a posição de um setor dos funcionários e dos estudantes, os quais acham que essa é a melhor forma de luta, ocasionando um conflito de atuação das entidades sindicais.

Porém, através das entrevistas, percebemos que a posição de vários dirigentes do movimento docente nas três universidades é favorável à realização destas ações mais “radicais”, porém a base da categoria não os autoriza à implementação e incentivo destas ações. A questão da legitimidade desse tipo de ação também fica atrelada à análise política do que está colocado naquele momento específico.

Os docentes não suportam nenhuma dessas aí [piquetes, ocupações, bloqueios], não praticam nenhuma dessas e ainda ficam zangados quando os outros fazem. A não ser que tenha apoio de massa, isso é maluco, isso é se suicidar politicamente. Tem que ser votado em assembléia; individualmente eu compreendo e não criminalizo. Quando houve a intervenção do Maluf a gente fechou o IFCH e eles [os interventores] tinham

⁵⁰⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁵⁰¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁵⁰² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 22/04/2009.

que passar no meio de um corredor polonês pra entrar, então... Mas era muito mais aluno do que professor; mas fizemos, a gente fez miséria com eles.⁵⁰³

Eu particularmente e pessoalmente sou uma pessoa que acredito sim nos bloqueios e piquetes, mas geralmente não é uma posição consensual entre os docentes, pelo contrário, os docentes são bastante contra. Eu sou muito próximo aí das lutas com piquetes e bloqueios; eu acho que é uma forma de pressionar e, se a gente não tiver formas de pressão, realmente não acontece nada. Por que estourou todo esse movimento agora? [em 2009] Por causa dos piquetes e bloqueios lá do SINTUSP, foi ali que... Trouxemos os professores pra assembléia porque, em resumo, foi por causa do SINTUSP.⁵⁰⁴

Nós da ADUNESP não temos problema de discutir que, em algum momento, tem sim que fechar e radicalizar um pouco mais e obviamente nós vamos ter muitas críticas do grupo de direita, mas a gente sabe que, talvez em algum momento, isso é fundamental de executar. Eu defendo que em momentos cruciais do debate e da radicalização do outro lado em não aceitar as reivindicações que nós temos colocado, é possível sim ter uma ação um pouco mais incisiva. Estou falando pelo movimento da ADUNESP, talvez a ADUSP e ADUNICAMP tenha uma outra perspectiva.⁵⁰⁵

Essas práticas mais radicais também já foram utilizadas pelos docentes no passado, porém não tem ocorrido nos últimos anos, conforme os depoimentos das lideranças explicitados abaixo:

Se você faz isso [piquetes, bloqueios], você comprova que a ordem pode ser desobedecida e, ao mesmo tempo, você é disciplinador em sala de aula; fora todas as outras questões, é muito complicado. Entre docentes você vai ser execrado se fizer. (...) O arrastão nós fizemos; na greve de 79 uma assembléia com quatro mil pessoas começou com arrastão e os docentes faziam também, mas são coisas do passado, coisa de jovem, cabeça quente, mas hoje não.⁵⁰⁶

Os docentes já fizeram; quando você pega, por exemplo, a grande greve de 1979, isso era quase uma questão de sobrevivência, os piquetes; estávamos em plena ditadura militar e os piquetes se faziam extremamente necessários e os bloqueios de prédios também.⁵⁰⁷

No passado a gente fazia arrastão, ia nas salas de aula, conversava com os professores; na greve de 1979 foi feito isso, depois esse método, de uma certa maneira foi abandonado, não se usou mais, mas não que não precisasse. Eu acho que as pessoas ficam constrangidas de fazer isso, é colega, aquele troço todo; eu não tenho problema nenhum de fazer isso, já fiz no passado, mas não basta uma pessoa fazer, tem que ser uma decisão de assembléia.⁵⁰⁸

Nós não temos nenhuma oposição de princípio, pelo contrário, o piquete pode ser necessário. Eu já fiquei durante greves na porta do Instituto (...) em uma fila com outros colegas distribuindo material e pedindo pras pessoas aderirem ao movimento. Isso é piquete; não é um piquete com o propósito de obstruir fisicamente e impedir a passagem das pessoas, mas é um piquete, não é?⁵⁰⁹

⁵⁰³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

⁵⁰⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

⁵⁰⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵⁰⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

⁵⁰⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁰⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 2002.

⁵⁰⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

Por exemplo, em Bauru sempre se faz piquete, faz um trancaço de portão. Acontece, mas não em grau de radicalidade como acontece no SINTUSP, ou em relação à ocupação dos alunos nos últimos tempos. Tem uma ação mais coordenada e feita em tempos mais curtos. Em Bauru já fizeram muito, lá é uma prática recorrente, quase toda greve tem um trancaço de portão feito pelo conjunto dos docentes e dos funcionários. Até nas greves de 2000 e 2004.⁵¹⁰

Se eu vou fazer piquete nos professores pra ter toda a categoria contra a associação, isso não vai ajudar, vai atrapalhar. Então, pra que que eles vão fazer isso? Então, é um conceito, a forma que você faz a luta tem que ajudar na construção da luta; se ela não vai ajudar, você não pode fazer isso só por princípio.⁵¹¹

Na nossa avaliação, os piquetes não são implementados pelos docentes militantes porque isso seria visto como adesão a uma prática não aceita pela categoria e, portanto, passível de represália caso venha a ocorrer, pois trata-se de uma atuação típica praticada pelo operariado e por trabalhadores manuais. As lideranças não se mostraram contrárias a essa forma de luta, conforme segue:

Os piquetes ou bloqueios não fazem parte da tradição de atuação do movimento docente nas Universidades Estaduais Paulistas. Isso não significa que sejamos contrários a eles. Apenas consideramos que eles são pouco eficientes no que diz respeito aos docentes.⁵¹²

No movimento docente, a utilização dessas ações, foi implementada algumas vezes pelas lideranças de forma estratégica e como um último recurso. No caso da atuação de uma parte da categoria dos funcionários e dos estudantes, estas ações são realizadas no início do movimento.

Na greve de 2004 a gente ia radicalizar: *“nós vamos ficar aqui esperando a proposta de vocês”* [do CRUESP]. Nós íamos permanecer no local, era uma ocupação do espaço. Então, é possível isso ser pensado, mas o que acontece no movimento docente é que tem o momento, se busca o momento crucial pra se lançar mão desse tipo de estratégia. Já o movimento estudantil e o movimento dos funcionários tem isso meio como princípio: é greve e tem que fazer ação logo na seqüência, como forma de tentar abrir o diálogo.⁵¹³

Docente também faz sim [piquete]. Aqui na UNESP nós temos um grupo de docentes que ficava em frente à porta fazendo convencimento; piquete de fechar o portão. E teve alguns movimentos aqui que nós conseguimos ter zero pessoas entrando no campus. Só nós entrávamos no campus em termos do comando de greve e algumas atividades essenciais destinadas pela gente, então, é um recurso sim, mas é um recurso que tem que ser pensado estrategicamente. Agora, se você faz isso como primeiro recurso, você não qualifica o debate.⁵¹⁴

Eu já vi docente fazer piquete em São Paulo e tem docente que participa com a gente quando fazemos fechamento de portão aqui [Ribeirão Preto] e algum outro tipo de atividade; já teve vários que participaram com a gente e ainda participam de atos,

⁵¹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵¹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁵¹² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

⁵¹³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵¹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

mesmo não estando em greve, às vezes em paralisações. Nós temos atividades conjuntas do tipo fechar o portão até as dez horas e depois ir pra *aula na greve* e eles participam com a gente sim; são militantes ou dirigentes da ADUSP.⁵¹⁵

Ainda sobre estas ações, vale a pena ler as transcrições abaixo, as quais denotam que há diferenças nas posições das entidades, mesmo entre os funcionários em relação a essa questão, ou seja, ocorre uma divergência nas opções das formas de ação.

Nós, funcionários da USP, fomos chamados de radicais e muitas outras coisas, mas podemos dizer: temos orgulho da nossa radicalidade, temos orgulho de não fazermos greve “light”. Foram nossos piquetes, foram nossos trancaços, foram os portões do Palácio dos Bandeirantes sacudidos, foi a batalha da Assembléia Legislativa, as ocupações das reitorias da UNESP e UNICAMP, a decisão de resistir à PM, quando foi chamada para nos reprimir e a “justiça” fascista acionada contra os trabalhadores, que nos levaram à nossa vitória. Esta radicalização já faz parte da nossa cultura (SINTUSP, 2004).

Todo processo de convencimento é válido, mas acho que os instrumentos, você usa eles na forma adequada e na hora adequada. Então, quando ele vai significar possibilidade real de ajudar o movimento, ele tem que ser usado e pode ter hora que ele é usado indevidamente, tem que ter esse cuidado. Nos anos 80 aqui a gente fazia aqueles arrastões, então isso funcionava porque você criava um constrangimento, criava aquela massa, as pessoas saíam. Na USP eles fazem o piquete até hoje; dá resultado do ponto de vista de parar os setores. Eu acho que tem momentos em que a forma de luta é levada ao extremo e usada de forma inadequada, porque ela não joga papel no fortalecimento do movimento.⁵¹⁶

A grande divergência está no formato de como se escolhe a ação; eu tenho o princípio, tenho a defesa, mas como eu vou atingir esse objetivo. As organizações de ações é que tem a grande divergência entre o movimento docente, o movimento estudantil e o movimento dos funcionários. No dia a dia essas ações de como atingir a categoria e como trazer a categoria pro movimento é que é a grande divergência. Muitas vezes há uma deliberação na categoria que faz uma ação com o objetivo da unificação da nossa pauta, porém não há consenso nessa unificação. A meta sempre tá sendo trabalhada conjuntamente, mas o formato de como atingir essa meta é que é o problema.⁵¹⁷

Conforme análise dos documentos pesquisados e das entrevistas, o que vem ocorrendo como consequência dessas ações mais “radicais” por parte da categoria dos funcionários da USP e pelos estudantes também, é que isso acaba dificultando ou mesmo inviabilizando, em alguns momentos, as negociações entre o Fórum das Seis e o CRUESP, o qual sempre alega que essas ações são realizadas através da orientação e coordenação do Fórum.

O grupo político que está no SINTUSP é um grupo político muito mais radicalizado nas ações políticas e isso acaba trazendo pra gente em determinadas circunstâncias, problemas. Não é fácil de lidar porque depois do leite derramado, temos que tentar achar uma forma de como resolver as questões e nem sempre a gente consegue e, muitas vezes aquelas ações que poderiam ser favoráveis, elas são desfavoráveis, porque os reitores

⁵¹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁵¹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁵¹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

acabam pegando da fraqueza da mobilização coletiva dessas ações, que são ações mais pontuais, pra interromper a negociação e isso é tudo o que eles queriam.⁵¹⁸

Através das entrevistas com as lideranças dos movimentos, podemos constatar que a maioria dos entrevistados é a favor das ações grevistas mais “radicais”, incluindo-se aí os piquetes.

No nosso entendimento, um provável fator para que o docente apresente resistência em se envolver com o sindicalismo é que, na visão de grande parte destes, as ações grevistas são muito radicais, o próprio ato de fazer greve para eles é muito radical. Portanto, existe uma diferenciação de concepção da prática sindical docente das demais práticas sindicais. A questão do docente não reconhecer-se como trabalhador traz uma certa dificuldade de diálogo com o movimento social mais amplo e essa questão se reveste de uma nova roupagem hoje, pois além dos intelectuais se colocarem numa posição acima dos demais, existe hoje uma especialização muito precoce do docente com a perda de referência política do próprio trabalho. No nosso entendimento, apenas as lideranças do movimento docente e uma parcela destes, possuem a perspectiva do docente enquanto trabalhador e, portanto, sua militância político-sindical é construída a partir do entendimento de que ele é um participante do processo de construção da educação e toma sua ação num sentido coletivo. Porém, nos últimos anos, somado a esse fator, ocorre também a mudança do perfil profissional.

Se aquilo que a gente tinha enquanto uma dificuldade; o docente se sentir intelectual e não se sentir trabalhador, no tempo passado, e que trazia uma certa dificuldade pra mobilização interna, mas mesmo assim ainda um grupo de professores acabava se percebendo e fazendo parte de um projeto político maior de sociedade; hoje a mudança muito grande no perfil da base social da universidade, do perfil do conjunto dos professores no interior da universidade, faz com que a gente tenha uma modificação nessa problemática acentuando uma perspectiva muito neoliberal no trabalho que essa categoria desenvolve.⁵¹⁹

Os militantes vivenciam o sindicato como espaço para construir a relação de um saber específico com a ação política representada pela luta sindical das categorias envolvidas. Os boletins e informes tornaram-se, sem dúvida, um dos mais eficazes meios de comunicação das entidades sindicais com as categorias e constitui-se também em fator fundamental para que ocorra a mobilização destas. Sobre isso, observa-se que nas revistas das entidades docentes, há muitos artigos de caráter acadêmico. Isso ocorre como uma tentativa de conscientizar a categoria sobre os problemas que estão na ordem do dia e que outras publicações não abordam e também

⁵¹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵¹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

uma tentativa de resgatar a articulação e a mobilização da categoria. Sendo assim, as publicações cumprem um importante papel na formação da política da própria categoria, bem como é formadora de opinião e de intervenção no debate político. Vejamos alguns depoimentos a esse respeito:

Essas publicações fazem parte de uma visão que dá valor à disputa ideológica na sociedade. Essas informações em revistas embasam as lutas e aumentam a capacidade dos docentes de “ouvir” o outro lado, freqüentemente esquecido pela grande imprensa. Isso reflete certo amadurecimento dos que participam da luta política no seu sentido mais amplo.⁵²⁰

Tanto a revista da USP, quanto do ANDES-SN e da ADUNICAMP, o que a gente faz é discutir coisas importantes pros docentes que também tem a ver com os problemas da área acadêmica, por ex: o último número da revista da ADUNICAMP foi a discussão da avaliação; ele serve pra iniciar a discussão. No caso da USP eles fizeram a discussão das fundações. Tudo isso, ou seja, toda discussão também serve como uma forma de mobilização, cujo tema são os problemas vividos pela comunidade. Todo debate, de uma forma ou outra é mobilizante, você cria um caldo. Essas revistas sempre procuram discutir alguns temas que estão no dia a dia de preocupação dos docentes.⁵²¹

Você precisa de fôlego em certas situações, pra analisar certas questões que estão diretamente relacionadas com as preocupações do movimento social e do movimento sindical; e que não são, necessariamente, corporativas, no sentido da legitimidade ou da prioridade de ações corporativas para defender o direito de organização, as condições adequadas de trabalho, salários de um determinado segmento... Naquilo que tem caráter universal e social em relação às questões que dizem respeito a movimento, é preciso também ter reflexões de fôlego, porque são elas que estruturam a nossa ação e, eventualmente, nos dão elementos pra fazer a contraposição de fundo à política de Estado, às políticas neoliberais, que são um desastre pra universidade e pra sociedade e daí você precisa de publicações que tenham rigor acadêmico.⁵²²

Na visão das lideranças, as publicações ocorrem devido à concepção clara de que é preciso, no meio sindical, fazer trabalhos de análise detalhada das condições de trabalho, das políticas sociais, das políticas pra ciência e tecnologia, que são compatíveis com o trabalho crítico e fundamentado que se faz na Academia.

Uma das formas de mostrar essa especificidade no trabalho é via produção intelectual, afinal de contas estamos falando de Universidade, de produção de conhecimento; então, se você não acumula, do ponto de vista da própria reflexão do que vem a ser a Universidade, de quais são seus desafios e de como você pensa essa perspectiva mais sindical, a gente não dá conta de dialogar com o setor que vive quase que o tempo todo ligado à questão da produção do conhecimento. Então, eu acho que é uma estratégia política, mas é sobretudo, uma forma de ampliar o debate e de talvez municiar o conjunto dos nossos filiados, o conjunto da nossa categoria, com aquilo que a gente tem de mais caro que é a produção do conhecimento; eu acho que é uma estratégia muito interessante.⁵²³

⁵²⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 19/03/2009.

⁵²¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

⁵²² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

⁵²³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

Nos últimos anos, as formas de mobilização das categorias também diferem entre as entidades dos docentes. Na ADUNICAMP e ADUSP a mobilização é realizada através das informações dos boletins, convocação de assembleias, artigos em periódicos. Na ADUNESP, além destas ações, ocorrem também reuniões nas unidades, isto é, procura-se articular um corpo a corpo com a base, provavelmente em virtude de haver várias sub-sedes nos diversos campus espalhados pelo estado. Porém, isso não é homogêneo em toda a UNESP, ocorrendo apenas em algumas unidades.

Cabe aqui novamente enfatizar a forma de funcionamento do Fórum das Seis, onde as deliberações não são obtidas através de votação e sim construídas por um consenso entre os representantes das entidades.

No Fórum a discussão era consenso progressivo, você evitava de votar e tentava uma saída mediada. Várias vezes teve reuniões que varou a madrugada inteira e tinha entidade que defendia estar os estudantes junto na discussão econômica e salarial. Do ponto de vista da participação nunca foram bloqueados de entrar, mas aí chegou-se a ponto de ter entidade que falou: *tem que entrar pra negociação*. Aí o reitor chegava lá e: *não pode entrar. Então, não vai ter negociação*. Criava um impasse. Aí tinha que ir lá os mediadores pra tentar convencer uma parte ou outra... Os estudantes sempre puderam entrar nas reuniões do Fórum, na discussão salarial; mas é uma discussão introduzida pelo SINTUSP efetivamente. Até 2000 entrou estudante na negociação pra acompanhar, mas era uma coisa que era defendida só pelo SINTUSP no começo; os outros não queriam.⁵²⁴

O Fórum das Seis tem uma estrutura de funcionamento bastante consolidada. É o espaço de articulação da intervenção, onde se busca estruturar uma ação conjunta. As decisões são consensuais, o que às vezes significa a aceitação do ponto de vista da maioria, ainda que não se tenha plena concordância com ele. Portanto, cada uma das entidades tem liberdade para empreender suas próprias ações, segundo suas experiências e tradições de luta. Em geral, isso representa um fortalecimento e dinamização de nossa capacidade de luta, pois do contrário ficariam todas as entidades engessadas para se expressarem somente pelas formas de luta que fossem aprovadas consensualmente. As dificuldades surgem somente nos momentos em que uma ação específica de alguma entidade, entra em conflito com decisões que a maioria das entidades do Fórum entendem ser necessárias adotar. Mas, a despeito de alguns problemas, o Fórum tem sido um espaço imprescindível a todas as entidades que o compõem e tem superado muito bem seus momentos de dificuldade.⁵²⁵

Porém, ao se analisar os depoimentos, observa-se que, nos últimos anos, em decorrência de um distanciamento entre as diferentes concepções das categorias, vem ocorrendo dentro do Fórum alguns momentos de tensão e impasse, os quais exigem muita paciência e “jogo de cintura” dos participantes, para que essa união entre as categorias não se rompa.

⁵²⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁵²⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em junho/2009.

Uma das motivações do CRUESP é quebrar o Fórum e até hoje não conseguiram, mas tem momentos aí que a gente passa por situações bastante críticas. É muito difícil quando o consenso é desrespeitado; a gente tem tido nossas crises internas, com a nossa lavagem de roupa suja no final das campanhas salariais, onde tudo isso é colocado pra fora, mas chega na outra campanha, acaba-se repetindo novamente e vai, sucessivamente, criando um espaço de tensão interna dentro do Fórum que, a qualquer momento, apesar de toda a nossa força no sentido de não deixar o Fórum se romper, a qualquer momento isso pode implodir lá dentro. Todos nós não queremos que o Fórum das Seis acabe, virou uma entidade com uma força muito grande. Apesar da falta de mobilização da base hoje, a entidade ainda tem um certo respeito; não temos conseguido aquilo que temos pedido, mas pelo menos a inflação os reitores tem dado, porque antigamente nem a inflação, as vezes, davam.⁵²⁶

Portanto, concluímos também que a questão da meritocracia, bem como as formas e métodos de organização e de luta dos trabalhadores docentes, faz com que ocorra uma dificuldade ou mesmo um impedimento em se obter uma luta em conjunto com os demais trabalhadores destas universidades. No máximo o que ocorre é uma unificação das lideranças das entidades organizadas no Fórum das Seis e não uma unificação das categorias em assembleias conjuntas⁵²⁷, por exemplo.

Atualmente você faz só o movimento docente, sem a união com o movimento dos trabalhadores técnicos das universidades e talvez até com outros setores do funcionalismo. Tem que estar lutando junto; é claro que nós não vamos nos subordinar a outras decisões, mas tem que fazer um esforço consciente de romper as barreiras, acabar com o preconceito de achar que professor é o que tem a posse, porque ele é competente em algum assunto, ele é competente em tudo, que ele manja de tudo, entendeu? Que o técnico administrativo, porque não tem às vezes um nível de escolaridade adequado, não sabe nada. Então, tem que acabar com esse preconceito, porque senão o movimento docente vai ser um movimento de intelectuais pauperizados ressentidos, e isso é muito ruim, o fascismo medra esse tipo de ressentimento, é classe média empobrecida.⁵²⁸

Conforme Boito Jr:

“Os efeitos sociais, políticos e ideológicos do meritocratismo no sindicalismo de classe média serão maiores ou menores de acordo com a conjuntura política, com a luta sindical em pauta e com a fração de classe média que se tome em consideração” (BOITO JR, 2007, p.243).

Outrossim, de acordo com o autor, podem ocorrer situações em que existe uma frente sindical de trabalhadores assalariados, onde as diferentes concepções e interesses entre os mesmos adquirem pouca importância, como também a questão da meritocracia.

Podemos exemplificar essa questão mencionando a atuação do Fórum das Seis, onde o mesmo se corporifica numa ampla frente dos trabalhadores assalariados das Universidades

⁵²⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

⁵²⁷ Houve relatos dos entrevistados em que ocorreram assembleias conjuntas entre as categorias de docentes, funcionários e estudantes, porém foram casos isolados e não constituiu uma prática comum e freqüente.

⁵²⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em pesquisa anterior (2002).

Estaduais Paulistas. A nosso ver, as reivindicações conjuntas articuladas no Fórum tem aproximado, em certa medida, os movimentos de docentes, funcionários e de estudantes porém, paralelamente, muitas vezes tem gerado contradições e distanciamento entre estes, decorrentes da hierarquia que existe entre os mesmos no âmbito da Universidade e também pela diferenciação de interesses.

Neste sentido, em relação à existência ou não de solidariedade entre as categorias, inferimos que a solidariedade ocorre apenas por parte da vanguarda docente nos movimentos.

A solidariedade por parte de alguns professores é real, ela existe, mas o conjunto do corpo de professores da Universidade é bem diferente. A gente nota a solidariedade muito individual; de forma coletiva e de forma majoritária a gente não vê se expressar. A greve por parte de professores e estudantes esse ano se deu com a entrada da PM dentro do campus, então as questões da pauta unificada não foram impulsionadoras pra greve de estudantes e professores.⁵²⁹

Quando se fala das lideranças tem muita solidariedade, necessidade de construir pautas unificadas de trabalho, eu acho que isso é muito presente. Talvez quando se fala do conjunto da massa não. Entre funcionários e professores talvez um pouco mais; entre professores, funcionários e alunos talvez tenha um pouco mais de insensibilidade.⁵³⁰

Às vezes gera conflito evidentemente, mas a solidariedade também existe; não existe “aquela” solidariedade. Por exemplo, se é demitido um funcionário, se o nível de mobilização é grande, pode ocorrer de funcionário entrar em greve e professor entrar em greve; isso seria o supra sumo da solidariedade. Isso no movimento dos trabalhadores de trinta e pouco era comum, mas devido à ofensiva neoliberal, o individualismo, há muito tempo a gente não tem esse tipo de reação aqui de solidariedade. Isso exige um nível de consciência de classe muito elevado. No dia a dia é muito difícil você fazer uma greve, você pode fazer mobilização, abaixo assinado, moções, etc, o nível possível da nossa solidariedade entre universidades e entre categorias de professores e funcionários é isso. Essa solidariedade é feita na medida do possível, mas no geral as ações de solidariedade ainda estão nesse nível de abaixo assinado, de protesto, de nota no boletim, de moção; não existe nada que leve à paralisação, à ocupação de reitoria, etc.⁵³¹

De forma geral não tem solidariedade. É muito complicada essa situação porque as nossas reivindicações às vezes não contemplam as deles e muitas vezes vai contra os interesses dos professores, então aí é onde tem uma certa divergência, às vezes nem pela própria gestão da diretoria, às vezes se trata da base dos professores mesmo. Então, essa solidariedade não existe pra ser sincero e quando existe é em pequena proporção.⁵³²

São solidários só os dirigentes e alguns militantes, no geral não, de forma alguma; a maioria vê o interesse próprio. Na reunião do Fórum das Seis cada um leva o que a sua categoria decidiu e são coisas difíceis pra discutir, coisas complicadas, mas tem que ser superado. Um exemplo foi nos últimos anos a aceitação da reivindicação da parcela fixa.⁵³³

⁵²⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

⁵³⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵³¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/03/2009.

⁵³² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 22/09/2009.

⁵³³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

A pesquisa evidenciou que há uma dificuldade de unificação das categorias de docentes, funcionários e estudantes nos momentos de mobilização, sendo que ocorre assembleias unificadas entre docentes e funcionários apenas em alguns campus da UNESP.

Já tinha uma tentativa anterior [ao ano 2000] do Fórum, de trazer os estudantes pra dentro das discussões do Fórum, mas a gente não conseguia fazer com que essa discussão fosse pensada mais coletivamente, em particular na categoria dos professores, que acham que os estudantes não deveriam participar. Então, essa é uma barreira que a gente tem que ir vencendo aos poucos, ela não está totalmente superada. Existe muita dificuldade de fazer assembleias unificadas com os três segmentos. Se faz em determinada circunstância com o segmento dos professores e dos funcionários, mas não se consegue fazer unificada com os três segmentos.⁵³⁴

Apesar de todos os problemas, nós estamos sempre perseguindo essa unificação. A própria construção do Fórum das Seis foi uma iniciativa de todos os lados; os estudantes foram durante muitos anos totalmente excluídos porque os professores não aceitavam e até hoje eles não integram o Fórum e nós funcionários sempre defendemos que os estudantes deviam estar no Fórum com o mesmo peso, com a mesma condição de voto, de manifestar as suas posições e os professores sempre negaram isso.⁵³⁵

Assembleias unificadas se tornam mais complicadas; até pode ser uma assembleia unificada, mas desde que a votação seja separada por categoria, senão os estudantes vão sempre sobressair em termos de número a funcionários e docentes. Então isso já está meio consensuado, que as assembleias podem ser unificadas, os debates podem ser comuns, mas as votações tem que ser por categoria. Mas essa organização não tem regra; a cada nova greve tem um comando, se faz a regra naquele momento, se toma deliberações específicas.⁵³⁶

As análises dos depoimentos indicam que essa dificuldade de unificação com os estudantes ocorreria devido às características “radicais” do movimento estudantil:

O que traz uma dificuldade é que, em determinadas circunstâncias, setores mais radicalizados dos estudantes, acabam tomando atitudes mais radicais e depois distribuindo ônus pro conjunto do movimento, sem que essa deliberação tivesse sido pensada coletivamente. Por exemplo: você faz uma ocupação, faz uma radicalidade no movimento, e essa radicalidade pode trazer ganhos positivos e ganhos negativos, depende. Quando eles são negativos, acaba trazendo uma dificuldade muito grande pra que os professores entendam que eles fazem parte da mobilização das universidades; então, não é fácil, é um movimento de idas e vindas constante. Por outro lado, sem a oxigenação do conjunto dos estudantes, a gente não consegue mobilizar as universidades hoje, até por conta da dificuldade em relação à mudança no perfil dos professores.⁵³⁷

É visível a importância da unificação para os movimentos, porém, um outro fator de dificuldade da categoria docente em termos de unificação com as demais categorias, seria ainda a questão de não se identificarem como trabalhadores:

Hoje só se pode falar em movimento efetivo, se a gente conseguir unir o conjunto das três categorias, o que não é uma tarefa tão fácil; e aí nós voltamos àquela questão inicial:

⁵³⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵³⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 21/09/2009.

⁵³⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵³⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

os professores não se sentem trabalhadores ainda, eles se sentem intelectuais e como intelectuais não vão sentar, na verdade, pra pensar as coisas do ponto de vista mais coletivo.⁵³⁸

Tem docente que não se acha trabalhador e não vê o funcionário do seu lado como um aliado e sim como um problema. Então, tem muitos lugares que você tem dificuldade de fazer um trabalho, assembléias acontecerem de forma unificada. Por exemplo, eu vivenciei aqui em Bauru, porque nós unificamos assembléia com docente, funcionário e aluno, porque aí você tem um nível de convencimento das três categorias como um todo e isso seria um trabalho muito mais organizado e as pessoas não entendem isso, porque acham que você tem que tomar a sua decisão e não importa os outros. Então, o comando de greve surge exatamente pra tentar buscar ações conjuntas fortalecendo todas essas áreas. No caso da UNESP, em alguns campi essa lógica acontece com uma certa tranquilidade, comandos de greve com categorias diferentes tentando minimizar problemas, ações que possam estar acontecendo; pelo menos unificar a forma de luta, esse seria o ponto central que o comando de greve deveria buscar. Em muitos lugares isso não acontece e você tem comandos diferentes, comandos de docentes, comandos de funcionários e aí começam os conflitos. Nesse sentido, a unificação dos três segmentos é de fundamental importância para evitar problemas entre o movimento.⁵³⁹

Do ponto de vista das associações dos professores, acho que nós estamos aí quase em pé de igualdade, com muita dificuldade de mobilização nas três universidades. A ADUNESP já foi há uns dois anos atrás, a entidade com maior mobilização política, até porque tem campus que acaba puxando, em parte, a sua mobilização, acaba tendo uma inserção política muito forte.⁵⁴⁰

Por outro lado, é importante ressaltar a necessidade de implementação nas entidades de uma política de formação de dirigentes, a qual possibilite a capacitação destes e da base, para que se possa enfrentar os desafios que a atual conjuntura social e acadêmica impõe.

É extremamente fundamental ter lideranças com clareza política em momentos em que você mantém a greve e no momento que você levanta a greve; até como estratégia mais positiva para fortalecer o movimento. Nem sempre a radicalidade do movimento leva você, necessariamente, a conseguir tudo aquilo que você poderia ter. Às vezes um momento de interrupção pode ser mais proveitoso, do ponto de vista dos ganhos políticos que a gente tem, do que a continuidade de uma greve que já se esvaiu pelos dedos.⁵⁴¹

No que concerne às ações implementadas pelas entidades sindicais para combater o neoliberalismo nas Universidades, houve um consenso nas entrevistas de que não se consegue barrar o processo neoliberal, porém várias ações são implementadas e se tem conseguido dificultar esse processo, sendo que isso faz com que as entidades sindicais se constituam em importante elemento com acentuado poder de pressão sobre as administrações e governos.

Eu acredito piamente que as mobilizações, as greves, a capacidade de argumentação, de intervenção, as próprias publicações; eu acho que tem conseguido não barrar, mas dificultar uma implementação escancarada dos projetos neoliberais no interior das

⁵³⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵³⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵⁴⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁴¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

Universidades. A maior dificuldade hoje no estado de São Paulo é o ensino à distância, a UNIVESP.⁵⁴²

Nós temos denunciado, principalmente a perda de qualidade de trabalho, o descaso que os trabalhadores sofrem, o crime cometido pelas empresas terceirizadas, que às vezes não aceitam um atestado médico, etc. Então, através da denúncia, mostrar que, se o trabalhador não tem uma boa condição de trabalho, nem tem uma qualidade de vida necessária para atuar na sua área, logicamente ele não vai ser um bom empregado, então ele não vai produzir aquilo que poderia e isso traz a queda da qualidade do ensino de uma forma geral. A nossa melhor forma de conseguir, de certa forma barrar a terceirização, tem sido a denúncia, igual nós temos denunciado a reitoria como responsável por todas as ações das empresas que ocorrerem aqui dentro e isso eu acho que tem intimidado um pouco a terceirização. A USP tem sofrido ações no Ministério Público, então eles já estão com o pé atrás quanto à isso.⁵⁴³

Atualmente, dado o nível de mobilização que se tem conseguido, os resultados práticos contra esse avanço aí do neoliberalismo na Universidade tem sido pequeno. Você consegue na realidade retardar um pouco, mudar um pouco a característica, mas impedir a gente não tem conseguido. O que se tem feito é através de discussão tentar conscientizar os docentes da importância de lutar contra e toda vez que tem alguma oportunidade de uma ação judicial, ou de uma coisa desse tipo, você faz também. Quando tem manifestação em Brasília a gente também vai; nós sempre estamos participando em conjunto com todos os setores que estão dispostos a travar essa luta.⁵⁴⁴

Em relação às implicações dos movimentos nas Universidades pesquisadas, estas implicações se fazem sentir de várias formas, dentre elas o prejuízo que acarreta para os estudantes, que muitas vezes vêem o período letivo estendido, ou até a não reposição adequada das aulas. Esse fato é questionado até pelos próprios docentes:

Você acaba prejudicando sobretudo a categoria dos estudantes; o que a gente acaba fazendo depois é sempre pagando, a gente repõe os dias parados com trabalho; é claro que nem sempre essa reposição se faz da forma que deveria ser feita. A gente não tem ainda uma total consciência de que eu tenho responsabilidade por aquele trabalho que eu deixei de fazer; às vezes as reposições são feitas de formas inadequadas, então, você acaba prejudicando duplamente a categoria dos estudantes. Por isso que quando se fala numa greve com lastro mais amplo, os estudantes deveriam estar atentos inclusive a isto: as aulas estão sendo repostas de maneira adequada? A retomada do trabalho de pesquisa...⁵⁴⁵

Diante disso, é visível que deveria haver uma solidariedade maior no conjunto das categorias a fim de que o retorno ao trabalho fosse pensado de uma forma mais adequada, bem como uma discussão de como isso seria feito. Isso reafirma o fato de que, as greves nas Universidades, possuem muitas especificidades e muitos fatores a serem analisados, como categorias diferenciadas de outros segmentos de trabalhadores na sociedade.

⁵⁴² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁴³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 22/09/2009.

⁵⁴⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

⁵⁴⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

Por exemplo, um trabalhador que faz greve numa metalurgia não paga as horas e dentro das nossas greves isso está sempre imposto; de que a gente vai repor e os funcionários também; isso é mais uma de nossas questões específicas da greve nas Universidades. Às vezes os funcionários também repõem as horas; recolocam o trabalho em dia. Na UNESP tem acontecido de funcionários ficarem além da hora.⁵⁴⁶

7.4 – A influência dos partidos políticos nos movimentos nas universidades.

É difícil desvincular a militância dos sindicatos com a militância partidária, ou seja, a articulação com partidos políticos, pois isso irá depender de como as composições de diretorias se constituem e desenvolvem suas ações. Existem diretorias que possuem uma certa composição proporcional das afiliações partidárias ou políticas e outras em que apenas um setor político é predominante. O que ocorre geralmente é que quase sempre os sindicatos possuem braços partidários e vice-versa. Muitas vezes o modo como são realizadas as eleições e mesmo as composições das diretorias, são explicitadas nos estatutos das Entidades sindicais.

“Minha militância na ADUNICAMP se confunde com minha militância partidária e isso tem reflexo na Associação. Eu militava em uma organização clandestina, Liga Operária, de tendência trotskista morenista, pois seguia a orientação do grupo de Nahuel Moreno, da Argentina. (...) a organização clandestina se transformou na Convergência Socialista, uma espécie de frente que estávamos tentando fazer, rumo a um Partido Socialista”⁵⁴⁷.

“Aqui na Universidade, a disputa sindical, você tem a interferência do PSDB, do PPS, do PT, do PC do B e tinha o PSTU, que hoje tá bastante fragilizado, mas eram as forças que atuavam aqui. Lá na USP é uma vanguarda mais esquerdista, é um pouco de onde eu falei pra esquerda. Tem muitas correntes que são pequenas, mas são correntes de militância revolucionária, aguerrida, que tem uma visão ideológica mais romântica, mas que está ali. Essa coisa tá mais construída na relação dos funcionários e dos estudantes na USP. Essas organizações procuram se estruturar e criar núcleos entre os funcionários e entre os alunos, por isso que quando você tem uma greve de funcionários, parece que tem mais estudante falando, do que funcionário mesmo. Aqui, quando a greve é de funcionários, é de funcionários; no máximo os estudantes vem pra dizer que estão apoiando. E quando tem greve dos estudantes cada organização cuida do seu; lá essas coisas se misturam”⁵⁴⁸.

Os depoimentos revelaram que as diretorias das Entidades sindicais das três universidades pesquisadas são geralmente, compostas com indivíduos de tendências políticas e partidos diversos, com a prevalência dos partidos considerados de esquerda, tanto nos sindicatos de docentes, quanto nos sindicatos de funcionários: PC do B, PT, PSOL, PCB e PSTU. Muitas vezes as entidades sindicais acabam se configurando em esferas de luta política dos partidos.

Tem uma coisa da esquerda no movimento [sindical] que hoje está mais acirrado ainda essa disputa do aparelho, o cara briga pra ficar, não consegue enxergar além da entidade sindical dele, não consegue fazer uma análise de como está o Brasil, pra onde vai a

⁵⁴⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁴⁷ Depoimento de José Vitório Zago, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.38.

⁵⁴⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

política econômica, pra onde vai essa questão do trabalho, o que vai acontecer com o mercado de trabalho, o que vai acontecer com a categoria. Quando a gente assumiu em 1991 a gente já tinha um modelo de estatuto pronto pra implantar, que era um modelo contra a estrutura varguista. O entendimento era que sindicato era uma frente de trabalhadores, portanto, você não pode ter só um pensamento lá, você tem que ter uma estrutura sindical que consiga levar toda a representação que tem na categoria; então nós implantamos um estatuto de diretoria colegiada na eleição, proporcionalidade direta na base; se você tem um mínimo de votos, você já tem um representante na direção, então isso funcionou enquanto a gente ficou aqui, depois acabou, foi até 2000, 2001. No Congresso, depois que o PC do B ganhou a eleição, eles mudaram o estatuto inteiro, acabaram com a democracia operária.⁵⁴⁹

Conforme relato deste militante, esta atuação seria uma ideologia do PC do B, de uma estrutura sindical vertical e presidencialista, a qual não tem a participação da base da categoria, sendo que ele considera essa estrutura varguista um problema, pois os dirigentes permanecem nas diretorias por longos períodos.

No caso do SINTUSP, conforme os depoimentos indicaram, há uma maior participação dos chamados partidos pequenos radicais de esquerda, podendo ser essa razão, portanto, que em determinadas circunstâncias as suas ações políticas expressam, em parte, as diretrizes de uma “radicalidade” política maior, a qual poderia estar vinculada aos respectivos partidos. Em relação a essa questão, as entidades docentes atuam no sentido de dar limites e moderação à atuação sindical desses trabalhadores.

Algumas entidades buscam compor chapas para disputarem as eleições das entidades sindicais, com integrantes de tendências políticas diversificadas, para que estas sejam representativas das categorias, ou seja, que contemplem várias posições políticas que estão presentes na Universidade. Neste sentido, são amplas as representações de partidos considerados de esquerda.

A esquerda se divide muito facilmente. Até a eleição do governo Lula tinha uma unidade mais fácil dentro da esquerda, mas depois muito setor da esquerda começou a andar com as próprias pernas e cada partido criou a sua central sindical; a esquerda tá brigando com ela. Uma central da esquerda batendo em uma direção que é ligada a um outro partido de esquerda. Nessa pulverização de central há uma disputa fratricida pelo aparelho. Então, tem um debate ideológico que a esquerda, nesse momento, na minha opinião, não tem um projeto político unificado e isso faz com que o movimento sindical também se enfraqueça. Nesse momento tem uma fragilização da esquerda.⁵⁵⁰

Não é consenso entre os entrevistados de que as afiliações partidárias não interferem na atuação das diretorias, sendo que uma parcela destes informou que, às vezes, acaba ocorrendo algum tipo de interferência.

⁵⁴⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁵⁵⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

Claro que isso interfere porque tem análise de conjuntura, tem tipos de ação política que privilegia mais um partido ou outro; compreender que a conjuntura política ta mais assim ou assado, então é óbvio que tem uma interferência. Não vejo isso necessariamente como um problema, o que você tem é que administrar essas situações, ter clareza política da independência do sindicato, não só aos laços partidários, mas também em relação à luta mais específica, que é com o governo. É não deixar que as questões partidárias ou que os partidos invadam as deliberações que precisam ser tomadas, mas é difícil você ter uma liderança que não tem uma atuação sindical... isso acaba influenciando, não tem como não influenciar.⁵⁵¹

As filiações partidárias existem e às vezes atrapalham. Existem membros do PCB, PSDB, PC do B, PSOL e PSTU. Em diferentes entidades a porcentagem varia mas, o importante, é como se dão os processos de decisão. É importante que um militante de partido entenda que sua atuação no sindicato deve ser regida em primeiro lugar pelas decisões do sindicato. Se isso não ocorre, se enfraquece a entidade e o movimento perde força. Boicotar propostas adversárias aprovadas parece que tem sido uma prática constante no movimento estudantil. Infelizmente, às vezes, elas aparecem também no movimento dos funcionários e professores mas, repito, não é uma prática usual entre nós.⁵⁵²

Por outro lado, há uma parcela dos docentes que, por não se reconhecerem como trabalhadores⁵⁵³, acham que a entidade não deve ser politizada e nem administrar as várias concepções de partidos políticos, bem como não deveriam ter uma atuação a nível sindical:

Quando a entidade se politiza excessivamente – acontece até hoje -, ela deixa de representar os interesses dos professores, que se desinteressam. O excesso de politização, a partidarização de muitas entidades, acaba levando ao afastamento. A entidade tinha assumido um caráter excessivamente politizado e uma visão excessivamente sindical. Queríamos uma outra visão de entidade, de presença na Universidade. (...) Éramos muitos que não tínhamos a mesma visão. (...) Era uma composição muito eclética, tínhamos desde PMDB até gente mais à esquerda.⁵⁵⁴

Conforme nossa análise em grande parte dos depoimentos, podemos inferir que as filiações partidárias definem perspectivas gerais de atuação dos indivíduos. Os sindicatos tem o papel de agregar a força de uma, ou mais categorias, para enfrentarem questões que a maioria de seus integrantes defendem, independentemente de suas afinidades partidárias. É o caso dos salários, da educação pública, do direito à previdência, democracia na sociedade, etc. O Fórum das Seis e as entidades que o compõem não selecionam afinidades partidárias ou discriminam indivíduos em decorrência de preferências partidárias. A sua prática consiste, que os representantes das entidades que o compõem, devem atuar representando e executando as deliberações de suas instâncias de base através das assembleias. Porém, isso não impede que algum militante de determinado partido político, coloque em prática alguma ação, pois, desde que

⁵⁵¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁵² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 19/03/2009.

⁵⁵³ O reconhecer-se como trabalhador em geral é mais comum apenas entre os militantes das entidades sindicais.

⁵⁵⁴ Depoimento de Paulo Renato Costa Souza, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.70-71.

ela seja aprovada em assembléia, poderá ser implementada pelo movimento. A análise das entrevistas possibilitou-nos perceber que diversas lideranças sindicais sofreram influências trotskystas e comunistas durante o aprendizado sindical.

O que nós podemos inferir ainda, através da pesquisa é que, a atuação de algumas entidades das Universidades em questão, possuem uma direção partidária definida, ou seja, seguem uma linha política de determinado partido, enquanto que nas demais entidades isso não ficou evidenciado, ao contrário, notamos que vem ocorrendo uma manifestação de “anti-partidarismo” nestas entidades.

Na ADUNESP não tem [partidos], hoje não tem (risos), nós estamos totalmente desesperançosos com os partidos. As pessoas da diretoria podem ter uma simpatia, mas não tem uma atuação orgânica partidária mais presente não. Já houve momentos que foi, mas isso nunca foi um problema.⁵⁵⁵

Na ADUNICAMP, no caso da diretoria, ninguém tem ligação com algum partido. Eu mesmo já fui do PT, mas me desfiliei; tem outros que já foram do PSTU, mas hoje não são mais. Atualmente não sou simpatizante de nenhum partido. Se numa assembléia fica umas briguinhas partidárias, o essencial não é discutido; fica aquelas briguinhas partidárias e o cara que não tem nenhuma ligação, nem com um partido, nem com outro, se afasta. Isso pode até ser um fator a mais que ajuda a desmobilização.⁵⁵⁶

A questão da posição política se sobrepõe a partidos; o entendimento de classe se sobrepõe a partidos e é isso que está colocado pra nós. Na direção do sindicato não existe um partido que esteja ali predominando, somos na maioria independentes, mas não independentes da luta de classes. Então, a questão ideológica, a questão classista, ela se sobrepõe. Se fosse o contrário disso, o SINTUSP não seria o que é.⁵⁵⁷

Aqui no SINTUNESP do PSTU só tem eu; o PSTU é uma corrente do PT que foi expulsa do PT quando defendeu o “Fora Collor”, era a Convergência Socialista do PT e com mais algumas correntes fundou o PSTU, que é um partido de oposição ao governo Lula. Aqui tem também do PT, mas a maioria é independente, não participa de partidos políticos.⁵⁵⁸

Nós temos o coletivo que é independente, não tem ligação com nenhum partido político, não sofre a influência de nenhum partido. Na realidade, nós temos até antipatia de partidos. Eu faço parte da Secretaria Executiva da CONLUTAS e eu milito com os diretores lá que a maior parte é do PSTU.⁵⁵⁹

Houve alguns entrevistados que expressaram que a posição partidária é legitimada com a aprovação nas instâncias da entidade sindical, ou em nível de assembléia, ou em nível de reunião de diretoria e comandos de greve, ou até em nível de reunião do Fórum das Seis. Então, existem

⁵⁵⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁵⁵⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

⁵⁵⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

⁵⁵⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 28/07/2009.

⁵⁵⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 22/09/2009.

as instâncias sindicais onde diferentes posições a respeito da luta se manifestam e elas podem ser de partidos políticos, ou podem ser individuais. No relato abaixo transparece a questão da diferenciação do SINTUSP enquanto sindicato classista e de luta.

Eu me orgulho de ser funcionário da USP porque a gente conseguiu nesses anos todos uma politização que, infelizmente, não é comum na maioria dos trabalhadores, porque a maioria dos sindicatos hoje, lutam muito corporativamente. Aqui sempre teve uma direção que tem uma perspectiva além da luta sindical e isso é muito importante porque, se você tem uma perspectiva apenas sindical, você dificilmente politiza o movimento e aqui nós sempre tivemos uma direção que boa parte dos membros defende uma sociedade socialista e querem a superação desse sistema de exploração do homem pelo homem. Claro que isso nos diferencia de grande parte do movimento sindical, o que é ruim porque a gente se sente cada vez mais isolados. Hoje o movimento sindical tá muito dominado por governos e por partidos políticos que estão aí pelo poder, aquela coisa de interesses. A direção do SINTUSP hoje em dia, a maioria é independente; eu fui fundador do PT, mas me decepcionei com esse partido; eu rompi com o PT em 1992 e não estou ligado em partido nenhum e a maioria do pessoal da direção também não está. Tem gente que está, mas é minoria.⁵⁶⁰

Não houve críticas em relação à existência de militantes de partidos políticos no interior dos sindicatos, ao contrário, foi evidenciado com uma certa naturalidade que eles tem que existir e que é uma limitação política não ver essa dimensão da luta. De modo geral, a maioria dos entrevistados informou que a questão partidária não tem interferido na luta política das entidades.

Dentro do sindicato ADUNESP, nós temos uma deliberação de congresso que é suprapartidária, você vai entrar em contato com todos os partidos políticos em defesa dos direitos dos trabalhadores da UNESP, em defesa da universidade pública e isso vem desde a deliberação do ANDES-SN. Se nós cairmos no erro de vincular partido ao sindicato, nós acabamos com o movimento sindical nas universidades. Um dos grandes problemas que se coloca é que, se um sindicato de professores assumir a bandeira de um partido político, nós vamos ter grandes problemas de representatividade da nossa base. Por isso que há a idéia de englobar as diferentes concepções, pois os docentes que estão mais vinculados aos partidos de esquerda, estão mais propícios a participar do movimento sindical, do que os que estão mais à direita e quando o lado direito vem, vem pra desorganizar o movimento, isso é histórico.⁵⁶¹

É fato que na esquerda não existe mais a unidade política que existia antes do governo Lula pois, devido ao fato do projeto neoliberal ter sido incorporado nas políticas de um governo, dito como popular e supostamente de esquerda, há setores que ainda são petistas e que proferem que o governo Lula tem um viés humano e social; e estes setores entram em confronto com grupos mais radicalizados, trazendo uma dificuldade no encaminhamento da luta, sendo que, esse panorama no sindicalismo geral reflete também no sindicalismo nas Universidades.

No caso da ADUNESP, nós estamos vinculados à CONLUTAS, obviamente você tem resistências como tinha na época da CUT lá no começo; tem professor que não quer ser visto como trabalhador, estar vinculado a uma Central, você tem uma parte da base que

⁵⁶⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁵⁶¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

defende isso, mas em termos das lideranças hoje que estão à frente do sindicato nas três universidades; estamos em estágios diferentes, a ADUNESP está totalmente envolvida e dentro do novo sindicalismo. As três Estaduais Paulistas estão seguindo na mesma perspectiva, talvez com compassos diferentes, entendendo que essa resistência na USP é muito grande; lá atrás nem filiados à CUT eles foram.⁵⁶²

7.6 O passado e o presente - características dos movimentos e o comportamento sindical das categorias.

Desde o início dos movimentos no final da década de 1970 até os dias atuais, nota-se que as greves nas universidades pesquisadas, contém uma intrínseca correlação com a conjuntura econômica e política do país que se desenhou nas várias décadas, bem como com a própria conjuntura interna das universidades. Ao longo dos anos o que marcou os movimentos foi o caráter vitorioso em âmbito político, concomitante com outras demandas que os movimentos conseguiram agregar. A história do sindicalismo nas Universidades pesquisadas e o processo de criação das entidades sindicais nos fornecem importantes elementos para a compreensão da ideologia que permeia esse sindicalismo, bem como suas estratégias de atuação e as alianças estabelecidas. No período em questão, podemos inferir que houveram mudanças significativas nos movimentos.

Na época da ditadura militar, os movimentos pós 1978 eram essencialmente pela conquista da democracia na sociedade e no interior das próprias universidades e também contra o arrocho salarial imposto pelo governo. O “inimigo” era mais visível, sendo estes os militares e os setores conservadores dentro e fora das universidades. Esses movimentos nas Universidades tiveram início e foram articulados, principalmente, após as mortes de Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho e contavam, na época, com o apoio de vários setores organizados da sociedade.

Nesta época os movimentos nas Universidades eram mais politizados e ocorriam em conjunto com vários setores do funcionalismo público, sob a meta de derrotar a ditadura militar e o autoritarismo dos governos, ou seja, a luta pela democracia da sociedade. Esse sindicalismo de confronto com o Estado em oposição à uma situação de opressão, denota uma imensa dificuldade de diálogo entre as categorias sociais envolvidas e os governos da época.

⁵⁶² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Nesse sentido, as lutas no interior das Universidades, se inserem no conjunto dos movimentos sociais e também dos movimentos sindicais que, no período do final dos anos de 1970 e toda a década de 1980, se estruturaram para buscar a democracia social.

Nós começamos a procurar os outros setores, fomos até o HC, o Hospital do Servidor Público e procuramos também a oposição da APEOESP e aí nós iniciamos um movimento de articulação estadual; formamos uma precursora do Grupo dos 19, que era a Coordenação Geral Permanente do funcionalismo público do estado de São Paulo, que foi antes do Grupo dos 19.⁵⁶³

Durante a década de 1980, a necessidade de lutar pelas “diretas Já” somou-se à expectativa de obtenção de ganhos políticos e a necessidade de reverter o arrocho salarial que havia sido imposto, culminando com a intensificação da mobilização. Os movimentos do final dos anos setenta e da década de oitenta ficaram conhecidos como “novo sindicalismo”.

As universidades, você tem uma coisa que é inegável, são pessoas que tem uma formação mais completa digamos, e tem mais informação também. Na virada dos anos 80 o governo conseguiu nos separar, nós tínhamos a coordenação geral do funcionalismo, ou seja, você tinha a representação de todas as entidades do funcionalismo público ali se articulando para lutas em comum. No final dos anos 80, percebendo uma pedra no sapato, o decreto da autonomia é uma faca de dois gumes porque você enfraqueceu o conjunto do funcionalismo; como é um seguimento que propicia uma maior mobilização, ele incomoda muito.⁵⁶⁴

Nós sabíamos contra quem estávamos brigando na época da ditadura, tinha muito claro o rótulo, a postura, a perspectiva do contraponto. Pós ditadura, pós autonomia nas universidades e também a saída nossa de estar discutindo tudo fora do funcionalismo e indo mais internamente pro CRUESP e Fórum das Seis; acho que a gente abaixou a guarda, achando que aquela parte da ditadura já tinha passado e que, pelo convencimento democrático na mesa de negociação, a gente conseguiria atingir alguns objetivos.⁵⁶⁵

Essa questão da autonomia das Universidades tem um aspecto positivo, visto que a partir de então, passou-se a acompanhar mais de perto a arrecadação dos recursos, além da argumentação política e técnica do Fórum das Seis. Por outro lado, há o aspecto negativo, pois não houve mais a articulação com os outros setores do funcionalismo público e, a partir de então, ocorreu uma ruptura no processo da mobilização.

O novo contexto de negociação entre o CRUESP e o Fórum das Seis, que a autonomia universitária proporcionou a partir do ano de 1989, de certa forma, retirou do governo o foco de combate nas campanhas salariais, passando aos reitores a corporificação da figura do “patrão”, quando antes era o governador do Estado. Apesar da fragmentação imposta às lutas do funcionalismo com a desvinculação das três universidades Paulistas, uma grande conquista do

⁵⁶³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁵⁶⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

período foi a organização dos embates nas três Universidades e a instituição da data base no ano de 1991.

Na constituição da data base o Fórum começou a ficar mais orgânico, aí tinha uma discussão se era Fórum das Seis ou das sete, porque tinha as escolas técnicas também e a gente não mudou, definiu que era Fórum das Seis e fixou e passou a ter a cada ano um coordenador, ou a cada dois anos. Eu fui coordenador do Fórum em 1996, eu devo ter sido o único funcionário que foi e nós sempre trabalhamos essa questão da unidade com os docentes, que do ponto de vista dos técnico-administrativos era importante. A partir da data base, do ponto de vista sindical, foi uma grande conquista, talvez a maior conquista que a gente teve até hoje, porque passou a ter regularmente negociação e você passou a ter reposição minimamente da inflação.⁵⁶⁶

Na passagem da década de 1980 para 1990 e para os anos 2000, ocorreram várias transformações no país a nível político: a democracia se instalou na sociedade e a política neoliberal se infiltrou, trazendo com ela a precarização do trabalho em seus vários matizes. A partir dos anos 2000 vem ocorrendo um processo contínuo de acomodação, individualismo e de despolitização social. Por sua vez, a média de grevistas nos movimentos nas três universidades, decaiu significativamente nos últimos anos, mais acentuadamente após a greve do ano de 2004.

De meados dos anos 1990 para cá a mobilização tem sido sempre mais difícil, com a prevalência de três características muito perniciosas para a sociedade: a passividade, a despolitização e a desagregação social - parece que não se acredita mais na possibilidade de mudar alguma coisa, que as pessoas são incapazes de fazer relações de nexos e, por fim, que se instala um individualismo exacerbado, tudo muito ao gosto dos donos do capital. Cada governo à sua maneira tem contribuído para esse estado de coisas. Os setores organizados da sociedade precisam reagir. Precisamos reagir... É inegável a interferência das conjunturas externas e internas às universidades, mas a atuação das diretorias sindicais é essencial para manter o tônus da luta política.⁵⁶⁷

O STU em outras direções do sindicato, eu me lembrei da época do Zé Luis Romera e mesmo do Kiko; era década de 90, os funcionários da UNICAMP foram vanguarda na luta, mas depois o STU deixou de ter aquela potencialidade de luta que ele tinha antes; não só potencialidade, mas a direção política do movimento. Em muitos momentos, o STU dirigiu a luta dentro do Fórum; clareza política por onde ia o agir, o que fazer; aquilo que o docente ficava meio limitado por falta de um retorno das suas bases pra dizer: “*vamos pra greve*”, “*não vamos pra greve*”. Uma hora você fala: “*ou faz o indicativo de greve agora, ou só o ano que vem*”. Então, o STU era muito claro nisso.⁵⁶⁸

Quando a gente faz greve, a Faculdade de Educação pára, o IFCH pára, a Química pára, ainda tem isso, mas isso não cria uma massa crítica; as Unidades param isoladamente, muitas vezes ficam ali discutindo, mas não cria essa massa que você faz o movimento. Aí você tem que juntar todo mundo pra propor uma passeata, é mais difícil você fazer esse movimento de construção da greve. Quando a gente faz greve hoje, no começo é difícil até você ter gente pra soltar o boletim; fica muito em cima da direção e da representação.⁵⁶⁹

⁵⁶⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵⁶⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

⁵⁶⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 02/09/2009.

⁵⁶⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁵⁶⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

Cumpre salientar uma outra mudança ocorrida ao longo das décadas, foi a mudança no perfil das categorias, especialmente de docentes e estudantes.

Os poucos docentes que entram, já entram com outro perfil político ideológico que não mais perpassa, na sua maioria, uma visão de defesa da universidade, de uma tradição de militância, pois já são fruto da geração pós abertura política; não tiveram um período de formação em suas vidas ligado a um contexto mais duro, político, que fizesse mobilizar, pensar em questões mais amplas.⁵⁷⁰

Nesse período que eu vivi aqui, já houve uma mobilização estudantil muito maior e muito melhor do que temos hoje e eu acho que entra uma questão de origem de classe dos estudantes; mudou muito o perfil de classe dos alunos; cada vez mais você tem um aluno oriundo da escola particular e isso tudo tem mudado muito o perfil do estudante da USP. Então, hoje você nunca mais consegue ter uma mobilização que envolva a maioria dos alunos, mas de uma parcela, uma outra parcela é radicalmente contra, é de direita, não concorda com esse tipo de luta. No final da década de 70 isso aqui explodia, o movimento estudantil aqui tinha uma força... A luta pela derrubada da ditadura acendeu o movimento estudantil, a derrubada do Collor também, mas foi um fogo de palha.⁵⁷¹

Há uma mudança que vem operando no perfil do profissional que tá entrando na Universidade. Por exemplo, o começo da década de 60, de 70, antes da Reforma Universitária, o título de doutor era o agraciamento de toda uma vida dedicada à pesquisa. Com os acordos que foram sendo firmados, o doutorado começou a ser apresentado no Brasil, como começo de vida científica, de carreira. Isso mudou ao longo do tempo, com as agências de fomento, as exigências de formação e titulação e isso provocou uma mudança no perfil do trabalhador que tava entrando na Universidade e mesmo daqueles que estavam dentro da Universidade, induzindo a formação de um perfil de professor muito mais voltado pra resultados em termos de produtividade, de quantidade de produção. Isso fez com que esse professor cada vez mais deixasse de se ver como também trabalhador dentro da própria Universidade; ele não vê a sua própria condição de trabalho.⁵⁷²

Dessa forma, o viés caracterizado pelo docente de se identificar apenas como um intelectual e não como trabalhador, que preserva suas condições de vida e de trabalho, somada à questão da mudança de perfil, vem provocando um afastamento desses novos docentes do coletivo. Esse contexto constitui-se num processo crescente e contínuo, porque os órgãos de fomento cada vez mais insistem em formar esse perfil de professor, que se configura em um dos maiores problemas em relação à organização da categoria.

Essa mudança de perfil do docente foi mencionada também por Del Roio em entrevista concedida para a ADUNICAMP:

O perfil do doutor mudou. Há uma tendência de se formar um número muito grande em pouco tempo, em três, quatro anos. Isso significa que a qualidade das teses é inferior e as pessoas se formam mais novas. Isso foi feito para aumentar a quantidade de doutores

⁵⁷⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁵⁷¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁵⁷² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 17/04/2009.

para mostrar para as agências internacionais, para fingir que cresceu a produção intelectual (DEL ROIO apud CHRISPINIANO, 2008, p. 45).

Do ponto de vista das diretorias dos sindicatos, da clareza política que possuem, a atuação sindical continua ocorrendo ainda, através do velho modelo de sindicato reivindicativo, com proposições num aspecto mais amplo, ainda com a permanência da afirmação da defesa do ensino público e na busca de mais verbas para a Educação pública. Paralelamente, o sindicalismo interno às universidades é ainda um sindicalismo do tipo corporativista, pois existe uma identidade corporativa em cada entidade, além do que sindicato é, sobretudo, a representação de um determinado segmento de uma corporação, a qual tem uma identidade, onde há características que as unificam como categoria, sendo assim, não há como afirmar que não seja um sindicalismo corporativo, porém, é importante apontar que as entidades sindicais das três universidades pesquisadas, transcendem a questão corporativa. Portanto, em contraste com o sindicalismo de confronto (mais abrangente e politizado), praticado por estas entidades no final dos anos 1970 e durante a década de 1980, pós anos 1990 vem sendo praticado o sindicalismo reivindicativo, o qual é mais centrado nas questões corporativas.

Um fato a ser mencionado é que a mídia não vem dando visibilidade aos movimentos como em períodos anteriores, conforme segue: “A conjuntura mudou muito. Se em 1984 o movimento era notícia na imprensa nacional todos os dias – a ditadura estava saindo e as forças progressistas avançavam -, hoje as organizações não conseguem espaço na mídia” (FERES, 1997, p.83).

Quando a greve começa o telefone toca o dia inteiro, eles ligam e vem porque querem fazer divulgação, mas o espaço para as nossas falas é muito pequeno, nossa fala é muito limitada, eles priorizam a fala da administração da Universidade. Em toda greve nós fazemos vários documentos para esclarecimento da comunidade externa, do que está se passando na USP, nós chegamos até a ser capa da Folha de São Paulo (risos).⁵⁷³

A hora que a gente faz greve vem a mídia dizendo que professor ganha bem e que, de novo estão paralisados prejudicando a maioria dos filhos. Você sempre tem essa visão negativa, mas você não tem o outro lado, que eles estão defendendo a universidade pública que é um direito constitucional da população, você não tem essa forma de falar; e só num momento de crise que você tem espaço na mídia, inclusive pra expor o nosso ponto de vista, a defesa do ensino público.⁵⁷⁴

Conforme Boito Jr.:

“(…) a situação amplamente majoritária no ensino brasileiro é de remuneração insuficiente aos trabalhadores, condições de trabalho péssimas ou inadequadas e

⁵⁷³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁵⁷⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

desprestígio do trabalho docente junto aos governos, à imprensa e a parte da sociedade” (BOITO JR, 2003c).

A esse respeito convém colocar a fala de um entrevistado, a qual acena para a questão do poder que ainda gravita em torno da categoria dos docentes.

“Os docentes, apesar de terem menor mobilização, quando entram em movimento impactam mais a opinião pública. Isso é devido à importância atribuída aos docentes pela mídia, o que reflete também, de certa forma, a presença de preconceito e elitismo”.⁵⁷⁵

A longa duração de algumas greves pode ser explicada pelo nível de inflexibilidade do governo e/ou CRUESP frente às negociações com as categorias e também sob o ponto de vista de haver perspectivas reais de atendimento das demandas.

Sobre o fato de que as paralisações e greves são geralmente parciais e que algumas unidades nunca aderem aos movimentos, isso se explica pelo fato de que as categorias das várias unidades de ensino das universidades, possuem culturas e posições ideológico-políticas diferentes entre si e também os níveis de penetração das entidades sindicais nas unidades são diferentes em cada universidade. A atuação das diretorias nos diferentes períodos também exerceram uma influência importante sobre a mobilização e sobre os movimentos. Dessa forma, há que se considerar o histórico de organização política de cada local, ou seja, a experiência acumulada de organização e luta dos setores, conforme ilustra os depoimentos:

Primeiro é uma questão de uma certa tradição, onde normalmente você tem uma política mais conservadora historicamente na universidade, então é mais difícil você fazer a mobilização. Na Administração Central era um lugar que tinha muita gente militante e eles adotaram uma política de reformas administrativas que tirou todo mundo que era militante de lá; então hoje você tem uma unidade que é um pessoal conservador que você não consegue parar. Tem áreas que qualquer pessoa que surja na área e que tem alguma identificação com o sindicato, ela é colocada de escanteio, já é queimada, já dão um jeito de tirar ela de lá. E tem áreas que tem um pensamento mais democrático, então aceita, tem processos de negociação, os funcionários participam.⁵⁷⁶

Tem também a questão das diretorias, que antes tinha material humano pra fazer mobilização e dependendo da diretoria, ela tava mais à frente ou não; tem essa discussão de direção também, ela tem um papel. Mas hoje houve toda uma operação aí que chamam neoliberal de esvaziamento dos quadros de servidores técnico-administrativos que é a influência principal.⁵⁷⁷

A direção tem por obrigação organizar o trabalhador pra que ele possa expressar suas ansiedades e, se a direção não for ativa, ou seja, tem que se empenhar pra organizar isso,

⁵⁷⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 19/03/2009.

⁵⁷⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁵⁷⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 19/05/2009.

para que a categoria tome a decisão que tem que ser tomada e, às vezes, a categoria atropela o sindicato.⁵⁷⁸

Em algumas áreas específicas do conhecimento parece predominar o mote de que as atividades ali desenvolvidas são “apolíticas”, ledô engano, pois isto não existe. (...) Não se pode desprezar o movimento contrário, ou seja, algumas unidades tem tido um comportamento em geral conservador, avesso a quaisquer lutas sociais, políticas: a Medicina, Direito.⁵⁷⁹

Em parte muitos professores acham que os reitores dão o que podem dar; em parte muitos professores tem complementação salarial; em parte muitos professores são extremamente passivos em relação a mobilizações políticas; em parte muitos professores que lutaram contra a ditadura, hoje acham que, por estarmos no poder, que o povo chegou no poder, a gente não tem como lutar contra aqueles que nós elegemos; isso cria uma situação conflitiva interna e acho que muitas outras coisas mais.⁵⁸⁰

A nossa maior dificuldade de mobilização, são perfis muito diferentes de conjunto de servidores; o que acontece um pouco com o conjunto de professores também. Há unidades onde os perfis de funcionários são muito diferentes, unidades com um perfil mais conservador. Uma unidade como Araçatuba é uma unidade muito mais conservadora do ponto de vista do tipo de curso que ela tem, do tipo de professor e de tipo de funcionário; então, você consegue picos de mobilização lá se você tiver uma boa liderança sindical e se essa liderança der conta de articular os anseios daquela categoria, com a articulação mais geral. A UNESP traz pra gente pontos positivos e pontos negativos, então, muitas vezes as unidades param, que já são unidades mais históricas, onde uma articulação entre professores e funcionários se faz presente, mas não pára em outras, onde jamais as pessoas vão fazer mobilização e greve.⁵⁸¹

Conforme a análise dos depoimentos, percebemos que há inúmeras unidades das universidades pesquisadas, que atualmente não aderem aos movimentos, mas que, no passado, já tiveram em seus quadros, militantes antigos que conseguiam politizar esses locais e executar ações combativas, o que demonstra que o perfil das unidades sofreram transformações com o passar dos anos. As unidades onde tem proliferado fundações e cursos pagos, também distanciam-se das lutas, uma vez que as pessoas estão “mobilizadas” para realizar atividades privadas, claramente irregulares, mas que contam com a aprovação da administração para complementar substancialmente a sua remuneração. Um outro fator que conta é o vínculo de dedicação com a universidade, ou seja, os locais com maior número de docentes em tempo parcial e de funcionários terceirizados, possuem a tendência de ter uma menor preocupação com a instituição.

Mesmo que nem todos os campi da UNESP os docentes entrassem em greve, você tinha uma maioria que respondia positivamente à greve. A gente já indicou greve que só ficou

⁵⁷⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁵⁷⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 02/09/2009.

⁵⁸⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

⁵⁸¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

Marília em greve e isso pegou muito negativamente aqui, porque foi só Marília entre os docentes, eu não lembro qual greve foi que só nós paramos, aí é muito pouco.⁵⁸²

Aqui na UNESP essa coisa do fisiologismo via relações com os diretores é muito forte; cria-se um staff efetivamente entre as reitorias, mais as pró-reitorias e os diretores de Unidades; e a forma como eles vão fazendo essa cooptação dos diretores de Unidade e criando realmente um bloco administrativo no interior da UNESP que perde completamente a sensibilidade e o diálogo com o conjunto dos trabalhadores no interior da Universidade, sejam eles docentes ou funcionários técnico-administrativos e o próprio lastro com os estudantes nem se fala.⁵⁸³

Aqui em Bauru as greves eram muito fortes, mas quando dividiram o campus em três Unidades, criaram-se muitos cargos, então esse pessoal que ocupa cargos são desmobilizados. As assembleias nossas tem sessenta a setenta pessoas; sempre mantém esse patamar.⁵⁸⁴

Provavelmente isso ocorra na UNESP de modo mais forte porque as várias Unidades são autônomas e o peso dos diretores lá é maior do que o peso de um diretor na USP ou UNICAMP. O fato de que, na UNESP, as Unidades são isoladas, dificulta o diálogo com as demais, ou seja, o diálogo entre as Unidades da própria Universidade é muito mais difícil, o que acaba dando um peso maior para a diretoria administrativa das Unidades.

Uma compreensão que apreendemos através da história dos movimentos é que a participação e proximidade dos docentes com suas entidades sindicais ocorreu, basicamente, nos períodos de greves econômicas, ou seja, nos momentos em que era necessário uma reposição salarial mais acentuada, período demarcado até a greve do ano 2000. Após isso, os movimentos grevistas foram esvaziando a cada ano e chegando ao ponto de constatarmos que hoje, a categoria docente não se mobiliza mais por reajuste salarial, apenas por questões políticas e em número acentuadamente reduzido. Foi o que ocorreu nas universidades na greve de 2009, conforme depoimentos abaixo:

No caso aqui da UNICAMP, a questão salarial não motivou os docentes pra greve, inclusive também nem na USP e nem na UNESP; não foi a questão salarial que motivou. No caso da UNICAMP, especificamente, a greve só foi deflagrada depois do confronto da polícia com os estudantes na USP, que com a invasão da polícia, chamada pela reitora da USP é que deflagrou. Tanto que o mote da assembleia aqui quando tirou a indicação era “fora a PM do campus da USP” e a reabertura de negociação. Então, a questão da entrada da greve na UNICAMP, dos docentes, ela foi uma greve política, pela retirada da polícia do campus da USP. Em todas as assembleias em que a discussão era a questão salarial, a ADUNICAMP não decidiu entrar em greve; você tinha o SINTUSP em greve, você tinha uma boa parcela dos funcionários da UNESP em greve, tinha o STU em greve, mas os docentes nem da USP, nem da UNICAMP e nem da UNESP estavam em greve.⁵⁸⁵

⁵⁸² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁵⁸³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁸⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 28/07/2009.

⁵⁸⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

Hoje você tem um padrão de professor na UNICAMP muito mais vinculado à pesquisa e tem uma relação direta com FAPESP porque o ex-reitor hoje tá vinculado à FAPESP, é um dos diretores, quer dizer, você tem hoje uma diferenciação; o que a gente sabia que, um certo tempo atrás, a USP tava mais ligada a governo e participando mais de governo federal e estadual (estou falando da cúpula da universidade), e isso também gera, por um lado, um descontentamento, mas gera também uma proximidade com o poder, de ter saídas individuais também acontecendo, você é cooptado com muito mais facilidade e, na UNESP, pela diversidade... Campanha salarial não tá mexendo hoje com os docentes.⁵⁸⁶

A combinação entre sindicalismo e fator político é complexa. Ao mesmo tempo em que é possível ocorrer uma rejeição ao sindicalismo por questões elitistas, pode ocorrer que se manifeste uma posição política de cunho progressista em certa conjuntura.

Profissionais de formação universitária podem ter uma atitude anti-sindical por razões elitistas, mas, devido, entre outras coisas, a sua situação de trabalho, podem assumir uma posição progressista num ou mais aspectos importantes de dada conjuntura (BOITO JR, 2007, p.244).

Os professores e uma parcela dos funcionários das universidades públicas constituem um exemplo disso.

Convém esclarecer que a autonomia universitária demarca um período em que uma grande parcela das categorias tem a expectativa de que os reajustes salariais serão facilitados e melhor negociados e não vêm a necessidade, como viam antes da autonomia, de se mobilizarem coletivamente.

No passado, quando o adversário era externo, o governador, já houve assembleias maiores, com participação de centenas de pessoas, assembleias que não cabiam em nenhum recinto fechado e tinham que ser feitas ao ar livre. Mas quando o poder passou para dentro da Universidade, houve imediatamente a polarização entre os que acham que o poder está do lado deles e os que acreditam na necessidade de organização.⁵⁸⁷

As mudanças no perfil da mobilização, na era neoliberal com o governo FHC e com o governo Lula, ocorreram também por conta de um novo direcionamento de uma razoável parcela da intelectualidade, isto é, vários quadros do governo FHC e depois no governo Lula foram ocupados por docentes destas Universidades, acarretando um apoio ao governo e uma postura não crítica. Essa cooptação de inúmeros intelectuais por um governo propagado como “democrático e popular” facilitou, de certa forma, a implementação das reformas da Previdência e do ensino superior. Dessa forma:

Houve mudança porque houve uma mudança de conjuntura, cooptação de lideranças de esquerda e de movimentos sociais que vai levando a um enfraquecimento das

⁵⁸⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵⁸⁷ Depoimento de Adolpho Hengeltraub, extraído de ADUNICAMP, 2002, p.156.

mobilizações; então, as mobilizações vão ficando cada vez mais difíceis, com uma menor participação numérica de pessoas.⁵⁸⁸

As respostas populares são normalmente demonizadas ou apagadas, pelos governos, por uma mídia cada vez mais subserviente ao chamado capitalismo financeirizado. Decisiva, nesse processo, foi a mudança da base social da universidade. “Os docentes vem hoje pra UNICAMP com outra cabeça e os estudantes também”. Falamos de uma tendência, não de uma fatalidade. Quando começamos a fazer o movimento docente éramos, os militantes, uma espécie de pós-graduação da UNE combativa. Hoje o pessoal é sócio da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências (ADUNICAMP, 2007, p.49).

É uma pseudo democracia que nós estamos vivendo hoje e as reitorias vão sendo pré indicadas. Há anos e anos atrás já se sabe quem vai ser o próximo reitor, coisa que nos revolta bastante perceber que a comunidade universitária que se julga até... tão intelectualizada, aceita esse conchavo todo que é feito por alguns grupos aí, que nos controlam como se fôssemos cordeiros. Os docentes que julgam-se até não trabalhadores, “phdeuses” como dizem alguns colegas, aceitam ser manipulados desse jeito por grupos que controlam o poder, há anos e anos dentro das nossas universidades; isso é revoltante demais e os nossos professores engolem e aceitam tudo isso. Está tudo mudando não de acordo com aquilo que a gente imaginava que fosse mudar.⁵⁸⁹

O professor, esse sim tá sendo cooptado pelo sistema, porque antigamente o professor da USP, e isso serve também pra UNICAMP e UNESP; o professor era antes de tudo, professor da USP, vivia do salário como professor da USP e agia como tal. Hoje em dia, grande parte dos professores da USP dão aula particular na USP, cursos pagos de extensão, usando prédio público, fundações que bancam, então há uma cooptação hoje muito forte e, inclusive, uma greve seja lá por qualquer coisa, atrapalha esse cara de ganhar dinheiro. Agora vem aí mais coisa; vem a UNIVEST, Universidade virtual que muita gente vai ganhar dinheiro usando equipamento da USP, gravando aula que vai ser passada pra 500 mil alunos no Brasil todo. Então, hoje você tem uma série de mecanismos que são absurdos, que tem que ser combatidos porque são maléficos.⁵⁹⁰

A cooptação de funcionários também ocorreu nas três Universidades ao longo das décadas, com promoções, cargos, etc, na tentativa de afastar os líderes sindicais que demonstraram uma atuação sindical significativa:

A cooptação tem momentos muito fortes na nossa história aqui. No início dos movimentos, quando explodiu tudo em 79 e no começo dos anos 80, várias pessoas foram cooptadas, nós tivemos Unidades que isso foi muito forte, por exemplo, a Faculdade de Matemática, todos os funcionários que foram liderança, foram cooptados e viraram chefes. Eu e outras pessoas que já tinham uma militância anterior, já estávamos vacinados porque a gente tinha ideologia, a gente tinha um projeto socialista. Agora, o cara que surgiu como militante espontâneo do movimento; ele se afasta ao ser cooptado, porque ele ainda não tem uma consciência mais geral. A história do movimento operário, do movimento dos trabalhadores no mundo todo tá cheia disso e aqui não foi diferente; a gente perdeu alguns companheiros que estavam despontando, mas não tinham uma base sólida de ideologia. Isso sempre houve, continua tendo, mas foi muito forte nesse período inicial.⁵⁹¹

⁵⁸⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009

⁵⁸⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

⁵⁹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

⁵⁹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 02/07/2008.

Observamos também na fala dos entrevistados, que o contexto nas três universidades é diferente, ou seja, frente à iminência de uma greve, as categorias na UNESP sofrem maior dificuldade, em comparação às demais universidades. Isto ocorre porque na UNESP, com os vários campi, há uma aproximação maior com as administrações das Unidades, as quais representam o poder de uma reitoria, configurando uma dificuldade para que ocorra a mobilização.

Como tem uma proximidade muito grande com as chefias, com as direções da Unidade, a mão de ferro do diretor e do administrador; ela acaba pesando na hora da mobilização. Talvez parte das dificuldades colocadas hoje da mobilização, tem a ver também com a proximidade muito grande que a gente tem com as direções; e aí acaba tendo uma influência muito grande essa forma federativa da UNESP de existir e a pressão que exerce o reitor de uma forma muito forte dentro dos órgãos colegiados e na relação, as trocas de favores, isso acaba sendo um fator desmobilizador dentro da UNESP.⁵⁹²

Com relação à concentração no campus, na UNESP você tem que fazer dez assembléias em vários locais e é mais difícil em determinadas regiões você trazer o funcionário por causa da dispersão e você tem: *ah, eu vou esperar o outro campus se mobilizar pra depois eu me mobilizar aqui*. Você tem esse contexto, cada lugar toma a sua deliberação isoladamente, tem o indicativo da central, mas você tem a autonomia de cada campus ir ou não pro movimento em determinado momento e isso dificulta. Em alguns momentos a UNESP foi mais mobilizada porque em alguns campi chamava outros e aí mobilizava a UNICAMP e USP. Em cada momento uma categoria tava mais à frente e, às vezes, por questões específicas e não por questões comuns dentro da mobilização.⁵⁹³

Há uma tentativa [na UNESP] muito grande de ser cooptado pelas reitorias a partir da participação nos órgãos colegiados, isso é muito grande. Mas você tem um misto de pensar, por exemplo, questões de salário se decide no CRUESP, não se decide nos órgãos colegiados e, no entanto, orçamento se decide e, em parte, o orçamento pode estar vinculado não só a questão de salário, mas pode estar vinculado também em relação às melhorias das condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores.⁵⁹⁴

O fato de que, condições de trabalho também podem ser decididas dentro dos órgãos colegiados, faz emergir um fator a mais de organização interna nas Universidades.

Um fator fundamental e inovador é que nos dias de hoje vem ocorrendo uma mudança na base social das universidades. Grande parcela dos docentes, dos alunos e funcionários manifestam uma concepção individualista e competitiva, proveniente do ideário neoliberal. Constatamos que convivem num mesmo espaço acadêmico, a vanguarda dos movimentos e uma base social ainda muito conservadora. Isso predispõe ao não fazer, ao não participar coletivamente, isto é, não vem ocorrendo mais a participação política e sindical nas

⁵⁹² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁹³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵⁹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

universidades, como ocorria nas décadas anteriores, acarretando um distanciamento entre as entidades e sua base, principalmente em relação aos docentes.

A conjuntura política tem muita influência porque a base, o perfil do conjunto dos professores e acho que um pouco do conjunto dos funcionários também, se modificou muito. A gente tem tido no interior da Universidade os salários de funcionários muito baixos, então tem uma rotatividade muito grande de funcionários; eles não permanecem mais no interior da Universidade. Hoje eu me sinto mais enfraquecida do que eu me sentia há cinco anos atrás por exemplo; a gente tem tido na UNESP mudanças muito grandes e profundas, a gente não tem tido a mesma mobilização, então é claro que a perspectiva desse projeto mais hegemônico, ela acaba prevalecendo.⁵⁹⁵

O docente tá focado numa perspectiva produtivista dentro da universidade e aí alguns acham que é perda de tempo, que é coisa de quem não faz nada tentar mobilizar a categoria, tem um perfil já do novo professor que entrou. Eu acho que nós vamos ter que, no sindicato, tentar estudar um pouco mais esse novo perfil, talvez o corpo a corpo, tentar entender um pouco mais o que esses caras esperam da universidade. E também nós tivemos algumas desmobilizações, ou seja, a pessoa deixou de estar vinculada ao sindicato quando se lançou a greve, em alguns momentos, e tem pessoas que são anti-greva na universidade, que greve é coisa de metalúrgico, greve é coisa de outras categorias e que o docente não deveria fazer greve.⁵⁹⁶

De acordo com a análise dos depoimentos, percebemos que existe uma certa diferenciação no perfil dos docentes, em cada uma das universidades, o qual varia de acordo com o status relacionado a cada instituição. Essa diferenciação contribuiu para os diferentes graus de engajamento docente nos movimentos.

Os diversos aspectos que tornam distintas essas três instituições também marcam seus respectivos docentes. Por exemplo, o predomínio da empáfia vigente nessas instituições é proporcional à “importância” tradicional e supostamente atribuída a cada uma das três universidades estaduais paulistas. Assim, não é lícito ignorar essa hierarquia decrescente: USP, UNICAMP e UNESP (a prima “pobre”). Dadas as condições de aglomerado de unidades dispersas pelo estado de São Paulo, a UNESP tem sido a mais vulnerável aos desmandos dos governadores em exercício: expansão sem garantia de recursos, situação trabalhista questionável, etc.⁵⁹⁷

Os docentes da UNESP já não é tão metido a besta, eu diria, mas os docentes da UNICAMP e USP principalmente, acham-se intelectuais, consideram-se num nível superior ao trabalhador; acham que não são trabalhadores até, como se trabalhar com a cabeça não fosse um trabalho até mais exaustivo do que trabalhar com o corpo. O desgaste do organismo é muito superior quando o trabalho é intelectual do que no trabalho braçal, então, somos todos trabalhadores. Eu tenho um amigo que costuma dizer que a UNICAMP é cheia de “ph-deuses”. É perceptível que os docentes da UNESP não são tão “ph-deuses” quanto os docentes da UNICAMP e da USP, principalmente da USP, que a gente chama até de realza.⁵⁹⁸

Os camaradas da USP, a maioria são acima de Deus. A cultura é a seguinte: se você se formou na USP você já é um semi-Deus; se fez pós graduação já é um Deus; professor

⁵⁹⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁵⁹⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁵⁹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 02/09/2009.

⁵⁹⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 25/08/2009.

doutor é acima de Deus (risos), é complicado; não são todos, tem uma parte que são seres humanos fantásticos, extremamente saudáveis, pessoas que dá prazer da gente estar perto, mas aqueles que... Uns 20% se sentem trabalhadores, isso se considerar alguns que se aposentaram (risos).⁵⁹⁹

Os depoimentos acima sinalizam que existe uma certa hierarquia de poder e status construída entre as três universidades e seus docentes. É interessante informar que no processo de agendamento para a realização das entrevistas desta pesquisa, os docentes da UNESP foram os que se mostraram mais acessíveis, mesmo apesar do distanciamento territorial.

Através da análise dos documentos, podemos desenhar a trajetória das greves da seguinte forma: os movimentos de 1979 e 2000, foram movimentos homogêneos entre as três universidades; porém, os movimentos de 1988, 1991, 1994, 1996, 2003, 2004, 2005 e 2007 foram movimentos muito díspares entre as três universidades durante o movimento de greve, com descompassos de adesão, início, de maior mobilização ou refluxo entre as três universidades. É importante acrescentar que, o fato do sindicalismo nestas universidades ter surgido num contexto social de ditadura, determinou um caráter de maior politização e militância entre as categorias, visto que era imprescindível lutar pela democracia da sociedade e da própria Universidade e não somente pelas questões corporativas.

A greve de 1979 foi a mobilização mais pura e santa das greves. De lá para cá foi perdendo um pouco a pureza. A greve de 1988 já tava em declínio se comparada à outra. A outra foi mais intensa, muito mais. Aquela era mais geral, vários setores do funcionalismo. Daquela época pra essa você tem alguma mobilização próxima daquela? Não; sempre inferior, é uma linha declinante.⁶⁰⁰

Basicamente, no decorrer das décadas, ocorreram mudanças na mobilização entre as três Universidades, pois houve momentos em que a UNICAMP foi mais forte ou saiu na frente, em outros momentos foi a UNESP ou a USP que se mostraram mais mobilizadas. São vários fatores que determinaram uma maior ou menor mobilização em determinados campus nas diversas épocas, dentre eles a conjuntura do país, bem como no interior das próprias universidades. Segue abaixo alguns trechos de entrevistas, as quais, basicamente na sua totalidade, referem os mesmos fatores:

Isso foi determinado, provavelmente, por diferenças na relação momentânea das administrações das universidades com a coletividade e com as direções sindicais. Momentos aonde, circunstancialmente, um determinado reitor numa universidade contava com certo apoio ou com maior proximidade com a categoria dos funcionários, ou dos docentes; ou com o compromisso de um programa mínimo quando da eleição dele, entre as direções dos sindicatos dos funcionários ou dos docentes e isso

⁵⁹⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

⁶⁰⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 12/03/2009.

provavelmente determinou essa não similaridade de mobilização entre as três universidades.⁶⁰¹

Variou muito. Você teve o período de resistência à ditadura que era outra história; então, eu brinco dizendo assim: *a ditadura nos unia, a democracia nos dividiu*. Então, é verdade, porque, como tinha que bater na ditadura simbolizada em São Paulo pelo Maluf; era mais fácil. Com a eleição do Montoro eu me lembro que se disse na assembléia da ADUNICAMP que enquanto o Montoro for governador, nós nunca mais vamos tirar greve. Não porque não fosse necessário, mas porque tava cheio de montorista aqui. Essa Universidade já teve um forte peso do partido comunista, depois uma boa parte desses caras virou tucano e agora virou Lulista; uma imensa capacidade de mudar de posição e de se adequar ao real, ou seja, ao que se quer.⁶⁰²

A UNESP teve um período que foi uma das universidades muito mais mobilizada, com um trabalho muito bem feito na base. É um trabalho político que cada diretoria faz junto à sua base que pode garantir uma mobilização muito mais forte e até mesmo a continuidade dessa atuação ao longo dos anos. Por exemplo, a greve de 1988, a primeira Universidade que entrou em greve foi a UNICAMP com mais de sessenta dias em greve no ano de 1988, foi mais do que a USP, mas depois disso não me recordo que eles tenham feito greve com mais dias do que aqui na USP.⁶⁰³

Fatores conjunturais internos a cada Universidade naquele momento, o embate maior com determinado reitor, ou o embate maior com uma determinada chefia de gabinete, a forma como o reitor encaminhou a discussão internamente, as “besteiras” que eles fizeram ou não na hora do diálogo com a categoria, a conjuntura um pouco dos órgãos colegiados internos, se são mais fortes ou mais fracos, que figuras a gente tem ao lado da greve, ou seja, figuras emblemáticas que, em determinados momentos, acabam cumprindo um papel de vanguarda intelectual muito grande e você tem também a conjuntura externa. Muitas vezes a conjuntura externa também acaba influenciando muito aquilo que acontece enquanto processo de mobilização interna.⁶⁰⁴

Aqui na UNICAMP eu me lembro que a greve começava nas áreas operacionais [DGA-6, Parque Ecológico, setor de obras, vigilância, restaurante]; você tinha uma massa proletária; depois juntava um monte de gente e ia fazer arrastão na administração e criava massa crítica pra greve; isso a gente perdeu com a terceirização, nos anos 90 eles desmontaram isso.⁶⁰⁵

Desta forma, inferimos que, para cada situação específica de greve é preciso analisar uma confluência de fatores que não são questões isoladas, ou seja, compreender quais foram os fatores determinantes daquele processo, naquele momento e em cada universidade porque, para cada momento político existem fatores determinantes para que ocorra uma greve. Também, a clareza de saber quando entrar em greve e quando sair talvez seja um dos grandes desafios das lideranças sindicais a partir do momento em que se delibera para o movimento de greve.

O que acontecia muito na UNESP, que são vários campi, de repente explodia a greve num campus por algum motivo, antes mesmo da data que se tinha unificado pra iniciar a

⁶⁰¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

⁶⁰² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 06/04/2009.

⁶⁰³ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 24/08/2009.

⁶⁰⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁶⁰⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

mobilização. Ilha Solteira, por exemplo, saiu numa greve isoladamente, já são isolados geograficamente; os docentes lá saíram em greve e, de repente chamou todo o restante da USP e UNICAMP, que se engajaram, e eles ficaram lá noventa dias em greve e nós estávamos aqui em trinta, trinta e cinco na grande maioria dos locais. É muito de momento, questões mais específicas geram mais mobilização. Depende muito ano a ano do ponto de pauta e do contexto político que tá envolvendo as universidades e no time dos funcionários, a mobilização acontece com muito mais facilidade porque recebem um valor menor de salário.⁶⁰⁶

Existe também o fato de que o peso das diretorias das Entidades sindicais sempre exerce influência, porque há a necessidade de se ter vanguardas políticas e pessoas que façam boas análises de conjuntura e que apontem adequadamente qual é o “rumo” ou qual é o desdobramento que o movimento vai ter, ou seja, a capacidade de convencimento que uma diretoria exerce sobre a categoria, difere ao longo do tempo. Por outro lado, a articulação com outros movimentos sociais é sempre muito importante, em particular a articulação com o conjunto dos estudantes, pois eles são uma força política muito grande no interior das mobilizações e greves de docentes e de funcionários nas universidades. Diante do contexto exposto, fica nítido perceber que durante o final dos anos 1970 e na década de 1980 havia uma maior capacidade de organização e mobilização das categorias, a qual contrasta significativamente com a última década.

Um outro ponto que transpareceu na fala dos entrevistados, é que o movimento nas universidades nunca se desvinculou totalmente do funcionalismo público, mesmo após o decreto da autonomia.

A discussão interna dentro da universidade, fora do funcionalismo, avançou qualitativamente em algumas ações. Obviamente que no contexto geral, nós sempre nos aproximamos do funcionalismo; o funcionalismo é que não se aproxima da gente em algumas questões específicas da universidade. Eventualmente a gente consegue ter novamente essa articulação. Como uma parte do funcionalismo ainda permanece na CUT e as três universidades estão fora da CUT, isso também criou um problema de diálogo que tá sendo resgatado agora pra questões mais gerais. Ainda nós temos que tratar um pouco melhor essa questão e talvez a CONLUTAS possa ser um caminho de reaproximação do movimento do funcionalismo do Estado de maneira geral.⁶⁰⁷

Eu acho que a gente nunca rompeu totalmente com o funcionalismo público, nunca teve uma ruptura; sempre teve uma tentativa da gente continuar dialogando com eles, é claro que, com muito mais dificuldade porque, aonde pega a greve? A greve pega sobretudo nas questões salariais; quando a gente fala de greve, a gente sabe que um dos fatores primordiais de aglutinação da categoria é as condições de trabalho, sobretudo o valor do salário. Então, é claro que ficou mais difícil dialogar com o conjunto do funcionalismo mas, por exemplo, a gente nunca perdeu de vista enquanto Fórum das Seis, o momento de articulação que é a LDO. Como a gente não consegue fazer uma articulação mais ampla com o funcionalismo todo, a gente tenta, pelo menos, uma articulação com os setores da educação. Não é uma situação simples e não é fácil porque, o que a gente percebe, em particular com a própria APEOESP, é que a gente tá falando de disputa, a

⁶⁰⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

⁶⁰⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

gente deveria estar pensando em solidariedade do movimento social organizado, porque quando a gente fala de verba pra educação, um setor não pode tirar do outro pra dar pro outro, ou seja, não é porque você vai enfraquecer o ensino superior, que necessariamente esse recurso virá pra educação básica. Às vezes as pessoas não compreendem que a gente tá falando de coisas que deveria fortalecer o conjunto do movimento e pensar verbas pra melhoria da educação em todos os níveis, então há muita dificuldade pra fazer com que as pessoas compreendam, até porque o governo e a própria ALESP joga, em parte, argumentando que, se tirar das universidades, poderia ser repassado pra educação básica; mas é tudo falácia, a gente sabe que não é isso.⁶⁰⁸

Com isso percebemos que os movimentos nas universidades pesquisadas não conseguem obter muita efetividade na articulação com o restante dos movimentos sociais organizados, em particular, com o movimento dos funcionários públicos, mesmo porque os outros setores do funcionalismo público também tem tido muita dificuldade de diálogo e de organização política. Nem mesmo a APEOESP nos últimos anos tem conseguido efetivar ações coletivas, pois a questão do bônus no interior da escola pública compromete a organização política dos professores. Isso demonstra que as estratégias do governo tem sido mais eficientes do que a resposta que o movimento social organizado tem dado.

Um fato novo e que merece ser destacado nesse sentido é que o sindicalismo praticado pelo SINTUSP tem buscado, nos últimos anos, estabelecer alianças com outros movimentos sociais, tais como os “sem universidade” e outros, conforme depoimento a seguir:

Nós nesse momento estamos travando uma luta muito grande e vamos levar essa luta adiante pela redemocratização da USP. Nossa idéia inclusive é boicotar esse colégio eleitoral ou até impedir que haja essa consulta no dia dez de novembro para a escolha do reitor. Nós vamos fazer isto junto com os movimentos populares, com as pessoas que sustentam essa Universidade e são excluídas; temos vários movimentos e nós vamos chamar todos: estamos entrando em contato com o MST, com o movimento dos “sem Universidade”, dos sem educação; todos eles estarão junto conosco numa luta pra democratizar essa Universidade e será uma luta com métodos radicais. Nós pretendemos impedir que esse colégio eleitoral espúrio, que não representa nada, ilegítimo, se reúna para escolher o reitor.⁶⁰⁹

O fato do SINTUSP ainda estar conseguindo mobilizar um número significativo de trabalhadores, contrariamente ao que se observa nas demais universidades, merece ser analisado mais detalhadamente num outro momento. De antemão, inferimos que essa situação se configura numa segmentação sindical, ou seja, trata-se de um setor que ainda possui os meios de organização do coletivo de forma satisfatória e abrangente.

A questão da articulação dos movimentos nas universidades com o movimento estudantil, nos últimos anos tem se mostrado fundamental:

⁶⁰⁸ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁶⁰⁹ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 21/09/2009.

A participação dos estudantes na greve dos professores, ela é primordial, sem eles a gente não tem conseguido hoje fazer a tal da mobilização. A hora da massa ir pra rua, quem na verdade garante a massa ir pra rua são justamente os estudantes. É claro que eles tem pautas mais específicas, mas eles tem uma capacidade de solidariedade muito maior do que a capacidade de solidariedade colocada a partir da categoria dos professores. Então, a gente tem assim uma ordem: professores com menor mobilização, funcionários com uma mobilização mais média e uma grande mobilização do conjunto dos estudantes; e a gente só consegue hoje fazer movimento de massa, movimento de rua e greve, se tiver uma participação efetiva dos estudantes. Sem eles a gente não enche um ônibus de professores pra ir reivindicar aumento de verba pra educação na Assembléia Legislativa em São Paulo, a gente não consegue fazer isso.⁶¹⁰

O SINTUSP, nesse último movimento particularmente, eles fizeram uma aliança muito próxima com os estudantes e os estudantes foram fatores determinantes nesse processo de mobilização, particularmente no de 2007. Eu acho que o SINTUSP jogou um papel muito importante nessas duas últimas mobilizações.⁶¹¹

A gente percebe que até os estudantes já há algum tempo vem se reorganizando. Os estudantes estão se organizando mais de 2004 pra cá; em 2000 tiveram uma mobilização forte, depois caiu com a sensação de tarefa cumprida e em 2004 eles retomaram e vem crescendo.⁶¹²

No contexto das universidades pesquisadas, a atualidade é marcada por uma baixa mobilização, tanto entre a categoria dos docentes, como de estudantes e funcionários técnico-administrativos, com exceção dos funcionários da USP, conforme já explicitado no decorrer da pesquisa. Em síntese, o que temos hoje em termos de movimento, são greves que arrastam alguns segmentos das categorias, ou seja, com reduzido número de unidades que aderem e grevistas, onde a vanguarda é colocada em contradição com a grande maioria da base, acarretando um desgaste dessa vanguarda.

Essa desmobilização sindical também vem ocorrendo no contexto geral da sociedade, pois o modelo de desenvolvimento que impera para o país é alçado como único e capaz de se desenvolver somente através do capitalismo. Essa política implementou-se no Brasil através da ascensão do PT e da CUT, com um direcionamento para uma política populista. Tal contexto dificulta ações de conquista na sociedade, com o conseqüente fortalecimento de práticas conservadoras. A luta por uma sociedade mais justa e igualitária é substituída pela adequação a um mercado espoliador, o qual carrega em seu bojo profundas desigualdades sociais.

Nesse período que nós estamos vivendo, dos anos 90 para cá você tem políticas de cunho neoliberal fortemente estabelecidas, políticas que restringem as funções do Estado; colocar tudo para o mercado achando que ele vai resolver. Nesse período tem prevalecido o Executivo sobre o Legislativo; as pessoas não acreditam que possa mudar por vários motivos, você tem desde os ingênuos, que entram no engodo dos governantes,

⁶¹⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

⁶¹¹ Entrevista realizada com ex-dirigente do STU em 01/04/2009.

⁶¹² Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

até o cara que discorda disso. Você tem um ambiente ideológico que passa pro conjunto da sociedade que é inexorável, não tem muito o que fazer; isso é importante porque explica a dificuldade que a gente tem de mobilizar.⁶¹³

Procurando sintetizar a análise dos movimentos na contemporaneidade, podemos inferir que os movimentos sindicais no terreno da Academia, se constituem na esfera da defesa, ou seja, podem ser traduzidos como uma busca contínua e incessante de recuperação de perdas salariais, de defesa e manutenção da Universidade pública e gratuita, de mais verbas para a educação, pelo direito de vivenciar a democracia interna, etc.

O que se apreende de tudo o que foi exposto sobre a trajetória dos movimentos é que existe um saudosismo das categorias em relação às greves realizadas no passado e que conseguiam contemplar uma ampla adesão nas três universidades.

⁶¹³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo desta pesquisa analisar em que medida as transformações no mundo do trabalho, com o advento das ações neoliberais nas universidades públicas, atingiram o sindicalismo nas universidades pesquisadas e produziram mudanças no perfil das lutas no período entre 1978 até os dias de hoje. É importante salientar que esses movimentos ainda se constituem num caso típico de sindicalismo de assalariados de classe média. O que mais chamou nossa atenção nesse contínuo processo de desmobilização sindical, foi a mudança ocorrida na base social das Universidades.

As entidades sindicais das Universidades Estaduais Paulistas mantiveram-se, desde os primeiros movimentos, engajadas nas lutas por econômicas e políticas, ou seja, reivindicando reajustes salariais na tentativa de repor perdas decorrentes da inflação, pela retomada da democracia na sociedade, e também imbricadas em lutas para a reconquista e manutenção de direitos ameaçados pelos diversos governos.

Os movimentos também incorporaram e tornaram visíveis outras demandas, tais como melhores condições de trabalho, defesa do ensino público e gratuito, tentativas de barrar o processo neoliberal nas universidades, protestos contra a reforma da previdência e reforma universitária, contra os recentes decretos do governador José Serra, pela defesa e manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade, pela manutenção da autonomia universitária, e através da tentativa de conscientização das bases, uma nova alternativa de sociedade. Desta forma, a atuação dos movimentos sindicais configura-se não somente no âmbito econômico, mas também em âmbito político e ideológico.

Quanto aos ganhos podemos concluir que, apesar de não se ter obtido a reposição total da inflação, bem como uma grande parcela das demais reivindicações apresentadas no decorrer do período estudado, as greves implementadas nas Universidades Estaduais Paulistas constituíram-se em importante instrumento de luta para amenizar as perdas salariais ocasionadas pela contínua inflação e acumuladas durante as décadas.

É fato que no período entre 1978 a 2008 ocorreu um visível declínio do poder aquisitivo dos salários de docentes e funcionários, porém, se compararmos a outras categorias de servidores públicos em que estes não obtiveram reajustes similares, veremos que as categorias das universidades ainda estão em vantagem.

É importante salientar que as lutas não se resumiram somente na questão salarial. A pesquisa demonstrou que elas apresentaram um conteúdo muito forte de resistência aos ataques, de defesa do ensino público, bem como da universidade pública, a luta pela democracia no interior destas universidades, a qual é incessante, pois transparece o temor pela privatização do ensino superior público, com a cobrança de mensalidades e o sucateamento total destas universidades. Portanto, constatamos que ocorreram, ao longo do período analisado, inúmeros movimentos essencialmente por questões de ordem política.

Salientamos como conquistas do movimento sindical algumas questões importantes, tais como a manutenção da autonomia universitária e do orçamento, bem como a publicação do Decreto Declaratório do governador José Serra, o qual se caracteriza num recuo do governo.

Em relação à intensidade dos movimentos não ocorreu uma homogeneização quanto ao número de eventos em cada universidade e, também em relação às categorias ao longo do tempo. Porém, o que vem ocorrendo é um contínuo processo de desmobilização das categorias de docentes e de funcionários nas três universidades pesquisadas, com exceção da categoria dos funcionários da USP, cuja mobilização ainda é significativa. Em virtude deste fato podemos concluir que o sindicalismo nas três universidades pesquisadas está passando por uma crise cujas características são: a baixa motivação para a organização coletiva e assembleias esvaziadas, tanto nas entidades de docentes, quanto nas entidades de funcionários, com exceção do SINTUSP, o qual ainda vem conseguindo mobilizar um número bastante expressivo de trabalhadores. Em seguida, as entidades que ainda continuam realizando greves é o SINTUNESP e o STU, porém com uma baixa adesão dos trabalhadores. A conjuntura do neoliberalismo proporcionou uma dificuldade acentuada em manter os valores coletivos, visto ter sido implementada a perspectiva produtivista no interior das universidades, com a resolução dos problemas através do individualismo e a articulação com ganhos externos.

A reconstituição do processo que originou a criação das entidades sindicais no interior das universidades pesquisadas (ítem 6.2 do capítulo VI) possibilitou a compreensão dos fatores que motivaram as categorias de trabalhadores assalariados a organizarem-se em instituições de caráter sindical, expondo os conflitos e contradições, bem como as singularidades das atividades sindicais de ambas categorias, ou seja, de funcionários e de docentes. Dessa forma, os movimentos grevistas dos docentes e dos funcionários das universidades pesquisadas são um

caso típico de sindicalismo de assalariados de classe média com a característica de longevidade das greves, similar às greves do setor público em geral.

Por outro lado cabe destacar que os sindicatos no interior das universidades públicas, desde os primeiros movimentos, não estão atuando somente com as questões de interesse corporativo e com as questões salariais, mas atuando também com as questões macro-políticas e com as novas formas de exploração e opressão no trabalho, tais como, por exemplo, o caso dos funcionários e docentes contratados pelas fundações privadas, ou mesmo contratados pela universidade com contratos temporários, os quais tem que conviver com o risco iminente do desemprego e com uma situação de trabalho precária.

Dessa forma, as entidades sindicais tem lutado contra as pressões no trabalho oriundas de sua nova organização, com o atual modelo anti-democrático de universidade, com questões políticas. O processo de terceirização nas universidades públicas vem seguindo um caminho semelhante ao universo de trabalho do setor privado, com a terceirização, primeiramente, das atividades tidas como de apoio ou operacionais (vigilância, limpeza, jardinagem, restaurantes, etc). Paralelamente, o processo de terceirização foi atingindo uma rede diferenciada de setores: funcionários e docentes contratados temporariamente ou sendo substituídos por estagiários, bolsistas, etc. Diante do exposto é importante vislumbrar que os movimentos nas universidades pesquisadas são de caráter defensivo, representados pela defesa do ensino e da preservação da universidade pública, defesa do salário, preservação de direitos que foram retirados, contra perseguições e criminalização dos movimentos, etc.

Os trabalhadores terceirizados são muito mais vulneráveis à relação capital/trabalho de modo que através destas contratações, verifica-se o processo de flexibilização das relações de trabalho nas universidades públicas, o que denuncia uma alteração no papel do Estado. Podemos concluir que o movimento no interior da universidade pública, nos últimos anos, vem ocorrendo principalmente por questões de ordem política especialmente entre a categoria dos docentes, já que a questão salarial tornou-se secundária.

Diante da ofensiva neoliberal os movimentos sindicais, tanto no setor público, quanto no setor privado, enfrentam uma crise, a qual caracteriza-se, principalmente, na dificuldade de organização e mobilização das categorias. Observamos que isto também se configura no interior das universidades pesquisadas com a desmobilização, sobretudo, da categoria dos docentes e com uma crescente dificuldade em formar os quadros das entidades sindicais, pois a organização

coletiva exige alguns sacrifícios, tais como a perda de tempo, exposição frente às administrações das universidades, possível perda de cargos, salários e gratificações, privilégios, etc. No movimento docente ocorre uma limitação das ações sindicais, bem como o peso da polivalência de atividades é maior.

Tal fato merece ser estudado por essas diretorias, pois vem ocorrendo uma tendência de que uma grande parte dos novos docentes contratados não estão se sindicalizando nas entidades, conforme apontaram alguns depoimentos durante a pesquisa.

Convém assinalar que essa crise do movimento sindical nas universidades pesquisadas também se apresenta grave, como no sindicalismo do setor privado, devendo ser salientado que a abrangência das greves nestas universidades também decresceu e que a prática da mobilização tornou-se mais difícil, se compararmos aos movimentos do final da década de 1970 e anos 1980. Nestas décadas, podemos observar que havia uma postura de confronto com o governo federal (ditadura), governo estadual e, nos últimos anos, iniciou-se um processo de luta diferente, onde aparece os fatores “negociação” e “proposição” como condição para se alcançar parte das reivindicações apresentadas. Essas características demonstram que o sindicalismo intrínseco às Universidades Estaduais Paulistas também mudou seu padrão de atuação sindical nas últimas décadas, com menos poder de força em virtude da desmobilização das categorias envolvidas, pois na última década as greves tem ocorrido com acentuada redução da participação de docentes e demais trabalhadores. Porém, esse sindicalismo ainda apresenta uma postura de resistência, conforme depoimento abaixo:

Apesar do esvaziamento das mobilizações, a gente ainda acredita que sem mobilização, sem luta você não conquista as coisas. O João Zanetic, da ADUSP, um dos históricos aí, mais antigo do que eu no Fórum, sempre falava assim: “*nós temos essa mão na mesa de negociação; o tamanho do tapa que eu dou na mesa na frente dos reitores, vai depender de quanta gente lá fora está atrás de mim. Se não tiver ninguém, ele nem ouve, se tiver a massa gritando por reajuste, a conversa é outra*”. E é isso concretamente. Por mais que os críticos das greves falem que tem que buscar formas alternativas, a gente sempre pergunta nas assembleias: *o que?* Não fazer vestibular, não entregar nota, isso aí não vira e vai prejudicar quem não precisa. Os reitores agem como patrões e a gente tem que agir como trabalhadores; essa é a linguagem que é entendida. Eles entendem que quando tem mobilização tem que ceder mais, quando não tem eles estão com a faca e o queijo; isso é uma clareza a hora que você analisa as negociações entre Fórum e CRUESP.⁶¹⁴

Ainda, em relação à negociação durante as greves, nem sempre foi possível a articulação entre as demandas salariais e de condições de trabalho com as demandas de ordem política, sendo que na maioria dos movimentos a estratégia do governo e, posteriormente, do CRUESP, foi

⁶¹⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

atender apenas a demanda imediata sem atingir as demandas de ordem política. Isso acarretou, em vários momentos, refluxos ou interrupção dos movimentos.

Um dos aspectos revelados por esta pesquisa, diz respeito à percepção de que a crise do sindicalismo nas Universidades Estaduais Paulistas não apenas demonstra a redução da mobilização e das lutas, mas também demonstra a perda da influência ideológico/política das entidades sindicais sobre o CRUESP e também sobre os próprios docentes e demais trabalhadores. Nos últimos anos, em períodos de campanha salarial é nítida a falta de consideração e respeito por parte do CRUESP com a demora em se agendar as reuniões para as negociações. Por outro lado, a desmobilização das categorias se deve, fundamentalmente, à implementação das ações neoliberais nestas universidades, atingindo e alterando o padrão sindical da categoria de funcionários e de docentes, nestes últimos de forma mais acentuada. Cabe aqui esclarecer que outros fatores tem se somado às ações neoliberais para promover a desmobilização das categorias, os quais são denominados como fatores políticos, ideológicos e eleitorais.

Um outro fator de distanciamento das entidades sindicais, ou seja, da atividade coletiva, é a participação das categorias nos órgãos colegiados para resolver questões de trabalho e também da própria universidade, sendo que a hierarquização na USP é mais forte do que nas demais.

O declínio da atividade sindical também decorre em virtude do crescimento do trabalho no setor de serviços, do gerencialismo contaminando as relações sociais e não só as relações de trabalho, pois nos dias atuais tudo é gestão e os próprios indivíduos são gestores de sua carreira. Esse movimento tem implicações para a noção de pertencimento de uma classe, de uma categoria.

Outrossim, a análise dos dados evidenciou que a atividade sindical dos docentes apresenta uma certa ambivalência, sendo que a questão corporativa está presente, quer seja através das reivindicações como um todo, ou através das questões mais específicas da categoria. Observamos também que existe uma resistência dos docentes em participarem na luta ao lado dos demais trabalhadores como, por exemplo, em assembleias conjuntas. Isso demonstra um caráter conservador e contraditório pois, apesar dos docentes utilizarem um instrumento de luta da classe trabalhadora, ou seja, a greve, esse segmento não se identifica com os demais trabalhadores, sendo, portanto, nítida a sua distinção em relação às demais categorias. É importante destacar que

esse setor tem uma grande influência no sindicalismo das universidades, visto que é um setor que concentra maior poder de pressão sobre o CRUESP e governo.

Outra questão a ser apontada é que ocorre uma dificuldade de interação entre as entidades docentes com sua categoria na base, ou seja, existe um distanciamento entre as entidades sindicais dos docentes com a sua base. Porém, é inerente vislumbrar que mesmo com a questão da ambivalência e das reivindicações corporativas, esse segmento vem contribuindo para qualificar as lutas nas universidades pesquisadas, lutando e defendendo também questões importantes e do interesse geral da comunidade acadêmica e também da sociedade como um todo.

Nossa pesquisa constatou que a prática de complementação salarial através das fundações, cursos pagos, bolsas de pesquisa, assessorias, etc, como também a atual postura de competitividade e individualização, dificulta e impede as ações coletivas, configurando-se no enfraquecimento do poder sindical das entidades. Os docentes e funcionários tendem a se afastar da luta coletiva devido às reivindicações e ações das suas entidades irem, muitas vezes, contra seus interesses particulares e benefícios oferecidos, graças ao novo perfil da universidade pública. Com isso as categorias vêm assumindo uma postura omissa frente às implementações de práticas neoliberais no interior das universidades.

Diante deste panorama, vislumbramos a seguinte contradição: apesar de uma razoável parcela da categoria docente utilizar um mecanismo de luta dos trabalhadores, ou seja, a greve como uma ação para obter suas reivindicações, essa categoria apresenta um comportamento sindical distinto em relação aos demais trabalhadores. A ideologia da meritocracia predispõe essa categoria a uma atuação sindical mais branda ou moderada, em contraposição à postura da vanguarda desse movimento.

Dessa forma, podemos inferir que nas universidades pesquisadas existe uma pequena parcela de docentes que percebem-se como trabalhadores assalariados e militam no movimento sindical docente, porém a grande maioria dos docentes não se percebem como tal e não se comprometem com os movimentos sindicais. Cabe aqui salientar que o senso comum entre os docentes é que os funcionários e estudantes são incapazes de participar das decisões e escolhas no interior das universidades colocando estes num papel inferior, o que denota um acentuado preconceito e uma postura elitista por parte da categoria docente.

Convém assinalar que são muitas as questões que se apresentam para o movimento sindical nas universidades públicas. O neoliberalismo se configura numa nova modalidade de autoritarismo, sendo uma ameaça constante à democracia e à universalização de direitos. Como a comunidade universitária poderá confrontar-se com as ações neoliberais que vem sendo implementadas nas universidades? Tudo isso não se caracteriza numa forma dissimulada e sutil de privatização da universidade pública? De que forma as entidades docentes enfrentarão a desmobilização ocasionada pela complementação salarial proporcionada pelas fundações e pelos projetos de pesquisa?

Nesse sentido, é visível que grande parte da categoria docente está pensando exclusivamente nas saídas individuais, ou seja, na questão imediatista, se omitindo de pensar projeto de sociedade, projeto de universidade, o papel político da educação e da formação, bem como da sua própria responsabilidade em relação a isso.

No que se refere às entidades de funcionários, como atuarão no futuro em meio as massas de trabalhadores precários, isto é, terceirizados, estagiários e bolsistas? Este é um grave problema, pois as lutas não dependem apenas de diretorias sindicais comprometidas, mas sim e, principalmente, da conscientização política e a participação das categorias envolvidas, ou seja, da conscientização da base destas categorias. Nesse contexto torna-se imprescindível para as entidades sindicais de docentes e de funcionários, buscar novas estratégias de organização com inovações na forma de articular as ações de luta, configurando essa questão num verdadeiro desafio para os movimentos nestas Universidades.

Por outro lado, cabe destacar que o progressivo corte de verbas para as universidades, a defasagem salarial, o montante de aposentadorias com a não substituição dos cargos e as ações neoliberais implementadas, vem repercutindo gradativamente sobre as condições de vida dos docentes e funcionários, acarretando uma mudança no perfil destas categorias, ocasionando a intensificação de uma postura individualista e despolitizada. Em relação aos docentes, a massificação da sua atividade acarretou uma importante transformação da mesma, com a crescente perda de autonomia de seu trabalho. Em contra-partida, a ideologia da meritocracia contribui para legitimar a postura de “superioridade” dos docentes nas Universidades.

Outrossim, um fato verificado ao longo do nosso trabalho de pesquisa é que há indícios de que vários partidos políticos podem estar atuando no interior das entidades sindicais, pois estas constituem-se em espaços de disputas de posições políticas. Sendo assim, existe uma nítida

diversidade⁶¹⁵ política e ideológica nas várias entidades sindicais. De acordo com os entrevistados, isso não tem se constituído em um problema para essas entidades, conforme já explicitado anteriormente. Em contra-partida, é importante salientar que houveram vários depoimentos revelando um posicionamento anti-partidário.

Através da análise dos dados deste estudo constatamos que ambas as categorias se mobilizam quando se deparam com uma demanda específica que lhes cause indignação, seja por questões salariais ou por questões políticas. Vale lembrar que nos momentos em que as categorias perceberam a existência de condições concretas para a obtenção das reivindicações, a mobilização ocorreu e se manteve, ocasionando greves de maior duração.

Conforme as lideranças apontaram, o movimento sindical é imprevisível e pode explodir a qualquer momento, sendo que as lideranças sindicais não possuem uma noção clara sobre o fator motivador para a ocorrência das greves.

A pesquisa demonstrou também que vem ocorrendo uma fragilização da organização coletiva das categorias de trabalhadores nas universidades, sendo que as lutas pós anos 1990 tem assumido um caráter defensivo para a recuperação de direitos que foram subtraídos, também pela manutenção dos mesmos e pela reposição das perdas salariais, configurando um sindicalismo corporativista. Porém, menciono a questão do corporativismo no bom sentido do termo, pois os sindicatos tem como objetivo a defesa dos interesses das categorias e a manutenção de direitos.

Constatamos também que o padrão de atuação do sindicalismo intrínseco às universidades que foram objeto do nosso estudo sofreu uma transformação, ou seja, as categorias desenvolveram formas alternativas de confronto como resposta diante das mudanças ocorridas no âmbito universitário, ocasionadas pelo neoliberalismo durante as últimas décadas.

O fato de um setor se desorganizar dificulta e reflete na organização de outros setores. Portanto, a desmobilização dos docentes reflete na organização dos funcionários técnico-administrativos. Nesse sentido quem, no momento, se encontra assumindo de forma mais clara a responsabilidade de protagonizar o confronto contra a falta de democracia nas universidades, a falta de financiamento, o sucateamento da universidade pública, etc, tem sido mais os estudantes, uma parcela dos funcionários e a vanguarda do movimento docente, através das diversas formas de manifestações públicas, as quais, inegavelmente, são indispensáveis nestas horas.

⁶¹⁵ Nas diretorias das entidades tem filiados ou simpatizantes de vários partidos políticos: PC do B, PSTU, PT,

Verificamos que existem diferenças importantes no tocante às ações político-sindiciais das entidades pesquisadas decorrentes da natureza da atividade de trabalho de cada categoria, bem como do perfil político-ideológico das mesmas. Dessa forma, ficou evidenciado um nítido contraste entre a atuação da entidade sindical dos funcionários da USP, cujas lideranças ainda possuem um poder de mobilização de sua base, e as demais entidades sindicais de docentes e funcionários.

Outro fator interessante é que as ações durante as greves, nos últimos anos, tem pautado seu foco numa atuação mais política e buscando resgatar o envolvimento do movimento estudantil, sendo que um exemplo disso são as *aulas na greve*, as quais tiveram início na greve do ano 2000 e também a posterior incorporação dos estudantes no Fórum da Seis, bem como de suas pautas específicas.

Diante das ações neoliberais, apesar dos constantes alardes das entidades sindicais das universidades pesquisadas, observa-se que os reitores, conselhos universitários e toda a comunidade universitária não percebem esse processo como uma ameaça à universidade pública, obstruindo qualquer reação de busca de alternativas e fazendo com que, cada vez mais, o ambiente e as condições de trabalho se deteriore e se perca, gradualmente, o controle dos rumos da universidade. O fato é que, hoje em dia, as discussões intrínsecas a cada uma das categorias acabam não conseguindo ter o peso de mobilização que deveria ter. É visível também que as reitorias tem se rendido ao projeto neoliberal do governo de reforma universitária e, também devido a isso, o processo está avançando rapidamente nas Universidades.

Porém, cabe às entidades sindicais de docentes e de funcionários e também ao movimento estudantil, adotarem medidas desafiadoras que se contraponham ao produtivismo acadêmico e às demais ações neoliberais implementadas nas universidades públicas.

Em relação ao posicionamento do governo frente às questões mais amplas e também quanto ao posicionamento do CRUESP, notamos um endurecimento e intransigência nas negociações cada vez mais presente e alternando de intensidade, conforme o perfil dos reitores, apesar da experiência acumulada do Fórum das Seis e seu poder de representação. É fato que, por inúmeras vezes o CRUESP não cumpriu os acordos firmados com o Fórum das Seis nas reuniões de negociação e a prática de não abrir negociação em períodos de greves tornou-se uma constante. No nosso entendimento isso ocorre como estratégia do CRUESP para que os

movimentos se desgastem e as categorias se desmobilizem durante as campanhas salariais de data base. É importante lembrar também que os movimentos, quer sejam por demandas salariais, quer sejam por democracia interna, vem sendo duramente reprimidos por parte das administrações das universidades⁶¹⁶. Podemos inferir que toda essa repressão por parte das reitorias ocorre devido aos limites que a organização coletiva impõe à sua liberdade de atuação, ou seja, os movimentos grevistas buscam impedir ou dificultar a implementação das ações neoliberais nas universidades.

Diante disso os reitores deveriam ser cobrados para que assumam uma outra postura, ou seja, que eles assumam o compromisso de defender a universidade e o ensino superior público, bem como implementar a democratização das estruturas de poder nas universidades. Porém, o que está posto é a ausência de democracia no relacionamento entre as categorias e os reitores, o que tem proporcionado confrontos periódicos e sérios sobre questões fundamentais em torno das condições de trabalho e salário. É possível inferirmos ainda que as reitorias, com suas ações diferenciadas para cada categoria ou universidade, produzem um conflito no interior da academia e lançam docentes e alunos contra funcionários e vice-versa, numa tentativa de desmonte da organização coletiva.

Conforme a análise das entrevistas com as lideranças, concluímos que em momentos que a comunidade universitária, pela gravidade de uma determinada ação, compreende o quanto ela está sendo ameaçada na perspectiva de poder permanecer com algum grau de dignidade, de poder exercer suas atividades de trabalho na esfera da liberdade acadêmica, etc, observamos que ainda existe alguma reação por parte das três categorias. Num período mais recente, a reação ocorrida frente a Reforma da Previdência em 2003, aos decretos do governador José Serra em 2007, a ocupação da PM no campus da USP em 2009; são claros exemplos de momentos de organização coletiva das categorias em função de questões políticas mais gerais da universidade. É importante destacar que as mobilizações mais recentes foram mais políticas do que por questões salariais.

Dessa forma, conforme a análise das entrevistas com as lideranças, os elementos estruturais que proporcionaram a crise no interior do sindicalismo nas Universidades pesquisadas seriam os seguintes:

⁶¹⁶ Nos últimos anos ocorreram várias denúncias de perseguições a docentes e funcionários, culminando com a demissão de um dirigente sindical do SINTUSP em 08/12/2008 por “justa causa” devido sua atuação numa greve.

- 1) Uma ordem econômica, política e cultural que foi se impondo adversa aos trabalhadores e às ações coletivas.
- 2) Redefinição do papel do Estado na relação capital/trabalho e a reorganização do mercado de trabalho.
- 3) Os paradigmas de transformação social entraram em crise.
- 4) A crescente flexibilização da força de trabalho (contratos temporários, terceirização, bolsistas, etc).
- 5) Diminuição de concursos públicos com a redução dos postos de trabalho.
- 6) Crescente redução de verbas para as Universidades públicas.
- 7) Condições de trabalho precárias (pressão e excesso de trabalho); agravamento das condições de saúde, flexibilidade do RDIDP.
- 8) Um movimento ideológico de exacerbação do individualismo.
- 9) Imposição de uma lógica mercantil para a manutenção do docente na universidade (avaliação de desempenho por critérios produtivistas, incentivo ao produtivismo acadêmico, etc).
- 10) Complementações salariais diversas (fundações, bolsas de pesquisa, patentes, ensino à distância, etc).
- 11) Mudança no perfil das três categorias (docentes, funcionários e estudantes).
- 12) Fragilização e perda do sentimento coletivo (individualismo exacerbado, despolitização, passividade).
- 13) Criminalização dos movimentos sindicais e sociais (perseguições políticas, demissões, suspensões, multas sindicais, etc).

Nesta lista de elementos que proporcionaram a crise do sindicalismo nas universidades há que se destacar o produtivismo acadêmico como uma ferramenta chave para imobilizar o docente

em relação a questões práticas e ideológicas de reverter esse processo. Esse elemento foi mencionado por todas as lideranças entrevistadas.

Estes elementos se aplicam tanto para a categoria dos docentes, quanto para os demais trabalhadores nas três universidades pesquisadas. Convém registrar que as dificuldades vivenciadas pelas entidades sindicais das universidades nos últimos anos não se descontextualizam da crise que o sindicalismo externo se depara, a qual também é oriunda da implementação das ações neoliberais no mundo do trabalho.

Devido ao contexto atual de dificuldade, sobretudo das entidades docentes, em mobilizar sua categoria, torna-se necessário que as estratégias sindicais sejam repensadas neste momento de fragilidade e crise. Para tanto, as entidades sindicais nas universidades deveriam iniciar um processo de enraizamento mais acentuado com as bases, abarcando também os trabalhadores “precarizados” e articulando as lutas conforme cada contexto, ou seja, de cada universidade. Seria importante também associar as demandas universitárias às lutas mais gerais da sociedade, entre elas a melhoria da educação pública e dos serviços públicos como sendo de responsabilidade do Estado.

Nós temos grande dificuldade hoje de mobilização no movimento docente em vários aspectos, porém, a gente é surpreendido pela conjuntura de aparecer um fato novo e, de repente, cria-se todo um foco de mobilização em algumas áreas. Estamos com um problema porque estamos ficando os pré-históricos, estamos ficando mais velhos e a renovação que está chegando na universidade, muitas vezes, não se envolve com movimento sindical. Mas essas práticas que se faziam lá atrás, de panfletar no portão de entrada, de ir conversar com o docente, de fazer reuniões localizadas por setores e não só pensar na assembléia, eu acho que são ainda ações fundamentais para que a gente resgate esse processo de luta. E sempre que foi feito, nos locais que foram feitos tinha uma boa repercussão. A capacidade de convencimento passa por uma ação corpo a corpo. Não adianta fazer boletim, não adianta fazer jornal, não adianta mandar e-mail, pois a presença daqueles que estão à frente do movimento tentando tirar o docente do dia a dia dele pra ele prestar atenção e ver que ele faz parte deste contexto, é algo que...⁶¹⁷

Apesar do atual contexto ser de dificuldades para a mobilização sindical, quando indagamos aos entrevistados sobre as possíveis alternativas para as lutas futuras, ou seja, se haveria outras formas de fazer greves, de obter as reivindicações das categorias, surgiram algumas referências a outras alternativas de luta, porém os depoimentos enfatizaram que o *fazer greve* ainda continua sendo necessário para se obter reivindicações no trabalho tanto em relação à categoria dos funcionários, quanto à de docentes.

⁶¹⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 20/03/2009.

Todo mundo tem sempre perguntado [sobre outras alternativas], porque a greve é desgastante, mas não tem outra forma de luta. Os patrões só sentem a falta do nosso trabalho quando tem uma greve; agora, a greve no serviço público, na universidade, tem uma característica; ela não é como a greve do metroviário que pára e dá um prejuízo de milhões em um dia; ou dos bancários, ou dos motoristas de ônibus; a nossa greve geralmente é longa, se arrasta e ela acaba tendo um papel mais político, de pressão, do que econômico.⁶¹⁸

Quando você faz essa pergunta, vem na cabeça os colegas falando: “*nós precisamos arrumar outras formas de luta, greve já tá fora de moda*”. Eles falam, toda vez que a gente tá preparando uma greve vem esse tipo de coisa: “*greve a gente não quer fazer, porque greve não adianta nada, não fazemos parte do setor produtivo*”. Você tem que combinar as várias atividades, nós temos ido à greve quando é necessário ir à greve. Você entrega uma pauta de reivindicações com antecedência e não acontece nada. Nós temos acordado que teríamos pelo menos uma reunião por mês entre o Fórum das Seis e o CRUESP para poder discutir a arrecadação e não tem ocorrido, eles não tem repassado as planilhas, é um desrespeito total.⁶¹⁹

Ainda, em relação a essa questão, notamos que existe uma ambivalência, ou seja, da mesma forma que a greve na academia é difícil de ser implementada, pois as greves nas universidades tem muitas especificidades, muitas coisas para serem pensadas como categorias analíticas diferenciadas de outras áreas, não haveria outra estratégia para substituí-la.

Nos depoimentos, apesar de alguns docentes terem mencionado a possibilidade de realizar outros tipos de manifestações em substituição às greves, a totalidade dos entrevistados não descartou a greve através da paralisação das atividades:

Pensar se a gente tem outros instrumentos de pressão junto à categoria dos patrões? A gente tem até feito um esforço pra pensar essas coisas: não entregar notas, não fazer isso ou aquilo, mas a gente, infelizmente, não tem conseguido implementá-las. O que, na verdade, acaba trazendo impacto? É, sobretudo, a paralisação. É claro que a paralisação tem uma questão muito diferenciada, porque você acaba prejudicando, sobretudo, uma categoria, que é a categoria dos estudantes⁶²⁰.

Greve é paralisação das atividades, não tem outra forma de fazer greve que não a greve. A discussão é se a greve continua sendo o principal instrumento de luta, etc e tal. Sim, continua e não tem jeito. Não adianta achar que aqueles que querem impor as políticas que estão em curso e que determinam o nosso trabalho e o ritmo cotidiano do nosso trabalho, vão mudar ou vão acolher as nossas reivindicações, se nós não cruzarmos os braços e nos permitirmos e termos condições de participar de ações que se contraponham a quem está querendo fazer trabalhar o tempo todo, pra não ter tempo pra refletir, inclusive; não é possível isso, não existe isso: *eu vou aqui trabalhar o tempo todo e a meia-noite eu dou uma olhadinha na internet e mando uma mensagem de apoio pro movimento grevista*. A sociedade vai se incomodar com isso? A Assembléia Legislativa vai mudar a sua proposta, se não tiver desqualificação pública e que vire manchete de jornal daquilo que está sendo dito lá e se não ficar claro pra população que tem 20 mil pessoas na porta da Assembléia Legislativa, respaldando a ação das entidades sindicais? Então a resposta é muito boa, simples e contundente: não tem tipo de ação

⁶¹⁸ Entrevista realizada com militante SINTUSP em 02/07/2008.

⁶¹⁹ Entrevista realizada com dirigente ADUSP em agosto/2008.

⁶²⁰ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 08/05/2009.

coletiva que substitua a greve, não tem alternativa pra greve e é preciso que, em determinados momentos, as pessoas rompam com a sua rotina, no sentido de se apropriar e de se contrapor àquilo que está determinando a opressão, o salário inadequado, etc e tal. (...) a hora que você pára, você rompe e você consegue pegar a tua energia e por a serviço da tua causa. Isso costuma dar resultado e é justamente por isso que costumam tanto procurar e dizer que nós temos que encontrar formas alternativas para aquilo que funciona bem, justamente pra não funcionar bem e pra gente não conseguir o sucesso que sempre a gente conseguiu nas greves.⁶²¹

Movimento social não se consegue segurar. Às vezes até por conta de algum componente local, que aumenta a indignação das pessoas e aí fala-se: *é prá já!* O entrar em greve não é tão positivo quanto o permanecer em greve depois de um determinado tempo, quando a greve precisa se manter para permitir uma conquista ou a ampliação de uma conquista.⁶²²

Sem você fazer alguma coisa que tenha algum impacto no andamento da universidade, do jeito que estão as coisas hoje, eu acho difícil. Se tem alguma outra maneira a gente precisa ainda criar, ela não foi proposta por ninguém ainda (risos); porque do jeito que tá a situação atual, é complicado. Então eu acho que a greve ainda é uma maneira importante de movimento pra se conseguir alguma coisa, porque se você não der um impacto na administração, não mostrar pra sociedade, que a coisa não tá indo normal dentro da universidade, se você deixar a coisa seguindo normal, não acontece nada.⁶²³

A gente ainda vê na greve um instrumento de luta; é o único que garante de fato você avançar. Quando você não tem greve, nada cai do céu e se acontecer alguma coisa num momento sem greve, é porque é resquício da greve anterior, como foi o caso em 2005 que eles deram um reajuste acima das possibilidades, exatamente por medo de uma greve igual a de 2004.⁶²⁴

Em relação à posição adotada pelos militantes funcionários, também a totalidade dos entrevistados referiu não haver outra forma de luta, conforme demonstra alguns depoimentos abaixo:

Não tem outra forma, tem que paralisar porque uma greve sem parar as atividades, essa greve vai durar uma eternidade porque, a partir do momento que não tem uma ruptura com a produção do conhecimento, logicamente vão tentar esvaziar a greve. Se não houver condições de paralisar as atividades no início da campanha, durante a campanha o trabalhador muda de lado.⁶²⁵

Só se for greve de fome (risos) e eu não aconselho ninguém a fazer isso não. A FORD tem que parar de produzir carro e aqui tem que parar de produzir pesquisa, ensino, etc, não tem como você fazer uma greve sem criar prejuízo, senão ninguém te ouve, te enxerga.⁶²⁶

Eu não vejo outros caminhos, o forte são os braços cruzados, é o prejuízo pro patrão ou pro empregador. No setor público tem gente que fala que a greve vai ajudar a reitoria, vai economizar, de fato isso acontece mesmo, reduz-se os atendimentos e uma série de coisas, mas o que precisamos demonstrar é que a greve é importante porque vai trazer

⁶²¹ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em 18/03/2009.

⁶²² Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUSP em agosto/2008.

⁶²³ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNICAMP em 07/07/2009.

⁶²⁴ Entrevista realizada com ex-dirigente da ADUNESP em 30/03/2009.

⁶²⁵ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 22/09/2009.

⁶²⁶ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUSP em 05/10/2009.

melhorias, inclusive prá própria população. Não vejo outra forma, acho que outras coisas podem contribuir se somar, mas a greve ainda é a única maneira que nós temos prá melhorar.⁶²⁷

Portanto, ao analisar a história das greves nas Universidades Estaduais Paulistas, podemos inferir que, apesar do atual contexto de refluxo, a greve praticada pelas categorias de docentes e de funcionários mediante a paralisação das atividades ainda permanecerá nas universidades nas próximas décadas como um instrumento básico, efetivo e essencial de pressão sobre as administrações e governo, bem como instrumento de resistência ao movimento neoliberal dentro das universidades. Paralelamente, continuam as investidas dos governos sobres as Universidades, quer seja extinguindo com importantes conquistas do movimento sindical a nível da estabilidade dos contratos de trabalho, níveis de aposentadorias ou em relação à autonomia dessas instituições.

Segundo a ADUSP (1996), poderia haver uma atuação de luta que não a greve caso houvesse a possibilidade de se exercer uma pressão contínua sobre a Universidade, porém, existe um impedimento estrutural a essa atuação devido, no Brasil, não existir instrumentos de influência contínua sobre o poder institucional, pois não existe uma real democracia no país. Na nossa avaliação, a esse impedimento soma-se também a questão do distanciamento entre as lideranças dos movimentos sobretudo dos docentes, com os seus representantes.

Neste sentido, especificamente em relação ao sindicalismo docente, o desafio que se apresenta nos dias atuais é o de criar estratégias para superar a questão da dicotomia existente entre a esfera sindical e a esfera acadêmica, ou seja, um processo de conscientização política no sentido de que a prática coletiva para a defesa e manutenção dos direitos não se contrapõe ao trabalho acadêmico. Cabe principalmente a esse sindicalismo um outro desafio, que é o de promover ações dentro da universidade pública que possam viabilizar uma mudança, não só no interior da própria universidade, mas também nas estruturas da sociedade em âmbito social, econômico e político.

Cabe ressaltar que neste momento impõe-se a necessidade urgente dos movimentos sindicais universitários organizarem um amplo debate com a sociedade civil em âmbito nacional no sentido de alertar para o processo sutil de privatização que vem sendo praticado nas universidades públicas, sob o risco de, num curto espaço de tempo uma reversão do processo não ser mais possível. Diante das mudanças ocorridas no cenário universitário, as práticas

⁶²⁷ Entrevista realizada com ex-dirigente do SINTUNESP em 12/04/2009.

sindicais inerentes neste contexto poderão sofrer ainda, maiores transformações, o que suscitará novos estudos e análises.

Esta pesquisa apesar de conter limitações, ao recuperar a memória e história das lutas grevistas nas Universidades Estaduais Paulistas, além de constituir-se em ferramenta de capacitação política de militantes docentes e funcionários, proporcionou à comunidade universitária, bem como ao conjunto da sociedade, uma contribuição de caráter coletivo, pois o resgate da história destas lutas configura-se em patrimônio público e é o registro da prática da cidadania, ou seja, não podemos esquecer que *fazer greve* no século XXI, apesar do neoliberalismo, ainda continua sendo um direito.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. W. Novas tecnologias e movimento sindical no Brasil: desafios dos anos 90. In: CESIT. **As novas tendências da economia e do sindicalismo**. IE/CESIT/UNICAMP, 1990.
- ABREU, G. A. **A deserção da história: o Pós-modernismo e o neoliberalismo como armas ideológicas do capitalismo global – Um mal estar mais que uma ruptura**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 2009.
- ABREU, K. Barnabé, marajá ou herói? In: **Revista ADUSP**, junho/2003.
- ADUNICAMP. **Em defesa da Universidade**. Editora da UNICAMP, 1991.
- _____. **Adunicamp: 25 anos. Autonomia, democracia, participação**. Adunicamp, 2002.
- _____. **Adunicamp: 30 anos. Universidade e Sociedade**. Adunicamp, 2008.
- ADUSP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: ADUSP, 2004.
- _____. Cronologia de uma greve surpreendente In: LOUREIRO e DEL-MASSO. **Tempos de greve na Universidade Pública**, Marília: UNESP-Marília Publicações, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.
- ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, F.J.S. e OLIVEIRA, M. A. (Orgs) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. SP: Cortez, 1998.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- ANTUNES, L. R. **Reestruturação produtiva e sistema bancário: movimento sindical bancário brasileiro nos anos 90**. Tese de doutorado/IE/UNICAMP, 2001.
- ANTUNES, R. L. C. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Pontes, 1995.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.
- _____. **O que é o sindicalismo**. Ed. Brasiliense, 1980.
- _____. A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas in: SANTANA, M. A. e RAMALHO J. R. (orgs.) **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** SP: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** SP: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, CLACSO, 2001.

ASSIS, S. S. **O sindicalismo dos trabalhadores do setor público e as reformas neoliberais de FHC.** Tese de doutorado, IFCH/UNICAMP, 2006.

AZEVEDO, S. e ANDRADE, L. A . G. A reforma do Estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira in: DINIZ, E. e AZEVEDO, S. (Orgs.) **Reforma do Estado e democracia no Brasil.** Brasília, Ed. UNB, 1997.

BALTAR, P. E. A . A estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990 in: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.** SP: Ed. UNESP, Campinas-SP: IE/UNICAMP, 2003.

BASBAUM, L. **Alienação e humanismo.** Coleção ensaio e memória, Ed. Símbolo, 1982.

BELLUZZO, L. G. M. e ALMEIDA, J. G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. Ainda há lugar para os sindicatos?** SP; Editora Boitempo, 2000.

BEYNON, H. O sindicalismo tem futuro no século XXI? In: SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. (orgs.) **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo: Boitempo, 2003.

BITTAR, M. Exigências da política de avaliação na pós-graduação e a docência universitária in: RODRIGUEZ, M. V. e ALMEIDA, M. L. P. (Orgs) **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização.** Brasília: Líber Livro Editora, UCDB, 2008.

BOITO JR., A . **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo, Xamã VM Editora, 1999a

_____. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos.** São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** Campinas, Editora da UNICAMP, São Paulo, HUCITEC, 1991a.

_____. **Reforma e persistência da estrutura sindical** in: BOITO JR, A (Org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. RJ: Paz e Terra, 1991b.

_____. A crise do sindicalismo in: SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. (orgs.) **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo: Boitempo, 2003a

_____. **O sindicalismo na política brasileira.** Campinas-SP: Unicamp, IFCH, 2005^a.

_____. Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil In: ARAÚJO, A. M. C. **Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2002a.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** RJ, Zahar Editores, 1977.

BULHÕES, M. G. P. **Movimento dos professores gaúchos, 1972-1991: a difícil trajetória da questão democrática.** Tese de doutorado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1994.

BULHÕES, M. G. P. e ABREU, M. V. **A luta dos professores gaúchos de 1979 a 1991: o difícil aprendizado da democracia.** Porto Alegre, L& PM, 1992.

CANEDO, L. B. **O sindicalismo bancário em São Paulo.** SP: Símbolo, 1978.

CANDIDO, A . Educação política pela greve In: LOUREIRO, I. e DEL-MASSO, M. C. S. **Tempos de greve na universidade pública.** Marília-SP, UNESP, Cultura Acadêmica, 2002.

CARDOSO, A M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** SP, Boitempo, 2003.

_____. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999a.

_____. **A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil.** RJ: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999b.

CARVALHO, C. H. A Política econômica, finanças públicas e as políticas para educação superior: De FHC (1995 a 2002) a Lula (2003-2006) in: RODRIGUEZ, M. V. e ALMEIDA, M. L. P. (Orgs) **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização.** Brasília: Líber Livro Editora, UCDB, 2008.

CARVALHO FILHO, E. D. P. **Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90**. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, 2002.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Petrópolis-RJ, Vozes, 1998.

CHAMBOULEYRON, I. (org). **Fórum de Reflexão Universitária – UNICAMP: mais vagas com qualidade – O desafio do ensino público no Brasil**. Campinas-SP, Ed. Da UNICAMP, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

COELHO, P. **Sindicalismo na Universidade: um estudo do movimento docente**. Santa Maria, SEDUFMS, 1996.

COSTA, M. C. V.. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto Alegre-RS, Ed. Sulina, 1995.

CUNHA, M. I. **O Professor Universitário na transição de paradigmas**. Araraquara-SP: JM Editora, 1998.

CURIEL, F. H. F. **Estruturas interdisciplinares no ensino superior brasileiro: a experiência dos núcleos e centros da Universidade Estadual de Campinas**. Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências da UNICAMP, 1997.

DART, S. T. **Reforma previdenciária: em busca de incentivos para atrair o trabalhador autônomo**. Dissertação mestrado, EPGE/FGV, 2002.

DEJOURS, C **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1991.

DIAS, E. F. O ANDES-SN: Um processo democrático in: **Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade**. ADUNICAMP, 2007.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90 In: DINIZ, E. e AZEVEDO, S. (Orgs.) **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília-DF: Ed. UNB, 1997.

FAGNANI, E. Déficit Nominal Zero: a proteção social na marca do pênalti In: FAGNANI, E. e POCHMANN, M. (Orgs) **Debates contemporâneos: economia social e do trabalho. Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. São Paulo: LTr, 2007.

FANTINATTI, M. M. C. M. **Sindicalismo de classe média e meritocracia: O Movimento docente na Universidade Pública.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1998.

_____. **O Movimento Docente na Universidade Pública.** Campinas-SP, Ed. Alínea, 2001.

FERREIRA, A. Reflexões a partir da greve In: LOUREIRO, I. E DEL-MASSO, M. C.(Orgs) **Tempos de greve na universidade pública.** Marília- UNESP, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional In: GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GALVÃO, A **Participação e fragmentação: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90.** Dissertação de mestrado IFCH/UNICAMP, 1996.

_____. Reformas ou contra-reformas? O caráter regressivo das reformas sindical e trabalhista In: **Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade.** ADUNICAMP, 2007.

GALVÃO, M. N. **Sindicalismo e Universidade.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1995.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso.** Ed. Vozes, 1998.

GRADELLA JR., A **Sofrimento psíquico e trabalho intelectual do docente universitário.** Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília – UNESP, 2002.

GRANZOTTO, T. M.. **Movimento de funcionários e docentes da UNICAMP entre 1978 e 2000.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação UNICAMP, 2002.

GUEDES, C. “Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas”. In: OLIVEIRA, C. A. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século,** São Paulo: Scritt/Mtb/PNUD/CESIT, pp. 403-424, 1994.

GUERRA, A, POCHMANN, M., AMORIM, R. e SILVA, R. (Orgs) **Classe média: desenvolvimento e crise. Atlas da nova estratificação social no Brasil,** vol.1, SP: Cortez, 2006.

HILFERDING, R. **O capital financeiro.** SP: Nova Cultural, 1985.

HIRST, P. e THOMPSON, G. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

- JINKINGS, N. A reestruturação do trabalho nos bancos In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. SP: Boitempo, 2006.
- KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, 2007.
- _____. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC in: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. SP: Ed. UNESP; Campinas-SP: Instituto de Economia UNICAMP, 2003.
- KRUPPA, S. M. P. **Movimento de professores em São Paulo: o sindicalismo no serviço público – o Estado como padrão**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da USP, 1994.
- LEITE, M. P. Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade in: LEITE, M. (Org.) **O trabalho em movimento. Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil**. SP, Ed. Papirus, 1997.
- LIMA, K. R. S. Educação à distância e contra-reforma da Educação Superior In: **ADUNICAMP: 30 anos, Universidade e sociedade**. ADUNICAMP, 2007.
- LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOCKWOOD, D. **El trabajador de la Clase Media: um estudio sobre la consciencia de clase**. Madrid, Aguilar, 1962.
- MAIA, A C. N. e MENEZES, W. A **APUBH: 20 anos: história oral do movimento docente da UFMG**. Belo Horizonte: APUBH- S. Sind. 1998.
- MARCELINO, P. R. P. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2008.
- MATIJASCIC, M. Reforma da Previdência nos países em desenvolvimento: o eterno retorno. In: TAFNER, P. e GIAMBIAGI, F. (Org.) **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas**. RJ: IPEA, 2007.
- MATTOSO, J. E. **A desordem do trabalho**. SP: Scritta, 1995.
- MENEGHEL, S. M. **Zeferino Vaz e a Unicamp – Uma trajetória e um modelo de Universidade**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 1994.
- MILLS, C. W. **A Nova Classe Média**. RJ, Zahar Editores, 1979.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000.

NAIDORF, J. La privatización Del conocimiento público em universidades públicas in: GENTILI, P. y LEVY, B. (Orgs.) **Espacio público y privatización Del conocimiento: estúdios sobre políticas universitárias em América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

NAVARRO, I. P.. **Intelectuais e sindicalismo no Brasil: história e memória**. Tese de doutorado, IFCH UNICAMP, 1999.

NODARI, E. S., SAUL, M. V. A. e RAMPINELLI, W. **Luta e resistência: APUFSC 20 anos**. Santa Catarina, Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1996.

NOGUEIRA, A J. F. M. **A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro**. SP: Ed. Expressão Popular, 2005.

_____. Perfil das Entidades do funcionalismo público do Estado de São Paulo. A emergência do sindicalismo no setor público” In: **FUNDAP – Sindicalismo no setor público paulista**, FUNDAP, pp. 13-82, 1993.

_____. **Trabalho e sindicalismo no Estado brasileiro: experiências e desafios**. Tese de doutorado, IFCH UNICAMP, 1996.

NORONHA, E. G. A explosão das greves na década de 80 In: BOITO JR., A (Org.) **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. RJ: Paz e Terra, 1991.

_____. **Greves na transição brasileira**. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1992.

_____. Greves e estratégias sindicais no Brasil In: OLIVEIRA, C. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta/Mtb/PNUD/CESIT, 1994.

NOVAES, C. A . M. **A consolidação do sindicalismo na esfera pública: o caso dos professores da rede pública do estado de São Paulo**. Relatório ao CEBRAP, São Paulo, abr. 1992.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado, transformações contemporâneas do trabalho e da política**. SP: Ed. Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, C. A . B. (org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo, Scritta/Mtb/PNUD/CESIT, 1994.

OLIVEIRA, M. A . Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil in: SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** SP, Boitempo, 2003.

_____. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil in: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.** SP: Ed. UNESP; Campinas-SP, Instituto de Economia UNICAMP, 2003.

_____. Avanços e limites do sindicalismo brasileiro In: OLIVEIRA, C. A .(org.) **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século,** São Paulo: Scritt/Mtb/PNUD/CESIT, 1994.

OLIVEIRA, M. B. A ciência que queremos e a mercantilização da universidade In: LOUREIRO, I. E DEL-MASSO, M. C.(Orgs) **Tempos de greve na universidade pública.** Marília- UNESP, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

PAOLI, N. J. **Para repensar a Universidade e a pós graduação.** Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1985.

PERALVA, A T. **“Reinventando a escola – A luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática”.** Tese de livre-docência, Faculdade de Educação da USP, 1992.

PESSOA, R. S. **Sindicalismo no setor público.** SP: LTR, 1995.

PESSOA, E. D. **Evolução do emprego público no Brasil nos anos 90.** Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, 2002.

PITON, I. M. **Políticas Educacionais e movimento sindical docente: Reformas Educativas e conflitos docentes na Educação Básica Paranaense.** Tese de Doutorado, FE/UNICAMP, 2004.

POCHMANN, M. A superterceirização do trabalho In: FAGNANI, E. (Org.) **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho,** São Paulo: LTr, 2008.

_____. Ajuste fiscal, desajuste social In: FAGNANI, E. e POUCHMANN, M. (Orgs) **Debates contemporâneos: economia social e do trabalho. Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal.** São Paulo: LTr, 2007.

_____. Desempregados do Brasil In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** SP: Editora Boitempo, 2006.

_____. Emprego e trabalho no Brasil em perspectiva in: RATTNER, H. (Org.) **Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. SP: EDUSP, 2000.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. RJ, Zahar Editores, 1975.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

PRADO JR., M. V. e MENDONÇA, S. G. L. Fórum das Seis: um espaço de organização e luta em defesa da universidade pública In: **Adunicamp: 30 anos. Universidade e Sociedade**. ADUNICAMP, 2007.

QUADROS, W. J. A evolução recente das classes sociais no Brasil in: PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. SP: Ed. UNESP, Campinas-SP: IE/UNICAMP, 2003.

RAMALHO, J. R. Movimento sindical e política neoliberal In: SADER, E e GENTILI, P. (Orgs) **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1995.

RIBEIRO, E. C. **As mudanças no papel do Estado na década de 1990: impactos sobre as relações de trabalho no setor público**. Monografia, IE/UNICAMP, 2004.

RIDENTI, M. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo, Cortez, 1995.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

RODRIGUES, L. M. **CUT: os militantes e a ideologia**. RJ, Paz e Terra, 1990.

_____. A crise do sindicalismo no primeiro mundo. In: FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. **O servidor público, categoria profissional, base territorial e representação de classe**. Seminário Fundap, mimeo, Dez/1991b.

_____. In: VELLOSO, J. P. R., RODRIGUES, L. M. e PASTORE, J. **O futuro do sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT**, SP: Livraria Nobel, 1992.

ROIO, M. D. Globalização e conhecimento In: LOUREIRO, I. E DEL-MASSO, M. C.(Orgs) **Tempos de greve na universidade pública**. Marília- UNESP, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

SADER, E. A transição política e as lutas dos trabalhadores (1982-1984) In: **CEDI Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84**. Aconteceu Especial nº 16 CEDI, 1986.

_____. (Org.) **Movimentos sociais na transição democrática**. SP, Cortez, 1987.

SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. RJ: Paz e Terra, 1995.

SAES, D. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T. A . Queiroz, 1984.

SALMERON, R. A . Escola privada e universidade pública In: LOUREIRO, I. E DEL-MASSO, M. C.(Orgs) **Tempos de greve na universidade pública**. Marília- UNESP, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

SANDOVAL, S. A . M.. **Os trabalhadores param – greves e mudança social no Brasil 1945-1990**. São Paulo, Ed. Ática, 1994.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. SP: Cortez/Autores Associados, 1986.

SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social in: SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. (Orgs) **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. SP, Ed. Boitempo, 2003.

SANT’ANA, R. B. **Professores de 1º E 2º graus: representação social e mobilização coletiva**. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1993.

SANTOS, A A A nova crise do sindicalismo internacional In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SANTOS, A . L. e GARRIDO, F. Impactos do aumento do salário mínimo sobre a pobreza no Brasil In: FAGNANI, E. e POCHMANN, M. (Orgs) **Debates contemporâneos: economia social e do trabalho. Mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal**. São Paulo: LTr, 2007.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. SP: Editora Nacional; RJ: Finep, 1979.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. RJ: Record, 2001.

SILVA, A . A . **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. SP: Cortez, 2004.

SILVA, F. L. A república da mentira: considerações sobre a “prática política” do governo In: LOUREIRO, I. e DEL-MASSO, M. C. S. (Orgs) **Tempos de greve na Universidade Pública**, Marília: UNESP-Marília-Publicações, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

SILVA JR., J. R. Instituição escolar e trabalho docente In: RODRIGUEZ, M. V. e ALMEIDA, M. L. P. (Orgs) **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Líber Livro Editora, UCDB, 2008.

SILVA, L. A . M. Mercado de trabalho ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento In: SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. (Orgs.) **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** Ed. Boitempo, 2003.

SIQUEIRA NETO, J. F. Flexibilização, desregulamentação e o direito do trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. E. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

SOUZA, A N. **Sou professor , sim senhor! Representações do trabalho docente.** Ed. Papyrus, Campinas-SP, 1996.

_____. Movimento Sindical Docente: a difícil trajetória In: LEITE, Márcia P. (org.) **O trabalho em movimento**, São Paulo, Papyrus, 1997.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate In: TEIXEIRA, F. J. S. e OLIVEIRA, M. A . (Orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** SP: Cortez, 1998.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L., WARDE, M. J. e HADDAD, S. (Orgs). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

TOURAINÉ, A Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes in: ALBUQUERQUE, J. A G. (Org.) **Classes médias e política no Brasil.** RJ: Paz e Terra, 1977.

TRINDADE, E. A **Agravamento recente dos problemas do mercado de trabalho urbano no Brasil.** Tese de doutorado/IE/UNICAMP, 2000.

TRÓPIA, P. V. **Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical. O caso dos comerciários de São Paulo.** Dissertação de mestrado, IFCH UNICAMP, 1994.

VAZQUEZ, P. S. **Movimento de bancários: possibilidades criativas de experiências de constituição de identidade.** Tese de doutorado IFCH/UNICAMP, 2001.

WACQUANT, L. A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo In: SANTANA, M. A . e RAMALHO, J. R. (Orgs.) **Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** Ed. Boitempo, 2003.

WOISKI, E. R., BARBOSA, M. V. e MENDONÇA, S. G. L. A greve e o resgate da Universidade Pública Paulista In: LOUREIRO, I. e DEL-MASSO, M. C. S. (Orgs) **Tempos de greve na Universidade Pública**, Marília: UNESP-Marília-Publicações, SP: Cultura Acadêmica, 2002.

WRIGHT, E. **A Classe, crise e Estado**. RJ: Zahar Editores, 1979.

ZAGO, J. V. Da Adunicamp à CONLUTAS: Balanço e perspectivas do movimento docente In: **Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade**. ADUNICAMP, 2007.

PERIÓDICOS, JORNAIS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

ABREU, K. Barnabé, marajá ou herói? In: **Revista ADUSP**, n. 30, junho/2003.

ADUNESP. Resgatando a história e apostando no futuro. **Revista ADUNESP**, n.1, setembro/1996.

_____. Estatutos da ADUNESP, 1976.

_____. Adunesp 30 anos de lutas! **Revista ADUNESP**, Agosto/2007.

_____. **Boletins ADUNESP** período 1980 a 2005.

_____. A expansão de vagas em debate In: **Cadernos ADUNESP**, agosto/2002.

_____. Disponível em <<http://www.adunesp.org.br>>, acesso em 2003 e 2004.

ADUNESP/SINTUNESP. Luta, coerência e unidade garantem conquistas! **Boletim ADUNESP/SINTUNESP**, nº 02, 30/07/2004.

ADUNESP, ADUNICAMP e ADUSP. **Manifesto das Associações Docentes das Universidades do Estado de São Paulo à opinião pública brasileira**. Documento mimeo, novembro/1979.

ADUNICAMP. 20 anos de lutas, vitórias e resistência. **Revista ADUNICAMP**, edição especial, dez. 1997.

_____. O desmonte da Constituição In: **Revista ADUNICAMP**, nov/1999.

_____. Expansão de vagas, qualidade de ensino e autonomia universitária. **Revista ADUNICAMP**, Ano 3, n.1, novembro/2001.

_____. A Adunicamp diante das Reformas Constitucionais. **Caderno Especial ADUNICAMP**, maio/1998.

_____. A Contra-Reforma da Universidade. **Revista ADUNICAMP**, Ano 6, n.1, Abril/2004.

_____. Desafios da universidade pública. **Revista ADUNICAMP**, Ano 1, n.1, junho/1999.

_____. Direitos dos docentes e autonomia universitária. **Caderno especial ADUNICAMP**, junho/1999.

_____. **Jornal da ADUNICAMP**, outubro/2000; abril/2009.

_____. **Boletins ADUNICAMP**, período 1980 a 2005.

_____. Produtividade e avaliação docente. Para onde vai a Universidade? **Revista Movimento em Debate**, maio/2009.

_____. Expansão. **Revista Movimento em debate**, nº 1, maio/2008.

_____. Disponível em: <<http://www.adunicamp.org.br>>, acesso em 2007, 2008 e março/2009.

_____. **Comunicado ADUNICAMP**, 09/03/2007.

ADUSP. **Revista ADUSP**, nº 7, agosto/1996.

_____. **Revista ADUSP**, nº 37, agosto/2006.

_____. “Contribuição à discussão sobre a greve do funcionalismo público do estado de São Paulo”. Documento elaborado por professores sócios da ADUSP. Julho/1979.

_____. **Boletins ADUSP** período 1979 a 2005.

_____. **Informativo ADUSP**: junho/2000; nº 115 de 12/04/2002; nº 72 de 26/05/2000.

_____. Carreira docente em debate In: **Cartilha ADUSP**, agosto/2009.

_____. **Informativo ADUSP** nº 289, agosto/2009.

_____. Adusp 1976-2006 três décadas de lutas. **Revista da Adusp**, n.39, março/2007.

_____. **Relatório ADUSP**, mimeo, 1979.

_____. Fundações privadas na USP. **Revista Adusp**, n.22, março/2001.

_____. Segredos da Ditadura Militar. **Revista Adusp**, n.33, outubro/2004.

_____. Dossiê Fundações 2. **Revista Adusp**, n.40, abril/2007.

_____. Universidades públicas sob ataque. **Revista Adusp**, n.41, outubro/2007.

_____. **Informativo ADUSP** nº 252, 25/02/2008.

_____. Cotas no Brasil. **Revista ADUSP**, nº 43, julho/2008.

_____. Site da **ADUSP**. Disponível em :<<http://www.adusp.org.br>>, acesso em 18/02/2008; março/2009.

AGUIAR, F. O fim do professor universitário In: **Revista ADUSP**, n. 30, junho/2003.

_____. A greve de 2000. Lembranças emocionadas e um balanço crítico In: **Revista ADUSP**, nº 22, março/2001.

AGUIAR, F., OLIVEIRA, A. e COGGIOLA, O. Greve na FFLCH e crise na USP. **Jornal da ADUNICAMP**, agosto/2002.

ALARCON, D. Processos, demissão, PM no campus... Em vez de diálogo, repressão crescente In: **Revista ADUSP**, out/2009.

ALEM, S. F. História do sindicalismo no Brasil, uma periodização. **Revista Universidade e Sociedade**, n. 1, p.56-65, fev/1991.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, n° 19, Curitiba-PR, nov/2002.

_____. Terceirização e precarização do trabalho na USP in: **Revista ADUSP**, n° 46, Jan/2010.

ALVES, M. L. O ANDES-SN e a Reforma da Previdência In: **Revista ADUNICAMP**, ano 5, n° 1, junho/2003.

ANDES-SN Movimentos sociais & universidade: a mesma luta. In: **Caderno de textos do 20° Congresso – ANDES-SN**, UERJ, RJ, fev. 2001.

_____. Descontrole e ilegalidades marcam atuação das fundações “de apoio” no Brasil todo. **Dossiê Nacional ANDES-SN**, n°1, maio/2006.

_____. Fundações privadas e universidades públicas: uma relação incompatível. Brasília-DF: **CADERNOS ANDES-SN**, março/2008 e abril/2008.

_____. As novas faces da Reforma Universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos ANDES-SN**, n.25, Agosto/2007.

_____. Fundações privadas ditas de apoio às universidades públicas. **Cadernos ANDES-SN**, n.23, Fevereiro/2006.

_____. Governo vai regulamentar greve no serviço público. Disponível em <<http://www.andes.org.br>>, acesso em 25/05/2009.

ANDRADE, A . L. Sobre as utopias e a realidade: a expansão de vagas na UNESP In: **Revista Movimento em debate**, ADUNICAMP, 2008.

_____. Fórum das Seis: desafios e perspectivas In: **Revista da ADUNICAMP**, Ano I, n° 1, junho/1999.

ANTUNES, R. L. C. O jogo só termina quando acaba. **Caderno Especial ADUNICAMP/CNESF**, outubro/2003.

_____. **Jornal da UNICAMP**, 9 a 15 de abril/2007.

ARCARY, V. Equidade ou igualdade? Diferenças entre o critério igualitarista das cotas e o meritocrático dos vestibulares In: **Revista Movimento em debate**, ADUNICAMP, 2008.

BALDIJÃO, C. E. M. “Os desafios do movimento docente nos dez anos de luta da ANDES-Sindicato Nacional” In: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano 1, n.1, 1991.

BIANCHETTI, L. e MACHADO, A . M. “**Refêns da produtividade**” sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós graduação. UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>, acesso em junho/2008.

BIONDI, A. Concentração de poderes estrangula democracia na USP In: **Revista ADUSP**, out/2005.

BIONDI, A. e GONZALEZ, M. ADUSP 30 anos: superações e resistência In: **Revista ADUSP**, nº 39, março/2007.

BIONDI, A., CORREIA, C. T., MENNA-BARRETO, L. e POMAR, P. E.R. Publicações, CERT e o reitor: avaliação ilegítima, ilegal e persecutória In: **Revista ADUSP**, nº 22, março/2001.

BOITO JR, A . “A sindicalização da classe média”. **Folha de São Paulo, tendências e debates**, p.3, 24 de maio de 1992a

_____. Estado e sindicalismo no Brasil. **Primeira versão, IFCH/UNICAMP**, n.47, 1992b.

_____. **Classe média e sindicalismo: uma nota teórica**. Texto apresentado durante o IX Congresso Nacional dos Sociólogos, São Paulo, junho de 1994a.

_____. De volta para o novo corporativismo – a trajetória política do sindicalismo brasileiro In: **São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade**, n.3, jul-set/1994b.

_____. Funcionários públicos: uni-vos. **Folha de São Paulo**, pp.5-6, 29 ago. 1993.

_____. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil In: **Revista Crítica Marxista**, nº 3, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1996.

_____. Quem tem medo da liberdade sindical? In: **Recursos sindicais: uma questão estratégica**, SP, 1999b.

_____. Em defesa do direito do trabalho In: **Jornal ADUNICAMP**, agosto/2002b.

_____. O governo Lula e a reforma do neoliberalismo In: **Revista ADUSP**, maio/2005b.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, n.17, RJ, Ed. Revan, 2003b.

_____. Neoliberalismo, sistema educacional e trabalhadores em educação no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, ano II, nº 14, 2003c.

_____. Classe média e sindicalismo. **Primeira Versão, IFCH/UNICAMP**, nº 123, 2004.

BOSCHI, R. R. “A abertura e a nova classe média na política brasileira: 1977-1982”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS/Vértice, vol.1, pp.30-40, 1986.

BOSI, A . P. Avaliação como forma atualizada de dominação e intensificação do trabalho In: Produtividade e avaliação docente. Para onde vai a Universidade? **Revista Movimento em debate**. ADUNICAMP, Ano 2, nº 3, maio/2009.

BRASIL/MARE. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília/DF, 1995.

_____. **Cadernos MARE da Reforma do Estado**, nº 1. A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília/DF, 1997.

BRINATTI, M. e HELENE, A. Universidades públicas e fundações privadas. Pouco ou nada daquele discurso de substituir o Estado, com vantagens, era verdade. **Jornal Valor Econômico**, 06/03/2008, p. A-18.

BURIAN JR, Y. Produtividade e avaliação. Quantidade ou qualidade? Qual a melhor maneira de se avaliar o que é produzido pelos docentes? In: Produtividade e avaliação docente. Para onde vai a Universidade? **Revista Movimento em debate**. ADUNICAMP, Ano 2, nº 3, maio/2009.

CAMARGO, E. A S. P.; PINO, I. R.; PACHECO, J.; PIOZZI, P.; GOERGEN, P.; OLIVEIRA, R. P. e SGUISSARD, V. Educação: de direito de cidadania a mercadoria. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 24, set/2003.

CANO, W. O silêncio da universidade. **Jornal O Estado de São Paulo**, 12/02/1997.

_____. A Reforma da Previdência: uma nota crítica In: **Revista ADUNICAMP**, ano 5, nº 1, junho/2003.

CASTRO, L. R. “De assalariado a interlocutor maior: Sobre o engajamento militante no magistério”. **Revista Educação e Sociedade**, vol XI, n. 37, Campinas, dez/1990.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84. **Aconteceu Especial**, nº 16 CEDI, 1986.

CESIT – **Centro de Estudos Sindicais e de economia do trabalho. As novas tendências da economia e do sindicalismo**. IE/CESIT/UNICAMP, abril/1990.

_____. **Boletins CESIT**, nº 1, 2 e 3; julho/1997, nov/1997 e março/1998.

CGP – Coordenação Geral Permanente do funcionalismo. **Informe Campanha salarial 1981**. CGP, 1981.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, RJ, Sept/Dec 2003.

_____. Contra a reforma da “im”previdência In: **Caderno ADUNICAMP**, 2003.

_____. A universidade operacional In: **Revista da ADUNICAMP**, jun/1999.

_____. A ADUSP e a greve dos servidores públicos de São Paulo. Documento mimeo, 27/06/1979 (arquivo ADUSP), 1979.

CHEIBUB, Z. B. Reforma Administrativa e relações trabalhistas no setor público: dilemas e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15, nº 43, junho/2000.

CHRISPINIANO, J. Doutores, mas para que? In: **Revista Movimento em debate**, ADUNICAMP, Julho/2008.

_____. Silêncio da reitoria protege atividade febril das fundações privadas na UNB In: **Revista do ANDES-SN**, maio/2006.

CLÍMACO, A . C. A . Democracia e sindicalismo no Brasil In: **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília-DF, v.9, nº19, maio/ago 1999.

CONCEIÇÃO, A IPEA: setor público responde por 21% do emprego formal In: **Jornal O Estado de São Paulo**, 15/12/2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>, acesso em 07/04/2010.

CONLUTAS. Texto elaborado pela CONLUTAS, extraído de <<http://www.adunesp.org.br>>, acesso em 08/05/2009.

CORBUCCI, P. R. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. IPEA. Texto para discussão nº 869 – IPEA, Brasília-DF, março/2002.

_____. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma In: **Revista Educação e Sociedade**, v. 25, nº 88, out/2004.

CORREIO POPULAR. Jornal, 19/03/2007.

DAVIES, N. FEC tem servido a interesses pessoais e seu apoio à UFF está longe de acontecer In: **Revista ANDES-SN Especial**, maio/2006.

DESEP. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT. **O movimento grevista. Suplementos DESEP**, jan/fev/março/abril/set/1988, fev/1989, maio/junho/set/1990 e dez/1991.

DIAS, E. F. Autonomia: golpe ou projeto? **Jornal da ADUNICAMP**, ano 9, março/1989.

_____. Movimento docente e crise In: **Revista da ADUNICAMP**, Ano I, nº 1, junho/1999.

_____. Universidade para que e para quem, eis a questão in: **Revista Movimento em debate**, ADUNICAMP, 2008.

DIAS, E. F. e MINTO, L. W. Ensino superior em São Paulo: expansão privatista e conseqüências na educação básica in: **Revista ADUSP**, nº 46, jan/2010.

DIEESE. Boletins: 1979 a 2000.

_____. **Pesquisa DIEESE. Os trabalhadores frente a terceirização**. N. 7, maio/1993.

_____. **Caderno DIEESE**, 1995.

_____. **A terceirização na Petrobrás – Alguns pontos para reflexão**. DIEESE, Dez/2006. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>, acesso em outubro/2009.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas In: **Revista da USP**, Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, n.71, mar-mai/1993.

_____. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. **Caderno de Pesquisa NEPP**, nº 32, NEPP/UNICAMP, 1998.

DURHAM, E. R. “Razões da greve no Ensino público superior”. **Caderno Mais!, Folha de São Paulo**, 03 de maio de 1998.

DURHAM, E. R. e ALBUQUERQUE, J. A G. **A greve do funcionalismo público em São Paulo: resíduo dos velhos tempos, sinal dos novos?** Documento mimeo de maio/1979, (arquivo ADUSP).

ENGUITA, M. F. “A ambigüidade da docência: Entre o profissionalismo e a proletarianização”. **Revista Teoria e Educação**, n. 4, pp.41-61, Porto Alegre: 1991.

ÉPOCA. **Revista Época**, 2007.

FAGNANI, E. O desmonte do projeto de Estado Social e a distribuição de migalhas. **Jornal da UNICAMP**, 12 a 18 set. 2005.

_____. **Previdência Social e desenvolvimento econômico. Texto para discussão**, nº 40, IE/UNICAMP, Campinas, fev. 2008.

FALEIROS, V. P. **Inclusão social e cidadania**. Palestra proferida em Brasília, julho/2006.

FASUBRA. Disponível em: <<http://www.fasubra.org.br>>, acesso em 25/05/2009.

FÉRES, M. J. V. “Memória do movimento docente III” In: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VII, n. 12, 1997.

FILGUEIRAS, L. A. M. A desestruturação do mundo do trabalho e o “mal estar” desse fim de século. **Cadernos CEAS – Centro de Estudos e Ação Social**, vol. 171, 1997.

FOLHA DO SERVIDOR PÚBLICO. Jornal, outubro/2003 e dezembro/2003.

FÓRUM DAS SEIS. **Boletins FÓRUM DAS SEIS**: 28/03/1996, 06/08/1996; 02/08/2004; 16/03/2007; março/2009.

FREITAS, H. C. L. A autonomia das universidades públicas paulistas. **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília-DF, n. 2, p.36-38, nov/1991.

FUNCAMP. Estatuto de fundação da FUNCAMP, Artigo 2º, 1977.

FURTADO, J. P. Notas sobre reforma do Estado, autonomia e estratégias sindicais no contexto da Universidade brasileira In: **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, n.19, maio/agosto, 1999.

GENTIL, D. L. Política econômica e seguridade social no período pós-1994. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas IE/UNICAMP/CESIT, nº7, 2007a

_____. **A falsa crise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: uma análise financeira do período 1990-2005**. Artigo apresentado no Congresso Trabalhista Brasileiro entre 7 e 11 de fevereiro de 2007 em Brasília-DF, 2007b.

GUTIERREZ, G. L. e DAL RI, N. M. A greve de 94 nas universidades estaduais paulistas In: **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília-DF, nº 9, outubro/1995.

HAMBURGUER, E. W. (org). **A USP em debate**. ADUSP, 1985.

HOLANDA, R. V. N. **Entenda o que mudou para o servidor com as três etapas da Reforma da Previdência**. Documento elaborado em 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/noticias>> Acesso em 07/08/2009.

IANNI, A Contra a reforma da “im” previdência In: **Caderno ADUNICAMP**, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 10/12/2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://inep.gov.br>, acesso em 10/12/2010.

JACKSON FILHO, J. M. Desenho do trabalho e patologia organizacional: um estudo de caso no serviço público. **Revista Produção**, Scielo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> , acesso em 25/09/2007.

KERR, A. Universidade e movimento docente In: **Revista ADUNESP**, nº 1, set/1996.

KREIN, J. D. **Jornal da UNICAMP**, 9 a 15 de abril/2007.

LACKS, S. Política neoliberal, universidade e formação de professores In: **Revista Candeeiro**, ADUFS, novembro/2006.

LARANJEIRA, S.M.G. “Classes Médias e Movimento Sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul”. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, vol.5, n.1, pp.64-71, janeiro/março de 1991.

_____. Há lugar para o sindicalismo na sociedade pós-industrial? In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.12, nº 1, 1998.

LEHER, R. Banco Mundial, ajuste estrutural e universidade In: **Cadernos ADUNESP**, agosto/2002.

_____. Para silenciar os campi In: **Revista Educação e Sociedade**, nº88, outubro/2004.

LEHER, R. e LOPES, A. Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação. **VII Seminário Redestrado – Nuevas Regulaciones em América Latina**. Buenos Aires, 3, 4 Y 5 de Julio de 2008.

LEITE, M. P. Tecendo a precarização: Trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecções em São Paulo In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, vol.2, n.1, março/2004.

_____. Três anos de greves em São Paulo 1983-1985 In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, vol.1, n.2, jul/set/1987.

_____. A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional. **Novos Estudos Cebrap**, julho/1996.

LEOPOLDO, F. Carreira docente em debate. **Cartilha da ADUSP**, Agosto/2009.

LIMA, S. M., COSTA, C. R., FARIA, T. G., ASSIS, M. A . e KREIN, J. D. O setor público e a crescente precarização das relações de trabalho In: **Debate & Reflexões**. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das negociações coletivas. NPS, n.10, CUT, Dez/2002.

LIMOEIRO, M. “Os formuladores da reforma da universidade são funcionários do Banco Mundial” In: **Revista ADUSP**, nº 22, março/2001.

LODI, L. H. A resistência dos docentes ao desmonte da Universidade pública e gratuita. **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, nº 2, nov/1991.

MAAR, W. L. O “espírito público” e a reforma universitária. **Revista ADUSP**, abril/2004.

MACHADO, B. H. Carreira docente em debate. **Cartilha da ADUSP**, Agosto/2009.

MACHADO, L. M. Contratos precários: por que isso tem de acabar? **Revista ADUSP**, nº5, janeiro/1996.

MACIEL, O. de O. Trabalhando a luta, construindo (a) história. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília: ano I, nº 1, fev. 1991.

MARCHESE, O. “Movimento docente: análise e perspectivas”. **Revista ADUNICAMP**, Ano 1, n.1, pp.28-33, junho de 1999.

MAIOR, J. L. S. Terceirização na administração pública é prática inconstitucional. **Revista ADUSP**, nº 46, Jan/2010.

MATIJASCIC, M. e RIBEIRO, J. O . L. Reforma dos regimes previdenciários dos servidores públicos in: **Revista ADUSP**, n. 30, junho/2003.

MEC. REUNI 2008 – relatório de primeiro ano. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 30/10/2009.

MEGID NETO, J. As ameaças à educação pública paulista de qualidade, do ensino básico à universidade. Disponível em: <<http://www.adunicamp.org.br>>, acesso em novembro/2007.

MINTO, L. W. Governo Lula e “reforma universitária”: presença e controle do capital no ensino superior. **Revista Educação e Sociedade**, nº105, vol. 29 Campinas-Sept/Dec/2008.

MINTO, C. A, KAWASHITA, N. e CAMARGO, R. B. Caminhos e descaminhos da docência In: **Revista ADUSP**, nº 19, março/2000.

MINTO, C. A e MURANAKA, M. A . O “pano de fundo” do ataque de Serra às universidades In: **Revista ADUSP**, n. 41, out/2007.

MINTO, C. A. e MURANAKA, M. A. S. A proposta da UNIVESP: uma leitura crítica In: **Revista Movimento em debate**, ADUNICAMP, Julho/2008.

MINTO, C. A. CORREIA, C. T. e POMAR, P. E. R. Crise da UNB, fundações ‘de apoio’ e o MEC in: **Jornal Folha de São Paulo**, cad. A, 18/04/2008.

MIRAGLIA, F. “Universidade, greve e luta política”. **Revista ADUSP**, n. 7, pp.24-25, agosto 1996.

_____. Quem tem medo de diretas para reitor? **Jornal do Campus**, USP, edição on-line, 1ª quinzena de julho/2009.

MIRANDA, A. Na UNESP, comissão oficial investiga atuação de fundações “de apoio” In: Dossiê Fundações 2. **Revista ADUSP**, nº 40, abril/2007.

MOYSÉS, M. A Em defesa da previdência pública e solidária In: **Revista ADUNICAMP**, ano 5, nº 1, junho/2003.

MORAES, I. N. “Professores e ativistas da esfera pública” (Resenha). In: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VI, n. 10, 1996.

MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In: **Revista Educação & Sociedade**, vol.23, nº80, set/2002.

MORAES, M. L. Q. Algo de novo na América Latina? **Primeira Versão**, IFCH/UNICAMP, n. 127, agosto/2004.

MUNHOZ, D. G. A improcedência dos argumentos da nova Reforma da Previdência In: **Revista ADUNICAMP**, ano 5, nº 1, junho/2003.

NASCIMENTO, A. J. O fim da universidade In: **Revista Candeeiro**, ADUFS, novembro/2006.

NAVARRO, E. A unidade real dos bancários In: **Revista Debate Sindical**, n.55, Jun/jul/ago-2006.

NAVARRO, I. P. e NADER, A Movimentos universitários: dilemas e perspectivas. Trabalho apresentado em mesa redonda do I Congresso Nacional de Educação, in: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VII, n. 13, julho/1997.

NEPP. **Brasil 1985 – Relatório sobre a situação social do país**. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1985.

_____. **Brasil 1986 – Relatório sobre a situação social do país**. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1987, 1988.

_____. **Brasil 1987 – Relatório sobre a situação social do país**. Campinas: NEPP/UNICAMP, 1989.

OLIVEIRA JR., J. F. Ambiente de trabalho e criatividade In: **Revista Movimento em debate**, ADUNICAMP, Ano 2, nº 3, maio/2009.

OLIVEIRA, F. Universitários, uni-vos. **Revista Universidade e Sociedade**. ANDES-SN, nº 2, nov/1991.

_____. Entrevista concedida ao **Jornal da ADUNICAMP**, Ano 2, nº 11, agosto/2009.

OLIVEIRA, D. A e MELO, S. D. G. Mudanças no trabalho e na luta docente na Argentina e no Brasil in: **Revista ADUSP**, nº 46, Jan/2010.

OTRANTO, C. R. Desvendando a política da Educação Superior do governo Lula In: **Revista Universidade e Sociedade**. ANDES-SN, ano XVI, nº 38, jun/2006.

PERALVA, A . T. “Professores: Um movimento a se repensar”. **Aconteceu Educação**, São Paulo, pp.158-161, 1989.

PEREIRA, L. C. B. A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Revista Lua Nova**, n.45, 1998.

PINGUELLI ROSA, L. “Memória do movimento docente” (entrevista) In: **Revista Universidade e Sociedade**, Ano VI, n. 11, 1996.

POCHMANN, M. Gasto social e distribuição de renda no Brasil. **Jornal da UNICAMP**, maio/2005.

_____. Crise do desemprego veio para ficar In: **Revista da ADUNICAMP**, Ano I, nº 1, junho/1999.

_____. **Sindeepres 15 anos – a superterceirização dos contratos de trabalho**. Pesquisa 2007. Disponível em: <<http://www.sindeepres.org.br>> Acesso em 21 de maio de 2009.

_____. **Jornal da UNICAMP**, 9 a 15 de abril/2007.

POMAR, P. E. R., BIONDI, A e CARRANÇA, T. O poder da FIA e a extraordinária invenção dos “professores bolsistas” in: **Revista ADUSP**, nº 46, Jan/2010.

PRADO JR, M. V. O golpe de Serra na autonomia e no financiamento da educação pública. **Revista ADUSP**, nº 41, out/2007a.

_____. As Universidades Estaduais Paulistas e a necessidade de ampliação do financiamento público no ensino, pesquisa e extensão In: **Revista ADUNESP**, agosto/2007b.

QUADROS, W. A grande pancada na classe média In: **Jornal da UNICAMP**, 24/11 a 5/12, 2004.

_____. A reestruturação das empresas e o emprego de classe média In: <<http://www.engenheiro2001.org.br/programas/quadros.doc>>, acesso em 2001.

_____. O encolhimento da classe média brasileira In: Estagnação econômica e mobilidade social no Brasil (1981-2005). **Carta Social e do Trabalho**. CESIT/IE/UNICAMP, n° 5, set/2006 a abr/2007.

ROIO, M. D. A universidade pública e o vírus do privatismo In: **Revista Espaço Acadêmico**, agosto/2008.

ROMANO, R. Alguns pressupostos da autonomia universitária In: O desmonte da Constituição. **Revista ADUNICAMP**, n° 2, novembro/1999.

SADER, E. **A universidade pública deve abrigar fundações de direito privado?** Disponível em: http://www.aduff.org.br/manchetes/20040714_emirsader.html-21k, acesso em 18/02/2008.

SAES, D. “Classe Média e políticas de classe (uma nota teórica)”. **Contraponto**, Centro de Estudos Noel Nutels, RJ, n.2, pp. 96-102, nov. 1977.

SAMPAIO, P. A Entrevista concedida ao **Jornal da ADUNICAMP**, Ano 2, n° 11, agosto/2009.

SANTANA, M. A . Sindicalismo em tempos de mudança: crise e perspectivas In: **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 19, maio/agosto, 1999.

SASAKI, R. e SANCHEZ, A . Na USP, ser cientista é fazer voto de pobreza. In: **Revista da ADUSP**, SP, Ano 1, n.2, p.32-36, 1995.

SAVIANI, D. Nova LDB: desenlace e seus desdobramentos In: **Revista da ADUNICAMP**, Ano I, n° 1, junho/1999.

SILVA JR., J. R. e SILVA, E. P. O fetichismo do produtivismo acadêmico e a real intensificação do trabalho docente In: **Revista Movimento em debate**. ADUNICAMP, Ano 2, n° 3, maio/2009.

SILVA, D. M. e BORIN, J. Democracia e poder na universidade In: **Revista ADUSP**, n° 22, março/2001.

SILVA, P. L. B. Reforma do Estado e política social no Brasil: êxitos, problemas e desafios da coordenação intergovernamental. **Caderno de Pesquisa NEPP**, n. 31, UNICAMP, 1998.

SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “Modelo Capes de Avaliação” in: **Revista Perspectiva**, v. 24, Florianópolis, 2006.

SINDSEF. **Jornal do SINDSEF-SP**, n° 98, abril/2009.

SIQUEIRA NETO, J. F. Novos horizontes do direito de greve para os servidores públicos. In: **Revista Universidade e Sociedade** n. 1, p.66-67, fev./1991.

SINTUNESP, **Estatuto do SINTUNESP**, 1989.

_____. Saiba mais sobre o Sintunesp e os espaços de luta dos servidores técnico-administrativos na Universidade. **Encarte SINTUNESP**, março, 2007.

_____. **Boletins SINTUNESP**, período 1996 a 2005.

SINTUSP. **O SINTUSP**. Disponível em: <<http://www.sintusp.org.br>>, acesso em 18/02/2008 e 24/11/2009.

_____. **Boletins SINTUSP**, período 2000 a 2009.

SOUZA, A N. Professor: sem valorização, mas com vontade de transformação (resenha) In: **Revista Pro-posições**, vol. 13, n.2, maio/agosto/2002.

STU – Terceirização e Universidade. **Ponto de Vista**, Ano I, nº 1, 2001.

_____. Assédio moral. **Ponto de Vista**, Ano I, nº3, 2002a.

_____. Sucessão de reitor na UNICAMP. **Ponto de Vista**, Ano I, nº 2, 2002b.

_____. Cotas para negros. **Ponto de Vista**, Ano II, nº 4, 2003.

_____. **Boletins STU**, período 1980 a 2005.

_____. Disponível em: <<http://www.stu.org.br>>, acesso em 2008.

TEIXEIRA, A . Resistência à privatização das IES públicas segue forte em São Paulo In: **Revista ANDES-SN**, maio 2006.

TOLEDO, C. N. Universidade, intelectuais e pensamento crítico. **Primeira Versão**, nº 104, IFCH/UNICAMP, abril/2002.

UNICAMP. **Jornal da UNICAMP**, Ano X, out. 1996, n.115.

_____. **Anuário Estatístico UNICAMP**, 2007, 2008 e 2009.

UNESP. **Portal da Universidade**. Disponível em: <<http://www.unesp.org.br>>, acessos em 22/02/2008, 22/03/2009.

USP. **Portal da Universidade**. Disponível em: <<http://www.usp.br>>, acesso em 22/02/2008 e março/2009.

_____. **Jornal do Campus**. USP, de 21/05 a 03/06/2004.

_____. **Jornal do Campus**. USP, 1ª quinzena de julho/2009.

VIEITEZ, C. G. e LODI, L. H. Sobre a autonomia universitária In: **Revista Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília-DF, nº2, nov/1991.

VIEIRA, V. R. Sucessão com eleições diretas, quando? **Jornal do Campus**, USP, edição on-line, 1ª quinzena de julho/2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade – A greve de 1978 em São Bernardo**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1986.
- ALBUQUERQUE, J. A G. Classe média: caráter, posição e consciência de classe in: ALBUQUERQUE, J. A G. (Org.) **Classes médias e política no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1977.
- ALMEIDA, M. H. “Difícil caminho: Sindicatos e política na construção da democracia”. In: REIS, F. W e O’ DONNELL, G. (org.) **A democracia no Brasil : Dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, p.327-367, 1988.
- _____. O corporativismo em declínio? In: DAGNINO, E. (Org.) **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. SP: Brasiliense, 1994.
- ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000 In: ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. L. C. (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- _____. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, A M. C. (Org.) **Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ASSIS, S. S. **As reformas neoliberais no ensino público paulista e o sindicalismo propositivo da APEOESP- 1991-1998**. Dissertação de mestrado IFCH/UNICAMP, 1999.
- AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, nº 70, 1960.
- BARRETTO, E. F. **Desemprego e mobilização política: a luta do Sindicato dos Bancários de Campinas e região**. Dissertação de mestrado IFCH/UNICAMP, 2004.
- BIONDI, A. **O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- BLASS, L. M. S. **Greve dos Bancários – São Paulo, 1985: as faces de um movimento**. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1990.
- BONELLI, M. G. **A Classe Média do “Milagre” à Recessão**. São Paulo, IDESP, vol.4, 1989.
- BOSCHI, R. R. “Entre a cruz e a caldeira: Classes médias e política na terra da transição”. In: LARANJEIRA, S. (org.) **Classes sociais e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo, Hucitec, 1990.

CALDEIRA, C. Sindicalização e direito de greve dos servidores públicos. In: ROMITA, A (org.) **Sindicalismo**, São Paulo, LTr, 1986.

CANEDO, L. B. **Bancários: Movimento sindical e Participação Política**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

CARVALHO NETO, A . M. e CARVALHO, R. A . A .(Orgs.) **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. BH: IRT da PUC – MG, 1998.

CHAUÍ, M. **Ideologia neoliberal e universidade**. Ed. UFSCAR, 1997.

COELHO, E. C. **A sinecura Acadêmica: a ética universitária em questão**. RJ, Vértice, 1988.

CRUZ, A **A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

CUNHA, M. I. e LEITE, D. B. C. **Decisões Pedagógicas na Universidade e Estruturas de Poder na Universidade**. Campinas: Papirus, 1996.

CURY, C. R. J. **Ideologia e Educação brasileira. Católicos e Liberais**. SP: Cortez, Autores Associados, 1988.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. RJ, Vozes, 1997.

FRANÇA, B. H. **O Barnabé: consciência política do pequeno funcionário público**. São Paulo, Cortez, 1993.

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo. **O servidor público, categoria profissional, base territorial e representação de classe**. São Paulo, FUNDAP, seminário (mimeo), dez. 1991.

_____. **O servidor público e o direito de sindicalização**. São Paulo, FUNDAP, seminário (mimeo), dez. 1991.

_____. **O servidor público e as centrais sindicais**. São Paulo, FUNDAP, seminário (mimeo), dez. 1991.

_____. **Sindicalismo no setor público paulista**. São Paulo, FUNDAP, 1993.

GENTILI, P. (Org.) **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. SP:Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GRAMSCI, A **Os intelectuais e a organização da cultura**. RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1995.

JÓIA, O . **Apeoesp dez anos – 1978-1988 – memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista**. São Paulo, CEDI, 1993.

KRAWCZYK, N., CAMPOS, M. e HADDAD, S. (Orgs) **O Cenário Educacional Latino-americano no limiar do século XXI**. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

LAJOLO, F. M., SILVA, J. A. e COSTA, W.M. **A Universidade em debate**. USP, 2007.

LARANJEIRA, S. (Org.) **Classes e movimentos sociais na América Latina**. SP; Hucitec, 1990.

LEME, D. M. P. C. **Trabalhadores ferroviários em greve**. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 1986.

LIMA, E. J. S. **A criação da UNICAMP: Administração e relações de poder numa perspectiva histórica**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1989.

LOUREIRO, I. e DEL –MASSO, M. C. S (Orgs) **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília:Unesp-Marília-Publicações, SP:Cultura Acadêmica, 2002.

LYRA, R. P. **Universidade e movimento docente**. João Pessoa, Funade/UFPb, Ed. Universitária, 1982.

MARONI, A **A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78**. SP, Ed. Brasiliense, 1982.

MATIJASCIC, M. **Crise e reformas do complexo previdenciário no Brasil**. Tese de doutorado, Instituto de Economia/UNICAMP, 2002.

MOYSÉS, M. A . A . Autonomia e democracia em tempos conturbados In: **Adunicamp: 30 anos – Universidade e Sociedade**. ADUNICAMP, 2007.

NOGUEIRA, M. A **Um Estado para a sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática In: O DONNEL, G. & REIS, F. W. (orgs.) **Dilemas e perspectivas da democracia no Brasil**, São Paulo, Vértice, 1988a

PERALVA, A T. “E os movimentos de professores da rede pública”. Cadernos de Pesquisa, n. 64, São Paulo, pp. 64-66, 1988.

PIOLLI, E. **Educação e sindicalismo: o discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva**. Dissertação de Mestrado, FE/UNICAMP, 2004.

POCHMANN, M. Mudança e continuidade na organização sindical brasileira no período recente. In: OLIVEIRA, C. A .; MATTOSO, J. E. L. (org.) **Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?** São Paulo, Scritta, 1996.

- PRONI, M. e HENRIQUE, W. (Orgs.) **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.** SP: Ed. UNESP, Campinas-SP: IE/UNICAMP, 2003.
- RIBEIRO, M. L. S. “**Movimento dos professores: As greves de 78 e 79 no estado de São Paulo**”. Andes, vol.2, n.4, pp.26-30, São Paulo, 1982b.
- RODRIGUES, I. J. **Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT.** Tese de doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1993.
- _____. “As comissões de empresa e o movimento sindical” In: BOITO JR, A (org.) **O sindicalismo Brasileiro nos anos 80**, RJ, Paz e Terra, pp. 137-170, 1991a.
- _____. **O novo sindicalismo vinte anos depois.** Ed. Vozes, 1999.
- _____. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” In: BOITO JR, A . (org.), **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**, RJ, Paz e Terra, pp. 11-42, 1991.
- SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (Orgs) **Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo.** RJ: Zahar Ed., 2004.
- SHIROMA, E. (Org.) **Política Educacional.** RJ, Ed. DP & A, 2004.
- TAFNER, P. e GIAMBIAGI, F. (Org) **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas.** RJ: IPEA, 2007.
- TAPIA, J. R. B. Políticas sociais na América Latina: diagnósticos e recomendações das agências multilaterais no início dos anos 90. **Caderno de Pesquisa NEPP**, nº 28, UNICAMP, 1996.
- TOMMASI, L., WARDE, M. e HADDAD, S. (Orgs) **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** SP: Cortez, 2000.
- TRÓPIA, P. V. **O impacto da ideologia neoliberal no meio operário – um estudo sobre os metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical.** Tese de doutorado/IFCH/UNICAMP, 2004.
- VEIGA, I. P. A e CUNHA, M. I. (org.) **Desmistificando a profissionalização do magistério.** Campinas-SP: Papyrus, 1999.

ANEXO I

ENTREVISTAS

24 entrevistados:

04 militantes (dirigentes e ex-dirigentes) da ADUNICAMP;

04 militantes (dirigentes e ex-dirigentes) da ADUNESP;

04 militantes (dirigentes e ex-dirigentes) da ADUSP;

04 militantes (dirigentes e ex-dirigentes) do SINTUNESP;

04 militantes (dirigentes e ex-dirigentes) do SINTUSP;

04 militantes (dirigentes e ex-dirigentes) do STU.

ANEXO II
QUESTIONÁRIO DOS ENTREVISTADOS

Instituição: USP UNICAMP UNESP

Função: Docente Funcionário

Sexo: Masc. Fem.

Idade: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: Ensino Médio Superior Pós Graduação

Há quanto tempo trabalha na instituição?

Referência na carreira: _____

Qual é seu regime de trabalho? _____

Recebe algum tipo de gratificação por função adm.? Sim Não

Possui outra fonte de renda? Sim Não

Qual? _____

Como você classificaria seu padrão salarial, em relação ao ingresso na Universidade?

melhor igual pior

É sindicalizado desde quando? _____

Participou em quais movimentos? _____

Geralmente como: Liderança Militante Base

Períodos de participação em diretorias sindicais: _____

Indicação de outros dirigentes e ex/dirigentes sindicais para entrevista: _____

A qual partido político é simpatizante? _____

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – DIRIGENTES/EX-DIRIGENTES DAS ENTIDADES SINDICAIS DE DOCENTES E DE FUNCIONÁRIOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

I - Informações básicas aos entrevistados:

- Tema, abordagem teórico-metodológica, anonimato dos entrevistados e questões centrais da pesquisa.

II- Questões da pesquisa:

- 1) Como e quando ocorreu a sua adesão no movimento sindical? Explique se você militava na época estudantil ou em movimentos anteriores ao ingresso na Universidade.
- 2) Na sua opinião, quais são as maiores dificuldades para a mobilização da sua categoria?
- 3) Por que algumas Universidades se mobilizaram mais e outras menos, no decorrer das décadas entre 1978 e 2005? Por que ocorreu essa oscilação nos movimentos?
- 4) Na sua opinião, qual entidade sindical atualmente apresenta uma maior mobilização?
- 5) A seu ver, qual é o elemento mais importante para que ocorra a mobilização da sua categoria? A conjuntura política tem alguma influência nos movimentos?
- 6) Você acha que as ações neoliberais (terceirização, contratos precários, fundações, etc), implementadas nas Universidades, principalmente desde os anos 1990, tem influenciado na capacidade de mobilização de sua categoria? De que forma?
- 7) Nas entidades docentes sempre há publicações de nível acadêmico. A que se deve isso? Isso seria uma estratégia de mobilização para a categoria?
- 8) Por que a “defesa do ensino público” sempre está associada nas pautas de reivindicação? O que significa isso?
- 9) A seu ver, os movimentos de docentes e de funcionários estão conseguindo barrar as reformas no ensino superior e nas Universidades?
- 10) Como as entidades sindicais do Fórum das Seis estão atuando diante das ações neoliberais implementadas nas Universidades?
- 11) Houve algum declínio nas taxas de sindicalização das entidades sindicais?

- 12) Como se organizam os comandos de greve? Por que há diferenças na atuação das entidades sindicais, mesmo entre as da mesma categoria? Quais são as dificuldades em se obter um consenso de atuação entre elas?
- 13) Nos momentos de campanha salarial ou de greve, quais são os fatores que unificam o movimento de docentes e de funcionários? Quais fatores são de desunião das categorias? Como cada categoria encara as demandas da outra? Há solidariedade entre elas?
- 14) Nos momentos de paralisações e greves, os quais são geralmente parciais, como se explica a não participação de alguns setores? Ou seja, por que algumas unidades nunca aderem aos movimentos?
- 15) Os docentes, ou funcionários, que se sindicalizam são, em sua maioria, os regulares ou os contratados? Por que?
- 16) Durante os movimentos de greves e paralisações, como você caracteriza as formas de atuação sindical nas três universidades? (Em relação a piquetes, bloqueios, ocupações). Os docentes já fizeram piquetes, ocupações ou bloquearam prédios? Que opinião você tem em relação a isso?
- 17) Em que medida as afiliações partidárias interferem na atuação das diretorias, especialmente nos períodos de greves e paralisações? Como você vê isso? Caso isso seja um problema, como superar isso? Quais são os partidos políticos presentes nas diretorias?
- 18) A seu ver, de 1978 até hoje, ocorreu alguma mudança na atuação sindical das entidades? Por que? Como era na época da ditadura e como é hoje? Quais mudanças ocorreram? A seu ver, está ocorrendo nas Universidades o sindicalismo de conciliação? Por que?
- 19) Na sua opinião, haveria outras formas de fazer greves? Ou seja, de obter reivindicações salariais e outras reivindicações importantes para a sua categoria, sem utilizar o recurso da paralisação das atividades?

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS DE PARALISAÇÕES E GREVES

- 1- Datas: Início _____ Término _____
- 2- Duração do movimento: _____ dias
- 3- Categorias ocupacionais e instituições envolvidas:

- 4- Número de categorias envolvidas: _____ ou () greve geral
- 5- Tipo de ação coletiva: () Paralisação parcial () Paralisação total
() Greve () Ameaça de paralisar () Estado de greve
- 6- Tipo de organização iniciando o movimento:
() Entidade sindical: Qual _____
() Central sindical: Qual _____
() Outras _____
- 7- Tipo de organização encerrando o movimento:
() Grupo, comitê, comissão de trabalhadores independentes do sindicato. Qual _____
() Entidade sindical. Qual _____
() Central sindical Qual _____
- 8- Central sindical envolvida:
() CONCLAT () CUT () CGT
() CONLUTAS
- 9- Número de instituições envolvidas: _____
- 10- Nome das Instituições envolvidas: _____
- 11- Amplitude do movimento:
() Alguns setores à revelia da entidade sindical
() Alguns setores coordenados pelas entidades sindicais
() Movimento coordenado entre entidades sindicais da mesma categoria
() Movimento coordenado entre sindicatos de duas ou mais categorias
- 12- Número estimado de participantes: _____
- | Sindicatos | Patronato | Polícia/Estado | Jornalistas |
|---------------|-----------|----------------|-------------|
| 1ª. Vez _____ | _____ | _____ | _____ |

2ª. Vez _____
3ª. Vez _____
4ª. Vez _____
Última _____

13- Extensão geográfica do movimento:

Local Regional Estadual Nacional

14- Localização do movimento : (Cidades) _____

15- Reivindicações dos movimentos: _____

16- Resultados dos movimentos: _____

17- Violência dos trabalhadores: Sim Não Sem mencionar

Categorias envolvidas: _____

18- Tipos de violência dos trabalhadores:

Apreensão de material Apreensão de pessoas (reféns)

Danificação de propriedade Bloqueio de vias públicas

Bloqueio de prédios Ocupação de prédios

Outros : _____

19 – Ações coletivas dos grevistas:

Assembléias Distribuição de folhetos, manifestos na mídia

Piquetes nas entradas do trabalho ou no trabalho

Passeatas em vias públicas Arrastões nos setores de trabalho

Manifestações e concentrações em espaços públicos

Ocupação de locais de trabalho

Outras ações _____

20- Mediadores do conflito:

Partidos políticos. Quais _____

Políticos específicos. Quais _____

Igreja católica ou membros do clero

Outros _____

21- Mobilização policial: Sim Não Sem mencionar

22- Tipos de mobilização policial:

Ameaça e repressão por autoridades públicas e/ou policiais

() Deslocamento de tropas a locais de trabalho e concentrações

() Bloqueio de vias públicas

() Acompanhamento de fura greves ou outros trabalhadores

() Ocupação de locais de trabalho

() Agressões contra piquetes nos locais de trabalho

() Intervenções contra passeatas e manifestações

() Intervenção no sindicato ou nos locais do comando de greve

() Outras ações: _____

23- Ações judiciais : () Sim () Não () Sem mencionar

24- Tipos de ações judiciais:

() Decretar ilegalidade da greve

() Decretar legalidade da greve

() Ordens de prisão. Quem: _____

() Ordens de suspensão de ações. Quais: _____

() Sentenças de julgamentos de acordos

() Outras ações: _____

25- Número de prisões: _____

26- Número de feridos: _____

27- Número de mortos: _____

Durante a greve _____ Depois da greve _____

28- Ações do patronato:

() Listas de presença no setor de trabalho

() Desconto dos dias parados

() Demissões de grevistas

() Não repasse das contribuições das entidades sindicais

() Outras ações _____

Outros comentários ou descrições anotar no verso da folha.

29- Fontes:

Data

Título

Página

ANEXO V OS PRINCIPAIS DECRETOS DE SERRA

Decreto 51.460 (1º/01/2007)-

Objetivos formais- Dispõe sobre as alterações de denominação e transferências que especifica, define a organização básica da Administração Direta e suas entidades vinculadas e dá providências correlatas.

Algumas conseqüências- Fragmentação: a educação básica fica na Secretaria da Educação; o Centro Paula Souza na Secretaria de Desenvolvimento, desmembrado da UNESP; e as Universidades Estaduais na Secretaria de Ensino Superior (recém criada). A FAPESP fica na Secretaria de Desenvolvimento (esta vinculação seria revogada pelo decreto nº 52.086, de 23/08/2007, que subordinou a agência à Secretaria de Ensino Superior.

Decreto 51.461 (1º/01/2007)-

Objetivos formais- Organiza a Secretaria de Ensino Superior e dá providências correlatas.

Algumas conseqüências- Ataca a autonomia universitária; desconhece a pesquisa básica, privilegiando o “operacional”; ignora o tripé que caracteriza as universidades (ensino, pesquisa e extensão); sequer prevê o financiamento das universidades e nem sua articulação com a educação básica.

Decreto 51.471 (02/01/2007)-

Objetivos formais- Dispõe sobre a admissão e a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta e dá providências correlatas.

Algumas conseqüências- Veda, por tempo indeterminado, a admissão ou contratação de pessoal no âmbito do Estado, atividades agora ainda mais centralizadas no Executivo, via Secretaria de Gestão Pública.

Decreto 51.636 (09/03/2007)-

Objetivos formais- Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2007 e dá providências correlatas.

Algumas conseqüências- Obriga as universidades a ingressarem no Siafem-SP e autoriza a Secretaria da Fazenda a deduzir, das liberações financeiras do Tesouro do Estado, valores equivalentes às contribuições previdenciárias “patronais” não recolhidas pelas universidades (artigo 12). Observação: tal dedução contraria acordo entre Executivo e Legislativo durante as discussões da LDO para 2006 e 2007.

Decreto 51.660 (14/03/2007)-

Objetivos formais- Institui a Comissão de Política Salarial (CPS) e dá providências correlatas.

Composição: Secretários da Fazenda, de Economia e Planejamento, de Gestão Pública, do Emprego e Relações do Trabalho e Procurados Geral do Estado.

Algumas conseqüências- A CPS estabelece as diretrizes de política salarial e a Secretaria de Gestão Pública conduz as negociações salariais junto às entidades representativas dos servidores integrantes da Administração Direta e das Autarquias. Toas as reivindicações, instituições ou revisões de vantagens e benefícios serão analisadas previamente pela Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública.

Fonte: Fórum das Seis entidades apud ADUSP (2007).

ANEXO VI – PAUTA UNIFICADA 2010

O Fórum das Seis reitera a posição dos servidores das universidades estaduais públicas paulistas e do Centro Paula Souza de preservação de dois princípios basilares que referenciam sua opção pela carreira acadêmica:

1- Aposentadoria integral; 2- Isonomia e paridade entre aposentados e não aposentados.

Tendo estes princípios como pano de fundo, lista as reivindicações para a data-base de 2010:

Salário

Tendo como objetivo atingir como piso salarial para todos que trabalham nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza aquele definido pelo Dieese, reivindicamos:

- a) Reposição de 16% (correspondente à inflação do período maio/2009 a abril/2010 + parcela para recuperar parte das perdas históricas da categoria);
- b) Uma parcela de reposição que reduza injustiças sociais, diminuindo a relação entre o maior e o menor salário, tendo como referência a parcela fixa mencionada no comunicado Cruesp 3/2007, em resposta a reivindicação de R\$ 200,00 feita pelo Fórum das Seis;
- c) Revisão salarial no segundo semestre de 2010, de acordo com o compromisso celebrado entre o Cruesp e o Fórum das Seis em 10 de abril de 1991;
- d) Recomposição das perdas salariais dos servidores e docentes do Centro Paula Souza de acordo com índices do Cruesp do período de 1996 a 2010.

Descriminalização dos movimentos

Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sociais, revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra as entidades representativas e ativistas do movimento sindical e estudantil que lutam em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

- a) Reintegração imediata de Claudionor Brandão, servidor da USP e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), demitido em pleno exercício de mandato sindical;
- b) Pela gestão autônoma dos espaços estudantis; contra qualquer tipo de restrição à organização coletiva dos estudantes e a ingerência quanto ao uso de espaços, tais como normativas ou termos de conduta.

Terceirização/contratações

- a) Contratação somente por concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes, em regime autárquico;
- b) Revogação das políticas que terceirizam e precarizam o trabalho e criação de cargos suficientes para atender às necessidades das universidades;
- c) Resolução imediata da questão da incorporação dos atuais funcionários e professores da Escola de Engenharia de Lorena – EEL/USP (antiga Faenquil) no quadro de servidores da USP.

Permanência estudantil/gratuidade ativa

- a) Que a permanência estudantil seja garantida enquanto um direito dos estudantes e, como tal, seja assegurado pelas universidades estaduais paulistas e Centro Paula Souza;
- b) Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza;
- c) Que as políticas de acesso e permanência estudantil sejam planejadas e executadas segundo a adoção de padrões isonômicos entre as três universidades estaduais e o Centro Paula Souza;
- d) A administração de órgãos, comissões ou quaisquer outros mecanismos criados para gerir a permanência estudantil deve ser paritária;

- e) Criação de comissões paritárias permanentes nas três universidades estaduais e Centro Paula Souza para gerir democraticamente as políticas de permanência estudantil, considerando o atendimento imediato de toda a demanda já existente e o planejamento e a execução de uma política que atenda efetivamente às atualizações das demandas;
- f) Criação de moradia e restaurante universitário em todos os campi das três universidades estaduais, garantindo parcela fixa de seus respectivos orçamentos, com vistas à manutenção e à ampliação desses espaços sociais;
- g) Isonomia entre os valores das bolsas de estudo, adotando-se como critério mínimo de valores o salário mínimo vigente no Estado de São Paulo, e com reajuste vinculado ao do salário docente, e garantindo-se também os devidos reajustes nos auxílios alimentação e transporte.
- h) Que as bolsas sejam entendidas como bolsas de estudo, com base exclusivamente em critérios sócio-econômicos, claros e amplamente divulgados, sem qualquer contrapartida de trabalho; que acompanhamento acadêmico não tenha, em absoluto, o intuito de exigir melhor desempenho dos estudantes bolsistas em relação aos não-bolsistas;
- i) Liberdade de organização e gestão autônoma dos espaços das moradias, de acordo com realidades e demandas de cada universidade e cada campus.
- j) Fim do controle político, moral e pessoal nas moradias estudantis.

Hospitais Universitários

- a) Manutenção da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento e melhoria do atendimento, mantendo-o como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- b) Jornada de 30 horas para funcionários da área da saúde;
- c) Reversão do processo de autarquização em curso nas universidades estaduais paulistas.

Ensino à distância

- a) Defesa da ampliação do ensino superior público e gratuito presencial e de qualidade;
- b) Contra o uso de cursos à distância na formação inicial, na educação básica e na educação superior;
- c) Contra qualquer política de EàD que reduza a qualidade e empobreça a educação escolar;
- d) Contra a utilização do projeto da Universidade Virtual do Estado de SP (Univesp) nos moldes propostos pelo governo.

Autonomia

Defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Revogação dos decretos do governo José Serra que ferem a autonomia das universidades estaduais.

- a) Manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- b) Não fragmentação dos diversos níveis de ensino;
- c) Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução 63/95).

Creches

Garantia de vagas em creches para os filhos dos funcionários técnico administrativos, docentes e estudantes das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Financiamento

- a) Participação efetiva do Cruesp na luta pelo aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado

no ICMS para as universidades estaduais paulistas, 2,1% da quota-parte do Estado do ICMS para o Centro Paula Souza. Posicionamento público do Cruesp sobre quais medidas estão sendo tomadas para evitar perdas de recursos para as universidades;

b) Aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS devido à anexação da extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, à Universidade de São Paulo, e de 0,05% para o funcionamento do campus da Unicamp em Limeira, conforme comunicado pelo então governador Geraldo Alckmin;

c) Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza, que assegure condições de estudo.

Fonte: Fórum das Seis, 30/03/2010.